



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXVI - Nº 022 - SEXTA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2011/2012)**

PRESIDENTE	MARCO MAIA – PT-RS
1ª VICE-PRESIDENTE	ROSE DE FREITAS – PMDB-ES
2º VICE-PRESIDENTE	EDUARDO DA FONTE – PP-PE
1º SECRETÁRIO	EDUARDO GOMES – PSDB-TO
2º SECRETÁRIO	JORGE TADEU MUDALEN – DEM-SP
3º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PR-PE
4º SECRETÁRIO	JÚLIO DELGADO – PSB-MG
1º SUPLENTE	GERALDO RESENDE – PMDB-MS
2º SUPLENTE	MANATO – PDT-ES
3º SUPLENTE	CARLOS EDUARDO CADOCA – PSC-PE
4º SUPLENTE	SÉRGIO MORAES – PTB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1 – ATA DA 6ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXTRAORDINÁRIA, MATUTINA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2011.

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

MENSAGENS

Nº 21/2011 – do Poder Executivo – Submete à consideração do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 9 de setembro de 2010 05629

Nº 22/2011 – do Poder Executivo – Submete à consideração do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 16 de novembro de 2010..... 05631

OFÍCIOS

Nº 44/11 – Do Senhor Ministro Cezar Peluso, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, encaminhando Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2010. 05634

Nº 73/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Almeida Lima passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05640

Nº 74/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Antonio Andrade passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05641

Nº 75/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Benjamin Maranhão passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05642

Nº 76/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que

o Deputado Darcísio Perondi passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05643

Nº 77/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Edinho Araújo passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05644

Nº 78/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Edinho Bez passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05645

Nº 79/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Eduardo Cunha passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05646

Nº 80/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Gastão Vieira passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05647

Nº 81/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Genecias Noronha passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05648

Nº 82/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Júnior Coimbra passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05649

Nº 83/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Mauro Benevides passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05650

Nº 84/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Osmar Serraglio passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05651

Nº 85/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Renan Filho passa a integrar o colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05652

Nº 86/11 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que a Deputada Tereza Surita passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do referido Partido. 05652

Nº 2/11 – Da Senhora Deputada Ana Arraes, Líder do PSB, indicando a Deputada Luíza Erundina para integrar a Comissão Especial destinada a

efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política. 05653

Nº 3/11 – Da Senhora Deputada Ana Arraes, Líder do PSB, indicando o Deputado Glauber Braga para integrar a Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas..... 05653

Nº 26/11 – Do Senhor Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL, indicando a Deputada Gorete Pereira para o cargo de Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados. 05654

Nº 52/11 – Do Senhor Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL, indicando os Deputados que especifica para Vice-Líderes do referido Bloco. 05654

Nº 53/11 – Do Senhor Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL, indicando o Deputado Anthony Garotinho para integrar a Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas..... 05655

Nº 54/11 – Do Senhor Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL, indicando os Deputados do referido Bloco que integrarão a Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política. 05656

Nº 56/11 – Do Senhor Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL, indicando os Deputados que especifica para Vice-Líderes do referido Bloco. 05657

Nº 300/11 – Do Senhor Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, indicando os Deputados do referido Partido que integrarão a Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política. 05658

Nº 301/11 – Do Senhor Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, indicando os Deputados Marcelo Matos e Sueli Vidigal para integrarem a Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas. 05659

Nº 4/11 – Do Senhor Deputado Paulo Abi-Ackel, Líder da Minoria, indicando o Deputado Nelson Marchezan Junior para o cargo de Vice-Líder da referida Liderança. 05660

Nº 5/11 – Do Senhor Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, comunicando o arquivamento do Requerimento nº 134/10. 05661

Nº 6/11 – Do Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, solicitando a reativação do Grupo Parlamentar Brasil-LíbaNº 05662

Nº 7/11 – Do Senhor Deputado Luiz Pitiman, comunicando seu afastamento do mandato parlamentar..... 05669

Nº 2/11 – Do Senhor Deputado Ricardo Izar, comunicando a nova constituição do Grupo Parlamentar Brasil-LíbaNº 05671

Nº 1/11 – Do Senhor Deputado Silvio Torres, comunicando seu afastamento do mandato parlamentar..... 05673

COMUNICAÇÕES

– Do Senhor Deputado Nelson Roberto Bournier de Oliveira, comunicando que aceita assumir o mandato parlamentar..... 05675

– Do Senhor Deputado Walter Meyer Feldman, comunicando que aceita assumir o mandato parlamentar..... 05676

PROJETO DE LEI

Nº 382/2011 – do Poder Executivo – Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011, a sua política de valorização de longo prazo, e disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário.. 05677

REQUERIMENTOS

Nº 4/11 – Do senhor Chico Lopes, requer o desarquivamento das proposições de sua autoria nos termos do art. 105 do Regimento Interno. 05679

Nº 150/11 – Do Sr. Edinho Araújo, requer realização de Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem aos 90 anos da Folha de São Paulo. 05680

IV – Breves Comunicações

AMAUURI TEIXEIRA (PT, BA) – *Carta Aberta* de jornalistas baianos respeito da demissão da jornalista Aguirre Peixoto pela direção do jornal *A Tarde*, de Salvador, Estado da Bahia. 05680

CHICO LOPES (Bloco/PCdoB, CE) – Posse do Promotor de Justiça Francisco Gomes Câmara na Presidência do Instituto de Defesa do Consumidor – PROCON, no Estado do Ceará..... 05682

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Repercussões do corte efetuado no Orçamento Geral da União de 2011. 05682

BENEDITA DA SILVA (PT, RJ) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. 05683

ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB, SP) – Apresentação de emenda à proposta de reajuste do salário mínimo para correção de aposentadoria e pensões. 05683

DR. UBIALI (Bloco/PSB, SP) – Aprovação pelo Conselho Nacional de Educação da proposta de criação de faculdade de medicina no Município de Franca, Estado de São Paulo. 05683

NELSON PELLEGRINO (PT, BA) – Reunião da bancada federal do Estado da Bahia com o

Presidente do SEBRAE no Estado, Edvaldo Passos. Posse do Sr. Luís Tavares na presidência do SEBRAE nacional. Apoio da bancada baiana às pequenas e microempresas.	05684	aéreas aos usuários dos serviços de aviação no País.....	05691
RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE) – Apresentação de emenda à Medida Provisória nº 516, de 2010, para fixação do valor do salário mínimo acima do proposto pelo Governo.....	05684	JOSÉ AIRTON (PT, CE) – Agradecimento à população do Município de Amontada, Estado do Ceará, pelos votos recebidos nas eleições de 2010. Transcurso do 26º aniversário de emancipação político-administrativa da municipalidade.	05691
MARCON (PT, RS) – Trajetória política do orador. Atuação parlamentar em defesa dos trabalhadores do campo e da cidade, dos movimentos sociais, dos direitos humanos e das reformas agrária e urbana. Compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar. Homenagem póstuma ao Deputado Adão Preto.	05684	VIEIRA DA CUNHA (PDT, RS) – Encaminhamento ao Presidente Marco Maia do relatório final da Comissão Externa destinada ao conhecimento de ações e políticas de combate às drogas.	05691
SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO (PT, BA) – Artigo <i>Marisa Letícia Lula da Silva, palavras que precisam ser ditas</i> , de autoria de Hildegard Angel, veiculado pelo portal R7.	05685	JOÃO PAULO LIMA (PT, PE) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores.	05691
JÔ MORAES (Bloco/PCdoB, MG) – <i>Carta de Tiradentes</i> , documento decorrente da realização da 14ª Mostra de Cinema de Tiradentes.	05687	AMAUURI TEIXEIRA (PT, BA – Pela ordem) – Reunião da bancada federal do Estado da Bahia com o Diretor-Superintendente do SEBRAE no Estado da Bahia, Edival Passos. Apoio à proposta de alteração do Estatuto da Micro e Pequena Empresa. Participação no ato de recondução do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao cargo simbólico de Presidente de Honra do PT. Adesão do orador à Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo. Protesto contra o fechamento do mercado público do Município de Jacobina, Estado da Bahia.	05692
LUIZ COUTO (PT, PB) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Maior aproximação do PT com movimentos sociais. Realização das reformas política e dos sistemas de segurança pública e penitenciário.....	05689	DOMINGOS DUTRA (PT, MA – Pela ordem) – Congratulações aos Deputados eleitos e aos reeleitos. Execução de presos na Delegacia Regional de Pinheiro, Estado do Maranhão. Superlotação dos presídios maranhenses. Anúncio pelo Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo de liberação de recursos federais para a construção de dois presídios no Maranhão. Ineficiência da Governadora Roseana Sarney na gestão do sistema penitenciário estadual.	05692
EROS BIONDINI (Bloco/PTB, MG) – Lançamento do livro <i>Ágape</i> , de autoria do Padre Marcelo Rossi, em Brasília, Distrito Federal. Temas debatidos no encontro da bancada federal do PTB com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.....	05690	CHICO LOPES (Bloco/PCdoB, CE – Pela ordem) – Apoio às declarações do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a respeito da robustez do sistema elétrico brasileiro. Preocupação com os apagões e o alto preço da tarifa de energia elétrica no País. Cobrança de ações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em prol de mais investimentos e equilíbrio no setor.	05693
DR. PAULO CÉSAR (Bloco/PR, RJ) – Saudação às comunidades da Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. Compromisso do orador de luta contra a corrupção eleitoral na região, em particular na cidade de Cabo Frio.....	05690	DR. CARLOS ALBERTO (Bloco/PMN, RJ) – Trajetória política do orador. Eficácia da política de combate à violência no trânsito implantada pelo Governo do Estado do Rio Janeiro.....	05693
CLEBER VERDE (Bloco/PRB, MA) – Apoio às reivindicações de trabalhadores aposentados, contidas na <i>Carta de Aparecida 2011</i>	05690	BENEDITA DA SILVA (PT, RJ – Pela ordem) – Participação do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, no Fórum Social Mundial, realizado em Dacar, Senegal. Empenho do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na ampliação das relações do Brasil com países africanos. Homenagem ao ex-Presidente da África do Sul Nelson Mandela.	05694
JAIR BOLSONARO (Bloco/PP, RJ) – Conveniência de convocação do Ministro da Educação à Casa para esclarecimento sobre a anunciada distribuição a estudantes de escolas de primeiro grau de material de combate à homofobia, o chamado <i>kit gay</i>	05690	SANDRO ALEX (Bloco/PPS, PR) – Matéria <i>Na saída do governo, Lula turbinou prefeituras do</i>	
DOMINGOS DUTRA (PT, MA) – Críticas ao Deputado Jair Bolsonaro. Falecimento da jornalista Josilda Bogéa.	05691		
ALEX CANZIANI (Bloco/PTB, PR) – Saudação aos novos Deputados na Casa. Pedido de apoio aos Parlamentares à proposta de criação da Frente Parlamentar em Defesa da Educação.	05691		
ZOINHO (Bloco/PR, RJ) – Necessidade de adoção pela Casa de providências para coibição do tratamento desrespeitoso dado pelas companhias			

PT, de Sílvio Navarro e Ranier Bragon, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Cobrança de igualdade no tratamento pelo Governo da República às municipalidades. 05694

ARMANDO VERGÍLIO (Bloco/PMN, GO) – Agradecimento ao povo do Estado de Goiás pela expressiva votação alcançada nas eleições de 2010. Recriação da Frente Parlamentar Brasil com Seguro. 05695

MARCON (PT, RS – Pela ordem) – Repúdio à gestão do Governo do PSDB no Estado do Rio Grande do Sul. Excelência da administração do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Recondução de Lula ao cargo simbólico de Presidente de Honra do PT. Continuidade do apoio governamental aos trabalhadores rurais e urbanos. 05695

LUIZ COUTO (PT, PB – Pela ordem) – Matéria publicada pelo jornal *O Globo* sobre grupos de extermínios no País, segundo levantamento do Ouvidor da Secretária Especial de Direitos Humanos, *Fermino Fechio Filho*. Preocupação com o envolvimento de policiais no crime organizado. ... 05696

JOÃO PAULO LIMA (PT, PE – Pela ordem) – Festas carnavalescas em Recife e Olinda, Estado de Pernambuco. 05696

SIBÁ MACHADO (PT, AC) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Contribuição do PT para a redemocratização do País. Recondução do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao cargo simbólico de Presidente de Honra do PT. Compromisso com a reforma política. Saudação aos Parlamentares, governantes e filiados do Partido dos Trabalhadores. 05696

CLEBER VERDE (Bloco/PRB, MA – Pela ordem) – Comemoração do Dia Nacional do Aposentado, no Município de Aparecida, Estado de São Paulo. Apoio às reivindicações da classe contidas na *Carta de Aparecida*. Defesa de aprovação pela Casa de proposições de interesse dos aposentados e pensionistas. 05697

PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Convocação dos Deputados ao plenário para início da Ordem do Dia. 05698

JOSÉ AIRTON (PT, CE – Pela ordem) – Trajetória política do orador. Compromisso de atuação parlamentar em prol da melhoria de vida do povo cearense. 05698

JUTAHY JUNIOR (PSDB, BA) – Primeiros reflexos sobre a população brasileira do custo da campanha de massificação levada a efeito para a eleição de Dilma Rousseff à Presidência da República. Contradições entre o discurso da campanha eleitoral e a prática administrativa. 05698

EFRAIM FILHO (DEM, PB – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre o início da Ordem do Dia. 05699

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Reposta ao Deputado Efraim Filho. 05699

LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP, RS) – Solicitação ao Governo Federal de apoio aos produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente aos orizicultores. Propósito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA de proibição do cultivo de variedade de fumo por pequenos produtores. 05699

CESAR COLNAGO (PSDB, ES) – Parabenização à Deputada Rose de Freitas pela eleição à 1ª Vice-Presidência da Mesa Diretora da Casa. Solicitação ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, de urgente recuperação da BR-259, trecho Baixo Guandu-Colatina-João Neiva, Estado do Espírito Santo. Preocupação com o elevado número de acidentes na rodovia. 05700

GIOVANI CHERINI (PDT, RS) – Concessão da Medalha do Mérito Farroupilha ao Vice-Presidente da República, Michel Temer. Sugestão à Presidência para criação de comissões de notáveis, destinadas ao debate da realização de reformas estruturais do País e de outros assuntos de relevante interesse da população brasileira. 05700

ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM, SC – Pela ordem) – Conveniência de início da Ordem do Dia. 05701

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Onofre Santo Agostini. Determinação aos Deputados de legibilidade das assinaturas nas listas de inscrição para pronunciamentos em plenário. 05701

EDINHO BEZ (PMDB, SC) – Diversificação econômica da região sul do Estado de Santa Catarina. 05701

ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM, SC) – Questão de ordem sobre o início imediato das votações. 05702

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Onofre Santo Agostini. 05702

JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB, SP) – Defesa de aprovação pela Casa de legislação rígida contra a embriaguez no trânsito. 05702

WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB, PA) – Natureza hilária das denúncias de corrupção e desmandos administrativos no âmbito do Governo do Estado do Pará apresentadas pelo Deputado Puty. Desmandos e atos de corrupção praticados pelo Parlamentar na chefia da Casa Civil do Governo anterior. 05703

INOCÊNCIA OLIVEIRA (Bloco/PR, PE) – Números expressivos da população brasileira constantes no Censo Demográfico de 2010. Oportunidade de formulação de novas políticas públicas no País. ... 05703

FÁBIO SOUTO (DEM, BA) – Escalada da violência e das taxas de homicídios no Estado da Bahia, notadamente em Salvador. Ineficácia do

sistema de segurança pública estadual. Imediata adoção de medidas eficientes de combate à criminalidade no Estado. 05704

SANDES JÚNIOR (Bloco/PP, GO) – Urgência apreciação, pela Casa, de projeto de lei sobre o arquivamento de multa de trânsito no caso de não recebimento, pelo infrator, da notificação do delito no prazo de trinta dias da ocorrência do ato infracional. 05704

V – Ordem do Dia

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Consulta aos Líderes partidários sobre a existência de acordo para votação das matérias constantes na pauta. . 05709

EFRAIM FILHO (DEM, PB – Pela ordem) – Divergência do DEM quanto à votação dos itens de nºs 1, 2, 3 e 6. 05709

LUIZ NISHIMORI (PSDB, PR – Pela ordem) – Divergência do PSDB quanto à votação dos itens de nºs 1, 2, 3 e 7. 05709

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Inexistência de acordo para votação dos Itens nºs 1, 2, 3, 6 e 7 da pauta. 05709

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 568-A, de 2008, que aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do MERCOSUL, com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004. . 05709

Encerramento da discussão. 05710

EFRAIM FILHO (DEM, PB – Pela ordem) – Preocupação do DEM quanto ao tratamento dispensado pela Justiça boliviana a pessoas extraditadas. 05710

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação e aprovação do projeto e da redação final. 05710

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal. 05710

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Consulta aos Líderes sobre a existência de acordo para a votação do item nº 5 da pauta. 05710

ALFREDO SISKIS (Bloco/PV, RJ – Pela ordem) – Razões do PV para solicitação à Presidência de retirada da matéria da pauta. 05710

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Retirada do item nº 5 da pauta (Projeto de Decreto Legislativo nº 1.3510^A, de 2008). 05711

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.546-A, de 2010, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no

outro País, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2009. 05711

Encerramento da discussão. 05711

Votação e aprovação do projeto e da redação final. 05711

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal. 05711

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.588-A, de 2010, que aprova o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007. 05712

Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB, SP). 05712

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Encerramento da discussão. 05712

Votação e aprovação do projeto e da redação final. 05712

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal. 05713

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.643-A, de 2010, que aprova os textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo. 05713

Encerramento da discussão. 05713

Votação e aprovação do projeto e da redação final. 05714

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal. 05714

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.827-A, de 2010, que aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009. 05715

Encerramento da discussão. 05715

Votação e aprovação do projeto e da redação final. 05715

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal. 05715

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.834-A, de 2010, que aprova o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.....	05715	ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Posicionamento do orador contrário à votação da redação final.	05719
Encerramento da discussão.....	05715	JÚNIOR COIMBRA (PMDB, TO – Pela ordem) – Conveniência de encerramento das discussões tendo em vista a votação do mérito projeto.....	05719
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	05716	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação da redação final.	05719
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	05716	ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ) – Pedido de verificação.....	05719
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.768-A, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.....	05716	DR. ROSINHA (PT, PR – Pela ordem) – Alerta à Presidência sobre a impossibilidade de verificação da votação da redação final.....	05719
Encerramento da discussão.....	05716	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Dr. Rosinha.	05720
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	05716	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aprovação da redação final.	05720
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	05717	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	05720
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.912-A, de 2010, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.....	05717	DR. ROSINHA (PT, PR – Pela ordem) – Consulta a Presidência sobre o recebimento de comunicado a respeito da designação do Deputado Anthony Garotinho para o exercício do cargo de Vice-Líder.....	05720
Encerramento da discussão.....	05717	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Dr. Rosinha.....	05720
Aprovação do projeto.	05717	Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ).....	05720
EFRAIM FILHO (DEM, PB – Pela ordem) – Apoio do orador à aprovação do projeto.....	05717	ROSINHA (PT, PR – Pela ordem) – Perplexidade ante o pedido de verificação solicitado pelo Deputado Anthony Garotinho.	05720
DR. ROSINHA (PT, PR – Pela ordem) – Defesa de aprovação do projeto.....	05717	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados EDSON SILVA (Bloco/PSB, CE), EFRAIM FILHO (DEM, PB), MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ), DUARTE NOGUEIRA (PSDB, SP).....	05720
ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Pedido à Presidência de retirada da matéria da pauta ou de adiamento da sua votação....	05718	ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB, BA – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de inserção no painel do voto do PMDB pela aprovação da redação final.	05720
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Anthony Garotinho.	05718	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Arthur Oliveira Maia.	05720
MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ – Pela ordem) – Impossibilidade de retirada do projeto da pauta....	05718	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados DR. ROSINHA (PT, PR), RUBENS BUENO (Bloco/PPS, PR).....	05720
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Informação ao Deputado Miro Teixeira sobre a votação do projeto.	05718	WALDIR MARANHÃO (Bloco/PP, MA – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de registro do voto do PP no painel.....	05721
DR. ROSINHA (PT, PR – Pela ordem) – Importância de aprovação do projeto. Impossibilidade de retirada da matéria da pauta.....	05718	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Waldir Maranhão.	05721
ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB, BA – Pela ordem) – Impossibilidade regimental de interrupção da votação do projeto. Posicionamento do PMDB favorável à aprovação da matéria.....	05719	Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado WALDIR MARANHÃO (Bloco/PP, MA).....	05721
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Não recebimento, pela Presidência, de comunicado sobre a designação do Deputado Anthony Garotinho para o exercício da Liderança ou da Vice-Liderança do PR na Casa.	05719	Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados WALDIR MARANHÃO (Bloco/PP, MA), EFRAIM	

FILHO (DEM, PB), WALDIR MARANHÃO (Bloco/PP, MA).....	05721	final, tendo em vista a retirada do pedido de verificação pelo Deputado Anthony Garotinho.....	05723
Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB, BA).	05721	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação e aprovação da redação final.....	05723
MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ) – Questão de ordem sobre a precipitação da votação do pedido de verificação.....	05721	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	05723
ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Conveniência de ampliação da discussão do projeto. Repúdio a manifestação do Deputado Dr. Rosinha.	05721	EFRAIM FILHO (DEM, PB – Pela ordem) – Solicitação à Liderança do Governo na Casa de informações sobre os custos de cooperação tecnológica firmada com a França para a construção de submarino.	05724
EDSON SANTOS (PT, RJ – Pela ordem) – Indagação ao Deputado Anthony Garotinho sobre a possibilidade de busca de informações a respeito do projeto, com vistas à sua aprovação na presente sessão.....	05722	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Encerramento da Ordem do Dia.	05724
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Consulta aos Srs. Líderes sobre a possibilidade de suspensão da sessão por 5 minutos para elaboração de acordo com vistas à votação da matéria.	05722	DR. ROSINHA (PT, PR – Pela ordem) – Congratulações à Deputada Rose de Freitas pela assunção da presidência dos trabalhos.	05724
RUBENS BUENO (Bloco/PPS, PR – Pela ordem) – Apoio à proposta da Presidência. Dificuldades do orador e da Deputada Teresa Surita para registro de presença no painel.	05722	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Agradecimento ao Deputado Dr. Rosinha.....	05724
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Adoção pela Presidência de providências a respeito do registro da presença dos oradores.	05722	GERALDO RESENDE (PMDB, MS – Pela ordem) – Eleição do Sr. Murilo Zauith para o cargo de Prefeito Municipal de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul. Comprometimento do orador com as demandas do povo sul-mato-grossense, especialmente dos habitantes de Dourados.	05724
Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, a Sra. Deputada LILIAM SÁ (Bloco/PR, RJ).	05722	DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB, SP – Pela ordem) – Reafirmação do apoio ao anunciado plano de ação de combate à corrupção e ao crime organizado. Anúncio da apresentação de requerimento para fiscalização e controle de políticas públicas de combate ao <i>crack</i>	05726
SANDRO ALEX (Bloco/PPS, PR – Pela ordem) – Pedido de registro da presença do orador no plenário.	05722	EDINHO ARAÚJO (PMDB, SP – Pela ordem) – Necessidade de esclarecimento, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre a interrupção no fornecimento de energia elétrica em Estados da Região Nordeste e em São Paulo, Estado de São Paulo.	05726
Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado JEAN WYLLYS (PSOL, RJ).	05722	LUIZ NISHIMORI (PSDB, PR – Pela ordem) – Assunção do mandato parlamentar pelo orador. Atuação do Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Compromisso de luta em defesa dos interesses do Estado e do desenvolvimento do País.....	05727
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Reiteração da consulta aos Srs. Líderes sobre a possibilidade de suspensão da sessão por 5 minutos para elaboração de acordo acerca da votação da matéria.	05722	LOURIVAL MENDES (Bloco/PTdoB, MA – Pela ordem) – Instituição da Frente Parlamentar em Defesa da Criação do Ministério da Segurança Pública.	05727
MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ – Pela ordem) – Sugestão à Presidência para concessão da palavra aos Deputados durante a elaboração de acordo para a votação da matéria.	05723	FERNANDO FERRO (PT, PE – Pela ordem) – Perplexidade ante os elogios do cronista político Arnaldo Jabor, da <i>TV Globo</i> , à Presidenta Dilma Rousseff.	05727
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Miro Teixeira.	05723	AGNOLIN (PDT, TO – Pela ordem) – Apresentação pelo orador de proposta para superação do impasse a respeito da assunção do mandato parlamentar por suplentes.	05728
ZÉ GERALDO (PT, PA – Pela ordem) – Realização pelo PT de seminário para debate do posicionamento do partido sobre projetos polêmicos em tramitação na Casa, especialmente a proposta de reforma do Código Florestal.	05723	DR. ROSINHA (PT, PR – Pela ordem) – Apelo a Parlamentares de aprovação de acordos celebra-	
ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Desistência da obstrução da votação da matéria. Retirada do pedido de verificação. Repúdio a manifestação do Deputado Dr. Rosinha.	05723		
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aviso ao Plenário sobre retomada da votação da redação			

dos pelo Governo brasileiro com os governos da Venezuela e a Bolívia. 05728

LELO COIMBRA (PMDB, ES – Pela ordem) – Regozijo do orador com a assunção do mandato parlamentar. Defesa de criação de comissão mista para apreciação da proposta de reforma política. . 05728

PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB, AC – Pela ordem) – Necessidade de regularização e fiscalização dos serviços de Internet no Estado do Acre. Precariedade dos serviços de telefonia prestados pela empresa Oi no Estado..... 05729

EDSON SILVA (Bloco/PSB, CE – Pela ordem) – Implantação de escola de tempo integral em Pajuçara, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará..... 05729

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Presença da Senadora Vanessa Grazziotin no plenário..... 05730

LILIAM SÁ (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Protesto contra o não funcionamento do Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas. Apresentação de projeto de resolução sobre instituição, pela Casa, da Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente..... 05730

ELVINO BOHN GASS (PT, RS – Pela ordem) – Regozijo com a assunção do mandato parlamentar. Comprometimento do orador com a agricultura familiar. Relevância do Programa Mais Alimentos, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Solicitação ao Ministro Afonso Florence de ampliação do Programa..... 05730

DR. JORGE SILVA (PDT, ES – Pela ordem) – Agradecimento aos eleitores do Estado do Espírito Santo. Compromisso parlamentar do orador. Urgência na regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre destinação de recursos para a saúde pública. Reunião do PDT destinada ao debate da reforma política..... 05731

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Congratulação ao Deputado Dr. Jorge Silva pela assunção do mandato parlamentar..... 05731

MANATO (PDT, ES – Pela ordem) – Congratulação à Deputada Rose de Freitas pela assunção da 1ª Vice-Presidência da Casa. Transparência da gestão do Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande. Inauguração de via de ligação entre Cachoeira da Fumaça e a rodovia federal, no Município de Alegre. União da bancada federal capixaba em torno da aprovação de propostas de relevante interesse do Estado..... 05731

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Agradecimento ao Deputado Manato pelas palavras elogiosas. 05732

MARÇAL FILHO (PMDB, MS – Pela ordem) – Convite ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para visita ao Município de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, para acompanhamento das obras da Unidade de Pronto Atendimento – UPA e

lançamento do projeto do Pronto Atendimento Infantil – PAI. Resgate da credibilidade de Dourados junto ao Governo Federal com a eleição de novo gestor municipal. 05732

VI – Encerramento

2 – ATA DA 7ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2011.

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Compromisso regimental e posse do Deputado NELSON BORNIER (Bloco/PMDB, RJ). 05741

IV – Pequeno Expediente

NELSON BORNIER (PMDB, RJ) – Congratulação à Deputada Rose de Freitas pela assunção de cargo na Mesa Diretora da Casa. Reassunção do mandato parlamentar pelo orador. Comprometimento com as demandas do povo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente dos habitantes da Baixada Fluminense. Votos de êxito aos novos Deputados. Realização das reformas política, tributária, previdenciária e trabalhista. Imediata adoção de novo Código Eleitoral. Reformulação do Código de Processo Civil e do Código Penal..... 05741

ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB, GO – Como Líder) – Saudação à Deputada Rose de Freitas. Realização da reforma política. Necessidade da adoção de medidas destinadas à garantia do crescimento econômico sustentável do País. Acerto dos anunciados cortes no Orçamento Geral da União de 2011. Redução de gastos pelo Governo Federal. Continuidade das medidas de combate à inflação. Apoio à Presidenta Dilma Rousseff. 05742

RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE) – Desarquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.226, de 2009, acerca da realização de plebiscito sobre a identificação e formalização dos limites territoriais interestaduais em áreas geográficas dos Estados do Piauí, do Ceará e do Rio Grande do Norte, e do Projeto de Lei Complementar nº 587, de 2010, sobre o estabelecimento de prazo e procedimentos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios..... 05743

WELITON PRADO (PT, MG) – Apoio popular às propostas de criação de CPI destinada à investigação de irregularidades com relação ao Seguro DPVAT, e de Comissão Especial destinada ao exame do projeto de extinção da cobrança de assinatura básica da telefonia fixa. 05743

JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB, SP) – Apresentação de projeto de lei sobre a unificação dos índices de ajuste de contratos de aluguéis..... 05744

EDINHO BEZ (PMDB, SC) – Necessidade de medidas de combate ao roubo de veículos trans-

portadores de cargas nas rodovias brasileiras. Relevância dos trabalhos desenvolvidos pela Associação de Proteção aos Transportadores do Sul de Santa Catarina – PROTESUL, e pela Associação dos Proprietários de Caminhões de Tubarão – APROCAT. 05744

GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB, PE) – Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2011, sobre a revogação da Portaria nº 1.510, do Ministério do Trabalho e Emprego, acerca da implantação de registro de ponto eletrônico. Encaminhamento pela população do Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, de donativos às famílias atingidas pelas enchentes na região serrana do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. 05744

MARÇAL FILHO (PMDB, MS) – Regozijo com o anúncio de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. 05745

GERALDO RESENDE (PMDB, MS) – Reportagem apresentada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, sobre o uso de drogas e álcool no interior da reserva indígena de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul. Defesa de criação de Comissão Externa para verificação dos fatos. Alocação de recursos públicos para a realização de obras nas aldeias indígenas Jaguapiru e Bororó. Imediata instalação do Centro de Atenção Psicossocial, no Município de Dourados. 05745

PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB, AC) – Acolhimento humanitário de imigrantes haitianos pelo Governo do Estado do Acre. Apelo à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, de acompanhamento do processo de imigração de haitianos. 05746

FÁTIMA BEZERRA (PT, RN – Pela ordem) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. 05747

LUCI CHOINACKI (PT, SC) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Trajetória vitoriosa do PT. Significado da eleição da Presidenta Dilma Rousseff, especialmente para as mulheres do Brasil e da América Latina. 05747

SÁGUAS MORAES (PT, MT) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Trajetória política do orador. Conquistas do Governo do Luiz Inácio Lula da Silva. 05748

GIACOBLO (Bloco/PR, PR) – Transcurso do 121º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Araucária, Estado do Paraná. Relato da história da cidade. 05749

FERNANDO MARRONI (PT, RS) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Conquistas do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Autorização, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, da produção de medicamento destinado aos aidéticos. 05750

DR. CARLOS ALBERTO (Bloco/PMN, RJ) – Êxito da política de combate à embriaguez no

trânsito, a chamada Operação Lei Seca, adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. 05751

ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV, SP) – Eleição da Deputada Rose de Freitas para a 1ª Vice-Presidência da Mesa Diretora da Casa. Empenho na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 590, de 2006, acerca da representação proporcional de mulheres nas Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Comissões Temáticas. Eleição da Vereadora Leonice da Paz para a 3ª Secretária da Câmara Municipal de Campinas, Estado de São Paulo. Agradecimento à população do Estado de São Paulo pela eleição do orador. Atuação parlamentar do orador. 05751

NAZARENO FONTELES (PT, PI) – Posicionamento do orador com relação a assunção do mandato parlamentar por suplentes. Urgente necessidade de realização da reforma política. Apresentação de proposta de emenda à Constituição acerca do controle de atos do Poder Judiciário pelo Congresso Nacional. 05754

LINCOLN PORTELA (Bloco/PR, MG – Como Líder) – Ampliação, pela Casa, dos debates em torno da reforma política. 05756

FÁTIMA BEZERRA (PT, RN) – Realização, pela bancada do Partido dos Trabalhadores, de seminário nas dependências da Casa sobre diretrizes para atuação do partido na presente Legislatura. . 05757

FERNANDO FERRO (PT, PE) – Transcurso do 132º aniversário de fundação do Município de Garanhuns, Estado de Pernambuco. 05758

GILMAR MACHADO (PT, MG) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Posicionamento do orador favorável aos anunciados cortes no Orçamento Geral da União de 2011. 05758

ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB, BA) – Corte de recursos do Orçamento Geral da União de 2011. Necessidade de cumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. 05759

JÚNIOR COIMBRA (PMDB, TO) – Revisão do pacto federativo em benefício dos Municípios brasileiros. 05760

ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, PE – Como Líder) – Principal razão do apoio do PPS à candidatura do Deputado Marco Maia à Presidência da Casa. Judicialização da política. Necessidade de afirmação, pelo Poder Legislativo, de sua competência constitucional no tocante à assunção do mandato parlamentar por suplentes. Utilização pelo Governo Federal de manobra para a apreciação da medida provisória sobre o reajuste do salário mínimo. Anúncio da apresentação de requerimento para devolução da matéria ao Poder Executivo. Defesa de resgate da dignidade do Poder Legislativo. 05760

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR, PE) – Análise pela mídia internacional da situação econômico-financeira do País. 05761

MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR, AL) – Dificuldades enfrentadas pelos portadores de Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA. Necessidade de aprovação pela Casa de legislação destinada a melhoria de vida das pessoas cometidas pela doença. Correspondência encaminhada ao orador sobre as principais necessidades dos portadores de Esclerose Lateral Amiotrófica. 05762

NILDA GONDIM (PMDB, PB) – Realização, pela Universidade Federal de Campina Grande, de estudo sobre a estatística crescente da violência nos Estados nordestinos nos últimos dez anos. ... 05763

ROSANE FERREIRA (Bloco/PV, PR) – Comemoração do 121º e do 80º aniversários, respectivamente, de fundação do Município de Araucária e de nascimento do jornalista Luiz Geraldo Mazza. Transcurso dos 60 anos de fundação do jornal *O Estado do Paraná*. 05764

V – Grande Expediente

ROMÁRIO (Bloco/PSB, RJ) – Transcurso do Dia do Atleta Profissional. Solidariedade às famílias atingidas pelas enchentes nos Municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro. Prejuízos causados por incêndio na Cidade do Samba, no Rio de Janeiro. Declaração de voto favorável à Medida Provisória nº 502, de 2010, sobre a criação da Bolsa-Atleta. Compromisso do orador com a melhoria das condições de vida dos portadores de deficiência física e com o desenvolvimento do esporte nacional. 05765

Aparteantes: JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB, SP), JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB, MG), DOMINGOS NETO (Bloco/PSB, CE), JOSÉ AIRTON (PT, CE), MÁRCIO MACÊDO (PT, SE), ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM, SC), ANA ARRAES (Bloco/PSB, PE), RENAN FILHO (PMDB, AL), VALTE-NIR PEREIRA (Bloco/PSB, MT). 05766

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Compromisso regimental e posse do Deputado WALTER MEYER FELDMAN (PSDB, SP). 05768

ARTHUR LIRA (Bloco/PP, AL) – Agradecimento aos eleitores do Estado de Alagoas pela assunção do mandato parlamentar. Expectativa de atuação da bancada federal alagoana em prol do desenvolvimento do Estado. Apoio do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao desenvolvimento socioeconômico de Alagoas. Saudações às Deputadas Celia Rocha e Rosinha da Adefal, à Presidenta Dilma Rousseff e às mulheres do lar, particularmente as do Estado de Alagoas. Investimentos no setor educacional alagoano. Acerto da decisão de permanência do Ministro Fernando Haddad à frente da Pasta da Educação. Realização de obras públicas em Alagoas. Urgente concessão, pelo IBAMA, de licença ambiental para a construção do estaleiro EISA. Maior empenho da Casa na aprovação do novo Código Florestal Brasileiro. 05768

Aparteantes: MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR, AL), RENAN FILHO (PMDB, AL). 05770

ERIKA KOKAY (PT, DF – Pela ordem) – Convite aos Parlamentares para participação na solenidade de reativação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. 05773

ROSANE FERREIRA (Bloco/PV, PR – Pela ordem) – Transcurso do 120º aniversário de fundação do Município de Araucária, Estado do Paraná. Comemoração do 80º aniversário natalício do jornalista Geraldo Luiz Mazza. Trajetória exitosa do jornal *O Estado do Paraná*. 05773

MENDONÇA PRADO (DEM, SE – Como Líder) – Comprometimento do DEM com a realização das reformas política e tributária. Pedido à Presidência de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares. 05773

LEOPOLDO MEYER (Bloco/PSB, PR – Pela ordem) – Saudações às Deputadas eleitas pelo Estado do Paraná e à 1ª Vice-Presidenta da Mesa Diretora, Deputada Rose de Freitas. Realizações do orador nos cargos de Secretário de Obras e de Prefeito Municipal de São José dos Pinhais. Agradecimento aos eleitores paranaenses pela eleição do orador. Realização das reformas política e tributária. Estabelecimento de salário mínimo digno para os trabalhadores brasileiros. Falecimento do escritor e professor Leopoldo Scherner e do Vice-Presidente do PSB no Estado do Paraná, Irani Pereira. 05774

JOSÉ AIRTON (PT, CE – Pela ordem) – Intensificação do avanço do mar nas comunidades de Barrinha, Barreiras e Redonda, no Município de Icapuí, Estado do Ceará. Reavaliação pelo Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, de processo a respeito da liberação de recursos para Icapuí. 05774

PEPE VARGAS (PT, RS – Pela ordem) – Homenagem póstuma à educadora Ignez Cecchini Deppe e ao Vereador Clauri Flores, respectivamente, dos Municípios de Nova Petrópolis e Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. 05775

ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB, SC – Pela ordem) – Trajetória política do orador. Linhas de atuação do Parlamentar na Casa. Defesa de realização da reforma política. 05776

MÁRCIO MACÊDO (PT, SE – Pela ordem) – Apresentação de requerimento de criação de Grupo de Trabalho para estudo do Projeto de Lei nº 1.876, de 1999, sobre o Código Florestal Brasileiro. 05776

DOMINGOS SÁVIO (PSDB, MG – Pela ordem) – Urgência na apreciação, pela Casa, da proposta de reformulação do Código Florestal Brasileiro. 05777

EDIVALDO HOLANDA JUNIOR (Bloco/PTC, MA – Pela ordem) – Agradecimento aos eleitores do Estado do Maranhão pela eleição do orador. Trajetória política do Parlamentar. 05778

DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB, SP – Pela ordem) – Apresentação de requerimento de fiscalização e controle das políticas públicas desenvolvidas pela União, pelos Estados e Municípios em relação ao consumo e à comercialização de <i>crack</i> . Solidariedade ao povo egípcio diante da luta empreendida pelo afastamento do Presidente Hosni Mubarak.	05778	AMAUARI TEIXEIRA (PT, BA – Pela ordem) – Agradecimento aos eleitores do Estado da Bahia pela eleição do orador. Defesa de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre a destinação de recursos para a saúde pública.	05794
LUCIANO MOREIRA (PMDB, MA – Pela ordem) – Manifestações do Governo Federal a favor da reforma política.	05778	LUIZ COUTO (PT, PB – Pela ordem) – Prioridade nas áreas de educação, saúde e segurança pública na construção de projeto de desenvolvimento da Nação, proposto pela Presidenta Dilma Rousseff ao ensejo do seu discurso de posse. Firmeza da Presidenta da República no tratamento dos direitos humanos e fundamentais.	05795
JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB, CE – Pela ordem) – Imediata regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre destinação de recursos para a saúde pública. Matérias intituladas <i>Pacientes com doença contagiosa não são separados e Casos de viroses lotam emergências na Capital</i> , publicadas pelo jornal <i>Diário do Nordeste</i>	05779	EDINHO BEZ (PMDB, SC – Pela ordem) – Realização da reforma tributária.	05795
CLEBER VERDE (Bloco/PRB, MA – Pela ordem) – Convite aos Deputados signatários da proposta de criação da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, para participação no ato de reedição e eleição da nova diretoria da Frente, dia 16 de fevereiro de 2011, no plenário da Câmara dos Deputados. Defesa de criação pela Casa da Comissão Permanente da Pesca.	05788	WALDENOR PEREIRA (PT, BA – Pela ordem) – Encaminhamento de indicações ao Ministério da Educação para criação da Universidade Federal do Sudoeste e da Universidade Federal da Serra Geral sediadas, respectivamente, nos Municípios de Vitória da Conquista e Caetité/Guanambi, Estado da Bahia. Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Saudações aos militantes petistas.	05796
SALVADOR ZIMBALDI (PDT, SP – Pela ordem) – Agradecimento aos eleitores do Estado de São Paulo pela eleição do orador, particularmente ao Padre Eduardo Doughert. Defesa de fortalecimento de emissoras de televisão católicas. Posicionamento do orador contrário à legalização do aborto, ao casamento de pessoas do mesmo sexo e à descriminação das drogas no País.	05788	MARÇAL FILHO (PMDB, MS – Pela ordem) – Presença no plenário da radialista Tânia Cristina, do Município de Dourados, e do ex-Prefeito Rivalmir Fonseca de Souza, do Município de Itaporã, Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentação de projeto de lei acerca da redução de impostos incidentes sobre instrumentos utilizados por portadores de deficiência. Encaminhamento de indicação ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para instalação de centro de reabilitação de portadores de necessidades especiais, no Município de Dourados.	05796
FERNANDO FERRO (PT, PE – Pela ordem) – Esclarecimento sobre as causas da ocorrência de blecaute em Estados da Região Nordeste. Reconhecimento da segurança do sistema elétrico brasileiro. Realização pela Comissão de Minas e Energia de debate a respeito do tema.	05789	RUI PALMEIRA (PSDB, AL – Pela ordem) – Corte de recursos do Orçamento Geral da União de 2011. Reexame, pelo Governo Federal, da decisão de suspensão da realização de concursos públicos e de convocação de candidatos aprovados em concursos realizados no exercício anterior.	05797
AUGUSTO COUTINHO (DEM, PE – Pela ordem) – Trajetória política do orador. Defesa da realização da reforma política.	05789	REGUFFE (PDT, DF – Pela ordem) – Redução da carga tributária vigente no País. Contrariedade à pretendida recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF. Empenho na realização da reforma política.	05797
REGUFFE (PDT, DF – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a data de instalação da Comissão Especial destinada ao exame da reforma política.	05790	RENAN FILHO (PMDB, AL – Pela ordem) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Saudações aos membros do PT. Compromisso de luta em prol dos desabrigados pelas enchentes no Estado de Alagoas.	05797
PRESIDENTE (Luiz Couto) – Resposta ao Deputado Reguffe.	05790	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR, AL – Pela ordem) – Empenho no atendimento às reivindicações dos portadores de Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA.	05798
OSMAR TERRA (PMDB, RS – Pela ordem) – Manifesto da Corrente Afirmação Democrática do PMDB.	05790	JERONIMO GOERGEN (Bloco/PP, RS – Pela ordem) – Encontro dos membros da bancada federal do Rio Grande do Sul com os Ministros das	
RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE – Pela ordem) – Apresentação do Requerimento nº 317, de 2011, sobre o desarquivamento de projeto de resolução acerca de criação da Comissão Especial da Assistência Social.	05794		

Cidades e da Integração Nacional para tratativa de assuntos de interesse do Estado..... 05799

MAURO MARIANI (PMDB, SC – Pela ordem) – Agradecimento aos eleitores do Estado de Santa Catarina pela reeleição do orador. Agradecimento ao PMDB pela trajetória política do Parlamentar. Realização das reformas política e tributária..... 05799

ERIKA KOKAY (PT, DF – Pela ordem) – Saudações aos Deputados. Agradecimento à população do Distrito Federal pela eleição da oradora. Desafio do Governo Agnelo Queiroz de reconstrução de Brasília. Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. 05800

WALNEY ROCHA (Bloco/PTB, RJ – Pela ordem) – Compromisso de atuação em prol da melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Estabelecimento de pacto nacional a favor da área de saúde. Realização das reformas política e tributária. Aprovação pela Casa de proposições de relevante interesse da população brasileira. 05800

JOSÉ AIRTON (PT, CE – Pela ordem) – Compromisso do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, de liberação de recursos para a retomada das obras da Ponte Juscelino Kubitschek, no Município de Aracati, Estado do Ceará. 05801

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3/2011 – do Sr. Nazareno Fonteles – Da nova redação ao inciso V do art. 49 da Constituição Federal..... 05802

PROJETOS DE LEI

Nº 356/2011 – do Sr. Julio Lopes – Altera o caput do art. 4º e acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que “dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes”..... 05804

Nº 357/2011 – do Sr. Julio Lopes – Alteram dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – Código de Propriedade Industrial, que passa a vigorar com a seguinte redação: 05806

Nº 358/2011 – do Sr. Julio Lopes – Acrescenta o § 4º-A ao art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981..... 05807

Nº 359/2011 – do Sr. Julio Lopes – Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial- Sinmetro. 05808

Nº 360/2011 – do Sr. José Aírton – Dispõe sobre a proibição de exposição de conteúdos im-

próprios para crianças em bancas de jornais, videolocadoras, cinemas e sítios da Internet e dá outras providências..... 05809

Nº 361/2011 – do Sr. William Dib – Altera dispositivos da lei nº 9099 de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais..... 05810

Nº 362/2011 – do Sr. William Dib – Dá nova redação ao art. 15 da lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências..... 05811

Nº 363/2011 – do Sr. William Dib – Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas unidades hospitalares e dá outras providências..... 05813

Nº 364/2011 – do Sr. William Dib – Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. 05814

Nº 365/2011 – do Sr. William Dib – Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar, e dá outras providências..... 05815

Nº 366/2011 – do Sr. Gastão Vieira – Dá nova redação ao inciso I do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para manter como dependente do segurado do Regime Geral de Previdência Social o filho de até 24 anos, se estudante..... 05816

Nº 367/2011 – do Sr. Jair Bolsonaro – Dá nova redação ao § 1º do art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro..... 05817

Nº 368/2011 – do Sr. Marçal Filho – Institui margem de preferência, nos processos licitatórios, para produtos e serviços locais e regionais..... 05818

Nº 369/2011 – do Sr. Marçal Filho – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de optometrista..... 05818

Nº 370/2011 – do Sr. Alessandro Molon – Estabelece princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacificação social, policiamento comunitário e Unidades de Polícia Pacificadora ou órgãos assemelhados em todo território nacional e dá outras providências... 05819

Nº 371/2011 – da Srª. Manuela D’Ávila – Prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres. ... 05822

Nº 372/2011 – da Srª. Manuela D’Ávila – Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para estender às pessoas portadoras de doenças graves a prioridade de atendimento. 05823

Nº 373/2011 – da Srª. Manuela D’Ávila – Dispõe sobre a obrigatoriedade de as embalagens de medicamentos conterem tampa de segurança..... 05823

Nº 374/2011 – da Sr^a. Manuela D’ávila – Dispõe sobre a doação presumida de órgãos e tecidos para transplantes. 05824

Nº 375/2011 – da Sr^a. Manuela D’ávila – Dispõe sobre a proibição da exigência do número mínimo de créditos “Grade Fechada” para a efetivação ou continuidade da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior. 05824

Nº 376/2011 – da Sr^a. Nilda Gondim – Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulação de calibrador de pneus. 05825

Nº 377/2011 – do Sr. João Campos – Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. 05826

Nº 378/2011 – da Sr^a. Rebecca Garcia – Dá nova redação ao § 1º do art. 2º da Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. 05827

Nº 379/2011 – do Sr. Wellington Fagundes – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de Lucas do Rio Verde da Universidade Federal de Mato Grosso. 05828

Nº 380/2011 – da Sr^a. Rebecca Garcia – Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao agricultor familiar rural e/ou extrativista que tenha suas terras inundadas por ocasião de enchentes sazonais. 05829

Nº 381/2011 – do Sr. Guilherme Campos – Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispondo sobre o sistema de segurança dos correspondentes bancários. 05830

Nº 383/2011 – do Sr. Roberto de Lucena – Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. 05832

Nº 384/2011 – do Sr. Roberto de Lucena – Proíbe a veiculação de reportagens, artigos e informativos que utilizem imagens, ilustrações ou sinais de caráter erótico, pornográfico ou obsceno, em qualquer meio de comunicação e de divulgação pública ou destinada a assinantes com intuito de promover bens culturais impróprios a crianças e adolescentes. 05833

Nº 385/2011 – do Sr. Roberto de Lucena – Estabelece exigência para entidades compostas por estrangeiros que atuem na Amazônia Legal. 05835

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 4/2011 – do Sr. Vanderlei Macris – Sustenta a Portaria nº 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 21 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2009.. 05835

Nº 5/2011 – do Sr. Gonzaga Patriota – Sustenta a Portaria nº 1.510 do Ministério do Trabalho e

Emprego, de 21 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2009.. 05838

Nº 6/2011 – do Sr. Guilherme Campos – Sustenta a Portaria nº 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 21 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2009.. 05841

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Nº 14/2011 – do Sr. Mendes Ribeiro Filho – Acrescenta art. 259-A ao Regimento Interno, criando novos credenciamentos junto à Câmara dos Deputados. 05844

Nº 15/2011 – do Sr. Henrique Eduardo Alves – Altera a redação do § 2º do art. 26 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. 05845

INDICAÇÕES

Nº 36/2011 – do Sr. José Airton – Sugere a Ministra de Estado da Cultura a inscrição da rapadura e sua técnica de fabricação no livro de registro como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. 05845

Nº 37/2011 – do Sr. Romero Rodrigues – Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, que seja intensificado o controle epidemiológico da dengue no Estado da Paraíba. 05846

Nº 38/2011 – do Sr. Romero Rodrigues – Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, que sejam implementadas todas as ações previstas no Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, instituído pela Portaria GM nº 1.944, de 27 de agosto de 2009. 05846

RECURSOS

Nº 4/2011 – do Sr. Eduardo Cunha – Contra apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674, de 2007, do Deputado Vaccarezza, que regulamenta o artigo 226 §3º da Constituição Federal, união estável, institui o divórcio de fato. 05847

Nº 5/2011 – do Sr. João Campos – Contra apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674/2007. 05848

Nº 6/2011 – do Sr. Paes Landim – Contra apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674, de 2007, do Sr. Cândido Vaccarezza, e apensados, que regulamenta o artigo 226 §3º, da Constituição Federal, união estável e institui o divórcio de fato. 05849

VI – Comunicações Parlamentares

FRANCISCO PRACIANO (PT, AM) – Agradecimento aos eleitores do Estado do Amazonas pela assunção do mandato parlamentar. Linhas da atuação do orador na Casa. Congratulações ao Partido dos Trabalhadores – PT pelos 31 anos de fundação. 05850

EDINHO BEZ (PMDB, SC) – Votos de boas-vindas ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Renan Filho. Apresentação de projeto de lei sobre a garantia do pagamento de cheque no valor de até 25% do salário mínimo. 05851

MARÇAL FILHO (PMDB, MS) – Recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. Homenagem póstuma ao Senador Ramez Tebet. Importância da luta do Parlamentar pela recriação da SUDECO. Reabertura do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. 05854

PAULO TEIXEIRA (PT, SP – Como Líder) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Reafirmação do compromisso histórico de luta do PT em prol da democracia e dos direitos sociais. Homenagem a militantes petistas. Continuidade da atuação do partido pela construção de uma sociedade justa. 05854

EDINHO BEZ (PMDB, SC – Pela ordem) – Escalada da violência no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina. 05856

WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR, MT) – Agradecimento à população do Estado do Mato Grosso pela reeleição do orador. Defesa de realização de investimentos governamentais na Amazônia. Eleição do orador para coordenador da bancada federal mato-grossense. Encontro de membros da bancada e do Governador Silval Barbosa com a Presidenta Dilma Rousseff para tratativas de assuntos de interesse de Mato Grosso. Encontro do orador com o Ministro-Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, para debate da regularização de glebas em Municípios mato-grossenses. Concessão pelo Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, de audiência ao Governador Silval Barbosa e ao orador para discussão das obras de travessia urbana na Capital Cuiabá. Saudação ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Hugo Motta. ... 05856

PRESIDENTE (Hugo Motta) – Agradecimento ao Deputado Wellington Fagundes pelas palavras elogiosas. 05857

PAES LANDIM (Bloco/PTB, PI. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Posicionamento do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, favorável à assunção do mandato parlamentar por suplentes eleitos pelo partido. Decisão do magistrado a respeito do registro da candidatura de políticos condenados pela Justiça. 05857

SANDES JÚNIOR (Bloco/PP, GO – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de desarquivamento dos projetos de lei sobre a tipificação da agressão praticada contra a mulher como crime de tortura, a castração química de estupradores e a elevação da pena máxima aplicada a criminosos de 30 para 60 anos. 05857

RONALDO FONSECA (Bloco/PR, DF) – Agradecimento aos eleitores do Distrito Federal pela assunção do mandato parlamentar. Saudações aos Parlamentares, especialmente aos evangélicos. Solicitação ao Ministério da Educação de encaminhamento ao orador de cópias do *kit* contra a homofobia, o chamado *kit gay*, e do contrato firmado com a organização não governamental Comunicação em

Sexualidade – ECOS para a sua elaboração. Saudação ao Presidente em exercício dos trabalhos. . 05857

EDUARDO GOMES (PSDB, TO – Pela ordem) – Saudação ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Hugo Motta. 05858

ALFREDO SIRKIS (Bloco/PV, RJ) – Razões do pedido de retirada da pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.351-A, de 2008, a respeito do tratado de extradição firmado entre o Brasil e República Popular da China. 05858

EUDES XAVIER (PT, CE – Pela ordem) – Transcurso do 31º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Homenagem a membros do PT. 05860

ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, PE – Pela ordem) – Apresentação à Presidência de requerimento para devolução de projeto de lei ao Poder Executivo. 05860

HUGO MOTTA (PMDB, PB – Pela ordem) – Protesto contra a demissão, pelo Governador do Estado da Paraíba, Ricardo Coutinho, de funcionários públicos. 05861

EFRAIM FILHO (DEM, PB – Pela ordem) – Desafio dos Parlamentares jovens de resgate da credibilidade do Parlamento brasileiro junto à sociedade. Manifestação de boas-vindas ao Deputado Hugo Motta. Apelo à Presidenta Dilma Rousseff de reexame da anunciada suspensão de editais e nomeações de candidatos aprovados em concursos públicos. 05861

VII – Encerramento

3 – DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

– Arquite-se, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD, o PL nº 6.805/10. 05869

– Arquivem-se, nos termos do artigo 133 do RICD, o PLs que especifica. 05869

4 – ERRATA

– Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 4361/04 (DCD nº 28, de 10/3/10, página 7627, coluna 2). 05870

COMISSÕES

5 – ATA

– Comissão de Direitos Humanos e Minorias, *14ª Reunião (Audiência Pública, com participação da Comissão de Legislação Participativa), em 16.6.10. 05870

* Ata com notas taquigráficas 05897

6 – DESIGNAÇÃO

a) Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 1927/03, em 10.3.09. 05897

SEÇÃO II

7 – ATOS DO PRESIDENTE

a) **Exonerar:** Carlos Roberto Maranhão Coimbra. 05897

b) **Nomear:** Roseane Vaz Guimarães Feres.

c) Dispensar: Andrea Costa Marques, Antonio Geraldo Martins, Carolina Van Der Linden de Souza, Cristiane Branco Macedo, Egio Almeida Andrade, Jose Eduardo Machado, Manuel Alves..... 05898

d) Designar: Abrahão Rezende Aidar, Andrea Costa Marques, Carlos Antonio Masson, Carolina Van Der Linden de Souza, Cristiane Branco Macedo, Egio Almeida Andrade, Fabio Henrique Tenorio Pedrosa, Francisco Carlos Benincasa, Letícia Sayuri Ono..... 05898

e) Designar (substitutos): Amarildo Gonçalves Ferraz, Andre Said de Lavor, Carlos Luiz Pereira Lima dos Santos, Clarice de Freitas Lima, Etelvino Lins Almeida Machado, Fabiano Fernandes Rocha, Gustavo Silva de Salles, Ilton Sebastião Ferraz dos Santos, Inês Maria Silva, Jadir da Cruz Moura, Luis Augusto Nery Barreto, Marcello Larcher, Marcio Honda, Marcos Aurélio Lopes de Sousa, Maria Aparecida Neves, Marlon Alves de Sousa Silva, Murilo Sergio da Silva Neto, Paulo Eustáquio Luiz de Almeida, Valter Batista da Silva. 05899

f) Exonerar: Adriana Machado, Adriana Malgarezi, Adriane Maria Serwy, Alessandra Rosa Gondim, Alexandre Alves de Siqueira, Alexandre de Luca Thomé, Aline Polissene Clifford Macedo, Aline Virginia Alves Lima, Allan Saliba Rodrigues, Aluizio Fabio Marotti, Alzinete Estelito Silva, Ana Cristina Landim Fialho, Ana Lúcia Silva de Paulo Firmino, Ana Paula de Souza Alves, Anatilde Maria Castanheiro Amorim, Antonio de Carvalho Soares Filho, Arquicelso Bites Leão Leite, Aryone Altino Franco, Ataíde Bezerra dos Santos Junior, Barbara Guimarães Braga Araújo, Caio Oliveira Vasconcelos, Caroline Lima Ferraz, Cássia Maria da Silva, Cicero Wilton Miranda Oliveira, Cláudia Inácia Soares Gomes, Claudio Anastacio de Sousa, Clodoaldo da Silva, Cristiane do Amaral Ricardo Aires, Cristianne Mayrink Sampaio Silva Neto, Daniel de Souza Cruz, Danilo Oliveira Sousa, Darlene Custódio Beserra Sá, Denise Guardieiro Cardozo, Diego Campos Goes Coelho, Edilamar Bezerra Carvalho, Elaine Drumond Machado, Eliane Santos da Silva, Emmanuelle Girard Ferreira Nunes, Evelise Maria Corrêa Menezes, Fabiana Renata Franciscas Pires, Flavia Aparecida Ribeiro, Francisco de Assis Guimarães, Gabriel Albuquerque Barros, George Henrique Barbosa Oliveira, Giselle de Sousa Gonçalves Pereira, Greice Kelly de Oliveira Palmeira, Greyce Caroline Vieira dos Santos, Gustavo Oliveira Nunes, Gustavo Sousa Rodrigues, Izabel Cristina de Moura, João Carlos de Matos, Jônathas Silva Santos, Josafa Franklin Miranda Rodrigues, José Francisco Campos Nóbrega, Josiane Ribas Lanzarin Spengler, Josivan Brasileiro da Silva, Juliana Alves Rodrigues, Juliana Galvão Cavalcanti Couto de Azevedo, Jussara Siqueira de Almeida, Karla Wanessa Fonseca Braga Farneze, Katia Naizer de Moura Machado, Liana Cristina de Oliveira Ferreira, Lilian Aparecida Todarelli Junqueira, Lindonvalton da Silva Lustosa, Lucas Sena Avena, Luciana Coutinho dos Santos Oliveira, Luciana de Freitas Gonçalves, Ludmila Ne-

ves Barbosa da Silva de Loyola, Luiz Antonio Coelho Romero, Luiz Otávio Avelar da Conceição, Maicow Costa da Gama, Mara Regina Rezende, Marcelo Bessoni de Almeida, Marcos Vinicius Barrozo Cavalcante, Maria Clara de Barros Correia Dantas, Maria Idalina de Sant'ana, Maria Ivete Gomes de Oliveira, Maria Margaréte Alves de Sá, Maria Marilene Araújo de Souza, Maria Roselle Campos Guimarães, Maristhane Soares Damasceno, Mavéola Maria de Oliveira Leite, Mônica Chaves Gibrail Rocha, Mussio Moura Soares, Myriam Letícia Vasconcelos Barbosa, Nair Oliveira da Silva, Odilene Maria Guidão da Silva Monteiro, Patricia Ribeiro da Cunha, Paulo Henrique Vieira da Silva, Paulo Roberto Lima Pinheiro, Rafael Oliveira da Rocha Silva, Rebeca de Souza Leão Albuquerque, Renilda de Fatima Oliveira, Ricardo Augusto Vieira Matos, Rita Maria Andrzejewski da Silva, Saulo Estevão da Silva Passos, Sebastião Milanez de Paula, Shawi Caixeta Attiê, Sheila Carvalho de Sousa Tavares, Talvane dos Santos Furtado, Tânia da Rocha Domiciano, Tatyane Kelly do Nascimento Rocha, Ubirajara de Vasconcelos Formiga, Vera Lucia Boller, Wellington Giovanni Moreira, Werner Reis Rodrigues Teles. 058901

g) Nomear: Alessandra Eloi de Souza Martins, Alexandre de Luca Thomé, Aline Polissene Clifford Macedo, Ana Helena Sampaio Maluf, Barbara Guimarães Braga Araújo, Carlos Gustavo de Almeida Brum, Caroline Lima Ferraz, Cássia Maria da Silva, Cicero Wilton Miranda Oliveira, Cláudia Inácia Soares Gomes, Cristiane do Amaral Ricardo Aires, Cristiane Marques Senedese Cleto, Denise Assumpção Fernandes, Denise Guardieiro Cardozo, Diego Campos Goes Coelho, Edilamar Bezerra Carvalho, Edson Gonçalves Duarte, Eleonora Adjuto e Campos, Eliane Santos da Silva, Evelise Maria Corrêa Menezes, Fernando Nunes Chaves, Flavia Aparecida Ribeiro, Francisco de Assis Guimarães, Francislene Katia Severino dos Santos, Gabriel Albuquerque Barros, George Henrique Barbosa Oliveira, Giselle de Sousa Gonçalves Pereira, Gislene Gomes, Guilherme Sena de Assunção, Gustavo Cruz de Sousa Junior, Isabela Maria de Souza Serafim, Jaymerson José Gomes de Amorim, José Antônio Assis de Godoy, Jose Augusto Barbosa de Pinho, José de Queiroz Silva, José Leite da Costa Júnior, Juliana Alves Rodrigues, Juliana Galvão Cavalcanti Couto de Azevedo, Jussara Siqueira de Almeida, Katia de Oliveira Silva, Kênia Cibebe do Carmo, Lázaro Gilvano de Deus Silva, Letícia Freitas Nösseis Gomide, Liana Cristina de Oliveira Ferreira, Luiz Antônio Coelho Romero, Manoel Magalhães de Mello Netto, Mara Regina Rezende, Marcelo Bessoni de Almeida, Maria Cristina Saliba do Vale, Maria da Paz Nóbrega de Oliveira, Maria Margaréte Alves de Sá, Maria Marilene Araújo de Souza, Mavéola Maria de Oliveira Leite, Myriam Letícia Vasconcelos Barbosa, Olbia Cristina Ribeiro, Patricia Ribeiro da Cunha, Rebeca de Souza Leão Albuquerque, Renilda de Fatima Oliveira, Rina Maria Barreiro, Roseni Pereira

de Miranda, Shawi Caixeta Attiê, Silvia Regina de Paula, Talvane dos Santos Furtado, Tânia da Rocha Domiciano, Tatiana Ramos de Assunção, Tatyane Kelry do Nascimento Rocha, Ubirajara de Vasconcelos Formiga, Wagner Mattos Bacelar, Wellington Giovanni Moreira, Werner Reis Rodrigues Teles, Zalife de Fátima Campos Sousa..... 05908

8 – RESENHAS DA PRIMEIRA SECRETARIA

– da Correspondência Expedida e Recebida, relativa a Requerimento de Informação e Indica-

ção, referentes aos meses de fevereiro a junho de 2009..... 05912

9 – MESA**10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES****11 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO****12 – COMISSÕES****SUPLEMENTO**

Indicação de Líder do PRTB, sairá publicada em suplemento a este Diário.

SEÇÃO I

**Ata da 6ª Sessão, Extraordinária, Matutina,
em 10 de fevereiro de 2011**

*Presidência dos Srs. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente,
Inocência Oliveira, 3º Secretário*

*ÀS 9 HORAS COMPARECEM À CASA
OS SRS.:*

Inocência Oliveira
Manato
Carlos Eduardo Cadoca
Partido Bloco

RORAIMA

Berinho Bantim PSDB
Chico das Verduras PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsP-
tcPsl
Jhonatan de Jesus PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsP-
tcPsl
Raul Lima PP PpPscPmn
Total de Roraima: 4

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS PvPps
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Zequinha Marinho PSC PpPscPmn
Total de Pará 3

AMAZONAS

Rebecca Garcia PP PpPscPmn
Total de Amazonas 1

RONDÔNIA

Mauro Nazif PSB PsbPtbPcdob
Nilton Capixaba PTB PsbPtbPcdob
Padre Ton PT
Total de Rondônia 3

ACRE

Henrique Afonso PV PvPps
Marcio Bittar PSDB
Total de Acre 2

TOCANTINS

Agnolin PDT
Júnior Coimbra PMDB
Laurez Moreira PSB PsbPtbPcdob
Total de Tocantins 3

MARANHÃO

Carlos Brandão PSDB
Domingos Dutra PT
Lourival Mendes PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsP-
tcPsl
Total de Maranhão 3

CEARÁ

Artur Bruno PT
Chico Lopes PCdoB PsbPtbPcdob
Manoel Salviano PSDB
Mauro Benevides PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Total de Ceará 5

PIAUI

Nazareno Fonteles PT
Total de Piauí 1

RIO GRANDE DO NORTE

João Maia PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Rio Grande do Norte 1

PERNAMBUCO

Anderson Ferreira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
José Chaves PTB PsbPtbPcdob
Pastor Eurico PSB PsbPtbPcdob
Total de Pernambuco 3

ALAGOAS

Celia Rocha PTB PsbPtbPcdob
Givaldo Carimbão PSB PsbPtbPcdob
Rosinha da Adefal PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsP-
tcPsl
Total de Alagoas 3

BAHIA

Amauri Teixeira PT
Antonio Imbassahy PSDB
Daniel Almeida PCdoB PsbPtbPcdob
Erivelton Santana PSC PpPscPmn
José Carlos Araújo PDT
José Rocha PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Luiz Argôlo PP PpPscPmn
Maurício Trindade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Oziel Oliveira PDT
Total de Bahia 9

MINAS GERAIS

Aelton Freitas PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Antônio Andrade PMDB
Bernardo Santana de Vasconcellos PR PrPrbPtdob-
PrtbPrpPhsPtcPsl
Carlaile Pedrosa PSDB
Eduardo Barbosa PSDB
Eros Biondini PTB PsbPtbPcdob
Jairo Ataíde DEM
João Magalhães PMDB
Lael Varella DEM
Leonardo Monteiro PT
Leonardo Quintão PMDB
Mauro Lopes PMDB
Newton Cardoso PMDB
Renzo Braz PP PpPscPmn
Vitor Penido DEM
Total de Minas Gerais 15

ESPÍRITO SANTO

Dr. Jorge Silva PDT
Total de Espírito Santo 1

RIO DE JANEIRO

Andreia Zito PSDB
Arolde de Oliveira DEM
Benedita da Silva PT
Dr. Adilson Soares PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Dr. Aluizio PV PvpPs
Dr. Carlos Alberto PMN PpPscPmn
Dr. Paulo César PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Jair Bolsonaro PP PpPscPmn
Julio Lopes PP PpPscPmn
Total de Rio de Janeiro 9

SÃO PAULO

Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arnaldo Faria de Sá PTB PsbPtbPcdob
Arnaldo Jardim PPS PvpPs
Dr. Ubiali PSB PsbPtbPcdob
Gabriel Chalita PSB PsbPtbPcdob
Junji Abe DEM
Keiko Ota PSB PsbPtbPcdob
Luiz Fernando Machado PSDB
Otoniel Lima PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Paulo Freire PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Paulo Pereira da Silva PDT
Penna PV PvpPs
Roberto de Lucena PV PvpPs

Roberto Santiago PV PvpPs
Rodrigo Garcia DEM
Total de São Paulo 15

MATO GROSSO

Roberto Dorner PP PpPscPmn
Ságuas Moraes PT
Total de Mato Grosso 2

GOIÁS

Armando Vergílio PMN PpPscPmn
João Campos PSDB
Pedro Chaves PMDB
Rubens Otoni PT
Thiago Peixoto PMDB
Total de goiás 5

PARANÁ

Fernando Francischini PSDB
Osmar Serraglio PMDB
Rosane Ferreira PV PvpPs
Total de Paraná 3

SANTA CATARINA

Jorge Boeira PT
Ronaldo Benedet PMDB
Zonta PP PpPscPmn
Total de Santa Catarina 3

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP PpPscPmn
Jeronimo Goergen PP PpPscPmn
José Otávio Germano PP PpPscPmn
Jose Stédile PSB PsbPtbPcdob
Luiz Noé PSB PsbPtbPcdob
Marcon PT
Renato Molling PP PpPscPmn
Total de Rio Grande do Sul 7

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) -

A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 104 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. DR. UBIALI, servindo como 2º Secretário,

procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) –
Passa-se à leitura do expediente.

O SR. DR. UBIALI, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

MENSAGEM N.º 21, DE 2011

(Do Poder Executivo)

AVISO Nº 24/2011 – C. Civil

Submete à consideração do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 9 de setembro de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 9 de setembro de 2010.

Brasília, 9 de fevereiro de 2011.

EM Nº 7 MRE

Brasília, 4 de janeiro de 2010.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 9 de setembro de 2010, pelo então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Congo, Basile Ikouébé.

2. O presente Acordo, semelhante aos assinados com mais de sessenta países ao longo das duas últi-

mas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das Missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

3. Com efeito, proporcionar um espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, cônjuges em especial, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente, – Assinado eletronicamente por: **Antonio de Aguiar Patriota**.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CONGO SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República do Congo
(doravante denominados “Partes”),

Considerando a excelência das relações existentes entre os dois Estados; e

Desejosos de estabelecer novos mecanismos para o fortalecimento das suas relações diplomáticas,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

1. Os dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico de uma das Partes, designado para exercer missão oficial na outra Parte como membro de missão diplomática, de repartição consular ou de missão permanente perante organização internacional, sediada no Estado acreditado e por ele reconhecida, poderão ser autorizados a exercer atividade remunerada no território da Parte acreditada, em conformidade com o presente Acordo e com base no princípio da reciprocidade.

2. Para fins deste Acordo, pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico significa qualquer empregado de uma das Partes, com exceção do pessoal de apoio, designado para exercer missão oficial

em missão diplomática, repartição consular ou missão permanente junto a organização internacional.

3. Para fins deste Acordo, são considerados dependentes:

- a) cônjuge ou companheiro permanente;
- b) filhos solteiros menores de 21 anos;
- c) filhos solteiros menores de 25 anos que estejam estudando em universidade ou instituição de ensino superior reconhecida por cada Parte; e
- d) filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

ARTIGO 2

Para qualquer dependente que deseje exercer atividade remunerada, a Embaixada ou posto da Parte acreditante deverá apresentar, por escrito, por via diplomática, solicitação oficial ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da outra Parte. O pedido deverá incluir informação que comprove a condição de dependente da pessoa em questão e uma breve explanação sobre a atividade remunerada pretendida. Após verificar se a pessoa em questão se enquadra nas categorias definidas no presente Acordo e após observar os dispositivos internos aplicáveis, o Cerimonial informará à Embaixada ou missão da Parte acreditante, por escrito e com a brevidade possível, se o dependente está autorizado a exercer atividade remunerada. A Embaixada ou missão da Parte acreditante deverá informar o Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da Parte acreditada a respeito do término da atividade remunerada exercida pelo dependente, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar qualquer nova atividade remunerada.

ARTIGO 3

No caso em que o dependente autorizado a exercer atividade remunerada gozar de imunidade de jurisdição no território do Estado acreditado conforme os Artigos 31 e 37 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 18 de abril de 1961, ou qualquer outro tratado internacional aplicável:

- a) tal dependente não gozará de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado, em ações contra ele iniciadas por atos diretamente relacionados com o desempenho da referida atividade remunerada; e
- b) o Estado acreditante considerará qualquer pedido do Estado acreditado no sentido

de renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal durante o exercício da referida atividade remunerada. Caso não haja a renúncia da imunidade e, na percepção do Estado acreditado, o caso seja considerado grave, o Estado acreditado poderá solicitar a retirada do país do dependente em questão.

ARTIGO 4

A autorização para o exercício de atividade remunerada terminará tão logo cesse a condição de dependente do beneficiário da autorização, na data em que as obrigações contratuais tiverem sido cumpridas, ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente. Contudo, o término da autorização levará em conta o prazo razoável do decurso previsto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961, sem exceder três meses.

ARTIGO 5

A autorização para que um dependente exerça atividade remunerada, em conformidade com o presente Acordo, não concederá à pessoa em questão o direito de continuar no exercício da atividade remunerada ou de residir no território da Parte acreditada, uma vez terminada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente.

ARTIGO 6

O dependente não poderá exercer emprego que, de acordo com a legislação da Parte acreditada, somente possa ser ocupado por nacional desse Estado, ou que afete a segurança nacional.

ARTIGO 7

Este Acordo não implicará o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas em vigor que regulamentam essas questões no território da Parte acreditada. No caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas exigências a que deve atender um nacional da Parte acreditada, candidato ao mesmo emprego.

ARTIGO 8

1. Os dependentes que exerçam atividade remunerada estarão sujeitos ao pagamento, no território da Parte acreditada, de todos os impostos relativos à renda, com fonte no país acreditado, nele obtida em

decorrência do desempenho dessa atividade e de acordo com as leis tributárias desse país.

2. Os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo estarão sujeitos à legislação de previdência social do Estado acreditado.

ARTIGO 9

1. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à execução deste Acordo será dirimida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

2. Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, por troca de notas diplomáticas. As emendas entrarão em vigor em conformidade com os procedimentos estabelecidos no Artigo 10 deste Acordo.

ARTIGO 10

Este Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data da segunda notificação pela qual uma Parte informa à outra do cumprimento de seus requisitos internos para a entrada em vigor deste Acordo.

ARTIGO 11

Este Acordo permanecerá em vigor por período indeterminado e poderá ser denunciado caso qualquer das Partes notifique à outra, por escrito, por via diplomática, sua decisão de denunciar este Acordo. A denúncia surtirá efeito noventa (90) dias após a data da notificação.

Feito em Brasília, em 9 de setembro de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, **Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores – PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO CONGO, **Basile Ikouébé**, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

MENSAGEM Nº 22, DE 2011

(Do Poder Executivo)

AVISO Nº 25/2011 – C. CIVIL

Submete à consideração do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 16 de novembro de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 16 de novembro de 2010.

Brasília, 9 de fevereiro de 2011.

EM Nº 15 MRE

Brasília, 6 de janeiro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 16 de novembro de 2010, pelo então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Simbarashe S. Mumbengegwi.

2. O presente Acordo, semelhante aos assinados com mais de cinquenta países ao longo das duas últimas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das Missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

3. Com efeito, proporcionar um espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, cônjuges em especial, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente, – Assinado eletronicamente por: **Antonio de Aguiar Patriota**.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE SOBRE O**

**EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA
POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL
DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR,
ADMINISTRATIVO E TÉCNICO**

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República do Zimbábue
(doravante denominados “Partes”),
Preâmbulo

Considerando estágio particularmente avançado
de entendimento entre os dois países; e

Desejosos de estabelecer novos mecanismos
para fortalecer suas relações diplomáticas,

Acordaram o seguinte:

**ARTIGO 1
Objetivo**

Os dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico de uma das Partes, designado para exercer missão oficial na outra como membro de Missão diplomática, de Repartição consular ou de Missão permanente perante organização internacional sediada no Estado acreditado e por ele reconhecida, poderão ser autorizados a exercer atividade remunerada no território da Parte acreditada, em conformidade com o presente Acordo e com base no princípio da reciprocidade.

**ARTIGO 2
Definições**

1. Para fins deste Acordo, pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico significa qualquer empregado de uma das Partes, designado para exercer missão oficial em Missão diplomática, Repartição consular ou Missão permanente junto a organismo internacional, com exceção do pessoal de apoio.

2. Para fins deste Acordo, são considerados dependentes:

- a) cônjuge ou companheiro permanente;
- b) filhos solteiros menores de 21 anos;
- c) filhos solteiros menores de 25 anos, matriculados em universidade ou centro de ensino superior reconhecido por cada Estado; e
- d) filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

**ARTIGO 3
Autorização**

Para todo dependente que deseje exercer atividade remunerada, a Missão da Parte acreditante deverá solicitar, por escrito, por via diplomática, autorização do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da Parte acreditada. O pedido incluirá in-

formação que comprove a condição de dependente da pessoa em questão e uma breve explanação sobre a atividade remunerada pretendida. Após verificar se a pessoa em questão se enquadra nas categorias definidas no presente Acordo e após observar os dispositivos internos aplicáveis, o Cerimonial informará à Missão da outra Parte, por escrito e com a brevidade possível, que o dependente está autorizado a exercer atividade remunerada. A Missão deverá informar ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da Parte acreditada a respeito do término da atividade remunerada exercida pelo dependente, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar qualquer nova atividade remunerada.

**ARTIGO 4
Imunidades**

No caso em que a pessoa autorizada a exercer atividade remunerada gozar de imunidade de jurisdição no território do Estado acreditado conforme os Artigos 31 e 37 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961, ou qualquer outro tratado internacional aplicável:

a) tal pessoa não gozará de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado, em ações contra ela iniciadas por atos diretamente relacionados com o desempenho da referida atividade remunerada; e

b) o Estado acreditante considerará seriamente qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal durante o exercício da referida atividade remunerada. Caso não haja a renúncia da imunidade e, na percepção do Estado acreditado, o caso seja considerado grave, o Estado acreditado poderá solicitar a retirada do país do dependente em questão.

**ARTIGO 5
Término da atividade remunerada**

A autorização para o exercício de atividade remunerada terminará tão logo cesse a condição de dependente do beneficiário da autorização, na data em que as obrigações contratuais tiverem sido cumpridas, ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente.

Contudo, o término da autorização levará em conta o prazo razoável do decurso previsto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961, sem exceder três (3) meses.

ARTIGO 6

Término da missão

A autorização para que um dependente exerça atividade remunerada, em conformidade com o presente Acordo, não concederá à pessoa em questão o direito de continuar no exercício da atividade remunerada ou de residir no território do Estado acreditado quando terminada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente.

ARTIGO 7

Limitações

Nada neste Acordo conferirá ao dependente o direito a emprego que, de acordo com a legislação do Estado acreditado, somente possa ser ocupado por nacional desse Estado, ou que afete a segurança nacional.

ARTIGO 8

Reconhecimento de diplomas

Este Acordo não implicará o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas em vigor que regulamentam essas questões no território do Estado acreditado. No caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente atenderá às mesmas exigências a que deve atender um nacional do Estado acreditado, candidato ao mesmo emprego.

ARTIGO 9

Impostos

1. Os dependentes que exerçam atividade remunerada estarão sujeitos ao pagamento, no território do Estado acreditado, de todos os impostos relativos à renda nele auferida em decorrência do desempenho dessa atividade, com fonte no país acreditado, de acordo com as leis tributárias desse país.

2. Os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo estarão sujeitos à legislação de previdência social do Estado acreditado.

ARTIGO 10

Força maior

1. No caso de ocorrência de um evento de força maior, nenhuma das Partes será responsabilizada por problemas e custos decorrentes da impossibilidade de cumprir suas obrigações no âmbito deste Acordo.

2. A Parte afetada por um evento de força maior notificará a ocorrência à outra Parte, por escrito, em até quatorze (14) dias após a ocorrência.

ARTIGO 11

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução deste Acordo será dirimida entre as Partes, por via diplomática.

ARTIGO 12

Emendas

Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo, por negociação direta entre as Partes, por troca de Notas diplomáticas. As emendas entrarão em vigor em conformidade com os procedimentos estabelecidos no Artigo 13 deste Acordo.

ARTIGO 13

Entrada em vigor

Este Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data da segunda notificação de uma Parte à outra que informe o cumprimento de seus respectivos requisitos internos para a entrada em vigor deste Acordo.

ARTIGO 14

Denúncia

Este Acordo terá vigência indeterminada e poderá ser denunciado caso qualquer das Partes notifique à outra, por escrito, por via diplomática, sua decisão de denunciá-lo. Nesse caso, a denúncia surtirá efeito noventa (90) dias a partir da data da notificação.

2. A denúncia deste Acordo não implicará a denúncia automática de outros acordos subsidiários celebrados entre as Partes, salvo disposição em contrário presente no acordo subsidiário.

Feito em Brasília, em 16 de novembro de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, **Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores – PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE, **Simbarashe S. Mumbengegwi**, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Conselho Nacional de Justiça

Ofício nº 44/GP – COFI

Brasília, 25 de janeiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2010

Senhor Presidente,

Em vista do que estabelece o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 do Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente,



Ministro Cezar Peluso
Presidente

PORTARIA Nº 9 , DE 25 DE JANEIRO DE 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o inciso III e o parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2010, constante do anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Ministro Cezar Peluso

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDAÇÕES (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.107.582,76	705.762,75
Pessoal Ativo	18.107.582,76	705.762,75
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	18.107.582,76	705.762,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.320,45	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	17.320,45	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL: (III) = (I - II)	18.090.262,31	705.762,75
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		18.796.025,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	499.866.613.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,003760%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -	0,006000%
LIMITE PRUDENCIAL (§ Único, art. 22 da LRF) -	0,005700%

FONTE: SIAFI Gerência

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


Helena Yácon-Fujita Azuma
Diretora-Geral


Glaucia Elaine de Paula
Secretária de Controle Interno


Fernando Florido Marcondes
Secretário-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
RECURSOS ORDINÁRIOS	86.132.248,03	2.824.447,26	83.507.800,77
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS (CAUÇÃO)	1.476,24	1.476,24	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	86.133.724,27	2.625.923,50	83.507.800,77
TOTAL (III) = (I + II)	86.133.724,27	2.625.923,50	83.507.800,77
RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹			

FONTE: SIAFI - DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.


Helena Yaeko Fujita Azuma
Diretora-Geral


Glaucia Elaine de Paula
Secretária de Controle Interno


Fernando Florido Marcondes
Secretário-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RS 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.658,29	283.743,23	693.700,00	77.047.558,57	83.507.900,77	
RECURSOS ORDINÁRIOS						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.658,29	283.743,23	693.700,00	77.047.558,57	83.507.900,77	
TOTAL (III) = (I + II)	1.658,29	283.743,23	693.700,00	77.047.558,57	83.507.900,77	
RECIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹						

FONTE: SIAFI

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Helena Yaeko Fujita Azuma
Helena Yaeko Fujita Azuma
Diretora-Geral

Glaucia Elaine de Paula
Glaucia Elaine de Paula
Secretária de Controle Interno

Fernando Florido Marcondes
Fernando Florido Marcondes
Secretário-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.796.025,06	0,003760%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,006000%>	29.991.996,78	0,006000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,005700%>	28.492.396,94	0,005700%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total	77.047.558,57	83.507.800,77

FONTE: SIAFI



Helena Yaeko Fujita Azuma
Diretora-Geral


Glaucia Elaine de Paula
Secretária de Controle Interno


Fernando Florido Marcondes
Secretário-Geral

Em 10/02/11

Encaminhe-se à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.
Publique-se.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 73

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **ALMEIDA LIMA** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 74

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **ANTÔNIO ANDRADE** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/1/Nº 75

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **BENJAMIN MARANHÃO** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga-existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/1/Nº 76

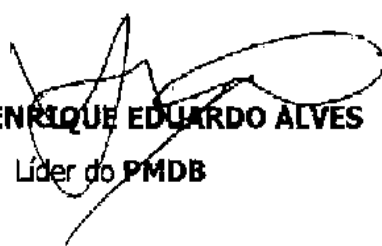
Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **DARCÍSIO PERONDI** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 77

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **EDINHO ARAÚJO** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 78

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **EDINHO BEZ** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 79

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **EDUARDO CUNHA** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.


Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.


MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 80

Brasília, . 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **GASTÃO VIEIRA** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 81

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **GENECIAS NORONHA** passa a Integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 82

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **JÚNIOR COIMBRA** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 83

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **MAURO BENEVIDES** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 84

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **OSMAR SERRAGLIO** passa a Integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 85

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **RENAN FILHO** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/I/Nº 86

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada **TERESA SURITA** passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes do **PMDB**, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Líder do **PMDB**

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente


OF.B/ 002 / 11.

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a indicação da deputada **LUÍZA ERUNDINA (PSB-SP)** como titular, da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política.

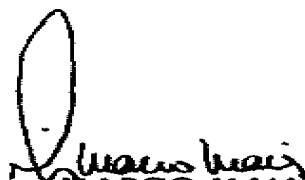
Respeitosamente,


Deputada ANA ARRAES
Líder do PSB

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Em 10 / 2 / 2011.

Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente


OF.B/ 003 / 11.

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a indicação do deputado **GLAUBER BRAGA (PSB-RJ)** como titular, da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas.


Respeitosamente,


Deputada ANA ARRAES
Líder do PSB

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Em 10 / 2 / 2011.

Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente

Of. nº 026/2011 - BLOCO

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

À Sua Excelência, o Senhor

Deputado Marco Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico a **Deputada Gorete Pereira (PR/CE)** como representante do Bloco Parlamentar PR, PRB, PTdoB, PRTB, PRP, PHS, PTC,

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,




Deputado Lincoln Portela

Líder do Bloco Parlamentar

PR, PRB, PTdoB, PRTB, PRP, PHS, PTC, PSL

Em 10/02/2011.

Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente

Of. nº 052/2011 - LPR

Brasília, 9 de fevereiro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Marco Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Assunto: Indicação de Vice-Liderança do Bloco Parlamentar

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar os seguintes Deputados como Vice-Líderes do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PTC/PSL, Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA), Deputado Laércio Oliveira (PR/SE) e Deputado Ronaldo Fonseca (PR/DF).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,



Deputado Lincoln Portela

Líder do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

Of. nº 053/2011 – Bloco

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Indicação para Titularidade de Comissão Temporária.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o **Deputado Anthony Garotinho (PR/RJ)** para membro **Titular** da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,



Deputado Lincoln Portela
Líder do Bloco Parlamentar
PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL

Em 10 / 2 /2011.

Publique-se.



MARCO MAIA
Presidente

Of. nº 054/2011 – Bloco

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Indicações para Titulares e Suplentes de Comissão Temporária.
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o **Deputado Vicente Arruda (PR/CE)**, **Deputado Valdemar Costa Neto (PR/SP)** e **Deputado Luciano Castro (PR/RR)** para membros **Titulares** e indicar o **Deputado Lincoln Portela (PR/MG)** e **Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)** para membros **Suplentes** da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,



Deputado Lincoln Portela
Líder do Bloco Parlamentar
PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL

Em 10 / 2 / 2011.



MARCO MAIA
Presidente

Of. nº 056/2011 – LPR

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

**Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta**

Assunto: Indicação de Vice-Liderança do Bloco Parlamentar

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar os seguintes Deputados como Vice-Líderes do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL, Deputada Gorete Pereira (PR/CE), Deputado Homero Pereira (PR/MT) e Deputado Izalci (PR/DF).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,


Deputado Lincoln Portela
Líder do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/
PRP/PHS/PTC/PSL

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.


MARCO MAIA
Presidente


Ofício Ind. 300-11/PDT

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

Senhor Presidente,

Indico a V.Exa., de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os Deputados MIRO TEIXEIRA (PDT/RJ) e REGUFFE (PDT/DF), para integrarem como membros Titulares e os Deputados FÉLIX JÚNIOR (PDT/BA) e SUELI VIDIGAL (PDT/ES), para integrarem como membros Suplentes a "Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política"..

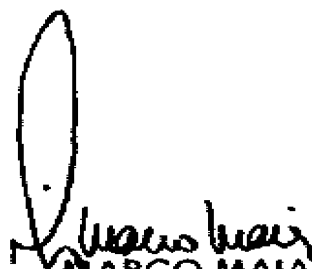
Atenciosamente,



Deputado Giovanni Queiroz
Líder do PDT

À Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Em 10 / 2 / 2011.
Publique-se.



MARCO MAIA
Presidente


Ofício Ind. 301-11/PDT

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

Senhor Presidente,

Indico a V.Exa., de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os Deputados MARCELO MATOS (PDT/RJ) e SUELI VIDIGAL (PDT/ES), para integrarem como membros Titular e Suplente respectivamente a **"Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas"**.

Atenciosamente,



Deputado Giovanni Queiroz
Líder do PDT

À Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Em 10 / 2 / 2011.
Publique-se.



MARCO MAIA
Presidente

OF/GAB/N. 04/2011

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA DO GABINETE DA SGM

Protocolo N.: 2011/106186

Data e Hora: 14/02/2011-14:06


Assunto: Ofício INDICAÇÃO DE VICE-LÍDER

Interessado: NELSON MARCHEZAN

Autor Iniciativa: Não se aplica

Senhor Presidente,

*Cumprimentando Vossa Excelência, indico, nos termos regimentais, o Deputado **NELSON MARCHEZAN JUNIOR**, PSDB/RS, para o cargo de Vice-Líder desta Liderança da Minoria.*


Atenciosamente,

Deputado **PAULO ABI-ACKEL**
Líder da Minoria

*A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados*

Em 10/02/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

Of.Pres.Int nº 005-2011-CLP

Brasília, 31 de janeiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor

MARCO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Publicação de Ato

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que determinei o arquivamento de um Requerimento apresentado nesta Comissão por meio de Ato da Presidência.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido Ato.

Atenciosamente,



Deputado **PAULO PIMENTA**
Presidente

ATO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente da Comissão de Legislação Participativa, no uso de suas competências regimentais, inscritas no art. 41 combinado com o art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,

RESOLVE:

Determinar o arquivamento dos Requerimento abaixo relacionado:

REQ 134/2010 CLP

Sala da Comissão, em 31 de janeiro de 2011.



Deputado **PAULO PIMENTA**
Presidente

Em: 10/02/11
Publique-se.



MARCO MAIA
Presidente

Brasília, 31 de janeiro de 2011

OF.GAB.DEP.JTM. Nº 006/2011.

À Sua Excelência o Senhor
Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho solicitar a reativação do Grupo Parlamentar Brasil-Líbano, criado pelo PRC n.º 44/79, passando a funcionar na atual legislatura contando com os membros relacionados nas fichas de apoio anexas.

Saliento que após a reativado o grupo, será procedida reunião de instalação, a fim de que seja composta nova diretoria.

Atenciosamente,



JORGE TADEU MUDALEN
Deputado Federal – DEM/SP

Grupo Parlamentar Brasil – Líbano

Senhor (a) Parlamentar

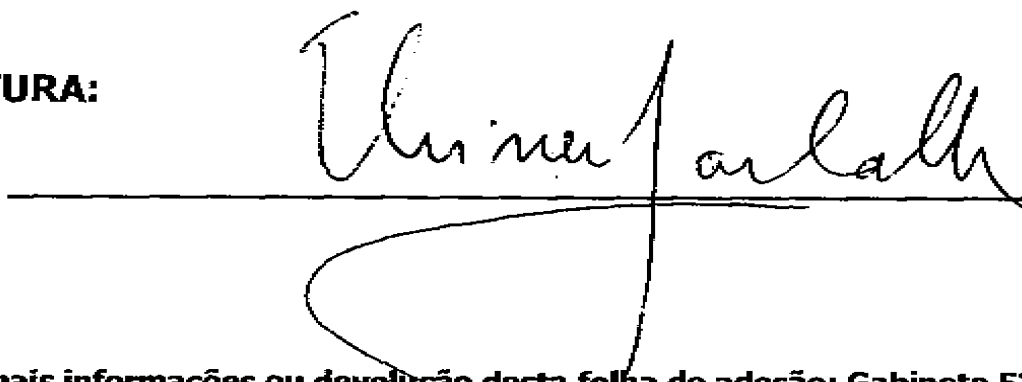
O Deputado Federal Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) convida Vossa Excelência para se tornar integrante do **Grupo Parlamentar Brasil-Líbano**, que será reinstalado junto à Comissão de Relações Exteriores desta Câmara dos Deputados.

TERMO DE ADESÃO

DEPUTADO: Elcione Barbalho

PARTIDO: PMDB ESTADO: PA GABINETE: 919

ASSINATURA:



Dúvidas, mais informações ou devolução desta folha de adesão: Gabinete 538
– Anexo IV – Fone: 3215.5538 – Fax 3215.2538
E-mail: dep.jorgetadeumudalen@camara.gov.br

Senhor (a) Parlamentar

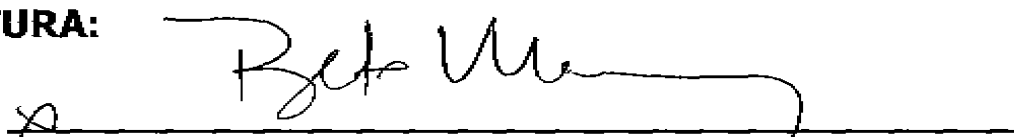
O Deputado Federal Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) convida Vossa Excelência para se tornar integrante do **Grupo Parlamentar Brasil-Líbano**, que será reinstalado junto à Comissão de Relações Exteriores desta Câmara dos Deputados.

TERMO DE ADESÃO

DEPUTADO: Beto Mansur

PARTIDO: PP ESTADO: SP GABINETE: 616

ASSINATURA:



Grupo Parlamentar Brasil – Líbano

Senhor (a) Parlamentar

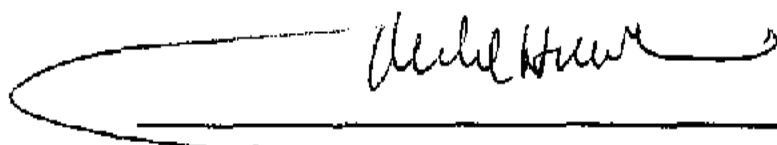
O Deputado Federal Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) convida Vossa Excelência para se tornar integrante do **Grupo Parlamentar Brasil-Líbano**, que será reinstalado junto à Comissão de Relações Exteriores desta Câmara dos Deputados.

TERMO DE ADESÃO

DEPUTADO: Paulo Abi-Ackel

PARTIDO: PSDB ESTADO: mg GABINETE: 460

ASSINATURA:



Senhor (a) Parlamentar

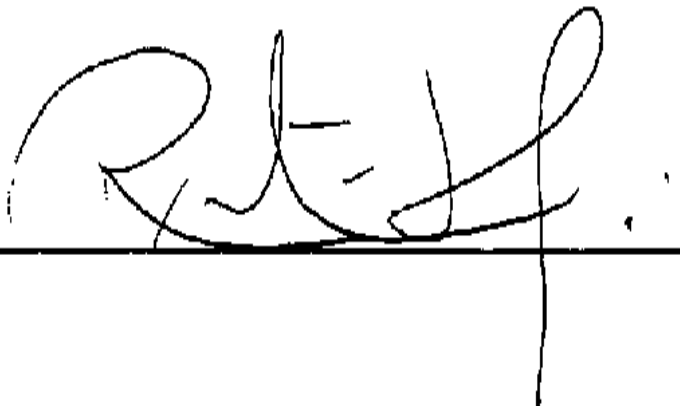
O Deputado Federal Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) convida Vossa Excelência para se tornar integrante do **Grupo Parlamentar Brasil-Líbano**, que será reinstalado junto à Comissão de Relações Exteriores desta Câmara dos Deputados.

TERMO DE ADESÃO

DEPUTADO: FABIO TADEU

PARTIDO: PMDB ESTADO: MS GABINETE: 452

ASSINATURA:



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fabio Tadeu', is written over a horizontal line. A vertical line extends downwards from the end of the signature.

Senhor (a) Parlamentar

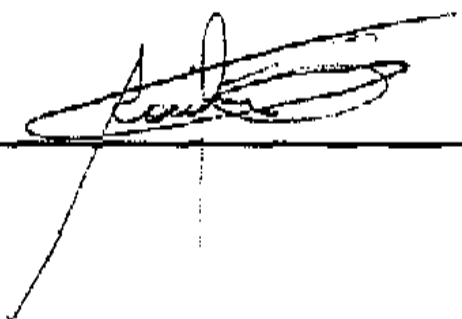
O Deputado Federal Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) convida Vossa Excelência para se tornar integrante do **Grupo Parlamentar Brasil-Líbano**, que será reinstalado junto à Comissão de Relações Exteriores desta Câmara dos Deputados.

TERMO DE ADESÃO

DEPUTADO: DR. ADILSON SOARES

PARTIDO: PR ESTADO: RJ GABINETE: 926

ASSINATURA:



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Adilson Soares', is written over a horizontal line. A vertical line extends downwards from the signature.

Senhor (a) Parlamentar

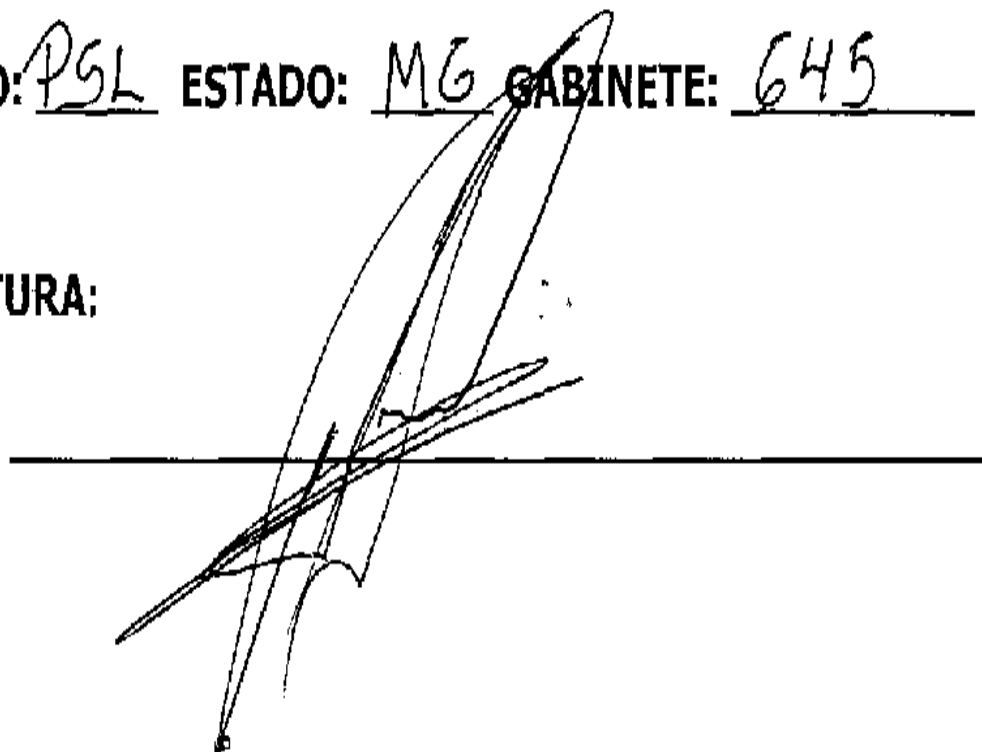
O Deputado Federal Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) convida Vossa Excelência para se tornar integrante do **Grupo Parlamentar Brasil-Líbano**, que será reinstalado junto à Comissão de Relações Exteriores desta Câmara dos Deputados.

TERMO DE ADESÃO

DEPUTADO: Dr. Griho

PARTIDO: PSL ESTADO: MG GABINETE: 645

ASSINATURA:

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is slanted and appears to be 'Dr. Griho'.

Senhor (a) Parlamentar

O Deputado Federal Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) convida Vossa Excelência para se tornar integrante do **Grupo Parlamentar Brasil-Líbano**, que será reinstalado junto à Comissão de Relações Exteriores desta Câmara dos Deputados.

TERMO DE ADESÃO

DEPUTADO: ARNALDO JORDIM

PARTIDO: PPS ESTADO: SP GABINETE: 245

ASSINATURA:

[Assinatura]

PRESIDÊNCIA/SGM

Of. 06/2011 – Deputado Jorge Tadeu Mudalen.

Ref. Grupo Parlamentar Brasil-Líbano.

Em 10/02/2011.

Publique-se.

[Assinatura]
MARCO MAIA
Presidente

Ofício n.007/2011

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

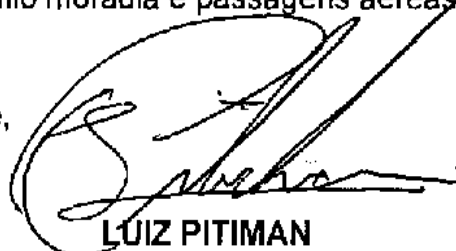
Assunto: Comunica afastamento do mandato parlamentar

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 56, inciso I, da Constituição Federal, c/c o artigo 235, inciso IV, do RICD, comunico a Vossa Excelência o meu afastamento do mandato de Deputado Federal, a partir de 10 (dez) de fevereiro de 2011, a fim de exercer o cargo de Secretário de Estado de Obras, no Distrito Federal, conforme publicação da nomeação no Diário Oficial do DF nº 29, em anexo.

Informo, ainda, que opto pela remuneração de Secretário de Estado e abro mão do 14º e 15º salários, auxílio moradia e passagens aéreas.

Respeitosamente,



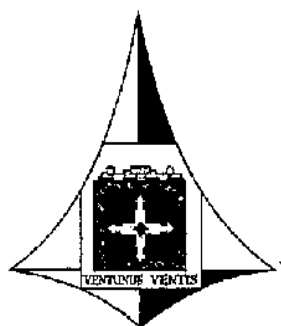
LUIZ PITIMAN
Deputado Federal
PMDB/DF

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE 09 DE FEVEREIRO DE 2011.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos III, XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

NOMEAR ~~LUIZ CARLOS PIETSCHMANN~~ para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-03, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, **CESSAR OS EFEITOS** no Decreto de 31 de janeiro de 2011, publicado no DODF nº 22, de 1º de fevereiro de 2011, página 23, do ato que designou **DANILO PEREIRA AUCÉLIO**, Secretário-Adjunto, para responder sem acumular vencimentos e sem prejuízo de suas atribuições, pelo Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-03, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Aos 10 dias do mês de fevereiro de 2011, perante o Chefe da Unidade de Administração Geral da Secretaria de Obras do Distrito Federal compareceu o (a) Sr (a) **LUIZ CARLOS PIETSCHANN**, nomeado (a) pelo Decreto de 09/02/2011, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 29 de 10/02/2011, para exercer o **Cargo de Natureza Especial**, símbolo CNE-03, DE SECRETÁRIO DE ESTADO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, de acordo com as disposições da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Do referido cargo tomou posse, ficando ciente dos direitos e responsabilidades inerentes ao cargo, assumindo o compromisso de bem cumprir os seus deveres legais, entre eles, de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal à Instituição que serve; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo; à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal; levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo; zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público; guardar sigilo sobre assuntos do trabalho; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; ser assíduo e pontual ao serviço; tratar com urbanidade as pessoas; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, bem como, apresentar declaração dos bens e valores que constituem o seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Para constar, após exame da documentação necessária, foi lavrado o presente termo, por ambos assinado.

Dirigente da Área

Servidor Empossado

Em: 10/02/2011

Considere-se afastado, nos termos do artigo 56, inciso I da CF, c/c o artigo 235, inciso IV, do RICD, em 10 de fevereiro de 2011, a partir das 11h13. Convoque-se o respectivo suplente. Ao Senhor Diretor-Geral. Publique-se.



MARCO MAIA
Presidente

Brasília, 02 de fevereiro de 2011

Ofic. n.º 002/2011

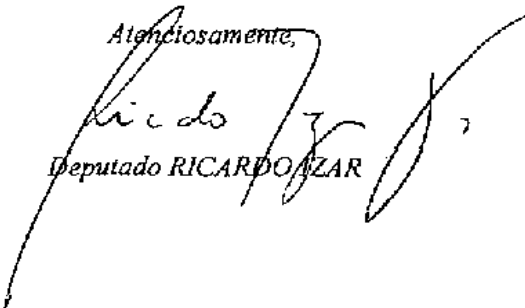
Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente
NESTA.

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência que em reunião extraordinária do Grupo Parlamentar Brasil-Líbano, realizada na data de ontem, foi definida a nova composição do referido Grupo para esta legislatura que se inicia.

Na oportunidade, solicito a Vossa Excelência o registro da presente ata, em anexo, para que ela produza os efeitos regimentais.

Atenciosamente,



Deputado RICARDO AZAR

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL – LÍBANO DO CONGRESSO NACIONAL

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e onze, reuniram-se na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, os Deputados Ricardo Izar Júnior, Fábio Trad, Guilherme Mussi e Roberto Santiago, membros do Grupo Parlamentar Brasil-Líbano do Congresso Nacional, com a finalidade de eleger um Presidente para a entidade, tendo em vista o término do mandato legislativo, após a convocação, nos dias trinta e um de janeiro e um do mês em curso, através de telefonemas, distribuição de panfletos nas entradas e pontos de maior movimentação no interior da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, visitas a gabinetes, comunicados encaminhados às caixas postais dos senhores parlamentares membros do Grupo Parlamentar Brasil-Líbano. Abertura: aguardado o prazo estatutário de trinta minutos, e na ausência do quorum previsto no Estatuto, deu-se início à Reunião com os membros que compareceram, até o momento, às dezessete horas e vinte minutos. O senhor Deputado Ricardo Izar Júnior – abriu os trabalhos, por indicação dos membros então presentes. Eleição: a seguir, o Deputado Ricardo Izar Júnior, declarou aberto o processo de eleição do novo Presidente da entidade. Discursaram os senhores deputados Fábio Trad e Guilherme Mussi, no sentido de que fosse indicado, por aclamação, o Deputado Ricardo Izar Júnior como novo Presidente da entidade, e Fábio Trad como vice-Presidente, respectivamente, opinião que foi ratificada pelos demais, decidindo-se eleger, por unanimidade, os referidos parlamentares. Tomando assento na direção dos trabalhos, o Presidente, Deputado Ricardo Izar Júnior, franqueou a palavra e, como ninguém pleiteasse o uso dela, passou a agradecer a todos os presentes pela indicação. Encerramento: o senhor Deputado Ricardo Izar Júnior declara, assim, encerrada a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. Ata: para constar, eu, Vilson da Silva Leite, designado Secretário, lavrei a presente Ata, que, em seguida à sua leitura, foi assinada pelo senhor Presidente, Ricardo Izar Júnior, Deputado Ricardo Izar Júnior, pelo primeiro vice-presidente, Fábio Trad, Deputado Fábio Trad, pelo segundo vice-presidente, Guilherme Mussi, Deputado Guilherme Mussi, e pelo terceiro vice-presidente, Roberto Santiago, Deputado Roberto Santiago, considerada conforme pelos membros do colegiado.

Mário Mota
Guilherme
Roberto Santiago

Ricardo Izar Júnior
Esperanza Faria (252)
PP - SC


PRESIDÊNCIA/SGM

OF. 02/2011 – Deputado Ricardo Izar.

Ref. Grupo Parlamentar Brasil-Líbano.

Em 10/02/2011.

Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente

Ofício n. 01/2011

Brasília, 09 de fevereiro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

Assunto: Comunica afastamento do mandato parlamentar

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 56, inciso I, da Constituição Federal, c/c o artigo 235, inciso IV, do RICD, comunico a Vossa Excelência o meu afastamento do mandato de Deputado Federal, a partir de 09 de fevereiro de 2011, a fim de exercer o cargo de Secretário de Habitação, no Estado de São Paulo, conforme publicação da nomeação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em anexo.

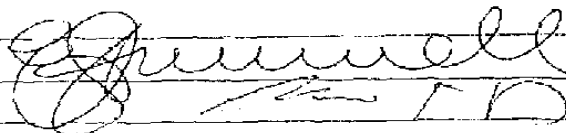
Respeitosamente,


Deputado SILVIO TORRES
PSDB/SP**SECRETARIA DA HABITAÇÃO****Doc. 02/02/2011**

Nomeando, nos termos do art. 20 I, da LC 160-73,
Silvio França Torres, RG 3.594.623-4, para exercer em
comissão o cargo de Secretário do Estado da Secretaria
de Habitação, vago em decorrência de sua própria
resignação.

Térmo de posse que presta
o Doutor Silvio Franco Torres,
RG 3.594.623-4, para exercer,
em Comissão, o cargo de
Secretário de Estado da
Secretaria da Habitação

Aos dez dias do mês de
fevereiro de dois mil e onze, na
Secretaria da Habitação, compareceu
o Doutor Silvio Franco Torres, RG n.
3.594.623-4, nomeado por Decreto de
nove de fevereiro do corrente ano,
publicado no Diário Oficial do dia
imediatamente, para exercer, em Comissão,
o cargo de Secretário de Estado, da
Secretaria da Habitação, no qual
por este ato é investido, prometendo
bem e fielmente desempenhar suas
funções. E, para constar, eu, Elvira de
Souza Arruda, Secretária de Estado,
da Secretaria da Justiça e da Defesa
da Cidadania, mandei lavrar o
presente termo, que subscrevo com o
impresso.


Elvira de Souza Arruda

Em: 10/02/2011

Considere-se afastado, nos termos do artigo 56, inciso I, da CF, c/c o artigo 235, inciso IV, do RICD, em 09 de fevereiro de 2011. Convoque-se o respectivo suplente. Ao Senhor Diretor-Geral. Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

Assunto: Assunção no mandato parlamentar.

Senhor Presidente,

Atendendo convocação de Vossa Excelência, comunico-lhe que aceito assumir o mandato de Deputado Federal, na qualidade de Suplente, pelo Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 56, § 1º, da CF, c/c o art. 241, inciso II, do RICD, a partir desta data.

Respeitosamente,



NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA
(PMDB/RJ)

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício s/n. - Dep. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA (posse no mandato parlamentar).

Em: 10/02/2011

Publique-se, nos termos do art. 56, § 1º, da CF, c/c o art. 241, inc. II, do RICD. Ao Senhor Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

Assunto: **Assunção no mandato parlamentar.**

Senhor Presidente,

Atendendo convocação de Vossa Excelência, comunico-lhe que aceito assumir o mandato de Deputado Federal, na qualidade de Suplente, pelo Estado de São Paulo, nos termos do art. 56, § 1º, da CF, c/c o art. 241, inciso II, do RICD, a partir desta data.

Respeitosamente,


WALTER MEYER FELDMAN
(PSDB/SP)

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício s/n. - Dep. WALTER MEYER FELDMAN (posse no mandato parlamentar).

Em:10/02/2011.

Publique-se, nos termos do art. 56, § 1º, da CF, c/c o art. 241, inc. II, do RICD. Ao Senhor Diretor-Geral.


MARCO MAIA
Presidente

PROJETO DE LEI N.º 382, DE 2011

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM N.º 24/2011**AVISO N.º 27/2011 – C. Civil**

Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011, a sua política de valorização de longo prazo, e disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O salário mínimo passa a corresponder ao valor de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 18,17 (dezoito reais e dezessete centavos) e o valor horário, a R\$ 2,48 (dois reais e quarenta e oito centavos).

Art. 2º Ficam estabelecidas as diretrizes para a política de valorização do salário mínimo a vigorar entre 2012 e 2015, inclusive, a serem aplicados em 1º de janeiro do respectivo ano.

§ 1º Os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.

§ 2º Na hipótese de não divulgação do INPC referente a um ou mais meses compreendidos no período do cálculo, até o último dia útil imediatamente anterior à vigência do reajuste, o Poder Executivo estimará os índices dos meses não disponíveis.

§ 3º Verificada a hipótese de que trata o § 2º, os índices estimados permanecerão válidos para os fins desta Lei, sem qualquer revisão, sendo os eventuais resíduos compensados no reajuste subsequente, sem retroatividade.

§ 4º A título de aumento real, serão aplicados os seguintes percentuais:

I – em 2012 será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2010;

II – em 2013 será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2011;

III – em 2014 será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2012; e

IV – em 2015 será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2013.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º, será utilizada a taxa de crescimento real do PIB para o ano de referência, divulgada pelo IBGE, até o último dia útil do ano imediatamente anterior ao de aplicação do respectivo aumento real.

Art. 3º Os reajustes e aumentos fixados na forma do art. 2º serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto.

Parágrafo único. O decreto do Poder Executivo a que se refere o **caput** divulgará a cada ano os valores mensal, diário e horário do salário mínimo decorrentes do disposto neste artigo, correspondendo o valor diário a um trinta avos e o valor horário a um duzentos e vinte avos do valor mensal.

Art. 4º Até 31 de dezembro de 2015, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2016 e 2019, inclusive.

Art. 5º O Poder Executivo constituirá grupo interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo.

Art. 6º O art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 83.

§ 1º Na hipótese de concessão de parcelamento do crédito tributário, a representação fiscal para fins penais somente será encaminhada ao Ministério Público após a exclusão da pessoa física ou jurídica do parcelamento.

§ 2º É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos no **caput**, durante o período em que a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no parcelamento, desde que o pedido de parcelamento tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal.

§ 3º A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 4º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos no **caput** quando a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento.

§ 5º O disposto nos §§ 1º a 4º não se aplica nas hipóteses de vedação legal de parcelamento.” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente à data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.

Brasília,

EMI nº 27/MF/MTE/MP/MPS

Brasília, 7 de fevereiro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência projeto de lei cujo objetivo é reajustar o valor do salário mínimo para R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) mensais em 2011 e estabelecer as diretrizes para a política de valorização do salário mínimo a valer entre 2012 e 2015 e disciplinar a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento de crédito tributário.

2. O novo valor proposto para o salário mínimo representa um reajuste pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2010. O novo valor proposto substitui o anterior de R\$ 540,00. Naquela oportunidade previa-se que o INPC acumulado em 2010 seria de 5,88%. Entretanto, o INPC encerrou o ano de 2010 em 6,47%, o que elevaria o valor do salário mínimo para R\$ 543,00. Logo a proposta de elevar o salário mínimo para R\$ 545,00 assegura a manutenção do poder de compra dos trabalhadores e dos beneficiários da previdência social.

3. Em função dos impactos da crise financeira internacional, o crescimento real do PIB foi levemente negativo em 2009. Em virtude disso, o acréscimo real para efeito do cálculo do salário mínimo foi nulo, diferentemente do que vinha ocorrendo em anos anteriores quando o crescimento real do PIB era acrescido ao reajuste do salário mínimo.

4. Essa medida beneficiará 29,1 milhões de trabalhadores formais e informais que, conforme os dados da PNAD 2009 recebiam um salário mínimo mensal. A esse contingente se somam cerca de 18,6 milhões

de beneficiários da Previdência Social. Em suma, a medida beneficiará aproximadamente 47,7 milhões de pessoas.

5. A diferença de R\$ 5,00 em relação ao valor contido no PLN nº 59/2010-CN causará, se a proposta vier a vigorar a partir de 1º de março de 2011, um impacto adicional previsto de R\$ 1,36 bilhão nas despesas vinculadas ao salário mínimo, dividido da seguinte forma: déficit do Regime Geral da Previdência Social (RPGS); aumento de R\$ 935,3 milhões; benefícios de Renda Mensal Vitalícia (RMV) e da Lei Orgânica da Assistência Social: aumento de R\$ 194,3 milhões; e benefícios associados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT): incremento de R\$ 233 milhões.

6. Dessa forma, cabe destacar que o montante de R\$ 1,36 bilhão, equivalente ao custo adicional da mudança de R\$ 540,00 para R\$ 545,00, deverá ser acomodado por meio dos Decretos de Programação Financeira, nos termos dos arts. 8º e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000).

7. Além disso, propõe-se a regra de valorização do salário mínimo, ampliando sua política de horizonte anual, para um planejamento de longo prazo, a vigorar no período 2012-2015. Essa política consiste na manutenção do poder de compra, medido pelo INPC, e da concessão de reajustes reais com base no crescimento real do PIB medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aferido no penúltimo ano a contar da data que passar a vigorar o novo valor do salário mínimo.

8. Considerando a expectativa do Governo de manutenção de taxas elevadas de crescimento ao longo dos próximos anos, essa regra de reajuste com base no crescimento real do PIB, além de fornecer previsibilidade para a política de valorização do salário mínimo, assegurará um crescimento real de cerca de 30% ao longo dos próximos 5 anos.

9. Para a operacionalização da política de valorização do salário mínimo a proposta prevê a edição de decreto do Poder Executivo da União, detalhando que o cálculo do INPC será feito com base no INPC acumulado nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.

10. O Projeto de Lei determina que até 31 de dezembro de 2015, o Poder Executivo da União encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2016 e 2019, inclusive.

11. Por fim, a proposta de Projeto de Lei acrescenta novos parágrafos ao art. 83 da Lei nº 9.430, de

27 de dezembro de 1996, com vistas a consolidar sistemática referente à relação entre o parcelamento do crédito tributário e a punibilidade dos crimes de que trata o caput do artigo em questão.

12. Propõe-se, em primeiro plano, que no caso de concessão do parcelamento, a representação fiscal para fins penais somente seja encaminhada ao Ministério Público após a exclusão da pessoa física ou jurídica do referido benefício tributário.

13. No que tange à pretensão punitiva do Estado, o Projeto estabelece a suspensão do seu exercício durante o período em que o agente enquadrado nos crimes a que se refere o art. 83 estiver incluído no parcelamento, desde que o requerimento desta transação tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal. Por conseguinte, em tais hipóteses não correrá o prazo prescricional.

14. Com a presente proposta, pretende-se garantir, à semelhança do que já prevê o art. 34 da Lei nº 9.249/95, a extinção da punibilidade de tais crimes, quando a pessoa neles implicada efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de parcelamento. Trata-se de harmonizar a legislação tributária à jurisprudência já firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto.

15. São essas, Excelentíssima Senhora Presidente da República, as razões que nos levam a submeter à consideração de Vossa Excelência o presente projeto de lei.

Respeitosamente, – Assinado por: **Guido Mantega, Carlos Lupi, Miriam Belchior, e Garibaldi Alves Filho.**

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011

(Do senhor Chico Lopes)

Requer o desarquivamento das proposições de sua autoria nos termos do art. 105 do Regimento Interno.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência nos termos do artigo 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das proposições relacionadas a seguir:

PL 7762/2010, que altera a Lei de Planos e Seguros privados de assistência à saúde;

PL 5346/2009, que dispõe sobre a criação da profissão do Educador Social;

PL 4499/2008, que concede anistia aos ex-servidores da administração pública federal, direta, indireta, autárquica, fundação e de

economia mista, exonerados a partir de janeiro de 1995 (PDV);

PL 3458/2008, que altera o CDC para inserir no rol das cláusulas abusivas entre os itens que compõem a lista de material escolar, insumos correspondentes a atividade comercial, que não fazem parte do uso individual do aluno;

PL 3079/2008, que estabelece obrigatoriedade de divulgação de normas de segurança no transporte terrestre aquaviário de passageiros;

PL 2989/2008, que institui o dia do Educador Social;

PL 2988/2008, que fixa o foro do consumidor ou a sua escolha para dirimir conflitos sobre a relação do consumo;

PL 2862/2008, que altera a LDB, para limitar o período de alteração do conteúdo dos livros didáticos nas escolas de ensino fundamental e médio da rede privada;

PL 2638/2007, que cria a Semana Nacional de Combate a violência contra a mulher;

PL 2099/2007, que altera o CDC para estabelecer prazo para reparação de produto defeituoso;

PL 1838/2007, que altera o CDC para garantir a restituição imediata da quantia paga a partir da data da compra do produto defeituoso;

PL 343/2007, que requer a reintegração aos trabalhadores do BNB demitidos de 1995 a 2003; e o

PLP 252/2007, que altera a Lei 4.595, de 1964, atribuindo competência ao CMN para fixar normas que regulem a cobrança de tarifas bancárias.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 2011. –
Chico Lopes, Deputado Federal, PC do B-CE.

Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, **DEFIRO** o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 4076/2001, PL 4078/2001, PL 4367/2001, PL 4469/2001, PL 4570/2001, PL 4844/2001, PL 6677/2009, PL 7267/2002, PL 7389/2002, PL 71/2003, PL 1349/2003, PL 4393/2008, PL 6483/2009, PL 156/2003, PL 7590/2010, PL 311/2003, PL 1603/2003, PL 4075/2004, PL 1777/2003, PL 2474/2003, PL 2934/2004, PL 582/2007, PL 3058/2004, PL 3940/2004, PL

4632/2004, PL 6510/2006, PL 7600/2006, PL 756/2007, PL 1942/2007, PL 2901/2008, PL 5024/2009, PL 5143/2009, PL 7594/2010, PL 7762/2010, PL 5346/2009, PL 4293/2008, PL 4499/2008, PL 5149/2009, PL 5447/2009, PL 3458/2008, PL 4906/2009, PL 3079/2008, PL 2989/2008, PL 2988/2008, PL 1508/2003, PL 2962/2004, PL 4922/2009, PL 4044/2004, PL 1082/2007, PL 2862/2008, PL 2638/2007, PL 5998/2005, PL 7238/2006, PL 812/2007, PL 7692/2010, PL 2099/2007, PL 4564/2008, PL 4773/2009, PL 1838/2007, PL 343/2007, PLP 19/2003, PLP 175/2004, PLP 197/2004, PLP 233/2005, PLP 322/2005, PLP 263/2007, PLP 78/2007, PLP 135/2007, PLP 252/2007, PLP 319/2005, PLP 45/2007, PLP 89/2007, PLP 433/2008 e PLP 564/2010 .

Publique-se.

Em 10-2-11. – **Marco Maia**, Presidente.

REQUERIMENTO nº 150, DE 2011

(Do Deputado Edinho Araújo)

Requer realização de Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem aos 90 anos da Folha de São Paulo, a ser comemorado no dia 19 de fevereiro de 2011.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do artigo 68 do Regimento Interno, a realização de Sessão Solene em homenagem ao jornal “Folha de São Paulo” que comemora 90 anos de circulação no dia 19 de fevereiro de 2011.

Justificação

No dia 19 de fevereiro, o jornal Folha de São Paulo completa 90 anos de existência, tendo como lema “Um jornal a serviço do Brasil”.

Inicialmente chamado como Folha da Noite, foi idealizado por Olival Costa e Pedro Cunha e destacava-se ao criticar as deficiências dos serviços públicos da São Paulo daquela época.

A história da Folha começa em 1921, com a criação do jornal “Folha da Noite”. Em julho de 1925, é criado o jornal “Folha da Manhã”, edição matutina da “Folha da Noite”. A “Folha da Tarde” é fundada após 24 anos. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem e surge o jornal “Folha de S. Paulo”.

No início da década de 60 os três títulos da empresa se fundiram e assim surgiu o jornal Folha de S. Paulo. Sob o comando de Octavio Frias de Oliveira (cuja família mantém o controle do jornal) e Carlos Caldeira

Filho. A partir daí o jornal não parou mais de crescer e hoje é o jornal de maior circulação do Brasil, segundo dados do IVC – Instituto Verificador de Circulação.

Um dos veículos mais influentes do País, além de noticiar o dia-a-dia de São Paulo e do Brasil, defendeu as grandes lutas populares, com destaque pelo movimento Diretas Já, que culminou com o fim do período de exceção e de restrição às liberdades democráticas.

Nesse sentido, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, entendo que ao homenagear o jornal “Folha de S. Paulo” estamos homenageando a liberdade de imprensa, tão cara ao regime democrático. Entendo também, sendo possível, que a Sessão Solene seja realizada na quinta-feira, dia 17 de fevereiro, que antecede o aniversário do jornal, 19 de fevereiro.

Brasília, 7 de fevereiro de 2011. – Deputado **Edinho Araújo** Deputado **Henrique Eduardo Alves**, PMDB-SP Líder do PMDB

Defiro. Publique-se.

Em 10-2-11. – **Marco Maia**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Finda a leitura do expediente, passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Por analogia com as sessões ordinárias, a primeira meia hora é destinada aos pronunciamentos dados como lidos ou pronunciamentos de 1 minuto.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, desejo registrar *Carta Aberta* em que os jornalistas da Bahia expressam sua revolta e denunciam arbitrariedade cometida pelo jornal *A Tarde* com a demissão da jornalista Aguirre Peixoto, por ter enfrentado grandes empreendedores imobiliários que violavam as leis ambientais no Estado.

Essa é a liberdade de imprensa que prevalece na Bahia: no momento em que uma jornalista séria se manifesta contra os grandes interesses econômicos, um veículo de comunicação a demite de forma sumária.

Fica registrado o nosso repúdio a esse ato arbitrário e à submissão desse jornal aos grandes interesses econômicos.

Solicito, Sr. Presidente, que seja dada divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**CARTA ABERTA A QUE SE REFERE
O ORADOR**

Esta é a carta, escrita por Flávio, que li hoje (8) na redação, que parou na maior manifestação dos trabalhadores nestes oito anos em que aqui trabalho. Flávio começou falando, em seguida li a carta, Raulffo Bocaiúva falou depois, em seguida Lasserre. Neste momento, todos estão subscrevendo o documento:

Carta aberta

Hoje é um dia triste para não só para nossa história pessoal, mas também para A TARDE e, principalmente, para o jornalismo da Bahia. Um dia em que A TARDE, um jornal quase centenário e que já foi o maior do Norte e Nordeste e que tinha o singelo slogan “Saiu n’A TARDE é verdade” se curvou. Cedeu a pressões econômicas difusas e demitiu um profissional exemplar.

Aguirre Peixoto teve a cabeça entregue em uma bandeja de prata a empresas do mercado imobiliário em uma tentativa de atração/reaproximação com anunciantes deste setor. Tentativa esta que pode dar certo ou não. Uma medida justificada por um suposto “erro grosseiro” não reconhecido pela Diretoria de Jornalismo, pelo Editor-Executivo, pelo Editor-Chefe, por secretários de Redação, Editor Coordenador ou editores de Política.

Uma medida, enfim, que só pode ser entendida como uma demonstração de força excessiva, intimidatória à autoridade da Direção de Jornalismo, à Coordenação de Brasil e à Editoria de Política. Uma demonstração de força desproporcional, porque forte não é aquele que age com força contra algo ou alguém mais fraco. Forte seria enfrentar, como o jornalismo de A TARDE estava enfrentando, empresários que iludidos pela promessa do lucro fácil e rápido põem em risco recursos financeiros de consumidores, o meio ambiente da cidade e que aviltam, desta forma, toda a cidadania soteropolitana.

Aguirre era o elo mais fraco da corrente. Acima dele havia editores, coordenador, secretários de redação, editor-executivo, editor-chefe, diretor de Jornalismo. Todos, em alguma medida, aprovaram a pauta, orientaram o trabalho de reportagem e autorizaram a publicação da reportagem. Isso foi feito sem irresponsabilidades, pois não foi constatado nenhum erro, muito menos um “erro grosseiro”. Se algum erro foi cometido, o erro foi o da prática do jornalismo, uma atividade cada vez mais subversiva em época em que propositadamente se misturam alhos e bugalhos para confundir, iludir, manipular a opinião pública, a sociedade, a cidadania. É de se estranhar que uma empresa que se coloca como defensora da cidadania aja de tão vil maneira contra um de seus melhores profissionais.

Recapitulando, Aguirre foi pautado para dar sequência às reportagens que fazia sobre a Tecnovia (antigo Parque Tecnológico). O fato novo era uma liminar concedida pela 10ª Vara Federal em que cassava multa aplicada ao empreendimento pelo Ibama. Era essa a pauta. No dia seguinte, a Tribuna da Bahia publicou matéria em que dizia que a liminar (decisão que pode ser revista) acabava com o processo criminal contra o empreendimento, que envolve Governo do Estado e duas poderosas construtoras. A matéria de A TARDE – dentro do padrão de qualidade que um dia fez deste um jornal de referência – ouviu o MPF e mostrou que se tratavam de dois processos distintos. O da multa, que foi cassada liminarmente e que o MPF afirmava que recorreria da decisão e o criminal, que continuava em tramitação normal. A matéria de A TARDE estava tão certa que o MPF,

posteriormente, publicou nota oficial na qual desmentia o teor da reportagem da Tribuna da Bahia

(jornal que serve a interesses não republicanos, para dizer o mínimo). Essa foi a razão suficiente para o repórter ter a cabeça entregue como prêmio a possíveis anunciantes.

O interesse público? A defesa da cidadania? O histórico ético, de manchetes exclusivas, de boas e importantes reportagens? Nada disso importou a A TARDE. Importou a satisfação a um grupo de empresários, a uma, duas ou três fontes insatisfeitas. Voltamos a tempos medievais, quando fontes e órgãos insatisfeitos mandavam em A TARDE, colocavam e derrubavam profissionais. Tempo em que o jornalismo era mínimo.

“Jornalismo é oposição. O resto é baleão de secos e molhados”. Essa é uma famosa frase de Miller Fernandes. Dispensado o radicalismo dela, é de se ter em mente que Jornalismo é uma atividade que incomoda. Defender o conjunto da sociedade, seu lado mais fraco, incomoda. É preciso que a Direção de A TARDE entenda que a sustentabilidade do negócio jornal depende do seu grau de alinhamento com a sociedade civil (organizada e, principalmente, desorganizada). A força de um veículo de comunicação não está nos números de circulação ou de de anunciantes, mas nas batalhas travadas em prol dos direitos coletivos e individuais diariamente aviltados pelo bruto e burro poder econômico.

Credibilidade é um valor que se conquista um pouco a cada dia e que se perde em segundos. E, graças a ações como esta, a credibilidade de A TARDE escorre pelo ralo a incrível velocidade, assim como sua liderança, assim como seus anunciantes. Sem jornalismo, o jornal (qualquer jornal) pode sobreviver alguns anos de anúncios amigáveis. Mas com jornalismo, um jornal sobrevive à história.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna desta Casa para falar sobre a posse, esta quinta-feira, na Procuradoria-Geral de Justiça do Ceará, do novo titular do PROCON, o Promotor de Justiça Francisco Gomes Câmara, ex-presidente da Associação Cearense do Ministério Público.

Quero ressaltar a excelente escolha do nome do aguerrido Gomes Câmara, que de forma marcante sempre atuou na defesa dos consumidores cearenses, sobretudo os mais carentes e em especial aqueles usuários dos serviços públicos essenciais.

De forma independente, o Ministério Público do Estado do Ceará cumpre não só a sua missão constitucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, mas também se credencia cada vez mais perante o povo como uma das mais importantes instâncias em defesa da cidadania e da sociedade, transcendendo os limites estritamente classistas de sua atuação.

Essa nomeação ganha destaque, ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando levamos em conta que temos importantes batalhas a travar, na defesa do consumidor, para o consumo consciente e a educação para o consumo. Contar com um gestor tão respeitado e qualificado em um cargo como esse é, sem dúvida, um grande reforço na luta para fazer valer no dia a dia os direitos do consumidor. Ganha o PROCON, ganha o consumidor cearense.

Parabéns ao novo comandante do PROCON do Ceará!

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o drástico corte orçamentário adotado, inflexivelmente, pelo Governo Federal, vem repercutindo intensamente em todo o País, pelo volume da retenção a que se procedeu, em torno de 50 bilhões de reais, conforme se incumbiu de enfatizar o próprio titular da Fazenda, Guido Mantega, tendo ao seu lado a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Desde a tarde de ontem, quando veiculada a versão oficial, alguns Parlamentares ocuparam esta a tribuna para estranhar o montante astronômico de retenção, nulificando o trabalho levado a efeito pela Comissão Mista de Orçamento, integrada por todos os partidos e tendo como relatores qualificados Parlamentares alinhados ao pensamento governamental.

Não se tem notícias de que, em nenhuma outra oportunidade, haja sido tão ponderável o quantitativo anunciado pelo Poder Executivo, o que invalidará projetos oficiais e algumas iniciativas que beneficiariam Municípios brasileiros, também enfrentando enormes dificuldades, sobretudo na área da saúde, à falta de ansiada regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

A ressalva feita pelos dois auxiliares diretos da Primeira Magistrada relacionou-se, apenas, às obras do PAC, cujo cronograma permanecerá inalterado, com o timbre da prioridade, assim considerado desde a passada gestão, do Presidente Lula da Silva.

As bancadas situacionistas e as forças de oposição certamente debruçar-se-ão sobre a drasticidade da providência divulgada, buscando saída que reduzem o impacto desconcertante da providência a ser posta em prática pelo Poder Executivo.

As unidades federadas, igualmente, vão obrigatoriamente adotar procedimentos semelhantes, uma vez que muitas delas dependem, para a execução de projetos fundamentais, de apoio do Tesouro Nacional.

Se apagões, nos últimos dias, atingiram algumas regiões, como o Nordeste, o referenciado corte orçamentário passa a ser um autêntico apagão na esperança de muitos que aguardavam em seus Estados o indispensável apoio da União para ousadas iniciativas de vital relevância para as respectivas populações.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) – Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho comunicar que o Partido dos Trabalhadores está completando 31 anos de serviços a esta Nação.

Tive a oportunidade acompanhar, desde a fundação do partido, o grande brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, que pôde, junto com trabalhadores e trabalhadoras, criar esse partido que chegou para ficar, que fez com que tanto as pessoas mais simples como as mais intelectualizadas pudessem congregar-se, pensar e trabalhar, todos juntos, por esta Nação.

Pela primeira vez um operário chegou à Presidência da República.

Foi esse partido, que hoje comemora 31 anos de fundação, que elegeu a primeira mulher Presidente do Brasil.

Obrigada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana que vem devemos travar um embate importante na votação do salário mínimo, ocasião em que queremos também incluir o reajuste dos aposentados que ganham mais de um salário mínimo.

Estivemos ontem à noite em Luziânia, para a reunião da COBAP e das federações, e vimos que todos estão preocupados com essa possibilidade que o Governo anuncia de votar atropelando o salário mínimo, sem dar atenção aos aposentados.

A própria *Carta de Aparecida* fala da recuperação das aposentadorias e do fim do fator previdenciário.

Sem dúvida alguma, é importante que no momento da votação possamos atender às reivindicações dos aposentados e pensionistas.

Ontem apresentamos uma questão de ordem, acolhida pela Mesa, para a abertura do prazo de emendamento. Nesse prazo de emendamento espero contar com o apoio de 102 Srs. Parlamentares para que a emenda dos aposentados possa tramitar.

O respeito e a dignidade devem prevalecer.

(O microfone é desligado.)

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Conselho Nacional de Educação aprovou por unanimidade a criação de uma faculdade de medicina em Franca.

Parabenizo o Conselho Nacional de Educação por essa atitude. Queremos agora que o Ministro Fernando Haddad homologue rapidamente a criação dessa faculdade.

Ainda há discussão em torno do assunto. Ontem mesmo o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou uma declaração do Presidente do CREMESP, Sr. Renato Azevedo, no sentido de que não é necessário criar uma faculdade de medicina naquela região.

Não é verdade! Em Ribeirão Preto, nossa região, há realmente três faculdades de medicina; mesmo assim, Franca precisa de uma faculdade de medicina. Na área médica faz-se necessário sempre buscar conhecimentos, e além disso estamos preparados para ter essa faculdade de medicina.

A Universidade de Franca está preparada física e intelectualmente. Contratou professores, e já tem um hospital que pode servir a uma grande faculdade de medicina.

Cabe ao Presidente do CREMESP vigiar a qualidade do serviço médico prestado, e até mesmo da qualidade do ensino, sem reserva de mercado que impeça a criação dessa faculdade, e ao MEC cabe fis-

calizar a capacidade e a qualidade do ensino de todas as faculdades, sejam públicas, sejam privadas.

Vamos homologar logo a criação dessa faculdade de medicina em Franca.

Obrigado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem à noite a bancada baiana reuniu-se com a direção do SEBRAE no Mercado Municipal de Brasília, a convite do Presidente do SEBRAE/Bahia, Edvaldo Passos.

Ontem também tomou posse o novo presidente do SEBRAE, o ex-Ministro Luís Tavares.

Na reunião foi discutida uma série de itens de interesse do SEBRAE Nacional e do Estado da Bahia: o estreitamento das relações com o Congresso Nacional para trabalhar o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, o aumento do teto, o empreendedorismo, e como o SEBRAE/Bahia pode ajudar o médio, o pequeno e o microempresariado baiano.

Foi uma reunião extremamente proveitosa. Combinamos fazer um café da manhã com a direção do SEBRAE e a bancada baiana do Congresso Nacional.

Vamos apoiar a pequena e a microempresa em nosso Estado e em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caso não haja manobras do Governo, debateremos na próxima semana a Medida Provisória nº 516, de 2010, e o PSDB já apresentou emenda para que fortalecer a economia, sim, a partir do aumento do salário mínimo.

É inadmissível o Governo continuar com seu festival de ganância e não garantir o aumento, até porque o Partido dos Trabalhadores, que completa 31 anos, deveria, sim, dar aos trabalhadores um salário mínimo de R\$600,00, e não um presente de grego, um salário mínimo achatado.

A economia dos municípios, a economia dos Estados e a economia do País passam, sim, pelo aumento do salário mínimo, haja vista o que fez o Governador Geraldo Alckmin e a proposta do PSDB era a de garantir, sim, o valor de R\$600,00 para o salário mínimo.

Realmente o impacto é de R\$18 bilhões, mas há como buscar os recursos necessários: diminuindo o já conhecido festival de ganância.

O SR. MARCON (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários da Casa, ao usar pela primeira vez a tribuna desta Casa – espaço utilizado durante 18 anos pelo Deputado Adão Pretto –, quero dizer que estou aqui para representar os trabalhadores do Movimen-

to dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os pequenos agricultores e os trabalhadores da cidade.

Sou filho de pequenos agricultores. Minha trajetória política começou na militância do STR, na Pastoral da Juventude da Igreja Católica em Ronda Alta, Diocese de Passo Fundo. Ingressei no Movimento Sem Terra e fiquei acampado por 4 anos, ocasião em que senti de perto a necessidade de fazer avançar a luta pelas reformas agrária e urbana, pelo direito dos pequenos agricultores e trabalhadores urbanos.

Fui presidente da COCEARGS e dirigente do MST.

Sou assentado desde 1994 na cidade de Nova Santa Rita no meu Estado, Rio Grande do Sul. Elegi-me Deputado Estadual em 1998 e fui reeleito por dois mandatos consecutivos. Em 2010, fui eleito Deputado Federal com 100.553 votos conquistados em 473 Municípios de meu Estado.

Durante os 12 anos de atuação no Parlamento gaúcho, fui voz ativa na denúncia contra o latifúndio e na defesa de políticas em benefício das comunidades pobres. Fui Líder da bancada do PT e Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos por 4 anos, atuando na defesa dos direitos das minorias, da liberdade de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Nesses três mandatos, estive sempre junto nas lutas dos trabalhadores do campo e da cidade. Meu trabalho parlamentar é reconhecido pelos trabalhadores devido ao meu compromisso com as lutas sociais, ao apoio ao movimento sindical, ao movimento negro e quilombola, aos aposentados, aos servidores públicos, à defesa das reformas agrária e urbana, da agricultura familiar e dos direitos humanos.

No exercício dos meus mandatos, sempre lutei pela democratização do acesso à terra no Brasil e por uma ampla política de reforma agrária, associada à qualificação dos assentamentos, de modo a oportunizar melhor infraestrutura aos pequenos agricultores assentados do Rio Grande do Sul.

Na defesa da reforma urbana, sempre apoiei as reivindicações dos trabalhadores ao Governo do companheiro Lula e do Rio Grande do Sul, visando assegurar a regularização fundiária e moradia digna para famílias de baixa renda.

Do mesmo modo, sempre tive forte atuação na agricultura familiar, trabalhando para ampliar recursos para a produção, o custeio e o investimento nas pequenas propriedades rurais. Também ajudei na articulação e no fortalecimento da política da ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB, que atuou em parceria com o programa Fome Zero, enti-

dades sociais e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.

Por outro lado, sempre me empenhei na valorização dos servidores da segurança pública, defendendo salários dignos e melhores condições de trabalho para a categoria. Além disso, denunciei a truculência do Governo Yeda Crusius contra membros dos movimentos sociais e servidores públicos.

No exercício dos meus mandatos, sempre mantive uma porta aberta aos anseios da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, garantindo que suas reivindicações tivessem voz no Parlamento. Igualmente, fui muito firme ao denunciar a criminalização dos movimentos sociais e a ausência de políticas públicas do Governo gaúcho passado em relação à classe trabalhadora, bem como a omissão do Governo tucano nas áreas de reforma agrária, educação e saúde pública.

Com Prefeitos e lideranças municipais, articulei investimentos federais que beneficiaram os 496 Municípios gaúchos nesse Governo que reescreveu a história deste país, o Governo do companheiro Lula, e que terá continuidade e avanços cada vez maiores com a companheira Dilma.

Agora, na Câmara Federal, buscarei lutar por políticas públicas do Governo da companheira Dilma que visem atender à parcela da população que mais carece delas, os mais pobres.

No Rio Grande do Sul, já temos o que comemorar. Nos primeiros 10 dias de Governo, o companheiro Tarso enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei – que ajudei a aprovar ainda na condição de Deputado Estadual – que anistia as dívidas dos pequenos agricultores beneficiados pelos programas de créditos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais – FEAPER, do Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul – FUNTERRA/RS e do Fundo Prorural 2000. A anistia corresponde a R\$62.776.194,53 e beneficiará 44.842 produtores do Estado.

Com essa primeira medida, o Governador Tarso Genro reforçou o compromisso assumido com os pequenos agricultores. O Governo anterior, ao contrário, preferiu acionar judicialmente esses agricultores, obrigando milhares de famílias a penhorar bens (geladeiras, máquinas de lavar etc.) e a contratar advogados para se defenderem das execuções judiciais.

Concluindo, Sr. Presidente, quero reafirmar que as eternas bandeiras de luta pelo acesso à terra, por mais recursos para agricultura familiar, pelos direitos humanos, pelo movimento sindical, pelos pescadores, pelo movimento negro e quilombola, pelos aposentados, pelos servidores públicos e contra a descriminalização dos movimentos sociais terão em mim uma

voz que defenderá os mesmos princípios defendidos pelo saudoso Deputado Adão Pretto, que tão bem representou a classe trabalhadora do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Solicito, Sr. Presidente, que este pronunciamento veiculado nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, obrigado. É uma honra vê-lo presidindo esta sessão.

Sras. e Srs. Deputados, ao retornar a esta Casa Legislativa, quero destacar artigo da jornalista Hildgard Angel, publicado no início de janeiro no portal *R7* e reproduzido por outros veículos de comunicação, no qual ressalta o perfil da ex-Primeira Dama da República Marisa Letícia Lula da Silva.

Com o título *Marisa Letícia Lula da Silva, palavras que precisam ser ditas*, a jornalista assinala que durante 8 anos Dona Marisa recebeu intenso “bombardeio” da imprensa e poucos afagos, sem, contudo, perder a compostura. A jornalista defende a mulher do ex-Presidente Lula e lembra o fim da privacidade que a vida pública lhe impôs, destacando a coragem dessa mulher para enfrentar os 8 anos de governo. E pergunta, em seu artigo: *“Quantas mulheres neste grande e pujante País conseguem manter em harmonia uma família discreta e reservada?”*

Registra ainda Hildgard Angel o fato de, durante e depois de tantos anos de casamento, Dona Marisa contar com o respeito implícito e explícito do marido, tantas vezes anunciado em cerimônias públicas.

Não me cabe aqui reproduzir todo o artigo, que gostaria constasse dos Anais desta Casa. Mas reforço que vale a pena ler e refletir sobre a importância do papel feminino na vida de um Presidente da República, como foi o caso da nossa querida ex-Primeira Dama Maria Letícia, que, sempre ao lado de Lula, como bem lembrou a jornalista em seu texto, *“dedicou-se (...) a ser esteio do marido, ser seu regaço, seu sossego. Escutá-lo e, se necessário, opinar. Transmitir-lhe confiança e firmeza. E isso, segundo declarações dadas por ele, ela sempre fez. Foi quem saiu às ruas em passeata, mobilizando centenas de mulheres, quando os maridos delas, sindicalistas, estavam na prisão. Foi quem costurou a primeira bandeira do PT. E, corajosa, arriscou a pele, franqueando sua casa às reuniões dos metalúrgicos, quando a ditadura proibiu os sindicatos. Foi companheira, foi amiga e leal ao marido o tempo todo”*.

Era o que tinha a registrar, reforçando o pedido de que a íntegra do artigo seja consignado nos Anais desta Casa.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Marisa Letícia Lula da Silva, palavras que precisavam ser ditas

Foram 8 anos de bombardeio intenso, tiroteio de deboches, ofensas de todo jeito, ridicularia, referências mordazes, críticas cruéis, calúnias até. E sem o conforto das contrapartidas. Jamais foi chamada de “a Cara” por ninguém, nem teve a imprensa internacional a lhe tecer elogios, muito menos admiradores políticos e partidários fizeram sua defesa. À “companheira” número 1 da República, muito osso, afagos poucos.

Dirão os de sempre, e as mordomias? As facilidades? O vidão? E eu rebaterei: E o fim da privacidade? A imprensa sempre de olho, botando lente de aumento para encontrar defeito? E as hostilidades públicas? E as desfeitas? E a maneira desrespeitosa com que foi constantemente tratada, sem a menor cerimônia, por grande parte da mídia? Arremedando-a, desfeiteando-a, diminuindo-a? E as frequentes provas de desconfiança, daqui e dali? E – pior de tudo – os boatos infundados e maldosos, com o fim exclusivo e único de desagregar o casal, a família?

Ah, meus queridos, Marisa Letícia Lula da Silva precisou ter coragem e estômago para suportar esses 8 anos de maledicências e ataques. E ela teve. Começaram criticando-a por estar sempre ao lado do marido nas solenidades. Como se acompanhar o parceiro não fosse o papel tradicional da mulher mãe de família em nossa sociedade.

Depois, implicaram com o silêncio dela, a “mudez”, a maneira quieta de ser. Na verdade, uma prova mais do que evidente de sua sabedoria. Falar o quê, quando, todos sabem, primeira-dama não é cargo, não é emprego, não é profissão?

Ah, mas tudo que “eles” queriam era ver dona Marisa Letícia se atrapalhar com as palavras para, mais uma vez, com aquela crueldade venenosa que lhes é peculiar, compará-la à antecessora, Ruth Cardoso, com seu colar pomposo de doutorados e mestrados.

Agora, me digam, quantas mulheres neste grande e pujante País podem se vangloriar de ter um doutorado? Assim como, por outro lado, não são tantas as mulheres no Brasil que conseguem manter em harmonia uma família discreta e reservada, como tem Marisa Letícia.

E não são também em grande número aquelas que contam, durante e depois de tantos anos de casamento, com o respeito implícito e explícito do marido, as boas ausências sempre feitas por Luiz Inácio Lula da Silva a ela, o carinho frequentemente manifestado por ele. E isso não é um mérito? Não é um exemplo bom? Passemos agora às desfeitas ao que, no en-

tanto, eu considero o mérito mais relevante de nossa ex-primeira-dama: a brasilidade.

Foi um apedrejamento sem trégua, quando Marisa Letícia, ao lado do marido Presidente, decidiu abrir a Granja do Torto para as festas juninas. A mais singela de nossas festas populares, aquela com Brasil nas veias, celebrando os santos de nossas preferências, nossa culinária, os jogos e brincadeiras. Prestigiando o povo brasileiro no que tem de melhor: a simplicidade sábia dos Jecas Tatus, a convivência fraterna, o riso solto, a ingenuidade bonita da vida rural. Fizeram chacota por Lula colar bandeirinhas com dona Marisa, como se a cumplicidade do casal lhes causasse desconforto.

Imprensa colonizada e tola, metida a chique. Fazem lembrar “emergentes” metidos a sebo que jamais poderiam entender a beleza de um pau de sebo “arrodeado” de fitinhas coloridas. Jornalistas mais criteriosos saberiam que a devoção de Marisa pelo Santo Antônio, levado pelo Presidente em estandarte nas procissões, não é aprendida, nem inventada. É legitimidade pura. Filha de um Antônio (Antônio João Casa), de família de agricultores italianos imigrantes, lombardos lá de Bérgamo, Marisa até os cinco de idade viveu num sítio com os dez irmãos, onde o avô paterno, Giovanni Casa, devotíssimo, construiu uma capela de Santo Antônio. Até hoje ela existe, está lá para quem quiser conferir, no bairro que leva o nome da família de Marisa, Bairro dos Casa, onde antes foi o sítio de suas raízes, na periferia de São Bernardo do Campo. Os Casa, de Marisa Letícia, meus amores, foram tão imigrantes quanto os Matarazzo e outros tantos, que ajudaram a construir o Brasil.

Outro traço brasileiro dela, que acho lindo, é o prestígio às cores nacionais, sempre reverenciadas em suas roupas no Dia da Pátria. Obras de costureiros nossos, nomes brasileiros, sem os abstracionismos *fashion* de quem gosta de copiar a moda estrangeira. Eram os coletes de crochê, os bordados artesanais, as rendas nossas de cada dia. Isso sim é ser chique, o resto é conversa fiada.

No poder, ao lado do marido, ela claramente se empenhou em fazer bonito nas viagens, nas visitas oficiais, nas cerimônias protocolares. Qualquer olhar atento percebe que, a partir do momento em que se vestir bem passou a ser uma preocupação, Marisa Letícia evoluiu a cada dia, refinou-se, depurou o gosto, dando um olé geral em sua última aparição como Primeira-Dama do Brasil, na cerimônia de sábado passado, no Palácio do Planalto, quando, desculpem-me as demais, era seguramente a presença feminina mais elegante. Evoluiu no corte do cabelo, no penteado, na maquiagem e, até, nos tão criticados reparos estéticos, que a fizeram mais jovem e bonita.

Atire a primeira pedra a mulher que, em posição de grande visibilidade, não fez uma plástica, não deu uma puxadinha leve, não aplicou uma injeçãozinha básica de botox, mesmo que *light*, ou não recorreu aos cremes noturnos. Ora essa, façam-me o favor! Cobraram de Marisa Letícia um “trabalho social nacional”, um projeto amplo nos moldes do Comunidade Solidária de Ruth Cardoso. Pura malícia de quem queria vê-la cair na armadilha e se enrascar numa das mais difíceis, delicadas e técnicas esferas de atuação: a área social.

Inteligente, Marisa Letícia dedicou-se ao que ela sempre melhor soube fazer: ser esteio do marido, ser seu regaço, seu sossego. Escutá-lo e, se necessário, opinar. Transmitir-lhe confiança e firmeza. E isso, segundo declarações dadas por ele, ela sempre fez. Foi quem saiu às ruas em passeata, mobilizando centenas de mulheres, quando os maridos delas, sindicalistas, estavam na prisão. Foi quem costurou a primeira bandeira do PT. E, corajosa, arriscou a pele, franqueando sua casa às reuniões dos metalúrgicos, quando a ditadura proibiu os sindicatos. Foi companheira, foi amiga e leal ao marido o tempo todo.

Foi amável e cordial com todos que dela se aproximaram. Não há um único relato de episódio de arrogância ou desfeita feita por ela a alguém, como Primeira-Dama do País. A dona de casa que cuida do jardim, planta horta, se preocupa com a dieta do marido e protege a família formou e forma, com Lula, um verdadeiro casal. Daqueles que, infelizmente, cada vez mais escasseiam. Este é o meu reconhecimento ao papel muito bem desempenhado por Marisa Letícia Lula da Silva nesses 8 anos. Tivesse dito tudo isso antes, eu seria chamada de bajuladora. Esperei-a deixar o poder para lhe fazer a justiça que merece.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no período de 21 a 29 de janeiro, a bela e histórica cidade de Tiradentes, em minha Minas Gerais, sediou a décima quarta edição da Mostra de Cinema de Tiradentes. Trata-se de evento de reconhecida importância no cenário cultural nacional e internacional.

Além de premiações, a 14ª Mostra teve como resultado um contundente manifesto que sintetiza os problemas vividos e, mais que isso, as propostas para o setor. Assinado por cineastas, realizadores, produtores, pesquisadores entre outros, a *Carta de Tiradentes* defende “uma política pública que reconheça os novos modelos de produção, que distribua melhor os recursos já existentes (...), que desenvolva políticas efetivas de distribuição e exibição, que avance na estruturação comercial do setor, na democratização da produção e

do consumo de bens culturais e que aposte no cinema como janela privilegiada para o desenvolvimento e a soberania”.

O documento elenca cinco ações a partir das quais esses representantes do setor de diferentes e significativos Estados brasileiros entendem ser possível integrar os muitos e plurais Brasis. Mas, para isso, é preciso coragem e disposição. Coragem e disposição já demonstradas pela Presidente Dilma Rousseff neste início de mandato.

Por isso, peço que seja registrado nos Anais desta Casa a *Carta de Tiradentes*, para a qual peço atenção da Presidente da República, da Ministra da Cultura, do Ministro da Educação, enfim, de todos comprometidos com a promoção de nosso grande e plural Brasil.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA:

Carta de Tiradentes

Amanhece um novo tempo no horizonte. Novas paisagens, novas questões, novos agentes, novas imagens e sons se multiplicam por todas as regiões do país, refletindo a imensa diversidade cultural do Brasil.

A construção de políticas públicas inclusivas, descentralizadas e transparentes – aliadas às facilidades trazidas pelas novas tecnologias de produção audiovisual – favoreceram o surgimento dessa nova realidade do cinema brasileiro. Moradores de municípios de menos de 20 mil habitantes passaram a fazer filmes através do programa Revelando os Brasis. Estivemos nas telas dos grandes festivais do mundo.

Um filme brasileiro liderou as bilheterias e bateu recorde de público. Todas as vitórias pertencem ao conjunto da atividade cinematográfica e às iniciativas do poder público.

Entretanto, é preciso reconhecer que, apesar das elevadas somas investidas através de políticas de renúncia fiscal, a indústria cinematográfica nacional ainda não conquistou sua independência do fomento público; que a maior parte desses recursos continuam concentrados nas mãos de poucos agentes; que nossa presença no mercado internacional é tímida frente ao potencial do setor e aos montantes investidos.

Sabemos do lugar estratégico do cinema para o futuro do país e para sua afirmação como nação soberana. As palavras da Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso de posse apontam para esse avanço: *‘o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico ou no campo do desenvolvimento econômico puro e simplesmente. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da nossa imensa diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade. Vamos investir em*

cultura, ampliando a produção e o consumo de nossos bens culturais em todas as regiões e expandindo a exportação de nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo’.

O Brasil resolveu, afinal, trilhar um caminho original e independente de desenvolvimento e soberania – um caminho fundado no crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social.

O Brasil vive um momento histórico de ampliação de cidadania e de participação democrática. Setores até então excluídos ganharam imagem e voz na cena política, tornando-se protagonista de importantes mudanças na realidade social. No campo do audiovisual, surgiram novos realizadores, muitos produzindo de forma absolutamente independente.

A produção cinematográfica brasileira nunca foi tão diversa e plural como hoje. A maior parte desses filmes, no entanto, e apesar da enorme atenção que vem recebendo de prestigiados espaços da atividade cinematográfica no Brasil e no mundo – como os festivais de Tiradentes, Brasília, Cannes, Berlim, Veneza, Locarno e Rotterdam –, permanece alijada dos grandes lançamentos e das salas do circuito comercial. Felizmente, com o digital e uma gigantesca pulverização das formas de acesso aos filmes, essas obras ganharam muitas outras maneiras de existir fora do grande circuito de exibição convencional. Elas estão nos festivais, mostras, cineclubes, salas de aula, computadores, camelôs – em lugares que nem salas de cinema possuem (afinal, apenas 8% dos Municípios brasileiros possuem salas de exibição). Esse cinema, agora, precisa ser entendido em sua importância democratizante e simbólica.

É urgente ultrapassar o bloqueio imposto por estruturas historicamente consagradas à manutenção de privilégios no acesso à produção e ao consumo dos bens culturais. Esses novos filmes já funcionam como farol da nossa cultura no intercâmbio simbólico entre os povos. Eles afirmam nosso lugar no mundo. Compreendem novos modelos de produção – muitas vezes, mais baratos. São filmes inovadores que não podem mais ser ignorados.

É chegada a hora de questionar privilégios cristalizados e de se criarem mecanismos de inclusão para que a novidade, a invenção, novos agentes e novas paisagens possam emergir no cenário audiovisual nacional. É hora de pensar a cadeia da produção e consumo cinematográficos em seu conjunto, de entender a rede de relações e a interdependência entre os diversos formatos audiovisuais. Não há como pensar o mercado cinematográfico apostando na falsa contradição entre um cinema dito comercial e outro de vocação autoral. Parte das reconhecidas dificuldades enfrentadas atu-

almente pela indústria audiovisual brasileira tem sua origem em dicotomias artificiais como essa.

Queremos uma política pública que reconheça os novos modelos de produção, que distribua melhor os recursos já existentes de modo a ampliar o escopo do fomento, que desenvolva políticas efetivas de distribuição e exibição, que avance na estruturação comercial do setor, na democratização da produção e do consumo dos bens culturais, e que aposte no cinema como janela privilegiada para o desenvolvimento e a soberania.

Para isso, propomos as seguintes ações:

1) Criar linhas específicas de fomento para formatos de produção que primem pela inovação técnica e artística, com orçamentos de menor porte. Que essas linhas específicas, já sinalizadas pelos Editais de Baixo Orçamento da Secretaria do Audiovisual, possam também ser aplicadas de maneira comprometida e responsável em outras ações de fomento, como o Fundo Setorial do Audiovisual e as políticas de fomento direto da ANCINE, para empresas de produção, distribuição e exibição, como forma de estimular e testar alternativas para a estruturação comercial do setor;

2) Desenvolver uma política de fomento específica para a distribuição e exibição de filmes de baixo orçamento, incentivando a estruturação comercial de empresas distribuidoras que se dediquem a esse segmento. É preciso fazer experiências de mercado com esses filmes sem subestimar seu potencial comercial. Fortalecer o circuito alternativo de cineclubes como o Cine Mais Cultura e apostar em programas de expansão do parque exibidor como o Cinema Perto de Você. Investir na comercialização dessa produção é uma maneira de formar novas plateias com filmes que têm recebido grande atenção dos principais festivais de cinema do Brasil e do mundo.

3) Valorizar e ampliar as instâncias formuladoras de políticas para o setor que reconheçam a pluralidade dos modos de produção e contemplem maior representatividade de todos os agentes.

4) Fortalecer e equipar os espaços de produção inclusiva e democrática, dos Pontos de Cultura aos CTA's. Acreditamos na necessidade urgente de fazer do CTA um grande espaço para a profissionalização da finalização que agregue valor e diminua custos para conteúdos realizados à margem das principais políticas de fomento.

5) Construir uma política unificada e ousada de internacionalização de nossa produção que aproveite as boas experiências dos programas de apoio da ANCINE, da SAV e do

MRE, articulando um conjunto de ações para consolidar a presença internacional de nosso cinema

de modo planejado e integrado, desde o desenvolvimento dos projetos – com o incremento dos acordos de coprodução – até o posicionamento do filme no mercado mundial.

Ainda em seu discurso de posse, nossa Presidente lembrou o escritor Guimarães Rosa: ‘O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem’. Coragem para reconhecer que existem alternativas já em curso, cuja viabilidade muitas vezes se dá à margem das principais políticas de fomento, e que, apesar disso, encontram seu espaço nos grandes eventos internacionais e conquistam seu público. Coragem para assumir a necessidade de distribuir de forma consequente os recursos do setor, permitindo ampliar o número de agentes. Coragem para encarar os privilégios e não se deixar seduzir por suas promessas historicamente não cumpridas. Coragem para promover a inclusão e valorizar a diferença. Coragem para saber que aqui a produção mais plural e independente está regulada por uma agência nacional e que o grande capital privado opera sem uma política séria, integrada e socialmente construída de regulação, como é o caso da TV e da publicidade. Coragem para saber que o caminho é longo, mas passos importantes já foram dados. Coragem como quer o Brasil e requer seus Brasis.

Sergio Borges (realizador – MG); Felipe Bragança (realizador – RJ); Gabriel Mascaro (realizador – PE); Bruno Safadi (realizador – RJ); Ricardo Targino (realizador – MG); Eryk Rocha (realizador – RJ); Tiago Mata Machado (realizador – MG); Maya Da – Rin (realizadora – RJ); Marília Rocha (realizadora – MG); Marina Meliande (realizadora – RJ); Pedro Urano (realizador e diretor de fotografia – RJ); Pablo Lobato (realizador – MG); Clarissa Campolina (realizadora – MG); Helvécio Marins Jr. (realizador – MG); Gustavo Spolidoro (realizador – RS); Eduardo Valente (realizador, crítico e curador – RJ); Flávia Castro (realizadora – RJ); Renata Pinheiro (realizadora e diretora de arte – PE); Hilton Lacerda (realizador e roteirista – PE); Ricardo Pretti (realizador e montador – CE); Felipe Barbosa (realizador e roteirista – RJ); Leonardo Barcelos (realizador – MG); Ricardo Alves Junior (realizador – MG); Lara Frigotto (produtora – RJ); Sergio Oliveira (realizador e roteirista – PE); Alê Castafieda (produtora – RJ); Marcelo Pedroso (realizador – PE); Karen Black (realizadora e cineclubista – RJ); Evandro Dunoyer (realizador – PE); Felipe Peres Calheiros (realizador – PE); Marcelo Ikeda (realizador e crítico – CE); Andrea Capella (realizadora e diretora de fotografia – RJ); Gustavo Beck (realizador – RJ); Silvia Cruz (distribuidora – SP); Alian Ribeiro (realizador – RJ); Douglas Soares (realizador – RJ);

Carol Durão (realizadora – RJ); Lis Kogan (curadora – RJ); Ângelo Defanti (realizador e produtor – RJ); Francis Vogner dos Reis (crítico – SP); Marcelo Caetano (realizador – SP); Marcelo Toledo (realizador – SP); Paolo Gregori (realizador – SP); Andre Brasil (professor e pesquisador – MG); Patricia Moran (realizadora, pesquisadora e professora – MG); Marina Fraga (realizadora – RJ); Zeca Ferreira (realizador – RJ); Alonso Pafyeze (realizador e diretor de arte – MG); Sergio José de Andrade (realizador – AM); Juliano Dornelles (realizador – PE); Eduardo Raccach (agente de vendas internacional – RJ); Emilie Lesclaux (produtora – PE); Ava Rocha (realizadora e montadora – RJ); Frederico Benevides (realizador e montador – CE); Luiz Pretti (realizador – CE); Daniel Queiroz (curador – MG); Claudio Marques (realizador – BA); Marília Hughes (realizadora – BA); Eva Randolph (realizadora e montadora – RJ); Dellani Lima (realizador – MG); Gustavo Pizzi (realizador – RJ); Cavi Borges (realizador – RJ); Leonardo Sette (realizador – PE); Ivo Lopes Araujo (realizador e diretor de fotografia – CE); Philip Bandeira (realizador – CE); Guilherme Withaker (produtor – RJ); Alisson Ávila (produtor – RS); Jaqueline Beltrame (produtor – RS); Morgana Rissinger (produtor – RS); Ramiro Azevedo (produtor – RS); Débora Butruce (cineclubista e preservadora audiovisual); Gabriela Amaral Almeida (realizadora – BA); Michael Wabrmann (realizador – SP); Matheus Rocha (realizador e diretor de fotografia – BA); André Lavaquial (realizador – RJ); Andre Novais (realizador – MG); Maurílio Martins (realizador – MG); Gabriel Martins (realizador – MG); Paula Gaitán (realizadora – RJ); Daniel Lisboa (realizador – BA); Fabiano de Souza (realizador – RS); Milton do Prado (produtor – RS); Karen Akerman (realizadora e montadora – RJ); Carla Maia (produtora – MG); Guto Parente (realizador – CE); Pedro Diógenes (realizador – CE); Max Eluard (realizador), Anna Azevedo (realizadora – RJ); Tião (realizador – PE); Marcelo Lordeilo (realizador – PE); Consuelo Lins (realizadora, professora e pesquisadora – RJ); Cezar Migliorin (realizador, professor e pesquisador – RJ); Ivana Bentes (professora e pesquisadora – RJ); João Junior (produtor – PE); Vânia Catani (produtora); Karin Ainouz (realizador – CE).

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT completa 31 anos de existência, de trabalhos realizados. Aliás, temos que ampliar a nossa relação com os movimentos sociais, com as lutas sociais. A questão da reforma política é fundamental, assim como a reforma do sistema de segurança pública, do sistema penitenciário. Temos que discutir os graves problemas do nosso País. Hoje estaremos realizando a reunião do Diretório Nacional para discutir as nossas propostas e a nossa pauta para este

aNº Devemos trabalhar no sentido de que o Congresso Nacional resgate a sua imagem e o povo brasileiro volte acreditar ter credibilidade nesta Casa.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PTB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, ontem, o nosso querido Padre Marcelo Rossi esteve em Brasília, para lançar seu livro *Ágape*, na Livraria Cultura. Na ocasião, tive oportunidade de abraçá-lo. Milhares de pessoas vêm adquirindo aquele livro, que realmente tem um conteúdo maravilhoso; aliás, indico-o a todos os nossos pares.

Nesse mesmo dia, a bancada do PTB teve uma reunião com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Confesso, Sr. Presidente, que fiquei bem impressionado não só com a atitude do Ministro Padilha de procurar a nossa bancada para expor o seu projeto, a sua maneira de trabalhar, as suas metas e objetivos, mas também com a boa vontade de S.Exa. de ouvir os Parlamentares, sobretudo nós que estamos iniciando o nosso mandato nesta 54ª Legislatura.

Quatro pontos foram muito importantes na exposição do Ministro. Primeiramente, S.Exa. disse que vai atuar com força e veemência na questão das drogas. O Ministério da Saúde, além do trabalho com as políticas públicas, irá investir nas comunidades terapêuticas espalhadas pelo Brasil.

O Ministro Alexandre Padilha também falou da prioridade à saúde da mulher e das crianças, o que nos fará também enfocar as políticas públicas em prol da saúde da mulher. Consequentemente, não precisaremos falar do maldito problema do aborto.

Portanto, muitas colocações do Ministro Padilha nos tocaram e nos deram ânimo. Aliás, S.Exa. disse que empenhará todas as emendas individuais dos Deputados.

Voltamos dessa reunião animados, Sr. Presidente, por termos encontrado espaço no Ministério da Saúde.

Quanto ao livro *Ágape*, do Padre Marcelo Rossi, vale a pena todos adquirirem, pois se trata de uma obra que fala do verdadeiro amor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, gostaria de mandar um grande abraço à minha região, a Região dos Lagos, e às cidades de Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Iguaba, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu.

Em seguida, Sr. Presidente, quero dizer à Região dos Lagos, principalmente à minha cidade, Cabo Frio, que continuarei firme na minha luta contra a corrupção eleitoral; que a nossa luta não pára – continua. Continu-

arei lutando contra a compra de votos, contra a boca de urna e contra a corrupção eleitoral, que já se estende por mais de 10 anos na cidade de Cabo Frio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reajuste anual único para todos os benefícios e no mesmo percentual concedido ao salário mínimo; recuperação do valor dos benefícios com base no número de salários percebidos à época da concessão da aposentadoria, como prevê o Projeto de Lei nº 4.434; fim do fator previdenciário; retorno da administração quadripartite com poderes deliberatórios para o Conselho Nacional de Previdência Social; derrubada do veto ao reajuste de 2006, com a concessão retroativa dos 11,66% previstos; regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que prevê mais recursos para a saúde, e o fim da desvinculação das receitas da União: estas são as reivindicações constantes da *Carta de Aparecida 2011*.

A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP esteve em Aparecida, assim como este Parlamentar e o Deputado Arnaldo Faria de Sá, quando foi feita essa carta, que, na verdade, é uma pauta de reivindicação dos aposentados brasileiros a esta Casa.

Desta tribuna, saúdo a COBAP e reafirmo que vamos continuar na luta em favor dos aposentados do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tão logo sejam formadas as Comissões, vamos convocar o Ministro da Educação para vir a esta Casa explicar o *kit gay*, que começa a ser distribuído nas escolas de primeiro grau a partir de março.

Eu quero que ele entregue um *kit* desses para cada Deputado desta Casa, inclusive com os filmes *Encontrando Bianca*, *Boneca na Mochila* e *Beijo Lésbico*. Isso é uma imoralidade que o Ministério da Educação está fazendo, juntamente com grupos LGBT, que não têm nada a oferecer no tocante a currículo, a bons costumes, ética e moral para a garotada do primeiro grau.

Duvido, depois de distribuído esse *kit gay* a todos Deputados, que esse trabalho continuará sendo feito nas escolas públicas de primeiro grau. É inadmissível que a garotada de 6, 7, 8, 9, 10 anos receba esse material de combate à homofobia. Na verdade, esse material promove o homossexualismo e a promiscuidade.

Assim sendo, Sr. Presidente, quero contar com o apoio de todos para convocar o Ministro da Educação a vir a esta Casa explicar o *kit gay*.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou falar de um assunto importante, mas antes quero dizer que o Deputado Jair Bolsonaro deveria mudar o seu nome para Jair Dinossauro, porque ele ainda está na época das cavernas pré-históricas. Aliás, peço à própria Casa que troque o nome do Deputado Jair Bolsonaro para Jair Dinossauro.

Sr. Presidente, quero registrar o meu voto de solidariedade à família Bogéa, nas pessoas da Sra. Hilda Bogéa e de Lourival Bogéa, que há 50 anos estão à frente do **Jornal Pequeno**, o único jornal do Maranhão que enfrenta o comandante da mais antiga oligarquia brasileira, que é o Senador José Sarney.

No começo deste ano faleceu a jornalista Josilda Bogéa. Ela tinha um suplemento sobre cultura e turismo e de forma prematura foi para o andar de cima. Está ao lado de Deus.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saudar os novos Deputados que chegam a esta Casa. Estamos propondo às Sras. e aos Srs. Deputados a criação de uma frente parlamentar da educação. A Casa tem algumas frentes com muita força aqui no Congresso, como a Frente Parlamentar da Agricultura, a Frente Parlamentar da Saúde e a Frente Parlamentar do Turismo. E a educação, ao longo do tempo, tem sido movimentada por algumas frentes. É o caso da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional, da Frente Parlamentar de Educação a Distância e dessa frente em defesa da educação básica.

Acreditamos que é de fundamental importância reunirmos todos aqueles que acreditam que a educação é o caminho para um Brasil mais desenvolvido, mais justo e mais humano.

Estamos encaminhando aos gabinetes das Sras. e dos Srs. Deputados um pedido de apoio para que possamos criar a Frente Parlamentar em Defesa da Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, companheiros.

O SR. ZOINHO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, companheiros Deputados e Deputadas, quero fazer um alerta a esta Casa sobre a falta de respeito das companhias aéreas do nosso País. É um absurdo o que se faz com as pessoas que necessitam de transporte aéreo. Geralmente os voos saem com de 40 minutos a 1 hora de atraso.

E o pior é o critério da cobrança de passagem. Em todas as concessões, sejam municipais, sejam estaduais, sejam federais, existe uma tarifa: a tarifa da água, a tarifa da energia, a tarifa telefônica. Mas as companhias aéreas cobram o preço que elas acham

que devem cobrar, de acordo com o momento e a necessidade de cada passageiro.

É um absurdo o que está acontecendo. Eu gostaria que, assim que forem formadas, as Comissões nesta Casa tomassem uma providência contra essa atitude das companhias aéreas, pelo que elas vêm fazendo com os passageiros que necessitam viajar.

(O microfone é desligado.)

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, felicito a população do Município de Amontada, que tenho o privilégio de representar no Congresso Nacional. Eu e o Deputado Estadual José Sá Nogueira obtivemos uma expressiva votação naquele Município, e portanto agradeço aqui de público ao povo amontadense essa manifestação de confiança.

Nesta oportunidade, quero também informar que o Município de Amontada completou 26 anos de emancipação política. Tive o privilégio de acompanhar a criação do Município e de fazer amizade com todos os Prefeitos, desde o primeiro eleito. Hoje, graças a Deus e ao povo de Amontada, a quem agradeço na pessoa do Prefeito Edivaldo Assis de Jesus, exerço esta representação neste Congresso Nacional.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tive a honra de entregar ao Presidente Marco Maia, ontem, em mãos, o relatório final da Comissão Externa criada no ano passado para estudar a política sobre drogas no País.

Srs. Deputados, trata-se de um tema importantíssimo, já que são milhares as famílias que vivem esse problema, esse verdadeiro drama em que se transformou a questão das drogas, especialmente após o advento do *crack*.

Na ocasião, S.Exa., o Sr. Presidente Marco Maia, recebeu as nossas propostas e garantiu que a atual legislatura continuará a tratar desse assunto, provavelmente por meio de uma Comissão Especial.

Quero, portanto, saudar a iniciativa do Presidente e colocar-me à disposição para darmos continuidade a esse importante trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, com muita satisfação, àquele que foi Prefeito de Recife por duas vezes, hoje nosso colega Deputado Federal, João Paulo Lima.

Informo que S.Exa. dispõe de 1 minuto neste período, mas também está inscrito para falar em seguida, por 3 minutos.

O SR. JOÃO PAULO LIMA (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocência Oliveira, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que subo à tribuna nesta

manhã para falar de um momento muito importante no processo de redemocratização do País, que é, sem sombra de dúvida, o aniversário do Partido dos Trabalhadores.

Hoje vamos realizar uma grande festa, com a presença da Presidenta Dilma e do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que tem 40 anos de militância política, 31 anos no Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ilustre Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, como já me manifestei neste período de Breves Comunicações, aproveito agora a oportunidade concedida pela Presidência para fazer outros breves comunicados.

O primeiro comunicado que farei agora é que ontem a bancada baiana se reuniu com Edival Passos e a diretoria do SEBRAE na Bahia – todos os partidos foram convidados – para discutir a atuação no SEBRAE no Estado.

Quero parabenizar a nova Diretoria do SEBRAE e louvar a iniciativa do companheiro Edival Passos, que se comprometeu com a bancada a buscar o desenvolvimento da micro e da pequena empresa na Bahia.

No País, Sr. Presidente, empreendimentos geram mais 60% dos empregos. Então, desde já, manifesto total adesão ao esforço do companheiro Pepe Vargas e de outros Parlamentares para que possamos alterar o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, ampliando o seu limite e permitindo a inclusão de novas empresas.

Também quero anunciar, Sr. Presidente, que hoje, sob forte emoção, em ato solene, empossaremos o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento social e econômico do País, completa hoje 31 anos de fundação.

Quero igualmente comunicar, Sr. Presidente, que aderi à Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, por considerá-la uma das mais importantes iniciativas nesta Casa. Vivemos em pleno século XXI, e o processo civilizatório deste País e do mundo não comporta mais a existência de trabalho escravo.

Por fim, Sr. Presidente, registro minha tristeza pelo fechamento do mercado público de Jacobina, o que ocorreu por falta de ação da Prefeitura local. Tal fato interrompeu a atividade de pequenos e médios

empresários que ali comercializavam produtos derivados da carne

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero dar boas-vindas a todos aqueles que estão chegando à Casa pela primeira vez e àqueles que se reelegeram.

Venho a esta tribuna denunciar mais uma barbárie no Estado do Maranhão: em dezembro do ano passado, no complexo penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, 18 detentos foram executados e boa parte deles degolada. A Comissão de Direitos Humanos esteve no Maranhão, fez um relatório e apresentou um conjunto de sugestões para as autoridades estaduais, mas anteontem, em Pinheiro, cidade do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador José Sarney, houve uma nova rebelião. Seis presos foram executados e quatro foram degolados.

É uma vergonha que o País, em pleno século XXI, tenha de conviver com essa barbárie, Deputado Sibá Machado. E quais são as causas das rebeliões do Maranhão e no Brasil? Superlotação nos presídios. No caso de Pinheiro, a delegacia regional tinha capacidade para 30 homens, mas havia 97 deles lá, amontoados como bichos. É uma vergonha que presos acabem executando seus colegas por causa da superlotação, da tortura física, psicológica e moral de forma continuada. É uma vergonha que os presos acabem executando seus colegas de cela por conta de alimentação podre, por falta de assistência jurídica, por paralisia dos processos.

Ontem o Ministro José Eduardo Cardozo esteve lá no Maranhão e prometeu liberar recursos para a construção de mais dois presídios. Eu quero aqui chamar a atenção da Governadora Roseana Sarney para o fato de que ela tem de governar o Estado, e não pode estar sempre de pires nas mãos, pegando dinheiro do Governo Federal, enquanto os recursos estaduais são dilapidados, mal aplicados, corrompidos. O Governo do Maranhão está sempre à procura do Governo Federal!

Nós precisamos de uma vez por todas por fim a essa barbárie do sistema carcerário. Defender os presos não é apenas defender a legalidade, defender a Constituição, defender os tratados internacionais do qual o Brasil é signatário. Defender os presos é defender os que estão soltos, porque hoje os presos estão contidos, mas amanhã eles estarão contigo, e se eles

continuarem como feras, como hoje, todos nós pagaremos um preço muito alto, primeiro para mantê-los presos, ao custo de R\$1.600,00 por pessoa, para serem torturados e barbarizados; segundo, pelo prejuízo que isso representa para a sociedade, para o patrimônio de cada um e para as vidas humanas.

A Ministra Maria do Rosário está pautando esse tema. O Ministro José Eduardo Cardozo vai cuidar disso com carinho. A bancada do PT, na quinta-feira que vem, vai discutir esse tema a partir do relatório que propus, mas quero aqui denunciar a barbárie. Quero solicitar à Governadora Roseana que vá a um presídio, ao Secretário de Segurança que vá a uma delegacia. Uma das recomendações da CPI era a de que no prazo de 1 ano todos os presos que estivessem em delegacias fossem para um local adequado, e infelizmente isso não aconteceu. E essa barbárie, Sr. Presidente, só ocorre porque 99% dos presos são gente pobre. Por onde andei não encontrei um colarinho branco preso. Só encontrei “colarinhos pretos”, gente pobre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará, por 3 minutos.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me associar ao Ministro Edison Lobão, quando ele afirma que o sistema elétrico brasileiro é um dos mais robustos e seguros do mundo. E só não é mais robusto porque o PSDB, no seu tempo de governo, não teve preocupação com o setor elétrico do Brasil; pelo contrário, privatizou a distribuição. A nossa felicidade é que a geração de energia continua sob a tutela do Govern^o

Entre os prejuízos da privatização estão os 8 bilhões que foram tirados da economia popular e dos empresários, e a agência reguladora se acha no direito de dizer que não vai devolver o valor. Nesse ponto, penso que os companheiros do PSDB têm razão. Se essa quantia foi retirada indevidamente, tem de ser devolvida, porque foi tirada da economia popular sem nenhum respeito. Isso não aconteceu por falta de alerta ou de trabalho, porque nós provamos que só serviria para encarecer a energia no Brasil. Eles compraram no mercado aberto a 16 reais ou 17 reais o quilowatt e o recolocaram, como é o caso da COELCE, no Ceará, a 140 reais na planilha. E não investiram o suficiente.

Portanto, é preciso que a agência reguladora exerça o seu importante papel de dar equilíbrio ao setor, e não o contrário disso, que só sirva para aceitar aumentos na tarifa de energia elétrica. As planilhas são feitas pelas distribuidoras, e a agência que regula apenas diz que está certo.

Portanto, quero ser solidário, porque esse apagão está se tornando uma coisa política. Ninguém pode concordar com isso. Quando dizem que o apagão está dando prejuízo, afirmo que, no passado, passava-se uma semana no Nordeste com apagão, e eles não achavam que isso era prejuízo.

Vamos discutir? Vamos, mas também vamos deixar as coisas nos seus devidos lugares, porque hoje a distribuição do sistema elétrico brasileiro é caríssima.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Carlos Alberto, do PMN do Rio de Janeiro.

O SR. DR. CARLOS ALBERTO (Bloco/PMN-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Inocência Oliveira; Sra. Deputada Benedita da Silva, nossa sempre Senadora, por intermédio de quem cumprimento as Deputadas desta Casa; Sr. Deputado Sergio Zveiter, de quem tive a honra de ser Subsecretário quando da sua gestão na Secretaria de Estado de Justiça e Defesa do Consumidor e na pessoa de quem cumprimento todos os Deputados desta Casa, louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo!

Sr. Presidente, depois de 44 anos de efetivos serviços prestados ao meu País no Poder Executivo, nas três esferas da Federação brasileira, encontro-me nesta Casa como debutante para aprender com V.Exas. e dar minha modesta contribuição, em razão desse tempo de serviços prestados ao meu País, quando vim do Rio de Janeiro para Brasília para criar o então Ministério da Previdência e Assistência Social com o Ministro Nascimento Silva, de saudosa memória.

Sr. Presidente, meus caros Deputados e Deputadas, ontem o jornal *O Globo*, em sua primeira página, publicou a seguinte manchete: “*UPP e Lei Seca fazem cair o preço do seguro de carro em 37%*”. E eu aproveito para registrar, nesta oportunidade, nos Anais da Casa, a importância dessa política pública aprovada pelo Governador, que vem coibindo a violência no Rio de Janeiro. Com a Operação Lei Seca, proposta de autoria do nosso companheiro Deputado Hugo Leal, do Rio de Janeiro, da qual fomos coordenador ao longo de 22 meses, com uma equipe de 180 integrantes, dentre eles 30 cadeirantes, conseguimos fazer com que 5.240 vidas fossem salvas da violência do trânsito.

Quero parabenizar nosso Governador; o Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame; o Secretário de Governo Wilson Carlos Carvalho, que deu suporte a essa política pública, o comandante da Polícia Militar Mário Sérgio e os taxistas, que nos têm ajudado muito nesse trabalho de salvar vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, à ilustre Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, nestes 3 minutos, de lembrar a esta Casa que nós estamos hoje quase no término da realização do Fórum Mundial Social.

Esse Fórum de grande importância, que começou no Brasil, em Porto Alegre, em 2001 – e desde então nós temos reunido todos os segmentos da sociedade brasileira para juntos pensarmos em um Brasil melhor –, tornou-se também internacional, paralelamente ao Fórum de Davos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após o primeiro encontro, realizado em 2001 na cidade de Porto Alegre, o Fórum Social firmou-se como ferramenta essencialmente pública e plural de um processo mundial permanente na construção de alternativas às políticas neoliberais. Um passo de cada vez, na luta pelo resgate da dignidade humana no continente africano.

Nesta manhã eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que estamos tratando no Fórum Social Mundial de uma questão relevante, qual seja, a liberdade e a inclusão da política econômica e social nos nossos países, e escolheram o Senegal para sede do Fórum.

Gosto muito de uma citação do primeiro Presidente negro da África do Sul, Nelson Mandela, que sempre nos deu importante lição, em sua extraordinária luta pela liberdade: *“Democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria, é uma concha vazia”*.

A escolha de Dacar, no Senegal, como sede da XI edição do Fórum Social Mundial, deixou-me extremamente feliz, por saber que durante os seis dias do evento os olhos do mundo estarão voltados para a África. É lamentável ver um continente tão belo impedido de crescer e de oferecer oportunidades para o seu povo. A realidade ali é dura. A pobreza, as guerras civis e a exclusão social, tecnológica e econômica são alguns dos maiores entraves para o desenvolvimento de grande parte do continente africano.

O Fórum Social Mundial trata exatamente dessas questões, e realiza-se numa África sofrida, numa África de guerras, numa África sangrenta, numa África de solo rico mas com desigualdades enormes. E não estamos apenas olhando, assistindo; estamos contribuindo.

Os debates promovidos durante o evento vão estimular uma reflexão coletiva e, com certeza, promover um avanço na questão. É importante apoiarmos toda e qualquer discussão sobre como as populações de alguns países africanos podem reconquistar a própria liberdade, reivindicando a construção de novos Esta-

dos democráticos. Não é possível ficarmos apáticos diante de um cenário em que a riqueza é distribuída para poucos enquanto a maioria vive em condições de extrema pobreza. O povo tem o direito de se beneficiar com o que seu solo produz, de alcançar a sua independência. Uma vitória merecida, diante de toda a resistência e a luta dos africanos.

Ao valorizar o espaço democrático de formulação de alternativas, o Governo Federal reafirmou o princípio do diálogo na redefinição dos novos rumos para o continente africano. A Presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher a liderar nosso País, enviou a delegação coordenada pelo Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho, que participou da mesa *África e as Relações Sul-Sul*, além de debater pontos essenciais que envolvem as crises do continente com representantes do Conselho Internacional do FSM.

Neste País, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro a manter com a África, com o continente africano, uma relação que ultrapassou o intercâmbio cultural e chegou à área econômica, cooperativa, tecnológica. Hoje, representando a nossa Presidenta Dilma Rousseff no Fórum Social, o Ministro Gilberto Carvalho, junto com a delegação da Presidência da República, está tratando de assuntos altamente relevantes.

Nosso ex-Presidente Lula também esteve presente, e aproveitou a ocasião para pedir que a África tome consciência de sua força, no momento em que a esperança de um novo mundo renasce.

Senhores e senhoras, é imprescindível investir em novas perspectivas e aprofundar diálogos estratégicos sobre temas tão relevantes como a pobreza, a desigualdade e a violação das liberdades no mundo. Todo debate é válido para que os governantes tracem novos caminhos em busca de uma sociedade mais justa, que ofereça reais oportunidades.

Agradeço aos meus pares a paciência de me ouvir. A causa é nobre. Os temas em debate no Fórum Social Mundial são motivo de preocupação para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Sandro Alex, do PPS do Paraná.

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Parlamentares.

Venho registrar reportagem publicada esta semana na **Folha de S. Paulo**, de autoria dos jornalistas Silvío Navarro e Ranier Bragon, sob a seguinte manchete: *Na saída do governo, Lula turbinou prefeituras do PT*. A reportagem lista as 80 maiores cidades do País e os respectivos repasses feitos através de convênios

entre Ministérios e Prefeituras para obras importantes de saneamento, habitação, escolas e hospitais. A matéria ressalta as cidades mais beneficiadas, e com o apoio do Govern^o

Por exemplo, Porto Velho recebeu 86 reais por eleitor no ano passado; São Vicente, Estado de São Paulo, recebeu 99 reais; e Maringá, no meu Estado, o Paraná, recebeu 103 reais. Já as cidades mais preteridas foram São José dos Campos, Estado de São Paulo, que não recebeu nenhum real por eleitor, administrada pelo PSDB; Sorocaba, que recebeu 2 reais, administrada do PSDB; Piracicaba, que recebeu 2,8 reais, administrada do PSDB; e a cidade no Paraná, que eu represento, Ponta Grossa, que recebeu 4 reais por eleitor no ano passado, também administrada do PSDB.

Sr. Presidente, sou adversário do Prefeito de Ponta Grossa, mas não vim a esta Casa para discriminar sua Prefeitura. Aliás, quando se discrimina um Prefeito ou uma Prefeitura prejudica-se sobretudo a população. Essa diferença entre 2 reais, 4 reais para uma cidade e 100 reais para outra, por eleitor, prejudica toda a população. Nós vivemos em uma república, e, portanto, devemos observar o princípio da igualdade.

Espero que o novo Governo respeite não só os Parlamentares, os Prefeitos e os partidos, mas, acima de tudo, a população. Não sou um Deputado contra o Governo; sou Deputado a favor da população. Vou defender nesta Casa os interesses de toda a Nação, muitas vezes apoiando o Governo, outras vezes, não. Isto é que é democracia.

Espero que o novo Governo respeite todas as cidades, respeite a República, respeite o princípio da igualdade. E que a cidade de Ponta Grossa seja neste Governo mais valorizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (Bloco/PMN-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria aproveitar este momento para agradecer a Deus e ao querido e amado povo do meu Estado de Goiás a expressiva vitória que me foi concedida nas eleições de 2010.

Foi a primeira vez que disputei uma eleição, e tive a honra de receber mais de 100 mil votos, que obviamente me imputam a grande responsabilidade de bem representar os interesses do meu Estado e do nosso povo goiano.

Em segundo lugar, quero chamar a atenção de todos os colegas Deputados e Deputadas para a nossa proposta de recriação da Frente Parlamentar Brasil com Seguro, que existia na Legislatura passada e era muito bem presidida pelo Deputado Beto Albuquerque, do Rio Grande do Sul, o qual agora assume uma

importante Secretaria no Governo Tarso Genro. Estamos envidando esforços em favor da recriação dessa Frente, e gostaríamos de contar com todo o apoio dos nobres Deputados e Deputadas.

Infelizmente ainda é muito pouco percebida a importância do setor de seguros, tanto pela sociedade como pelo Governo Federal e pela imprensa. O setor de seguros, além de ser um grande fator de equilíbrio na sociedade, pois repõe perdas que não seriam suportadas pelas empresas, cumpre outra importante função, que é ser um dos maiores geradores de poupança interna, o que sustenta o desenvolvimento econômico e social de uma nação, principalmente de um País emergente como o nosso.

Quando eu falo em seguros, refiro-me a seguro, previdência privada aberta complementar, capitalização e resseguro.

Eu gostaria que nossa proposta tivesse a acolhida de todos os Deputados e Deputadas. Voltando a constituir a Frente Parlamentar Brasil com Seguro, estabeleceremos na Casa um debate profícuo para o esclarecimento da importância do setor de seguros para o País.

É esta a minha intervenção, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do Rio Grande do Sul, venho a esta tribuna dizer que nos últimos 4 anos do Governo do seu partido os tucanos conseguiram acabar com o piso salarial regional, que começou em 1,3 e encerrou no mesmo valor do piso nacional.

Esse Governo também destruiu a educação, fechou escolas, praticou enturmação, desqualificou os trabalhadores da área de educação, perseguiu movimentos sociais como o Movimento Sem Terra, o dos pequenos agricultores, o dos metalúrgicos.

No Rio Grande do Sul os trabalhadores que fizeram mobilização foram perseguidos pelo Governo dos tucanos. O engraçado é que no Rio Grande do Sul eles são um partido, mas em âmbito nacional dizem que são outro.

Esse é o mesmo partido do projeto neoliberal. Quando Fernando Henrique Cardoso foi Presidente deste País, o salário mínimo não passava de US\$80 e o povo brasileiro vivia sob a pressão das privatizações. Os trabalhadores nunca eram ouvidos. O Brasil não tem lembrança, não quer ver esse passado.

Diferente neste País foi o Governo do Presidente Lula, que governou para a maioria, para os trabalha-

dores, para os pequenos. O salário mínimo de US\$80 passou agora para US\$328. O Presidente Lula investiu sem discriminar ninguém, sem olhar para sigla partidária, sem olhar para cor ou religião.

Foi assim o Governo do Presidente e companheiro Lula, a que hoje o PT, em seus 31 anos de fundação, vai entregar a faixa de Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores. Lula tem um papel fundamental, tanto no Brasil como no mundo, para apaziguar conflitos, para defender os mais pobres, para defender aqueles que mais precisam. E essa é uma função necessária, que o nosso Presidente Lula vai assumir de hoje em diante.

Tenho certeza de que esta Casa, que é uma Casa política, de debates – e sabemos que aqui estão os representantes dos grandes, dos projetos neoliberais –, juntamente com a nossa companheira Dilma Rousseff, vai defender o povo brasileiro e combater a miséria, a pobreza.

Temos de investir cada vez mais nos trabalhadores do campo e da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dr. Fermino Fechio Filho, Ouvidor da Secretária Especial de Direitos Humanos, em matéria publicada pelo jornal *O Globo*, traz um quadro real da situação dos grupos de extermínios em nosso País. Ele afirma que, onde existe grupo de extermínio há presença de policiais, e não apenas a presença, mas o comando.

Diz ainda que duas coisas ajudam essa situação. Primeiro, muitas vezes, essas questões não são levadas em conta no julgamento. Há uma morosidade no julgamento desses casos, quando eles são julgados. Segundo, há o corporativismo policial, que muitas vezes impede a investigação dos crimes.

Precisamos, sim, enfrentar essa questão. Não podemos deixar que essa matança continue em nosso País. Toda a vez que um Relator da ONU ou da OEA vem ao Brasil, fica registrada no relatório a necessidade de enfrentarmos a prática da tortura e os grupos de extermínio.

Temos de atuar no sentido de enfrentar essa questão. Primeiro, fazendo com que aqueles policiais a serviço do crime sejam retirados das corporações policiais. Não é possível que alguém seja pago para usar distintivo, arma, munição e informações a serviço do crime organizado. Essas pessoas deveriam combater o crime, mas estão a serviço dele.

Vamos enfrentar essa questão. Queremos efetivamente fazer um grande seminário nesta Casa para discuti-la.

Criamos a CPI do Extermínio no Nordeste. Encaminhamos o resultado para as autoridades, mas infelizmente poucas foram as autoridades que enfrentaram essa questão. Muitas vezes, por causa do medo, da conivência ou da omissão não se faz nada para combater a situação dos grupos de extermínio, que continuam atuando. E não são grupos apenas de pistoleiros; são grupos que estão sendo comandados por policiais das forças que deveriam combater o crime.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado João Paulo Lima, do PT de Pernambuco. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. JOÃO PAULO LIMA (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma alegria voltar a esta tribuna pela segunda vez no dia de hoje.

Eu não poderia deixar de registrar a grande efervescência cultural que já vive hoje o Estado de Pernambuco, nas ruas do Recife e nas ladeiras de Olinda. Administrei a cidade de Recife, e a companheira Luciana administrou a de Olinda.

Quero falar, Sr. Presidente, sobre a importância dessa manifestação cultural que traduz a alma, a alegria e a garra do povo pernambucano. Durante 8 anos, na condição de Prefeito da cidade do Recife, incentivamos muito a cultura, promovendo a descentralização, apoiando as pequenas agremiações e criando o carnaval multicultural.

O Deputado Silvio Costa sabe que transformamos Recife e Olinda em cidades de grande representatividade cultural, estimulando um turismo em que a cidade toda tem de participar, com as comunidades, o artesanato, o envolvimento, a formação dos taxistas e dos barraqueiros, para receber melhor os turistas.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que o trabalho que fizemos tem sido reconhecido há diversos anos com premiações nacionais.

Bom dia e bom final de semana para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocência Oliveira, saúdo os nossos companheiros e companheiras, Deputados e Deputadas Federais, especialmente os da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, associo-me aos demais companheiros que me antecederam para tratar do aniversário

hoje do nosso partido, o PT, que completa 31 anos, juntamente com aqueles outros que nasceram a partir da reabertura política em 1979.

Antes de mais nada, quero expressar satisfação pela grande contribuição do nosso partido para a construção das mais belas páginas da democracia do nosso País. No Brasil, passamos 308 anos sob o jugo de Portugal e estivemos 67 anos sob um império que era muito mais de característica política do que econômica, porque devíamos o que não possuíamos naquele momento; passamos 42 anos sob a política do café com leite, quando São Paulo e Minas Gerais dirigiam o nosso País sem abrirem mão para mais ninguém. Em vários momentos, tivemos a interrupção da democracia por ditaduras: a civil, de Getúlio Vargas, e, depois, a militar.

Assim, a democracia no Brasil, Sr. Presidente, é muito recente, e como tal é uma conquista do povo brasileiro a partir de 1979/1980. Nesse período, o nosso partido teve que se esforçar muito para contribuir com os Parlamentos municipais e estaduais e com o Congresso Nacional.

O nosso partido se esforçou muito para aprender e fazer, com dedicação, uma das mais importantes formas de gestão pública nos Municípios, nos Estados e, agora, pelo terceiro mandato consecutivo, no Governo Federal.

O pilar desse sucesso, Sr. Presidente, está sedimentado entre buscar o equilíbrio fiscal do País, o desenvolvimento econômico com distribuição de renda, e, é claro, avançar o máximo na democracia, construindo-se uma relação externa que busca, em primeiro lugar, a solidariedade entre os povos.

Comemoramos hoje esses 31 anos e vamos prestar uma homenagem ao nosso líder principal, Luiz Inácio Lula da Silva, reconduzindo-o ao posto de Presidente de Honra do nosso partido.

Vamos fazer uma grande campanha este ano para que, em 2014, possamos consolidar um novo código político brasileiro, que chamamos aqui de reforma política. Portanto, a tarefa não é pequena; a tarefa é hercúlea.

Saúdo os quase 1 milhão e 500 mil filiados do nosso partido, nossos Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Governadores e, é claro, a nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Parabéns ao povo brasileiro pela luta! Parabéns ao partido dos Trabalhadores pelo sucesso!

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Cleber Verde, do PRB do Maranhão.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a cada janeiro os aposentados e pensionistas de todo o País reúnem-se aos pés da Mãe Aparecida para agradecer as muitas graças recebidas no ano anterior e renovar as suas esperanças para as novas caminhadas. Assim, celebram o Dia Nacional dos Aposentados em Aparecida, São Paulo, como um direito assegurado por lei e, muito mais, com um profundo sentimento de gratidão e fé.

Os aposentados, brava gente que ajudou a construir esta grande Nação chamada Brasil, formam os homens de hoje e participam efetivamente da formação do amanhã, que queremos mais justo, com paz e prosperidade para todos, com equilíbrio social, econômico e ambiental.

Quanto aos direitos previdenciários, querem tão somente o cumprimento da retidão, dos princípios, das garantias e vantagens assegurados originariamente pela Constituição da República Federal.

Sr. Presidente, estive presente em Aparecida, juntamente com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, e tenho certeza de que o que querem os aposentados do Brasil, nobre Deputado Hélio Santos, nada mais é do que fazer justiça àquilo que reclamam ao longo dos anos; e esta Casa, nesta 54ª Legislatura, tem a oportunidade de poder discutir e aprovar o que é de interesse dos aposentados e pensionistas do Brasil.

Nesse sentido, na *Carta de Aparecida*, os senhores aposentados e pensionistas citam algumas reivindicações, entre elas: reajuste anual único para todos os benefícios, igual ao do salário mínimo; recuperação do valor dos benefícios ao mesmo número de salários quando da data da concessão, através do PL nº 4.434; fim do fator previdenciário, com a derrubada, portanto, do veto ao PL nº 3.255, de 2002; retorno da administração quadripartite, com poderes deliberativos, do Conselho Nacional de Previdência Social; derrubada do veto ao reajuste de 2006, com a concessão de 11,76% retroativos; aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que prevê mais recursos para a saúde; e também o fim da Desvinculação das Receitas da União, que levam certamente grande parte dos recursos arrecadados pela Previdência.

Sr. Presidente, entendemos que esse sentimento, que move os aposentados e pensionistas do Brasil, mencionado na *Carta de Aparecida*, é um sentimento de justiça. Assim como falava também Ruy Barbosa, nada há mais relevante para a formação do sentimento de justiça do que a questão social. Portanto, entendo que o assunto é relevante. Trata-se de temas que esta Casa vem discutindo, vem debatendo, e agora nós te-

mos a oportunidade de poder fazer valer os direitos dos aposentados e pensionistas deste País.

Conclamo todos a, juntamente com a COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, discutirmos e aprovarmos as matérias relevantes e em favor dos aposentados do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência convoca os Srs. Líderes a virem ao plenário, pois dentro de poucos minutos dará início à Ordem do Dia.

Aqueles projetos em que houver interesse serão retirados pelos partidos. Só votaremos aqueles para os quais houver pleno acordo e que tiverem parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Há uma triagem nessa Comissão, pois se trata de acordos internacionais. Só poderemos votar a matéria depois que tiver passado pela Comissão.

Portanto, convido os Srs. Líderes a comparecerem. Já há *quorum*, 266 Srs. Parlamentares.

Gostaria de dizer aos nobres pares que, após a Ordem do Dia, continuaremos com breves comunicações e, à tarde, a partir das 14 horas, haverá sessão ordinária, apenas de debates. Quem quiser ficar para falar terá o tempo necessário para utilizar a tribuna em defesa dos mais sagrados interesses do País.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Airton, do PT do Ceará. S.Exa. dispõe de até 3 minutos na tribuna.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou muito feliz por estar aqui, mais uma vez, caminhando para o segundo mandato, na 54ª legislatura.

É longa e de muita luta minha trajetória política. Começou em Aracati, como Vereador, e depois em Icapuí, como Prefeito. Orgulho-me de ter lutado, junto com o Presidente Lula, pelo povo de Icapuí, uma das primeiras cidades administradas pelo PT no País. Também fui Vereador na capital cearense e disputei duas campanhas para o Governo do Estado.

Sou muito grato ao meu povo cearense! Ainda lembro de quando concorri ao Governo do Ceará em 2002 e quase ganhei a eleição numa campanha jamais vista na história local, resultado de denso trabalho na área social e administrativa que me levaram para um momento histórico do Estado e da minha vida pública.

Consegui abrir caminhos para que a ideologia de esquerda derrubasse a autoritária oligarquia do Estado e, com 28,3% dos votos válidos no primeiro turno das eleições (924.690 votos), levei, pela primeira vez,

uma eleição estadual a ser decidida no segundo turno, agrupando partidos como o PDT, PMDB, PSB, PFL, entre outros, para formar alianças importantes.

Obtive, no segundo turno, 1.762.679 votos. E por apenas uma diferença de 3.047 votos não fui eleito Governador do Estado do Ceará.

Sigo, agora, para o segundo mandato de Deputado Federal. Nesse momento, quero reafirmar o desejo de trabalhar ainda mais para honrar essa missão que me foi confiada e carrego com muita responsabilidade, ao lado da nossa Presidenta Dilma, que também soube trabalhar e conquistar o povo cearense com sua capacidade e seriedade.

Assim, darei continuidade às bandeiras relevantes que venho trabalhando e defendendo como: educação técnica e profissionalizante, saúde, turismo, infraestrutura, juventude, trânsito, transporte, desporto e regulamentação de profissões como dos comerciários e jornalistas, além de ter atuado como relator na criação do Ministério da Pesca e na Lei da Pesca.

Enfim, agradeço por mais essa oportunidade a meus pares, a meus colegas, a minhas colegas de partido, a toda a sociedade brasileira e, principalmente, a Deus, que ouve nossas súplicas. Mas não posso esquecer de agradecer a todos os guerreiros que trabalharam comigo nessa campanha de 2010, às lideranças dos 184 Municípios do Ceará, pois lembro de cada um. Como não tenho tempo para citar todos, peço licença para agradecer em nome dos cinco Municípios que mais me deram votos: Amontada, Aracati, Camocim e Salitre, além de Fortaleza. Esse é o reconhecimento do meu trabalho, que desejo multiplicar nessa 54ª legislatura.

Ciente das responsabilidades, comprometo-me, mais uma vez, em fazer relevantes projetos para a melhoria do povo cearense e do Brasil. Finalizo com a mais profunda gratidão ao Ceará pela eleição de 2010, onde recebi nas urnas 103.611 votos.

Muito obrigado.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Deputado Jutahy Junior.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quanto custa fazer uma pessoa desconhecida Presidente da República?

Há 3 anos, a Ministra Dilma Rousseff era uma pessoa absolutamente desconhecida da sociedade brasileira, e decidiu-se fazê-la candidata à Presidência.

cia da República. Durante 3 anos, foi massificado um projeto de continuidade, em que se dizia que o Brasil estava caminhando a passos largos no rumo certo e que estava garantido o sucesso econômico, com a sociedade ganhando tudo em todas as áreas.

Agora, porém, já conseguimos quantificar um pouco esse custo: inflação em alta – a maior dos últimos 5 anos – e corte de 50 bilhões de reais no Orçamento da União.

É um governo novo? O Ministro da Fazenda do Governo anterior é o mesmo do atual. Quanta imprevisibilidade! Como é possível alguém elaborar o Orçamento no Governo anterior, continuar no Governo seguinte e promover um corte de 50 bilhões de reais!?

Participei da campanha eleitoral, recebi dezenas de e-mails e de ligações nas quais me diziam: “*Jutahy, estão espalhando que o PSDB vai acabar com os concursos públicos e não vai convocar os concursados aprovados*”. Eu respondia sempre que nada daquilo era verdade. Mas o PT ia a todos os lugares reafirmar essa balela. E, ontem, eles anunciaram com a maior cara de pau: “*Não haverá mais concursos e os aprovados não serão chamados*”.

Quem mentiu durante a campanha?

Durante 7 anos, houve aumento real no reajuste do salário mínimo. A população que ganhava até um salário mínimo, principalmente os aposentados rurais – e meu Estado tem um contingente gigantesco de pessoas que recebem o Bolsa-Família e de aposentados rurais –, acreditava que, se o vencedor fosse do PT, se a Ministra Dilma Rousseff fosse eleita Presidente, o salário mínimo não seria de 600 reais, como José Serra propunha na campanha. Isso era muito pouco, porque o Lula e a Dilma dariam ainda mais. O que aconteceu? Rigidez; arrocho salarial, e pela primeira vez o reajuste não ficou acima da inflação.

Tudo isso, Sra. Presidenta, é o custo de eleger uma pessoa que não tinha história, não tinha vinculação político-eleitoral, não tinha tradição; é o custo da massificação para se conseguir a continuidade de um projeto que se dizia absolutamente seguro quanto a investimento e quanto ao desenvolvimento. E deu nisso!

Estamos começando a ver o Custo Dilma pesar sobre a população. Ou será que ninguém sabia que os alimentos estavam aumentando? Alguém tinha dúvida do aumento de inflação desde setembro do ano passado? Alguém tinha dúvida de que isso seria pago com o sacrifício do povo brasileiro?

É isso o que viemos dizer. Foi praticado um estelionato na eleição.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, já contamos com a presença de 286 Deputados e Deputadas no plenário. Há alguma previsão de iniciar a Ordem do Dia?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Estamos aguardando a presença do Presidente Marco Maia, que deve estar chegando ao plenário.

O SR. EFRAIM FILHO – Aguardaremos, Sra. Presidenta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero fazer um comentário a respeito do que havia sido anunciado, ontem, no Rio Grande do Sul, pelo Ministro Wagner Rossi, ao qual agradecemos. Por meio de AGF, já foram liberados 88 mil toneladas de arroz.

Os produtores estão vivendo momento extremamente crítico. Estão vendendo arroz muito abaixo do preço mínimo e do custo de produção. Por isso, ontem, a CONAB anunciou esse mecanismo, à disposição dos produtores de todo o Rio Grande do Sul. Eles poderão ir à CONAB. Mas nós insistimos na necessidade de uma portaria que crie outros mecanismos. O Ministério da Fazenda está prometendo editá-la nesta semana. Recursos do PEP e da AGF foram anunciados, mas entendemos que precisamos de mais recursos.

É muito pouco o recurso anunciado neste momento. As safras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em torno de 9 milhões de toneladas, precisam de um volume significativo de aporte para fazer mexer o mercado.

Agradecemos ao Ministro o anúncio feito na outra semana, no Palácio Piratini, em relação à AGF e ao PEP, mas pedimos mais recursos.

Outra questão, Sra. Presidente, é que está praticamente vencida no Banco do Brasil parte dos 400 milhões de reais do EGF do ano passado, que já foi prorrogado. E os produtores, com este preço, não conseguirão pagar essa conta. Portanto, precisamos achar também uma solução para esses 407 milhões de reais que os produtores do Rio Grande do Sul devem hoje ao Banco do Brasil – o Deputado Jutahy Junior comentou algumas questões anunciadas lá.

Eu tenho outra preocupação, Sra. Presidente, desta vez, em relação ao fumo. Nós tínhamos um problema sério quando diziam que o candidato Serra iria acabar com a lavoura de fumo. Mas, consultas

públicas da ANVISA, lançadas em 30 de novembro e em 28 de dezembro, Deputado Osmar Terra, mostram que, se a situação continuar como está, em torno de 50 mil famílias de pequenos produtores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná terão que abandonar a atividade. As consultas públicas da ANVISA tratam de uma variedade plantada nesses três Estados, chamada Burley.

Nós precisamos urgentemente resolver essa questão. Por isso pedimos audiência nos Ministérios. O Ministro da Agricultura está ciente desse assunto, como também os Ministros do Trabalho e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Alguém tem de resolver esse impasse. Na calada da noite, inadvertidamente, a ANVISA, Deputado Osmar Terra, soltou consulta pública – uma, em 30 de novembro, outra, em 28 de dezembro –, e seis Ministros do Governo Lula assinaram um termo pelo qual nada fariam sem ouvir esses Ministérios.

A ANVISA, por conta dela, está colocando em risco 50 mil famílias de pequenos agricultores que plantam, em média, 3 hectares de fumo. Isso é o maior crime que pode acontecer com esses agricultores.

Estamos chamando a atenção do Ministro da Saúde, para que possa tratar dessa questão com a ANVISA. Alguém tem que ser responsável por esse assunto, porque essas famílias estão ameaçadas. É extremamente importante que o Ministro da Saúde, que participou dessa negociação do final do ano passado, atenda a esse pedido.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB-ES. Sem revisão do orador.) – Deputados e Deputadas, Sra. Presidenta Rose de Freitas, parabeno-a pela forma como conquistou a 1ª Vice-Presidência da Casa, representando o Espírito Santo.

Venho à tribuna para demonstrar minha solidariedade com os Municípios e os munícipes de Baixo Guandu – divisa com Minas Gerais –, Colatina e João Neiva. Há um custo para eleger alguém que não é conhecido. Ocorre que o Ministério Público Federal responsabiliza um agente que administra o DNIT, no Espírito Santo, por não atender a uma determinação da Justiça para fazer a recuperação da BR-259, que é uma rodovia federal. A determinação era de que se fizesse reforma em um trecho do Município João Neiva, passando por Colatina até o Baixo Guandu, na divisa com Minas, porque, no ano passado, vários acidentes ocorreram, provocando a morte de 24 cidadãos capixabas. No ano de 2008 foram 13 mortos em acidentes naquela rodovia. Por esse motivo, hoje esse agente está sendo responsabilizado por esses acidentes e mortes que ocorreram. O processo já foi concluído e há 2 meses aguarda uma decisão do Judiciário.

Desde maio de 2006, a Justiça determinou que seriam feitas reformas nessa rodovia. O Ministério Público entende que o DNIT está cometendo desobediência há 4 anos. Inclusive, a única obra que está sendo realizada, e que deveria ter sido concluída em novembro do ano passado, é a construção de uma estrada, na qual há uma curva, chamada de curva assassina.

Apelamos ao Ministro Alfredo Nascimento para que a reforma dessa rodovia federal seja realizada urgentemente, porque mortes ainda estão ocorrendo. A avaliação do DNIT é de que essa estrada seja realocada. A Polícia Rodoviária Federal, discordando do DNIT, encontrou mais sete pontos assassinos naquela rodovia, em que se morre e se mata muita gente.

Portanto, solicito ao Ministério dos Transportes e ao DNIT que tomem uma providência de forma a evitar deslizamentos, inclusive na obra que está sendo feita. Se vier uma grande chuva, naquela curva que mais mata ainda morrerão muitos capixabas. Então, não dá para tolerar o que está acontecendo nas rodovias federais capixabas.

Muito obrigado.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sra. Presidente desta lédima Câmara dos representantes do povo brasileiro; Exmos. Srs. Deputados e Deputadas, distintos membros da imprensa, venho hoje aqui para, pela segunda vez, ocupar esta tribuna, o que muito me honra e me deixa emocionado. Afinal, procuro, dessa forma, honrar os 111.373 votos que me fizeram o Deputado mais votado do meu partido no Rio Grande do Sul, no qual tive a honra de exercer por 16 anos ininterruptos a tarefa de deputação estadual, tendo presidido aquela Assembleia.

Tivemos na Casa a presença da Sra. Presidenta da República, a gaúcha Dilma Rousseff. Estivemos no Rio Grande do Sul e homenageamos, ainda na Presidência da Assembleia, o ex-Presidente desta Casa e Vice-Presidente da República, Michel Temer, que recebeu a Medalha do Mérito Farroupilha – honraria máxima do Parlamento gaúcho. Aquela Casa fez uma homenagem ao Vice-Presidente da República pelo seu trabalho, pelo estadista que é.

V.Exas. sabem que a política é feita de símbolos. Contudo, a vida real é feita de atos concretos. Tivemos, nas últimas semanas, dois belos símbolos por parte de nossa Presidenta da República no tocante à resolução de dois problemas estruturais vividos por nosso País, quais sejam: a necessidade de reforma política e a minimização dos recorrentes desastres naturais.

De fato, nossa Presidenta, acertadamente, não apenas visitou de imediato as áreas afetadas pelos desastres, como esteve pessoalmente neste Parlamento

para entregar a mensagem do Poder Executivo, tendo a reforma política como prioridade.

Desta feita, creio ser o momento de esta Casa política inspirar-se nos preciosos símbolos emanados pela Chefe do Executivo e começar a tomar atitudes efetivas e concretas para a superação dessas duas chagas nacionais. Afinal, enchentes e eleições neste País não são uma possibilidade, são uma certeza!

Assim, na firme persecução da revitalização das atividades legislativas – uma das principais preocupações do meu mandato –, as quais ora são eventualmente usurpadas por outras instituições por inércia deste Parlamento, proponho de imediato à Presidência da Casa que, tal qual a exitosa experiência do Senado Federal na formulação do novo Código de Processo Civil, se instalem o quanto antes cinco comissões de notáveis, para subsidiar tecnicamente e em alto nível os Parlamentares desta Casa nos seguintes assuntos: reforma política; reforma eleitoral; reforma tributária; reforma do Estado; enchentes e desastres naturais.

Proponho ainda que essas comissões percorram o País, ouvindo outros especialistas e a população, em audiências públicas, e ao final de 60 dias apresentem um estudo e um texto final a ser apreciado pela Casa.

Chamo a atenção de V.Exas. para o fato de que a cada dia que passa sem fazermos as imperiosas reformas institucionais mais se degrada o quadro político e as instituições de nosso País, a começar por este Parlamento. Isto é um consumado desastre político, tão previsível quanto as enchentes que regularmente se apresentam em território nacional. Por certo alguém – que não o povo brasileiro – está a se locupletar desta desonrosa situação, assim como estão ricos os donos da indústria dos desastres neste País.

Contudo, quer por minha formação pessoal, quer por minha experiência política, ambas umbilicalmente ligadas ao cooperativismo, afirmo a V.Exas. que tais problemas apenas serão superados através de uma atitude consciente de cooperação entre este Parlamento, a academia, a população e os demais Poderes. A cooperação é uma ideia sábia, é um valor inafastável diante da natureza gregária do ser humano, é um valor derivado dos ideais cristãos que erigiram esta Nação e que fazem parte do seio da cultura nacional. É, pois, igualmente um valor que permeia intrinsecamente nosso texto constitucional, o qual é o projeto da Nação brasileira.

Com efeito, afirmo-lhes que nós, representantes do povo brasileiro, não podemos abrir mão do protagonismo da representação política da sociedade, da fiscalização dos Poderes instituídos e de legislar. Se assim for, perderemos nossa razão de existir enquanto

Deputados e enquanto Parlamento, perderemos nossa dignidade enquanto cidadãos, enquanto homens e mulheres de bem, enquanto pai e mãe de família.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos!

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há 305 Deputados presentes em plenário e já está passando do horário de início da Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Esclareço a V.Exa., Deputado, que se encontram na Casa 336 Deputados, e que no painel constam apenas 305 Deputados. O Presidente chegou à Casa há poucos instantes; estamos aguardando que S.Exa. se dirija ao plenário.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Mas V.Exa. está ocupando a Presidência da Mesa neste momento.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Eu posso fazê-lo, Deputado, mas aguarde um momento.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Eu gostaria de fazer uma solicitação aos nobres colegas com relação à lista de inscritos, que tem me confundido por demais. Solicito que o próprio Deputado a assine. Não vou permitir, pelo menos durante o período em que eu aqui estiver, que uns façam inscrição pelos outros. Não é certo isso. Solicito igualmente que escrevam o nome de forma legível. Eu vou ter de pular uma inscrição, porque não tenho condições de ler o nome.

Vou conceder a palavra agora ao Deputado Edinho Bez, mas antes peço aos dois Deputados inscritos anteriormente para que se dirijam à Mesa, porque não consigo identificar suas assinaturas.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no início da década de 90, uma forte crise assolava o sul de Santa Catarina. Historicamente dependente da indústria carbonífera, a região via o desemprego crescer com a diminuição da exploração mineral. Um dos efeitos dessa crise foi a intensa emigração de habitantes para os Estados Unidos em busca de novas oportunidades de emprego.

O processo de diversificação econômica da região ainda não estava completo quando estourou a crise do carvão. Os impactos são sentidos até hoje, a região não estava preparada para isso. Embora a situação estivesse ruim, os novos ramos econômicos, surgidos anteriormente, não deixaram com que ficasse ainda pior. Conhecida nacionalmente, a indústria

de cerâmica catarinense foi uma das que ajudaram a diminuir os impactos da recessão. Atualmente, é um dos setores que mais emprega na região. Além dela, as indústrias de vestuário, metal-mecânica e de plásticos descartáveis já estão em pleno crescimento na geração de empregos.

O processo de diversificação econômica da região teve início em 1950. Nas décadas de 1950 e 1960, começam a surgir novas atividades que absorvem a renda do carvão, como a calçadista, entre outras. A economia da região já estava razoavelmente diversificada na década de 1970. Essa diversificação teve ligação direta com o setor carbonífero. De todas as indústrias com destaque regional, apenas a de plásticos descartáveis não está diretamente vinculada ao carvão mineral.

Três das principais cerâmicas da região (Cecrisa, Portinari e Incocesa) foram instaladas graças a investimentos de empresários ligados à exploração carbonífera.

Houve também influência nas indústrias metal-mecânica e de vestuário. A primeira surgiu para reparar as máquinas utilizadas na exploração do carvão e a segunda para empregar a mão de obra feminina composta por esposas e filhas de mineiros.

A região vem se recuperando do baque causado pela diminuição da produção carbonífera. Porém, ainda está muito distante do vivenciado na pré-crise.

Em 1993, Criciúma, por exemplo, era responsável por 3,17% do PIB catarinense. Em 1950, possuía mais habitantes que Joinville e Blumenau.

Meus caros colegas, na qualidade de membro da Comissão Permanente de Minas e Energia desta Casa, hoje usei a palavra para contar um pouco mais da história do meu Estado, Santa Catarina, e trazer à memória aspectos importantes de nossas atividades econômicas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Sra. Presidenta, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Já concederei a palavra a V.Exa.

Quero esclarecer que o Deputado Jonas Donizette foi prejudicado na leitura da ordem de inscrição. S.Exa. é o último orador inscrito. Em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

Pois não, Deputado.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – O art. 82 do Regimento Interno, § 2º, é claro, Sra. Presidenta: *“Havendo matéria a ser votada e número legal para deliberar, proceder-se-á imediatamente à votação”*.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – É o que vamos fazer, Sr. Deputado. Peço compreensão de V.Exa., estou tentando, de maneira gentil, aguardar o Presidente. S.Exa. não compareceu até agora por razões óbvias: trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao último orador, Deputado Jonas Donizette. S.Exa. dispõe de 3 minutos, improrrogáveis.

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Deputada Rose de Freitas, que marca seu nome na história do Brasil como a primeira mulher a fazer parte da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, trago a esta tribuna assunto ao qual pretendo me dedicar neste mandato que se inicia: o drama de muitas famílias que choram a perda de entes queridos por causa de pessoas que, de maneira irresponsável, dirigem embriagadas.

Acredito que já avançamos nas leis, mas precisamos avançar ainda mais. Álcool e direção são duas coisas que não combinam, e as pessoas ainda não têm o devido senso de responsabilidade.

Pesquisando leis de outros países, outras localidades, deparei-me com algumas leis que de forma clara mostram como a bebida deve ser abolida, desvinculada do ato de dirigir automóvel. A legislação da Flórida, por exemplo, determina que a bebida alcoólica só pode ser transportada no compartimento de carga do veículo. Ou seja, mesmo que a pessoa vá ao mercado e compre uma caixa de cerveja, ela não poderá transportá-la no interior do veículo, junto aos passageiros, e sim no compartimento de carga.

O que isso quer dizer? Quer dizer que precisamos atentar para essa questão. Não é mais possível ver famílias chorarem, como disse. Acontece um acidente, provocado por pessoa embriagada, alguém perde a vida, e depois fica aquela lamentação: *“Coitado, não sabia o que estava fazendo, não merece punição por isso.”* E a família que chora a perda de um filho, uma pessoa querida que se foi de maneira tão trágica?

Legisladores que somos, determinantes das normas legais do nosso País, precisamos atentar para essa questão.

Acho afronta ver pessoas dirigindo com uma mão no volante e segurando bebida alcoólica na outra, infringindo a lei. E a pessoa sequer se dá conta de que pode ser punida por aquilo.

Quero deixar aqui esse alerta e pedir a colaboração dos amigos, para que juntos, Deputados e Deputadas, atentos para as necessidades do País, possamos estabelecer punições mais rígidas no que diz respeito à associação de bebida alcoólica e direção.

Obrigado, Sra. Presidenta.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o povo brasileiro e, em especial, a sociedade paraense acompanharam, de maneira estarecida, nos últimos 4 anos, as mazelas acontecidas no Estado do Pará: a cada dia uma nova agonia, ora terminando em comédia, ora terminando em tragédia.

O Deputado Federal Claudio Puty, não podendo trazer para o contexto da Câmara dos Deputados à tragédia, trouxe a comédia. Foi assim o seu pífio e desconcertado pronunciamento, em sua estreia na tribuna desta Casa, quando resolveu falar em corrupção e desmandos administrativos.

Ora, seria cômico se não fosse trágico. Logo ele, o Deputado Puty, o comandante-mor e o responsável maior como Chefe da Casa Civil do (des)governo do PT no Pará. É de responsabilidade do desavisado Deputado a grande maioria dos atos e atitudes tresloucadas, alopradas e desqualificadas que culminaram com o descalabro administrativo verificado em nosso Estado nos últimos 4 anos, o que deixou para o atual Governo um *deficit* de quase 1 bilhão de reais. Essa, sim, uma verdadeira herança maldita.

Logo ele, o Deputado Puty, vem a público denunciar atos de corrupção. É hilário! Matérias jornalísticas estampadas nos principais veículos de comunicação do Estado e amplamente divulgadas na mídia televisiva nacional – com provas documentais e com a degravação de fitas oriundas da Polícia Federal – apontam o envolvimento do Parlamentar em vários atos de corrupção, inclusive na liberação dos fraudulentos planos de manejo na Secretaria Estadual de Meio Ambiente. É querer falar de corda em casa de enforcado! Seria cômico se não fosse trágico, repito!

Sr. Presidente, seria oportuno que o Deputado Claudio Puty viesse a público e explicasse ao povo paraense o destino de mais de 2 bilhões de reais de empréstimos autorizados pela Assembleia Legislativa ao Governo do Pará, o que comprometeu sobremaneira as finanças públicas e a atual administração, que deverá honrar o pagamento dos aludidos empréstimos, alguns a curto prazo, sem a contrapartida necessária.

Seria oportuno que o Deputado Claudio Puty informasse aos Prefeitos paraenses qual o destino das parcelas destinadas aos municípios do empréstimo de 366 milhões de reais tomado ao BNDES.

Enfim, seria conveniente que o Deputado Puty aproveitasse a oportunidade e fizesse um balanço das condições da saúde, da segurança pública e da educação, entre outros setores, no período de (des)governo do PT no Estado do Pará. Aliás, o povo do Pará já respondeu a essas questões nas últimas eleições. É bom que o Deputado Puty fique antenado e preocupado com

os desdobramentos dos processos administrativos em andamento, os quais deverão desnudar o fatídico e macabro Governo do PT em nosso Estado.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que o inteiro teor deste pronunciamento fosse repercutido nos órgãos de comunicação deste Parlamento e, em face da sua ausência em plenário, que também fosse enviada uma cópia dele ao Deputado citado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Censo Brasileiro 2010, recém-concluído pelo IBGE, apresenta números e perspectivas promissoras para o País e a Nação brasileira. Em termos de grandes números, nossa população alcançou a marca de 190.732.694 habitantes, equivalente à quinta maior do mundo, depois da China Continental, Índia, Estados Unidos e Indonésia.

Maior nação católica e uma das principais democracias do mundo entre as mais populosas, o Brasil acertou o passo na última década e caminha para consolidar-se entre as economias globais de maior dimensão e importância geopolítica. A expressão “Brasil, país do futuro” pode ser utilizada, hoje, com propriedade como “Brasil, país do presente”.

Um dado social relevante é o de que a expectativa de vida evoluiu 10,6 anos na última década, com o indicador de 73,1 anos em 2009. Em termos de gênero masculino e feminino, a pontuação é de 77 anos para as mulheres e de 69,4 anos para os homens, o que resulta na média nacional de 73,1 anos, considerando-se o percentual de 100 mulheres para cada 95,9 homens. A maior longevidade das mulheres deve ser atribuída a fatores sociais de mortalidade masculina e prevenção feminina, segundo as estatísticas paralelas.

Numa trajetória de 29 anos, a expectativa de vida no Brasil teve um crescimento médio anual de 4 meses e 12 dias, segundo os analistas do IBGE. As projeções indicam que, no longo prazo, até 2050, a esperança de vida do brasileiro, ao nascer, chegará aos 81,29 anos.

A mortalidade infantil caiu de 69,12 óbitos para 22,47 óbitos por mil nascidos vivos, no intervalo de 1980 a 2009. Este é um percentual ainda elevado. No entanto, as políticas públicas de saúde adotadas pelo Governo apontam uma perspectiva positiva de reversão desses números, no médio e longo prazos. Programas como Mãe Coruja, em Pernambuco, de cuidados materno-infantis, e similares em todo o País, do Governo Federal, trabalham nessa direção.

No comparativo com o Censo 2000, a população brasileira aumentou em 2.933.524 pessoas, ou 12,3%.

Na década anterior, de 1991 a 2000, o percentual do crescimento populacional foi de 15,6%.

O Censo 2010 constatou que a população brasileira também cresce no sentido da urbanização, a saber: atualmente 84% dos brasileiros vivem nas áreas urbanas, contra 81% há 10 anos.

Um dado sugestivo é que existem 23.760 brasileiros com mais de 100 anos, sendo a Bahia o Estado líder em longevos, com 3.525, seguindo-se São Paulo, com 3.146, e Minas Gerais, com 2.597, entre os números mais expressivos.

Algumas distorções em determinados Municípios existem, mas serão revisadas.

Esses dados estatísticos do IBGE são de importância fundamental para a formulação de políticas públicas, planejamento público e privado e implantação de obras e serviços em favor de melhores condições de vida para as populações.

Muito obrigado.

O SR. FÁBIO SOUTO (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na noite dessa segunda-feira, 7 de fevereiro, o Brasil assistiu perplexo a uma reportagem no *Jornal Nacional*, da Rede Globo de televisão, que elucidou de forma precisa a realidade vivida pela população da Bahia, uma realidade de medo, de apreensão. A realidade de um Estado comandado pela criminalidade. Uma terra que até bem pouco era tida como paraíso, mas que agora está entregue aos bandidos com a convivência do GoverNº Realidade essa que tenho exposto aqui, em meus discursos, e tentado solucionar, por meio de minha atuação política, há bastante tempo. Uma realidade que, ao contrário da vontade e da necessidade das pessoas de bem, só tem piorado.

Só no último fim de semana foram registrados 25 assassinatos em Salvador, um número absurdo. Em Crisópolis, a 200 quilômetros da capital, outras sete pessoas foram mortas. Infelizmente, isso tem se tornado cada vez mais comum na Bahia. Nos últimos 4 anos, o número de homicídios cresceu assombrosos 50%. Em Salvador, o aumento foi de 70%. Uma prova da ineficácia do sistema de segurança pública do Estado.

A taxa de homicídios em Salvador é cinco vezes maior do que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece como suportável para grandes cidades. Enquanto o tolerável seria 12 mortes por 100 mil habitantes, nossa capital registra 61 mortes. Os números gerais do Estado também são alarmantes: 36 por 100 mil habitantes.

Salvador já registra índices piores que outros grandes centros populacionais brasileiros historicamente acometidos pela criminalidade, como Rio de Janeiro

e São Paulo. A situação é calamitosa. Os moradores têm medo de sair às ruas. Sentem-se reféns da violência. Depois que a noite cai, ninguém se arrisca mais a sair de casa em alguns bairros da capital baiana. Os policiais também se sentem ameaçados. Eles sofrem constantes perseguições. Para garantir a vida, saem de casa sem a farda até chegar ao quartel, com medo de serem atacados. É o perigo de morar em áreas controladas pelo tráfico de drogas.

No interior, assaltos a bancos e assassinatos é o que mais assusta a população. Bandidos usam dinamites para explodir agências bancárias e fogem sem perseguições. Isso porque o contingente policial nessas cidades é muito pequenº Além disso, trata-se de uma polícia mal equipada, com falhas estratégicas e pessimamente paga. São problemas antigos, agravados pela falta de ação das autoridades. Os Governos Municipais não têm poder de controlar esse avanço do banditismo, ainda mais com os cortes orçamentários que estamos tendo; o Governo Estadual é negligente, ocioso e falho; e o Governo Federal sempre ineficaz.

O crescimento da criminalidade, como disse na reportagem o antropólogo Carlos Costa Gomes, do *Observatório de Segurança Pública*, “se deve à ineficácia do sistema de contenção da violência, que envolve outras instâncias do estado, que não é só a polícia. Existe aí a educação, a saúde, a assistência social e a Justiça, que não estão atuando como necessário”.

Preocupa-me sobremaneira a cegueira das autoridades frente a um problema tão grave. O contribuinte não sabe mais a quem recorrer. Os moradores têm cobrado seguidamente do Governo uma solução, sem obter qualquer resultado.

A onda de criminalidade, além de assustar a população, atrapalha uma das principais atividades econômicas do Estado, o turismo. A proximidade da maior festa da Bahia, o carnaval, e posteriormente da Copa do Mundo de Futebol, deveria deixar os responsáveis pela manutenção da paz e do bem-estar em alerta, o que parece não acontecer.

Como cidadão baiano e representante desse povo na Câmara Federal, gostaria de fazer um alerta geral à nação e às autoridades competentes. A Bahia precisa de socorro imediato, senão será entregue de mãos beijadas aos criminosos. Precisamos de uma solução. A alegria de viver do baiano está sendo ofuscada totalmente por esse avanço da criminalidade. A Bahia não merece isso, o Brasil não merece, os baianos não merecem.

Aqui fica minha mensagem de total descontentamento com o Governo do Estado da Bahia e meu pedido, encarecido, de quem os problemas sejam resolvidos o quanto antes.

Muito obrigado.

O SR. SANDES JÚNIOR (Bloco/PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o avanço da tecnologia e a adoção de novos equipamentos por parte das polícias rodoviária e de trânsito têm ajudado a conter um pouco os níveis de infrações cometidas em nossas ruas e rodovias. Isso contribui para a manutenção dos números de acidentes em patamares de anos anteriores, muito embora a frota nacional de veículos tenha sofrido aumento significativo nos últimos anos.

O uso de computadores portáteis em ações de fiscalização é algo quase corriqueiro. Na hora, os policiais podem acessar bancos de dados e saber se os veículos têm multas, pedidos de apreensão e outras informações. Com isso, muitos veículos em situação irregular têm sido retirados das vias públicas. Essas informações, em determinados Estados da Federação, se estendem ainda aos condutores, e muitos já foram detidos a partir de dados cruzados nesses tipos de ocorrência.

Nas estradas, radares móveis e fixos podem ser acessados diariamente pelo policiamento para o levantamento dos atos infracionais registrados, com fotografia da infração.

Todos esses recursos tecnológicos possibilitam o imediato registro do crime praticado e de seu autor. Essa circunstância também torna possível a rápida expedição de comunicado ao infrator, para que apresente defesa em tempo recorde.

Diante do alto nível de tecnologia hoje disponível para o registro atos infracionais em ruas, avenidas e estradas do País, apresentei a esta Casa projeto de lei – proposta que já se encontra pronta para ser levada à pauta de votação – que prevê a alteração da Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, dispondo sobre o arquivamento de auto de infração. Pela proposição, caso o infrator não seja notificado em até 30 dias após seu cometimento, a infração a ele atribuída será arquivada.

O projeto foi apresentado, senhoras e senhores, porque é muito grande o número de reclamações de pessoas que recebem notificações de multas após seis, sete, oito meses da ocorrência do suposto delito. E, então, já perderam o prazo para apresentar defesa, tendo, devido ao tempo passado, imensas dificuldades para provar sua inocência.

O que pretendemos com esse projeto é que a mesma velocidade hoje disponível para identificar uma eventual infração de trânsito seja também disponibilizada para o possível infrator. A rapidez deve estar ao alcance dos dois lados, e não apenas para um, como ocorre nos dias de hoje. Caso não seja entregue no

prazo determinado no projeto, o auto de infração será arquivado e o suposto responsável não poderá mais ser responsabilizado.

Com a medida, pretendemos obrigar os setores de policiamento rodoviário e urbano a terem mais agilidade na notificação e dar prazo para que as pessoas possam fazer suas respectivas defesas em tempo hábil.

Devido ao alcance da proposta, venho hoje a esta tribuna pedir maior empenho de meus pares para que a o mais rapidamente possível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

V – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

Partido Bloco

RORAIMA

Berinho Bantim PSDB

Chico das Verduras PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Edio Lopes PMDB

Jhonatan de Jesus PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Paulo Cesar Quartiero DEM

Total de Roraima 5

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT

Sebastião Bala Rocha PDT

Total de Amapá 2

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS PvPps

Beto Faro PT

Cláudio Puty PT

Dudimar Paxiúba PSDB

Josué Bengtson PTB PsbPtbPcdob

Lúcio Vale PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Luiz Otávio PMDB

Wandenolk Gonçalves PSDB

Zequinha Marinho PSC PpPscPmn

Total de Pará 9

AMAZONAS

Átila Lins PMDB

Carlos Souza PP PpPscPmn

Henrique Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Pauderney Avelino DEM

Rebecca Garcia PP PpPscPmn

Total de Amazonas 5

RONDÔNIA

Lindomar Garçon PV PvPps
Mauro Nazif PSB PsbPtBpcdob
Nilton Capixaba PTB PsbPtBpcdob
Padre Ton PT

Total de Rondônia 4**ACRE**

Flaviano Melo PMDB
Gladson Cameli PP PpPscPmn
Henrique Afonso PV PvPps
Marcio Bittar PSDB
Perpétua Almeida PCdoB PsbPtBpcdob
Siba Machado PT
Taumaturgo Lima PT

Total de Acre 7**TOCANTINS**

Agnolin PDT
Júnior Coimbra PMDB
Laurez Moreira PSB PsbPtBpcdob
Lázaro Botelho PP PpPscPmn
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM

Total de Tocantins 5**MARANHÃO**

Alberto Filho PMDB
Carlos Brandão PSDB
Cleber Verde PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Edivaldo Holanda Junior PTC PrPrbPtdobPrtbPrpPhsP-
tcPsl
Gastão Vieira PMDB
Hélio Santos PSDB
Luciano Moreira PMDB
Pedro Fernandes PTB PsbPtBpcdob
Sarney Filho PV PvPps

Total de Maranhão 9**CEARÁ**

André Figueiredo PDT
Arnon Bezerra PTB PsbPtBpcdob
Artur Bruno PT
Chico Lopes PCdoB PsbPtBpcdob
Domingos Neto PSB PsbPtBpcdob
Eudes Xavier PT
Gorete Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
João Ananias PCdoB PsbPtBpcdob
José Airton PT
José Guimarães PT
Manoel Salviano PSDB
Mauro Benevides PMDB
Raimundão PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB

Vicente Arruda PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Ceará 15**PIAUI**

Assis Carvalho PT
Hugo Napoleão DEM
Iracema Portella PP PpPscPmn
Nazareno Fonteles PT

Total de Piauí 4**RIO GRANDE DO NORTE**

Felipe Maia DEM
João Maia PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Paulo Wagner PV PvPps
Rogério Marinho PSDB

Total de Rio Grande do Norte 4**PARAÍBA**

Efraim Filho DEM
Hugo Motta PMDB
Luiz Couto PT
Nilda Gondim PMDB
Romero Rodrigues PSDB
Wilson Filho PMDB

Total de Paraíba 6**PERNAMBUCO**

Ana Arraes PSB PsbPtBpcdob
Anderson Ferreira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Augusto Coutinho DEM
Bruno Araújo PSDB
Carlos Eduardo Cadoca PSC PpPscPmn
Fernando Coelho Filho PSB PsbPtBpcdob
Fernando Ferro PT
Inocência Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
João Paulo Lima PTB PsbPtBpcdob
Jorge Corte Real PT
José Chaves PTB PsbPtBpcdob
Luciana Santos PCdoB PsbPtBpcdob
Mendonça Filho DEM
Silvio Costa PTB PsbPtBpcdob

Total de Pernambuco 14**ALAGOAS**

Celia Rocha PTB PsbPtBpcdob
Givaldo Carimbão PSB PsbPtBpcdob
Rosinha da Adefal PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsP-
tcPsl
Rui Palmeira PSDB

Total de Alagoas 4**SERGIPE**

Almeida Lima PMDB
Helena Silva PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Laercio Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Márcio Macêdo PT
 Mendonça Prado DEM
 Valadares Filho PSB PsbPtbPcdob

Total de Sergipe 6**BAHIA**

Amauri Teixeira PT
 Antonio Brito PTB PsbPtbPcdob
 Antonio Carlos Magalhães Neto DEM
 Antonio Imbassahy PSDB
 Arthur Oliveira Maia PMDB
 Claudio Cajado DEM
 Daniel Almeida PCdoB PsbPtbPcdob
 Emiliano José PT
 Erivelton Santana PSC PpPscPmn
 Fábio Souto DEM
 Fernando Torres DEM
 Geraldo Simões PT
 João Carlos Bacelar PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 José Carlos Araújo PDT
 José Nunes DEM
 José Rocha PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Josias Gomes PT
 Jutahy Junior PSDB
 Lucio Vieira Lima PMDB
 Luiz Alberto PT
 Luiz Argôlo PP PpPscPmn
 Márcio Marinho PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Maurício Trindade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Nelson Pellegrino PT
 Paulo Magalhães DEM
 Roberto Britto PP PpPscPmn
 Rui Costa PT
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Waldenor Pereira PT

Total de Bahia 29**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PDT
 Aelton Freitas PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Antônio Andrade PMDB
 Antônio Roberto PV PvpPs
 Bernardo Santana de Vasconcellos PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Carlaile Pedrosa PSDB
 Dimas Fabiano PP PpPscPmn
 Domingos Sávio PSDB
 Dr. Grilo PSL PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Eduardo Azeredo PSDB
 Eduardo Barbosa PSDB
 Eros Biondini PTB PsbPtbPcdob

Fábio Ramalho PV PvpPs
 Gabriel Guimarães PT
 Geraldo Thadeu PPS PvpPs
 Jairo Ataíde DEM
 Jô Moraes PCdoB PsbPtbPcdob
 João Magalhães PMDB
 Jose Humberto PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Leonardo Quintão PMDB
 Lincoln Portela PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Luiz Fernando Faria PP PpPscPmn
 Márcio Reinaldo Moreira PP PpPscPmn
 Marcos Montes DEM
 Marcus Pestana PSDB
 Mauro Lopes PMDB
 Newton Cardoso PMDB
 Odair Cunha PT
 Padre Joao PT
 Renzo Braz PP PpPscPmn
 Saraiva Felipe PMDB
 Toninho Pinheiro PP PpPscPmn
 Vitor Penido DEM
 Weliton Prado PT

Total de Minas Gerais 36**ESPÍRITO SANTO**

Audifax PSB PsbPtbPcdob
 Camilo Cola PMDB
 Cesar Colnago PSDB
 Lauriete PSC PpPscPmn
 Lelo Coimbra PMDB
 Manato PDT
 Paulo Foletto PSB PsbPtbPcdob
 Rose de Freitas PMDB
 Sueli Vidigal PDT

Total de Espírito Santo 9**RIO DE JANEIRO**

Alfredo Sirkis PV PvpPs
 Andreia Zito PSDB
 Anthony Garotinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Arolde de Oliveira DEM
 Aureo PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Benedita da Silva PT
 Cristiano PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dr. Adilson Soares PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dr. Aluizio PV PvpPs
 Dr. Carlos Alberto PMN PpPscPmn
 Dr. Paulo César PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Edson Ezequiel PMDB
 Eduardo Cunha PMDB
 Eliane Rolim PT

Felipe Bornier PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Glauber Braga PSB PsbPtbPcdob
Hugo Leal PSC PpPscPmn
Jair Bolsonaro PP PpPscPmn
Jandira Feghali PCdoB PsbPtbPcdob
Jean Wyllys PSOL
Julio Lopes PP PpPscPmn
Liliam Sá PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Neilton Mulim PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Rodrigo Maia DEM
Romário PSB PsbPtbPcdob
Sergio Zveiter PDT
Stepan Nercessian PPS PvPps
Vitor Paulo PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Walney Rocha PTB PsbPtbPcdob
Washington Reis PMDB
Zoinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Rio de Janeiro 31

SÃO PAULO

Alexandre Leite DEM
Aline Corrêa PP PpPscPmn
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arnaldo Faria de Sá PTB PsbPtbPcdob
Arnaldo Jardim PPS PvPps
Bruna Furlan PSDB
Delegado Protógenes PCdoB PsbPtbPcdob
Devanir Ribeiro PT
Dimas Ramalho PPS PvPps
Dr. Ubiali PSB PsbPtbPcdob
Edinho Araújo PMDB
Eli Correa Filho DEM
Gabriel Chalita PSB PsbPtbPcdob
Guilherme Mussi PV PvPps
Janete Rocha Pietá PT
Jefferson Campos PSB PsbPtbPcdob
João Dado PDT
Jonas Donizette PSB PsbPtbPcdob
Jorge Tadeu Mudalen DEM
José De Filippi Júnior PT
José Mentor PT
Junji Abe DEM
Keiko Ota PSB PsbPtbPcdob
Luiz Fernando Machado PSDB
Luiza Erundina PSB PsbPtbPcdob
Marcelo Aguiar PSC PpPscPmn
Milton Monti PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Missionário José Olimpio PP PpPscPmn
Newton Lima PT
Otoniel Lima PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Pastor Marco Feliciano PSC PpPscPmn
Paulo Freire PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Paulo Pereira da Silva PDT

Paulo Teixeira PT
Penna PV PvPps
Ricardo Berzoini PT
Ricardo Izar PV PvPps
Ricardo Tripoli PSDB
Roberto de Lucena PV PvPps
Roberto Santiago PV PvPps
Rodrigo Garcia DEM
Salvador Zimbaldi PDT
Tiririca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Vanderlei Macris PSDB
Vicente Candido PT
Vicentino PT
William Dib PSDB
Total de São Paulo 47

MATO GROSSO

Homero Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Júlio Campos DEM
Neri Geller PP PpPscPmn
Roberto Dorner PP PpPscPmn
Ságuas Moraes PT
Total de Mato Grosso 5

DISTRITO FEDERAL

Erika Kokay PT
Izalci PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Jaqueline Roriz PMN PpPscPmn
Luiz Pitiman PMDB
Ronaldo Fonseca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Distrito Federal 5

GOIÁS

Armando Vergílio PMN PpPscPmn
Carlos Alberto Leréia PSDB
Flávia Moraes PDT
Íris de Araújo PMDB
João Campos PSDB
Jorge Pinheiro PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Leandro Vilela PMDB
Pedro Chaves PMDB
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP PpPscPmn
Sandro Mabel PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Thiago Peixoto PMDB
Valdivino de Oliveira PSDB
Total de Goiás 13

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
Fabio Trad PMDB
Geraldo Resende PMDB
Giroto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Mandetta DEM

Reinaldo Azambuja PSDB

Total de Mato Grosso do Sul 6

PARANÁ

Abelardo Lupion DEM

Alex Canziani PTB PsbPtbPcdob

André Vargas PT

Cida Borghetti PP PpPscPmn

Dr. Rosinha PT

Edmar Arruda PSC PpPscPmn

Fernando Francischini PSDB

João Arruda PMDB

Leopoldo Meyer PSB PsbPtbPcdob

Luiz Carlos Setim DEM

Luiz Nishimori PSDB

Nelson Meurer PP PpPscPmn

Nelson Padovani PSC PpPscPmn

Osmar Serraglio PMDB

Rosane Ferreira PV PvPps

Sandro Alex PPS PvPps

Zeca Dirceu PT

Total de Paraná 17

SANTA CATARINA

Esperidião Amin PP PpPscPmn

Jorge Boeira PT

Jorginho Mello PSDB

Luci Choinacki PT

Onofre Santo Agostini DEM

Pedro Uczai PT

Rogério Peninha Mendonça PMDB

Ronaldo Benedet PMDB

Zonta PP PpPscPmn

Total de Santa Catarina 9

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP PpPscPmn

Assis Melo PCdoB PsbPtbPcdob

Fernando Marroni PT

Giovani Cherini PDT

Henrique Fontana PT

Jeronimo Goergen PP PpPscPmn

José Otávio Germano PP PpPscPmn

Jose Stédile PSB PsbPtbPcdob

Luis Carlos Heinze PP PpPscPmn

Luiz Noé PSB PsbPtbPcdob

Marcon PT

Maurício Dziedricki PTB PsbPtbPcdob

Osmar Terra PMDB

Paulo Pimenta PT

Pepe Vargas PT

Renato Molling PP PpPscPmn

Vieira da Cunha PDT

Total de Rio Grande Do Sul 17

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – A lista de presença registra o comparecimento de 323 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Foi distribuída aos Líderes pauta de que constam todos os projetos a serem votados nesta sessão.

Consulta os Srs. Líderes sobre se a receberam e se estão de acordo com ela ou se há alguma divergência.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Democratas recebeu a pauta e tem divergência quanto aos itens 1, 2, 3 e 6.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há 14 itens na pauta. V.Exa. diz que está em desacordo com quatro.

O SR. EFRAIM FILHO – Vamos por eliminação: temos divergência quanto aos itens 1, 2, 3 e 6.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há mais algum Líder em desacordo com a pauta distribuída?

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o PSDB discorda dos itens 1, 2, 3 e 7.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Então, não há concordância quanto aos itens 1, 2, 3, 6 e 7.

Em face de acordo dos Srs. Líderes, ficam portanto, retirados da pauta os Projetos de Decreto Legislativos nºs 1.941-A, de 2005; 319-A, de 2007; 358-A, de 2007; 1.739-A, de 2009; e 2.489-A, de 2010.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item 4.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 568-A, DE 2008

(Da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 568-A, de 2008, que aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do MERCOSUL, com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004; tendo pareceres: da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação (Relator: Deputado Marcelo Itagiba); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Deputado Carlos Willian).

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. EFRAIM FILHO – Peço a palavra para orientar a bancada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, fazendo uso do tempo regimental neste momento de orientação da bancada, quero manifestar que a Bolívia não tem sido modelo de democracia.

Analizamos este projeto na CCJ e iremos aprová-lo, mas deixando registrada nossa restrição e preocupação sobre como a Bolívia procederá no tocante ao respeito aos direitos humanos. Bolivianos porventura presos no Brasil, ao serem extraditados para aquele país, como serão tratados pela Justiça boliviana?

Nossos olhos estarão abertos para a defesa da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, que raramente têm sido obedecidos na Bolívia.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 568-A, de 2008.

“O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do MERCOSUL, com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo-Quadro, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 568-B DE 2008

Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Gostaria de saber se algum dos Líderes presentes em plenário está em desacordo com o item 5, pois o Secretário-Geral da Mesa tem dúvidas. *(Pausa.)*

O SR. ALFREDO SIRKIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, por delegação da Liderança do Partido Verde, solicito a retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.351-A, de 2008, para que, nesta nova Legislatura, possamos analisar com mais cuidado o tratado de extradição entre o Brasil e a República Popular da China.

Obviamente, ninguém ignora que, no caso da China, se trata de um regime autoritário, com uma série de problemas em relação a direitos humanos. Aliás, há pouco, isso ficou evidenciado na prisão do vencedor do Prêmio Nobel da Paz, que foi impossibilitado de comparecer à cerimônia de premiação. E há ainda uma série de violações de direitos humanos e privações das liberdades democráticas mais elementares nesse país. Portanto, esse tratado de extradição deve merecer análise mais profunda.

Vejo que, em tese, existem no texto certas salvaguardas em relação à extradição de acusados de “crimes políticos” – entre aspas. No entanto, existem também as chamadas zonas cinzentas, muitas vezes utilizadas por regimes autoritários para tentar enquadrar opositores políticos em acusações de “crimes comuns” – entre aspas.

Então, é plausível imaginar-se a possibilidade de um dissidente chinês encontrar-se no Brasil e ter sua extradição pedida não por motivos políticos – e certamente ela não seria aceita —, mas por algum tipo de acusação que possa ser considerada crime comum.

Existe também outro aspecto merecedor de consideração...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Sr. Deputado, um esclarecimento. Não estamos discutindo a matéria. Fizemos apenas uma pergunta, até para que a Presidência pudesse prosseguir no encaminhamento da matéria. V.Exa. está falando como Líder do PV, mas pode, se quiser, inscrever-se para discutir. No momento, repito, estamos perguntando se há desacordo quanto ao item 5 da pauta. Precisamos encaminhar a matéria com segurança; senão, seremos atropelados.

O SR. ALFREDO SIRKIS – Estou apenas fundamentando o pedido para que essa matéria seja retirada de pauta e discutida mais adiante.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – V.Exa. pode pedir e discutir mais adiante. Agradecemos a V.Exa.

Retirado o item 5 da pauta (Projeto de Decreto Legislativo nº 1.351, de 2008).

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item 8.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.546-A, DE 2010

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.546-A, de 2010, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no outro País, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2009; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relatora: Deputada Emilia Fernandes); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania,

pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Deputado Eduardo Cunha).

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em discussão. (*Pausa.*)

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.546-A, de 2010, ressalvados os destaques.

Não há destaques sobre a mesa.

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no outro País, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2009.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – As Sras. e Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.546-B DE 2010

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no outro País, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no outro País, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Eduardo Cunha**, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – As Sras. e Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item 9. Reitero a pergunta anterior. *(Pausa.)* Não há até agora qualquer objeção à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.588, de 2010.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.588-A, DE 2010

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.588-A, de 2010, que aprova o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007; tendo pareceres: da Comissão de Minas e Energia, pela aprovação (Relator: Deputado José Otávio Germano); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Deputado Luiz Couto).

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há oradores inscritos.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Delegado Protógenes, do PCdoB de São Paulo, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, considero relevante a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.588/2010, que trata da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia.

Reconhecidamente, a Colômbia é um país que ressurgiu das cinzas, após ser tomado, em passado bem recente, por organizações criminosas – e lá o crime organizado ainda está instalado. Nosso País também tem sido alvo de organizações criminosas.

Quero ainda ressaltar, Sra. Presidente, nobres colegas, a importância da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.351, sobre o tratado da extradição de criminosos com a República Popular da China.

Criminosos não são bem-vindos ao nosso País. No passado, eu os combati ativamente, como Delegado da Polícia Federal. Prendi um dos maiores contrabandistas da América Latina, o chinês Law King Chong, que ainda mantém seus tentáculos no Brasil. Vejam, portanto, a importância do tema.

As trabalhadoras e os trabalhadores chineses são bem-vindos ao nosso País. Agora, criminosos não são bem-vindos em nenhuma parte do mundo; mafiosos não são bem-vindos em nenhum país. Nós, no Brasil, temos de dar exemplo, temos de ser precursores do combate ao crime organizado, como foi reafirmado pela Presidente Dilma Rousseff. E esse compromisso tem de ser assumido também pelo Congresso Nacional. Não podemos nos quedar; se hoje quedarmos, amanhã, eles vão estar sentados nas cadeiras deste Parlamento ou financiando campanhas eleitorais.

Então, é importante ter essa responsabilidade e assumir esse compromisso.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.588-A, de 2010.

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.

Parágrafo único: Nos termos do inciso I, do art. 49, da Constituição Federal, estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encar-

gos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.588-B, DE 2010

Aprova o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 2011.
Deputado LUIZ COUTO, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Passamos agora à votação do item 9. Há discordância dos Líderes quanto ao item 9?

O SR. EDINHO ARAÚJO – Excelência, agora é o item 10.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Sim, retifico, é o item 10.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item 10.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.643-A, DE 2010

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.643-A, de 2010, que aprova os textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo; tendo pareceres: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relatora: Deputada Solange Almeida); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Deputado Ciro Nogueira.)

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.643-A, de 2010.

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos textos, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º O art. 2º, c, e o art. 40 da Convenção deverão ser promulgados com as seguintes redações:

“Art. 2º – A garantia internacional

.....
(c) detida por uma pessoa que seja arrendador em um contrato de arrendamento mercantil”.

.....
Art. 40 – Direitos ou garantias não convencionais inscritíveis

Um Estado Contratante pode, a qualquer tempo, em uma declaração depositada junto ao Depositário do Protocolo, com respeito a qualquer categoria de bem, listar as categorias de direitos ou garantias não convencionais que serão inscritíveis nos termos da presente Convenção como se o direito ou a garantia fosse uma garantia internacional e que serão regulados como tais. Essa declaração pode ser modificada de tempos em tempos.”

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.643-B, DE 2010

Aprova os textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o

Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos textos, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º O art. 2º, c, e o art. 40 da Convenção deverão ser promulgados com as seguintes redações:

“Art. 2º – A garantia internacional

.....
(c) detida por uma pessoa que seja arrendador em um contrato de arrendamento mercantil.”

.....
“Art. 40 – Direitos ou garantias não convencionais inscritíveis

Um Estado Contratante pode, a qualquer tempo, em uma declaração depositada junto ao Depositário do Protocolo, com respeito a qualquer categoria de bem, listar as categorias de direitos ou garantias não convencionais que serão inscritíveis nos termos da presente Convenção como se o direito ou a garantia fosse uma garantia internacional e que serão regulados como tais. Essa declaração pode ser modificada de tempos em tempos.”

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – As Sra. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item 11.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.827-A, DE 2010

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.827-A, de 2010, que aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da República do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009; tendo pareceres da Comissão de Viação e Transporte, pela aprovação (Relator: Deputado Mauro Mariani); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Deputado Colbert Martins).

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.827-A, de 2010.

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.827-B, DE 2010

Aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item 12.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.834-A, DE 2010

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.834-A, de 2010, que aprova o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008; tendo pareceres da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Deputado William Woo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Deputado Luiz Couto).

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.834-A, de 2010.

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gover-

no da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.834-B, DE 2010

Aprova o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item 13.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.768-A, DE 2010

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.768-A, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009; tendo pareceres da Comissão de Turismo e Desporto, pela aprovação (Relatora: Deputada Professora Raquel Teixeira); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Deputado Marcelo Ortiz).

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.768-A, de 2010.

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.768-B, DE 2010

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do

Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item 14.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2.912-A, DE 2010**

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.912-A, de 2010, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Relator: Deputado José Genoíno.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.912-A, de 2010.

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer acordos ou entendimentos complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. EFRAIM FILHO – Sra. Presidenta, peço a palavra para fazer um registro.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Pois não, Sr. Líder.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, quanto ao item 14, estamos diante do contingenciamento de 50 bilhões de reais por parte do Governº Estamos votando acordo para a compra de caças, provavelmente franceses, apesar de ainda haver americanos e suecos na disputa. Assim, espero que o item 14 já não seja o prenúncio de mais uma compra bilionária de equipamentos de guerra que virá para arrochar o nosso Orçamento, prejudicando os investimentos na infraestrutura interna.

Gostaria que ficasse registrada nos Anais da Casa a nossa preocupação. Mas, diante de contatos que recebemos da Marinha e de outras forças do Governo, nós nos mantivemos favoráveis à aprovação do projeto.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como pode ser que nem todos o conheçam, informo que o Parlamentar que falou foi o Deputado Efraim Filho, do DEM.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, esclareço que o item 14 trata de acordo para a compra de submarinos. Nós temos de entender que a área do pré-sal tem de ter segurança. Mantida a estrutura naval que temos hoje, essa área continuará totalmente vulnerável.

A aquisição de submarinos é importante, porque o Brasil, hoje, está vulnerável na questão da segurança de todo o seu litoral, como também na do próprio continente.

É nesse sentido que nós do PT defendemos o acordo e queremos a sua aprovação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Quem falou foi o Deputado Dr. Rosinha, do PT do Paraná.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Anthony Garotinho, do PR do Rio de Janeiro.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, embora compreenda a necessidade e a urgência da aprovação desse decreto, acho que é preciso uma discussão maior. Vários Deputados novos estão chegando à Casa.

Entendemos que, no momento em que o Governo está fazendo um contingenciamento da ordem de 50 bilhões, existem muitas dúvidas nessa área.

O PR gostaria de discutir um pouco mais o assunto. Estamos pedindo a retirada de pauta do item 14, por delegação do PR.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Sr. Deputado, estamos em processo de votação, V.Exa. teria de ter feito essa solicitação anteriormente.

Se nós fizermos uma quebra do procedimento regimental, estaremos prejudicando todas as votações.

Eu consultei o Plenário, item a item, se havia discordância, e V.Exa. não se pronunciou. V.Exa. discorda. Eu não sei se os Srs. Líderes vão admitir que haja a retirada de pauta. Estamos votando os itens consensuais. Estamos em processo de votação, não posso interrompê-lo.

Informo a V.Exa. que gostaria de continuar o processo de votação, ou retirá-lo, se for o entendimento dos Líderes.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – V.Exa. poderia adiar a votação?

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sra. Presidenta, gostaria de fazer um esclarecimento.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – V.Exa. pode adiar a votação ou não?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Estamos em processo de votação. Coloquei esse item em votação.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Esse assunto é muito grave.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – V.Exa. teve todo o tempo regimental para fazê-lo. É por isso que muitas vezes matérias e matérias ficam sem votação nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tenho uma observação a fazer, indo um pouco na direção do que disse o Deputado Garotinho, mas voltando no tempo.

Este projeto de decreto legislativo chegou aqui e teve despachos na Casa a partir de 11 de dezembro de 2007. Nós estamos em 2011. Há uma responsabilidade, sim, do próprio Poder Legislativo. Não se trata de uma discussão açodada. Essa discussão foi muito acalentada tanto na Comissão quanto no plenário. Agora mudou a legislatura. Talvez esta matéria, indo na direção do que diz o Deputado Garotinho, pudesse ser retirada de pauta ou ter sua votação adiada. Temos que ver a fase do processo. Como há um decreto legislativo atrás do outro, eu achei que este decreto já tivesse tido sua admissibilidade votada. Eu não sei se a admissibilidade foi votada, porque eu ainda estou...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Teve a admissibilidade votada. Estávamos na fase da votação da redação final.

O SR. JÚNIOR COIMBRA – Presidenta Rose...

O SR. MIRO TEIXEIRA – Então, acho que temos o embaraço de interromper a votação neste caso, porque seria o caso de interrupção de uma votação já iniciada. Foi votada a admissibilidade, e eu penso que há as normas...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputado Miro Teixeira, esclareço que foi votado o projeto e estávamos encaminhando a votação da redação final.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Da redação final? Não vejo, então, como fazermos qualquer espécie de requerimento de retirada. Agora, que fiquem sabendo os Deputados que aqui estão que, na Legislatura passada, já que o projeto está aqui desde 2007, isso foi muito debatido, tanto na Comissão quanto no plenário da Câmara.

Obrigado.

O SR. DR. ROSINHA – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o nobre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, é importante saber que esse submarino é vital para a defesa nacional, como eu disse.

Segunda questão: é preciso que se leia o acordo, pois há transferência de tecnologia para o Brasil.

Terceira questão: os estaleiros de construção desse submarino serão montados no Rio de Janeiro, e há dois Deputados daquele Estado questionando o acordo...

Queremos ou não queremos geração de emprego e tecnologia? É importante que saibamos disso.

Ainda bem que já estamos na fase de votação da redação final e não há como se retirar a matéria. Mas é importante termos clareza do que se está votando.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Deputado Miro Teixeira foi bastante elucidativo na sua fala, trazendo ao conhecimento desta Casa o quanto já foi debatido este projeto na Legislatura passada.

Além do mais, já foi iniciado o processo de votação, não havendo, portanto, a possibilidade regimental de se interromper a votação.

Nós do PMDB achamos que o momento é oportuno para se fazer o debate, a explicação. A apresentação das posições favoráveis e contrárias a esse projeto já ficou para trás.

A posição do PMDB é pela aprovação do projeto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputado Anthony Garotinho, eu quero apenas explicar a V.Exa. que terá a palavra para encaminhamento, orientação, porque na Mesa não há registro de que esteja designado como Líder ou Vice-Líder do PR.

Peço aos partidos que façam oficialmente esse comunicado à Mesa, para que possamos ordenar os trabalhos do Plenário.

V.Exa. tem a palavra para orientar a bancada sobre a questão da redação final.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o Deputado Lincoln Portela me pediu que fizesse isso pela Liderança do partido.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Infelizmente, Deputado, tenho que seguir o que está escrito na relação de que dispõe a Mesa. Se os partidos não encaminham os nomes dos seus Líderes e Vice-Líderes...

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Perfeitamente.

O PR encaminha contrariamente à votação e entende que esse assunto deveria ter passado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, mas não passou.

É um assunto muito importante e, caso haja decisão em contrário, pediremos verificação de *quorum*.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Sintase à vontade, Deputado Anthony Garotinho.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Júnior Coimbra, de Tocantins.

O SR. JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidenta Rose, em meu entendimento, isso já é matéria vencida. Já foi votado o mérito. Em sendo matéria vencida, não se discute mais.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Não havendo mais oradores inscritos, vou passar à votação da redação final.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.912-B, DE 2010

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ) – Peço verificação de *quorum*, Sra. Presidenta.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, é matéria vencida.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que aprovam a redação final permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Peço verificação de *quorum*, Sra. Presidenta. Em redação final, cabe.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, a primeira questão é matéria vencida, como V.Exa. já disse, e não há verificação de *quorum*.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Na redação final, há.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Na redação final, há, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA – Sra. Presidenta, permita-me uma consulta. O Deputado Anthony Garotinho é Vice-Líder?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Eu já disse que ele é Vice-Líder. Não há na Mesa essa inscrição, mas ele se apresentou como tal, falando em nome da Liderança. Portanto, especialmente hoje vamos fazer essa concessão, mas pedimos que os Líderes dos partidos encaminhem à Mesa, por escrito, o nome dos Vice-Líderes com direito à palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PR se declara em obstrução, Sra. Presidente.

O SR. DR. ROSINHA – Sra. Presidente, quero orientar a bancada do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Para orientar a bancada, concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, uma primeira questão: nós estranhamos que o PR, representado aqui pelo Deputado Garotinho, peça verificação de votação de matéria extremamente importante, pois se trata de um acordo internacional entre o Brasil e a França para construção de submarinos. A construção desses submarinos traz para o Brasil não somente tecnologia. E os estaleiros, conforme decidido, serão no Estado do Rio de Janeiro.

É bom que o povo do Rio de Janeiro saiba que haverá geração de emprego naquele Estado, mas um Deputado que veio do Rio de Janeiro faz obstrução e pede verificação de votação, derrubando a matéria, impedindo que este acordo seja agilizado no Congresso Nacional, atrasando as instalações dos estaleiros no Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Quero esclarecer que, para orientação das bancadas, vamos dar a palavra pelo prazo de 1 minuto.

Com a palavra o Deputado Edson Silva.

O SR. EDSON SILVA (Bloco/PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o PSB entra em processo de obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Efraim Filho, do DEM.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Democratas recomenda o voto “sim”, Sra. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o PDT recomenda o voto “sim” e reafirma que este projeto de decreto legislativo foi amplamente debatido na Legislatura passada.

O voto é “sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o PSDB, quando da organização da pauta, havia feito uma observação a este projeto. Mas, após esclarecimentos prestados pela equipe da Marinha, demonstrando que não haveria qualquer prejuízo quanto aos investimentos e que a hipótese de não aprovação ocasionaria a não transferência de tecnologia ao País, quanto aos submarinos nucleares, parece, portanto, ao nosso partido que não permitir essa aprovação seria um prejuízo aos interesses do povo brasileiro.

Mais uma vez vamos reiterar a nossa posição e orientar a bancada do PSDB para que vote “sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Deputado Arthur Oliveira Maia, pelo PMDB.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que V.Exa. faça constar no painel eletrônico a posição já externada pelo PMDB quanto ao voto “sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Esse registro só é feito depois que V.Exa. orienta a bancada.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, ouvindo a nossa bancada, declaro que o PT vota “sim”.

O SR. RUBENS BUENO – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Bloco PV/PPS quer indicar a votação “sim”, lembrando que aqui o referido projeto foi amplamente discutido.

O Deputado Raul Jungmann, pela bancada do PPS, apreciou com muito cuidado todo esse convênio.

Então, a bancada vota “sim”, entendendo que não podemos postergar ainda mais uma questão tão importante para o País, quanto a este acordo.

O SR. WALDIR MARANHÃO (Bloco/PP-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, registre o PP no painel, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O painel já está aberto para votação.

O SR. WALDIR MARANHÃO (Bloco/PP-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o PP está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O PSOL não fez a orientação? Como orientam os Líderes da Minoria e do Governo?

Já estamos em processo de votação. *(Pausa.)*

O SR. WALDIR MARANHÃO (Bloco/PP-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o PP não consta no painel.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – A Mesa esclarece que o PP se encontra em bloco.

O SR. WALDIR MARANHÃO – Mas não consta no painel, Sra. Presidente. Não consta no bloco.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA – Sra. Presidente, considerando...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Um momento, Deputado Arthur Oliveira Maia.

Esclareço que o PP não consta, está no Bloco PP/PSC/PMNº Vamos conferir se está no painel.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Esse bloco desapareceu do painel.

O SR. WALDIR MARANHÃO (Bloco/PP-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Esse bloco não está caracterizado no painel.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Esse bloco não se encontra no painel. Vou pedir à Mesa a correção.

O SR. WALDIR MARANHÃO – Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero reformular a orientação do PMDB, considerando o impasse que foi criado na votação que parecia já resolvida.

O encaminhamento do PMDB, temporariamente, será o de obstrução. Nós retiramos o encaminhamento pelo “sim” e vamos, neste momento, encaminhar pela obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O PMDB se declara em obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Solicito aos Parlamentares que se encontram na Casa que venham ao plenário para votar.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sra. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, sobre a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tenho a impressão de que ainda há possibilidade de se chegar a um **quorum**.

Os Deputados, que chegaram recentemente, estão nos gabinetes, estão acompanhando as pessoas, estão acompanhando a votação. Se começarmos a precipitar a manifestação de obstrução, que até pode ser aqui expressada, ao final do tempo que V.Exa. indicar para a votação, inclusive o PDT, se o **quorum** ficar baixo, vai declarar obstrução, para salvaguardar seus companheiros que estão em tarefas outras por aqui.

Mas acho que começa a haver uma aceleração do painel, porque os Deputados começam a fluir para o plenário. Pode ser também que aqueles que pediram verificação se convençam da sua desnecessidade e que o painel caia e voltemos ao processo anterior.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, gostaria que o assunto fosse um pouco mais debatido.

Não era necessária a virulência verbal do nobre Deputado Dr. Rosinha, que tenta insinuar que quero prejudicar o meu Estado do Rio de Janeiro num setor, o setor naval do Rio de Janeiro, que, se ele não sabe, hoje está funcionando. O primeiro estaleiro reaberto no Rio de Janeiro foi o de Angra dos Reis, por incentivos fiscais dados por mim quando eu era Governador. Logo em seguida, o Estaleiro Mauá, no ano de 2001.

Toda a indústria naval do Rio de Janeiro sabe muito bem, Deputado Dr. Rosinha, que não será o seu discurso que vai mudar a realidade dos fatos. Se a indústria naval do Rio de Janeiro funciona hoje a pleno vapor, isso se dá pelos incentivos fiscais concedidos por mim no tempo em que fui Governador.

Nós, nesta Casa, estamos dispostos a dialogar, mas não com agressão e inverdade. Eu pedi um pouco mais de tempo para discussão. O nobre Deputado do PT já chega querendo agredir, em vez de discutir. Fica difícil, não é, Deputado?

Se V.Exa. chegasse aqui e dissesse: “*Olha, vamos discutir o assunto, vamos pedir um tempinho aqui, dialogar*”, tudo bem. Mas V.Exa. chega já querendo dizer: “*Vamos dizer ao povo do Rio de Janeiro...*” O povo do

Rio de Janeiro me conhece muito bem. Eu tive 700 mil votos, Deputado! Inclusive, nas cidades onde estão os estaleiros, eu fui o mais votado, como na cidade de São Gonçalo. V.Exa., que não é do Rio de Janeiro, precisa conhecer melhor as coisas.

O SR. RUBENS BUENO – Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Logo em seguida darei a palavra a V.Exa.

Agora tem a palavra o Deputado Edson Santos, do Rio de Janeiro.

O SR. EDSON SANTOS (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, pelo que entendo, o Deputado Garotinho está buscando maior explicação e informação sobre o projeto, porque, no mérito, não há como ser contra o estabelecimento desse acordo do Governo brasileiro com o Governo francês, que envolve a defesa nacional, mecanismos de defesa nacional, que são os submarinos que serão construídos e que, diretamente, gerarão emprego e renda para o Estado do Rio de Janeiro.

Eu gostaria de indagar fraternalmente ao Deputado Garotinho se é possível, ainda na sessão de hoje, buscarmos as informações que S.Exa. considera pertinentes, a fim de que o acordo entre o Brasil e a França que tem como objetivo a construção de submarinos nucleares no País possa ser aprovado na sessão de hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – A Mesa registra que há 401 Parlamentares presentes nas diversas dependências da Casa. No painel, consta o registro de 379 Parlamentares.

Estamos analisando o último item da pauta. A Mesa pergunta aos Líderes se gostariam que eu suspendesse a sessão por 5 minutos, para que promovêssemos um entendimento e chegássemos a um consenso, já que a matéria tem tamanha importância e a maioria dos Líderes estão, inclusive, orientando a favor.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estamos de acordo, mas, antes disso, informo que por três vezes autentiquei a minha presença, e não saiu no painel. O mesmo ocorreu com a Deputada Teresa Surita.

Então, eu gostaria que a Mesa tomasse as providências. Por três vezes foi autenticada a minha presença, mas ela não está registrada no painel.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – A Mesa está tomando conhecimento do fato agora. Pede desculpas. Há ainda algumas coisas que não consegui

entender como funcionam. Por exemplo, o Deputado vai à tribuna, e o microfone não funciona na mesma hora. Peço um tempo para que eu consiga entender as dificuldades. Vou pedir a correção. Lamento profundamente, Deputado.

A SRA. LILIAM SÁ (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, votei conforme a orientação da minha bancada.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Sra. Deputada, por favor, peço que informe à Mesa o nome de V.Exa.

A SRA. LILIAM SÁ – Liliam Sá, do PR do Rio de Janeiro. Eu votei conforme a orientação da minha bancada.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – V.Exa. ainda está em tempo de usar a mesa de votação.

Todos os Parlamentares ainda têm tempo para isso.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas que não estão em obstrução, façam uso da mesa de votação.

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de registrar minha presença. Estamos com problemas aqui nos computadores. Meu nome é Sandro Alex. Sou do PPS do Paraná.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Estamos solicitando a um técnico que venha verificar o defeito que está ocorrendo na mesa de votação de V.Exas.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a orientação da bancada do PSOL é “sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Continuo perguntando aos Srs. Líderes se é possível suspender a sessão por 5 minutos, para que conversem e promovam um entendimento. Estão de acordo?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não há embargo, mas o que penso, Sra. Presidente, é que há muita gente ávida por falar e, de repente, manifestar-se sobre o assunto. Estamos em processo de votação, e é comum a Mesa dar a palavra aos Deputados. Se V.Exa. considerar que, em vez de suspender a sessão, pode conceder a palavra...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Estamos concedendo a palavra a todos os que estão vindo ao microfone.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Dar a palavra ao Deputado sem suspender a sessão, enquanto se conversa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Está aberta a lista aos oradores que quiserem fazer uso da palavra por 1 minuto.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Zé Geraldo, pelo prazo de 1 minuto.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, quero registrar hoje, desta tribuna, que esta semana a bancada do Partido dos Trabalhadores realizou um seminário em que nos pudemos aprofundar nos temas que virão para esta Casa ou que nela já estão para serem debatidos. São temas polêmicos, como, por exemplo, a reforma do Código Florestal. Nós vamos aqui votar uma lei nacional. E nós sabemos das grandes diferenças que existem, por exemplo, na Região Amazônica e nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Mas a lei é uma lei só.

Então, é normal que esse debate seja polêmico, mas é necessário fazermos a reforma no código ambiental deste País e, assim, darmos oportunidade ao desenvolvimento econômico, social e ambiental em todas as regiões, levando em conta a sustentabilidade do nosso planeta.

Esse é um dos grandes temas que vamos ter de votar no Congresso.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Anthony Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só queria ter certeza do que estávamos votando. Não se trata apenas de cooperação técnica. Há um submarino em construção. Estão sendo investidos 3 bilhões de reais pela Marinha brasileira. O assessor parlamentar do Ministério da Defesa já esteve aqui e prestou os esclarecimentos necessários. Nós não podemos tratar assim de acordo de cooperação científica ou tecnológica, seja o que for, quando estão envolvidos 3 bilhões de reais na construção de um submarino, uma empresa brasileira e uma empresa francesa. Eu só queria ter certeza de que era disso que se tratava.

Como o submarino já está em construção, e como já disse muito bem meu colega Deputado Miro Teixeira que o assunto foi amplamente debatido, o PR vai retirar o pedido de verificação de *quorum*, para darmos seguimento aos trabalhos. Mas ressaltamos que as coisas precisam ser esclarecidas. Não se pode chamar a construção de um submarino que vai custar 3 bilhões de reais de cooperação técnica. Há transferência de tecnologia também, mas não só.

Dado o esclarecimento, nós retiramos a obstrução e o pedido de verificação de *quorum*, para que a sessão possa seguir.

Aproveito a oportunidade para dizer ao Deputado do PT que, quando nós pedirmos para conversar neste plenário, ele não precisa partir para a ofensa. Isto aqui

é um parlamento, é o lugar onde as pessoas devem conversar e se entender. O Deputado Dr. Rosinha, por quem tenho muito apreço, até porque minha amada esposa se chama Rosinha, precisa aprender a ser um pouco mais carinhoso e afetuoso com o Garotinho. Eu e Rosinha vamos completar 30 anos de casados e somos apaixonados um pelo outro. Não vai ser aqui que vou encontrar uma “Rosinha” cheia de espinhos. Não espero que seja assim, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O Deputado Anthony Garotinho retira o requerimento de verificação.

Pela forma carinhosa como se tratam, vejo que o entendimento foi possível.

Vamos desconsiderar o painel e retomar a votação da redação final da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.912-B, DE 2010

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Luiz Couto**, Relator

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que aprovam a redação final permaneçam como se acham. (Pausa.)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Agradecemos aos Deputados Anthony Garotinho, Dr. Rosinha e Arthur Oliveira Maia a cooperação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero apenas fazer um pedido à Liderança do Governo, porque acredito que algumas informações neste plenário alguns detêm, mas outros não.

Segundo informação dada pelo Deputado Anthony Garotinho, o custo dessa cooperação seria de 3 bilhões de reais, mas o avulso não menciona valores. O que foi votado aqui não considera valores. O avulso só trata de cooperação tecnológica. Não há menção à construção, financiamento, investimento. Então, se a Liderança do Governo deu ao Deputado Anthony Garotinho alguma informação privilegiada sobre esse custo de 3 bilhões de reais, se existe essa informação, se existem entendimentos avançados tratando de valores da cooperação com a França, nós, em nome da transparência, também gostaríamos de ter esse conhecimento.

Sra. Presidente, se o submarino já está praticamente debaixo d'água, por que nós ainda estamos votando acordo de cooperação tecnológica? É preciso que a Liderança do Governo dê essa informação não somente à Oposição, mas a toda a sociedade brasileira.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Não havendo mais matérias a serem votadas, declaro encerrada a Ordem do Dia.

Concederei a palavra aos Deputados para que façam breves comunicações.

O SR. DR. ROSINHA – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero apenas parabenizá-la. Creio que esta seja a primeira Ordem do Dia presidida por uma mulher na história da Câmara dos Deputados. Fico feliz por termos uma mulher integrando a Mesa num cargo tão nobre e principalmente por vê-la presidir uma sessão importante como esta. Ainda que nas quintas-feiras as sessões não costumem ser polêmicas, esta foi.

Reitero minha felicidade de ver na presidência da sessão uma mulher.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Muito obrigada, Deputado Dr. Rosinha. V.Exa. talvez não imagine que eu possa estar um pouco nervosa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra, pela ordem, a Deputada Luci Choinacki. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Geraldo Resende, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é do conhecimento de todos os nobres pares a crise política e institucional pela qual passou Dourados, a segunda cidade de Mato Grosso do Sul, após a eleição de um Prefeito que 6 meses depois da posse já teve metade de seu secretariado preso como consequência de operação da Polícia Federal e que, ele mesmo, com apenas 1 ano e 9 meses de mandato, também acabou atrás das grades, sob pesadas acusações de desvio de recursos públicos que deveriam ser aplicados nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, assistência social e outros setores essenciais ao desenvolvimento econômico e social do Município.

Mas tudo isso é passado. No domingo, voltamos às urnas. Fui um dos primeiros a votar, motivado pela expectativa deste novo momento para Dourados, esperançoso diante de um fato inédito – a conjugação de forças, não apenas políticas, mas também de segmentos sociais e da iniciativa privada, em torno da recuperação da vida institucional do Município, permitindo à nossa população retomar seu dia a dia e, sobretudo, voltar a acreditar num futuro promissor.

Votei motivado e percebi o mesmo no semblante da população, ávida em ver restabelecida, finalmente, uma administração capaz de atender suas necessidades de progresso e desenvolvimento.

Estamos convencidos de que o novo Prefeito, Murilo Zauith, vai recuperar a autoestima dos douradenses. Logo após o resultado do pleito, procuramos o Prefeito e colocamos nosso gabinete em Brasília e nosso escritório em Dourados à disposição da nova administração. Estamos torcendo e queremos trabalhar junto com Murilo para recolocar Dourados nos trilhos e reerguer a cidade.

Estamos certos que os desafios são enormes, mas nada que não possamos superar, porque todos estão focados em um só propósito – garantir à nova administração condições políticas e administrativas para retomar os projetos que ficaram parados em razão da crise e recolocar Dourados no patamar do desenvolvimento.

Vale ressaltar que o momento é de união, conjugação de forças e determinação. Não há espaço para pressões e vicissitudes, nem ambivalências políticas, pois está em jogo o interesse coletivo. Nesse processo de reconstrução moral da cidade, todos devem se unir, homens e mulheres, principalmente a classe política, conhecedora dos problemas e sabedora dos caminhos para solucioná-los.

Poderíamos aqui enumerar os problemas que atravancam o desenvolvimento de Dourados, mas consideramos fundamental, neste momento, oferecer

solução e nesse sentido temos feito uma interlocução intensa com o Governador André Puccinelli para que o Estado intervenha em algumas ações, como a recuperação urgente da malha asfáltica da cidade, a reestruturação administrativa e o restabelecimento dos serviços que têm recursos consignados por meio de emendas da bancada federal. Outros desafios, como a reestruturação da Secretaria de Saúde, também vão exigir a nossa participação. O Prefeito eleito pode ter certeza desse nosso compromisso.

Sobre a eleição de domingo, tenho a dizer que deixa uma grande lição e coloca a população como testemunha do tempo, de uma época em que, mais do que nunca, Dourados se mostra unida e capaz, pronta para a superação e esperançosa por reais soluções.

Quero informar aos colegas, no entanto, que o meu apoio ao Prefeito eleito Murilo Zauith não se deu apenas com base em acordos políticos, mas sim a partir de compromissos por ele formalmente assumidos, os quais resultarão em um “choque de gestão” a partir da construção de uma administração baseada na ética, na moralidade e na eficiência.

Entre os compromissos da nova administração, podemos citar a valorização dos servidores efetivos do Município, garantindo-lhes participação na administração pública, pelo critério do mérito, além do cumprimento, integral, do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a redação que lhe deu a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência).

Acreditamos, nobres colegas, que, por meio de uma administração moderna e eficaz, o futuro Prefeito deverá promover, a todos os cidadãos douradenses, acesso a informações como os números da dívida pública, com detalhamento da dívida flutuante, da dívida fundada, evidenciando o perfil dela, bem como sua origem e formas de pagamento. Deverá, ainda, definir de forma clara, insofismável e objetiva as regras para concessão de benefícios sociais que a Prefeitura oferece ao cidadão.

Outro item muito importante que consta do compromisso assumido pela futura administração que apoiamos é o de enfatizar a participação popular, com a firme determinação de trabalhar para garantir essa participação mediante o fortalecimento de todos os conselhos, bem como mediante a realização de audiências públicas, precedidas de ampla divulgação, para a formulação dos orçamentos públicos, como também para toda e qualquer ação do Município que comprometa recursos superiores a 1 milhão de reais. A população de cada bairro e regiões da cidade deve ser consultada, em reuniões públicas, antes da reali-

zação de qualquer investimento de conformidade com o Plano Diretor e a Lei de Uso e ocupação do Solo.

No quesito das prioridades administrativas, o compromisso é de que seja realizado um mutirão para viabilizar todos os projetos necessários para garantir a vinda dos recursos federais, já empenhados, destinados ao Município pela bancada federal do Estado. Um ponto muito importante para os douradenses é o compromisso de priorizar os serviços de saúde, mediante a recuperação das instalações e dos equipamentos das unidades de saúde, a contratação de novos profissionais, a valorização dos servidores e a humanização do atendimento.

Quanto ao urbanismo, a proposta é estabelecer um amplo Projeto de Reurbanização de Dourados com vistas à sua execução no curto, no médio e no longo prazos, tendo por pressuposto o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Também se propõe estabelecer uma Política de Estado Ambiental com base na “Lei Verde” e a urgente delimitação das áreas *non edificante* dos fundos de vales para futuras implantações de parques lineares. E, em conjunto com o Plano de Urbanização da cidade, toda uma científica e eficiente política de trânsito, tráfego e transporte coletivo.

A questão das moradias também está contemplada nesse compromisso. Pretende-se definir um plano habitacional que busque a redução do déficit de moradias, que hoje em Dourados chega a 12 mil residências.

Murilo Zauith também tem o desafio, agora que foi eleito, de desenvolver uma política arrojada de fomento à economia, com a criação de um arcabouço jurídico em parceria com o Estado que favoreça a instalação de novas empresas e incentive as já instaladas, visando à geração de emprego e renda, e de atuar forte e institucionalmente com o Estado e a União para garantir para Dourados a implantação de um ramal ferroviário, com o objetivo de baratear nossa produção e melhorar a sua competitividade no mercado externo.

Colocamos nosso mandato à disposição, para reconstruirmos a querida cidade de Dourados, tanto no aspecto administrativo como no aspecto moral.

Quero dizer a todos aqueles que me conhecem e que sabem do meu compromisso com Dourados e com Mato Grosso do Sul que não vou descansar um minuto sequer até que consigamos reconstruir nossa cidade.

Coloco também a primeira suplência da Mesa à disposição, para juntos enfrentarmos todas as demandas da população de Mato Grosso do Sul, em especial de Dourados.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Márcio Macêdo, do PT de Sergipe. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Osmar Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, caros colegas Congressistas, volto à tribuna desta Casa para reafirmar nosso compromisso com o plano de ação de combate à corrupção e ao crime organizado que vamos implementar nesta Casa.

Vou apresentar requerimento para propor a fiscalização e o controle das políticas públicas atinentes a consumo e comércio de *crack* em todo o território nacional. Não podemos conviver, nós, autoridades públicas, políticos, poderes constituídos da República, com o flagelo social que se abate não só sobre as grandes cidades brasileiras mas também sobre as cidades do interior e leva a óbito e ao flagelo social as nossas crianças e a nossa juventude.

Essa droga não é produzida no Brasil, foi elaborada em laboratórios internacionais, e temos dados concretos sobre isso.

Em conclusão, Sra. Presidente, é esse o compromisso que vamos reafirmar, os 513 Deputados Federais e os 81 Senadores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Walney Rocha, do PTB do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Rose, mais uma vez, é uma alegria compartilhar este plenário sob a presidência de V.Exa.

Sras. e Srs. Deputados, não dá para imaginar o mundo moderno sem o suprimento regular e seguro de energia elétrica.

O apagão paralisa a fábrica, derruba os sistemas eletrônicos, impede acesso a serviços essenciais, deixa-nos incomunicáveis e põe em risco milhares de vidas em hospitais.

Vivemos, em 5 dias, duas graves interrupções no fornecimento de energia. A primeira no Nordeste, onde mais de 40 milhões de brasileiros sofreram com o apagão na noite do dia 3 e na madrugada do dia 4.

As explicações dadas até o momento pelas autoridades não convencem.

É inexplicável também a demora no restabelecimento da energia, elevando os prejuízos dos usuários, desde a dona de casa que viu os alimentos da geladeira estragarem ao risco de morte de pacientes graves internados em hospitais e UTIs e aos arrastões nas ruas e no comércio das cidades atingidas.

O segundo problema elétrico ocorreu na grande metrópole brasileira. São Paulo viveu o caos na tarde de ontem, terça-feira, dia 8. Dois milhões e meio de paulistas sem energia. O transporte de pessoas foi prejudicado, semáforos foram desligados, houve caos no trânsito e o cidadão sentiu-se inseguro e desprotegido.

Como confiar no sistema elétrico brasileiro diante de incidentes tão graves como esses?

Procuremos uma luz em quem conhece bem o problema. O físico Luiz Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma que problemas como o ocorrido no Nordeste não decorrem da baixa oferta de energia, mas da ausência de gestão adequada das linhas de transmissão de longa distância.

No caso de São Paulo, o Governador Alckmin considerou a falha pontual, mas determinou que se apure com urgência as causas da interrupção.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, evidentemente, sistemas complexos como o sistema elétrico brasileiro vez ou outra podem apresentar falhas.

Mas somente são toleráveis as falhas pontuais, com imediato restabelecimento da energia.

O que mais preocupa a todos nós que temos a obrigação de fiscalizar e denunciar os problemas é que o índice de interrupções de energia no País subiu de uma média de 16 para 20 horas anuais. Em casos pontuais já bateu nas 44 horas anuais.

Esses índices ultrapassam as metas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que precisa explicar-se de forma convincente.

Temos o dever de cobrar providências. Um país que almeja estar no grupo de elite da economia mundial não pode conviver com a insegurança no setor elétrico, sob pena de um apagão no progresso e no desenvolvimento que todos almejamos.

Tenho dito.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Vicente Candido, do PT de São Paulo. *(Pausa.)* S.Exa. não está em plenário, o que não significa que não esteja na Casa. Apenas estou fazendo o registro.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Nishimori, do PSDB do Paraná.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs.

Deputados, com muita responsabilidade, estou assumindo este mandato que o povo do Estado do Paraná me confiou para representar seus interesses no Congresso Nacional.

Sou agricultor e empresário, trago a experiência de dois mandatos de Deputado Estadual, quando tive a oportunidade de apresentar mais de cem projetos, abrangendo diversas áreas, tais como educação, saúde, segurança, agricultura, meio ambiente e a área social.

Além dessa principal tarefa de legislar, acredito muito no Brasil. De minha parte, Parlamentar desta Casa, não medirei esforços para continuar com o meu trabalho em defesa das necessidades do meu Estado, o Paraná, bem como contribuir com o progresso e o desenvolvimento do nosso Brasil.

Estou aqui mais uma vez apresentando o meu pensamento. Acredito no grande potencial do Brasil e que o País pode ser uma das maiores potências mundiais.

O SR. LOURIVAL MENDES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem S.Exa. a palavra.

O SR. LOURIVAL MENDES (Bloco/PTdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas quero comunicar, para registro, a constituição da Frente Parlamentar pela Criação do Ministério da Segurança Pública, já com as assinaturas devidas consolidadas na Mesa desta Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Esclareço que o Deputado não apresentou questão de ordem. S.Exa. usou a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia, do DEM do Rio Grande do Norte. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ontem eu ouvi um comentário inusitado e surpreendido fiquei com a manifestação do cronista político Arnaldo Jabor, que se derrama em elogios à Presidenta Dilma. Claro que, fazendo isso, tenta criar um contraponto com o Presidente Lula, busca desqualificá-lo e, de alguma maneira, atacar o Governo dele, numa maneira inusitada de praticar o entrismo e aderir ao Governo.

Não deixo de reconhecer que é uma ação positiva de parte da mídia, que ficou aqui alcunhada como PIG – Partido da Imprensa Golpista, alguns cronistas *pit bull* que faziam da vida cotidiana uma prática de ataque ao Presidente Lula. Agora, parece que estão

tendo uma postura mais cândida, mais cordeira e cordata com a Presidenta *Dilma Rousseff*.

Não deixa de ser saudável. Só quero lamentar porque parece que estamos assistindo ao início da reforma política com o PIG se desmanchando e aderindo ao GoverNº De qualquer maneira, isso nos indica que há, no curso desse movimento, uma jogada política: elogiar a Presidenta *Dilma Rousseff*, criticar o Presidente Lula e tentar criar um contraponto entre duas pessoas que fazem parte do mesmo projeto político.

Esse estilo não vai convencer a população, até porque a tentativa de desconstruir e desqualificar o Presidente Lula não funcionou, pois ele é uma liderança respeitada pelo povo brasileiro e respeitada internacionalmente.

Esse procedimento é pouco valioso. De qualquer maneira, fico a lamentar. A Oposição perde uma parte da imprensa que lhe ajudava no ataque ao GoverNº Na democracia, é sempre bom que haja o contraponto, mesmo quando somos agredidos, mesmo quando nos atacam de maneira injusta. A vida é assim, é dessa maneira que aprendemos a conviver com a diversidade e com a diferença.

Portanto, quero aqui dizer que estamos assistindo às primeiras vítimas da reforma política. O PIG passa a ser chamar PIA – Partido da Imprensa Adesista. Não deixa de ser um movimento que vai nos ajudar, mas quero dizer que, no fundo de tudo isso, o velho *Karl Marx* tinha razão: ódio de classe. É ódio de classe contra o Presidente Lula, porque até hoje não o aceitaram. Como não conseguiram golpeá-lo, estão tentando, após seu Governo, desconstruí-lo.

Não vão fazer isso, até porque há uma continuidade e um trabalho que vem do Presidente Lula e continua com a Presidenta *Dilma Rousseff*. É assim que deve ser feito na democracia. De qualquer maneira, para todos nós são inusitados esses primeiros movimentos.

Ao mesmo tempo, acho importante que haja esse momento de convivência, de aceitação do Governo, mesmo sabendo que embutida nisso existe uma tática política muito conhecida chamada entrismo, aquela maneira de aderir para depois tentar implodir o projeto ao qual aparentemente se aderira.

No entanto, já estamos vacinados e sabemos de que se trata. E queremos aqui lamentar o fim melancólico do PIG. Espero que ele sobreviva, porque é até interessante para a democracia essa convivência do contraponto, da diversidade e do confronto.

Mas não posso deixar de passar sem registro a mudança de humor de uma parte dos cronistas *pit bulls* da imprensa brasileira em relação ao Governo do PT.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Agnolin, do PDT do Tocantins.

O SR. AGNOLIN (PDT-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou aproveitar este breve espaço para tratar de um assunto polêmico: se merecem ser empossados os suplentes dos partidos ou os suplentes das coligações.

Ontem, num debate promovido pela direção do meu partido, o PDT, eu consegui entender uma proposta apresentada e discutida pelo Prof. Justo Tavares, que pode resolver a questão em debate no momento. A meu ver, está sendo mudada uma regra tradicional, de fazer com que, aberta a vaga por qualquer razão, em vez de os suplentes assumirem, hoje, por decisões liminares dos Ministros do Supremo Tribunal, Ministra Cármen Lúcia e Ministro Gilmar Mendes, estão fazendo com que a posse seja dos suplentes dos partidos.

Sras. e Srs. Deputados, quero apenas deixar registrada como sugestão que, nessa reforma política e eleitoral em tramitação, quando da apuração das eleições, quando da definição dos eleitos, possamos, num primeiro momento, fazer a escolha pelo coeficiente eleitoral de cada coligação. E, num segundo momento, façamos o coeficiente dos partidos daquela coligação. Assim teremos resolvido esse impasse sobre quem vai tomar posse. Teríamos a eleição da coligação e, no mesmo instante, a participação dos partidos naquela coligação com o respectivo número de eleitos de cada partido. Assim, com certeza, contribuiríamos para esclarecer e definir de uma vez por todas quem merece e deve tomar posse quando do afastamento de qualquer um dos titulares desta Casa.

Deixo essa contribuição para reflexão. Vivemos esse dilema que se espalha pelo Brasil inteiro, porque naturalmente a decisão do Supremo abala fortemente muitas Câmaras de Vereadores, que já estão na segunda fase de seus mandatos e foram surpreendidas com essa decisão que provoca realmente grande preocupação e cria instabilidade no Legislativo.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, acabamos de fazer um debate sobre alguns acordos e tratados internacionais aprovados. Mas chamo a atenção para algumas observações que ouvi durante o debate. Por exemplo, os tratados e os acordos feitos com a Venezuela e a Bolívia geralmente são retirados porque os Deputados usam o argumento de que lá não há democracia nem respeito aos direitos humanos.

Ora, depois de muito anos, a Bolívia goza de estabilidade democrática com o Presidente eleito democraticamente, Evo Morales. E a Venezuela nunca teve tantas eleições como tem tido agora na Presidência de Chaves.

Se levarmos em consideração a proposta que esses segmentos, principalmente DEM e PSDB, têm levantado para não votar, não haveria acordo com mais da metade dos países do mundo. Qual país asiático pode ser chamado de democrático e respeitador dos direitos humanos? Qual é o país da África? São limitados. Não vou dizer que não existam. Nem sequer os Estados Unidos têm respeito aos direitos humanos.

A posição deles é totalmente ideológica e não entra no mérito dos acordos assinados, como o com a China que o PV pediu para retirar. A argumentação feita aqui demonstra que o acordo sequer foi lido, porque ele estabelece que alguém jamais será extraditado por questões políticas, ideológicas ou religiosas. E esse argumento foi utilizado para retirá-lo.

Peço a esses Parlamentares que analisem os acordos, como o realizado com a Bolívia em 1990. Passaram-se 8 anos do Governo Fernando Henrique, 8 anos do Governo Lula, e a Bolívia não pode usar um espaço no Porto de Paranaguá, porque eles acham que isso ajudaria um governo que entendem não ser democrático.

Ora, vamos observar que a maioria dos que se opõem a esses acordos são aqueles que, durante a ditadura militar, ficavam calados, seus partidos ficavam calados. Vamos olhar o mérito e não a ideologia.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Lelo Coimbra, do PMDB do Espírito Santo.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente Deputada Rose de Freitas, é uma alegria ver o meu Estado presidindo a Mesa em gênero, número e grau.

Saúdo todos os que nos acompanham. É uma alegria estar de volta a esta Casa para cumprir 4 anos de mandato e de bons serviços à sociedade brasileira e a do meu Estado, o Espírito Santo. Quero fazer deste espaço aquilo que melhor conseguirmos coletivamente em benefício da ética, da probidade, da defesa da vida e de melhores dias para o povo do Brasil.

Farei um registro sobre as comissões criadas com a intenção da reforma político-eleitoral. Acho importante a decisão, mas lamento que tenham sido constituídos dois movimentos, um da Câmara e outro do Senado. Entendo que, se esse movimento fosse conjunto, ele daria um fruto mais elaborado, mais acabado e com o compromisso de ambas as Casas em relação aos procedimentos.

Com certeza, para reacerar esse tema vamos precisar de um encontro entre essas duas comissões, de modo que o produto que saia do Senado e o que saia da Câmara possam ser comuns, de interesse coletivo, com o qual a expressão do voto possa melhor ser captada e melhor se fazer representar de modo a termos aqui um formato de representação que atenda às regiões, que atenda ao pensamento médio do povo brasileiro, que atenda a formas de fortalecimento partidário, de fidelidade partidária e, ao mesmo tempo, qualifique cada segmento partidário, cada pensamento pela sua própria força e forma.

Então, faço a defesa da importância e da urgência do tema da reforma eleitoral. Ao mesmo tempo, repito que é preciso se realizar um trabalho único por ambas as Casas, para não perdermos tempo.

Se o Constituinte de 1988 tivesse feito um conjunto de reformas eleitorais e partidárias para vigerem no ano 2000, teria feito um grande papel. E nós estaríamos vivendo uma situação eleitoral diferente daquela que eles estavam disputando naquele momento.

Portanto, neste momento, mesmo que numa regra de transição para o futuro, cabe a nós estabelecer um padrão unificado nesta Casa, que responda aos anseios da sociedade e corrija as distorções que o Sistema Eleitoral Brasileiro nos tem imposto.

O Deputado Ibsen Pinheiro me disse antes das eleições: *“Lelo, não disputarei esta eleição porque metade desta Casa perderá a eleição, e a outra metade estará disputando o segundo turno nos TREs de seus Estados”*. E isso está acontecendo em grande escala.

É preciso que reconheçamos isso e possamos dar um salto de qualidade na legislação eleitoral e partidária do País.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra, pela ordem, a Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Acre.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, colegas Parlamentares, nesta última semana, no Acre, temos passado por alguns processos de apagões de Internet. Para mim, é inadmissível que as agências reguladoras hoje no Brasil, tanto a ANEEL quanto a que fiscaliza as empresas de telefonia em nossos Estados, não respondam a contento a um descontentamento da sociedade.

Nesta semana, tivemos um completo apagão de Internet no Acre, e não conseguíamos sequer encaminhar um *e-mail*. A população protestou e fomos às instituições do Estado, mas até agora nada se resolveu. O que precisamos é que essas empresas consigam regular e fiscalizar esse serviço.

Estamos convocando a Oi para vir a esta Casa dar explicações sobre o atendimento que está sendo prestado em nosso Estado. Ao mesmo tempo, o PROCON, o Ministério Público Federal e a Assembleia Legislativa do Estado estão cobrando explicações.

Sra. Presidenta, nós precisamos que essas empresas prestem os serviços que estão no contrato. Em um Estado pequeno como o Acre as empresas têm compensações em relação a grandes regiões, como as de Brasília e São Paulo. E não podemos ficar à mercê de cabos completamente estragados.

A Oi precisa prestar um atendimento decente. Pelo menos 50% dos aparelhos telefônicos públicos dos nossos Estados não funcionam. A telefonia fixa é um caos. Quanto à telefonia celular, dependendo do espaço ou da rua em que você estiver passando e do Município que estiver sendo atendido, também não se consegue falar ao celular. Essas empresas que ganham processo licitatório precisam prestar um bom atendimento. Isso é um desrespeito à população.

Portanto, nós exigimos que a Oi faça um atendimento decente no Acre, que a ANATEL faça a fiscalização, e que outros órgãos, inclusive, a ajudem nessa tarefa.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Edson Silva, do PSB do Ceará.

O SR. EDSON SILVA (Bloco/PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Rose de Freitas, o que me traz a esta tribuna é uma empolgação, por ter conhecido, neste momento em que estamos vivendo, de Governo avançado no Estado do Ceará, uma escola que, para mim, era um sonho e hoje é uma realidade.

Quando estive aqui, nos primeiros momentos da década de 90, companheiro de V.Exa. neste Parlamento – eu era do PDT e tive a oportunidade de conhecer a gestão do Brizola no Rio de Janeiro —, empolgaram-me muito as escolas CIEPs, escolas de tempo integral. E hoje estou vendo essa realidade no meu Estado, o Ceará.

Fui conhecer, em Pajuçara, no Maracanaú, uma escola construída pelo Governo Cid Gomes e que será inaugurada nos próximos meses. É uma escola ampla, ventilada, clara, com ar condicionado em todas as salas de aulas, com restaurante, com quadras de esportes – de vôlei e de basquete —, com campo de futebol, com laboratórios de informática. Isso quer dizer que, mais tarde, teremos um Ceará mais avançado, menos violento, um Ceará mais desenvolvido e mais democrático, com essa escola-modelo que o Governo Cid Gomes está criando.

Esta escola construída em Pajuçara, Maracanaú, é a primeira. Teremos 140 escolas que farão com que a criança se sinta bem. A escola pública do Ceará, que está defasada, é aquela onde a criança chora para entrar, como cão apanha para ir à missa. Mas a escola que o Governador Cid Gomes está construindo, que tive a honra de conhecer em Pajuçara, é o contrário: a criança chora na hora de sair, é a escola de tempo integral, das 7 horas às 17 horas, com três refeições, com esporte, lazer, departamento de odontologia. Trata-se de uma escola que faz a criança se sentir bem e ter vontade de estudar.

Quero me congratular com o Governo cearense por esse avanço na educação pública, por esse modelo de escola que está sendo entregue às crianças e à juventude do Estado do Ceará.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Registramos a presença da Parlamentar Vanessa Grazziotin, hoje Senadora, que se encontra aqui na Mesa, a quem recebemos com muito carinho.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Liliam Sá, do PR do Rio de Janeiro.

A SRA. LILIAM SÁ (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta Rose de Freitas, nobres colegas, boa tarde.

O que me traz a esta tribuna hoje é uma reclamação sobre o Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas.

Ora, 18 mil crianças desaparecem no Brasil por ano, fato que gerou uma CPI nesta Casa. E esse cadastro reuniria informações de pessoas de qualquer idade, trabalhando conjuntamente nos 27 Estados, lincado com os das Polícias. Quer dizer, uma criança que some no Rio de Janeiro pode ser encontrada em Fortaleza, vamos dizer assim.

No entanto, recebemos denúncias de que esse cadastro não está funcionando. Em São Paulo, no ano passado, não houve nenhum tipo de registro; no Amazonas, três crianças foram registradas, e em Alagoas, apenas uma. A Secretaria de Direitos Humanos disse que o programa, que deveria estar funcionando, está sendo remodelado.

Esse tipo de coisa não pode acontecer. As Mães da Sé, de São Paulo, e da Cinelândia, no Rio de Janeiro, que marcharam pela criação do Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas, merecem resposta. Não podemos deixar que isso aconteça.

Por isso apresentei nesta Casa de leis um projeto de resolução que cria a Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente, para podermos fiscalizar as leis feitas para proteger as crianças, os

orçamentos e as políticas públicas voltadas para a infância no Brasil.

Sra. Presidenta, esse projeto tem de ser apreciado por V.Exas. Peço que o relatem e o coloquem em votação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputada Liliam Sá, V.Exa tem, desta Presidência, todo o carinho, estímulo e empenho para que rapidamente seja aprovado o projeto de sua autoria, projeto dedicado a uma luta tão nobre.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem a palavra o Deputado Elvino Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. ELVINO BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta Rose de Freitas, é uma satisfação enorme poder, pela primeira vez, depois de 14 anos como Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, ocupar a tribuna desta Câmara dos Deputados.

Faço questão de salientar um tema muito importante, que tem sido parte da minha vida no trabalho – trabalho com agricultura, fundamentalmente com agricultura familiar –, que é sobre geração e qualidade dos alimentos, segurança alimentar. Trabalho com agricultura, fundamentalmente com agricultura familiar.

Destaco um projeto que tem sido trabalhado desde o Governo do Presidente Lula, um programa que tem sido solução para a crise de alimentos que o mundo enfrentava e que enfrenta, e que também contribuiu muito para amenizar os impactos da crise econômica mundial. Temos no Brasil, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o Ministro Guilherme Cassel, tendo continuidade agora com o Ministro **Afonso Florence**, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, um programa que estimula o agricultor, dá-lhe boas condições de financiamento para ter na sua propriedade caminhões de transporte, tratores, equipamentos, ordenhadeiras e resfriadores do leite, para produzirem alimentos. Além de o programa contribuir na produção de alimentos, ainda contribui fortemente na cadeia produtiva para gerar emprego e permitir que nossas indústrias também possam produzir. Nesse período do programa, temos quase 40 mil tratores – conferi esses números com o Dr. Hercílio, que coordena esse programa para a agricultura familiar –, 10 mil projetos na área da pecuária, 1.758 veículos, como furgões e caminhões para transporte dessa alimentação, 120 mil contratos para agricultores familiares no País nestes dois anos e meio da existência desse tão importante programa chamado Programa Mais Alimentos. São 4 bilhões e 500 milhões destinados a esse programa, que dialoga profundamente com a lógica de desen-

volvimento, porque, ao financiarmos com recursos, possibilitamos ao agricultor familiar se modernizar, trabalhar com mais qualidade, produzir com mais eficiência, oferecer um produto de qualidade, que tem sido solução para melhorar os alimentos, o emprego nas indústrias e o desenvolvimento do Brasil.

Sra. Presidente, solicitamos ao Ministro Afonso Florence a ampliação e a continuidade desse programa. Contamos com o coordenador desse programa tão importante, o Dr. Hercílio, e esperamos que ele continue à frente dele.

Insisto em dizer que programas como esses fazem bem para a nossa economia, para a agricultura e para o País. Eles afirmam um projeto de desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Parabêniz o Deputado Elvino Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. DR. JORGE SILVA – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. JORGE SILVA (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, com muita honra assomo à tribuna, primeiro para agradecer a Deus e à população do Espírito Santo por terem me dado a oportunidade de estar nesta Câmara dos Deputados.

Venho de um Município do interior do Estado do Espírito Santo. Tive a honra de ser o primeiro Deputado Federal daquela cidade, que está completando 466 anos de história. Isso nos dá muita orgulho; porém é uma grande responsabilidade trabalhar pela população daquela cidade do norte do Estado do Espírito Santo, por todo o Espírito Santo e pelo Brasil.

Venho a esta Casa para participar dos grandes projetos em andamento, aqueles que ecoam na rua, e esta Casa tem que ser bem ativa em sua realização. No que se refere à regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, importantíssima para que nós melhoremos o setor de saúde pública, ela se arrasta por mais de 10 anos nesta Casa. Espero ser partícipe nessa regulamentação, que considero necessária; porém, é importante não apenas essa regulamentação, mas também que Estados e Municípios cumpram metas para que o dinheiro que será destinado seja bem investido e atenda às necessidades da população, que hoje sofre muito para marcar exames e cirurgias, como nós temos visto no nosso Estado. Espero que realmente consigamos avançar nesse campo.

Sra. Presidenta, quero registrar aqui – isso é igualmente importante – que o PDT fez uma reunião

para discutir a reforma política do País. Foi uma reunião extremamente produtiva, esclarecedora e formadora que nos deu a oportunidade de nos qualificar e nos posicionar sobre que caminho seguir para que possamos ter uma melhor reforma política para o nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidenta, por me ter cedido este espaço.

A SRA. PRESIDENTA (Rose De Freitas) – Parabêniz V.Exa., Deputado Dr. Jorge Silva, médico do nosso Estado, pela sua eleição. Temos absoluta convicção de que V.Exa. desempenhará com dedicação o seu mandato. Seja bem-vindo a esta Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose De Freitas) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Manato, do PDT do Espírito Santo.

O SR. MANATO (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, primeiramente, eu gostaria de dizer a V.Exa. que estou nesta tribuna muito orgulhoso de ter uma Deputada do nosso Estado do Espírito Santo como 1ª Vice-Presidente desta Casa, e por ser V.Exa., cuja história política bem conheço. São sete mandatos entre Deputada Estadual e Deputada Federal, sempre com muita garra, muita luta municipalista, defendendo o nosso Estado e os Municípios. Esse trabalho que V.Exa. tem feito fez com que o povo capixaba a colocasse aqui dentro de novo e, pela sua competência, convenceu seus pares dentro do seu partido, que a colocaram neste cargo tão honroso para o nosso Estado.

Está de parabéns V.Exa.; está de parabéns o PMDB; está de parabéns o Estado do Espírito Santo; está de parabéns o nosso País por ter a primeira mulher na Mesa.

Estou muito orgulhoso. E ainda mais por, nesta Mesa com 11 pessoas, eu estar junto com V.Exa., representando o Espírito Santo. O Espírito Santo hoje tem dois membros na Mesa: V.Exa., como Vice-Presidente, e eu, como suplente da Mesa.

Parabéns! Juntos, vamos levar muitos recursos e dar muitas alegrias ao nosso Estado.

Mas eu quero também aqui parabenizar o nosso Governador, Renato Casagrande, que tem feito um trabalho de muita transparência, de muito diálogo. Esses dias, ele me convidou para ir à minha terra natal, Alegre. Nós fomos lá inaugurar uma estrada que liga a cachoeira da Fumaça até a BR, que levará mais turismo àquela região. Esse era um pleito de toda a região do Caparaó, tendo em vista que o Espírito Santo tem uma das mais regiões mais bonitas, que é a do Caparaó. E a Cachoeira da Fumaça fica ali, entre Alegre, Ibitirama, Irupi, naquela região ali do Caparaó. O Governador me convidou, e fomos lá. Estamos fazendo uma agenda positiva.

Então está de parabéns o Governador Renato Casagrande pelo diálogo aberto com a bancada.

A bancada do Espírito Santo está muito unida, discutindo os temas nacionais, defendendo os *royalties* do petróleo para o nosso Estado, defendendo a retomada das obras no aeroporto; a continuidade do contorno de Vitória, na BR-101, na região de Cariacica e Vitória. É uma obra por cuja continuidade a bancada lutou muito.

Então, Deputada Rose de Freitas, o meu carinho, o meu apreço, a minha admiração. Tenho certeza de que o seu trabalho será coroado com uma só palavra: sucesso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Agradeço a V.Exa. pelas palavras. V.Exa. sempre estimulou o nosso trabalho, cooperou, trabalhou incansavelmente na busca dos votos necessários para que eu estivesse sentada aqui.

Parabenizo-o pelo brilhante Deputado que V.Exa. é à frente das Comissões em que trabalha.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Marçal Filho.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar a visita que fiz ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que já fez um excelente trabalho no Ministério das Relações Institucionais. Agora, à frente dessa Pasta com tantos problemas, tantas reivindicações e anseios, tenho certeza de que ele vai dar conta do recado.

Convidamos o Ministro Alexandre Padilha para ir à minha cidade, Dourados, no Mato Grosso do Sul, no mês de março, para acompanhar as obras da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, um projeto do Presidente Lula. E o convidamos também para o lançamento das obras do Pronto Atendimento Infantil – PAI, projeto que levamos até o Governo Federal, até o Ministério da Saúde. Eles gostaram do projeto, porque ele atende às crianças. Está voltado para a área infantil, no âmbito do atendimento da saúde. Creio que será de suma importância para a nossa cidade.

Dourados passou por um grande problema institucional. Tivemos eleições para Prefeito no último domingo. Acredito que agora aquela administração pública tomará rumo. E ganhará a cidade com a conquista da credibilidade e da legitimidade. Tínhamos preocupação com a aplicação dos recursos federais. Com esse novo posicionamento dentro da administração pública, essa tranquilidade e essa segurança terão a população de Dourados, os Ministérios e o Governo Federal. Penso que investimentos de suma importância serão agora colocados à disposição da minha cidade de Dourados.

O Ministro Alexandre Padilha também recebeu de mim um convite para ir a Dourados e visitar o hospital da Missão Caiuá, único hospital existente em reserva indígena, que atende exclusivamente índios, pelo SUS. S.Exa. já o conhecia desde a época em que era da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e tem um carinho enorme por aquela região, pelos índios que lá vivem. Creio que teremos, então, bons resultados.

Muito obrigado.

VI – ENCERRAMENTO

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – *COM-PARECEM MAIS À SESSÃO OS SRS.:*

Partido Bloco

RORAIMA

Luciano Castro PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Teresa Surita PMDB

Total de Roraima 2

AMAPÁ

Professora Marcivania PT

Vinicius Gurgel PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Amapá 2

PARÁ

Elcione Barbalho PMDB

José Priante PMDB

Miriquinho Batista PT

Zé Geraldo PT

Total de Pará 4

AMAZONAS

Francisco Praciano PT

Total de Amazonas 1

RONDONIA

Carlos Magno PP PpPscPmn

Marinha Raupp PMDB

Total de Rondonia 2

TOCANTINS

Irajá Abreu DEM

Total de Tocantins 1

MARANHÃO

Davi Alves Silva Júnior PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Domingos Dutra PT

Lourival Mendes PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Professor Setimo PMDB

Waldir Maranhão PP PpPscPmn

Total de Maranhão 5**CEARÁ**

Ariosto Holanda PSB PsbPtbPcdob
Danilo Forte PMDB
Edson Silva PSB PsbPtbPcdob
Genecias Noronha PMDB
Total de Ceará 4

PIAUÍ

Marcelo Castro PMDB
Paes Landim PTB PsbPtbPcdob

Total de Piauí 2**RIO GRANDE DO NORTE**

Fátima Bezerra PT
Sandra Rosado PSB PsbPtbPcdob

Total de Rio Grande do Norte 2**PARAÍBA**

Aguinaldo Ribeiro PP PpPscPmn
Benjamin Maranhão PMDB
Damião Feliciano PDT
Manoel Junior PMDB
Ruy Carneiro PSDB

Total de Paraíba 5**PERNAMBUCO**

José Augusto Maia PTB PsbPtbPcdob
Pastor Eurico PSB PsbPtbPcdob
Pedro Eugênio PT
Raul Henry PMDB
Roberto Teixeira PP PpPscPmn
Wolney Queiroz PDT

Total de Pernambuco 6**ALAGOAS**

Arthur Lira PP PpPscPmn
João Lyra PTB PsbPtbPcdob
Renan Filho PMDB

Total de Alagoas 3**SERGIPE**

Andre Moura PSC PpPscPmn
Rogerio Carvalho PT

Total de Sergipe 2**BAHIA**

Acelino Popó PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
João Leão PP PpPscPmn
Valmir Assunção PT

Total de Bahia 3**MINAS GERAIS**

Diego Andrade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

George Hilton PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Gilmar Machado PT
Jaime Martins PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
João Bittar DEM
Júlio Delgado PSB PsbPtbPcdob
Luis Tibe PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Miguel Corrêa PT
Paulo Abi-Ackel PSDB
Reginaldo Lopes PT
Zé Silva PDT

Total de Minas Gerais 11**ESPÍRITO SANTO**

Dr. Jorge Silva PDT

Total de Espírito Santo 1**RIO DE JANEIRO**

Adrian PMDB
Alessandro Molon PT
Chico Dangelo PT
Edson Santos PT
Filipe Pereira PSC PpPscPmn
Francisco Floriano PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Marcelo Matos PDT
Miro Teixeira PDT
Simão Sessim PP PpPscPmn

Total de Rio de Janeiro 9**SÃO PAULO**

Abelardo Camarinha PSB PsbPtbPcdob
Antonio Bulhões PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Beto Mansur PP PpPscPmn
Cândido Vaccarezza PT
Carlos Sampaio PSDB
Carlos Zarattini PT
Duarte Nogueira PSDB
Eleuses Paiva DEM
Guilherme Campos DEM
Jilmar Tatto PT
João Paulo Cunha PT
Mara Gabrilli PSDB
Nelson Marquezelli PTB PsbPtbPcdob
Roberto Freire PPS PvPps
Vaz de Lima PSDB

Total de São Paulo 15**MATO GROSSO**

Valtenir Pereira PSB PsbPtbPcdob
Wellington Fagundes PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Mato Grosso 2**DISTRITO FEDERAL**

Augusto Carvalho PPS PvPps

Reguffe PDT

Total de Distrito Federal 2**GOIÁS**

Heuler Cruvinel DEM

Ronaldo Caiado DEM

Total de Goiás 2**MATO GROSSO DO SUL**

Marçal Filho PMDB

Total de Mato Grosso do Sul 1**PARANÁ**

Hermes Parcianello PMDB

Rubens Bueno PPS PvPps

Total de Paraná 2**SANTA CATARINA**

Edinho Bez PMDB

Mauro Mariani PMDB

Total de Santa Catarina 2**RIO GRANDE DO SUL**

Alceu Moreira PMDB

Alexandre Roso PSB PsbPtbPcdob

Danrlei De Deus Hinterholz PTB PsbPtbPcdob

Elvino Bohn Gass PT

Manuela D`ávila PCdoB PsbPtbPcdob

Marco Maia PT

Mendes Ribeiro Filho PMDB

Nelson Marchezan Junior PSDB

Ronaldo Zulke PT

Total de Rio Grande do Sul 9

*DEIXAM DE COMPARECER À SESSÃO
OS SRS.:*

Partido Bloco

RORAIMA

Raul Lima PP PpPscPmn

Total de Roraima 1**AMAPÁ**

Davi Alcolumbre DEM

Evandro Milhomen PCdoB PsbPtbPcdob

Fátima Pelaes PMDB

Luiz Carlos PSDB

Total de Amapá 4**PARÁ**

André Dias PSDB

Giovanni Queiroz PDT

Lira Maia DEM

Wladimir Costa PMDB

Total de Pará 4**AMAZONAS**

Sabino Castelo Branco PTB PsbPtbPcdob

Silas Câmara PSC PpPscPmn

Total de Amazonas 2**RONDÔNIA**

Moreira Mendes PPS PvPps

Natan Donadon PMDB

Total de Rondônia 2**ACRE**

Antônia Lúcia PSC PpPscPmn

Total de Acre 1**TOCANTINS**

César Halum PPS PvPps

Eduardo Gomes PSDB

Total de Tocantins 2**MARANHÃO**

Nice Lobão DEM

Pinto Itamaraty PSDB

Ribamar Alves PSB PsbPtbPcdob

Zé Vieira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Maranhão 4**CEARÁ**

Aníbal Gomes PMDB

Antonio Balhmann PSB PsbPtbPcdob

José Linhares PP PpPscPmn

Total de Ceará 3**PIAUI**

Jesus Rodrigues PT

Júlio Cesar DEM

Marllos Sampaio PMDB

Osmar Júnior PCdoB PsbPtbPcdob

Total de Piauí 4**RIO GRANDE DO NORTE**

Fábio Faria PMN PpPscPmn

Henrique Eduardo Alves PMDB

Total de Rio Grande do Norte 2**PARAÍBA**

Wellington Roberto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Paraíba 1**PERNAMBUCO**

Danilo Cabral PSB PsbPtbPcdob

Eduardo da Fonte PP PpPscPmn

Gonzaga Patriota PSB PsbPtbPcdob

Maurício Rands PT

Sergio Guerra PSDB
Total de Pernambuco 5

ALAGOAS

Joaquim Beltrão PMDB
Maurício Quintella Lessa PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsP-
tcPsl
Total de Alagoas 2

BAHIA

Alice Portugal PCdoB PsbPtbPcdob
Edson Pimenta PCdoB PsbPtbPcdob
Felix Júnior PDT
Jânio Natal PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Marcos Medrado PDT
Oziel Oliveira PDT
Sérgio Brito PSC PpPscPmn
Total de Bahia 7

MINAS GERAIS

Aracely de Paula PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Bonifácio de Andrada PSDB
Mário de Oliveira PSC PpPscPmn
Paulo Piau PMDB
Rodrigo de Castro PSDB
Walter Tosta PMN PpPscPmn
Total de Minas Gerais 6

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB
Chico Alencar PSOL
Leonardo Picciani PMDB
Otavio Leite PSDB
Rodrigo Bethlem PMDB
Total de Rio de Janeiro 5

SÃO PAULO

Aldo Rebelo PCdoB PsbPtbPcdob
Arlindo Chinaglia PT
Ivan Valente PSOL
Paulo Maluf PP PpPscPmn
Valdemar Costa Neto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsP-
tcPsl
Total de São Paulo 5

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB
Total de Mato Grosso 1

DISTRITO FEDERAL

Policarpo PT
Total de Distrito Federal 1

GOIÁS

Jovair Arantes PTB PsbPtbPcdob
Roberto Balestra PP PpPscPmn
Total de Goiás 2

MATO GROSSO DO SUL

Vander Loubet PT
Total de Mato Grosso do Sul 1

PARANÁ

Alfredo Kaefer PSDB
André Zacharow PMDB
Angelo Vanhoni PT
Assis do Couto PT
Dilceu Sperafico PP PpPscPmn
Eduardo Sciarra DEM
Giacobo PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Moacir Micheletto PMDB
Ratinho Junior PSC PpPscPmn
Reinhold Stephanes PMDB
Takayama PSC PpPscPmn
Total de Paraná 11

SANTA CATARINA

Celso Maldaner PMDB
Décio Lima PT
João Rodrigues DEM
Marco Tebaldi PSDB
Paulo Bornhausen DEM
Total de Santa Catarina 5

RIO GRANDE DO SUL

Darcísio Perondi PMDB
Enio Bacci PDT
Onyx Lorenzoni DEM
Sérgio Moraes PTB PsbPtbPcdob
Vilson Covatti PP PpPscPmn
Total de Rio Grande do Sul 5

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – En-
cerro a sessão, antes lembrando que foi convocada
para hoje, quinta-feira, dia 10 de fevereiro, às 14 horas,
sessão ordinária de debates.

*(Encerra-se a sessão às 12 horas e 22
minutos)*

Ata da 7ª Sessão, em 10 de fevereiro de 2011

Presidência dos Srs. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente, Inocêncio Oliveira, 3º Secretário, Nelson Marquezelli, Luiz Couto, Maurício Quintella Lessa, Renan Filho, Hugo Motta, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA
OS SRS.:

Marco Maia
Rose de Freitas
Jorge Tadeu Mudalen
Inocêncio Oliveira
Júlio Delgado
Geraldo Resende
Manato
Carlos Eduardo Cadoca
Partido Bloco

RORAIMA

Berinho Bantim PSDB
Chico das Verduras PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsP-
tcPsl
Edio Lopes PMDB
Jhonatan de Jesus PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsP-
tcPsl
Luciano Castro PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Paulo Cesar Quartiero DEM
Raul Lima PP PpPscPmn
Teresa Surita PMDB
Total de Roraima 8

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT
Professora Marcivania PT
Sebastião Bala Rocha PDT
Vinicius Gurgel PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Amapá 4

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS PvPps
Beto Faro PT
Cláudio Puty PT
Dudimar Paxiúba PSDB
Elcione Barbalho PMDB
José Priante PMDB
Josué Bengtson PTB PsbPtbPcdob
Lúcio Vale PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Luiz Otávio PMDB

Miriquinho Batista PT
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Zé Geraldo PT
Zequinha Marinho PSC PpPscPmn
Total de Pará 13

AMAZONAS

Átila Lins PMDB
Carlos Souza PP PpPscPmn
Francisco Praciano PT
Henrique Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Pauderney Avelino DEM
Rebecca Garcia PP PpPscPmn
Total de Amazonas 6

RONDONIA

Carlos Magno PP PpPscPmn
Lindomar Garçon PV PvPps
Marinha Raupp PMDB
Mauro Nazif PSB PsbPtbPcdob
Nilton Capixaba PTB PsbPtbPcdob
Padre Ton PT
Total de Rondonia 6

ACRE

Flaviano Melo PMDB
Gladson Cameli PP PpPscPmn
Henrique Afonso PV PvPps
Marcio Bittar PSDB
Perpétua Almeida PCdoB PsbPtbPcdob
Siba Machado PT
Taumaturgo Lima PT
Total de Acre 7

TOCANTINS

Agnolin PDT
Irajá Abreu DEM
Júnior Coimbra PMDB
Laurez Moreira PSB PsbPtbPcdob
Lázaro Botelho PP PpPscPmn
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM
Total de Tocantins 6

MARANHÃO

Alberto Filho PMDB
Carlos Brandão PSDB
Cleber Verde PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Davi Alves Silva Júnior PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Domingos Dutra PT
Edivaldo Holanda Junior PTC PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Gastão Vieira PMDB
Hélio Santos PSDB
Lourival Mendes PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Luciano Moreira PMDB
Pedro Fernandes PTB PsbPtbPcdob
Professor Setimo PMDB
Sarney Filho PV PvPps
Waldir Maranhão PP PpPscPmn
Total de Maranhão 14

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Aníbal Gomes PMDB
Antonio Balhmann PSB PsbPtbPcdob
Ariosto Holanda PSB PsbPtbPcdob
Arnon Bezerra PTB PsbPtbPcdob
Artur Bruno PT
Chico Lopes PCdoB PsbPtbPcdob
Danilo Forte PMDB
Domingos Neto PSB PsbPtbPcdob
Edson Silva PSB PsbPtbPcdob
Eudes Xavier PT
Genecias Noronha PMDB
Gorete Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
João Ananias PCdoB PsbPtbPcdob
José Airton PT
José Guimarães PT
Manoel Salviano PSDB
Mauro Benevides PMDB
Raimundão PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Vicente Arruda PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Ceará 21

PIAUI

Assis Carvalho PT
Hugo Napoleão DEM
Iracema Portella PP PpPscPmn
Marcelo Castro PMDB
Marlos Sampaio PMDB
Nazareno Fonteles PT
Paes Landim PTB PsbPtbPcdob
Total de Piauí 7

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
Felipe Maia DEM
Henrique Eduardo Alves PMDB
João Maia PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Paulo Wagner PV PvPps
Rogério Marinho PSDB
Sandra Rosado PSB PsbPtbPcdob
Total de Rio Grande do Norte 7

PARAÍBA

Aguinaldo Ribeiro PP PpPscPmn
Benjamin Maranhão PMDB
Damião Feliciano PDT
Efraim Filho DEM
Hugo Motta PMDB
Luiz Couto PT
Manoel Junior PMDB
Nilda Gondim PMDB
Romero Rodrigues PSDB
Ruy Carneiro PSDB
Wilson Filho PMDB
Total de Paraíba 11

PERNAMBUCO

Ana Arraes PSB PsbPtbPcdob
Anderson Ferreira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Augusto Coutinho DEM
Bruno Araújo PSDB
Fernando Coelho Filho PSB PsbPtbPcdob
Fernando Ferro PT
João Paulo Lima PT
Jorge Corte Real PT
José Augusto Maia PTB PsbPtbPcdob
José Chaves PTB PsbPtbPcdob
Luciana Santos PCdoB PsbPtbPcdob
Mendonça Filho DEM
Pastor Eurico PSB PsbPtbPcdob
Pedro Eugênio PT
Raul Henry PMDB
Roberto Teixeira PP PpPscPmn
Silvio Costa PTB PsbPtbPcdob
Wolney Queiroz PDT
Total de Pernambuco 18

ALAGOAS

Arthur Lira PP PpPscPmn
Celia Rocha PTB PsbPtbPcdob
Givaldo Carimbão PSB PsbPtbPcdob
João Lyra PTB PsbPtbPcdob
Renan Filho PMDB
Rosinha da Adefal PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Rui Palmeira PSDB
Total de Alagoas 7

SERGIPE

Almeida Lima PMDB
 Andre Moura PSC PpPscPmn
 Heleno Silva PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Laercio Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Márcio Macêdo PT
 Mendonça Prado DEM
 Rogerio Carvalho PT
 Valadares Filho PSB PsbPtbPcdob

Total de Sergipe 8**BAHIA**

Acelino Popó PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Amauri Teixeira PT
 Antonio Brito PTB PsbPtbPcdob
 Antonio Carlos Magalhães Neto DEM
 Antonio Imbassahy PSDB
 Arthur Oliveira Maia PMDB
 Claudio Cajado DEM
 Daniel Almeida PCdoB PsbPtbPcdob
 Edson Pimenta PCdoB PsbPtbPcdob
 Emiliano José PT
 Erivelton Santana PSC PpPscPmn
 Fábio Souto DEM
 Fernando Torres DEM
 Geraldo Simões PT
 João Carlos Bacelar PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 João Leão PP PpPscPmn
 José Carlos Araújo PDT
 José Nunes DEM
 José Rocha PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Josias Gomes PT
 Jutahy Junior PSDB
 Lucio Vieira Lima PMDB
 Luiz Alberto PT
 Luiz Argôlo PP PpPscPmn
 Márcio Marinho PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Maurício Trindade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Nelson Pellegrino PT
 Oziel Oliveira PDT
 Paulo Magalhães DEM
 Roberto Britto PP PpPscPmn
 Rui Costa PT
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Valmir Assunção PT
 Waldenor Pereira PT

Total de Bahia 34**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PDT
 Aelton Freitas PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Antônio Andrade PMDB
 Antônio Roberto PV PvPps
 Bernardo Santana de Vasconcellos PR PrPrbPtdob-
 PrtbPrpPhsPtcPsl

Carlaile Pedrosa PSDB
 Diego Andrade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dimas Fabiano PP PpPscPmn
 Domingos Sávio PSDB
 Dr. Grilo PSL PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Eduardo Azeredo PSDB
 Eduardo Barbosa PSDB
 Eros Biondini PTB PsbPtbPcdob
 Fábio Ramalho PV PvPps
 Gabriel Guimarães PT
 George Hilton PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Geraldo Thadeu PPS PvPps
 Gilmar Machado PT
 Jaime Martins PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Jairo Ataíde DEM
 Jô Moraes PCdoB PsbPtbPcdob
 João Bittar DEM
 João Magalhães PMDB
 Jose Humberto PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Leonardo Quintão PMDB
 Lincoln Portela PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Luis Tibé PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Luiz Fernando Faria PP PpPscPmn
 Márcio Reinaldo Moreira PP PpPscPmn
 Marcos Montes DEM
 Marcus Pestana PSDB
 Mauro Lopes PMDB
 Miguel Corrêa PT
 Newton Cardoso PMDB
 Odair Cunha PT
 Padre Joao PT
 Paulo Abi-Ackel PSDB
 Reginaldo Lopes PT
 Renzo Braz PP PpPscPmn
 Saraiva Felipe PMDB
 Toninho Pinheiro PP PpPscPmn
 Vitor Penido DEM
 Weliton Prado PT
 Zé Silva PDT

Total de Minas Gerais 46**ESPÍRITO SANTO**

Audifax PSB PsbPtbPcdob
 Camilo Cola PMDB
 Cesar Colnago PSDB
 Dr. Jorge Silva PDT
 Lauriete PSC PpPscPmn
 Lelo Coimbra PMDB
 Paulo Foletto PSB PsbPtbPcdob
 Sueli Vidigal PDT
 Total de **Espírito Santo** 8

RIO DE JANEIRO

Adrian PMDB
 Alessandro Molon PT
 Alexandre Santos PMDB
 Alfredo Sirkis PV PvPps
 Andreia Zito PSDB
 Anthony Garotinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Arolde de Oliveira DEM
 Aureo PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Benedita da Silva PT
 Chico Dangelo PT
 Cristiano PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dr. Adilson Soares PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dr. Aluizio PV PvPps
 Dr. Carlos Alberto PMN PpPscPmn
 Dr. Paulo César PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Edson Ezequiel PMDB
 Edson Santos PT
 Eduardo Cunha PMDB
 Eliane Rolim PT
 Felipe Bornier PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Filipe Pereira PSC PpPscPmn
 Francisco Floriano PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Glauber Braga PSB PsbPtbPcdob
 Hugo Leal PSC PpPscPmn
 Jair Bolsonaro PP PpPscPmn
 Jandira Feghali PCdoB PsbPtbPcdob
 Jean Wyllys PSOL
 Julio Lopes PP PpPscPmn
 Liliam Sá PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Marcelo Matos PDT
 Miro Teixeira PDT
 Neilton Mulim PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Rodrigo Maia DEM
 Romário PSB PsbPtbPcdob
 Sergio Zveiter PDT
 Simão Sessim PP PpPscPmn
 Stepan Nercessian PPS PvPps
 Vitor Paulo PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Walney Rocha PTB PsbPtbPcdob
 Washington Reis PMDB
 Zoinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Rio de Janeiro 41

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB PsbPtbPcdob
 Alexandre Leite DEM
 Aline Corrêa PP PpPscPmn
 Antonio Bulhões PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
 Arlindo Chinaglia PT
 Arnaldo Faria de Sá PTB PsbPtbPcdob
 Arnaldo Jardim PPS PvPps
 Beto Mansur PP PpPscPmn

Bruna Furlan PSDB
 Cândido Vaccarezza PT
 Carlos Sampaio PSDB
 Carlos Zarattini PT
 Delegado Protógenes PCdoB PsbPtbPcdob
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS PvPps
 Dr. Ubiali PSB PsbPtbPcdob
 Duarte Nogueira PSDB
 Edinho Araújo PMDB
 Eleuses Paiva DEM
 Eli Correa Filho DEM
 Gabriel Chalita PSB PsbPtbPcdob
 Guilherme Campos DEM
 Guilherme Mussi PV PvPps
 Janete Rocha Pietá PT
 Jefferson Campos PSB PsbPtbPcdob
 Jilmar Tatto PT
 João Dado PDT
 João Paulo Cunha PT
 Jonas Donizette PSB PsbPtbPcdob
 José De Filippi Júnior PT
 José Mentor PT
 Junji Abe DEM
 Keiko Ota PSB PsbPtbPcdob
 Luiz Fernando Machado PSDB
 Luiza Erundina PSB PsbPtbPcdob
 Mara Gabrilli PSDB
 Marcelo Aguiar PSC PpPscPmn
 Milton Monti PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Missionário José Olimpio PP PpPscPmn
 Nelson Markezelli PTB PsbPtbPcdob
 Newton Lima PT
 Otoniel Lima PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Pastor Marco Feliciano PSC PpPscPmn
 Paulo Freire PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Paulo Teixeira PT
 Penna PV PvPps
 Ricardo Berzoini PT
 Ricardo Izar PV PvPps
 Ricardo Tripoli PSDB
 Roberto de Lucena PV PvPps
 Roberto Freire PPS PvPps
 Roberto Santiago PV PvPps
 Rodrigo Garcia DEM
 Salvador Zimbaldi PDT
 Tiririca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Vanderlei Macris PSDB
 Vaz de Lima PSDB
 Vicente Candido PT
 Vicentinho PT
 William Dib PSDB
Total de São Paulo 62

MATO GROSSO

Homero Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Júlio Campos DEM
Neri Geller PP PpPscPmn
Roberto Dorner PP PpPscPmn
Ságuas Moraes PT
Valtenir Pereira PSB PsbPtbPcdob
Wellington Fagundes PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Mato Grosso 7**DISTRITO FEDERAL**

Augusto Carvalho PPS PvPps
Erika Kokay PT
Izalci PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Jaqueline Roriz PMN PpPscPmn
Luiz Pitiman PMDB
Policarpo PT
Reguffe PDT
Ronaldo Fonseca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Distrito Federal 8**GOIÁS**

Armando Vergílio PMN PpPscPmn
Carlos Alberto Leréia PSDB
Flávia Moraes PDT
Heuler Cruvinel DEM
Íris de Araújo PMDB
João Campos PSDB
Jorge Pinheiro PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Leandro Vilela PMDB
Pedro Chaves PMDB
Ronaldo Caiado DEM
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP PpPscPmn
Sandro Mabel PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Thiago Peixoto PMDB
Valdivino de Oliveira PSDB

Total de Goiás 15**MATO GROSSO DO SUL**

Antônio Carlos Biffi PT
Fabio Trad PMDB
Giroto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Mandetta DEM
Marçal Filho PMDB
Reinaldo Azambuja PSDB

Total de Mato Grosso do Sul 6**PARANÁ**

Abelardo Lupion DEM
Alex Canziani PTB PsbPtbPcdob
André Vargas PT

Cida Borghetti PP PpPscPmn
Dr. Rosinha PT
Edmar Arruda PSC PpPscPmn
Fernando Francischini PSDB
Hermes Parcianello PMDB
João Arruda PMDB
Leopoldo Meyer PSB PsbPtbPcdob
Luiz Carlos Setim DEM
Luiz Nishimori PSDB
Nelson Meurer PP PpPscPmn
Nelson Padovani PSC PpPscPmn
Osmar Serraglio PMDB
Rosane Ferreira PV PvPps
Rubens Bueno PPS PvPps
Sandro Alex PPS PvPps
Zeca Dirceu PT

Total de Paraná 19**SANTA CATARINA**

Celso Maldaner PMDB
Décio Lima PT
Edinho Bez PMDB
Esperidião Amin PP PpPscPmn
Jorge Boeira PT
Jorginho Mello PSDB
Luci Choinacki PT
Mauro Mariani PMDB
Onofre Santo Agostini DEM
Pedro Uczai PT
Rogério Peninha Mendonça PMDB
Ronaldo Benedet PMDB
Zonta PP PpPscPmn

Total de Santa Catarina 13**RIO GRANDE DO SUL**

Afonso Hamm PP PpPscPmn
Alceu Moreira PMDB
Alexandre Roso PSB PsbPtbPcdob
Assis Melo PCdoB PsbPtbPcdob
Danrlei De Deus Hinterholz PTB PsbPtbPcdob
Elvino Bohn Gass PT
Fernando Marroni PT
Giovani Cherini PDT
Henrique Fontana PT
Jeronimo Goergen PP PpPscPmn
José Otávio Germano PP PpPscPmn
Jose Stédile PSB PsbPtbPcdob
Luis Carlos Heinze PP PpPscPmn
Luiz Noé PSB PsbPtbPcdob
Manuela D`ávila PCdoB PsbPtbPcdob
Marcon PT
Maurício Dziedricki PTB PsbPtbPcdob
Mendes Ribeiro Filho PMDB

Nelson Marchezan Junior PSDB
Osmar Terra PMDB
Paulo Pimenta PT
Pepe Vargas PT
Renato Molling PP PpPscPmn
Ronaldo Zulke PT
Vieira da Cunha PDT
Total de Rio Grande do Sul 25

I – ABERTURA DA SESSÃO

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Havendo o número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. GONZAGA PATRIOTA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Encontra-se presente o Sr. Nelson Roberto Bornier de Oliveira, representante do Estado do Rio de Janeiro, eleito pela Coligação PP/PMDB/PSC, que tomará posse em virtude de afastamento do titular.

Convido S.Exa. a prestar o compromisso regimental, com o Plenário e as Galerias de pé.

(Comparece à Mesa o Sr. Nelson Roberto Bornier de Oliveira e presta o seguinte compromisso):

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Declaro empossado o Sr. Nelson Roberto Bornier de Oliveira. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Bornier.

O SR. NELSON BORNIER (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, minha companheira de partido e amiga Deputada Rose de Freitas, a quem

cumprimento pela eleição para a Mesa Diretora desta Casa, em primeiro lugar, quero dizer a V.Exa. que fiquei muito honrado e satisfeito com essa vitória, que partiu brilhantemente de nossa bancada e, posteriormente, foi ratificada pelo Plenário.

Sras. e Srs. Deputados, retomo hoje minhas atividades de Deputado Federal. Inicio meu quinto mandato legislativo com a mesma humildade e, mais uma vez, compromissado com as demandas do povo do meu Estado, o Rio de Janeiro, especialmente com a população das cidades da Baixada Fluminense, região que sempre foi, e assim será novamente, o foco das minhas preocupações de homem público.

Nunca deixei de utilizar a tribuna da Câmara dos Deputados para cobrar responsabilidades e ações do Governo Federal para, por exemplo, melhorar o Município de Nova Iguaçu, que tive a honra de comandar – fui seu Prefeito por dois mandatos seguidos, de 1996 a 2002.

Aproveito esta oportunidade para desejar êxito a todos os colegas Deputados, sobretudo aos que estão começando o seu primeiro mandato.

A bancada federal do Rio de Janeiro conta agora com alguns novos nomes, Deputados que chegam a esta Casa depois de vitoriosos em suas atividades privadas ou no mundo dos esportes e das celebridades.

A cada um dos novos integrantes da Câmara dos Deputados, de todos os Estados, os meus mais sinceros votos de sucesso nesta nova etapa. E, aos mais antigos, a minha gratidão pela experiência que me passaram em todos estes anos de convivência.

Quero também dizer, Sra. Presidenta, que, nos últimos dias, no Congresso Nacional foi reaberta a discussão de temas relevantes para o futuro do nosso País e substancial melhoria da nossa democracia.

Refiro-me aos discursos em que a reforma política ganhou força, às citações feitas solenemente no Congresso Nacional não só pela Presidenta Dilma Rousseff, pelo Presidente do Congresso, Senador José Sarney, pelo Presidente desta Casa, Deputado Marco Maia, e pelos ilustríssimos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluzo, e do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, mas também pelos Líderes de todos os partidos.

Recupero, então, o tema da defesa da reforma política para iniciar este quinto mandato, e com os resultados das últimas eleições ainda vivos na memória dos brasileiros.

Assumo mais um mandato popular na condição de primeiro suplente do PMDB do Rio de Janeiro, embora tenha tido, individualmente, pela vontade soberana do eleitor, mais votos do que quase metade dos 46 colegas que chegaram a esta Casa como titulares

– cito o meu exemplo, mas poderia usar o de dezenas de colegas da Casa.

Espero que a nova Direção desta Casa, o Governo Federal e a sociedade organizada estimulem os debates das reformas de que o País precisa, não só a política, mas também a tributária, a previdenciária e a trabalhista, sem falar na necessidade imediata de um novo Código Eleitoral e de mudanças no Código de Processo Civil e no Código Penal.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra à nobre Deputada Íris de Araújo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade, Deputada Rose de Freitas, para cumprimentá-la pelo espaço conquistado pelas mulheres, tão bem representadas na presidência por V.Exa.

Desta tribuna, alertei no meu último discurso sobre a dramática necessidade de o Congresso Nacional empreender a reforma política já, como exigência para que o País possa superar os vícios e as deformações que tanto fragilizam o processo institucional.

Mas ao lado dessa providência de primeira ordem está um clamor de igual magnitude: a necessidade de medidas profundas de modo a garantir o crescimento sustentado, único caminho para que possamos reverter males históricos como a miséria, que ainda atinge tantos, e os dilemas sociais, que requerem soluções imediatas.

Está claro que saídas estruturais para os problemas que mais angustiam nosso povo não acontecerão do dia para a noite.

Antes, a construção do País ideal vai, de fato, requerer fortes sacrifícios dos três Poderes – a fim de que metas sejam alcançadas na direção da verdadeira prosperidade.

Disse ainda em meu recente pronunciamento desta tribuna que Dilma Rousseff, como a primeira mulher a ocupar a Presidência da República, representaria não apenas um marco de dimensão histórica e comportamental.

Significaria, também, a migração para o chamado estilo feminino de administrar, que necessariamente se pautaria pelo rigor no trato com as finanças, pelo absoluto controle com os gastos públicos e pelo irrestrito cumprimento dos padrões de ordem ética.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados: é por tudo isso que em nenhum momento me surpreendi com as medidas anunciadas ontem pela equipe econômica, que têm como âncora um corte de 50 bilhões de reais nas despesas do Govern

Para mim, ficou claro que não se trata de nenhum artifício ou improvisação para enfrentar os primeiros sintomas de dificuldades na economia depois do espetacular crescimento do ano passado, da ordem de 7,5%.

Pelo contrário.

Analiso o corte na carne do Governo como o começo de um longo período de ajustes, que tem como objetivos finais justamente aqueles que são os anseios maiores da sociedade: criar condições para erradicar a miséria e gerar empregos com ganhos reais; reunir recursos suficientes para sanar os terríveis problemas que persistem na saúde pública; e convergir investimentos para áreas essenciais, como educação e ciência e tecnologia, as vias que realmente permitem a consolidação do crescimento duradouro.

Mas esses sonhos (que são os sonhos do povo brasileiro), como disse, não podem ser concretizados como obras do acaso.

Exigirão, de fato, a colaboração do Congresso Nacional, para que, mais adiante, possamos colher frutos coletivos, dentro do esforço de fazer do Brasil não apenas uma potência econômica, mas uma potência viva e pulsante em justiça social.

Neste sentido, as medidas de cortes anunciadas ontem tiveram o cuidado de preservar o principal: os recursos de investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Significa que a economia não será afetada em seu ritmo de crescimento, preservando-se os benefícios imediatos do programa e os milhares de empregos que atualmente gera.

Na outra ponta, acredito sinceramente que Dilma age com correção ao anunciar um decreto cortando pela metade os gastos com diárias e passagens. Faz ela muito bem, porque é pela economia em nossa casa, em nosso lar, em nosso recinto, cortando às vezes em pequenas coisas, que vamos atingir o benefício comum, que é dar a esta sociedade, que tanto precisa de nós, a resposta concreta que ela vem pedindo.

Igualmente, os Ministérios estão proibidos de comprar automóveis, nem poderão adquirir, reformar ou alugar imóveis. Temos, sim, que dar o exemplo. Temos que mostrar o trabalho que estamos empreendendo, para depois exigir da sociedade que ela também faça o mesmo.

Por fim, o Governo está contratando junto à Fundação Getúlio Vargas uma auditoria externa na folha de pagamentos para detectar incorreções.

Não há como desconhecer a importância desse conjunto de providências se quisermos realmente alme-

jar um país regido por excelentes padrões de racionalidade, seriedade e rigor no trato com o dinheiro público.

Esse tipo de atitude sempre foi o clamor de todos aqueles que se lançaram na política movidos unicamente pelo ideal de servir aos que mais precisam, aos excluídos, aos que foram colocados à margem da sociedade.

O resgate da dignidade de um povo, fica cada vez mais claro, implicará, sim, uma conduta que zele pelo primor administrativo.

O primeiro passo dessa conduta é, sem dúvida, valorizar ao máximo cada tostão arrecadado, para que possa ser multiplicado em obras e benefícios sociais.

Nesse contexto, o combate à inflação não pode ser em nenhum momento esmorecido.

Todos sabemos que é esse fenômeno que corrói qualquer perspectiva de ganho real do salário e que qualquer tendência de alta deve ser repelida com rigor.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, naturalmente, ficará como polêmica central no que se refere às medidas de contenção de gastos anunciadas ontem pelo Governo a dimensão dos cortes em cada um dos Ministérios e, em especial, o tamanho da tesoura nas chamadas emendas parlamentares.

Ficou evidente, pelo anúncio de ontem, que os cortes atingem todos, sem privilégios. Mesmo o setor produtivo estará, por um período, privado de novos volumes de repasses.

Com isso, pode-se imaginar, no médio prazo, um Brasil com forte organização financeira, o que permitirá finalmente a queda dos juros com controle da inflação.

O momento é de pensar no coletivo e no estrutural.

Benefícios imediatos podem, sim, ser adiados, com a certeza de que ressurgirão no futuro de maneira muito mais abrangente.

Vamos dar um voto de confiança à Presidenta Dilma, para que possa implantar reformas num contexto de maior profundidade.

A população continuará de olho nas nossas atitudes. Aliás, a população está de olho em nossas atitudes há bastante tempo. É necessário que o Congresso Nacional tenha a certeza de que seu comportamento servirá como espelho a uma quantidade enorme de jovens, que olhando para nós poderão refletir-se no futuro promissor para um País que é novo e necessita da juventude.

Elas terão respaldo na medida em que se guiarem pela grandeza de espírito e pela explicitação daquele sentido de solidariedade de que muitos se esquecem.

O Brasil dinâmico e justo só será possível pelo empenho de muitas vontades que convergem para propósitos comuns: a identificação com os anseios do povo brasileiro; o compromisso com mudanças efetivas; a inabalável defesa dos ideais de liberdade e de justiça, que só podem ser alcançados num ambiente econômico de estabilidade e crescimento.

O futuro está em nossas mãos. Está na hora de agir.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Parabenizo a Deputada Íris de Araújo pelo seu pronunciamento. Trata-se de excelente Parlamentar nesta Casa, com grandes preocupações nacionais. Agradeço a saudação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, informo à Casa que estou dando entrada a requerimento para desarquivar dois projetos de suma importância para o municipalismo. Um deles se refere aos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e versa sobre a realização de plebiscito para a normatização dos limites interestaduais. Compete a esta Casa, e não às Assembleias Legislativas, deliberar sobre a matéria, que já foi aprovada na Comissão de Finanças e Tributação e precisa ser desarquivada para ser encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.226, de minha autoria.

O outro é o Projeto de Lei Complementar nº 587, de 2010, referente à incorporação, criação, fusão e emancipação de Municípios, assunto sobre o qual também compete a esta Casa legislar. Esse projeto tramita há muito tempo na Câmara dos Deputados e visa normatizar a transformação de determinados distritos em Municípios, já nas próximas eleições, ou seja, em 2012.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidenta.

O SR. WELITON PRADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer a todos que têm enviado ao meu gabinete manifestações de carinho e de apoio, por meio de *e-mails*, cartas e telefonemas do Brasil inteiro. É impressionante a aceitação que teve a minha iniciativa de requerer a criação de uma CPI para investigar as irregularidades cometidas em relação ao DPVAT e de uma Comissão Especial para analisar o projeto que visa acabar com a assinatura básica de telefonia.

Tal assinatura deveria ter acabado há muito anos, desde 2006, porque foi criada para financiar a expansão das redes. As redes ficaram prontas, mas continua havendo a cobrança, totalmente ilegal e indevida, de mais de 40 reais pela assinatura. É fundamental que esta Casa aprove o fim da assinatura básica da telefonia.

Portanto, só tenho a agradecer a todos que me têm procurado o gesto de carinho e o apoio. Aliás, esse apoio é muito importante para o conjunto dos Deputados e para que se possa instalar a CPI e acabar com a assinatura básica da telefonia.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando não há regulamentação na área do direito do consumidor, acaba ocorrendo abuso.

Protocoliei nesta Casa projeto em que se objetiva estabelecer que exista apenas um único índice de reajuste de contratos de aluguéis. O que se dá hoje? O contrato hoje insere dois índices numa cláusula e diz que, na época do reajuste, prevalece o maior. Isso ocorre praticamente em todos os contratos, seja contrato residencial, seja comercial. É uma lesão ao direito do cidadão.

Estamos trazendo a esta Casa esse assunto, que diz respeito à área do direito do consumidor, a fim de que se preserve um único índice, que vai balizar o reajuste do contrato. É uma forma de esta Casa legislar e defender os direitos do cidadão, para que as pessoas não sejam prejudicadas quando estabelecerem algum contrato de locação, seja residencial, seja comercial.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, tomo a palavra nesta tribuna para registrar o trabalho da Associação de Proteção aos Transportadores do Sul de Santa Catarina – PROTESUL e da Associação dos Proprietários de Caminhões de Tubarão – APROCAT e a lamentável dimensão de roubos a caminhões de cargas, que assombram e desconsolam tantos empresários brasileiros, especialmente os catarinenses.

Em primeiro lugar, destaco o trabalho desenvolvido pela PROTESUL, que tem como objetivo social organizar e manter serviços úteis aos seus associados, prestando-lhes assistência e apoio, bem como congregar e unir empresas e profissionais autônomos da área de transporte rodoviário de cargas.

No mesmo sentido, destaco o importante trabalho desenvolvido pela Associação dos Proprietários

de Caminhões de Tubarão, bem como pela Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina – FETRANDESC.

Como membro da Comissão de Turismo e Desporto, com atuação forte na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e como membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, tenho o dever de divulgar e levar ao conhecimento das principais autoridades o que vem ocorrendo com esses importantes investidores e proprietários de caminhões, responsáveis pelo transporte de carga brasileiro.

Por isso, atendendo a solicitação dessas entidades e associações, registro minha preocupação com os crimes ocorridos nas estradas brasileiras, em especial nas estradas de Santa Catarina. Penso que esses crimes desestruturam os setores do trabalho e do turismo, estendendo-se a todas as atividades.

Tais crimes abrangem roubos aos caminhões de carga, assaltos e mortes por acidentes. Os sinistros ocorrem em áreas urbanas, rodovias, depósitos de cargas, postos de combustíveis, pedágios, enfim, em qualquer lugar e em qualquer etapa do ciclo da atividade de transporte de mercadorias.

As entidades associativas nos pedem ajuda tendo em vista que somos a voz deles nesta Casa. O setor de transporte de cargas pede nossa atenção para um problema que cresce a cada dia. Precisamos defender essa classe, que trabalha diuturnamente para o crescimento da economia do País.

Vamos trabalhar em conjunto com as autoridades públicas, o DNIT, a ANTT, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento de Polícia Estadual, a Secretaria de Segurança Pública dos Estados, o DEINFRA e a FETRANDESC, entre outros, fazendo uma força conjunta para olhar esse problema com a atenção que ele requer, objetivando juntos encontrarmos uma solução envolvendo os Governos Federal, Estadual e Municipal e a sociedade como um todo.

Agradeço o trabalho realizado por essas associações para colocar o tema em pauta. Cumprimento o Sr. Sinézio Carara Cândido, Presidente da APROCAT; o Sr. Antônio Nunes Mendes, Presidente da PROTESUL; e o Nêgo da Guarda de Tubarão, entre outros.

Sr. Presidente, peço que seja dada divulgação ao meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, informo que acabei de protocolar na Casa o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, que revoga a Portaria nº 1.510, do Ministério do Trabalho.

Hoje, são mais de 40 milhões os trabalhadores registrados no País. E essa portaria estabelece a compra de 500 mil a 600 mil máquinas, que custam entre 2 mil e 6 mil reais, para que os trabalhadores façam o registro e o controle de entrada nas empresas.

Na realidade, essa portaria é inconstitucional. Precisamos produzir, não atrapalhar a produção brasileira. Vamos ver se o Parlamento acaba com essa exigência do Ministério do Trabalho.

Em segundo lugar, Sras. e Srs. Deputados, registro que cerca de uma tonelada de donativos – entre alimentos, roupas, agasalhos, material de higiene pessoal e de limpeza – deve ser encaminhada, de Petrolina, para o Estado do Rio de Janeiro.

Esses donativos foram arrecadados durante a campanha *Petrolina Solidária*, capitaneada pela secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho do Município, junto com instituições e organizações não governamentais que atuam na cidade.

De acordo com os organizadores da iniciativa, o objetivo é contribuir de maneira solidária com as famílias vítimas das enxurradas que aconteceram no início deste ano em cidades da região serrana do Rio, a exemplo de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis.

Além de roupas, agasalhos e alimentos, também devem ser destinados cerca de R\$13.600,00 arrecadados por várias paróquias espalhadas por Petrolina, Afrânio, Dormentes e Orocó. O dinheiro será depositado para a Cáritas Brasileira.

Durante a campanha, a população de Petrolina pôde entregar sua contribuição em diversos pontos de arrecadação, a exemplo do Batalhão do Exército, Secretarias Municipais, instituições do Sistema S, associações de moradores e igrejas.

Desta tribuna, então, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Secretária de Desenvolvimento Social de Petrolina, Tereza Virgínia de Carvalho, pela brilhante iniciativa. Petrolina faz sua parte no socorro às vítimas da catástrofe do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar minha satisfação com o anúncio do Governo Federal sobre a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO.

Estive com o Secretário do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional, Marcelo Contreiras, e dele recebi essa boa notícia. Afinal de contas, assim como a SUDAM cuida da Amazônia e a SUDENE cuida do Nordeste, a SUDECO já foi uma realidade em nosso País e muito contribuiu para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Não podemos julgar a Região Centro-Oeste por Brasília, que é outra realidade. O meu Estado, Mato Grosso do Sul, por exemplo, carece de muitos recursos.

Precisamos, de fato, de órgão que cuide especificamente da Região Centro-Oeste. Por isso, quero aplaudir o Governo pela iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, Dourados chama a atenção da mídia nacional, ainda não pela pujança de sua produção agrícola ou pela bela miscigenação cultural que abriga, mas sim pela tragédia anunciada: a violência e as drogas nas suas aldeias indígenas, fato que me motivou a requerer, já na próxima semana, a instalação de uma Comissão Externa para levantar, *in loco*, esses problemas e propor soluções.

No domingo 30 de janeiro, a revista eletrônica *Fantástico*, exibida pela Rede Globo, apresentou uma importante reportagem especial retratando o crescimento da violência e do consumo de drogas nas comunidades onde vivem os povos caiuvás e terenas, no sul do Estado de Mato Grosso do Sul. A matéria reconstruiu a história de aldeamento e a tentativa de incorporar esses povos tradicionais nos conglomerados rurais e urbanos, iniciativas institucionais que resultaram em uma verdadeira anomalia cultural.

Como Parlamentar daquela região, há muito tempo utilizo a tribuna desta Casa para denunciar acontecimentos que novamente chocam a opinião pública. No meu primeiro mandato, requeri a realização de estudos para identificar as causas dos altos índices de suicídio registrados nas aldeias Jaguapiru e Bororó, como em tantas outras. Pesquisas mostram que o número de indígenas que atentavam contra as suas próprias vidas chegava a ser dez vezes maior que a média nacional, e a presença de bebidas alcoólicas é um fator preocupante.

Em 2005, coordenei a Comissão Externa Destinada a Averiguar *in loco* a Morte de Crianças Indígenas por Desnutrição em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul. No mesmo ano, aprovamos o relatório da Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB da Acre, o qual foi encaminhado para a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e os Ministérios da Saúde e da Justiça, além do Ministério Público Federal e da Controladoria-Geral da União. Já no ano de 2007, como fruto dos trabalhos da Comissão Externa, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as causas e os responsáveis pelas mortes ocorridas entre os anos de 2005 e 2007 por desnutrição nas aldeias.

No ano de 2006, entendendo que o lazer pode ser uma alternativa para os jovens indígenas da fron-

teira entre as aldeias Jaguapiru e Bororó, aloquei, junto com o então Deputado Fernando Gabeira, do PV do Rio de Janeiro, emendas individuais no valor de R\$ 700 mil para iniciar as obras da primeira Vila Olímpica Indígena do País. Essa ação parceira nasceu do entendimento de que equipamentos públicos como esse favorecem as boas e saudáveis práticas. Dois anos depois, por meio de emenda individual, conseguimos mais R\$ 750 mil para a segunda etapa da obra, cuja previsão de inauguração é para 19 de abril deste ano, dia do índio.

Outra forma de combater os males que acometem esses povos é o investimento em educação. Foi com esse objetivo que, em parceria com os Governos Federal e Estadual, conseguimos o empenho de mais de R\$ 720 mil, no ano de 2007, para a reconstrução da escola Guateka Marçal de Souza, também na aldeia Jaguapiru, além de quatro outras unidades de ensino em outras aldeias.

Além das edificações, solicitei, pronunciando-me nestes microfones, e com o apoio do Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, Wantuir Jacini, a viabilização de recursos de custeio para implantar ações previstas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Na época, junto com o Secretário Jacini, procuramos a FUNAI e também sensibilizamos o general Jorge Armando Félix, então Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência. Essa é uma luta que não deixarei cair no esquecimento, e a retomo com energia renovada.

Acredito que, com as denúncias da mídia e o apoio da sociedade civil organizada e dos demais membros desta Casa, conseguiremos minorar as consequências de anos de descaso. Continuarei militando incansavelmente contra a introdução do álcool nessas áreas e combatendo o tráfico de drogas e de seres humanos nas aldeias de meu Estado e de todo o País. A violência alarmante que contamina a segunda maior população indígena do País, e que ocupou grande parte do *Fantástico*, na rede Globo, só vai diminuir se a voz deste e de outros representantes da causa indígena for ouvida nas estâncias decisórias do poder público.

Aproveito para reiterar, desta tribuna, a urgência da instalação do CAPS Álcool e Droga Indígena em Dourados. O Centro de Atenção Psicossocial nas aldeias de Dourados é uma demanda que acompanho há alguns anos, e agora tem de ascender ao *status* de prioridade. No ano passado, o Ministério da Saúde negou o pedido alegando que em Dourados já existe um núcleo, mesmo com a nossa alegação de que a ação

tem que ser específica, diferenciada, já que a população indígena tem sua assistência vinculada à FUNASA.

Reiterei essa demanda ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em audiência, demonstrando a intenção de implantar em Dourados um projeto-piloto. Padilha, que na época da Comissão Externa, em 2005, foi designado pela mesma Pasta da Saúde, quando Diretor Nacional de Saúde Indígena da FUNASA, a percorrer as aldeias de Mato Grosso do Sul conosco, não se furtou a encampar essa proposta e se comprometer com a instalação do CAPS AD. Dessa forma, tenho certeza que será formada nesta Casa uma nova Comissão Externa a partir de solicitação que já estou elaborando, para a qual conto, mais uma vez, com o apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Acre.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, resalto o esforço que o Governo do Acre tem feito para receber uma grande quantidade de haitianos no Estado.

Quase 200 haitianos já estão no Acre, outros 200 estão próximos. O ex-Senador e atual Governador Tião Viana está despendendo grande esforço para recebê-los, acompanhá-los e dotá-los de assistência à saúde e sanitária, proporcionando-lhes um acolhimento humanitário. Há, inclusive, por parte da Comissão Interministerial do Governo Federal, o reconhecimento desse esforço que o Governo do Estado vem fazendo, a solidariedade que estamos prestando. Devo, porém, alertar o Itamaraty de que é preciso fazer o outro lado, junto aos Governos peruano, boliviano e haitiano.

O Acre é um Estado muito pequeno para assumir tamanha responsabilidade. Estamos nos esforçando, estamos tendo boa vontade para acolher esses haitianos, mas o Itamaraty precisa fazer a sua parte nesse processo de articulação com os outros Governos.

Quero, então, pedir à Comissões de Relações Exteriores desta Casa e do Senado Federal que acompanhem esse processo, porque não só o Acre está vivendo essa situação, mas o Amazonas e outros Estados de fronteira também.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Esta Presidência informa que o tempo de 1 minuto é impreterível. Como hoje é um dia em que há possibilidade de todos falarem, a Mesa Diretora será condescendente.

A Presidência informa também aos oradores inscritos no período que o Grande Expediente começará às 16h, em vez de às 15h, prolongando-se o tempo

em mais uma hora para que os Parlamentares possam falar por 5 minutos cada um.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, à ilustre Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN^o Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores faz hoje 31 anos de lutas, sonhos, desafios e realizações.

Quero abraçar a nação petista deste Brasil e saudar seus dirigentes e Parlamentares, especialmente a companheira Luci Choinacki. Abraço sobretudo a militância do PT, a responsável por estarmos aqui construindo um Brasil novo.

Foi a militância do Partido dos Trabalhadores a responsável pela eleição de Lula, junto, é claro, com os nossos aliados. A militância petista desempenhou papel essencial para que, depois do exitoso Governo do Presidente Lula, que fez um grande trabalho na área social, houvesse agora a eleição da primeira mulher para a Presidência da República do Brasil, Dilma Rousseff, que está aí não só para dar continuidade aos projetos do Governo Lula, mas também para avançar. Dilma Rousseff está aí para manter o rumo do desenvolvimento nacional e avançar na concretização do sonho dos brasileiros.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, com muita alegria e muita emoção, ressalto o grande orgulho que tenho de vestir esta camisa vermelha com a estrela no peito.

Parabéns aos integrantes do Partido dos Trabalhadores de todo o Brasil, em especial do PT do Rio Grande do Norte!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Luci Choinacki, do PT de Santa Catarina.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Fátima Bezerra, o dia de hoje não poderia ser para nós, do Partido dos Trabalhadores, diferente de manifestar toda nossa gratidão pela existência do PT, aos que tiveram coragem de construir um partido que diziam que não sairia de São Paulo e hoje está em todos os cantos do Brasil. Um partido que permitiu a eleição de gente humilde, professores, agricultoras, pessoas de diversas funções sociais que estavam esquecidas. O PT permitiu que conquistássemos espaço e sonhos.

Pela primeira vez foi eleito um operário para a Presidência da República. Diziam que ele não sabia falar outros idiomas; mas conhecia a língua do povo do mundo inteiro, comunicou-se e elevou o Brasil a

uma dimensão extraordinária de respeito. A voz do Presidente do Brasil é ouvida e aclamada. E, agora, elegemos pela primeira vez uma mulher Presidente da República.

Parabéns aos filiados, militantes, simpatizantes, aliados, aqueles que nos acompanham. Hoje, para nós, é um dia especial, quando teremos a oportunidade de conceder a presidência de honra do PT à ilustre figura do Lula, que hoje vai ser homenageado. Hoje, para nós, é um dia especial, muito especial, tanto que vários de nós, do PT, estamos hoje ocupando a tribuna para lembrar essa data.

Parabéns, Sr. Presidente, por mais uma vez fazer parte da Mesa e pela sua generosidade de compreender que todos nós, Parlamentares, temos voz e queremos expressá-la nesta tribuna. Sua presença nos alegra. Fico muito feliz.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHA PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após anos de construção e defesa de bandeiras de justiça social e dignidade, temos consciência de que nosso partido evoluiu e cresceu junto com nosso País. Chega aos 31 anos com uma história, com uma grande contribuição como partido político na criação de uma sociedade com mais consciência e com lideranças comprometidas com as causas e lutas do povo, mas também na busca de justiça, igualdade social e participação.

Nossos profundos debates e a defesa de nossos ideais geraram ações que perpassaram o partido e hoje são ideais de vida de muitas pessoas. Temos muitas experiências positivas nas nossas administrações, mandatos, na construção dos movimentos sociais e agora no governo do nosso Brasil.

Como militante desse partido, tenho muita satisfação de fazer parte dessa história vitoriosa. Orgulho-me de ter sido a primeira mulher do PT catarinense a ser Deputada Estadual. Uma mulher agricultora que teve a oportunidade de se tornar uma liderança e exercer vários mandatos legislativos. E sei que isso só foi possível graças à democracia interna e ao respeito às diferenças que o PT demonstra ao longo de sua história.

O Partido dos Trabalhadores está comemorando 31 anos de muita dedicação na defesa de seus ideais partidários. A Nação brasileira deu prova de amadurecimento e elegeu o primeiro trabalhador e operário como Presidente da República. Lula demonstrou a força da classe trabalhadora implantando políticas sociais e econômicas do PT que transformaram a maior parte da vida dos brasileiros.

Quero também destacar o significado da eleição de Dilma Rousseff para as mulheres do Brasil e da América Latina. É muita emoção ter um país que está sendo pela primeira vez governado com um olhar de uma mulher sensível e batalhadora.

Uma forte nação é construída pelas mãos de cada mulher e homem que trabalham e buscam diariamente mais dignidade e justiça, e com nosso partido isso não é diferente. Somos muitas pessoas com pensamentos similares ou conflitantes, mas com um objetivo maior: tornar nosso País uma nação mais justa e mais digna.

Cabe a nós, cada militante do partido, termos coragem, garra e determinação para sermos sempre um animador do resgate da esperança e da dignidade. Foi assim que construímos o avanço de nossa cidadania e será assim que conseguiremos alcançar nossos objetivos.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobres Deputadas, desde a minha posse, hoje é o primeiro dia em que me pronuncio desta tribuna.

Hoje é um dia muito especial: o meu partido, o único partido de filiação na minha vida, o Partido dos Trabalhadores, completa 31 anos de luta em prol de um Brasil desenvolvido e cada vez melhor.

Sr. Presidente, graças a Deus e ao povo de Mato Grosso, este é o meu quinto mandato. Tive dois mandatos de Prefeito da cidade de Juína, situada a 740 quilômetros de Cuiabá, no noroeste de Mato Grosso. Tive dois mandatos de Deputado Estadual, sendo que, no último, me honrou muito ser Secretário Estadual de Educação de Mato Grosso, por 3 anos, no Governo de Blairo Maggi, do qual somos aliados, hoje eleito Senador da República.

Depois dessa trajetória, tive a benevolência, o reconhecimento da população de Mato Grosso, que me concedeu 88.654 votos para estar hoje nesta Casa e poder contribuir para o desenvolvimento de Mato Grosso e do País e dar sustentação ao Governo Dilma Rousseff, a fim de darmos continuidade ao trabalho iniciado pelo Presidente Lula.

Iniciei minha trajetória política ainda na Universidade Federal de Mato Grosso, como estudante de Medicina. Tive oportunidade de, no movimento estudantil, lutar por uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Hoje, a Universidade Federal de Mato Grosso oferece cinco cursos, entre eles, Medicina, Direito, Enfermagem e Serviço Social, e é uma das que obteve melhor avaliação do Ministério da Educação, graças a notas das mais altas no ENADE.

Nossa luta, iniciada no movimento estudantil, foi bastante interessante, porque conseguimos, naquele

período, fazer com que a nossa universidade se tornasse forte. A Universidade Federal de Mato Grosso tinha três doutores quando iniciava, em 1982, o curso de Medicina. Hoje, são 800 doutores.

Sr. Presidente, neste momento, gostaria também de homenagear o Partido dos Trabalhadores, pois daqui a pouco, na sede do Diretório Nacional, vamos comemorar os seus 31 anos de fundação, com a presença do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff. O PT, partido de centenas de milhares de brasileiros, comemora 31 anos.

Como Parlamentar pelo Partido dos Trabalhadores, não seria diferente me identificar com o partido que escreveu na história a revolução de um novo Brasil, um País de todos. Esse partido, que comemora mais de 3 décadas de fundação, hoje colhe importantes frutos, como a gestão do Presidente Lula durante 8 anos, cujas ações terão continuidade e aperfeiçoamento com a Presidenta Dilma Rousseff.

Com Lula e o PT, nos últimos anos, a inflação média anual, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, foi de 5,7%. O País dobrou as exportações, e a balança comercial teve superávit recorde. Nas duas gestões do PT, a estimativa do superávit comercial acumulado foi de 255 bilhões de dólares. Se compararmos o Governo anterior ao do Presidente Lula, a diferença é muito significativa, pois a balança, naquela ocasião, acumulou déficit de 8,7 bilhões de dólares.

Uma das conquistas do Governo Lula e, consequentemente, do PT, foi a reversão da tendência de perda da participação dos salários na renda nacional. Isso se deveu à política de aumento do salário mínimo e às políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família.

Caiu a desigualdade de renda entre os brasileiros. Segundo o Coeficiente de Gini, usado para medir a desigualdade na distribuição de renda, em 2008, foi registrado o índice mais baixo desde 1976. A miséria caiu 49,7% no País, entre 2003 e 2008. É o menor número de pessoas extremamente pobres registrado desde 1992.

Conforme a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* – PNAD, o número de pessoas situadas abaixo da linha de pobreza caiu de 17,5%...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para concluir, nobre Deputado.

O SR. SÁGUAS MORAES – Agradeço a V.Exa. mais este minuto.

Sras. e Srs. Deputados, houve continuidade na diminuição do número de pessoas pobres em todo o Governo Lula.

Esses dados são visíveis em meu Município, Juína, do qual fui Prefeito, localizado a 737 quilômetros a noroeste de Cuiabá. Aquela região tem demonstrado a importância das ações do Governo Federal nas cidades mais longínquas, melhorando a qualidade de vida do povo brasileiro.

O PT também colaborou para reduzir a taxa básica de juros da economia e registrar um importante desempenho da balança de comércio exterior, com reservas internacionais de 253 bilhões de dólares, de acordo com dados registrados em junho de 2010. Outra medida diz respeito à retomada da oferta de crédito para investimentos de longo prazo, com o fortalecimento do BNDES.

Os investimentos do Governo Federal cresceram significativamente, sobretudo a partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, focalizando a melhoria da infraestrutura.

O Governo de Lula, do PT, chegou ao final do segundo mandato com a geração de cerca 11,2 milhões de empregos, segundo estimativa do Ministério do Trabalho até dezembro de 2010.

Portanto, são inúmeros os fatores que fazem deste partido uma peça fundamental no fortalecimento da nossa democracia.

Sr. Presidente, eu não tenho dúvida alguma de que a Presidenta Dilma Rousseff...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Para concluir, Deputado.

O SR. SÁGUAS MORAES – Muito obrigado.

Para concluir, Sr. Presidente, não tenho dúvida alguma de que o Governo da Presidenta Dilma Rousseff dará continuidade e aperfeiçoará ainda mais o Governo Lula em ações estruturantes e sociais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GIACOBINO (Bloco/PR-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna para parabenizar o Município de Araucária, no Estado do Paraná, que no próximo dia 11 de fevereiro completará 121 anos.

Vou aproveitar e contar um pouco da história do município. Lá, as primeiras movimentações do homem branco remontam ao ano de 1668.

A origem histórica de Tindiquera, de onde provém o Município de Araucária, merece um capítulo à parte na historiografia paranaense, pela sua riqueza.

Consta que residia na pequena Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, mais tarde Curitiba, a numerosa família dos Maia, de homens valentes e impetuosos que mantinham relações conturbadas com as autoridades e outros povoados do lugar; os seguidos incidentes com as autoridades deram-lhes a condição

de *persona non grata* na incipiente Curitiba, chegando ao ponto de serem obrigados a se afastarem da vila e refugiarem-se em lugar distante, a fim de evitar a ação da justiça, que os perseguia, assim como a vingança do povo. O local escolhido pela família Maia foi exatamente o povoado de Tindiquera, situado às margens do Rio Iguaçu e bem em cima de uma antiga aldeia indígena.

Em 1876 a região recebeu um forte fluxo migratório de russos, poloneses e alemães, que, numa ação conjunta, deram progresso ao lugar, fundando a Colônia Thomaz Coelho.

A comunidade, encorajada pelo advento da República, elaborou um abaixo-assinado que foi devidamente encaminhando pelo Deputado Victor Ferreira do Amaral ao Governo estadual, e em 11 de fevereiro de 1890, pelo Decreto Estadual nº 40, sancionado pelo então Governador José Marques Guimarães, foi criado o município, desmembrado dos Municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, com o nome alterado para Araucária. Seu primeiro Prefeito foi o Sr. Manoel Gonçalves Ferreira.

O crescimento econômico da região proporcionou a abertura de mercado para outras atividades geradoras de emprego para a população, como olarias, cerâmicas, moinhos, fábricas de palhões, de massa de tomate, de caixas de madeira, de linho, de fósforo, de balas, bolachas e torrefação de café.

Quando da instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas em 1972, e com a criação do Centro Industrial de Araucária – CIAR, houve um crescimento bastante acentuado e uma inversão do quadro populacional, econômico e social do município; a população urbana passou a superar a rural, com a vinda de um contingente populacional de vários pontos do País, e a economia, que se baseava na agricultura e na pecuária, passou a ser predominantemente industrial.

A população atual é formada por nordestinos em geral e por descendentes dos pioneiros habitantes da região. Segundo estimativas não oficiais, é possível que o município atinja seus 300 mil habitantes em 2020.

Araucária situa-se à margem do Rio Iguaçu, ocupando uma área de 460,85 quilômetros quadrados, a 857 metros do nível do mar; é cortada pela BR-476, a famosa Rodovia do Xisto, via de interligação com a Região Sudeste do País, e dista 27 quilômetros do centro de Curitiba.

Em Araucária podemos citar como ponto turístico o Museu Tingui Cuera, que foi inaugurado em 1980 e é um museu com característica histórica cujo acervo reúne objetos de trabalho e do cotidiano dos antigos moradores do município. É possível fazer passeios rurais orientados por donos de propriedades, em que

são oferecidos diversos produtos à venda, tais como doces, licores, frutas, flores e artesanato, além do café colonial típico polonês. Podemos citar ainda a Aldeia da Solidariedade, onde estão casas de troncos falquejados, encaixados, feitas de troncos de pinheiros, construídas pelos primeiros imigrantes poloneses, lembrando a arquitetura da terra natal. Ali há também uma capela, chiqueiros, mobílias da época da imigração, bem como um centro poliesportivo e uma grande área verde de fundo do vale.

O Parque Cachoeira é também famoso, pelas festas realizadas em suas dependências, sendo a mais popular e conhecida da região a Festa do Pêssego, que sempre atrai cerca de 50 mil pessoas e é realizada no mês de dezembro.

Posso afirmar aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que vale a pena dar uma esticadinha até o Município de Araucária, pela sua beleza.

Parabéns, população de Araucária, pelos 121 anos da cidade.

Sr. Presidente, gostaria que este meu tão singelo discurso constasse dos Anais desta Casa e fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que assistem aos nossos trabalhos, é com imenso orgulho que ocupo hoje este espaço para saudar todos os meus companheiros de bancada, pois nesta data o Partido dos Trabalhadores completa 31 anos de idade. E não tenho dúvida de que temos muito a nos orgulhar no dia hoje.

Costumo dizer que vivi mais tempo dentro do PT do que fora dele. E isso é uma verdade absoluta, afinal desde os primórdios do partido, nos anos 80, eu estava lá, no diretório de Pelotas, ajudando a construir este que hoje é o maior partido político deste País, com 4 mil diretórios municipais e 1 milhão e 500 mil filiados.

Graças ao trabalho e à dedicação de milhões de companheiros espalhados de norte a sul do País, conseguimos mudar a história política, social e econômica do Brasil.

Primeiro, lutamos contra a ditadura militar que sufocava nossos direitos civis e desrespeitava os trabalhadores e cidadãos. Depois, trabalhamos com afinco para auxiliar no processo de redemocratização do Brasil e a partir daí nos dedicamos a contribuir para a construção de uma sociedade democrática, crítica, capaz de entender e discutir seus problemas e, sobretudo, livre. Livre da censura, livre de preconceitos e livre para expressar o que pensa.

Liberdade e dignidade. Essas duas palavras sempre andaram de mãos juntas nos ideais petistas. Foi

com base nelas que lutamos e conseguimos mudar a história desta Nação e eleger um operário para presidir-la.

Nos últimos 8 anos, o projeto de governo do Partido dos Trabalhadores promoveu uma inegável revolução na vida brasileira, com queda gigantesca dos índices de desemprego, aumento da renda das classes C e D, economia estabilizada, obras que fomentam o desenvolvimento de norte a sul do País, isso sem falar no aumento do acesso às universidades através do PROUNI e do combate à miséria através do Fome Zero, um programa gerido dentro do PT e que hoje serve de exemplo para todo o mundo.

Por isso, faço minhas as palavras do Líder do Governo, o Deputado Cândido Vaccarezza, que diz ser o Partido dos Trabalhadores um exemplo para a esquerda mundial e para a construção de um mundo em que todos tenham trabalho, dignidade e boa qualidade de vida.

Por fim, Sr. Presidente, quero registrar aqui todo o orgulho que tenho em integrar os quadros do Partido dos Trabalhadores desde seus primeiros anos e de ter acompanhado e vivido o crescimento desse partido e, hoje, nesta data tão especial, poder estar aqui, nesta Casa, celebrando um aniversário que é de todos nós que sonhamos e trabalhamos para um Brasil mais justo, um Brasil de todos e para todos e por um mundo realmente muito melhor para todas as pessoas.

Passo a outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Desde o ano passado, confesso que perdi as contas de quantas foram as vezes que pedi a palavra nesta Casa para me pronunciar a respeito dos avanços brasileiros na política de distribuição de medicamentos à população. São milhões de pessoas beneficiadas diariamente com remédios essenciais para o controle de problemas crônicos de saúde ou até mesmo para prevenção a doenças.

Hoje, mais uma vez, quero destacar aqui uma ótima notícia. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) autorizou um laboratório brasileiro a produzir mais um medicamento fundamental para o coquetel utilizado por pacientes com AIDS. A partir da próxima semana, o laboratório da Fundação Ezequiel Dias (FUNED), de Minas Gerais, passará a fazer 9 milhões de comprimidos do antirretroviral Tenofovir. O primeiro lote deste medicamento produzido no Brasil já poderá estar à disposição no final de março.

Este novo avanço de produzir medicamentos dentro do Brasil em vez de importá-los deverá beneficiar pelo menos 64 mil pessoas com AIDS e outras 1,5 mil pessoas com algum tipo de hepatite no País.

Esse tipo de avanço, além de ser fundamental por mostrar a evolução da indústria farmacêutica brasileira

e a preocupação do Governo com o acesso universal à saúde, também traz consigo um efeito secundário de extrema importância. Com a produção nacional do Tenofovir, o Brasil passa a fabricar genericamente dez das 20 drogas necessárias ao controle da AIDS e distribuídas pelo Sistema Único de Saúde. Produzindo nos nossos laboratórios a custos mais baixos e evitando o gasto com a importação desses antirretrovirais, o País deve alcançar uma economia aproximada de R\$80 milhões por ano, de acordo com o Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, AIDS e Hepatites Virais (DST-AIDS).

Em resumo: a produção desses medicamentos em laboratórios nacionais, além de gerar economia aos cofres, também estimula o processo de evolução tecnológica no ramo farmacêutico nacional e aumenta a competitividade dessa indústria. Assim, saímos todos ganhando porque podemos dispor desses remédios no momento em que precisamos de forma mais eficiente, evitando a burocracia das importações.

Isso sem contar que, ao economizar R\$ 80 milhões com a fabricação nacional de antirretrovirais, o Brasil passa a contar com esse dinheiro para investir em outras necessidades do setor de saúde, sempre necessitado de avanços para atender melhor os cidadãos.

Portanto, parabenizo aqui o Governo Federal pela atenção que tem dado ao Sistema Único de Saúde e à política de distribuição gratuita de medicamentos a pacientes com AIDS. Creio que isso só reforça o papel exemplar que o Brasil possui no cenário mundial quando o assunto é o tratamento e a prevenção a essa doença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. CARLOS ALBERTO (Bloco/PMN-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, hoje de manhã, rapidamente, tive a oportunidade de falar sobre a política pública estabelecida pelo Governador Sérgio Cabral no Estado do Rio de Janeiro chamada Operação Lei Seca. Talvez agora eu possa estender-me um pouco mais e trazer ao conhecimento da Casa um assunto que muitos brasileiros não sabem ainda e que diz respeito à alcoolemia no trânsito.

Meus caros Deputados e Deputadas, no mundo morrem por ano 1,3 milhão de pessoas em acidente de trânsito e são feridas 50 milhões. A despesa com essas mortes e com o tratamento dos feridos chega a US\$ 100 bilhões.

O Brasil insere-se nesse contexto. Pasmem: dos 190 milhões de brasileiros que somos, cerca de 8 milhões se envolvem por ano, de alguma maneira, em colisões, atropelamentos, enfim, em acidentes; há 1,5

milhão de registros de acidentes graves em trânsito por ano no País; 500 mil pessoas ficam feridas; 230 mil são internadas em hospitais; 140 mil pessoas ficam com lesões irreversíveis; e morrem por ano no Brasil 62 mil pessoas.

Se dividirmos esse número de pessoas que morrem pelos 365 dias do ano, chegaremos ao número de 170 pessoas que morrem por dia no País. Fazendo analogia, é um *boeing* lotado. Basta lembrarmos aquele fatídico acidente que envolveu a aeronave da Gol, no Voo 1907, e o jatinho Legacy, no qual morreram 154 pessoas.

O Brasil, Sras. e Srs. Deputados, gasta por ano R\$ 40 bilhões com despesas médico-hospitalares, judiciais, securitárias e previdenciárias, porque as pessoas ficam inválidas e passam a receber pela Previdência Social.

Diante desse quadro, o Governador Sérgio Cabral estabeleceu uma política pública de caráter permanente, com ações todos os dias da semana. Lá se vão 23 meses, durante os quais ocorreu um processo de fiscalização e conscientização da população feita por cadeirantes, que foram às casas de *shows*, boates, bares e restaurantes não dizer para as pessoas que não devem beber, mas pedir àqueles que desejem fazê-lo que, por gentileza, não se matem e não matem seus semelhantes.

A Operação Lei Seca, como política pública, deu eficácia efetivamente à Lei Federal nº 11.705, de 19 de junho de 2008. Durante esses 23 meses de trabalhos ininterruptos, conseguimos evitar que 5.240 pessoas fossem vitimadas no trânsito com ferimentos, mutilações ou mortes.

Hoje essa política pública, como disse, chancelada pelo Governador Sérgio Cabral, é referência nacional e internacional: em 28, 29 e 30 de outubro do ano passado, num fórum global de traumatologia realizado no Rio de Janeiro, a Operação Lei Seca foi citada como exemplo para os países que integram a Organização Mundial de Saúde.

Sr. Presidente, como ex-Subsecretário de Estado do Rio de Janeiro e coordenador-geral da Operação Lei Seca, venho colocar-me à disposição dos nobres pares para, se quiserem aproveitar nosso exemplo, passar-lhes a formatação dessa ação. O projeto é de minha lavra e tem sido proveitoso para a população do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma satisfação ocupar esta tribuna pela primeira vez.

No primeiro dia da atual legislatura, o Plenário desta Casa foi palco de uma histórica cena da qual tive a satisfação de fazer parte. Nós, Deputados Federais, tivemos o privilégio de eleger a primeira mulher para ocupar um cargo na Mesa Diretora da Câmara em 185 anos de funcionamento da instituição e 78 anos após a eleição da primeira mulher para Deputada Federal.

Com 450 votos e com o apoio de 21 partidos, a Deputada Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo, foi conduzida ao cargo de 1ª Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

Nesta oportunidade, ocupo a tribuna para manifestar minhas homenagens à nobre Parlamentar e me juntar aos inúmeros brasileiros que celebram esse importante feito, que, na verdade, nada mais é do que a reparação de uma grande injustiça que, ao longo dos anos, foi cometida com a bancada feminina.

Não poderia deixar de registrar que não elegemos a Deputada Rose de Freitas para ocupar um cargo na Mesa apenas por ser mulher. Elegemos uma parlamentar atuante e competente, que, a exemplo de tantas outras, ao longo dos anos marcou a história da política brasileira. Que fique claro que a Deputada Rose reúne os predicados que a credenciaram a ser conduzida a tão alto cargo.

Com foco na redução das desigualdades e na inclusão social da mulher, a Vice-Presidente Rose de Freitas, em 1982, ainda tão jovem, foi eleita pela primeira vez para ocupar um cargo no Legislativo Estadual. Seu trabalho agradou o povo capixaba, e 4 anos mais tarde foi consagrada nas urnas e escolhida para representar o seu Estado na Assembleia Nacional Constituinte.

A jovem Parlamentar, ao lado de renomados políticos, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Mário Covas, dentre outros, enfrentou o desafio de elaborar uma Constituição que resgatasse a democracia e os direitos dos cidadãos.

A Deputada Rose, desde que chegou ao Congresso Nacional, marcou presença por sua forma dinâmica de conduzir seus mandatos, que hoje já somam seis, sempre a serviço da melhoria da qualidade de vida da população e em defesa dos interesses do Espírito Santo. Seu currículo e sua trajetória demonstram sua competência e sua vocação política.

Em 1988, a Parlamentar ajudou a fundar um dos maiores partidos do Brasil, o PSDB, onde permaneceu até 2003, quando voltou ao seu primeiro partido, o PMDB, que este ano, reconhecendo sua trajetória e seu preparo, fez a indicação do seu nome para a disputa na eleição da Mesa Diretora, o que homenageou todas as mulheres brasileiras.

Na Câmara, Rose de Freitas foi a primeira mulher a ser Vice-Líder de um partido, cargo que ocupou de 1988 a 2001 e em 2003, quando ainda estava no PSDB. Nos 2 anos seguintes, assumiu também a Vice-Liderança do PMDB. Foi também a primeira mulher a presidir uma Comissão Mista do Congresso e atuou como titular de diversas Comissões, como a de Defesa do Consumidor e a de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Participou ainda, de Comissões Parlamentares de Inquérito, incluindo a CPMI da Terra, em 2005, e a CPI do Sistema Carcerário, em 2008. Além disso, integrou várias Comissões Especiais para analisar propostas de emenda à Constituição e teve a oportunidade de coordenar a bancada de seu Estado no Congresso Nacional. Sua brilhante atuação em defesa dos direitos femininos a levou até a ONU, onde representou o Brasil em importantes missões oficiais.

É autora de excelentes propostas legislativas que se transformaram em leis federais e em políticas públicas, beneficiando milhões de brasileiros, a exemplo do Programa Primeiro Emprego.

Sras. e Srs. Deputados, ao estudar melhor a biografia da nossa nova Vice-Presidente, entendi que a melhor palavra para definir a Deputada Rose de Freitas é “guerreira”, pois desde a adolescência abraçou a política com a convicção de que poderia, como de fato pode, ajudar a transformar o Brasil em um país mais justo, mais solidário e democrático.

A forma vibrante com que o povo do Espírito Santo recebeu a notícia de sua eleição para a Mesa Diretora sinaliza que a história política da Deputada Rose de Freitas foi construída com muita luta, humildade, transparência e competência.

A condução de Rose de Freitas à Vice-Presidente foi celebrada por mulheres em todo o País, uma celebração tardia, pois há muito as Parlamentares Federais já deveriam ter tido acesso a cargos na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Mas um fato merece nossa atenção e nossa preocupação: apesar de serem maioria na população, as mulheres não ocupam nem 10% das vagas da Câmara. Ou seja, em universo de 513 Parlamentares, apenas 43 mulheres foram eleitas.

Desejo e espero que nas próximas legislaturas esta Casa, bem como o Senado Federal, possam receber mais Parlamentares mulheres, fato que poderá ser mais que possível, em especial por estarmos vivendo outro momento histórico, que é ter na Presidência da República a primeira mulher.

Assim, quero desejar à nossa Vice-Presidente um mandato de sucesso. Afirmo que a nobre colega poderá contar com meu apoio, minha torcida e, ainda, com minhas preces para que Deus Soberano lhe conceda a cada dia mais saúde, mais sabedoria e venha

derramar sobre sua vida e sobre sua família as mais ricas bênçãos.

Na oportunidade, não poderia deixar de cumprimentar as demais colegas Deputadas Federais desta legislatura. Afirmando que a bancada feminina poderá contar com meu voto e também com o meu empenho para a aprovação, o mais breve possível, da Proposta de Emenda à Constituição 590/2006, que garante representação proporcional das mulheres nas Mesas Diretoras da Câmara, do Senado e das Comissões Temáticas nas duas Casas, proposta de autoria de ilustre colega da bancada do Estado de São Paulo, a respeitada Deputada Luiza Erundina, que tão bem representa meu querido Estado de São Paulo há tantos anos no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem dúvida alguma, as mulheres passaram a assumir um espaço maior na política brasileira, e, nesse sentido, quero cumprimentar também a Vereadora Leonice da Paz, da cidade de Campinas, no Estado de São Paulo. A Vereadora foi eleita para a Mesa Diretora daquela Casa Legislativa e assumirá o cargo de Terceira Secretária para o biênio de 2011/2012. É a única mulher a ocupar um cargo na direção na Câmara de Vereadores daquele importante Município.

Leonice da Paz foi eleita por unanimidade. Os 30 Vereadores presentes durante a votação, em reconhecimento ao trabalho da nobre Vereadora, foram unânimes em indicar seu nome. A nova Secretária foi empossada logo após a eleição.

Com uma trajetória de vida pública marcada por garra e determinação, a Vereadora Leonice da Paz está em seu segundo mandato consecutivo.

Nascida e criada no Jardim Capivari, filha caçula de uma família simples, Leonice começou a trabalhar aos 11 anos de idade como babá, para ajudar no orçamento da casa. Trabalhou também em uma emissora de rádio e outras empresas como recepcionista e auxiliar administrativa.

Sempre estudou muito, formou-se no magistério e depois em letras pela PUC. É também técnica em desenho arquitetônico. Durante muitos anos atuou como profissional liberal regularizando obras e documentos junto aos órgãos públicos, quando teve a oportunidade de ajudar as pessoas mais humildes de seu Município. Como professora de Português, lecionou em diversas escolas, onde colheu como fruto a amizade e a admiração de ex-alunos que a acompanham há tantos anos.

No ano de 2004 resolveu, pela primeira vez, candidatar-se à vereança e foi a segunda mais bem votada de seu partido. Apesar de muitas dificuldades e perseguições sofridas, Leonice nunca se curvou àqueles

que se achavam “poderosos” na política e desenvolveu seu mandato com ética e dignidade.

Em 2008, Leonice da Paz foi reeleita e nesse segundo mandato vem realizando trabalhos consolidados no enfrentamento aos problemas sociais mais discutidos no Município e no País.

Por sua forte atuação em defesa da mulher, é a Presidente da Comissão Permanente da Mulher e, como tal, apresentou proposta legislativa que se transformou na Lei Municipal nº 13.732/2009, que dispõe sobre a Campanha Continuada de Combate à Violência Contra a Mulher no Município de Campinas.

É também Presidente da Comissão da Pedofilia, que tem como objetivo analisar, promover o debate e a discussão sobre a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A Parlamentar preside também a Comissão do Parque Linear Capivari, que após a conclusão das obras ocupará uma área de 1,2 milhão de metros quadrados, tornando-se uma área de lazer completa para a população que mora na região sudoeste da cidade de Campinas, hoje estimada em 400 mil pessoas.

Sempre atuando para melhorar as condições de vida da população, Leonice da Paz apresentou importantes projetos de lei, como o PL 678/2009, que dispõe sobre a criação de um prêmio de cidadania com o nome Troféu Solidário, concedido aos cursos de nível superior e aos centros acadêmicos das faculdades e universidades de Campinas que se destacarem na organização de recepções aos calouros, estimulando o exercício da cidadania, a preservação ambiental e a participação comunitária. É de sua autoria também o Projeto de Lei nº 732/2009, que institui a Semana da Campanha Continuada Antipichação no Município de Campinas.

Única mulher com uma cadeira na Câmara de Vereadores de Campinas, Leonice da Paz terá um mandato com muitas atividades pela frente, pois deverá conciliar as novas atribuições como Terceira Secretária com a Presidência da Comissão da Mulher, a suplência em duas Comissões e a titularidade de outras quatro Comissões, entre elas a de Assuntos da Região Metropolitana de Campinas (RMC), que vai tratar de assuntos relativos a políticas que englobem os 19 Municípios do bloco regional.

Com esse perfil, detentora de uma biografia impressionante, além de competência comprovada, a eleição de Leonice da Paz foi um ato acertado e louvável da Câmara de Vereadores de Campinas.

Aqui registro meus cumprimentos a Leonice da Paz, desejando a ela sucesso em sua nova empreitada, e estendo a todas as mulheres da cidade de Campinas e de meu Estado meus cordiais cumprimentos.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é com grande satisfação que expresso minha palavra de gratidão a todos aqueles que estiveram e estão ao meu lado na construção da trajetória que propiciou a nossa chegada ao Parlamento brasileiro.

Antes de tudo, sou grato a Deus por minha condução a esta Casa de Leis na qualidade de Deputado Federal. Sou grato aos votos de confiança dos cidadãos dos 430 Municípios do Estado de São Paulo que me entregaram uma procuração e determinaram a tarefa de fazer valer suas expectativas nesta Câmara dos Deputados.

Ao Partido Verde, que, dentre muitos nomes possíveis, confiou em minha capacidade de consolidar os anseios do povo paulista e promoveu minha candidatura, hoje vencedora, meu muito obrigado.

Minha gratidão à minha querida família, pelo apoio em todos os momentos. Registro minha especial homenagem ao meu pai, Pastor Antonio Vieira de Lucena, que teve tão pouco tempo para celebrar nossa vitória, pois partiu para a eternidade no dia 14 de outubro, alguns dias depois do resultado que tanto celebrou e do qual se sentiu orgulhoso, deixando-nos a saudade e um exemplo de vida digno de ser imitado que tenho seguido.

Da mesma forma, agradeço aos líderes e membros da minha amada congregação religiosa, a Igreja o Brasil Para Cristo, por meio de nossa Convenção do Estado de São Paulo, na pessoa de seus Presidentes, os Pastores Luis Fernandes Bergamini e Orlando Silva.

Não posso deixar de agradecer às demais denominações evangélicas que também acreditaram em nossas propostas e nos emprestaram apoio, a exemplo da Igreja Casa da Bênção, na pessoa de seu Presidente Nacional, o Apóstolo Doriel de Oliveira, e outras igrejas irmãs.

À FENASP, Frente Cristã Nacional de Ação Social e Política, entidade que me acolhe como Presidente no Estado de São Paulo, minha gratidão pelo encorajamento e pelo apoio em todos os passos dessa caminhada.

E uma nota toda especial de agradecimento à ex-Senadora Marina Silva, notável em seu exemplo de vida pública, ancorado em propostas de construção de um país sustentável, ambientalmente sadio, governado com responsabilidade e eficiência. De Marina a garra, a determinação, os esforços e a coragem são legados inquestionáveis e inspiração que nos move.

Aqui, reafirmo minha disposição de cumprir meu mandato honrando meus valores, minhas crenças, minha trajetória de vida, e toda a confiança que em mim foi depositada nas urnas em outubro de 2010.

Concluo, Sr. Presidente, afirmando que todo o meu empenho como Parlamentar estará a serviço da defesa da vida, do meio ambiente, dos valores familiares. Trabalharei pelo fim da violência doméstica e da violência contra a mulher e pela proteção das crianças, dos idosos e dos menos favorecidos. Almejo um país desenvolvido e sustentável, pelo qual lutarei.

Quero desejar a todos os Deputados e Deputadas um grande mandato, uma excelente legislatura, sob as grandes bênçãos de Deus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, escrevi algumas considerações sobre suplência de Deputado, a seguir transcritas, para fundamentar melhor nossas razões sobre o momento por que passa a Câmara dos Deputados.

Afirma a maioria dos juristas que os princípios governam a Constituição, o regime e a ordem jurídica. E atualmente um dos princípios mais destacados é o princípio da segurança jurídica.

Durante todo o processo eleitoral de 2010, até a proclamação dos resultados pelo Tribunal Superior Eleitoral, o entendimento jurídico seguido pelos partidos, com anuência da Justiça Eleitoral, foi o de que os suplentes da coligação, classificados conforme o sistema proporcional (previsto no art. 45 da Constituição Federal e regulamentado no Código Eleitoral e legislação complementar) são legítimos para substituir os titulares em sua ausência temporária ou definitiva. A maior evidência disso vem do fato de que esse procedimento foi adotado de modo análogo após as eleições de 2006 e de 2008 sem contestação até as eleições de 2010, sobretudo no caso em que o titular se afasta para ocupar cargo no Executivo. Além disso, a coligação restringe substancialmente o número de candidatos de cada partido, em virtude da própria concorrência interna que ela acarreta. Ora, isso reduz a quantidade de votos que cada partido poderia receber se não houvesse a coligação. E também reforça o entendimento de qual referencial legislativo e jurídico reinante no processo os partidos e a Justiça Eleitoral levaram em consideração para dar segurança jurídica a todos os envolvidos.

Um exemplo prático, concreto: nas últimas eleições proporcionais, o Partido dos Trabalhadores, no Piauí, fez coligação para Deputado Federal mas não para Deputado Estadual. Por isso, apresentou 19 candidatos para Deputado Estadual e apenas seis para Deputado Federal. A coligação para Deputado Federal foi firmada com o compromisso futuro dos coligados, uma vez que provavelmente o PT elegeria dois titula-

res e os dois primeiros suplentes da coligação, beneficiando a eleição de dois candidatos de dois partidos coligados, de que o nosso candidato a Governador, se eleito, chamaria dois titulares da coligação, independentemente do partido a que pertencessem, para compor o goverNº E os suplentes do PT assumiriam os mandatos, confirmando o entendimento jurídico que afirmamos acima.

Sabemos também que há um princípio constitucional, insculpido no art. 5º, XXXVI, segundo o qual a lei não retroagirá para prejudicar, sobretudo, o ato jurídico perfeito, como é o caso em tela. Esse princípio é uma espécie de núcleo central da segurança jurídica.

Acrescentamos ainda que o art. 16 da Constituição Federal prevê que alterações no processo eleitoral devem se dar, no mínimo, um ano antes das eleições para terem eficácia.

Aplicação do sistema proporcional.

O Código Eleitoral original, de 1965, bem como sua versão atualizada de 2010 com legislação suplementar (vide versão eletrônica disponível no site do TSE) detalha como deve ser aplicado o sistema proporcional previsto na Constituição Federal, em seu art. 45: usando o quociente eleitoral, o quociente partidário e as maiores médias para preencher as vagas correspondentes a cada Estado. Evidentemente, temos apenas dois modos de calcular o quociente eleitoral: usando os votos de cada coligação ou usando os votos de cada partido. O Código Eleitoral de 1965 não permitia a coligação para a eleição proporcional (de Deputados e Vereadores). Logo, o cálculo do quociente eleitoral era feito apenas com os votos de cada partido. Nas eleições de 2010, o próprio TSE aplicou o critério proporcional com os votos por coligação, conforme se verifica em seu portal e nos próprios diplomas dos titulares e suplentes, ratificando, assim, o que afirmamos acerca da aplicação do princípio da segurança jurídica.

Uma afirmação importantíssima a ser considerada neste ponto: o critério proporcional de classificação dos titulares e suplentes é único. Isso quer dizer precipuamente o seguinte: se usarmos os votos de cada coligação, teremos classificados titulares e suplentes por coligação. Se usarmos os votos de cada partido, teremos classificados titulares e suplentes por partido.

Portanto, se radicalizarmos o entendimento de que o mandato pertence ao partido e não à coligação, para preservarmos a coerência jurídica da aplicação do critério proporcional, então o cálculo do quociente eleitoral e das médias terá que ser feito por partido e não por coligação. Assim teríamos uma situação compatível com a resolução sobre fidelidade partidária. Só que nesse caso seriam alterados os resultados eleitorais de classificação de titulares e suplentes das eleições

de 2008 para Vereadores e de 2010 para Deputados. A título de ilustração, acrescentamos, em anexo, a nova contabilidade eleitoral advinda dessa interpretação, para Deputado Federal, por Estados, para as eleições de 2010. Como se pode observar, alguns suplentes se tornarão titulares e alguns titulares nem suplentes serão porque seus partidos não terão atingido o quociente eleitoral. É o caso do Piauí, onde três titulares de três partidos perderiam seus mandatos atuais e três suplentes de outros três partidos se tornariam titulares. Assim, eu, que sou o primeiro suplente da coligação e também do PT, assumiria a condição de titular, porque o PT conquistaria a terceira vaga.

Uma coisa é admitir que a coligação é válida apenas para o sistema majoritário, como era antes com o Código Eleitoral de 1965, e aplicar o critério proporcional por partido, utilizando os argumentos da decisão sobre fidelidade partidária. Outra coisa é partir ao meio a aplicação do critério proporcional para fazer uma espécie de “gambiarra jurídica” entre a decisão sobre fidelidade partidária e a decisão sobre suplência dos proporcionais.

Particularmente, acharia razoável uma decisão usando o critério proporcional por partido, mas só sendo aplicada nas próximas eleições, precipitando a reforma política, que só o Congresso Nacional tem legitimidade constitucional para fazer. Mais uma vez respeitando o princípio da segurança jurídica.

Ainda sobre minha situação, acrescentaria algo para acentuar a incongruência das liminares sobre suplência: sou o primeiro suplente, se adotado o critério proporcional por coligação; e sou titular, se adotado o critério proporcional por partido. Mas, segundo uma das liminares, não sou nem uma coisa nem outra. E se uma liminar semelhante for aplicada e acatada, serei substituído por alguém que, segundo o critério da coligação, ocupa a quarta suplência e, segundo o critério do partido, nem suplente é. Há, pois, no meu entendimento, flagrante violação da norma constitucional inscrita no art. 45 da Constituição Federal e regulamentada pelo Código Eleitoral atualizado.

Uma situação singular, que fragiliza as decisões liminares, ocorre no seguinte exemplo: no Rio Grande do Norte, em que o DEM elegeu dois Deputados Federais e só apresentou dois candidatos, no caso do afastamento de um para ocupar cargo no executivo estadual, não há suplente do mesmo partido para substituí-lo.

Outro argumento frágil das liminares é o de que as coligações são temporárias e, portanto, depois das eleições os suplentes são dos partidos. Temporárias elas são, mas os seus efeitos, não. Pois as eleições são temporárias também, ocorrem em um único dia,

mas seus efeitos são por quatro ou oito anos, dependendo do cargo. O mesmo deve se dar com os efeitos da coligação.

Por fim, recorro que a alteração no art. 17 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006, legitimou constitucionalmente a figura das coligações eleitorais. E a aplicação dos efeitos da referida Emenda à eleição de 2006, mesmo tendo sua aprovação ocorrido antes do processo eleitoral, foi negada pelo STF – 22 de março de 2006, ADIN nº 3.685 –, o que mostra a relevância do princípio da segurança jurídica nas decisões dessa Corte ao priorizar o artigo 16 da Constituição Federal.

Diante disso, há coerência jurídica em tomar o STF uma nova decisão sobre coligações após as eleições de 2010 e seus efeitos serem aplicados retroativamente sobre as mesmas? Como manter o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo nessa situação? É ou não é uma ameaça grave à construção da democracia em nosso País?

A segunda questão, que reitero pela terceira vez nesta Legislatura, é a da nossa responsabilidade com a reforma política. Não tenho dúvida de que parte do que esta Casa sofre hoje em virtude de decisões legislativas já tomadas e questionadas pelo outro Poder deve-se ao fato de não ter feito o seu dever de casa. Sabemos da importância da reforma política, da necessidade de fazermos modificações, mesmo que inicialmente não tão amplas, até mesmo para dirimir algumas dúvidas.

Em 2007, no começo da Legislatura passada, o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre infidelidade partidária. Notem que a Constituição é de 1988, mas a nova interpretação só foi dada pelo Supremo em 2007, 19 anos depois; antes, a interpretação era outra.

O que quero dizer com isso? Que a liberalidade de interpretação da própria Constituição – não falo nem de novas leis – que vem pela mudança de composição do Judiciário está ficando sem controle constitucional. Por isso esta Casa, além de fazer a reforma política, precisa adotar uma nova postura, para manter o equilíbrio entre os Poderes.

Sendo assim, demos entrada hoje nesta Casa à proposta de emenda à Constituição que altera o inciso V do art. 49, para que este Poder tenha, relativamente ao Judiciário, a mesma prerrogativa que têm atualmente de controle sobre atos exorbitantes do Executivo.

Isso pode, eventualmente, parecer absurdo. Não sou jurista, sou formado em Medicina e em Matemática. Mas, pelos anos que tenho nesta Casa, e conversando com um e com outro, fui vendo como as coisas funcionam. Se tomarmos como exemplo o Canadá, veremos que hoje o controle constitucional das deci-

sões do Judiciário é feito pelo Legislativo, com direito a participação popular e mandatos de 5 anos para os Ministros da Corte Máxima.

Esta Casa precisa se valorizar como representante da vontade popular. Mas para isso precisa fazer o seu dever de casa, cortar na própria carne.

O processo legislativo precisa ser modificado. A reforma política precisa ser feita. É preciso haver coincidência das eleições; acabar com a reeleição para cargos do Executivo e fixar o prazo do mandato em 5 anos; limitar a três períodos consecutivos os mandatos legislativos – não podemos nos perpetuar no Legislativo, não é democrático, tem de haver rodízio. Assim é que ocorre com alguns colegas desta Casa que vão para o Executivo e depois voltam, sem nenhum problema – é importante a oxigenação, a renovação da Casa.

Portanto, apelo aos nobres pares para que façamos a reforma política e aproveemos proposta de emenda à Constituição que dê mais equilíbrio aos Poderes da República, e avançar para que a democracia, ainda tão recente no Brasil, se aperfeiçoe. Estamos vivendo o maior período contínuo de nossa ainda precária democracia. Precisamos fortalecê-la. O Poder Legislativo tem maior legitimidade, posto que representa a vontade popular, para promover os avanços democráticos que a história nos impõe.

Espero que façamos nosso dever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, por até 7 minutos, ao nobre Deputado Lincoln Portela, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PR/PRB/PTdoB/PRTB//PHS/PTC/PSL/PRP.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, espero não fazer uso dos 7 minutos e, assim, deixar mais espaço para outros Parlamentares se pronunciarem.

Sras. e Srs. Deputados, ontem, deixei clara a posição do Partido da República e do Bloco em relação a pontos importantes da reforma política. E, hoje, já comecei a escolher os três membros e os três suplentes que, em nome do partido, designarei para a Comissão da Reforma Política – Parlamentares notáveis e gabaritados no assunto. Eu mesmo ocuparei apenas uma suplência, abrindo espaço para que outros companheiros participem.

Relativamente à reforma política, por duas vezes já vencemos a questão da lista fechada. Por duas vezes, num espaço de 3 a 4 anos, esta Casa rejeitou a lista fechada. Precisamos, então, tomar muito cuidado para não voltarmos ao mesmo maniqueísmo quanto à lista fechada e também ao financiamento público de campanhas. Podemos até estudar os financiamentos

público e privado de campanhas, a fim de desmistificar a ideia de que o financiamento público só pode ocorrer com a lista fechada; afinal, ele não ocorre em alguns países que adotam a lista fechada, assim como ocorre financiamento privado em países que não adotam a lista fechada.

Repito: esta Casa precisa estar atenta para não voltar a esse caminho, que nos levou até mesmo a inverter votações e a deixar de apreciar matérias relevantes, como a relativa à fidelidade partidária, que era um dos quatro ou cinco pontos constantes da proposta da reforma política. Não votamos a fidelidade partidária com uma janela mínima, e, em razão de nossa incompetência, de nossa negligência, de nossa procrastinação, o Supremo acabou legislando a respeito.

Sras. e Srs. Deputados, não podemos mais permitir esse tipo de coisa. Precisamos, sim, de uma reforma política ampla, bem discutida, com a revisão de pontos essenciais, como a coincidência das eleições e a suplência dos Senadores, entre outros de suma importância, como é o caso do voto facultativo.

A sociedade deve e quer discutir o voto facultativo. O Deputado Magela, do PT do Distrito Federal, aliás, é autor de um pedido de consulta popular sobre o voto facultativo, e eu também proposição nesse sentido.

Da mesma forma, precisamos estudar com a devida dedicação o voto majoritário, tema em relação ao qual a OAB fez um trabalho muito sério meses atrás e deverá apresentar sugestão no sentido de sua adoção nas eleições proporcionais. Adotar o voto distrital misto ou o voto majoritário puro e simples, mecanismo que torna desnecessárias as coligações, é uma questão que deve ser estudada com profundidade.

Enfim, devemos rever todos esses pontos e chegarmos a um consenso, para termos, até o fim do ano, uma reforma política clara, aberta e não maniqueísta.

Era o que eu tinha a dizer em nome do Partido da República e do Bloco a que ele pertence.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN^o Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participei nos últimos 2 dias do seminário da liderança do PT na Câmara dos Deputados, quando foram discutidas questões políticas e organizacionais da bancada aqui na Casa.

Como bem destacou o nosso Líder, Deputado Paulo Teixeira, de São Paulo, o seminário demonstrou que a bancada está unida, com espírito de luta e combatividade. Todos os 89 Deputados participantes demonstraram sintonia com a continuidade do pro-

grama de desenvolvimento do Brasil, iniciado com o Presidente Lula. Nos últimos 8 anos, o Governo do PT demonstrou ser possível aliar crescimento econômico à distribuição de renda e à redução das desigualdades sociais. A bancada reiterou o compromisso de trabalhar junto com a Presidenta Dilma para erradicar a pobreza extrema.

Durante o seminário, fui designada para integrar o grupo de trabalho que cuidará das questões relacionadas à organização interna da bancada. Teremos muito trabalho pela frente, já que os desafios para este ano são enormes, entre os quais a reforma política e a definição de regras para o reajuste anual do salário mínimo. Acrescento, também, a aprovação do Plano Nacional de Educação, enviado no final do ano passado pelo então Presidente Lula, do qual sou Relatora. O PNE vai estabelecer as metas para a educação no decênio 2011-2020 e coloca como objetivo universalizar a educação a partir do ensino pré-escolar até o ensino médio.

Em relação à reforma política, o seminário definiu que o PT vai defender o financiamento público das campanhas, o fortalecimento dos programas partidários, a ampliação da presença feminina nos Parlamentos e a lista preordenada. Enfatizo a necessidade do financiamento público, pois da forma como estão hoje as campanhas eleitorais, está cada dia mais difícil candidaturas de lideranças populares se elegerem para cargos públicos, devido à desigualdade na disputa, ao abuso de poder econômico e ao fisiologismo.

Relembro, no entanto, que, para ser aprovada, a reforma política deverá ser exigida pela sociedade e ter o apoio da Igreja, dos movimentos sociais, das centrais sindicais, da Ordem dos Advogados do Brasil e de outros segmentos sociais. Se não houver essa pressão, dificilmente a proposta sairá do papel. E, assim como o Presidente desta Casa, Deputado Marco Maia, do PT do Rio Grande do Sul, defendendo que a reforma seja feita por partes, pois não adianta querer uma reforma ampla e geral e ela não prosperar. E além disso, teremos a reforma tributária e a regulamentação da comunicação social como temas que a bancada do PT vai abraçar com muita intensidade nesta Casa.

Quanto ao salário mínimo, a reunião da bancada deliberou pelo apoio à proposta do Governo de manutenção dos mesmos critérios acordados entre o Presidente Lula e as centrais sindicais, o que garantiu ajustes com ganhos reais de forma condizente com a realidade do País. A política de reajuste do mínimo, defendida pelo Governo, consiste na variação da inflação do ano anterior mais a do Produto Interno Bruto (PIB) registrada dois anos antes.

É preciso lembrar que foi o Governo do PT que permitiu, desde 2003, um aumento real do salário mínimo em 53% acima da inflação.

O seminário também serviu para a bancada definir suas prioridades em relação às Presidências das Comissões. Como maior bancada da Casa, o PT tem direito à Presidência de três Comissões Permanentes, que serão escolhidas a partir de uma ordem de proporcionalidade das bancadas. As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Finanças e Tributação foram definidas como prioritárias, ficando a de Seguridade Social e Família como terceira opção. O partido também ficou de buscar as Comissões de Educação e Cultura e de Direitos Humanos. Defendemos que o PT lute pela Presidência da Comissão de Educação, em decorrência da tramitação do PNE, que deve ser aprovado este ano.

O seminário mostrou a união da bancada. Estou confiante em que teremos uma Legislatura muito produtiva, com a aprovação de projetos em benefício do povo brasileiro.

Obrigada.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, venho à tribuna registrar uma boa notícia que tem relação direta com os novos rumos que este País tomou nos dois mandatos no Presidente Lula e que, agora, têm continuidade com o Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Trata-se da vontade política com que foi impulsionado o desenvolvimento regional, dando destaque para ações que valorizam e geram emprego e renda, como a interiorização dos ensinos técnico e superior e a instalação de indústrias e polos de produção.

Um exemplo disso está em Pernambuco. Garanhuns, cidade-polo do Agreste Meridional, seguindo a tendência registrada na maioria dos Municípios brasileiros, apresentou considerável aumento no seu PIB.

Os números foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em 2004, o PIB da cidade era de R\$493,2 milhões. Já em 2008, subiu para R\$831,82 milhões, o que representa cerca de 68% de aumento. Esse avanço pode ser creditado às obras estruturantes, à instalação do Polo Educacional, com a expansão dos *campi* da Universidade Federal e da Universidade Federal Rural, e, mais recentemente, com a instalação do curso de Medicina da Universidade de Pernambuco.

É importante ressaltar que o investimento em educação impulsiona o setor de prestação de serviços e o comércio, aquecendo a economia local. O PIB de Garanhuns é o segundo do Agreste, ficando atrás

apenas do de Caruaru, que registra R\$2,19 bilhões. É importante registrar que as cidades do Agreste pernambucano representam 12% do PIB do Estado.

Tenho orgulho, senhoras e senhores, de dizer que meu trabalho político sempre foi no sentido de fazer com que o desenvolvimento chegasse ao Agreste e ao Sertão pernambucanos. Trabalhei com afinco para garantir que cursos superiores fossem oferecidos para os jovens que ali residem. E vou continuar nesse movimento em prol do desenvolvimento regional, trabalhando pela instalação do polo médico naquela localidade, pelo fomento do turismo e pela construção de um centro de convenções, que proporcionará um fluxo do turismo de negócios para a região.

De igual modo, vale ressaltar que essas boas notícias chegam justamente quando o Município completa 132 anos de emancipação político-administrativa – a lei que elevou a Vila de Garanhuns à cidade foi sancionada em 4 de fevereiro de 1879. A propósito, lembro que a vila que originou Garanhuns está relacionada à história de libertação dos escravos no Brasil, no século XVII, sendo contemporânea às guerrilhas dos escravos fugidos para quilombos e à formação de fazendas e sítios. Em 1700, foi instalada a Capitania do Ararobá. E, em 1762, o povoado de Ararobá passou a se chamar Povoação de Santo Antônio de Garanhuns.

Desta tribuna, então, saúdo o povo guerreiro formador dessa cidade, que me presenteou com o título de Cidadão de Garanhuns.

Vamos continuar no caminho do desenvolvimento e do crescimento econômico.

Parabéns, Garanhuns!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gilmar Machado.

Em seguida, ouviremos os Deputados Arthur Oliveira Maia e Júnior Coimbra, rapidamente, pois faltam apenas 3 para darmos início ao Grande Expediente.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, saudar todos os militantes do Partido dos Trabalhadores que, como eu, há 31 anos tiveram a oportunidade de participar da criação e da construção do PT. São 31 anos da minha vida dedicados ao trabalho e à construção do Partido dos Trabalhadores. Neste 31º aniversário do partido, continuamos contribuindo para o aprofundamento da democracia e do projeto de desenvolvimento do País, com distribuição de renda e inclusão das pessoas. Esse é o nosso grande objetivo.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar do corte e do contingenciamento que fizeram ontem os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, o que nos

leva a uma reflexão profunda. Muitos têm feito uma crítica fácil, dizendo que estamos apenas tentando corrigir o que aconteceu nos anos passado e retrasado. Ao contrário, estamos buscando um aprofundamento.

Entre 2008 e 2009, foi necessário que o Governo fizesse uma série de concessões, como a redução de IPI na linha branca de eletrodomésticos e nos automóveis, promovendo vários incentivos. Agora, no entanto, o Governo os está retirando. Esse é o corte.

Dos 50 bilhões apresentados, entre 10 e 15 bilhões correspondem aos benefícios concedidos para que o cidadão tivesse condições de comprar uma geladeira, um fogão ou um carro com uma prestação menor. Agora, como a crise está superada – nós estamos dando continuidade à política de valorização do salário e de melhoria de ganhos reais —, não há mais necessidade dos incentivos. Já estava prevista no Orçamento a retirada desses valores. Estamos cortando algo que foi disponibilizado num momento especial. Esse é o corte.

O segundo assunto é que o Governo já vinha colocando em prática a redução de passagens e diárias concedidas a vários Ministérios, dando sequência a uma política já implementada. O que foi anunciado ontem é, na verdade, o aprofundamento do que já havia sido iniciado no Governo do ex-Presidente Lula, como as auditorias nas universidades, no cruzamento dos dados das folhas, nas compras conjuntas feitas por vários Ministérios. Trata-se, portanto, apenas do aprofundamento de uma política que já tinha sido iniciada.

Queremos garantir a continuidade da melhoria de gestão e eficiência nos gastos públicos. O fato é que estão preservados os programas sociais e os recursos do PAC.

Hoje foi confirmada a sanção do Orçamento. Não houve, como muitos afirmaram que aconteceria, o veto à concessão de reajustes para os servidores públicos, incluindo os servidores do Judiciário. O Governo continuará negociando e discutindo com essas categorias. Continuará criando condições para que o País siga crescendo, por meio da inclusão das pessoas e da melhoria da renda. Todos precisam estar envolvidos no esforço que está sendo promovido pelo Govern^o

Tenho certeza de que o Congresso Nacional, como ocorreu na votação do Orçamento, manterá sua contribuição para que o País continue trilhando o caminho do desenvolvimento e da inclusão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Arthur Oliveira Maia, do PMDB da Bahia. Em seguida, disporá da palavra o ilustre Deputado Júnior Coimbra, do PMDB do Tocantins.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na primeira participação no plenário de uma das Casas do Congresso Nacional, inicialmente pensei em saudar o povo baiano e agradecer-lhe a generosidade por ter-me concedido a possibilidade de representá-lo no Poder Legislativo, centro das decisões políticas no nosso País. Pensei também em falar sobre o papel e a realidade a que está submetido o Poder Legislativo neste instante.

Em vez de fazer essas ponderações, decidi pronunciar-me sobre o anúncio, ontem, do corte de 50 bilhões de reais do Orçamento da União.

Ora, Sr. Presidente, se há a necessidade desse corte em face da responsabilidade fiscal, não há que discutir: o corte tem de ser feito. Mas o que quero trazer à colação nesta Casa é a imperfeição do projeto do Orçamento encaminhando para cá no ano passado. Se estivéssemos vivenciando uma transição de governo, o desequilíbrio seria plenamente compreensível – saibam que sou profundo admirador do Ministro Guido Mantega —, porém, como Deputados, não podemos receber um Orçamento superestimado em 50 bilhões de reais, em se tratando das verdadeiras possibilidades de receita do nosso Estado.

Temos que ser mais efetivos na cobrança dos parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal que determinam as possibilidades, de um ano para o outro, de aumentar a expectativa de arrecadação. Isso, com certeza, não foi feito, caro Presidente.

É importante termos plena consciência de que a elaboração do Orçamento da União é o momento maior de participação desta Casa no âmbito da discussão das diretrizes e do desenvolvimento socioeconômico do País.

Não é possível, depois de amplos debates nesta Casa, um Poder decidir sozinho cortar uma fatia significativa do Orçamento, escolhendo o que deve ou não ser cortado. Se for assim, o processo coletivo que envolve os três Poderes na elaboração do Orçamento restará profundamente maculado.

Sr. Presidente, ao estreitar nesta tribuna, faço um apelo não aos outros Poderes, mas ao Poder Legislativo, a que pertenço: na elaboração do Orçamento a vigor em 2012, sejamos rigorosos na cobrança do cumprimento dos pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal que determinam a exatidão, ainda que não seja total, do que haveremos de ter como arrecadação para o ano que vem.

Trata-se de algo fundamental para todo o povo brasileiro, bem como para preservar o significado deste Poder do ponto de vista constitucional.

Muito obrigado.

O SR. JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a maioria dos problemas existentes na organização social e política brasileira vem do desequilíbrio entre os entes federativos. O ponto central que merece uma análise bastante criteriosa desta Casa está na descentralização das competências sobre as políticas públicas para os níveis subnacionais de govern^o

O que ocorreu, Sr. Presidente, foi um processo de municipalização de um conjunto de políticas, com maior destaque para as áreas da saúde e da educação, sem a contrapartida orçamentária necessária para o cumprimento dessas políticas.

Trata-se de um processo complexo, visto que, no Brasil, a capacidade de geração de receitas municipais é altamente desigual, pois está relacionada com a função econômica de cada cidade, o tamanho do Município ou a região em que esse Município está situado.

A reforma tributária instituída nos anos 60 criou um sistema tributário centralizador, em que a maior parte dos impostos estava sob competência da União, que possuía também o poder de manipular as alíquotas dos impostos referentes às esferas estaduais e municipais de governo.

Nos anos 80, com a redemocratização do Brasil, o debate em relação a esse tema passou para a defesa da estruturação de um novo sistema tributário, pautado, sobretudo, na necessidade de recuperação da autonomia fiscal de Estados e Municípios.

Porém, na década de 90, as mudanças no sistema tributário brasileiro pautaram-se pela diminuição de transferências não constitucionais a Estados e Municípios, pela criação de novos tributos pela União, as chamadas contribuições sociais, que não estão sujeitas a transferências intergovernamentais, e pela elevação de alíquotas dos impostos que não estivessem presentes no sistema de transferências.

Trata-se, Sras. e Srs. Deputados, de um processo complexo em que há uma recentralização de recursos que resultou numa descentralização dos encargos sociais, envolvendo Estados e Municípios. Esses elementos configuram-se como dificuldades impostas ao pacto federativo, uma vez que a solidariedade federativa vai dando espaço à concorrência entre os Municípios, os Estados e a União.

Dessa forma, os Municípios são os mais prejudicados, pois representam o ente mais frágil da Federação.

Portanto, para a resolução da crise da Federação se faz necessário o fortalecimento do Estado Nacional, para que este possa criar mecanismos de soldagem federativa que passe exclusivamente pela resolução das desigualdades regionais. Uma federação precisa

de instrumentos que possibilitem a conservação da unidade dentro da diversidade. Nesse contexto, o papel do Estado Nacional como coordenador de interesses conflitantes e promotor do desenvolvimento nacional deve ser fortalecido.

Esta Casa, Sr. Presidente, é o fórum ideal para iniciar essa discussão e promover a redefinição do pacto federativo brasileiro.

Os desafios dessa redefinição devem passar pela necessidade de transformar a autonomia formal em autonomia real, eliminando as contradições que se estabeleceram em torno da cláusula pétrea da Constituição brasileira constante do art. 60, § 4º, inciso I, que estabeleceu a forma federativa de Estado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Roberto Freire, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PV/PPS. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Inocência Oliveira, em primeiro lugar, cumprimento V.Exa., que faz parte de uma Mesa cuja eleição foi consensual. Apesar de ter havido candidaturas outras, quase todos os partidos aprovaram a chapa oficial integralmente.

Sras. e Srs. Deputados, digo isso porque me lembro de que, fazendo parte da bancada de São Paulo, lá recebemos o Presidente Marco Maia, na ocasião candidato à Presidência da Casa. Ao falar em nome do PPS, disse eu a S.Exa. que um dos aspectos fundamentais do apoio do nosso partido à sua candidatura era o de que ela representasse o resgate da dignidade do Poder Legislativo.

É fácil dizer o porquê. Há algum tempo, estamos vendo um processo natural e democrático de judicialização da política. Há uma exorbitância do Poder Judiciário, que chegou a ponto de dispensar a soberania popular no preenchimento dos cargos de Governador e designou os Governadores de dois Estados da Federação. Diante disso, porém, a sociedade se calou, e esta Casa se omitiu.

Em várias oportunidades, assistimos a conflitos de interpretação, como agora, na questão da suplência, quando se discute a validade da lei das coligações. Nesse conflito de interpretação, esta Casa precisa se afirmar naquilo que é a sua competência constitucional.

Pois bem. Do Executivo, não preciso trazer lembranças. Há muito tempo, esta Casa não legisla, tornou-se órgão referendador de medidas provisórias. Permitia-se uma excrescência: que as medidas provisórias, em projeto de conversão, aceitassem qualquer matéria,

ao arrepio da ementa e do objetivo da medida provisória. Era uma excrescência produzida entre nós.

Agora, a excrescência começa a vir do Executivo. Anuncia-se que o Governo está enviando a esta Casa uma medida provisória que trata do salário mínimo. Como ela entrará numa fila de dez medidas provisórias que estão trancando a pauta da Casa, o Governo cria o “fura-fila”, embute nessa medida provisória projeto que trata de representação fiscal para fins penais. Assim, rompe exatamente a cronologia da medida provisória. “Fura-fila”! Isso é molecagem, porque é contra a lei.

Este é o momento apropriado para se concretizar aquele discurso e o compromisso da nova Mesa de resgate da dignidade deste Poder. Se não há reação, como fazer frente à interferência que o Poder Judiciário faz, sistematicamente, naquilo que é competência nossa, legislando abusivamente?

Se a Mesa não devolver essa matéria, estará compactuando com a excrescência, com o “fura-fila”, com a molecagem. Esta é a Casa de consensos, a Casa do debate. Se há dez medidas provisórias travancando a votação do salário mínimo, que se discutam, entre as Lideranças, certos consensos e acordos para a superação dos entraves. Mas não se deve aceitar o passa-moleque, a invenção de algo que é contrário à lei complementar que determina que não pode haver matéria estranha ao objeto de qualquer proposição legislativa, no caso, a medida provisória.

Quero dizer às Sras. e aos Srs. Parlamentares, sobretudo aos integrantes da Mesa, que estou com um requerimento pronto para, tão logo chegue essa medida provisória, solicitar à Direção da Câmara dos Deputados que a devolva, para que seja restaurada a dignidade desta Casa.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a mídia internacional abre espaço para analisar a posição do Brasil no PIB mundial, projetando-o até 2050 e, na atualidade, comparando a situação econômico-financeira do País com os outros membros do BRICs e da própria Europa comunitária. Há, claramente, um avanço dos “países emergentes” e, já em 2011, a economia brasileira poderá superar a da própria França. Há quem preveja que, em 2013, ultrapasse a do Reino Unido (UK) e, em 2050, torne-

se a quarta maior do mundo. São previsões otimistas que se baseiam na força da produção agropecuária (*commodities*), na própria produção industrial e, na superação de alguns “vazios” tecnológicos – domínio espacial, pesquisa farmacêutica, educação básica, engenharia de ponta, indústria aeronáutica.

O período de 40 anos não é longo sob a perspectiva histórica, pois a industrialização de base começou entre nós nos fins dos anos 40 e começo dos anos 50, do século XX. Todavia, o novo Governo, que assumiu em 1º de janeiro corrente, parece lucidamente consciente de que esses “vazios” precisam ser preenchidos e ultrapassados, simultaneamente com a implementação de programas de erradicação da miséria, da promoção social, com a mobilidade de classes sociais e seu acesso à renda e ao consumo. Para isto, é preciso reduzir gastos da máquina governamental no setor de custeio e realizar a tão esperada reforma tributária, que racionalize os impostos aos três níveis do Estado – União, Estados e Municípios –, liberando, simultaneamente, as empresas da carga fiscal excessiva e da burocracia, para produzir, comercializar e exportar com maior facilidade e rapidez.

É princípio básico que a exportação de itens que contenham maiores fatores agregados deve ser isenta de impostos – e temos o exemplo dos estímulos governamentais à soja, ao etanol e ao cacau, entre outros produtos. Persistem, porém, dramaticamente, alguns problemas, como os da infraestrutura rodoviária e do transporte ferroviário, quando sabemos que este é o meio mais barato de transporte de bens e mercadorias. E, no passado, o perfil brasileiro era o de transporte ferroviário e navegação de cabotagem. A infraestrutura portuária do Brasil está superada e parte do elevado Custo Brasil vem daí para a exportação de produtos que chegariam aos mercados importadores bem mais baratos se as operações de carga/descarga e o tempo de transporte fossem menores, com melhores rodovias e ferrovias.

O investimento na infraestrutura é considerado vital, ao lado da preparação de quadros técnicos, no Brasil, de nível superior e médio, mantido o quadro de referência e construção de um Estado democrático, que respeita os direitos humanos e a cidadania plural – cultural e étnica. Isso não ocorre em alguns países que avançam no plano econômico, mas restringem os direitos humanos e privam a cidadania das suas vozes de protesto – imprensa, rádio, televisão e Internet.

A China, em 2020, indicam as projeções, vai superar os Estados Unidos em poder de compra, mantendo-se líder no comércio mundial. E, nesses 40 anos que se avizinham, a Índia, em que pesem as diferenças étnicas e culturais internas, terá o terceiro maior PIB

do mundo, vindo a seguir o Brasil, o Japão, a Rússia, o México, a Alemanha, a Indonésia e o Reino Unido.

Trago essas reflexões ao Plenário, após a leitura do ensaio de Jamil Chade, correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, em Genebra, na última semana, no qual alista a posição estatística dos países emergentes, comparativamente aos países do G-7, em tamanho dos PIBs respectivos. Se as posições do setor privado nacional continuarem de crescimento prospectivo e as agências do Governo continuarem a política de apoio sem interferência na sua gestão, não vejo por que não alcancemos a meta preconizada de ser, em 2050, a quarta economia mundial.

Muito obrigado.

A Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou aqui nesta tarde para tratar de um assunto muito delicado: a atenção às pessoas portadoras de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), doença sem cura, que agride o sistema nervoso e torna o doente incapaz à medida que se desenvolve, já que afeta toda a musculatura.

Os portadores e as famílias vivem um verdadeiro calvário antes mesmo de a doença ser diagnosticada. Primeiro porque o Brasil conta com poucos profissionais conhecedores da moléstia, o que causa a demora para o diagnóstico. Há casos em que a delonga chega a durar 1 ano, tempo muito longo se considerarmos que o período de vida médio é de 3 a 5 anos a partir dos primeiros sintomas.

Outro fator que agrava esse sofrimento é a falta de recursos para atendimento aos pacientes. Não existe tecnologia avançada disponível, e, recorrendo ao Sistema Único de Saúde, os doentes chegam a esperar 1 ano para fazer exames. O SUS também não oferece, por exemplo, o serviço de fisioterapia em casa, que é indispensável para amenizar as consequências da paralisia.

No que diz respeito aos planos de saúde, a maioria não cumpre seu papel no atendimento àqueles serviços e não há quem interceda pelos pacientes e por suas famílias, que precisam apelar para a Justiça para garantir seus direitos, inclusive os mais carentes, sem recursos para contratar advogados.

Tudo isso como se não bastasse o desgaste de toda carga emocional vivida por essas pessoas. Sem os cuidados necessários, os pacientes morrem depois de muito sofrimento que poderia ser evitado. Por isso os cuidados paliativos são muito importantes para a melhoria da qualidade de vida dos doentes.

Nesse sentido, nossa legislação ainda é muito covarde. Ainda não existe uma lei específica que trate desta questão, apesar de ultimamente as decisões da Justiça terem sido favoráveis aos recorrentes.

Não existe na língua portuguesa termo que defina a crueldade dessa doença, que aniquila as habilidades físicas dos enfermos sem atingir suas habilidades intelectuais, fazendo com que o paciente perceba tudo que acontece à sua volta, vivencie lucidamente a sua progressão. Eles perdem gradativamente toda força do corpo, os movimentos, a fala, em pleno estado de lucidez, uma verdadeira agonia.

A partir de um determinado estágio, o doente precisa ser acompanhado de perto por outra pessoa em função da incapacidade de executar as suas tarefas rotineiras como higiene pessoal, alimentação, locomoção e deslocamentos etc.

Daí a necessidade de uma legislação que avalize um fim de vida com o mínimo de dignidade e com menos sofrimento a milhares de brasileiros, uma legislação que garanta qualidade de vida e até mesmo a expectativa de vida aos portadores de ELA, enquanto a cura definitiva não vem.

Recebi uma carta, escrita por um grupo de cerca de 1.400 pessoas formado por portadores de ELA e seus familiares, na qual são explanadas suas principais necessidades e reivindicações, entre elas:

1 – direito à aposentadoria após o diagnóstico da doença;

2 – direito aos 25% de acréscimo na aposentadoria e na pensão, para auxílio ao acompanhante para todos os portadores, como no caso de aposentadoria por invalidez;

3 – no caso do benefício ser inferior a dois salários mínimos, criação de um abono ao portador da doença, para que este possa ter as garantias mínimas para a manutenção de sua qualidade de vida, uma vez que devido à doença os gastos da família se multiplicam;

4 – internação domiciliar com suporte multidisciplinar (médico, enfermagem, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, terapeuta ocupacional);

5 – afastamento de trabalho ao familiar “cuidador” do portador de ELA. Esse familiar, ao longo do tempo, vê-se obrigado a abdicar dos estudos, da carreira profissional, do emprego, enfim, de tudo, para dedicar-se ao portador da patologia;

6 – direito aos equipamentos necessários para o apoio aos doentes, como aparelhos aspiradores e cadeira de rodas devidamente adaptadas às necessidades dos portadores de ELA;

7 – garantir aos portadores o direito de submeter-se a procedimentos experimentais de tratamento, desde que devidamente fiscalizados pelos órgãos competentes.

Quero que fique registrado nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, meu compromisso com os portadores de ELA e seus familiares, em garantir urgentemente que o atendimento a essas necessidades seja garantido em lei.

Diante do que abordei nesta tribuna, encerro meu discurso lembrando as palavras da Sra. Rosana Puga de Moraes Martinez, Presidente da ADONE – Associação de Doenças Neuromusculares de Mato Grosso do Sul, quando diz que o momento é oportuno para garantirmos esse avanço, já que, a cada novo governo, se renovam as esperanças de novos olhares, novas posturas e ações.

Muito obrigado.

A SRA. NILDA GONDIM (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, venho a esta tribuna para me manifestar a respeito do levantamento feito pela Universidade Federal de Campina Grande sobre a estatística crescente da violência nos Estados nordestinos.

Um levantamento feito por pesquisador da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) aponta que, nos últimos dez anos, os Estados nordestinos enfrentam um crescimento linear do número de assassinatos, diferentemente do Sudeste, que reduziu os homicídios.

Somente a Bahia registrou um aumento de 50,72% entre 2006 e 2010, passando de 3.222 mortes anuais para 4.856. A polícia baiana tem ainda uma corporação cujo índice de eficiência está entre os mais baixos do País: a média é de apenas 4,6% dos homicídios solucionados, entre fevereiro e junho de 2010, sendo certo que a maioria dos crimes estão ligados a tráfico de entorpecentes, desavenças e brigas de território.

Na minha Paraíba, a cidade de Bayeux, de aproximadamente 96 mil habitantes e distante apenas seis quilômetros da capital, é um dos Municípios mais violentos, com uma taxa anual de 83 homicídios por 100 mil habitantes. O limite aceitável pela Organização Mundial Saúde (OMS) é de dez mortes por 100 mil habitantes. A cidade espelha a dura realidade de crimes que assustam a população. Entre 2001 e 2009, os homicídios cresceram 158% na Paraíba. O levantamento feito pela Universidade Federal de Campina Grande tem como

base os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

Em Alagoas, o cruzamento de dados de mortes violentas registradas pelo Instituto Médico Legal, pelas Polícias Civil e Militar e pela Secretaria Estadual de Defesa Social mostra que, em 2009, o Estado somou 1.998 homicídios. Já no ano passado, o total chegou a 2.218, um acréscimo de 11%. A estatística não inclui casos de latrocínio – roubo seguido de morte.

Os Estados enfrentam hoje a migração do crime. Assim como empresários se instalaram na região para implantar atividades lícitas, criminosos de outras regiões, como o Sudeste, também encontraram nos Estados um amplo mercado para o que é ilícito, como o tráfico de drogas, em face da disseminação da pedra da morte conhecida como *crack*, aliado aos frequentes assaltos às agências bancárias das cidades do interior nordestino.

As estatísticas do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) mostram que entre 1996 e 2008 a taxa de homicídios no Piauí subiu 203%. No ano passado, o Estado registrou 204 homicídios, 10% a mais do que em 2009. Em Teresina, a capital, foram 160 casos. No Ceará, chegou a 122% no mesmo período; e no Rio Grande do Norte, 178%. Em Sergipe, o índice foi de 134%. No Maranhão, 242%. Pernambuco enquadra-se em outra realidade: em 2010, houve redução de 14% nos homicídios em relação a 2009. No entanto, segundo o levantamento feito pela Universidade de Campina Grande, em Pernambuco 94,6% dos homicídios não são investigados.

A pesquisa destaca que não há uniformidade nos critérios estatísticos dos Estados para a violência e que a falta de informação prejudica a formulação de políticas públicas de segurança. Os percentuais podem ser maiores.

Em via oposta do Nordeste, o Rio de Janeiro e São Paulo comemoram a redução de homicídios. Levantamento divulgado pela Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo mostra que, em 2010, a taxa de homicídio doloso – com intenção de matar – no Estado chegou a 10,47 para cada 100 mil habitantes. Em 1999, a taxa era de 35,27 mortes por 100 mil habitantes – o total caiu de 12.818 ocorrências para 4.320, uma redução de 70,3% no período. A taxa é menor do que a metade do índice brasileiro de homicídios, de 24,5 para cada 100 mil habitantes/año.

Já no Rio de Janeiro, o Instituto de Segurança Pública (ISP) divulgou que o Estado encerrou 2010 com uma redução de 17,7% no total de homicídios em relação ao ano anterior. Em 2009, foram 5.794 assassinatos, 1.025 a mais que no ano passado. De

acordo com o sociólogo Glaucio Soares, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), tanto o Rio quanto São Paulo têm trabalhado políticas de segurança pública a longo prazo.

Gostaria de salientar que na última quinta-feira, o jornal *O Globo* encaminhou perguntas ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a violência no País. O jornal quis saber qual seria a explicação do Governo Federal para a diminuição dos homicídios no Rio de Janeiro e em São Paulo no mesmo período em que a violência aumenta de forma assustadora no Nordeste, inclusive em capitais com alto fluxo de turistas. Foi perguntado também se o Ministério estaria preparando medidas especiais para ajudar os Governos de alguns Estados a coibir a criminalidade. Infelizmente, o Ministro responsável pela Pasta da Justiça e Segurança não se manifestou sobre essa questão nacional que preocupa milhares de brasileiros, ou seja, a segurança pública.

Muito obrigada.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para mim, o dia de amanhã será de grande alegria, uma vez que estarei comemorando – junto com muitos amigos – o aniversário do Município de Araucária, onde resido com minha família e onde construí grande parte da minha vida pessoal, profissional e política.

Araucária, que foi conhecida na época do descobrimento do Brasil como Tindiquera, nome dado pelos seus primeiros habitantes, passou a escrever sua história política de desenvolvimento há 121 anos.

Integrado à Região Metropolitana de Curitiba, hoje o Município se destaca como um dos principais polos industriais da Região Sul do Brasil. Estrategicamente localizado em relação ao MERCOSUL, o Centro Industrial de Araucária – CIAR sedia importantes empresas dos mais diversos segmentos, como, por exemplo, a Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, a Gerdau e a Vale Fértil.

Além disso, Araucária é a cidade com a maior arrecadação estadual de ICMS, o que a posiciona como uma das mais importantes do Paraná.

Desta tribuna, então, deixo registradas minhas congratulações ao Município de Araucária e a todos que lá residem.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Comemora-se hoje o aniversário de 80 anos do jornalista Luiz Geraldo Mazza, que, em seus 60 anos de carreira, manteve intacto um perfil crítico, analítico e independente.

A história de Mazza se confunde com a própria história da imprensa paranaense, pois ele trabalhou em todos os veículos de Comunicação relevantes do Estado, conviveu com grandes nomes e participou de importantes fatos que construíram o Paraná que conhecemos.

Mazza foi líder do Sindicato dos Jornalistas do Paraná no início dos anos 60 e, por conta disso, foi enquadrado pelo regime militar e impedido de trabalhar. Hoje, na rádio *CBN* de Curitiba e no jornal *Folha de Londrina*, Luiz Geraldo Mazza é um dos mais influentes jornalistas do Estado e merece a homenagem desta Casa pelos serviços prestados à população do Paraná e do Brasil.

A propósito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lembro que o jornal **O Estado do Paraná**, uma das mais importantes publicações do Estado, este ano completa 60 anos – sua primeira edição foi publicada em 17 de julho de 1951, na Capital paranaense.

O Brasil estava sob ditadura militar. Durante anos, as publicações de diversos periódicos eram censuradas. O jornal *O Estado do Paraná* contava, inclusive, com a presença de um censor em sua redação.

Esse periódico teve a sua última publicação impressa no dia 8 de fevereiro de 2011 e, como anunciado pelo seu Diretor-Presidente, Paulo Pimentel, passou a ser exclusivamente digital. Essa, aliás, é uma tendência mundial, uma vez que o papel está sendo substituído graças ao advento da Internet e de seus recursos tecnológicos. Hoje há exigência de maior rapidez e dinamismo na divulgação das notícias, daí a necessidade de os veículos de comunicação se adaptarem à nova realidade.

Portanto, quero também deixar registrados meus votos de congratulações ao jornal *O Estado do Paraná* pela nova era em que está ingressando, garantindo ao povo paranaense notícias independentes, instantâneas e de qualidade.

Para concluir, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. seja este pronunciamento divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Por motivo superior, vamos encerrar agora o Pequeno Expediente e dar início ao Grande Expediente. Em seguida, todos aqueles que estão presentes terão o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o ilustre Deputado Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco/PSB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar meu discurso, registro que hoje é o Dia dos Atletas Profissionais, portanto gostaria de parabenizar todos os atletas, especialmente os brasileiros, que dão exemplo de superação e muita luta.

É com muita honra que venho a esta tribuna agradecer pela confiança em mim depositada por quase 150 mil eleitores do Estado do Rio de Janeiro.

Devo dizer que não foi uma campanha fácil. Visitei mais da metade dos 92 Municípios e pude ver de perto as dificuldades enfrentadas pela população fluminense no seu dia a dia. Vi a falta de moradia e de saneamento; vi, sobretudo, em muitas comunidades, a ausência de opções de esporte, cultura e lazer.

Sr. Presidente, há muito a ser feito, e esta Casa tem um papel fundamental na resolução dos problemas. Estou certo de que contarei com o apoio dos meus colegas de bancada, que sabem da responsabilidade do nosso partido perante a sociedade brasileira, especialmente neste momento em que o PSB cresce, conquistando novos espaços.

Sei que inicio o meu mandato de Deputado num momento difícil para a população do meu Estado. Quero registrar minha profunda tristeza e minha solidariedade aos moradores da região serrana, principalmente os moradores de Petrópolis, de Teresópolis e da Nova Friburgo do meu colega de partido Deputado Glauber Braga. Estamos todos empenhados em levar socorro aos que sofreram com a catástrofe, mas precisamos trabalhar para evitar a repetição dessa tragédia e para reconstruir essas cidades, importantes polos turísticos do Rio de Janeiro.

Foi também doloroso para mim e para todos os que amam o Carnaval e o Rio de Janeiro, acompanhar o incêndio na Cidade do Samba, que transformou a última segunda-feira numa segunda-feira de cinzas. Meu abraço ao pessoal da Portela, da União da Ilha e da Grande Rio, escolas que vão precisar de toda a força para recuperar tudo o que foi perdido e levar sua alegria para a Sapucaí no próximo mês. Tenho muita fé na capacidade de superação do povo carioca e sei que este ano o Carnaval será, como sempre, espetacular.

Quem me conhece sabe da importância do esporte na minha vida. Nunca me considerei um atleta, mas desde cedo me envolvi com o futebol, esporte que me trouxe grandes desafios, conquistas inesquecíveis, alegrias sem tamanho. Assim como hoje me orgulho de ter sido eleito Deputado Federal, tenho muito orgulho do lugar que conquistei na história desse esporte,

que no Brasil é mais do que um esporte; é uma paixão coletiva, uma arte popular, um instrumento poderoso de inclusão social. Por isso, uma das prioridades do meu mandato é levar a prática do esporte a crianças e jovens, especialmente os mais carentes.

Nesse sentido, foi com prazer que votei pela aprovação da Medida Provisória nº 502, que cria a Bolsa-Atleta para as categorias de base e para os esportistas de ponta, um passo importante para o futebol nacional.

Outra prioridade do meu mandato é a atenção especial às pessoas com deficiência. A vida me deu oportunidade de aprender sobre esse tema e de me tornar, nesse aprendizado, um sujeito mais alegre, tolerante e paciente. Quero retribuir ajudando a disseminar conhecimento sobre o tema, enriquecer o debate e aprimorar a legislação. Quero ajudar a combater o preconceito de que as pessoas com deficiência ainda são vítimas.

Muitos não se deram conta, mas o Censo de 2000 já registrava que cerca de 25 milhões de brasileiros eram portadores de deficiência, quase 15% da nossa população. É um número bastante expressivo, que não pode ser ignorado.

Tenho certeza de que o debate nesta Câmara sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, será um bom momento para avançarmos no exame do tema.

Teremos pela frente, Sr. Presidente, nobres pares, uma agenda extraordinária de eventos esportivos. O Rio de Janeiro sedia, este ano, os Jogos Mundiais Militares; em 2013 receberá a Copa das Confederações; e, em 2016, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas. Em 2014 será uma das sedes da Copa do Mundo da FIFA.

Esses eventos são muito importantes para o nosso País, especialmente para o Rio de Janeiro, por muitos motivos. São oportunidades que teremos para dar um salto nas áreas de turismo e transporte, na geração de emprego e renda, na qualificação do trabalhador. São oportunidades de se disseminar a prática do esporte entre os jovens e reforçar a preparação dos nossos atletas. São também oportunidades de darmos um salto na questão da acessibilidade, direito que tem de ser garantido às pessoas com deficiência.

Em mais de 20 anos de carreira como jogador me acostumei a conviver com a crítica, nem sempre construtiva. Sei que, assim como muitos me apoiam, todos têm o direito de me criticar. Serei cobrado como Deputado, talvez até mais do que quando defendi a Seleção Brasileira ou os clubes por que passei.

Pretendo continuar a oferecer aos críticos e aos descrentes a minha melhor resposta: meu trabalho.

Muito obrigado.

O Sr. Jonas Donizette – Nobre Deputado Romário, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ROMÁRIO – Pois não, colega.

O Sr. Jonas Donizette – Quero, neste seu primeiro pronunciamento na Casa, ressaltar a história de vida de V.Exa., uma pessoa de origem humilde, que sempre demonstrou, especialmente na figura do seu pai, um amor, um carinho especial pela família. Tenho certeza de que seu pai, onde quer que esteja, alegra-se muito por vê-lo na tribuna desta Casa. Tenho também convicção de que deve trazer à memória os momentos em que seu pai o incentivou, porque era uma figura exponencial em sua vida. É uma honra para esta Casa tê-lo como membro, pelo que representou na história do esporte desta Nação. Foi um ídolo vestindo a camisa verde-amarelo. Mas, acima de tudo, sempre foi uma pessoa muito querida por todas as torcidas de todos os clubes, tanto no Brasil quanto no exterior. Foi sempre uma figura muito querida por todos os brasileiros. Agora, o seu Estado, Rio de Janeiro, deu-lhe a honra de estar aqui. Quase 150 mil eleitores cariocas o elegeram Deputado Federal pelo nosso partido, o PSB, que deposita em V.Exa. a esperança de fazermos muito por todas as áreas que V.Exa. nominou em seu discurso, especialmente pelo esporte, que lhe deu tantas conquistas e vitórias. Nem todos conseguem a amplitude que o Romário conseguiu na sua vida esportiva. Mas só pelo fato de as crianças, os jovens, os adolescentes terem um esporte à sua disposição para vencerem a criminalidade e a droga já será uma conquista muito grande. Cumprimento V.Exa. pelo mandato que assume como Deputado Federal. Fico feliz por estar ao seu lado, companheiro de bancada. Conte comigo para que, juntos, possamos desenvolver nesta Casa um trabalho que certamente será reconhecido pelo povo carioca e pelo povo brasileiro.

O SR. ROMÁRIO – Agradeço o aparte do meu nobre colega Deputado Jonas Donizette.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Quero dizer aos nobres pares que o aparte é uma breve interrupção do orador sobre determinada matéria; não pode ser um discurso paralelo. É preciso ter muito cuidado, senão roubam-se os 25 minutos do orador. É preciso fazê-lo sem qualquer conotação com o orador anterior.

Quero apenas dizer que é uma breve interrupção ao discurso do Parlamentar.

O SR. ROMÁRIO – Ouço, com prazer, o Deputado Júlio Delgado.

O Sr. Júlio Delgado – Deputado Romário, serei breve, como determinou nosso Presidente. V.Exa. hoje estreia na tribuna da Casa trazendo o legado dos seus eleitores e, acima de tudo, a sua experiência como jogador profissional de futebol. Foi um craque nos gramados, trouxe aos brasileiros grandes alegrias – a mim, torcedor do Fluminense, algumas tristezas quando atuava por outros times. Mas isso é natural. Destaco entrevista em que V.Exa., com toda a sua experiência, defendeu o Rio de Janeiro como uma das sedes da Copa do Mundo e das Olimpíadas, e também sua luta pelo portador de deficiência. Desejo-lhe todo o sucesso. Tenho certeza de que o mesmo sucesso que teve nos gramados V.Exa. terá na Câmara dos Deputados, até porque, para sua sorte, e nossa também, o tapete aqui é verde, e de tapete verde V.Exa. entende muito. Parabéns! Espero que no exercício do seu mandato tenha tanto sucesso como na carreira de jogador de futebol. Um abraço.

O SR. ROMÁRIO – Deputado Júlio Delgado, um abraço. Agradeço pelo aparte de V.Exa.

Ouço, com prazer, o Deputado Domingos Neto.

O Sr. Domingos Neto – Meu querido Deputado Romário, nós, companheiros de bancada do PSB, estamos muito felizes com sua presença. Sabemos de sua determinação em prestar um grande serviço à juventude do País. Certamente V.Exa. trará à Casa a experiência acumulada no esporte. Apesar do que muitos dizem, é certo que está determinado a prestar um grande serviço ao País, especialmente em relação a tema muito importante, pela experiência vivida dentro de sua própria casa, que diz respeito aos portadores de deficiência. Sei de sua determinação em prestar um grande serviço à Nação. Conheço de perto o seu trabalho. A bancada do PSB está orgulhosa por ter o Deputado Romário representando o Estado do Rio de Janeiro. Nos 4 anos de mandato terá oportunidade de fazer um grande trabalho como Deputado Federal.

O SR. ROMÁRIO – Concedo um aparte ao Deputado José Airton.

O Sr. José Airton – Meu caro Deputado Romário, parabenizo-o pela vitória e pelo gol de placa que marca hoje na tribuna ao trazer à Casa um discurso objetivo, prático, concreto, em que abraça duas causas importantes para o nosso povo: o esporte, com a autoridade de quem foi um dos atletas mais renomados do País, o que nos dá muito orgulho, e a defesa dos direitos dos portadores de necessidades especiais.

Tive o privilégio de ser o Relator da proposta de criação da Secretaria Nacional dos Portadores de Deficiência. Também abraço essa causa. Desejo-lhe sucesso como Parlamentar e que juntos possamos conquistar novos direitos para o nosso povo. Um abraço em meu nome e do nosso amigo Deputado Gony Arruda, grande esportista do Ceará.

O SR. ROMÁRIO – Concedo um aparte ao Deputado Márcio Macêdo.

O Sr. Márcio Macêdo – Deputado Romário, inscrevi-me porque primeiro falou um vascaíno e, depois, um fluminense. Agora fala um flamenguista, para não perdermos por W.O. Desejo boa sorte a V.Exa. Que possa brilhar na Casa como no futebol e que utilize o seu prestígio para fazer projetos que usem o esporte como instrumento de inclusão social, para afastar os jovens das drogas e dar-lhes oportunidade. Que Deus o abençoe e que V.Exa. faça um grande mandato.

O Sr. Onofre Santo Agostini – Deputado Romário, V.Exa. me permite um aparte? Quero saudar V.Exa., um bom vascaíno, assim como eu. Deputado Romário, estou surpreso. Imaginávamos que V.Exa. só sabia jogar futebol. Mas mostrou a todos que não é verdade, que está realmente preocupado com a situação do povo brasileiro, principalmente do Estado do Rio de Janeiro. Deus o ajude na grande missão de auxiliar os portadores de necessidades especiais. Serei parceiro de V.Exa. nesse projeto. O que fazemos em Santa Catarina queremos fazer em todo o Brasil. Muito obrigado.

O SR. ROMÁRIO – Muito obrigado, nobre colega.

A Sra. Ana Arraes – Deputado Romário, quero parabenizá-lo, pois, no esporte, deu ao Brasil e aos brasileiros muitas alegrias. Hoje chega a esta Câmara do mesmo jeito que chegou para o esporte brasileiro: trazendo dois grandes compromissos, como o esporte para todos, para os jovens, para as crianças, para que possamos ter uma Nação mais saudável, e o reconhecimento do direito do deficiente de ser cuidado pela Nação brasileira. Parabéns, Romário. Bem-vindo. Um bom mandato.

O SR. ROMÁRIO – Obrigado.

O Sr. Renan Filho – Deputado Romário, é um prazer apartear-lo e parabenizá-lo pelo primeiro discurso na Casa. Eu também estou assumindo meu primeiro mandato nesta Casa. Acompanhei sua carreira de jogador de futebol. Sua inteligência o conduziu nos campos, assim como o conduzirá no Parlamento. Gostaria de dizer-lhe, em meu nome e em nome do Congresso Nacional, que é um grande orgulho tê-lo como com-

panheiro. V.Exa. vai trazer a esta Casa os holofotes positivos de que tanto precisamos. Acompanhei, antes mesmo de sua eleição, seu desempenho nesta Casa na Semana de Valorização dos Deficientes Físicos. V.Exa. atuou em defesa do direito do portador de deficiência. Parabéns. É uma honra, um orgulho para o Congresso Nacional a sua chegada. Sem dúvida, V.Exa. desempenhará um grande trabalho. Meus parabéns!

O SR. ROMÁRIO – Muito obrigado, nobre colega.

O Sr. Valtenir Pereira – Deputado Romário, sou o Deputado Valtenir. Quero parabenizá-lo por ter se colocado à disposição do povo do Rio de Janeiro para representá-lo aqui, no Congresso Nacional. V.Exa. deu muitas alegrias ao povo brasileiro, ajudou, inclusive, a Seleção na conquista do quarto Campeonato Mundial. Tenho certeza de que, pela sua experiência no esporte, nesta Casa V.Exa. vai nos ajudar a construir oportunidades para muitos jovens talentosos que precisam do apoio do poder público. Seja bem-vindo a esta Casa! Sucesso! Conte com o Deputado Valtenir! Conte com o Partido Socialista Brasileiro! Conte com seus companheiros! Vamos trabalhar juntos em prol da juventude e do País. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O ilustre Deputado Romário dispõe de apenas 2 minutos e 18 segundos na tribuna. Solicito, portanto, que não conceda mais apartes, para poder concluir seu discurso no tempo regimental.

O SR. ROMÁRIO – Na verdade, Sr. Presidente, meu discurso já havia terminado. Mas realmente me sinto muito orgulhoso, muito honrado por estar nesta Casa, inclusive um pouco nervoso por ser este o meu primeiro discurso. Faço parte, hoje, de um mundo diferente do meu. Tenho 45 anos e sempre vivi do esporte. Hoje estou na política.

Não tenho experiência em política partidária. Certamente vou precisar da ajuda dos colegas. Vim ao Congresso aprender a fazer política para fazer o bem. Hoje, fazendo parte desta Casa, temos a obrigação de dar ao nosso povo melhor qualidade de vida. Se depender de mim, estejam certos, serei um grande companheiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Deputado Romário, V.Exa. disse que enfrentou o Maracanã com 120 mil pessoas e nunca tremeu, mas que tremeu antes de assomar à tribuna. V.Exa. se saiu muito bem. Quero cumprimentá-lo. Faça isso mais vezes. E venha com esse programa de trabalho para ajudar a Casa a

se encontrar com a sociedade e tornar-se de fato um verdadeiro pilar da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Encontra-se presente o Sr. Walter Meyer Feldman, representante do Estado de São Paulo, eleito pela Coligação PPS/DEM/PSDB, que tomará posse em virtude do afastamento do titular.

Convido S.Exa. a prestar o compromisso regimental, com o Plenário e as galerias de pé.

(Comparece à Mesa o Sr. Walter Meyer Feldman e presta o seguinte compromisso):

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Declaro empossado o Sr. Walter Meyer Feldman, a quem cumprimento neste instante. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Continuando o Grande Expediente, concedo a palavra ao segundo orador, o ilustre Deputado Arthur Lira, do PP de Alagoas.

Antes, porém, informo que, por motivo de força maior, terei de sair agora, mas passo a condução dos trabalhos a um ilustre membro da Mesa anterior que, por ter a mesma liberalidade que eu, com certeza, dará a palavra a todos os que o desejarem.

Portanto, até às 19 horas, quando, impreterivelmente, a sessão será encerrada, quem quiser terá oportunidade de usar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem a palavra o Deputado Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a permissão dos nobres Deputados, dos ouvintes da *Rádio Câmara* e dos telespectadores da *TV Câmara*, quero, no início do meu pronunciamento, me dirigir aos alagoanos, povo trabalhador, ordeiro e alegre, registrando desta tribuna o meu agradecimento pelos 84.676 votos que me proporcionaram este mandato de Deputado Federal, que muito me honra ser por Alagoas.

Tenho origem familiar na cidade de Junqueiro, Município que hoje vem apresentando crescimento e desenvolvimento, tornando-se referência regional na saúde bucal e na cultura, através do seu belíssimo centro cultural. Aliás, a cidade de Teotônio Vilela, que já foi Junqueiro, apresentou, na última década, uma das maiores taxas de desenvolvimento e melhoria de

vida dos seus municípios. Todo esse desenvolvimento foi capitaneado pelo ex-Prefeito e agora Deputado Estadual mais votado na última eleição, o municipalista e meu primo Joãozinho Pereira, filho do saudoso Prefeito João José Pereira. Muito obrigado, queridos contrerrâneos, pelo apoio que recebi e recebo de cada um de vocês.

Neste pronunciamento, Sr. Presidente, lembro, primeiro, que a bancada federal de Alagoas deve se unir em torno do trabalho que vem realizando o Governo do Estado no desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos alagoanos; segundo, destaco o exemplo do ex-Presidente Lula, que não mediu esforços para ajudar Alagoas, e lembro a sua previsão de que a Presidenta Dilma será uma parceira ainda melhor para o nosso Estado; terceiro, parabeno conquistas de mulheres guerreiras; quarto, ressalto o desenvolvimento do meu Estado; quinto, abordo o tema preocupante das drogas no Brasil; sexto, peço o empenho do Governo Federal em ajudar Alagoas na educação e na agricultura e, por último, solicito o empenho desta Casa na aprovação do Código Florestal.

Sras. e Srs. Deputados, chego a esta Casa ainda muito jovem, mas afirmo que estou ainda mais remoto, mais motivado, desde o dia em que comecei a andar pelos corredores, gabinetes e neste plenário. Confidenciei isso à minha esposa e aos meus filhos logo nos primeiros dias, quando percebi nesta Casa um ambiente de grande produtividade, de muito trabalho e, principalmente, de oportunidades para proporcionar melhoria da qualidade de vida aos brasileiros, em especial aos alagoanos, o que é meu propósito e da bancada alagoana.

Nossa bancada é composta, Srs. Deputados, de veteranos e calouros, mas todos com a compreensão de que Alagoas precisa muito do nosso empenho em obter ações, recursos e obras. Digo isso afirmando que as questões eleitorais devem ficar para os palanques. Hoje somos todos a favor do crescimento e do desenvolvimento do nosso Estado, sem disputa partidária.

Afirmo isso com a certeza de que assim deve ser, Deputado Maurício Quintella Lessa, e lembro trecho de recente discurso do nobre Deputado Renan Filho, quando relatava premissas para o Brasil seguir crescendo, premissas essas com as quais também concordo. Nesse mesmo discurso, Renan Filho afirmava: *“Reitero meu compromisso com o Estado como um todo, com meus eleitores e com aqueles que fizeram outras opções”*. Após essa afirmação, o Deputado Renan Filho continuou dizendo que se compromete a empregar as melhores energias da sua juventude em

benefício da população, independentemente do lado em que esteja: Governo ou Oposição. É disso que Alagoas precisa!

Tenho certeza de que a bancada de Alagoas seguirá o exemplo do ex-Presidente Lula, que, mesmo sendo do PT, não mediu esforços para ajudar Alagoas, Estado governado pelo tucano Teotônio Vilela Filho, que vem fazendo um grande trabalho. Esse gesto republicano do grande Presidente Lula foi registrado nesta Casa por diversas vezes nos discursos do ex-Deputado Benedito de Lira, hoje Senador por Alagoas. Relembro pequeno trecho do discurso do dia 2 de junho de 2010 do Deputado Benedito: *“Estou aqui para dizer que o Presidente Lula tem agido institucionalmente com o meu Estado. O Governador de Alagoas é do PSDB e o Presidente é do PT. Mas, como o Presidente tem dito em inúmeras manifestações, as ações são direcionadas para a população brasileira, não existe sigla partidária”*. Essas foram as palavras do Deputado Benedito de Lira naquela oportunidade.

Nas inúmeras vezes em que ocupava esta tribuna e agradecia o apoio do Governo Federal ao nosso Estado, o incansável político Benedito de Lira, que tanto trabalha por Alagoas, o fazia por entender que a parceria Governo Federal, bancada federal e Governo Estadual é o melhor caminho para a consolidação da retomada do desenvolvimento e crescimento que Alagoas vem vivenciando há 4 anos.

Posso afirmar que Alagoas está no caminho certo. Devemos todos continuar trabalhando unidos por essa causa. O Senador Benedito de Lira me disse que, a cada pronunciamento de agradecimento seu aqui nesta Casa, e quando ele agradecia pessoalmente ao Presidente Lula o apoio a Alagoas, este dizia: *“Biu, a futura Presidenta Dilma Rousseff, caso eleita, será uma parceira ainda melhor para Alagoas”*.

Aqui fica a nossa certeza de que, se fizermos a nossa parte, a nossa Presidenta, com sua competência, determinação e sensibilidade feminina, fará das palavras de confiança de Lula uma realidade. Não tenho dúvidas de que o Governo da nossa Presidenta entrará para a história do nosso Estado como o período de maior avanço na melhoria de vida dos alagoanos, principalmente daqueles que ainda vivem em situação de miséria absoluta e que esperam da primeira mulher a dirigir o País avanços ainda maiores do que os conquistados pelo Presidente retirante, nordestino e operário.

Falando ainda da sensibilidade das mulheres, quero saudar as companheiras Deputadas Celia Rocha e Rosinha da Adefal. Lembro trecho do recente discurso

da Deputada Celia, quando se referia à saudosa Ceci Cunha, primeira alagoana a ocupar uma cadeira nesta Casa, retirada tragicamente da nossa convivência. Ceci, com certeza, estaria orgulhosa de ver a volta de alagoanas guerreiras representando nosso Estado.

Também registro a emblemática e acertada escolha, por nós, Deputados, da Deputada Rose de Freitas, do seu partido, Deputado Renan Filho, eleita 1ª Vice-Presidenta da Mesa Diretora. Parabéns a todas as mulheres! Que o Brasil ganhe com essas conquistas.

Falando de conquistas femininas, vêm a minha mente as donas de casa, muitas delas chefes de família em Alagoas, todas desejosas de dias melhores para suas famílias. O primeiro desejo é uma boa educação para os seus filhos. E isso sempre foi problema em Alagoas.

Creches, escolas técnicas e universidades são e sempre serão uma prioridade básica para o desenvolvimento de um Estado. Alagoas vem sofrendo há muitos anos pela falta de investimento nesta área. Num passado não muito distante, havia greves intermináveis, que duravam anos seguidos, falta de prioridade governamental, falta de recursos materiais e de instalações adequadas. Há 4 anos, teve início, com muita dificuldade, uma retomada de planejamento e investimento neste importante setor da administração estadual.

Aqui, mais uma vez, Deputado Roberto Teixeira, vale ressaltar o importante papel da parceria entre Governo Federal e Governo Estadual. Ressalto a pessoa do Ministro Fernando Haddad, que, seguindo orientação do Presidente Lula, deu total apoio aos trabalhos e projetos do Governo do Estado.

Aproveito a oportunidade e parabeno a Presidenta Dilma pela manutenção do Ministro Haddad em seu Governo. Com certeza, é um reconhecimento ao importante trabalho que Haddad vem desenvolvendo na Pasta, com muita competência e seriedade.

A educação em Alagoas ainda apresenta um dos mais baixos IDEBs do Brasil. Nos últimos 4 anos, não mudamos muito esse indicador, mas mudamos a forma, Deputado Maurício, como o Governo Estadual enfrenta e prioriza essa área. Aliás, não só o Governo Estadual. Há Municípios com grandes exemplos nessa área, como a iniciativa da Prefeitura de Limoeiro de Anadia de fomentar e apoiar os jovens com cursinhos pré-vestibulares, apresentando bom índice de aprovação nas universidades públicas, com matéria publicada no *site Cada Minuto*, do Estado de Alagoas. Quero parabenizar todos os feras da cidade de Limoeiro de Anadia.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Deputado Maurício Quintella.

O Sr. Maurício Quintella Lessa – Agradeço ao Deputado Arthur Lira o aparte. Quero, neste momento, dar-lhe as boas-vindas ao Congresso Nacional, já que fiz parte das duas bancadas anteriores. Já é o meu terceiro mandato. Não tenho dúvidas de que V.Exa. tem tudo para ser um grande Deputado. V.Exa. faz um discurso inaugural de conciliação, de unidade, em prol de Alagoas e do Brasil. Se seguir aqui os caminhos que seu pai seguiu, não tenho dúvida do sucesso que terá no Congresso Nacional. O Deputado Benedito de Lira foi, sem dúvida alguma, um grande Parlamentar para esta Casa e também para o Estado de Alagoas. S.Exa. foi um dos Parlamentares que mais recursos levou ao Estado, que mais trabalhou pelas políticas públicas e pelo desenvolvimento, tanto é que foi consagrado agora nas urnas, com mais de 900 mil votos, e hoje deixou esta Casa, encontrando-se aqui ao lado, no Senado Federal. Siga os caminhos de seu pai, apesar da sua independência, da sua experiência já como Deputado Estadual. A Câmara dos Deputados é uma Casa de muitos companheiros e de longo prazo. Não tenho a menor dúvida do sucesso que terá aqui. Boa sorte no seu mandato. Conte com o Deputado Federal Maurício Quintella. Não tenho dúvida também de que contará com toda a bancada de Alagoas e com todo o Congresso Nacional, para que possamos juntos trabalhar pelo desenvolvimento do nosso grande Estado de Alagoas. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR LIRA – Muito obrigado, Deputado, pela deferência.

Concedo um aparte ao Deputado Renan Filho.

O Sr. Renan Filho – Deputado Arthur Lira, é um prazer ouvir as suas palavras de conciliação. Quero dizer que Alagoas tem uma das menores bancadas de todo o País aqui nesta Casa. Portanto, precisamos, mais do que os outros, Deputado Maurício Quintella, estar unidos, defendendo os propósitos e os interesses do povo alagoano. Vejo nas suas palavras as melhores das intenções. Conheço a sua história política e a sua trajetória. O seu pai, atual Senador Benedito de Lira, fez nesta Casa a parte principal de sua história política, ajudando o povo de Alagoas, batalhando pelas grandes causas do nosso Estado e, sem dúvida alguma, V.Exa. dará continuidade a esse trabalho, quem sabe melhorando e trazendo mais resultados para o povo alagoano, que tanto precisa. V.Exa. sabe bem do que estou dizendo. Eu, assim como V.Exa., estou chegando agora a esta Casa. Acaba de nos dizer o Deputado Maurício Quintella Lessa que esta Casa é de longo prazo, mas

só teremos sucesso no longo prazo se todos os dias fizermos a nossa parte no trabalho. Boa sorte! Tenha uma grande atuação no Congresso Nacional. É o que Alagoas espera de todos nós.

O SR. ARTHUR LIRA – Muito obrigado, Deputado Renan Filho. Estendo a V.Exa. as mesmas considerações, sabedor que sou do trabalho que V.Exa. desempenhou à frente da cidade de Murici e daquele que seu pai desempenha ao longo de três mandatos em favor do povo de Alagoas.

Sr. Presidente, voltando a falar do Governo de Alagoas, registramos que vem sempre avançando, passo a passo, dentro de seus limites, conquistando degraus importantes na busca da eficiência e da eficácia do ensino do nosso Estado. Mas ainda é pouco. Temos pressa, Sr. Presidente. E por isso precisamos cada vez mais do apoio e da parceria do Governo Federal nessa área. Alagoas precisa e vai avançar na educação para que os alunos ocupem as milhares de vagas de trabalho que estão sendo criadas em nosso território por empresas que se estão instalando, confiantes neste novo tempo de segurança institucional proporcionado pelos poderes públicos alagoanos, principalmente pelo Poder Executivo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relato agora alguns dados de desenvolvimento em curso no Estado de Alagoas. O Estado recebeu recursos de investimentos públicos que ultrapassaram os 2 bilhões de reais para fazer diversas obras públicas de saneamento básico, para a construção de casas populares, obras de infraestrutura e para o Canal do Sertão.

Empreendimentos da iniciativa privada têm dado uma amostragem extraordinária do que é Alagoas e do que poderá vir a ser no futuro. Temos, por exemplo, a Mineradora Vale Verde, que se está instalando no Agreste do meu Estado, com investimento de aproximadamente 1 bilhão de reais.

Em um futuro breve entrará em funcionamento em Alagoas o estaleiro EISA ou, mais precisamente, numa linguagem mais popular, uma fábrica de navios, para que as pessoas compreendam que já foi definida e já tem licença prévia concedida pelo IMA de Alagoas; está faltando tão somente, Sr. Presidente, a licença definitiva para que as obras possam ser iniciadas.

Trata-se de investimento de aproximadamente 1,5 bilhão de reais, que gerará mais de 10 mil empregos diretos naquela região. Só para os Deputados terem ideia, serão servidas mais de 30 mil refeições diariamente aos trabalhadores que atuarão na criação dessa empresa. Aproveito e solicito urgência ao IBAMA no parecer final da licença ambiental definitiva para

que o nosso Estado possa mudar a vida de muitos e muitos alagoanos.

Continuando o relato dos investimentos em Alagoas, foi lançada a construção da planta de PVC e plástico, que será a maior do Brasil, no Parque Industrial de Marechal Deodoro, em Alagoas, com investimento também da ordem de 1 bilhão de reais, da BRASKEM.

Empreendimentos comerciais há muitos – *shopping centers*, lojas de grandes cadeias de supermercados e mais de 30 hotéis –, e ainda estão se instalando em Alagoas mais de 40 empresas de pequeno, médio e grande portes, fortalecendo nossos parques industriais, como, por exemplo, a maior fábrica ecológica da Coca-Cola da América Latina, localizada em Benedito Bentes, o maior bairro de Maceió.

Por último, saliento a duplicação da BR-101, mais um investimento de aproximadamente 1 bilhão de reais.

Os alagoanos comemoram esse desenvolvimento e a cada dia mais brasileiros e estrangeiros visitam a nossa querida Alagoas. Cinquenta navios internacionais chegaram a Alagoas na última temporada. É o fortalecimento da indústria do turismo.

Toda essa retomada de desenvolvimento, que acabo de relatar, tem na área da educação uma urgência. Precisamos de escolas técnicas para profissionalizar os nossos jovens e trabalhadores. Temos pressa, Senhor Presidente, e para isso vou sensibilizar, juntamente com a bancada alagoana, o Ministro Fernando Haddad, no sentido de ampliar em nossos Municípios o número de creches, a fim de que as mães e pais possam trabalhar tranquilos, sabendo que seus filhos estão bem assistidos. E precisamos, ainda, de melhorias no ensino fundamental e médio, com escolas tendo um bom espaço de tecnologia e de esporte. E, sempre que possível, de tempo integral, para afastar os nossos jovens do risco das drogas, que hoje já atingem até as pequenas localidades dos menores Municípios alagoanos.

Sras. e Srs. Deputados, este é um assunto muito sério e que deve ter por parte desta casa, do Governo Federal e dos Governos Estaduais atenção máxima. E renovo, mais uma vez, a minha motivação para esta Legislatura, pois já tenho conhecimento de que o Presidente Marco Maia vai priorizar esse tema nesta casa, em consonância com a prioridade do Governo Dilma a esse assunto. O Brasil tem pressa. Alagoas precisa de apoio, e os Municípios sofrem sem ajuda para enfrentar esse drama que assola as famílias brasileiras.

Recente pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios – CNM aponta a gravidade do problema no nosso País. A primeira estatística do estudo é assustadora: 98% dos Municípios pesquisados enfrentam problemas por causa das drogas, principalmente o *crack*. Mas por causa da falta de informações e de recursos, os Municípios, em sua grande maioria, não sabem por onde começar o combate a esse mal que vem destruindo famílias e matando nossos jovens de todas as classes sociais.

O Governo Federal precisa reagir! Do plano lançado no ano passado, apenas 3,4% dos Municípios já desenvolvem algum tipo de convênio com o Governo Federal para levar ações aos cidadãos lá nos nossos Municípios. Dos quase 4 mil municípios pesquisados, 91,57% não possuem programa municipal de combate ao *crack*.

Quero aqui registrar que acho um erro usarmos a denominação americana para essa droga sintética chamada *crack*, porque essa palavra tem o mesmo som fonético da expressão popular usada para designar o jogador habilidoso, genial, fora de série, o nosso craque. Esse som fonético é relacionado em nossas mentes, historicamente, a uma coisa boa.

Já é hora, Srs. e Sras. Deputados, de abolirmos as expressões criadas pelos traficantes mundo afora para vender seus produtos maléficos. Sabemos que no meio dos que consomem o *crack*, eles chamam essa droga de “anoia”, assim como ouvimos também mães desesperadas chamar o *crack* de “pedra da morte”. Os meios de comunicação poderiam ajudar nessa mudança de denominação, se for o caso. Tenho convicção de que, com a mudança, jamais confundiríamos a mente de nossas crianças e jovens em diálogos como esses: “*Cuidado com o crack meu filho, isso é ruim para você*”, disse uma mãe ao seu filho. “*Você praticando muito poderá se tornar um craque. Isso é bom pra você*”, observou um pai ao presentear o filho com uma bola. Se, por exemplo, nesses exemplos, a mãe substituiu a palavra *crack* por “pedra da morte”, o filho teria mais noção do perigo dessa droga. A denominação nova e melhor deixo para os especialistas no assunto. Basta lembrar o efeito sobre as pessoas quando batizaram um enfermidade de gripe suína. Houve um sério problema no consumo da carne suína. Logo os meios de comunicações passaram a chamá-la de H1N1, corrigindo, assim, o efeito sobre as pessoas.

Falo deste assunto com preocupação redobrada, porque já está, inclusive, afetando a zona rural de nossos Municípios, zona essa historicamente tão carente da presença do Estado.

Vale mais uma vez ressaltar o avanço da presença do Estado nos últimos anos, através de ações do Governo Federal, gerando expressivos resultados para a nossa economia e melhoria de vida da população dos Municípios interioranos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encerro este meu pronunciamento com um tema de alta relevância para o meu Estado e importantíssimo no desenvolvimento da grande maioria das pequenas e médias cidades do nosso País, com reflexos diretos nas zonas rurais. Refiro-me ao tema agricultura e pecuária.

Nos últimos anos, em Alagoas, o Governo Estadual, em parceria com o Governo Federal, tem apoiado o pequeno agricultor familiar, por meio de programas de produção, renda e fixação do homem no campo. Com apoio técnico, material e financeiro, esses programas estão recuperando cooperativas, famílias e regiões de diversos Municípios.

Um dos mais importantes é o Programa Mais Leite. Esse programa consiste na recuperação da bacia leiteira, para gerar aumento na produção de leite pelos pequenos produtores familiares, distribuindo essa produção com famílias carentes em todo o Estado. Só como exemplo, cito a comunidade Paus Pretos, na cidade sertaneja de Monteirópolis, onde pouco mais de 20 associados produziam 300 litros/dia e hoje produzem 3 mil litros/dia, um aumento de 1.000%.

Sr. Presidente, este programa beneficia 60 mil famílias carentes, e temos hoje mais de 80 mil famílias que poderiam também receber esse benefício, pela sua condição de carente. Por isso, faço, desta tribuna, um apelo ao Governo Federal para ampliar o apoio ao Governo de Alagoas, para fortalecermos ainda mais esse programa e com isso ampliarmos os beneficiários em geral. Vinte e um Municípios do semiárido da bacia leiteira fortalecerão suas economias com essa ampliação.

Ressalto que o Governo do Estado tem feito um esforço para melhorar a nossa pecuária através da assistência técnica, que há mais de 10 anos não existia em Alagoas. Essa assistência também chega ao agricultor e já tem o reconhecimento das comunidades. Existe também o Programa Mais Alimentos, com distribuição de sementes e compra da produção, para distribuição com os mais carentes.

É importante ressaltar o avanço na defesa da saúde animal, exemplificando o combate à aftosa, no qual o Governo do Estado já conquistou com suas ações junto à comunidade rural a condição de risco médio de aftosa, garantindo assim que a boa genética do plantel alagoano de bovinos volte a circular em todo o Brasil,

através do processo de quarentena, proporcionando assim novas divisas para os produtores alagoanos. Mais uma vez, quero reivindicar ao Governo Federal que acelere o processo para declarar Alagoas zona livre com vacinação, pois os nossos pequenos, médios e grandes criadores têm feito a sua parte, junto com o Governo do Estado. Na última vacinação, atingimos 96% de cobertura do rebanho, perdendo apenas para o Estado da Bahia, ficando bem acima da exigência ministerial, que é de 80% de cobertura. Peço atenção especial ao Ministro e à área técnica do Ministério.

Trago para esta Casa, antecipadamente, talvez, um clamor que já acontece em muitos recantos das minhas Alagoas, Sras. e Srs. Deputados: a última decisão do Governo Federal sobre o endividamento rural só solucionou o problema de uma parte dos produtores. A grande maioria não foi atendida. E alerto que o Banco do Nordeste inicia a execução da dívida de muitos proprietários, confiscando bens e patrimônios conquistados com suor e muito anos de trabalho, levando ao desespero famílias inteiras. Temos que buscar uma solução mais ampla e justa para esse problema. É urgente!

Tenho certeza de que a Presidente Dilma, assim como seu antecessor, que teve atenção aos produtores rurais, fará com que sua equipe econômica e técnica encontre soluções para tranquilizar alagoanos, nordestinos e brasileiros.

Por fim, solicito a esta Casa que busquemos cumprir o prazo para que até março seja aprovado o novo Código Florestal, que com certeza é um avanço na área rural e vem ao encontro da preocupação do setor produtivo rural, que deseja preservar o meio ambiente para ampliar e melhorar a produção. O setor rural alagoano pede empenho na aprovação dessa matéria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encerro este meu pronunciamento agradecendo a atenção de Vossa Excelência e dos demais pares, agradecendo aos telespectadores *TV Câmara* e aos ouvintes da *Rádio Câmara*, afirmando a todos que a Câmara dos Deputados, nesta Legislatura, avançará na sua prerrogativa de legislar, dando assim importante contribuição ao desenvolvimento nacional e ao fortalecimento da democracia, em favor do povo alagoano e do povo brasileiro.

Agradeço, por fim, ao Deputado Roberto Teixeira a concessão desta oportunidade e solicito, Sr. Presidente, que este pronunciamento tenha destaque no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Lira, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Nelson Marquezelli, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como não há mais oradores inscritos para o Grande Expediente, concederemos a palavra agora aos Deputados para breves comunicações e Comunicações de Liderança, lembrando que o Deputado Inocêncio Oliveira determinou que passássemos às Comunicações Parlamentares a partir das 18h.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Erika Kokay, por 1 minuto.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas convidar as Parlamentares e os Parlamentares desta Casa para a retomada das atividades da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, no próximo dia 23, às 15h, no Plenário 13. Espero que possamos transformar uma realidade deste País, pois ainda se carrega muita dor em ser criança, e possamos fazer valer, de fato, a nossa Constituição, que assegura que crianças e adolescentes são prioridades absolutas do Estado, da sociedade e da própria família.

Portanto, dia 23, no Plenário 13 desta Casa, às 15h, retomaremos as atividades da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Rosane Ferreira, do PV do Paraná.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar votos de congratulações à cidade de Araucária, onde resido, onde construí minha vida pessoal, profissional e política, que amanhã completará 120 anos.

Também me congratulo com o jornalista Geraldo Luiz Mazza e o parabênz por seus 80 anos, completados no dia de hoje, e pelos 60 anos à frente de importantes veículos de comunicação no Estado do Paraná.

Finalizando, quero também cumprimentar o jornal *O Estado do Paraná*, que durante 60 anos foi impresso e informou os paranaenses do futuro do Estado e do País e agora passa a ser veiculado apenas na mídia digital. Meus cumprimentos ao jornal *O Estado do Paraná* pelo excelente papel que desempenhou até o

momento e sucesso na nova forma de se comunicar com a modernidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Obrigado, Deputada Rosane Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendonça Prado, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente agradecer à Liderança do meu partido a oportunidade deste espaço, permitindo que eu faça, na tribuna da Casa, o meu primeiro pronunciamento da atual Legislatura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ao longo da Legislatura anterior, constatei neste Parlamento o desejo dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas de apreciar as reformas imprescindíveis para modernizar o Estado brasileiro, as reformas do sistema eleitoral e do sistema tributário.

Muitos itens relacionados a essas duas propostas foram aqui discutidos exaustivamente, mas, lastimavelmente, a Câmara dos Deputados não concluiu o processo legislativo. Nós estamos inaugurando uma nova Legislatura, e os principais discursos referem-se exatamente a esses dois pontos fundamentais para a vida do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso partido demonstra já neste primeiro instante que deseja votar a reforma política no nosso País, a reforma eleitoral para o Brasil.

O Deputado Ronaldo Caiado teve um papel relevante durante a Legislatura anterior e trouxe para o plenário diversas propostas que visam exatamente melhorar a qualidade do nosso sistema. Ronaldo Caiado fez um estudo minucioso e, na Comissão que tratou do tema, conseguiu trazer para a discussão, para o debate maior no plenário do Parlamento todos os itens que hoje a Casa deseja votar.

Por isso, fica demonstrado o compromisso do Democratas – não um compromisso que está iniciando agora, mas um compromisso que vem desde a Legislatura anterior. Precisamos fazer imediatamente essas reformas fundamentais.

Falamos o tempo inteiro em reforma tributária, em diminuir o número de tributos, em reduzir a carga tributária dos brasileiros, em ampliar a base de contribuintes. Falamos e apresentamos diversas propostas, tanto nas Comissões pertinentes quanto no plenário

da Casa, mas, infelizmente, também não conseguimos concluir o processo legislativo.

E é por isso que, já, neste primeiro pronunciamento, registro a disposição de todos nós que fazemos o Democratas para apreciar e votar esses temas realmente importantes para a vida política do nosso Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já estamos marcando a nossa posição e pedimos à Mesa que submeta à apreciação do Plenário aquelas propostas que tiveram início na Legislatura anterior, a exemplo da PEC 300, que precisa ser votada apenas mais uma vez neste plenário.

Quero dizer que as categorias dos policiais militares e bombeiros, assim como a dos agentes penitenciários não estão esquecidas do processo legislativo. A partir da próxima semana teremos aqui a companhia desses excelentes servidores públicos para trabalhar na mobilização e na sensibilização dos senhores integrantes do Congresso Nacional, para concluirmos esse processo legislativo e instituímos definitivamente o piso salarial dessas categorias que fazem a segurança pública do povo brasileiro.

Assim sendo, Sr. Presidente, quero fazer uma reivindicação à Mesa Diretora e às Lideranças partidárias para que observem quais são os temas verdadeiramente prioritários, a fim de que possamos, então, concluir o processo legislativo. Peço que observem os temas fundamentais para o Estado brasileiro, para modernizá-lo e para que tenhamos um sistema capaz de satisfazer as necessidades da população e de resolver as questões relacionadas à administração pública.

Agradeço a atenção a V.Exas., deixando claro que os democratas estão aqui para fazer oposição até o último dia da Legislatura, mas com coerência e votando sempre em favor do povo, para melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado, Deputado Mendonça Prado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Leopoldo Meyer.

Lembro aos Srs. Parlamentares novatos que somente no Grande Expediente são permitidos apartes.

O SR. LEOPOLDO MEYER (Bloco/PSB-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na minha primeira intervenção nesta tribuna, quero cumprimentar as Sras. Deputadas, as Deputadas paranaenses Cida Borghetti e Rosane Ferreira e, especialmente, a Deputada Rose de Freitas, Primeira-Vice-Presidente desta Casa.

Fui por 12 anos Secretário de Obras de São José dos Pinhais, minha querida cidade, e construí com os Prefeitos de então milhares de obras de concreto e asfalto, mas foi como Prefeito que realizei os melhores projetos, pois as mulheres com as quais trabalhei, com a sua sensibilidade, me ajudaram a melhorar muito a qualidade de vida das pessoas da nossa cidade.

Agradeço aos eleitores do meu Paraná a oportunidade de vir representá-los e poder contribuir com meus colegas do PSB e todos os demais Srs. Deputados e Sras. Deputadas na discussão e na busca das melhores soluções para todas as demandas aqui criadas.

Já pude perceber o elevado grau de conhecimento e experiência de muitos e vejo a motivação de todos para proporcionar o seu melhor. Certamente a roda não será inventada, como ouvi, mas, com certeza, será aprimorada.

Tendo sido Prefeito, sei das dificuldades que enfrentam. E perfilo-me ante muitos que já se manifestaram no sentido de não penalizarmos os Municípios e proporcionarmos a estes mais recursos, para que bem atendam suas comunidades.

Desde a nossa posse, ouço o Executivo e o Legislativo falarem das prioridades: reforma política e reforma tributária. Que tenhamos sabedoria para realizá-las, bem como estabelecer um salário mínimo para o trabalhador que lhe permita vida mais digna, sem inviabilizar os pequenos Municípios.

Sr. Presidente, também aproveito esta oportunidade para registrar o falecimento do escritor e professor são-joseense Leopoldo Scherner. O escritor faleceu aos 91 anos, no último dia 27 de janeiro. Lecionou para inúmeras gerações de paranaenses e deixa vasta obra acadêmica e literária.

Uno-me também àqueles que manifestaram seu pesar pela morte do Vice-Presidente do PSB do Paraná, Irani Pereira, irmão do Deputado Estadual Reni Pereira. Irani foi candidato a Deputado Federal nas últimas eleições e fez 20 mil votos, contribuindo para que o partido chegasse a obter seu primeiro Deputado Federal pelo Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado José Airton, do PT do Ceará.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores telespectadores, primeiramente, quero manifestar apoio e solidariedade ao querido povo da minha cidade de Icapuí, particularmente aos conterrâneos das comunidades de Barriinha, Barreiras e Redonda, que estão sofrendo violento processo de avanço das marés. Cerca de cinquenta

casas já foram destruídas, além de escolas e estradas – uma verdadeira calamidade.

Solidário, estou acompanhando a situação.

No ano passado, obtive no Ministério da Integração Nacional e na Defesa Civil o empenho de 2,3 milhões de reais, mas, infelizmente, o dinheiro não foi liberado, porque – vejam bem, V.Exas. – um técnico do Ministério deu parecer contrário. Alegou esse técnico que a situação não se enquadrava em caso de calamidade, apesar de parecer nesse sentido, do decreto do Governo do Estado de situação de calamidade e do reconhecimento do processo de calamidade pela Defesa Civil do Estado e pelo Ministério da Integração Nacional. E a não liberação desses recursos muito está prejudicando a população local.

A propósito do assunto, em conversa com o Ministro Fernando Bezerra, sugeri a S.Exa. que mandasse esse técnico para lá e colocasse o pai, a mãe e irmãos para comprovarem a situação de calamidade. É inadmissível um servidor público ter a insensibilidade de dar um parecer inconsequente e irresponsável como aquele. O Ministro, então, resolveu empenhar-se para reavaliar o processo e liberar o recurso.

Estive também com o Prefeito, o Irmão Edilson, com o Vereador Lacerda e com o Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia para pedir-lhes que sensibilizem o Ministro. É absurdo que um empenho não seja liberado por causa da irresponsabilidade de um servidor do Ministério da Integração Nacional!

Aliás, a Secretária de Defesa Civil disse-me que muitos dos recursos não chegam à cidade porque técnicos desses órgãos atrapalham e prejudicam o processo.

Sr. Presidente, o assunto é grave e merece atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Pepe Vargas.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupo a tribuna a fim de prestar justa homenagem à educadora Ignez Cecchini Deppe, falecida no Rio Grande do Sul no dia 09 de janeiro de 2011 aos 81 anos.

A Profa. Ignez, no ano de 1950 e recém-formada em magistério, mudou-se para o Município de Nova Petrópolis, onde atuou como professora e diretora do Colégio Padre Werner, cargo que ocupou até 1953. Nesse ano fez concurso para a segunda instância que lhe dava o direito de escolher onde lecionar. Aprovada no certame, escolheu ir lecionar em Flores da Cunha, retornando assim a Caxias para morar na casa dos pais.

Voltou a Nova Petrópolis quando se casou com o Sr. Normélio Deppe, em 16 de fevereiro de 1957, com quem teve três filhos: Carlos, Karen e Flávio. Nossas famílias eram muito próximas, o que me permitiu uma convivência mais estreita com a Sra. Ignez.

Em 1958 assumiu novamente a direção da Escola Estadual Padre Werner, onde ficou até 1981, ano em que se aposentou com 30 anos de serviço no magistério. Tive a oportunidade de estudar nesse colégio no início da minha vida escolar. São muito agradáveis as lembranças que tenho da Profa. Ignez na direção dos trabalhos.

Embora natural de Caxias do Sul, nascida em 16 de novembro de 1929, adotou Nova Petrópolis como sua cidade e, além de seu papel de educadora, foi líder e atuante do Lions Club, participando ativamente na Comunidade Católica, na Associação de Senhoras Católicas, no grupo Tempo Presente, na Associação dos Italianos e no Grupo de Professoras Aposentadas, que em 2010 completou 25 anos.

Com formação também em Artes Industriais pelo SENAI do Rio de Janeiro, dona Ignez sempre foi uma pessoa muito ativa e disposta a ajudar. Por esse motivo, deixo registrado nos anais desta Casa minha gratidão e reconhecimento pelo seu trabalho e dedicação à educação e pela pessoa exemplar que foi.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cabe-me também registrar que no último dia 7 de fevereiro morreu, em Caxias do Sul, o Vereador Clauri Flores, do Partido dos Trabalhadores, vítima de acidente de trânsito.

O companheiro Clauri havia sido empossado recentemente na vaga do ex-Vereador Assis Melo, do PCdoB, que renunciou para assumir mandato de Deputado Federal.

Mas esta não era a primeira vez que Clauri Flores assumia uma vaga na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Entre 1993 e 1996 exerceu mandato naquela Casa Legislativa pelo PT.

A morte do Vereador Clauri Flores é muito lamentada pela nossa comunidade. As manifestações, nos atos fúnebres, de tantas pessoas, não apenas de autoridades públicas, mas de moradores de vários bairros em que a militância do Vereador se deu ao longo de sua trajetória, de seus alunos e ex-alunos, colegas professores, foi, sem dúvida, a prova de quão querido foi nosso companheiro.

Clauri Flores tinha 52 anos de idade, era professor estadual de história e diretor da Escola Estadual de Ensino Médio Alexandre Zattera.

A militância de Clauri Flores iniciou-se nos anos 80, sempre em defesa dos moradores dos bairros, inicialmente nas organizações de igreja, nos movimentos

populares, mais tarde na União de Associações de Bairros. Esteve ativamente envolvido nas grandes lutas do povo brasileiro, como a campanha por eleições diretas, entre outras.

Além de vereador do PT no período 1993 a 1996, Clauri Flores, durante o período em que fui Prefeito de Caxias do Sul, entre 1997 e 2004, foi Secretário Municipal de Habitação, Secretário Municipal de Obras e Diretor da Companhia de Desenvolvimento de Caxias.

Certamente a perda do companheiro Clauri Flores causa uma lacuna nas lutas populares de nossa cidade, em nosso partido e na vida de muitos de seus companheiros e companheiras, de seus amigos e amigas, especialmente, de seus familiares, sobretudo seu filho Arthur.

No entanto, há um legado de lutas, de militância pelas causas dos que mais precisam, seu trabalho como educador, como vereador e homem público, sua militância partidária, seus bons exemplos, que orgulham a todos nós que tivemos o privilégio de conviver com ele.

Faço desta tribuna o registro de pesar pela morte do Vereador Clauri Flores, do PT de Caxias do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra, por 3 minutos, o Deputado Rogério Peninha Mendonça, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Deputado Onofre Santo Agostini, de Santa Catarina, sou Deputado Federal em primeiro mandato e estou, neste momento, usando a tribuna pela primeira vez.

O Deputado Romário, ao usar a tribuna, disse que já havia enfrentado as botinas dos jogadores do Brasil e do mundo, já havia enfrentado 120 mil pessoas no Maracanã, mas estava tremendo no momento de usar a tribuna. Confesso-lhes que, de alguma forma, eu estava receoso até chegar aqui neste momento, mesmo tendo uma experiência política, diria, relativamente grande.

Estou no meu sexto mandato. Já fui Vice-Prefeito e Prefeito da cidade onde moro, Ituporanga, a maior produtora de cebola do Brasil. Produz 70 milhões de quilos de cebola por ano. Para se ter uma ideia do que significa isso, o consumo brasileiro de cebola por mês está aproximadamente em 70 milhões de quilos. Portanto, a cidade onde moro e da qual fui Prefeito – uma cidade pequena, de 20 mil habitantes – produz o suficiente para o consumo brasileiro de um mês.

Além disso, tive o privilégio de ser Deputado Estadual por três vezes. Na primeira eleição, fiz 25 mil

votos; na segunda eleição, 35 mil. Aumentei, na terceira eleição, para 55 mil votos. Agora me elegi Deputado Federal com 110.170 votos, tendo sido o segundo Deputado Federal mais votado do meu partido em Santa Catarina.

Chego a esta Casa com muitas expectativas e bandeiras, principalmente a bandeira da agricultura, até porque sou engenheiro agrônomo. Entrei para a política pelas lides da agricultura e do campo, mas tenho outras grandes bandeiras: a da educação e a da saúde, em que precisamos, sem dúvida, mudar e avançar no Brasil. Contudo, neste primeiro momento, a maior bandeira de todas, a mãe de todas as reformas, é a reforma política.

A reforma política se faz necessária no País. Estamos vendo uma verdadeira bagunça: o Judiciário legislando por nós, todos fazendo o que o Legislativo brasileiro deveria ter feito há muito tempo.

Cito também a reforma tributária. *(O microfone é desligado.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Deputado, terminou o tempo destinado a V.Exa. Temos de ser justos com todos, são apenas 3 minutos para cada orador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Márcio Macêdo, do PT de Sergipe. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes, boa tarde.

Protocoliei, nos termos regimentais, na data de hoje, requerimento junto à Presidência deste Poder em que solicito a ampliação e o aprofundamento do debate acerca do Projeto de Lei nº 1.876, de 1999, que dispõe sobre áreas de preservação permanente, reserva legal, exploração florestal e dá outras providências, através da criação de um Grupo de Trabalho. Trata-se do debate sobre o Código Florestal.

O presente requerimento se faz necessário para criar este novo debate sobre o referido projeto de lei, considerando:

1 – que a agenda ambiental ganhou proporções significativas no último pleito eleitoral, principalmente no segundo turno, quando se colocou a pauta do desenvolvimento sustentável;

2 – a nova composição da Câmara Federal, com significativa renovação dos Deputados eleitos, com cerca de 233 novos Parlamentares, ou seja, 46% de alteração dos representantes deste Poder;

3 – o compromisso assumido pela Presidenta Dilma Rousseff quanto à agenda ambiental, ao desenvolvimento sustentável e à prevenção das tragédias climáticas e naturais;

4 – a recente tragédia ambiental ocorrida na região serrana do Rio de Janeiro, resultante de deslizamentos provocados pela ocupação desordenada de áreas de preservação permanente, a exemplo do que pode ocorrer com várias cidades brasileiras, diante da ocupação desordenada de áreas de preservação permanente, as chamadas APPs;

5. a enchente ocorrida nos Estados de Pernambuco e Alagoas em meados do ano passado relacionadas à ocupação irregular e à degradação das matas ciliares, principalmente diante dos conceitos de área urbana e rural consolidadas;

6. a apreciação da compatibilidade legal do parecer do PL 1.876 com a Convenção da Diversidade Biológica e principalmente o Protocolo de Nagoya, assinado em outubro do ano passado no Japão pelo Governo brasileiro, onde a preservação e a conservação da biodiversidade possuem na reserva legal, mata ciliar e áreas de preservação permanente fundamental instrumento de efetividade;

7. que o texto do Projeto de Lei nº 1.876, de 1999, o Código Florestal, e o parecer do Deputado Aldo Rebelo apresentam consideráveis alterações no tratamento das ocupações urbanas e rurais consolidadas no tocante às implicações das sanções aplicáveis pela Lei nº 9.605, de 1998, e sua regulamentação.

Destaco, portanto, que o novo Código Florestal é o carro-chefe da agenda ambiental este ano na Câmara Federal, com implicações em toda a política ambiental do Governo Federal.

Por isso, reitero a necessidade de criarmos condições para que o Código Florestal seja mais amplamente debatido, saindo da dicotomia agricultura e meio ambiente e também dirimindo todas as dúvidas de ordem técnica e legal suscitadas quanto às consequências do parecer aprovado para o meio ambiente urbano.

A reabertura do debate do novo Código Florestal através de um Grupo de Trabalho nesta Casa vai proporcionar a entrega de um texto legal mais robusto para a sociedade brasileira, com a convergência necessária entre a agricultura e o meio ambiente para que se concilie o interesse social com a sustentabilidade e que se garanta a segurança das ocupações rurais e urbanas consolidadas, evitando a exposição de vidas humanas em área de risco. Neste sentido, espero que o meu requerimento seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, vejo que agora consta do painel o tempo de que dispomos para falar – e isso é muito bom para sermos mais precisos e aproveitá-lo bem.

O assunto que me traz à tribuna, de certa forma, por felicidade, vem na sequência da abordagem feita há pouco por um colega, mas numa direção um pouco contrária. Refiro-me ao adiamento, por tempo indeterminado, do debate de matéria de extrema relevância para o País: o Projeto de nº Lei 1.876, de 1999, que dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e revoga a Lei nº 4.771, de 1965, o Código Florestal vigente, que tem anomalias absurdas.

Em vez de preservar o meio ambiente, o Código estimula a prática de atitudes absurdas, o que o torna impraticável. Trata o Brasil como se a Amazônia, o Pantanal Mato-Grossense, o Sertão da Bahia, os Pampas Gaúchos, o interior das minhas queridas Minas Gerais, que por si só são muitas, como se fossem uma coisa só. O Código Florestal desconhece a nossa realidade e as mudanças decorrentes do tempo, e não só as climáticas.

É um desserviço ao País teimar em manter algo ultrapassado, ruim, que prejudica o pequeno e principalmente o microprodutor. Pequenos e microprodutores são tratados como bandidos e jogados na criminalidade, porque deles são exigidas coisas impossíveis de serem praticadas.

Em primeiro lugar, quero dizer – e sou pequeno produtor rural e médico veterinário, portanto, um profissional que veio dessa área – que ninguém é mais ambientalista do que o produtor rural, que vive do trabalho na terra e da luta para produzir alimentos.

Sr. Presidente, passou da hora de esta Casa votar um bom Código Florestal. O Deputado Aldo Rebelo fez um relatório brilhante e democrático. A discussão não se limitou a este Congresso, alcançou o País inteiro.

Alerto a Casa para o fato de que, se o Código não for votado dentro de poucos dias, mais de 60% dos produtores brasileiros estarão na ilegalidade, não terão acesso a crédito e a absolutamente nada.

É fundamental, portanto, que esta Casa vote o novo Código Florestal Brasileiro, porque o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA está legislando em nosso lugar. O Ministério Público está agindo, mas nós não. E temos de fazê-lo, porque esse é o nosso dever.

Se formos debater indefinidamente esse tema, ficaremos talvez mais um século fazendo isso. Vamos legislar aquilo que é consenso, que evoluiu. Todos ganharão com isso, principalmente o meio ambiente e os produtores rurais brasileiros, que não podem ser tratados como bandidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Edivaldo

Holanda Junior, do Bloco PTC do Maranhão. S.Exa. dispõe de até 3 minutos

O SR. EDIVALDO HOLANDA JUNIOR (Bloco/PTC-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Luiz Couto, Sras. e Srs. Deputados, assomo pela primeira vez à tribuna para agradecer a Deus e ao meu Estado do Maranhão por terem me conduzido a esta Casa.

Quero falar um pouco sobre o que Deus tem feito na minha vida, amigo Deputado Jonas Donizetti. Voltando os olhos para o passado, lembro que nasci no meio político, cresci acompanhando meu pai nas reuniões de bairro, nos comícios, e fui pedindo a Deus – quando passei a ter discernimento do que era fazer política e do que era ser político – para um dia entrar na política.

Tive oportunidade, amigo Domingos Sávio e companheiro Rui Palmeira, de participar do movimento estudantil, e Deus deu-me a oportunidade de entrar na Câmara Municipal de São Luís pela primeira vez. Depois fui reeleito o Vereador mais votado da cidade. Entreguei nas mãos de Deus a candidatura de Deputado Federal. Deus me abençoou de forma tremenda. Foi Ele quem me colocou nesta Casa. Honra e glória sejam dadas ao nosso Senhor Jesus Cristo.

Agradeço a Deus, porque instrumentalizou isso por intermédio do Estado do Maranhão, em especial da minha São Luís, que me conduziu a esta Casa com 15% dos votos daquela cidade.

Peço a Deus sabedoria para tomar as decisões certas nesta Casa. Que eu possa ser usado por Deus como instrumento de transformação da sociedade, como instrumento de transformação de minha cidade, do meu Estado e do meu Brasil.

Que Deus abençoe o Maranhão, que Deus abençoe o Brasil e que Deus nos dê sabedoria para conduzir e decidir os rumos do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Delegado Protógenes, do Bloco PCdoB de São Paulo. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo mais uma vez a esta tribuna para dar ciência e confirmação do Requerimento nº 323, protocolizado nesta tarde, em que proponho a fiscalização e o controle das políticas públicas para combate ao *crack*, nos termos do Regimento Interno desta Casa.

É preciso investigar as políticas realizadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios em relação ao

consumo e ao comércio do *crack*, que está destruindo a infância e juventude do nosso Brasil.

Em nome desse processo que ora iniciamos nesta Casa, apresentei essa proposta. Conto com a colaboração dos meus pares, porque essa fiscalização não é apenas do Estado de São Paulo, mas do Brasil inteiro, de norte a sul, de leste a oeste. Vamos nos unir, porque essa é uma guerra contra a destruição da nossa infância e da nossa juventude que serão os grandes líderes deste País.

Alinhado a isso, quero também prestar minha solidariedade ao povo egípcio, em especial à irmandade islâmica, que é contra a ditadura do Presidente Hosni Mubarak. Esse facínora está destruindo a infância e a juventude do povo egípcio, e reacendeu a chama de resistência contra essa ditadura tirânica que não tem mais espaço em nenhum país do mundo. Não há mais espaço para a tirania.

É contra essa tirania, é contra esses ditadores que nosso partido posiciona-se no sentido de resistir, de apoiar e de se solidarizar com o povo islâmico, com o povo egípcio.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, meus pares, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Luciano Moreira, do PMDB do Maranhão. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. LUCIANO MOREIRA (PMDB-MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de registrar desta tribuna a satisfação de ver manifestadas as primeiras sinalizações do atual Governo em favor da retomada da discussão da reforma política no Congresso Nacional, neste primeiro ano da nova Legislatura.

Saúdo a iniciativa, que representa uma saudável sintonia do Poder Executivo com a expectativa generalizada dos partidos, da opinião pública e da sociedade civil como um todo.

As Lideranças partidárias estão atentas à grande responsabilidade que lhes cabe na condução dos entendimentos, e o meu partido, o PMDB, tem todo lastro de experiência no trato de mudanças estruturais, podendo desempenhar papel dos mais relevantes no sucesso das alterações constitucionais que envolverão a apreciação dessa matéria, pendente de chancela legislativa há mais de 15 anos.

Sr. Presidente, a última tentativa de votação da matéria ocorreu em 2007, mas fracassou na apreciação dos pontos centrais por falta de consenso. É certo que algumas propostas pendentes são bastante polêmicas. Entendo, porém, que o potencial de controvérsia dos temas não pode nem deve chegar ao ponto de inibir o impulso oficial e a determinação de cada um de nós

Parlamentares na luta pela aprovação de uma reforma, sob certo aspecto a mais relevante, na medida em que é condicionante de outras mudanças fundamentais.

Essa é uma das matérias que terá de mim o melhor dos esforços na atuação parlamentar, na convicção de que o Estado do Maranhão, em termos de desenvolvimento político, será extensivamente beneficiado com uma reforma institucional dessa magnitude.

Temos avançado, nos últimos anos, na modernização dos aspectos técnicos e operacionais de votação e apuração dos pleitos, sem qualquer aperfeiçoamento, em substância, da legislação eleitoral, até porque essa depende de alterações constitucionais, voltadas para o fortalecimento das estruturas partidárias e do sistema político como um todo. É o que falta ocorrer, preferencialmente a tempo de vigorarem as mudanças nas eleições municipais de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado João Ananias.

O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, segunda-feira, ocupei pela primeira vez a tribuna desta Casa e fiz uma análise crítica, uma análise substanciada, pela nossa experiência e pelas experiências outras que nos ajudam nesse problema da saúde pública no País. Hoje, trago um assunto muito ligado a isso: o subfinanciamento do SUS e a situação da urgência e emergência.

Nos últimos anos vem se agravando pela violência espalhada no nosso País, o atendimento em urgências e emergências.

Vivemos uma crise sistêmica no País. Todas as emergências – fui gestor estadual, fui Secretário de Estado da Saúde no Ceará – estão absolutamente lotadas. Não temos mais serviços, não os ampliamos há muito tempo. O perfil das doenças mudou, as causas externas hoje são responsáveis por uma demanda muito grande de leitos de emergência, de serviços de emergência, de UTIs, que não temos. É fundamental investirmos mais na saúde.

Ainda não existe a especialidade médica em urgência e emergência reconhecida no Brasil. Nossa gestão na Secretaria de Saúde do Ceará, de 2007 a 2010, criou a residência médica em urgência e emergência, a segunda no País, dirigida pelo médico Fred Arnaud, grande entusiasta dessa causa, como estratégia de reforçar a formação de médicos emergencistas e melhorar a atenção nessa área.

Mas isso não basta. Temos que garantir mais serviços de emergência, temos que ampliá-los, descentralizando para as cidades menores, a fim de que as transferências para os grandes centros, para os hos-

pitais de alta complexidade, não continuem a ocorrer. Estão morrendo pessoas à míngua.

Vou citar um exemplo: a OMS só aceita até 2% de óbitos em transferências. Temos alguns hospitais no Ceará que estão em 19% de óbitos. Ou seja, as pessoas chegam mortas às portas das emergências por conta das transferências indevidas, por conta da preparação do paciente. Enfim, precisamos cuidar dessa questão que é candente.

Há uma grave desregulação entre oferta de leitos em serviços de emergência e a crescente demanda gerada pelas causas externas. Essa área no SUS, por esta razão, vive em crise permanente, em função das cobranças legítimas e denúncias constantes em função das debilidades.

Como médico, ex-gestor municipal e ex-Secretário de Saúde do Estado do Ceará, passo aqui a elencar as principais causas:

- subfinanciamento do SUS, que reduziu investimentos e custeios, comprometendo duramente esta área tão vital, pois nas emergências chegam os casos mais graves, e, portanto, representam verdadeiras encruzilhadas entre a vida e a morte, daí sua importância;
- faltam profissionais médicos e outros, com formação nessa área tão sensível.

Faltam leitos de UTIs, na quantidade demandada, sendo também o SUS alvo de severas cobranças e ações judiciais.

Faltam serviços de emergência descentralizados principalmente em cidades interioranas, o que compromete, pelas transferências, os hospitais de alta complexidade, com serviços superlotados e, por conta disso, prevalece um tratamento muitas vezes não humanizado.

O certo, Sr. Presidente, é que estamos diante de uma área crítica do SUS. Pessoas estão morrendo e faz sentido a justa pressão da sociedade por melhorias, e para tal precisamos de mais recursos no Sistema Único de Saúde.

Ao concluir minha fala, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apelo mais uma vez para o compromisso da Câmara na agilização da regulamentação da Emenda nº 29, há 10 anos tramitando no Congresso Nacional, que atenuaria bastante o financiamento do Sistema Único de Saúde.

Anexo ao meu pronunciamento estão cópias de matéria do jornal *Diário do Nordeste* que mostram o dia a dia das emergências no meu Estado.

Muito obrigado.

MATÉRIAS A QUE SE REFERE O ORADOR:

Pacientes com doença contagiosa não são separados

8/2/2011

Doentes com dengue, meningite, portadores do vírus HIV e com outras doenças interagem no mesmo ambiente

Parece filme repetido, mas não é. A crise da saúde no Ceará e em Fortaleza não tem fim. Os governos Federal, Estadual e Municipal apresentam soluções, que só aumentam os problemas. Um exemplo é o Hospital São José, especializado no tratamento de doenças infecto-contagiosas.

Ontem de manhã, as macas se multiplicavam em cada canto da unidade hospitalar. Como a instituição atende aos casos de doenças infecciosas, a também emergência estava lotada e a cada hora, mais gente chegava. Muitos via ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Doentes com dengue, meningite, portadores do vírus HIV e com suspeita de outras doenças contagiosas interagem no mesmo ambiente, sem separação, desobedecendo a Organização Mundial de Saúde (OMS), que determina que os pacientes devem ser isolados de acordo com as suas patologias.

Superlotação

Nos corredores da emergência, adultos - mulheres e homens - e até crianças, sem distinção, que precisam de leitos, estão em macas. Angústia e ansiedade pioram o estado de saúde de cada um deles, que passam horas e até dias em macas nos corredores aguardando atendimento de qualidade e até mesmo de resultados de exames para que seja iniciado o tratamento.

Caso de José Ricardo Martins, de 40 anos, vindo de Pacatuba, Região Metropolitana de Fortaleza. Com suspeita de meningite, ele foi medicado e aguardava o resultado de novos exames.

Sua irmã, Rosa Martins, conta que não tem outra coisa a fazer, a não ser esperar. "Estamos aqui desde ontem (domingo) e só consigo rezar, porque pior do que está, tenho fé de que não ficará", diz ela.

Em fila indiana, na maca à frente de José Ricardo, a dona-de-casa Maria Fabiana da Silva, de 33 anos, nem conseguia falar devido à febre e dores no corpo. Com dengue agravada, ela precisa de atendimento hospitalar e ficar internada.

Sua mãe, Maria Vilani reclama da situação com abatimento. "Se para o paciente é ruim ficar assim, sem privacidade, para a gente que acompanha é péssimo. Ficamos em cadeira dia e noite".

Junto dela, Rosa Maria, mãe do garoto Maciel Gomes Brandão, de 15 anos, sofria calada, mas comentou o drama de todos naquela situação. "É triste, né, mas é nossa realidade". Seu filho se trata de calazar, contraído em foco detectado na Vila Velha. "Acho que para mim, o pior já passou", avalia.

O diretor do Hospital São José, o infectologista Anastácio Queiroz, reconhece o grave problema na saúde pública e afirma que o sistema precisa criar novos leitos. "A população cresce, envelhece e sobrecarga o sistema que tem déficit".

Para o ex-secretário da Saúde do Estado, o quadro atual da superlotação nos hospitais públicos e conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) foi agravado pela crise no Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) que teve

que fechar 30% de seus leitos, devido a problemas financeiros. "Isso complicou bastante, sem dúvida", constatou Queiroz.

O infectologista concorda com o presidente da Associação dos Hospitais do Ceará, Aramicy Pinto, de que, para minorar o drama da população carente, seria necessário, a curto prazo, contratualizar mais 300 leitos da rede complementar. "Acredito que, com os hospitais do Cariri e de Sobral (unidades regionais que estão sendo construídas pelo Estado para o atendimento de pacientes das regiões Sul, Centro-Sul e Norte do Ceará), essa situação (falta de leitos de UTI e clínico e superlotação nas unidades de saúde) será amenizada", prevê.

SAÚDE PÚBLICA

69 pessoas aguardam na fila por leito de UTI em Fortaleza

Com o aumento dos casos de viroses e da dengue, procurar por hospital público na Capital, ser atendido e precisar de leitos virou um drama. Até a rede complementar não suporta mais a demanda e está superlotada. Só para se ter ideia, nesta segunda-feira, 69 pessoas - sendo 57 adultos, oito crianças e quatro bebês, aguardavam por leito na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) dos hospitais da rede, sem sucesso.

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Cnes), do Ministério da Saúde, o sistema de saúde de Fortaleza, como um todo, conta com 969 leitos de UTIs - desses 619 são integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) público e complementar.

Pior para quem aguarda por leito clínico ou cirúrgico. São ofertados 4.865 na Capital, dos quais, 3.018 integram o SUS. Na manhã de ontem, todos estavam

ocupados. Com isso, 151 pacientes estavam na fila de espera por leitos nos corredores.

O remanejamento de pacientes é feito pela Central de Regulação de Leitos, através de solicitação dos hospitais. Segundo os médicos que fazem essa seleção, a falta de leitos tem dificultado o trabalho. Por isso, a prioridade é para os casos mais graves.

Na avaliação do titular da Secretaria de Saúde do Município (SMS), Alex Mont'Alverne, o número de leitos per capita para Fortaleza é condizente com o preconizado pelo Ministério da Saúde, que é de três leitos para cada mil habitantes. "O problema são os pacientes vindos do Interior do Estado", afirma o titular da Sesa.

Ele aposta que, com a inauguração do Hospital da Boghos, com a compra de mais 200 leitos, as ampliações dos Frotinhas e Gonzaguinhas e a entrega do Hospital da Mulher, Fortaleza somará mais 400 leitos para a rede Sistema Único de Saúde.

O Ministério Público do Estado do Ceará (MP-CE), através da promotora de Justiça de Defesa da Saúde Pública, Izabel Porto, deverá se pronunciar sobre a questão. Segundo a assessoria do MPE, a promotora espera o documento que será enviado pela rede privada conveniada relatando o caos, para estudar as saídas jurídicas possíveis.

LÊDA GONÇALVES

REPÓRTER

Casos de viroses lotam emergências na Capital

8/2/2011

Já debilitados, pacientes se amontoam em filas enquanto esperam atendimento para viroses e dengue

Sem conforto, sentando em uma dura cadeira, Caio Nascimento, 6, toma soro na veia no Hospital Distrital Gonzaga Mota de Messejana para aliviar o mal-estar. Com dores no corpo, vômitos e muita indisposição, o garoto apresenta o diagnóstico da maioria dos 500 pacientes que diariamente procuram o pronto-socorro. Conforme a diretoria, mais que dobrou a demanda neste último mês. Entretanto, a situação da lotação não é exclusiva dos hospitais públicos, os privados estão trabalhando acima da capacidade.

Reclamando da demora no atendimento no Hospital da Unimed, a secretária, Luana Amorim, 29, esperou mais de quatro horas para ser recebida por um médico a fim de tentar estabilizar a febre, segundo ela, de 39 graus do filho de apenas dois anos. Ela critica a superficialidade da consulta e do diagnóstico, a dificuldade em realizar exames e a falta de estrutura médica. "É quando a gente fica doente que percebe, na pele, a precariedade dos serviços de saúde tanto nas emergências públicas quanto nas privadas", critica a secretária.

Confirmando a saturação, o gerente de emergência do Hospital da Unimed, em Fortaleza, George Alberto Saboia, afirma que fica difícil manter um mesmo padrão de qualidade com os corredores lotados. "Aumentamos, de dezembro para cá, com as viroses e os casos de dengue, 25% no número de atendimentos. São mais de 850 por dia. Se antes um médico atendia quatro doentes em uma hora,

hoje tem que cuidar de oito ou mais. Fica inviável", ressalta. A reportagem tentou entrar no hospital, mas foi autorizada.

Fora o estresse da espera, há também os riscos de se ficar muito tempo em uma emergência médica tendo que se expor à diversas outras doenças, afirma o diretor clínico do "Gonzaguinha" de Messejana. Para ele, o ideal é que as pessoas tentem repousar em casa quando o quadro da doença não apresentar complicações, como febre alta, vômitos e dores muito persistentes. "Ficar em uma emergência não é muito bom, às vezes o paciente pode ficar mais doente ainda. Há que se ter cautela na decisão de vir ao hospital. Muitas viroses podem ser tratadas com repouso apenas. Entretanto, crianças e idosos precisam de atenção redobrada", frisa o diretor Silvio Carlos.

Cuidados

Temerosa de ficar doente como o pai, internado no Hospital "Gonzaguinha" de Messejana, a recepcionista, Fabiana Sousa, 29, evita entrar em contato com os internados e não tocar nas paredes e portas do pronto-socorro. "Vou acabar ficando doente também. A emergência está lotada, todo mundo passando mal e reclamando do atendimento ruim", afirma.

A recepcionista aponta também a demora para realização e recebimento de exames de sangue; já eram 16 horas e ela ainda estava no aguardo de um teste feito às 11 horas. No começo da tarde de ontem mais de 60 esperavam atendimento na recepção. "É só um médico para esse mundo de gente", criticava o vendedor Paulo Alberto, 23.

Para o diretor administrativo do Hospital da Criança, no Montese, João Bosco Luna, o mais complicado de toda essa "onda" de viroses é a dificuldade em

fazer a triagem dos casos mais graves e daqueles que podem ser dengue. Por dia, a entidade atende mais 120 crianças, sendo, segundo ele, mais de 80% com sintomas de virose.

"No meio de todos esses casos temos que investigar individualmente os que podem se complicar a fim de tratá-los com mais atenção. Temos tido muitos doentes com dengue aqui", ressalta o diretor afirmando que, neste mês, houve aumento de 100% nas consultas. Ontem, 28 estavam hospitalizados. Fortaleza conta com 449 casos confirmados de dengue.

Reclamações

Lotação e espera

"Cheguei à emergência eram 12 horas, já são 17 horas e nada de eu ser atendida aqui no Gonzaguinha da Messejana."

Francisca Célia Souza

34 anos

Doméstica

"Estou com muita dor de cabeça e vômito. A gente pensa que vai morrer e nunca mais vai ficar bom. Virose é muito ruim."

Rogério Fernandes

19 anos

Vendedor

"O pior é ter que enfrentar uma longa espera só pro médico olhar para a tua cara, não fazer um exame e pronto, acabou."

Paulo Victor da Silva

23 anos

Vendedor

CONSTATAÇÃO

Diagnóstico para apontar casos graves

Em meio à tantos casos de virose, o diagnóstico mais preciso se faz importante para apontar quando o caso é uma simples gripe ou a dor no corpo aponta para a dengue, afirma a pneumologista e presidente da Sociedade Cearense de Pneumologia, Filadélfia Passos. "Estamos vivendo uma epidemia em Fortaleza de viroses. Todos os hospitais estão lotados e muita gente debilitada. Nem tudo é virose, pode ser dengue, daí ter que se fazer hemograma", ressalta.

Para ela, há dois tipos principais de viroses atingindo a população: uma que mostra o sintoma de "moleza", dor no corpo e coriza e outra mais agressiva que apresenta diarreia e vômito. Conforme a pneumologista, os médicos têm que usar do bom senso no diagnóstico e no tratamento. "Às vezes o vômito pode ser uma infecção estomacal. Entretanto, nos casos mais comuns de virose, os doentes costuma ficar bons em até quatro dias, caso tomem as devidas recomendações e mantenham repouso completo", frisa.

Insegura

A consultora de telemarketing, Dayciane Lima, 18, levou o filho de apenas quatro anos para a emergência hospitalar independente do quadro ser ou não de dengue. Entretanto, ela ficou insegura do médico que atendeu o garoto não o encaminhado para realizar exames de sangue. "Pela grande lotação, as consultas são muito rápidas, os especialista dizem as mesmas coisas, passam o remédio e mandam a gente voltar para a casa. E se for dengue mesmo?", questiona consultora.

No casos dos três hospitais - da Criança, Unimed e "Gonzaguinha" de Messejana - os diretores afirmam ter controle sobre os possíveis casos de dengue, fazendo monitoramento e comunicando os casos à Secretaria Municipal de Saúde. Uma portaria do Ministério da Saúde obriga a notificação de casos graves e morte em até 24 horas.

Para a pneumologista Filadélfia Passos, falta, entretanto, mais rigor e comprometimento dos hospitais. "A superlotação não devia ser desculpa para a superficialidade do atendimento, mas acaba sendo. A carga de trabalho dos médicos tem sido muito grande. Só eu atendi 40 pacientes em um dia", frisa.

No caso da virose gástrica - mais comum no último mês - os principais sintomas são: vômito, diarreia (fezes líquidas com cheiro forte), febre, dores abdominais e dores de cabeça. Esses podem passar em até cinco dias.

O tratamento é sintomático, ou seja, o médico prescreve medicamentos para amenizar os sintomas - antitérmicos, antieméticos (náuseas e vômitos) e reconstituidores da flora intestinal. É importante ainda o uso de soro para evitar desidratação. Para a prevenção, se faz necessário lavar as mãos, principalmente, após utilizar o banheiro e antes de se alimentar.

IVNA GIRÃO

REPÓRTER

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, convido os nobres Parlamentares que assinaram o proposta de recriação da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura para comparecerem ao Plenário nº 13, no próximo dia 16, oportunidade em que será reeditada a Frente, que tem o objetivo de discutir a pesca em todo o Brasil, e procedida a eleição de sua nova diretoria.

Com a criação do Ministério da Pesca, é necessário fortalecer ainda mais o movimento. Para tanto, precisamos criar aqui a Comissão Permanente da Pesca e discutir os projetos de interesse do pescador. Muitas ações ainda precisam ser empreendidas, como

a aprovação da Lei da Pesca e da Lei das Colônias, mecanismos de apoio ao pescador.

Tenho certeza de que a Frente Parlamentar, que é suprapartidária e composta de Deputados e Senadores, será um importante instrumento de defesa dos direitos do pescador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Salvador Zimbaldi.

O SR. SALVADOR ZIMBALDI (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após 4 anos de jejum, fiquei ausente na última Legislatura. Antes disso, tive dois mandatos de Vereador em Campinas e três mandatos conse-

cutivos de Deputado Federal. Agora estou de volta pelo PDT. Não tenho a menor dúvida de que é um reconhecimento do povo do meu Estado, São Paulo, e também das pessoas que sempre nos apoiaram e nos ajudaram.

Faço uma homenagem especial ao meu grande amigo e irmão Padre Eduardo Dougherty, da *TV Século 21*, que foi uma das pessoas que sempre acreditou em meu trabalho e me apoiou de maneira direta e objetiva na última eleição.

Sr. Presidente, procuro realizar em meus mandatos um trabalho bastante intenso, principalmente no fortalecimento das comunicações católicas no Brasil. Posso citar desta tribuna, após 4 anos, o trabalho intenso realizado no fortalecimento e na conquista da *TV Canção Nova*, da *TV Século 21*, assim como no fortalecimento da *TV Aparecida*. Pudemos também ajudar a fortalecer as nossas queridas rádios comunitárias, que prestam um grande serviço à população.

Às vezes, as pessoas me perguntam se, após esse tempo, as minhas bandeiras mudaram. Podem ter certeza de que não. A luta a favor da vida e contra a legalização do aborto terá precedência em todo o trabalho, ou seja, há de se fortalecer a vida, de se valorizar a vida.

Eu tomei conhecimento de que a Senadora Marta Suplicy pediu o desarquivamento do seu projeto de lei que trata da questão da homofobia e particularmente do casamento *gay*. Quero dizer que sou contra o casamento *gay* e quero fortalecer realmente o trabalho com as famílias.

Quanto à questão da liberação da droga, acho que temos que nos posicionar contrariamente, porque temos que ser a favor dos bons costumes.

Então, em rápidas palavras, quero dizer da minha alegria de o povo do meu Estado de São Paulo ter me reconduzido a esta Casa, o povo da renovação carismática católica, os católicos do Estado de São Paulo, que acreditaram e acreditam no meu trabalho e trouxeram-me aqui de volta.

Podem ter certeza de que vamos honrar cada um dos votos por nós obtidos.

Muito obrigado. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Nordeste brasileiro foi atingido por um blecaute no início da sexta-feira passada, o que causou imensos transtornos à Região.

Uma falha técnica – não teve nada a ver com problema humano – na placa do circuito de proteção

provocou uma operação indevida de um conjunto de equipamentos.

Nós vimos aqui várias manifestações tentando trazer pânico à população, como se isso fosse algo que pudesse se repetir e acontecer diversas vezes.

Nós temos que afirmar e reconhecer que o sistema elétrico brasileiro é seguro, mas é um sistema complexo, porque a economia de um País do tamanho do nosso cresceu e expandiu o sistema.

Neste Governo, no período de 2007 a 2010, foram investidos mais de 2 bilhões em manutenção do sistema CHESF. Na parte do sistema de transmissão, quase 2 milhões de reais foram investidos nessa área. Portanto, não houve problema de investimento nem de manutenção, houve uma falha técnica e uma operação indevida, o que tem de ser analisado, evidentemente, por um relatório mais circunstanciado que vai propiciar a identificação correta dessa falha.

Curioso é que as mesmas vozes que criticaram esse blecaute no sistema CHESF ficaram caladas quando, anteontem, no sistema CESP, em São Paulo, no sistema de fornecimento de suprimentos de São Paulo, dois blecautes aconteceram. Parece que foi algo a mostrar que há um processo de risco em qualquer sistema desses.

Aqui não defendemos isso como natural, achamos que tem de ser investigado, mas é preciso reconhecer que não pode haver críticas fáceis, irresponsáveis ou de quem não tem conhecimento do assunto – de repente, aparece muita gente curiosa dando opinião.

O fato concreto é que recompomos o sistema com rapidez. Em menos de 3 horas, as principais Capitais estavam recompostas, e é preciso reconhecer que há necessidade de um trabalho para acompanhar e para verificar a evolução desse sistema elétrico. A economia do Brasil está crescendo 8% ao ano, precisa de energia elétrica e precisa de um sistema robusto para responder a essas exigências.

Na Comissão de Minas e Energia, iremos propiciar um bom debate sobre esse tema para fornecer os elementos que assegurem a análise das consequências de fato desse processo e evitem que se propague o pânico, o que degrada a imagem do setor elétrico brasileiro. Achamos isso incorreto, irresponsável. Temos que combater as falhas e buscar aperfeiçoar o sistema, para que ele possa responder com melhor qualidade.

Era isso que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho, do Democrata de Pernambuco. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras.

e Srs. Deputados, inicialmente, quero dizer que para mim, como representante da bancada pernambucana nesta Casa, é um prazer muito grande chegar ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados.

Tivemos oportunidade, na nossa vida pública, de exercer o cargo de Vereador da minha cidade de Recife por duas vezes e de Deputado Estadual por três mandatos. Agora chegamos a esta Casa, que trabalha em prol do engrandecimento do Brasil, para dar a nossa contribuição: não só trabalhar pelo nosso Estado, trabalhar por Pernambuco, por quem nos confiou a oportunidade de estar nesta Casa, como também dar uma contribuição para que esta Câmara enfrente os graves problemas do País e realize reformas, que no nosso entender são urgentes.

No meu partido, tenho falado da importância e da necessidade de enfrentarmos urgentemente a reforma política. É fundamental, pelo bem da democracia, pelo bem da representatividade política em nosso País, mudarmos essa regra vigente, uma vez que não contribui para que se formule uma política que tenha condição de alinhamento partidário e que haja coerência no que se defende. Hoje, Sr. Presidente, em uma campanha política, o poder financeiro é mais representativo do que propriamente o trabalho desenvolvido em uma base eleitoral ou o que é feito em termos de representatividade.

Queremos abraçar a reforma política. Esperamos essa iniciativa da Presidenta da República, que disse nesta Casa que iria enfrentar essa questão, que iria promover o Brasil para que pudéssemos elaborar essa reforma política. Lamentavelmente, durante os dois mandatos do Presidente Lula não se enfrentou essa questão. Vemos pessoas sérias, honradas, deixando a política porque a forma como são realizadas nossas eleições beneficia muito pouco a quem de fato trabalha nas suas bases e quer a boa política, a política que o brasileiro espera.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de estar aqui. Queremos nos integrar com os colegas Deputados para que possamos trabalhar pelo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Obrigado, Deputado Augusto Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Reguffe.

O SR. REGUFFE (PDT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de saber da Mesa se já está decidido o dia da instalação da Comissão de Reforma Política nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Encaminharemos para a Presidência, que deverá comunicar a todos os Parlamentares quando tivermos sessões deliberativas. Parece que as Comissões já foram criadas

e agora os partidos devem fazer as indicações. Feitas as indicações, o Presidente convocará a reunião para a instalação da Comissão.

O SR. REGUFFE – O meu partido me indicou. Como farei parte da Comissão, queria apenas saber se já há data marcada para a instalação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. Há prazo para que os Parlamentares sejam indicados. Só depois teremos a convocação.

O SR. REGUFFE – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra o Deputado Osmar Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queridos Parlamentares, estou encaminhando, em nome de companheiros do PMDB, para que seja publicado nos Anais desta Casa, o Manifesto da Corrente Afirmção Democrática do PMDB.

Essa corrente surgiu a partir de constatação, por diversos Parlamentares eleitos, entre os quais o Deputado Mauro Mariani, aqui presente, da necessidade de mudarmos a pauta política e resgatarmos a história do PMDB, a história de lutas democráticas, de grandes pautas colocadas para o País, de grandes mudanças que aconteceram no Brasil em função da ação política desse grande partido, o maior do Brasil, que é o PMDB.

Hoje, embora o PMDB tenha o nosso querido Michel Temer como Vice-Presidente da República, sua representatividade, sua bancada vem diminuindo, sofrendo reveses, o que atribuímos a uma imagem desgastada, por vários motivos, entre eles discussões muitas vezes de cargos por cargos, sem uma pauta bem clara, por falta de um posicionamento claro sobre os grandes temas brasileiros e pela aceitação do papel de partido acessório nos grandes pleitos nacionais. Não temos candidato a Presidente da República há muitas eleições. Entendemos que essa questão também tem de ser discutida.

Essa não é uma corrente dissidente – ninguém vai sair do partido –, não é contra a direção do PMDB, não é contra o nosso Vice-Presidente, que, ao contrário, tem todo o nosso apoio, assim como o Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do Partido. Respeitamos as distâncias partidárias, mas queremos o debate de uma grande pauta política, queremos mudar a discussão para discutir as reformas e o que o PMDB pensa. Assim, o PMDB poderá liderar um processo de reformas e de avanços institucionais e legislativos.

Nossa determinação é de resgatar a política programática, baseada nos valores que nos fizeram escolher a vida pública. Nós viemos para o PMDB pelo que representa o partido e por sua grandeza.

Então, é importante dizer aos nossos pares que não é um movimento contra o fato de o PMDB ocupar cargos no Govern^o. O PMDB tem todo o direito de ocupar cargos no Governo, porque ajudou a elegê-lo. Embora alguns de nós, por motivos éticos, não tenham esse pleito, porque não estiveram do mesmo lado...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nobre Deputado, temos um grande número de inscritos. Não abrimos exceção para nenhum Deputado. Se V.Exa.

tem um pronunciamento a apresentar, ele será registrado na sua totalidade.

O SR. OSMAR TERRA – Eu gostaria de encaminhar para os Anais desta Casa o manifesto a que me referi e dizer que continuamos nessa caminhada, discutindo internamente essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – V.Exa. será atendido.

MANIFESTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

MANIFESTO DA CORRENTE AFIRMAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PMDB

O PMDB cumpriu um papel exponencial na política brasileira, lutando pelas Diretas Já, conduzindo o país para a redemocratização e garantindo a Constituição Cidadã. Também foi partícipe da estabilidade econômica e de uma exitosa estratégia fiscal por meio do Plano Real e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, a história do PMDB se confunde com a história do Brasil contemporâneo. Baseado na temperança, na cultura da paciência, respeito às divergências e senso prático, o PMDB ajudou a construir o Brasil de hoje.

Esse mesmo PMDB que cresceu e se transformou no maior partido do país, vive um momento crítico. A sua influência está se reduzindo e a representação parlamentar diminuindo a cada eleição. Nos últimos anos vem recebendo críticas e tratamento de um partido preocupado só com cargos, e alguns de seus componentes colocados sob suspeição.

Embora tenham acontecido avanços, como a eleição do Vice-Presidente da República, a legenda enfraqueceu. A razão disso é o desgaste da imagem, a falta de um posicionamento claro sobre os grandes temas brasileiros, além da aceitação do papel de partido acessório nos grandes pleitos nacionais.

O PMDB tem como sua essência a defesa da democracia e da justiça social. Dentro de seus quadros há uma imensa maioria de lideranças autênticas e éticas, que têm como parâmetro tais princípios. A afirmação e o aperfeiçoamento da democracia brasileira, o desenvolvimento sustentável – que equilibra o econômico, o social e o ambiental, a descentralização do poder, o reforço do municipalismo e a participação popular, são elementos que compõem nossas diretrizes de homens públicos.

A efetivação dessas políticas só será viável se executada por quem as colocou na Constituição e tem a maior base municipalista do país. O PMDB é de todos, o partido mais credenciado e livre, para propor um novo pacto federativo para o Brasil.

Da mesma forma, só poderá viabilizar um Estado eficiente, do tamanho adequado às necessidades da população brasileira, quem não está atrelado a ideologias estatizantes, que incham e tornam pesada a máquina pública, e, por outro lado, não propõe o mercado como regulador de toda economia e relações sociais.

O PMDB como o grande partido de centro-esquerda, que preserva o diálogo com todas as correntes partidárias, deve ser o principal condutor das mudanças nessa direção. Para que isso aconteça, no entanto, devemos ajudar a resgatar a imagem do partido. Devemos construir uma agenda para o país, abrir uma ampla discussão com a população, e, trabalhar para ter uma candidatura própria à presidência da República nas próximas eleições.

A Corrente Afirmação Democrática do PMDB não é uma dissidência. Isso deve ser enfatizado! Atualmente, temos o vice-presidente da República, Michel Temer que tem o nosso apoio, bem como respeitamos nossas instâncias partidárias, e a liderança de nossa bancada na pessoa de Henrique Eduardo Alves.

A motivação que nos une, como parlamentares do PMDB, é reafirmar nossa identidade histórica de partido, sintonizada com a democracia representativa. Nossa determinação é resgatar uma atuação política programática, baseada nos valores que nos levaram a fazer a escolha pela vida pública.

Como corrente partidária, não queremos a velha prática dos cargos pelos cargos, do poder pelo poder, com todas as deformações dela decorrentes. Nossa corrente pleiteia prioritariamente reformas profundas do Estado e políticas públicas que avancem na qualidade de vida da nossa gente, que signifiquem não só a erradicação da miséria, mas também a erradicação de todas as formas de pobreza e de exclusão no nosso país.

Estes são os pontos que nortearão nossa ação parlamentar:

1. Reforma Política como prioridade para a atual legislatura.
2. Regulamentação da Emenda 29 para ampliar os recursos da saúde pública, sem aumentar a elevada carga tributária do país.
3. Apoio a todas as iniciativas que melhorem a qualidade do gasto público e permitam o aumento da capacidade de investimento do Estado. O inchaço da máquina pública não é a solução para o nosso desenvolvimento. Vamos estimular as parcerias público-privadas para crescer mais rápido. Como a vida já demonstrou, nem tudo que é estatal é público e nem tudo que tem função pública precisa ser estatal. Queremos a profissionalização e a valorização do modelo das agências reguladoras, hoje demasiadamente politizadas.
4. Formulação de uma legislação de responsabilidade educacional que promova um novo paradigma, com mais investimentos, fazendo com que o país avance mais rapidamente em direção à qualidade da escola pública.
5. Defesa da modernização da legislação do trabalho, com a redução da carga de tributos e encargos sobre o emprego, para promover o aumento da formalização da mão de obra no país.
6. Apoio a uma Reforma Tributária que simplifique o sistema, corrija as distorções e permita a gradual diminuição da carga de impostos sobre a sociedade brasileira. Entendemos que essa reforma deve vir acompanhada, obrigatoriamente, de um novo pacto federativo, onde os municípios tenham duplicada sua participação no bolo tributário nacional. A reforma deve preservar as fontes contributivas que financiam a rede de proteção social.
7. Alinhamento com todas as iniciativas de sustentabilidade, que contemplem a proteção e a conservação do exuberante patrimônio ambiental do país.
8. Apoio a uma política nacional de segurança pública que busque um aprimoramento da legislação, estabeleça um efetivo programa de ações e articule os entes federados e todas as instituições envolvidas com o tema. Formulação de uma política nacional, integrada, de enfrentamento das drogas que são a principal causa da violência, hoje, no país.

9. Estímulo ao debate responsável sobre a reforma da Previdência Social, para que o país não negligencie o tema, nem perca a oportunidade histórica do bônus demográfico atual.

10. Ação legislativa para ampliar os instrumentos de combate à corrupção e aumentar a transparência das atividades do Estado brasileiro. Para isso, também, é fundamental uma imprensa livre e o estímulo a uma sociedade cada vez mais em rede, com acesso garantido pelo Estado.

11. Políticas públicas integradas de atenção a cada fase do ciclo vital. Em especial, políticas que priorizem os cuidados nos primeiros anos de vida e na terceira idade.

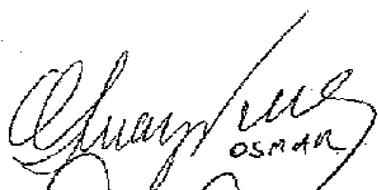
12. Apoiar fortemente o nosso agricultor, garantindo a rentabilidade do agronegócio e a sua permanência no campo.

13. Estimular o fortalecimento da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, como fator privilegiado de competitividade e sustentabilidade do nosso desenvolvimento, aprofundando a legislação de incentivo à inovação nas empresas, em cooperação com Instituições de Ciência e Tecnologia, bem como as ações integradas do Estado para a consolidação da Infraestrutura e dos Recursos Humanos da área.

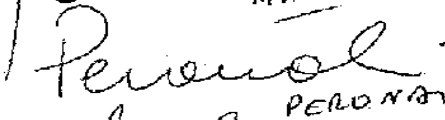
14. É crucial melhorar a questão cambial, e a redução dos juros, de forma a permitir a retomada da exportação, em grande escala, de produtos manufaturados.

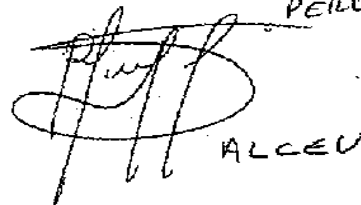
15. Defender políticas de investimento que priorizem o desenvolvimento sustentável das regiões mais pobres do país, e das nossas fronteiras. Consideramos fundamental, para uma sociedade mais justa, a diminuição das desigualdades intra e inter-regionais no Brasil.

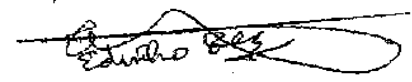
Brasília, sala do Diretório Nacional do PMDB, em 8 de fevereiro de 2011.

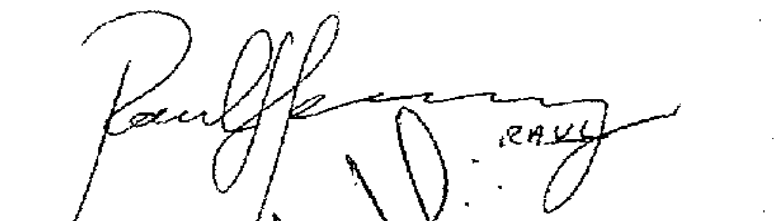

OSMAR



MAURO



PERONATO



ALCEU


Eduardo


PAULO


FÁBIO


REZENDE


BENEDE

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, do PSDB do Ceará. S.Exa. dispõe de até 3 minutos, improrrogáveis, para o seu pronunciamento.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, informo que protocolei o Requerimento nº 317, de 2011, em que solicito o desarquivamento de projeto de resolução de minha autoria que visa criar a Comissão Especial da Assistência Social.

Assim o fiz porque estabelece o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 32, que é possível, se houver necessidade de desmembramento na Comissão de Seguridade Social e Família, órgão que cuida da saúde, previdência e assistência social, termos uma pauta e uma Comissão específica voltada à assistência social.

Já há várias iniciativas no sentido de se criar, na Câmara dos Deputados, uma Comissão para a juventude, uma para o idoso, outra para crianças e adolescentes. Todas essas matérias fazem parte da política nacional de assistência social – o idoso, a família, a crianças e o adolescente. Isso aceleraria a tramitação da enormidade de projetos de lei e iniciativas parlamentares que se encontram na Comissão de Seguridade Social, sem que haja vazão suficiente ou debate mais aprimorado a partir da política nacional de assistência social.

Acredito, Sras. e Srs. Deputados, que a Presidência desta Casa vai analisar, lado a lado com todos nós, integrantes da Câmara dos Deputados, a necessidade de criarmos, sim, essa Comissão.

De igual modo, foi solicitada a criação da Comissão da Cultura, hoje vinculada à Comissão Educação.

A partir da Lei Orgânica da Assistência Social e de toda essa mobilização para implementar e aprimorar os programas sociais – isso foi deliberação da Conferência Nacional de Assistência Social –, vamos criar essa Comissão Permanente, a fim de garantir esse grande debate.

Na última reunião do Presidente Marco Maia com os Líderes partidários, ficou sinalizado aos Parlamentares o direito de participar de mais uma Comissão, ter duas titularidades e uma suplência. Isso vai ao encontro desse nosso projeto de resolução, que objetiva criar a Comissão de Assistência, instrumento de suma importância para aprimorarmos o processo legislativo e a assistência social no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra o Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia. S.Exa. dispõe de até 3 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, servidores da Casa, inicialmente, quero agradecer ao povo baiano este mandato, agradeço sobretudo à minha família, ao Edson Miranda, aos militantes do PT e aos eleitores que me propiciaram chegar até aqui.

Nesta Casa, com o meu partido, lutarei tenazmente pela reforma política, pela reforma tributária e especialmente por uma saúde melhor para o povo brasileiro, porque essa é a principal reclamação da população.

Disse muito bem colega do Ceará que há pouco estava na tribuna: em todo o País as emergências vivem cheias; em todo o País a saúde pública enfrenta sérios problemas. Portanto, lutaremos para fortalecer o SUS, por entender que é o principal patrimônio social do povo brasileiro; lutaremos pela melhoria do atendimento à população; lutaremos para vencer o subfinanciamento e aumentar o investimento na saúde.

Temos de encarar esse debate com responsabilidade e coragem. Infelizmente, como bem sabemos, no Brasil, a saúde é subfinanciada. Muitos escamoteiam esse problema, mas não universalizaremos de fato o atendimento do SUS nem daremos assistência integral ao povo brasileiro se não ampliarmos o financiamento.

Por isso, Sr. Presidente, lutarei com muita determinação pela regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000; lutarei pela regulamentação do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias; lutarei para que a União, o ente que mais arrecada, custeie a saúde de forma mais substancial, principalmente no que se refere a alguns programas, como o *Serviço de Atendimento Móvel de Urgência* – SAMU e as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, bem como ao Programa Saúde da Família – PSF.

Hoje, por exemplo, a União repassa para o Município 250 mil reais para custear uma UPA, mas alguns gastam até 1 milhão. A União, que tem mais capacidade de arrecadação, tem de cobrir esses programas de forma mais substancial.

Por isso, Sr. Presidente, afirmo o meu compromisso de lutar por uma saúde pública mais digna para todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Obrigado, Deputado Amauri Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Solicito ao Deputado Maurício Quintella Lessa que assuma a presidência da sessão, uma vez que sou o próximo orador.

O Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Maurício Quintella Lessa, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Quintella Lessa) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa Presidente Dilma, no seu discurso de posse, convoca os brasileiros e as brasileiras para a construção de um projeto de desenvolvimento para a Nação.

Convoca não apenas os aliados, mas a população brasileira, inclusive os partidos de oposição e aqueles que não votaram nela, para aderirem ao projeto de construção de um país justo e cada vez mais soberano, na esperança de eliminar a pobreza extrema e erradicar a miséria, a que S.Exa. se referiu em seu pronunciamento de posse.

A Presidente Dilma diz que essa é uma luta dos direitos humanos, uma luta pela dignidade do ser humano. Para que se estabeleça essa proposta, há necessidade de se criarem algumas prioridades, e S.Exa. apresenta três: educação com qualidade em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior; saúde – para isso temos de regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, e lhe prover recursos para que efetivamente haja saúde de qualidade; e segurança pública, que é um direito fundamental de todos – direito de ir e vir sem ser molestado, nem assaltado, nem estuprado, nem assassinado.

É nesse sentido que achamos importante essa luta para erradicar de vez a miséria no País. Tenho certeza de que os brasileiros e as brasileiras vão aderir a esse projeto – que não é do Governo, mas desta Nação – com o qual todos devemos colaborar no nosso dia a dia.

Hoje o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores aprovou resolução convocando todos a apoiarem esse projeto importante para o povo brasileiro.

Quero parabenizar a nossa Presidente pela firmeza com que trata os direitos humanos como direitos fundamentais. Nós sabemos que direitos humanos são direitos políticos, individuais, sociais, econômicos, culturais e ecológicos. Essa é a luta que todos devemos travar.

Era o que gostaria de expressar nesta breve comunicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Quintella Lessa) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna nesta oportunidade para falar sobre levantamento feito pela Federação das Indústrias de Santa Catarina acerca da arrecadação de impostos e contribuições federais em meu Estado.

Santa Catarina arrecadou de impostos e contribuições federais, no ano passado, 13 bilhões e 479 milhões, mas recebeu de volta em serviços e investimentos públicos apenas 8 bilhões e 13 milhões de reais, 59,45% do total. Tenho aqui o testemunho do meu colega Deputado Mauro Mariani, campeão de votos em Santa Catarina. A posição catarinense no *ranking* de retorno é a quarta pior do País. O Estado fica atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, que têm condições diferenciadas de arrecadação.

O levantamento sobre o total arrecadado por Estado e o retorno em serviços federais foi elaborado pela FIESC com base nos dados da Receita Federal, Portal da Transparência do Governo Federal e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), da Secretaria do Tesouro Nacional.

Santa Catarina tem, ainda, o segundo pior retorno do Fundo de Participação dos Estados do País. Nós, Parlamentares de Santa Catarina, precisamos nos unir para corrigir essas distorções de forma contundente.

Precisamos fazer, caros colegas, Deputado Renan Filho, a reforma tributária. Não é possível continuarmos com um sistema arcaico, ultrapassado, ruim, que vem prejudicando o País há muito tempo.

Tive oportunidade de conhecer 40 países, a maioria em missão oficial, na época em que fui Relator-Geral da proposta que reformulava o Sistema Financeira Nacional. Nesses países se dizia que o Brasil era considerado um dos melhores países para investimento. No entanto, os investidores temiam investir no Brasil pela complexidade do sistema tributário e pela insegurança jurídica.

Precisamos atuar de forma mais rígida para ampliar esse retorno. Necessitamos de mais investimentos em infraestrutura, incluindo saneamento básico, educação, transportes, cultura, ciência e tecnologia, pesquisa, agricultura, mineração, segurança pública, saúde e prevenção de calamidades, entre outras.

Encerro meu pronunciamento prometendo retomar a discussão sobre os temas enunciados nesta tribuna e fora dela.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Quintella Lessa) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Waldenor Pereira, do PT da Bahia.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados – cumprimento especialmente o povo da Bahia –, como minha primeira iniciativa neste Parlamento, encaminho à Secretaria-Geral da Mesa duas indicações ao Ministério da Educação, defendendo a criação de duas universidades federais no meu Estado: a Universidade Federal do Sudoeste, a ser sediada na cidade de Vitória da Conquista; e a Universidade Federal da Serra Geral, a ser sediada no Município de Caetité ou no Município de Guanambi.

É importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, destacar que o Estado da Bahia, por 59 anos, manteve apenas uma universidade federal, a Universidade Federal da Bahia. Foi preciso eleger o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva para que duas novas universidades fossem instaladas no Estado: a Universidade Federal do Recôncavo e a Universidade Federal do Vale do São Francisco, esta dividida com o Estado de Pernambuco.

A Bahia possui uma população aproximada de 14 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 2 milhões são de jovens entre 18 e 24 anos, portanto em condições de frequentar uma universidade. Mas, infelizmente, por força de uma visão mesquinha, pequena, restrita das elites baianas, o Estado amargou um atraso de muitos e muitos anos no que diz respeito ao ensino superior.

Defendemos a instalação dessas duas universidades para reforçar a oferta de vagas no ensino superior na Bahia, que já mantém quatro universidades estaduais. Tive a honra de ser reitor de uma delas e por isso sei muito bem, com bastante propriedade, a importância de ampliarmos a oferta de vagas no ensino superior. Isso é imprescindível para o desenvolvimento do Estado.

No tempo que me resta, Sr. Presidente, não posso deixar de homenagear o meu Partido dos Trabalhadores, que, no dia de hoje, completa 31 anos de luta em defesa dos interesses maiores do povo brasileiro, especialmente de sua parcela mais pobre e carente. Sinto-me orgulhoso de fazer parte desse partido, de ter sido um dos seus fundadores e de com ele hoje comemorar 31 anos de luta em defesa do povo brasileiro.

Nesta data, minhas homenagens aos petistas, especialmente aos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Quintella Lessa) – Com a palavra o Deputado Marçal Filho.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar a presença no plenário da Câmara dos Deputados da Tânia Cristina, radialista da minha cidade de Dourados, e do ex-Prefeito

da cidade de Itaporã Rivalmir Fonseca de Souza. São amigos do Mato Grosso do Sul e muito nos honram com sua presença neste plenário.

Gostaria também de dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, **que apresentei projeto para a diminuição ou até a isenção dos impostos cobrados sobre os instrumentos tão necessários às pessoas portadoras de deficiência.**

Não consigo entender como o Governo ainda continua cobrando tributos sobre algo tão importante para essas pessoas, que já vivem com grandes dificuldades. É um absurdo. O Governo propaga tanto a tal da acessibilidade, mas, na prática, acaba não dando exemplo, não fazendo a lição de casa.

É muito grande a dificuldade para a aquisição de objetos como cadeiras de rodas, muletas, órteses e próteses. As pessoas que têm condições financeiras o fazem com tranquilidade, mas as pessoas que não as têm – essas são maioria no País – enfrentam dificuldades. A já penosa locomoção torna-se, sem os mencionados instrumentos tão necessários, ainda mais sofrida.

Os avanços tecnológicos vêm proporcionando condições de locomoção, portanto de vida, melhores e mais confortáveis a essas pessoas. No entanto, com a presença dessa carga tributária excessiva, elas permanecem sem acesso a esses avanços.

O projeto que apresentei à Casa é, portanto, nesse sentido.

Nesse mesmo diapasão, Sr. Presidente, estive nesta semana com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a quem falei sobre a necessidade, em minha cidade de Dourados – cidade-polo, cidade comandante de uma grande região ao sul do meu Estado Mato Grosso do Sul –, de um centro de reabilitação para as pessoas portadoras de necessidades especiais, a exemplo dos que existem em outros grandes centros, como a AACD, que faz um grande trabalho em âmbito nacional e promove o Teleton, para o qual o SBT todos os anos arrecada recursos.

Acreditando que esses bons exemplos devem ser repetidos pelo País, apresentei a proposta ao Ministro, que se mostrou muito sensível. Espero que o Ministério da Saúde, com seus recursos, possa torná-la uma realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Quintella Lessa) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rui Palmeira, do PSDB de Alagoas.

O SR. RUI PALMEIRA (PSDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu conterrâneo Maurício Quintella, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de me pronunciar sobre o corte recorde no

Orçamento de 50 bilhões de reais, anunciado no dia de ontem pelo Governo Federal, mais especificamente sobre a suspensão de novos concursos públicos e, o que é pior, a suspensão da convocação dos já aprovados em concursos realizados no ano que passou.

Sras. e Srs. Deputados, só quem tem um amigo, um parente, um ente querido que, tendo concluído a faculdade, passa a frequentar um curso preparatório e a comprar livros para se preparar para um concurso público, enfrentando um desgaste psicológico pesadíssimo, que por vezes dura anos e anos até a aprovação, sabe o que significam essas suspensões.

Foi, a meu ver, uma medida infeliz do Governo Federal, pelo menos no que diz respeito à suspensão da convocação dos já aprovados nos concursos passados. E o mais grave é que o Governo Federal, que tem à sua disposição 22 mil cargos de livre provimento e exoneração, apesar desse corte de 50 bilhões de reais, disse estar disposto a conceder aumento a esses 22 mil cargos em comissão.

Sr. Presidente, foi uma medida lamentável. Espero que o Governo Federal reveja a tempo essa grande injustiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Quintella Lessa) – Com a palavra o Deputado Reguffe, do PDT do Distrito Federal. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. REGUFFE (PDT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na tarde de hoje, quero falar um pouco sobre o tamanho da nossa carga tributária.

A carga tributária do País corresponde a mais de 35% do nosso Produto Interno Bruto. É uma carga tributária abusiva. O Governo tem de fazer um ajuste fiscal, sim, mas esse ajuste tem de ser feito na despesa – e na despesa do gasto supérfluo —, não na receita.

Há cargos comissionados em excesso; há gastos em publicidade em excesso. O corte tem de ser feito no que é supérfluo. O Governo pode requalificar seu gasto: 91% do que o Estado arrecada é gasto com o custeio da própria máquina. Isso nunca vai dar certo. O Governo gasta muito com as atividades meio e pouco com as atividades fim do Estado. Não defendo com isso o Estado mínimo, defendo o Estado eficiente.

A carga tributária tem de ser reduzida. O Governo tem de gastar mais com as áreas fim do Estado: educação, saúde, segurança pública. É nelas que a população quer ver o dinheiro de seus impostos empregados.

Eu vou defender nesta Casa a redução da carga tributária para as pessoas físicas. Espero que o Governo faça o reajuste da tabela do Imposto de Renda e que

reponha a inflação do período para os trabalhadores e para a classe média deste País.

Quero deixar claro que sou radicalmente contrário à recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, seja com esse nome, seja com qualquer outro que queiram inventar.

A CPMF é, na minha opinião, um imposto socialmente injusto. Primeiro, não é um imposto progressivo: a mesma alíquota é cobrada de quem ganha muito e de quem ganha salário mínimo. Não faz, portanto, justiça fiscal, não faz justiça social. Segundo, dizer que visa apenas controlar a movimentação financeira não se justifica: o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF já dispõe de mecanismos de controle da movimentação financeira. E, se tivesse por fim controlar a movimentação financeira, que se criasse uma alíquota de 0,01%. Terceiro, dizer que é para a saúde, muito mais próprio é disponibilizarmos para ela mais recursos quando da discussão do Orçamento. Este é o momento de melhorar a saúde. Vamos regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, e não criar mais imposto para o contribuinte, que já paga uma carga tributária abusiva.

Então, para encerrar, Sr. Presidente, além de lutar por uma reforma política, vou lutar por uma reforma tributária que simplifique nosso modelo tributário e que reduza a, na minha opinião, nossa extorsiva carga tributária.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Quintella Lessa) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Renan Filho, do PMDB de Alagoas. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Maurício Quintella Lessa, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, parabênizo o Partido dos Trabalhadores, o maior partido desta Casa, pela passagem do seu 31º aniversário, que será festejado hoje em evento que contará com a presença da nossa Presidente da República, Dilma Rousseff. Na ocasião, o Presidente Lula será reconduzido à Presidência de Honra do Partido dos Trabalhadores. Gostaria de abraçar a Deputada Erika Kokay, representante do PT nesta Casa, e dar os parabéns a todos os membros do seu partido.

Venho a esta tribuna mais uma vez para tratar de um grave problema que atingiu o Estado de Alagoas: as enchentes de meados de 2010.

Naquele momento, ao visitar nosso Estado, o Presidente Lula, numa atitude digna de grande estadista, editou medida provisória liberando 1 bilhão de reais para que as cidades fossem reconstruídas e a vida das famílias voltasse ao curso normal. Entretanto,

a demora na execução das obras tem causado grandes conflitos sociais.

As pessoas estão morando em barracas improvisadas – V.Exa., Deputado Maurício Quintella Lessa, sabe do que estou falando –, numa situação desumana. Ainda hoje a imprensa noticiou que crianças foram abandonadas dentro de uma barraca.

Estou aqui para dizer ao povo alagoano que vou dedicar o início do meu mandato para acompanhar a reconstrução das cidades, das habitações populares, das escolas destruídas e dos postos de saúde, para que nosso Estado retome a vida normal.

Motivado por essa importante causa, venho à tribuna dizer que tenho observado a boa vontade do Governo do Estado em reconstruir as cidades e os Municípios. Mas precisamos trabalhar com mais celeridade, porque as pessoas não podem passar mais de um ano, Deputado Rui Palmeira, morando em barracas ou criando seus filhos sem acesso digno à educação e à saúde pública.

É por isso que temos de batalhar muito. É por essa causa que vou brigar já no início deste mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Quintella Lessa) – Solicito ao Deputado Renan Filho que assuma a Presidência, já que sou o próximo orador inscrito. *(Pausa.)*

O Sr. Maurício Quintella Lessa, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Maurício Quintella Lessa, do PR de Alagoas.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fico muito feliz em verificar neste início de Legislatura que o tema portador de deficiência física definitivamente entrou na agenda da Casa, motivo de muitos debates no plenário nesses primeiros dias.

Ocupo a tribuna nesta tarde para tratar de um assunto muito delicado: a atenção a pessoas portadoras de Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA, doença degenerativa, sem cura, que agride o sistema nervoso e torna o doente incapaz à medida que se desenvolve.

A Esclerose Lateral Amiotrófica atinge o neurônio motor, causando a paralisia de todos os músculos do corpo do doente. O pior é que o doente passa a vida acompanhando a progressão de sua doença absolutamente lúcido. A doença causa transtornos não só ao doente, mas também à sua família. Ele precisa de

um cuidador, que também merece ser protegido pela legislação do País.

Os portadores e as famílias vivem um verdadeiro calvário antes mesmo de a doença ser diagnosticada. Primeiro porque o Brasil conta com poucos profissionais conhecedores da moléstia, o que causa a demora no diagnóstico. Há casos em que a delonga chega a durar um ano, tempo muito longo se considerarmos que o período de vida médio é de três a cinco anos a partir dos primeiros sintomas.

Outro fator que agrava esse sofrimento é a falta de recursos para atendimento aos pacientes. Não existe tecnologia avançada disponível, e, recorrendo ao Sistema Único de Saúde, os doentes chegam a esperar um ano para fazer exames. O SUS também não oferece, por exemplo, o serviço de fisioterapia em casa, que é indispensável para amenizar as consequências da paralisia.

Recebi esta semana uma carta de mais de 1.400 doentes e familiares pedindo socorro ao Brasil e ao Congresso Nacional porque não existe legislação capaz de dar amparo e propiciar tratamento e melhor qualidade de vida aos portadores dessa doença.

No que diz respeito aos planos de saúde, a maioria não cumpre seu papel no atendimento aos serviços e não há quem interceda pelos pacientes e por suas famílias, que precisam apelar para a Justiça para garantir seus direitos.

Nossa legislação ainda é muito covarde. Não existe uma lei específica que trate desta questão, apesar de ultimamente as decisões da Justiça terem sido favoráveis aos recorrentes.

Não existe na língua portuguesa termo que defina a crueldade dessa doença, que aniquila as habilidades físicas dos enfermos sem atingir suas habilidades intelectuais, fazendo com que o paciente perceba tudo que acontece à sua volta, e vivencie lucidamente a sua progressão.

A partir de um determinado estágio, o doente precisa ser acompanhado de perto por outra pessoa em função da incapacidade de executar as suas tarefas rotineiras como higiene pessoal, alimentação, locomoção e deslocamentos.

Daí a necessidade de uma legislação que avalize uma vida com dignidade e com menos sofrimento a milhares de brasileiros; uma legislação que garanta qualidade de vida e até mesmo expectativa de vida aos portadores de ELA, onde sejam contempladas suas principais necessidades, entre elas: direito a aposentadoria após o diagnóstico da doença; direito a 25% de acréscimo na aposentadoria e na pensão para auxílio ao acompanhante para todos os portadores, como no caso de aposentadoria por invalidez;

no caso de o benefício ser inferior a dois salários mínimos, criação de um abono ao portador da doença, para que este possa ter as garantias mínimas para a manutenção de sua qualidade de vida, uma vez que devido à doença os gastos da família se multiplicam; internação domiciliar com suporte multidisciplinar – médico, enfermagem, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, terapeuta ocupacional –; afastamento do trabalho ao familiar cuidador do portador de ELA. Esse familiar, ao longo do tempo, vê-se obrigado a abdicar dos estudos, da carreira profissional, emprego, enfim, de tudo, para dedicar-se ao portador da patologia; direito aos equipamentos necessários para o apoio aos doentes, como aparelhos aspiradores e cadeira de rodas devidamente adaptadas às necessidades dos portadores de ELA; garantia aos portadores do direito de submeter-se a procedimentos experimentais de tratamento, desde que devidamente fiscalizados pelos órgãos competentes.

Quero que fique registrado nos anais desta Casa, Sr. Presidente, meu compromisso com os portadores de ELA e seus familiares de garantir urgentemente que o atendimento a essas necessidades seja assegurado em lei.

Sr. Presidente, além disso, é preciso que esta Casa apoie os investimentos em pesquisa. Temos de garantir no Orçamento recursos para fazer avançarem as pesquisas na área de esclerose e em tantas outras doenças hoje ainda sem cura.

Encerro meu discurso lembrando as palavras da Sra. Rosana Puga de Moraes Martinez, Presidente da ADONE – Associação de Doenças Neuromusculares de Mato Grosso do Sul: o momento é oportuno para garantirmos esse avanço, já que a cada novo Governo renovam-se as esperanças de novos olhares, posturas e ações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Jeronimo Goergen, do PP do Rio Grande do Sul.

O SR. JERONIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente Renan Filho, venho relatar a experiência vivida hoje com toda a bancada do Rio Grande do Sul em duas ações nos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional que, tenho certeza, devem ser a prática das bancadas que representam os Estados no trabalho e exercício Parlamentar.

Na manhã de hoje, no Ministério das Cidades, falamos sobre a reestruturação das rodovias, um dos principais problemas da região metropolitana, haja vista o volume de veículos que hoje transitam na Grande Porto Alegre. O tema afeto à RS-118 – a retirada de

casas para passar um novo traçado – corresponde à reivindicação para que se liberasse emenda da bancada federal na Legislatura anterior por parte do Ministério das Cidades, pleito encaminhado ao Ministro Mário Negromonte.

Recebemos uma importante notícia: a liberação de recursos para a montagem do plano de saneamento dos Municípios de Passo Fundo, Rio Grande, Gravataí, São Leopoldo e Taquara. No caso de São Leopoldo, incluiu-se a bacia do Rio dos Sinos, que envolve todos os Municípios da área.

Pude ver o Deputado Renan Filho falar sobre o clima, tema que nos aflige a todos neste momento. No nosso Rio Grande, em Porto Alegre, a notícia é de que uma enorme chuvarada, como costumamos dizer, está assolando a região.

O Estado do Rio Grande do Sul tem uma parte em que não chove, na fronteira, causando prejuízos para a produção de grãos e a criação de animais, e outra, o litoral e a região metropolitana, onde chove demais.

Há uma posição que considero importante. O Ministro da Integração Nacional – talvez um novo tempo se inaugure – finalmente anunciou o apoio, mas não anunciou o dinheiro. Espero que não seja como antigamente, que o dinheiro prometido nunca chegava – os Prefeitos e Deputados anunciavam os recursos, que não chegavam aos locais que deles precisavam.

Portanto, registro nossa solidariedade, nosso trabalho e empenho para amenizar o efeito econômico dos fenômenos climáticos e a angústia dos cidadãos do nosso querido Rio Grande.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Concedo a palavra pela ordem ao nobre Deputado Mauro Mariani, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. MAURO MARIANI (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, não poderia deixar de agradecer à população de Santa Catarina, que nos confiou mais um mandato nesta Casa. Este é o quinto mandato eletivo que exerço. Agradeço aos quase 200 mil catarinenses que me permitiram estar nesta Casa para defender os interesses de Santa Catarina e trabalhar para melhorar nosso País.

Devo agradecer também ao PMDB, meu partido, que me deu a possibilidade de construir uma trajetória política: de Prefeito da pequena cidade de Rio Negrinho, no norte de Santa Catarina, por duas vezes; Deputado Estadual; Secretário de Estado de Infraestrutura, como o Deputado Edinho Bez, por oportunidade do Governador Luiz Henrique; e agora novamente Deputado Federal.

Temos de agradecer ao PMDB, Deputado Edinho Bez, porque no retorno à Câmara dos Deputados deparei com colegas de partido, como o nosso colega Osmar Terra, do Rio Grande do Sul, que anunciou a criação da Afirmação Democrática, nossa corrente partidária. Parece-me que o PMDB vai resgatar as antigas bandeiras, seu vanguardismo nas grandes discussões deste País.

Este é o PMDB da nossa militância nos 293 Municípios de Santa Catarina, militância que torna forte o partido e nos possibilita governar em mais de 100 Municípios do Estado. É este partido, Deputado Edinho Bez, que temos de honrar e dele nos orgulhar nesta Casa.

Agradeço igualmente a todas as Lideranças que nos apoiaram e nos ajudaram. Em nome do Prefeito de Corupá, meu amigo e irmão, Luiz Carlos Tamanini, aqui presente, agradeço a todos os que nos apoiaram na nossa caminhada e desejo sucesso aos colegas e às colegas Deputadas.

Espero verdadeiramente conseguirmos promover neste mandato as reformas de que o País precisa e pelas quais todos clamam. Não é mais possível estarmos na tribuna, falando das reformas política e tributária, mas nada acontecer na prática. É por isso que a classe política fica desacreditada.

Nesta legislatura, parece-me que o sentimento é de que verdadeiramente se promova essa reforma. Estou acreditando nisso, Deputado Edinho Bez, que será nosso representante na discussão da reforma tributária.

Quero acreditar que este Parlamento vai fazer o que o Brasil precisa. Podem contar com a modesta contribuição deste Deputado.

Um grande abraço e obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Com a palavra, pela ordem, a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de saudar a todas e a todos e dizer da minha alegria de estar aqui, neste momento, representando o povo do Distrito Federal.

Inicialmente, agradeço à população do Distrito Federal, a esta cidade que tem uma história marcada por muita coragem. Brasília foi construída pela coragem de brasileiras e brasileiros que vieram de todos os lugares do Brasil para transformar o barro vermelho na Capital dita da esperança.

Nesta cidade, dizem os poetas, há os vaqueiros voadores, aqueles trabalhadores que, para construir o Congresso Nacional e a Esplanada, tantas vezes caíam dos andaimes e, ao caírem, voavam em direção ao infinito.

Também dizem os poetas que todas as vezes em que Brasília está em risco ou se encontra envergonhada ou sequestrada, como no final de 2009, choram os nossos vaqueiros voadores.

Brasília vivenciou uma crise das mais profundas, que colocou em xeque a concepção e o conceito de república. Vimos aqui os poros do Estado obstruídos pelo mais profundo processo de corrupção, o que indica, dentre outras coisas, a ausência de um controle interno aguçado e a ausência de controle externo.

Estamos hoje com uma grande tarefa, dada pelo povo de Brasília através do Governo de Agnelo Queiroz, do meu Partido dos Trabalhadores: reconstruir Brasília, tirar o manto da vergonha que encobriu esta cidade e romper a lógica patrimonialista – por que não dizer? – das capitânicas hereditárias. Essa é uma lógica, digo eu, pós-moderna, porque o Estado foi colocado em uma mesa e dele tiraram fatias e bifes, que foram concedidos aos amigos do rei.

É preciso reconstruir e refundar Brasília. A isso está disposto o Governo do Distrito Federal neste momento, para que nós possamos romper esse manto, bater no peito e dizer: *“Temos muito orgulho de morar nesta cidade marcada pela coragem, marcada pela égide da esperança”*.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de dizer que carrego na minha vida muitos orgulhos. Carrego na minha vida a alegria de ter vindo do movimento sindical, de ter enfrentado a ditadura militar. Carrego na minha vida a alegria da generosidade histórica do Brasil, que nos permitiu, num País de casas grandes e senzalas, elegermos o primeiro Presidente operário; que nos permitiu, num País com tantos vieses sexistas e machistas, elegermos a primeira mulher para presidi-lo.

Esta é a homenagem que eu faço ao Partido dos Trabalhadores no seu aniversário de 31 anos: continuarmos reconstruindo, refundando e fazendo com que processos de Abolição e de República, ainda inacabados, possam ser concretizados.

E viva o Partido dos Trabalhadores!

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Walney Rocha, do PTB do Rio de Janeiro.

O SR. WALNEY ROCHA (Bloco/PTB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito prazer que venho, pela primeira vez, a esta tribuna para falar do meu contentamento e da minha alegria em poder contribuir com os momentos históricos que viveremos aqui nesta Casa.

Sou Deputado do PTB do Rio de Janeiro. Tenho a minha base eleitoral no Município de Nova Iguaçu, onde nasci e criei meus filhos. Sinto-me honrado por

representar o povo iguaçuano e todo o meu amado Estado.

Cumpro o meu sétimo mandato eletivo consecutivo, pois fui, por duas vezes, Vereador de Nova Iguaçu e, por quatro vezes, Deputado Estadual do Rio de Janeiro. Mas quero aqui renovar perante V.Exas. os meus ideais de contribuição para a promoção de uma vida melhor para o povo do meu País.

Preocupa-me bastante a situação da saúde no Brasil. Temos um compromisso inadiável com a população que sofre com a precariedade do nosso sistema de saúde. É preciso que esta Casa entenda que precisamos fazer um pacto nacional de apoio à área de saúde do País.

Preocupa-me também a questão da segurança pública. Por ser um representante do Estado do Rio de Janeiro, sou legitimado para falar da violência que sufoca o desenvolvimento do País e aterroriza famílias vítimas da criminalidade. Hoje somos nós que ficamos trancafiados em nossas casas, vítimas do medo, enquanto os grandes chefes do tráfico de drogas continuam a movimentar seus negócios de dentro dos presídios, como noticiado pela revista *Veja* desta semana. Mas já demos exemplos de que com a união de esforços o Estado sempre vence.

Sr. Presidente, sabemos das nossas responsabilidades e que o Poder Legislativo é um dos três pilares que sustentam nosso País. Temos um trabalho árduo no sentido de alavancar os projetos que são clamados pela sociedade brasileira, como as grandes reformas que esperamos que a Casa vote ainda nesta Legislatura. Cito, especialmente, as reformas política e tributária, além de inúmeros projetos legislativos de suma importância que aqui serão discutidos para o bem do povo brasileiro e para o desenvolvimento do nosso País.

Destaco também que deve haver atuação preventiva do Poder Público para evitar tragédias como as ocorridas na região serrana do Rio de Janeiro e o incêndio na Cidade do Samba nesta semana. Além de ser muito mais barato, o trabalho de prevenção tem poder de neutralizar esses traumas irreversíveis ao nosso povo.

Vivemos um momento de desenvolvimento econômico excepcional em nosso País. E nós, Parlamentares, temos que trabalhar dia e noite para resgatar a imagem do político no cenário brasileiro. Seu papel é essencial para a democracia e garantia dos direitos fundamentais de nossa Nação.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de agradecer a Deus – a Ele toda a honra e toda a glória –, à minha família e aos eleitores da minha cidade e do meu Estado a oportunidade que me

foi confiada, renovando, mais uma vez, meu compromisso com o povo brasileiro e com o desenvolvimento do nosso amado Brasil para que se torne definitivamente uma das maiores potências mundiais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado José Airtton.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna para dar uma satisfação ao povo da minha região. Hoje estivemos em audiência com o Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e S.Exa., de imediato, adotou as providências para que pudéssemos atender ao clamor da minha cidade de Aracati.

Nossa região passa por um transtorno muito grande com relação à Ponte *Juscelino Kubitschek*, no Rio *Jaguaribe*, que interliga, através da BR-304, o Estado do Rio Grande do Norte ao Estado do Ceará.

Trata-se de uma obra que vem-se estendendo desde 2002. Nós a incluímos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, garantindo os recursos necessários para sua conclusão. Infelizmente, em virtude de algumas irregularidades, a obra sofreu paralisação, inclusive por meio de uma operação desencadeada pela Polícia Federal.

Como a empresa tinha interditado uma das pistas da Ponte Juscelino Kubitschek, a antiga, há dificuldade para a passagem dos veículos, o que tem causado grande preocupação. No fim do ano, houve enormes engarrafamentos. Agora, prestes a se realizar o grande carnaval da cidade de Aracati, que é uma festa tradicional, fizemos essa ação junto ao Ministro dos Transportes para que fosse agilizada a liberação dos recursos dessa obra, que permitirá a trafegabilidade tanto na ponte antiga quanto na nova.

Com os recursos liberados, a empresa poderá fazer uma supervisão e o DNIT irá retomar as obras. Assim, também será liberada a pista da ponte nova, que está sendo construída, o que acabará com os transtornos.

Aos contratantes aracatienses quero reiterar meu incansável apoio à nossa luta para que essa obra e outros benefícios possam ser concretizados o mais rapidamente possível.

Quero, portanto, tranquilizar o povo aracatiense, aqueles que transitam nessa ponte, dos Municípios de Fortim, Icapuí e Jaguaruana, bem como os que vão para Mossoró, porque vamos resolver o problema da trafegabilidade dessa ponte tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Apresentação de proposições.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 3, DE 2011**

(Do Sr. Nazareno Fonteles e outros)

Dá nova redação ao inciso V do art. 49 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso V do art. 49 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.49.....

V – sustar os atos normativos dos outros poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

.....

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Atualmente, a Constituição Federal prevê expressamente no seu artigo 49, caput, e inciso V, a competência do Poder Legislativo de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder Regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Além disso, o art. 49, caput, e seu inciso XI da Lei Maior atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para “zelar pela preservação de sua competência legislativa em face de atribuição normativa dos outros poderes”. Tal competência tem natureza de verdadeiro controle político de constitucionalidade diante tanto do Poder Executivo quanto do Poder Judiciário.

Como, na prática, o Poder Legislativo (Congresso Nacional) poderá cumprir de forma plena o mandamento constitucional descrito no inciso XI, do art. 49, em relação ao Poder Judiciário? No nosso entendimento, há uma lacuna no inciso V, do art. 49, levando a uma desigualdade nas relações do Poder Legislativo com os outros Poderes, isto é: atualmente, o Poder Legislativo pode sustar atos do Poder Executivo, mas não pode fazer o mesmo em relação aos atos do Poder Judiciário. Esta Emenda visa, pois, preencher essa lacuna e corrigir essa desigualdade, contribuindo assim para o equilíbrio entre os três Poderes.

Como podemos observar, a redação que estamos apresentando para o inciso V, do art. 49, é congruente e coerente com a redação já existente no inciso XI, do referido artigo. Ou seja, a substituição da expressão “do Poder Executivo” por “dos outros poderes”.

Assim, nada mais razoável que o Congresso Nacional passe também a poder sustar atos normativos

viciados emanados do Poder Judiciário, como já o faz em relação ao Poder Executivo. Com isso estaremos garantindo de modo mais completo a independência e harmonia dos Poderes, conforme previsto no art. 2º da CF.

A inscrição, nas constituições, de regras claras sobre o funcionamento harmônico e independente dos poderes fortalece o regime democrático, evitando que ocorram, com frequência, conflitos de competência entre os mesmos e o conseqüente desgaste de suas imagens perante a opinião pública.

Por estas razões, contamos com a colaboração de nossos pares para aprovar a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Deputado **Nazareno Fonteles**.

Proposição: PEC 0003/11**Ementa:** Dá nova redação ao inciso V do art. 49 da Constituição Federal.**Data de Apresentação:** 10/02/2011**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM**Totais de Assinaturas:****Autor da Proposição:** NAZARENO FONTELES E OUTROS

Confirmadas:	194
Não Conferem:	001
Fora do Exercício:	000
Repetidas:	001
Ilegíveis:	000
Retiradas:	000
Total:	196

Assinaturas Confirmadas

- 1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP
- 2 ACELINO POPÓ PRB BA
- 3 AFONSO HAMM PP RS
- 4 AGUINALDO RIBEIRO PP PB
- 5 ALBERTO FILHO PMDB MA
- 6 ALEX CANZIANI PTB PR
- 7 ALICE PORTUGAL PCdoB BA
- 8 AMAURI TEIXEIRA PT BA
- 9 ANDRE VARGAS PT PR
- 10 ANDREIA ZITO PSDB RJ
- 11 ANTHONY GAROTINHO PR RJ
- 12 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG
- 13 ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT MS
- 14 ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB SP
- 15 ARIOSTO HOLANDA PSB CE
- 16 ARLINDO CHINAGLIA PT SP
- 17 ARMANDO VERGÍLIO PMN GO
- 18 ARNALDO FARIA DE SÁ PTB SP
- 19 ARNALDO JARDIM PPS SP

20 ARNALDO JORDY PPS PA	72 FÁBIO RAMALHO PV MG
21 AROLDE DE OLIVEIRA DEM RJ	73 FABIO TRAD PMDB MS
22 ARTUR BRUNO PT CE	74 FÁTIMA BEZERRA PT RN
23 ASSIS CARVALHO PT PI	75 FELIPE BORNIER PHS RJ
24 ASSIS DO COUTO PT PR	76 FERNANDO COELHO FILHO PSB PE
25 ASSIS MELO PCdoB RS	77 FERNANDO FERRO PT PE
26 ÁTILA LINS PMDB AM	78 FERNANDO FRANCISCHINI PSDB PR
27 AUDIFAX PSB ES	79 FERNANDO MARRONI PT RS
28 AUGUSTO CARVALHO PPS DF	80 FRANCISCO PRACIANO PT AM
29 AUREO PRTB RJ	81 GABRIEL GUIMARÃES PT MG
30 BENEDITA DA SILVA PT RJ	82 GASTÃO VIEIRA PMDB MA
31 BERNARDO SANTANA DE VASCONCELL PR MG	83 GERALDO RESENDE PMDB MS
32 BETO FARO PT PA	84 GILMAR MACHADO PT MG
33 CARLAILE PEDROSA PSDB MG	85 GIVALDO CARIMBÃO PSB AL
34 CELSO MALDANER PMDB SC	86 GORETE PEREIRA PR CE
35 CESAR COLNAGO PSDB ES	87 GUILHERME CAMPOS DEM SP
36 CHICO ALENCAR PSOL RJ	88 HUGO LEAL PSC RJ
37 CHICO LOPES PCdoB CE	89 INOCÊNCIO OLIVEIRA PR PE
38 CLAUDIO CAJADO DEM BA	90 ÍRIS DE ARAÚJO PMDB GO
39 CLÁUDIO PUTY PT PA	91 JANDIRA FEGHALI PCdoB RJ
40 CLEBER VERDE PRB MA	92 JANETE ROCHA PIETÁ PT SP
41 DALVA FIGUEIREDO PT AP	93 JEAN WYLLYS PSOL RJ
42 DAMIÃO FELICIANO PDT PB	94 JEFFERSON CAMPOS PSB SP
43 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA	95 JESUS RODRIGUES PT PI
44 DAVI ALVES SILVA JÚNIOR PR MA	96 JÔ MORAES PCdoB MG
45 DELEGADO PROTÓGENES PCdoB SP	97 JOÃO ANANIAS PCdoB CE
46 DEVANIR RIBEIRO PT SP	98 JOÃO LEÃO PP BA
47 DIMAS FABIANO PP MG	99 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
48 DOMINGOS DUTRA PT MA	100 JOÃO PAULO LIMA PT PE
49 DR. ALUIZIO PV RJ	101 JONAS DONIZETTE PSB SP
50 DR. CARLOS ALBERTO PMN RJ	102 JORGE BOEIRA PT SC
51 DR. JORGE SILVA PDT ES	103 JORGE CORTE REAL PTB PE
52 DR. PAULO CÉSAR PR RJ	104 JORGE TADEU MUDALEN DEM SP
53 DR. ROSINHA PT PR	105 JOSÉ AIRTON PT CE
54 DR. UBIALI PSB SP	106 JOSÉ CARLOS ARAÚJO PDT BA
55 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP	107 JOSÉ DE FILIPPI JÚNIOR PT SP
56 DUDIMAR PAXIUBA PSDB PA	108 JOSÉ GUIMARÃES PT CE
57 EDINHO ARAÚJO PMDB SP	109 JOSE HUMBERTO PHS MG
58 EDINHO BEZ PMDB SC	110 JOSÉ MENTOR PT SP
59 EDIO LOPES PMDB RR	111 JOSÉ ROCHA PR BA
60 EDSON EZEQUIEL PMDB RJ	112 JOSIAS GOMES PT BA
61 EDSON SANTOS PT RJ	113 JUNJI ABE DEM SP
62 EDSON SILVA PSB CE	114 LÁZARO BOTELHO PP TO
63 ELCIONE BARBALHO PMDB PA	115 LELO COIMBRA PMDB ES
64 ELEUSES PAIVA DEM SP	116 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ
65 ELI CORREA FILHO DEM SP	117 LUCI CHOINACKI PT SC
66 ELIANE ROLIM PT RJ	118 LÚCIO VALE PR PA
67 ELVINO BOHN GASS PT RS	119 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
68 EMILIANO JOSÉ PT BA	120 LUIS CARLOS HEINZE PP RS
69 ERIKA KOKAY PT DF	121 LUIZ ALBERTO PT BA
70 ERIVELTON SANTANA PSC BA	122 LUIZ COUTO PT PB
71 EUDES XAVIER PT CE	123 LUIZ FERNANDO MACHADO PSDB SP
	124 LUIZ NOÉ PSB RS

125 LUIZA ERUNDINA PSB SP
126 MANATO PDT ES
127 MANOEL JUNIOR PMDB PB
128 MARCELO CASTRO PMDB PI
129 MÁRCIO MACÊDO PT SE
130 MARCON PT RS
131 MAURÍCIO DZIEDRICKI PTB RS
132 MAURÍCIO TRINDADE PR BA
133 MAURO BENEVIDES PMDB CE
134 MAURO NAZIF PSB RO
135 MENDES RIBEIRO FILHO PMDB RS
136 MILTON MONTI PR SP
137 NAZARENO FONTELES PT PI
138 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
139 NELSON PELLEGRINO PT BA
140 NILDA GONDIM PMDB PB
141 NILTON CAPIXABA PTB RO
142 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
143 OSMAR TERRA PMDB RS
144 OTAVIO LEITE PSDB RJ
145 PADRE JOAO PT MG
146 PADRE TON PT RO
147 PASTOR EURICO PSB PE
148 PAULO FOLETTTO PSB ES
149 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP
150 PAULO PIMENTA PT RS
151 PEDRO CHAVES PMDB GO
152 PEDRO UCZAI PT SC
153 PEPE VARGAS PT RS
154 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
155 PROFESSORA MARCIVANIA PT AP
156 RAUL HENRY PMDB PE
157 RAUL LIMA PP RR
158 REGINALDO LOPES PT MG
159 RENATO MOLLING PP RS
160 RENZO BRAZ PP MG
161 RIBAMAR ALVES PSB MA
162 ROBERTO BRITTO PP BA
163 RODRIGO GARCIA DEM SP
164 ROGÉRIO CARVALHO PT SE
165 ROMÁRIO PSB RJ
166 ROMERO RODRIGUES PSDB PB
167 RONALDO CAIADO DEM GO
168 RONALDO ZULKE PT RS
169 ROSANE FERREIRA PV PR
170 ROSE DE FREITAS PMDB ES
171 RUBENS OTONI PT GO
172 SALVADOR ZIMBALDI PDT SP
173 SANDES JÚNIOR PP GO
174 SANDRA ROSADO PSB RN
175 SANDRO ALEX PPS PR
176 SANDRO MABEL PR GO
177 SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO PT BA

178 SIBA MACHADO PT AC
179 SILAS CÂMARA PSC AM
180 SILVIO COSTA PTB PE
181 SIMÃO SESSIM PP RJ
182 STEPAN NERCESSIAN PPS RJ
183 TIRIRICA PR SP
184 VALTENIR PEREIRA PSB MT
185 VICENTE CANDIDO PT SP
186 VIEIRA DA CUNHA PDT RS
187 WALDENOR PEREIRA PT BA
188 WASHINGTON REIS PMDB RJ
189 WELITON PRADO PT MG
190 WILLIAM DIB PSDB SP
191 ZÉ GERALDO PT PA
192 ZÉ SILVA PDT MG
193 ZEQUINHA MARINHO PSC PA
194 ZOINHO PR RJ

Assinaturas que Não Conferem

1 POLICARPO PT DF

Assinaturas Repetidas

1 NAZARENO FONTELES PT PI (confirmada)

PROJETO DE LEI Nº 356, DE 2011

(Do Sr. Julio Lopes)

Altera o caput do art. 4º e acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que “dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes”.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O caput do art. 4º da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º: Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o locador reaver o imóvel alugado. Com exceção ao que estipula o parágrafo 2º, do art. 54-A, o locatário, todavia, poderá devolvê-lo, pagando a multa pactuada, proporcional ao período de cumprimento do contrato, ou na sua falta, a que for judicialmente estipulada.”

Art. 2º A Lei n.º 8.245, de 18 de outubro de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 54-A:

“Art. 54-A: Na locação de imóvel urbano destinado a fim não residencial e naquelas em que a locação decorra de operações em que o empreendedor adquira, construa ou reforme substancialmente, por si ou por terceiros, o imóvel indicado pelo pretendente a locação, locando-o por prazo determinado, prevalece-

rão as condições livremente pactuadas nos contratos respectivos e as disposições procedimentais previstas nesta lei.

Parágrafo 1º: Poderá ser convencionada a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis, durante o prazo de vigência do contrato de locação.

Parágrafo 2º: Em caso de denúncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário, compromete-se este, a cumprir a multa que restar pactuada, que não excederá à somatória dos aluguéis a receber até o termo final para locação.

Parágrafo 3º: Serão livremente negociáveis pelo locador junto a terceiros, desde que devidamente registrado o Contrato de Locação nos Serviços de Registro de Títulos e Documentos, os valores relativos aos aluguéis a receber até o termo final contratado para a locação, na forma dos artigos 286 a 298 do Código Civil, responsabilizando-se o locatário pelo respectivo adimplemento. ”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto acresce novo artigo à lei 8.245/91, visando disciplinar a securitização dos créditos locatícios dos contratos de locação não-residenciais e, finalmente, albergar ao Sistema Legal Brasileiro esta modalidade de locação, alterando o art. 4º para consolidação da proposta.

O *built-to-suit* que na expressão inglesa significa “construído para servir” ou “construído sob encomenda” é termo que necessita ser incorporando ao Mercado Imobiliário de Locação, tendo como característica principal o desenvolvimento global de investimento para atender interesses de um locatário, já pré-determinado.

Trata-se de uma modalidade muito utilizada nos países desenvolvidos e que no Brasil não evolui a contento, visto não encontrar a necessária segurança jurídica que brota da ausência de previsão legal, conseqüentemente de regulamentação, seja no formato do Código Civil, seja na lei do inquilinato.

A pretensão de trazê-la ao regramento da lei especial é justamente no interesse de mantermos sob este alicerce todas as modalidades de locações existentes no mercado, especialmente pela dinâmica procedimental e processual já nela consagrada.

No entanto, percebendo-se a sua grande diferenciação das demais modalidades regulamentadas na lei inquilinária, vale prestigiarmos a completa autonomia

de vontade dos contratantes, a exemplo da figuração obtida nas relações de *shopping Center* onde idêntico princípio é fundamental ao seu expressivo desenvolvimento.

O principal traço das locações ajustadas sob *built-to-suit* é a harmonia encontrada no enlace de investimento e ocupação a gosto do locatário.

Desde a eventual compra do terreno, a elaboração dos projetos, a compra de materiais e mão de obra especializada, tudo fica ao encargo do empreendedor, que atende todos os interesses do locatário, que irá beneficiar-se de um imóvel feito sob medida para atender as suas necessidades.

Confirma-se que ainda são tímidos estes investimentos feitos por empresas brasileiras e no momento o Brasil esta perdendo recursos para outros países emergentes como Índia, China, Rússia e na América do Sul, Chile, pois, os grandes fundos imobiliários internacionais estão optando por investir em países que já possuem um regramento ajustado ao formato deste empreendimento, ou seja, novamente o quadro da insegurança jurídica no Brasil resta moldado na falta de um ordenamento legal que contemple esta atividade.

Os parques empreendimentos lançados diante do vácuo legislativo têm enfrentado problemas quanto às possíveis interpretações do judiciário, quanto à possibilidade de renúncia ao direito de revisão dos aluguéis; quanto aos limites da multa pela rescisão antecipada gerada pelo locatário; quanto à possibilidade de utilização do parágrafo único do art. 473 do Código Civil; quanto à possibilidade de securitização destes créditos locatícios, entre outros problemas.

No momento em que se verifica o porte destas operações e dos agentes envolvidos, a atipicidade do contrato e a longevidade do vínculo, entendemos que, somente a soberania dos contratantes será capaz de em conjunto com os aspectos procedimentais e processuais da lei do inquilinato, fazer com que esta modalidade locatícia avance no Brasil.

A possibilidade de virem a serem celebrados contratos que abarquem a dinâmica desta modalidade locatícia, com bom substrato jurídico legislativo, certamente proporcionará o desenvolvimento do mercado imobiliário, conseqüentemente da indústria da construção imobiliária, liberando-se e redirecionando-se os investimentos de capital dos locatários para suas atividades fins, proporcionando, igualmente a manutenção e criação de novos empregos e maior oferta de imóveis comerciais, a justificar a aprovação deste projeto.

10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Julio Lopes**, PP-RJ.

PROJETO DE LEI Nº 357, DE 2011
(Do Sr. Julio Lopes)

Alteram dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – Código de Propriedade Industrial, que passa a vigorar com a seguinte redação:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 183 da Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 183.....

I –

II –

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.” (NR)

Art. 2º O artigo 184 da Lei 9.275, de 14 de maio de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 184.....

I –

II –

Pena:- detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.” (NR)

Art. 3º O artigo 196 da Lei 9.275, de 14 de maio de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 196 As penas de detenção previstas nos Capítulos I, II e III deste Título serão:

§ 1º aumentadas de um terço à metade se:

I – o agente é ou foi representante, mandatário, preposto, sócio ou empregado titular da patente ou do registro, ou ainda, do seu licenciado;

II – a marca alterada, reproduzida ou imitada for de alto renome, notoriamente conhecida, de certificação ou coletiva.

§ 2º aumentadas em dois terços se o crime for cometido em associação criminosa ou vier a atingir mais de um sujeito passivo, independente das penas cominadas aos crimes de lesão corporal ou morte.” (NR)

Art. 4º O artigo 199 da Lei 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 199. Nos crimes previstos neste Título a ação penal será pública incondicionada, salvo a hipótese dos arts. 183, 187, 189 e 195 em que a ação penal será privada.” (NR)

Art. 5º O artigo 202, “caput”, da Lei 9.279 de 14 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 202. Além das diligências preliminares de busca e apreensão, o interessado ou o Ministério Público poderão requerer:

I –

II –” (NR)

Art. 6º O artigo 204, da Lei 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 204. Realizada a diligência de busca e apreensão, na hipótese da ação penal privada, responderá por perdas e danos a parte que a tiver requerido de má-fé, por espírito de emulação, mero capricho ou erro grosseiro.” (NR)

Art. 7º O artigo 207 da Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 207. Independentemente da ação criminal, o prejudicado poderá intentar as ações cíveis que considerar cabíveis na forma do Código de Processo Civil, na hipótese do art. 204 desta Lei.” (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Considerando os avanços tecnológicos, a sofisticação das relações jurídico-sociais e da globalização, a legislação afeta à propriedade imaterial vem sofrendo atualização por parte do legislador pátrio.

Contudo, dada a intrincada rede de possibilidades de mercadorias, obras intelectuais e produtos industriais passíveis de serem objeto de falsificação, bem como face ao fato da matéria ser regulada por leis esparsas há certas distorções que urge serem corrigidas, com o fito de obstar a impunidade dos agentes do delito.

Por outro lado, a questão relacionada a aceitação social da pirataria – que é tido como “um crime menor e justificável” – traz sérios efeitos lesivos para o país e a população de uma forma geral.

É um ledô engano a idéia de que a repressão ao fabrico e comércio de mercadorias pirateadas beneficie exclusivamente a indústria estrangeira.

Não pairam dúvidas sobre a ocorrência de crime de sonegação, uma vez que deixa-se de recolher o ISS e ICMS relacionados ao fabrico e mercancia dos produtos pirateados, entre outros delitos.

Isso sem mencionar aqueles produtos que são contrabandeados para o País, oriundos, muitas vezes, de transações de organizações criminosas.

Em consequência, anualmente o Brasil apresenta uma perda na arrecadação na ordem de R\$ 10 bilhões.

Fator de destaque e igualmente preocupante é a diminuição de oferta de empregos formais – com reflexo na ausência de garantias trabalhistas e previdenci-

árias – em decorrência da absorção de mão-de-obra não especializada e à margem da sociedade.

Ademais, a imagem do País resta seriamente comprometida no mercado internacional, vindo a sofrer diversas censuras e sanções até mesmo pela OMC – Organização Mundial do Comércio.

Com este quadro, o Brasil é enfraquecido para postular frente aos organismos internacionais a defesa de seus direitos e interesses, quando se vê **vili-
pendiado pelo registro de patentes e comércio de
mercadorias e medicamentos**, onde a matéria prima é preponderante ou exclusivamente nacional.

Este é o caso que se vislumbra com a indústria farmacêutica, quando laboratórios multinacionais movimentam US\$ 300 bilhões em suas operações comerciais, sendo certo que 40% da matéria prima empregada no fabrico de tais drogas somos originária de fontes naturais brasileiras, sem o pagamento de qualquer royalties ao Brasil.

Hoje 6.750 espécies de plantas brasileiras são empregadas nas fórmulas desses medicamentos, já que a utilização de substâncias naturais barateiam o custo, em contrapartida com os produtos sintéticos.

Além disso, vislumbramos uma gama incontável de pesquisas genéticas com os nossos recursos naturais, sendo necessário a ação jurídico-diplomática para cessar a violação dos nossos interesses que, não raras vezes, demanda lapso temporal longo como uma retaliação branca e sérios prejuízos econômicos.

Esse é o quadro que se expõe sobre a questão, em linhas gerais.

Destarte, mister que tenhamos uma legislação rigorosa para a proteção dos direitos intelectuais e industriais, de molde a criar mecanismos rápidos, seguros e eficientes para a repressão aos delitos e eficaz penalização de seus criminosos.

Por isto que se elabora o presente projeto onde há uma imprescindível majoração de penas, com o fito de adequar a lesividade da conduta a sua necessária repressão e, principalmente, excluir da competência do JEC – Juizado Especial Criminal – o seu conhecimento e julgamento e, conseqüentemente, impossibilitar o infrator de ser beneficiado dos mecanismos que se encontram à disposição daqueles que cometem crime que efetivamente representem menor potencial ofensivo.

Diante do exposto, com supedâneo em todos os argumentos expendidos e restando de lapidar clareza a lesividade dos delitos, não se justifica que se deixe nas mãos do particular – que muitas vezes sequer toma conhecimento de que um desenho industrial, uma marca ou programa de computador, foi pirateado e está sendo comercializado – a iniciativa da ação penal,

quando o resultado do ilícito penal venha a prejudicar uma coletividade e a ordem tributária.

Em tais hipóteses faz-se necessário que o Ministério Público tenha poderes para agir e, nesta esteira, alterou-se em alguns dispositivos a legitimidade ativa e, por via de consequência, a natureza jurídica da ação penal de privada para pública incondicionada.

Por essas razões solicito o apoio dos nobres pares para o projeto que ora apresento.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro 2011. – Deputado
Julio Lopes, PP/RJ

PROJETO DE LEI Nº 358, DE 2011

(Do Sr. Julio Lopes)

Acrescenta o § 4º-A ao art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o § 4º-A ao art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que “Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”, determinando que o licenciamento da execução de atividades e da implantação de empreendimentos destinados a recuperar, melhorar ou manter a qualidade dos recursos hídricos, das praias, do solo e do ar terá tramitação em regime de prioridade.

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 4º-A:

“Art. 10.
.....

“§ 4º-A. O licenciamento da execução de atividades e da implantação de empreendimentos destinados a recuperar, melhorar ou manter a qualidade dos recursos hídricos, das praias, do solo e do ar terá tramitação em regime de prioridade, com prazo máximo de cento e oitenta dias corridos para manifestação do órgão licenciador, contados a partir da data de apresentação dos documentos, estudos e informações exigidos.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

O licenciamento ambiental, concebido obviamente para proteger o meio ambiente, tem, muitas vezes, atrasado e até mesmo inviabilizado a execução de atividades e a implantação de empreendimentos fundamentais à recuperação, melhoria e manutenção da qualidade ambiental e proteção da saúde pública.

Isto porque, nem sempre, os procedimentos burocráticos envolvidos no licenciamento levam em conta a importância e a urgência dos empreendimentos para o próprio meio ambiente, exigindo estudos e informações que, na maioria das vezes, nada acrescentarão à segurança do processo, causando atrasos, inviabilizando orçamentos, crescendo custos e, pior, permitindo o aumento da poluição e dos riscos à saúde pública.

Entre os empreendimentos mais prejudicados pela complexidade e morosidade dos processos de licenciamento ambiental estão as estações de tratamento de esgotos sanitários e as obras que as complementam, como interceptores, elevatórias e emissários.

Atualmente, pouco mais de 50% dos esgotos urbanos brasileiros são coletados e, destes, menos da metade passam por algum tipo de tratamento antes de serem lançados em cursos de água, praias ou no solo. Tanto que os esgotos sanitários urbanos são, de longe, a maior fonte de poluição dos recursos hídricos brasileiros, com prejuízos para o usos múltiplo das águas, para a saúde pública e para o meio ambiente em geral.

Para se ter uma idéia da deficiência nesse campo, basta lembrar que Belo Horizonte, uma das mais populosas cidades brasileiras, apenas em 2000 teve implantada sua primeira estação de tratamento, com capacidade para tratar, em nível ainda primário, cerca de 20% dos esgotos ali produzidos.

Além das estações de tratamento de esgotos, encontram dificuldades para licenciamento ambiental outros empreendimentos fundamentais para o próprio meio ambiente, como usinas de separação e compostagem de lixo, aterros sanitários e sistemas de destruição de lixos especiais ou perigosos.

Não ignoramos que a implantação de uma estação de tratamento de esgotos e outros empreendimentos similares provocam impacto sobre o meio ambiente. Elas produzem odores desagradáveis que incomodam a população vizinha, concentram grande quantidade de poluentes em um só local, implicam em movimento de terra, com alterações na topografia e na paisagem, entre outros efeitos adversos.

No entanto, seus efeitos positivos, na grande maioria das vezes, superam os aspectos negativos, sem levar em conta que, na elaboração dos projetos, sempre são buscadas soluções técnicas e de localização que minimizem eventuais prejuízos ao meio ambiente natural e socioeconômico.

O estado adiantado de deterioração dos nossos recursos hídricos, principalmente daqueles situados nas proximidades dos centros urbanos, os riscos que a poluição por esgotos sanitários traz à saúde pública, inclusive das áreas rurais que empregam, muitas ve-

zes, água contaminada para consumo e para irrigação, justificam a adoção de processos mais ágeis para o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que tenham como objetivo recuperar, melhorar ou manter a qualidade dos recursos hídricos, das praias, do solo e do ar.

Para tal, propomos acrescentar um parágrafo ao art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que “Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”. Esta lei, ressaltamos, estabelece as normas gerais de proteção e gestão ambiental, em consonância com os arts. 24 e 225 da Constituição Federal.

Dada a importância da matéria para toda a sociedade brasileira, contamos com o apoio dos ilustres Pares do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento e a aprovação desta nossa iniciativa.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Julio Lopes**, PP/RJ.

PROJETO DE LEI Nº 359, DE 2011

(Do Sr. Julio Lopes)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial- Sinmetro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos que compõem as Administrações Públicas Federal, Estaduais e Municipais, direta ou indireta, integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e demais organizações que atuam sob o controle direto ou indireto da Administração Pública, nos processos de compra pública de materiais, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços da Construção Civil, utilizando recursos públicos, são obrigados a exigirem, quando houver, que os mesmos atendam aos requisitos estabelecidos no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO.

Parágrafo Único- Deve ser estabelecido no âmbito do SINMETRO, de acordo com as boas práticas internacionais, um sistema para aprovação técnica de

produtos inovadores para os quais não existam Normas Brasileiras (NBR) e/ou regulamentos técnicos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Submetemos à elevada consideração deste Congresso o presente Projeto de Lei, que tem como objetivo introduzir nas compras públicas realizadas no âmbito federal a exigência de aquisição de produtos da Construção Civil com conformidade avaliada no âmbito do SINMETRO.

As compras com recursos públicos de produtos e serviços da Construção Civil são executadas por meio de processos licitatórios nos quais, nem sempre, são exigidos atendimentos aos requisitos técnicos estabelecidos em normas ou regulamentos e raramente é exigida certificação para estes produtos.

A **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993** estabelece a obrigatoriedade de se seguirem as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando existirem. Uma questão delicada é quando não existem nem normas nem regulamentos. Aí é que se insere o sistema de aprovação técnica. Mas ainda assim há produtos para os quais não haverá normas, regulamentos e mecanismos de aprovação técnica, simplesmente por que não se justifica.

Outra questão é a certificação, assim como o controle tecnológico da Construção Civil, quer no âmbito das edificações quanto nas obras de infra-estrutura.

Tem sido muito difícil, se não impossível, beneficiar de alguma maneira os produtos certificados voluntariamente nas compras que seguem a **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. É um problema generalizado e não só da Construção Civil. A própria Instrução Normativa para as compras sustentáveis, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, reconhece isso e recomenda que os requisitos da certificação – ou seja, as normas – sejam os requisitos da licitação. No caso da certificação compulsória não há problemas, muito embora haja poucos produtos com certificação compulsória na Construção Civil, concentrando-se, na sua maioria, na área elétrica. Note-se que a solução não é estabelecer a certificação compulsória.

A aquisição tendo por base apenas o fator preço pode disponibilizar ao cidadão um produto inferior no que concerne a qualidade e a segurança.

Outro fator importante é que a sistematização contribuirá com o aumento da competitividade da Cadeia Produtiva da Construção Civil através do processo de industrialização do setor.

Considerando o momento propício que atravessa a Construção Civil no Brasil, especialmente na área

habitacional, por conta do Programa Minha Casa Minha Vida, conduzido pelo Governo Federal, e das demandas decorrentes da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016, é grande a preocupação em colocar no mercado produtos com maior qualidade e que possam prover segurança aos usuários.

A finalidade deste Projeto de Lei é oferecer à sociedade produtos, componentes, sistemas construtivos e serviços, com qualidade e segurança por meio da normalização e da avaliação da conformidade que são processos sistematizados, com regras pré-estabelecidas, devidamente acompanhados e avaliados de forma a propiciar adequado grau de confiança de que o produto, processo ou serviço, ou ainda o profissional, atenda a requisitos pré-estabelecidos em normas ou regulamentos, com um menor custo para a sociedade.

Face ao exposto, venho submeter ao Congresso Nacional o Projeto de Lei, em apreço, cujo objetivo é o de introduzir nas compras com recursos públicos a exigência de produtos, componentes, sistemas construtivos e serviços que atendam os requisitos estabelecidos no âmbito do SINMETRO. Tal obrigatoriedade traduz-se no fato do SINMETRO ser um sistema constituído por entidades públicas e privadas, que exercem atividades relacionadas com metrologia, normalização, qualidade industrial e avaliação da conformidade e que tem como uma de suas atividades a elaboração de normas para dar suporte à regulamentação técnica, facilitar o comércio e fornecer a base para melhorar a qualidade de processos, produtos e serviços.

Neste sentido, nas compras com recursos públicos que envolvam produtos, componentes, sistemas construtivos e serviços, da construção civil deverão ser exigidos produtos que atendam requisitos estabelecidos no âmbito do SINMETRO.

Assim, agindo dentro da competência de Legislador Federal e considerando os aspectos ora descritos submeto ao Congresso Nacional o presente Projeto de Lei desenvolvido com o objetivo de oferecer maior segurança à sociedade, no intuito de promover a melhoria das compras públicas de produtos no âmbito da Construção Civil. – Deputado **Júlio Lopes**, PP-RJ

PROJETO DE LEI Nº 360, DE 2011

(Do Sr. José Airton)

Dispõe sobre a proibição de exposição de conteúdos impróprios para crianças em bancas de jornais, videolocadoras, cinemas e sítios da Internet e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proibição de exposição de conteúdos impróprios para crianças em bancas de jornais, videolocadoras, cinemas e sítios da Internet e dá outras providências.

Art. 2º As publicações e materiais de propaganda com conteúdos impróprios para crianças expostos em bancas de revistas ou estabelecimentos similares que os exponham ou comercializem deverão ser colocadas em locais reservados, longe do alcance do público infantil.

§ 1º Alternativamente, as publicações poderão ser cobertas com envelopes opacos ou outra forma que impeça a exibição dos conteúdos, deixando exposto somente os nomes das publicações.

§ 2º Os materiais de propaganda de publicações com conteúdos impróprios para crianças expostos em locais diversos dos mencionados no *caput* somente poderão conter os nomes das publicações.

Art. 3º Os vídeos e jogos, bem como seus respectivos materiais de propaganda, tanto para locação como para venda, deverão ser colocados em locais reservados, longe do alcance do público infantil.

§ 1º Alternativamente, os vídeos e jogos poderão ser cobertos com envelopes opacos ou outra forma que impeça a exibição dos conteúdos, deixando exposto somente seus respectivos nomes.

§ 2º Os materiais de propaganda de vídeos e jogos com conteúdos impróprios para crianças expostos em locais diversos dos mencionados no *caput* somente poderão conter seus respectivos nomes.

Art. 4º As salas de exibição de cinema somente poderão exibir qualquer *trailer* ou propaganda de filme que contenha cena imprópria para crianças em sessões em que o filme principal tenha classificação indicativa inadequada para menores de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. Os materiais de divulgação ou de propaganda de filmes que contenham conteúdo impróprio para crianças somente poderão ser expostos dentro das salas de exibição exclusivas para os filmes com classificação indicativa inadequada para menores de 18 (dezoito) anos, sendo expressamente vedada a colocação junto às bilheterias ou em quaisquer outros lugares em que o público infantil tenha acesso.

Art. 5º Os sítios de Internet brasileiros que contenham conteúdo impróprio para crianças são obrigados a restringir o acesso a tais conteúdos, por meio de senhas, a usuários maiores de 18 (dezoito) anos previamente cadastrados.

Parágrafo único. Para habilitação dos usuários ao conteúdo impróprio para crianças, os responsáveis pelo sítio deverão exigir comprovação da idade dos usuários cadastrados.

Art. 6º A infração a qualquer dispositivo desta Lei sujeita os responsáveis à multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), cobrada em dobro a cada reincidência.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A alta exposição de conteúdo impróprio para crianças em diversos locais tem sido uma das principais responsáveis pelo aumento estorrecedor de ilícitos penais ligados principalmente à sexualidade e à violência. A falta de uma legislação mais específica, infelizmente, expõe nossas crianças às mais variadas situações de contato com conteúdos impróprios para sua boa e adequada formação.

Exemplos claros são a exibição de revistas e demais publicações, além de vídeos e jogos, voltados para os adultos em estabelecimentos comerciais ao lado de materiais infantis, a veiculação de *trailers* de filmes com temas adultos em sessões de filmes para crianças e adolescentes, além do imenso número de sítios de Internet para adultos que livremente permitem o acesso de crianças e jovens.

Nosso Projeto de Lei visa exatamente preencher este vazio na legislação, garantindo às crianças de nosso País um ambiente público de convivência mais imune a temas inadequados a seu desenvolvimento. Certamente, ao mesmo tempo em que criamos condições mais apropriadas para nossas crianças, estaremos também contribuindo decisivamente para uma redução nos ilícitos penais ligados à violência e à sexualidade, em especial nos casos de pedofilia.

Contando com o indispensável apoio dos nobres parlamentares para a célere aprovação de matéria especialmente relevante em nosso contexto atual, submeto o presente texto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Deputado **José Airton**.

PROJETO DE LEI Nº 361, DE 2011

(Do Sr. William Dib)

Altera dispositivos da lei nº 9099 de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei Altera dispositivos da lei nº 9099 de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Art. 2º A lei nº 9.099 de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I – as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo;

.....(NR)

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

.....
§ 3º Podem ser partes no Juizado Especial Cível como réu, o Estado, o Distrito Federal e o Município, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Públicas.

§ 4º Os representantes judiciais do Estado, do Distrito Federal e do Município, das autarquias, das fundações e das empresas públicas federais, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Juizado Especial foi instituído pelo Poder Constituinte Originário com a finalidade de permitir que a justiça possa atender uma demanda reprimida, sendo orientada pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível a conciliação ou a transação.

Ocorre que depois de instituído no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, devido ao seu sucesso, a constituição foi alterada para que pudesse ser criado também o juizado especial federal, com a edição da lei 10.259 de 2001, que além de aplicar a lei 9099 de 95, trouxe tratamento diferenciado em vários dispositivos, provocando conflito e obrigando a justiça a se manifestar.

Assim, este projeto tem por finalidade estabelecer o tratamento isonômico dos diplomas legais, por imposição de princípios constitucionais, com as seguintes alterações:

1) ampliar o limite de quarenta salários para sessenta salários, como prevê o juizado federal;

2) a inclusão do Estado, do Município e do Distrito Federal, bem como das entidades administrativas, na condição de ré, como ocorre com a União no juizado especial federal;

3) a possibilidade do representante das pessoas de direito público e das entidades administrativas conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais.

Estas medidas são necessárias, pois não podemos estabelecer tratamento diferenciado nas competências do juizado, somente em razão da pessoa.

Temos a certeza que os nobres pares apoiarão e aperfeiçoarão esta proposição até a sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
William Dib, Deputado Federal, PSDB-SP

PROJETO DE LEI Nº 362, DE 2011

(Do Sr. William Dib)

Dá nova redação ao art. 15 da lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei dá nova redação ao art. 15 da lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 2º O art. 15 da lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde física, mental, psicológica, odontológica, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.(NR)

§ 1º

VI – atendimento odontológico em clínicas e nos postos de saúde durante as campanhas de vacinação; (NR)

VII – atendimento psicológico e fisioterápico em clínicas especializadas ou credenciadas. (NR)”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A compreensão da velhice impõe a consideração de aspectos culturais importante. As culturas tratam de seus velhos de diferentes formas, algumas valorizando este período, enquanto outras desvalorizando a população idosa em aspectos sociais de forma cruel.

Não se pode negar, que neste período existencial acontecem muitas perdas significativas. Em algumas culturas há perdas de função profissional e de padrão econômico, assim como de autonomia e responsabilidade. Em culturas onde essas perdas são mais valorizadas

zadas do que os ganhos de sabedoria, conhecimento, experiência, há de se esperar que possa ocorrer queda da auto-estima, visão negativa da auto-imagem.

Muitas vezes, incluído em culturas que negavam o envelhecer, o idoso pode sentir a mais profunda dor de viver, dificultando o enfrentamento de situações naturais desta etapa da vida do ser humano: principalmente a perda da acuidade visual, auditiva e motora. Desta forma, pode ser que o idoso recorra a mecanismos mais regressivos, infantilizando-se no trato com as mudanças físicas normais para sua idade, transformando-as em sumarizações, trazendo sofrimentos imensos a si e seus familiares.

Uma estrutura familiar sólida e saudável garante ao idoso um lugar com papel ativo e participativo, o qual todos os seres humanos necessitam para uma existência plena e saudável. Isso pode facilitar o idoso a refazer o mapeamento de suas relações familiares e convivência social, garantindo-lhe qualidade de vida fundamental nesta etapa. A manutenção de uma vida de relação representa a saída saudável do indivíduo que envelhece, pois se evita o recolhimento narcísico e a regressão, responsável por tantos sofrimentos.

Desta forma, o Estatuto do Idoso precisa ser ampliado no atendimento à saúde do idoso, incluindo o atendimento odontológico, psicológico e fisioterápico clínico ou hospitalar ao idoso que tem características específicas que precisam ser observadas com cautela.

Na clínica, o diagnóstico acurado de seu estado emocional, assim como o conhecimento de seu estado fisiológico, tratamentos e medicações utilizadas, além da contextualização social, permitirá um planejamento de tratamento mais adequado a este indivíduo.

A saúde bucal, parte integrante e inseparável da saúde geral dos indivíduos, tem sido relegada ao completo esquecimento, no caso brasileiro, quando se discutem as condições de saúde da população idosa. Percebe-se que a perda total dos dentes é aceita pela sociedade como algo normal e natural com o avanço da idade, o que evidentemente é falso.

No que tange a ações programáticas de saúde bucal voltadas para a terceira idade, estas são praticamente inexistentes em nosso país. Sob o ponto de vista epidemiológico as pesquisas no Brasil, que estudem a problemática da saúde bucal do idoso são praticamente inexistentes. A título de ilustração pode-se citar apenas o "Levantamento Epidemiológico em Saúde Bucal", realizado em 1986 (zona urbana) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1988), porém deve-se salientar que a faixa etária mais avançada pesquisada, foi de 50 a 59 anos.

Mesmo com uma amostra inteiramente urbanizada, os dados do levantamento mostraram condições bastantes críticas neste grupo etário: 27 dentes atacados pela cárie por pessoa, com 86% dos dentes já extraídos, e 3% com extração indicada. Do ponto de vista periodontal, um pouco mais de 1% foi considerado sadio, ao passo que 50% eram edêntulos e 72% usavam ou necessitavam de pelo menos uma prótese total.

Percebe-se que o idoso demanda atendimento psicológico diferenciado, dependendo de seu estado, mas, certamente, muito se pode oferecer para seu reequilíbrio e remanejamento de defesas com intuito de reestruturação de seu ambiente interno, abalado, em alguns casos, pelo processo de envelhecimento, assim como por adoecimentos diversos.

O envelhecimento vem acompanhado por alterações fisiológicas em nosso corpo como diminuição da força e flexibilidade muscular, redução da massa óssea e fibras musculares, desgaste das articulações, redução da elasticidade da pele, alterações de equilíbrio e outras, que em conjunto contribuem para uma maior propensão a quedas, redução das atividades do dia a dia, e o aparecimento de comorbidades.

A fisioterapia, cujo objetivo de estudo é principalmente o movimento humano, vem colaborar lançando mão de conhecimentos e recursos fisioterápicos, com o intuito de melhor compreender os fatores que possam acarretar perda ou diminuição da qualidade de vida e bem-estar nos idosos.

Dessa forma, a fisioterapia geriátrica é uma área que merece atenção e que é importantíssima no processo de envelhecimento, podendo o fisioterapeuta contribuir, além da reabilitação, na conscientização da população idosa exercendo seu papel de agente promotor de saúde e colaborar para o envelhecimento bem sucedido.

Assim, este projeto vem aperfeiçoar o texto legal, permitindo uma condição digna ao idoso, cumprindo o que determina o texto constitucional.

Temos a certeza que os nobres Pares aperfeiçoarão esta proposição e ao final com a sua aprovação a sociedade terá uma norma moderna de proteção da nossa população idosa.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
William Dib, Deputado Federal, PSDB-SP.

PROJETO DE LEI Nº 363, DE 2011

(Do Sr. William Dib)

Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas unidades hospitalares e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas unidades hospitalares.

Art. 2º Em todas as clínicas ou hospitais públicos ou privados em que existam pacientes internados será obrigatória a presença de profissionais de odontologia para os cuidados da saúde bucal do paciente.

Parágrafo único. Nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) o profissional será um cirurgião-dentista, e nas demais unidades profissionais de odontologia com qualificação para atuar nessa área.

Art. 3º O descumprimento desta lei implicará nas penalidades legais aplicáveis pelos órgãos e entidades de controle social dessas atividades.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei em tela prima por instituir a presença de profissionais de odontologia nos hospitais, essa medida objetiva aprimorar os cuidados prestados aos pacientes internados em hospitais e clínicas, tendo em vista os dados comprovados de que a falta desse profissional nas Unidades de Tratamento Intensivo, tem, com certeza, e muito, contribuído para o aumento de mortes nos leitos de UTIs de todo o país.

Esta matéria foi muito debatida nos últimos anos em congressos e audiências públicas e as posições contrárias não se detiveram a fazer o aprofundamento que o tema requer, pois o objetivo é salvar vidas, promovendo o cuidado necessário para evitar a proliferação de bactérias que, há anos, tem levado a óbito pacientes em UTIs de todo o país que chegam a essa Unidade hospitalar com o organismo imunocomprometido.

Precisamos levar em conta que a boca da maioria da população brasileira normalmente já requer muitos cuidados e o povo, infelizmente, não tem o acesso a esse tratamento periodicamente.

Este projeto quer atender uma situação emergencial, quer eliminar a situação de risco iminente de morte porque tem passado milhões de brasileiros. Como ignorar e não se importar que seres humanos sejam internados por períodos prolongados e cheguem a uma UTI imunocomprometidos.

Com certeza, principalmente a população de baixa renda é internada com condições bucais preocupantes, por isso devemos, sim, evitar que essas vidas sejam banalizadas e ignoradas. Sabemos que nos grandes hospitais do nosso país e em vários países do resto do mundo a presença do cirurgião-dentista nas UTIs é uma realidade há muito tempo.

Há que se considerar, na cavidade bucal, a presença do BIOFILME BUCAL, que é uma massa bacteriana mole e branca que se deposita continuamente em camadas na superfície da mucosa, da gengiva e dos dentes, apresentando-se aderida, que fornece proteção aos microrganismos, sofrendo uma contínua colonização.

Sabe-se que a denominada pneumonia nosocomial ou hospitalar, isto é, pneumonia adquirida durante a permanência no hospital, é causa de grande número de óbitos, principalmente em nosso país. Bacteremias de bastonetes Gram-negativos são uma das causas dessa pneumonia. Estas bactérias podem chegar ao trato respiratório através da microaspiração da secreção colonizada por elas presente na cavidade bucal e faringe do paciente. A proliferação destes agentes patógenos ocorre pela falta de uma higiene bucal adequada ao paciente crítico e por outras alterações provocadas por infecções na boca.

O que se pretende não é a execução de procedimentos odontológicos de rotina, mas apenas e tão-somente a detecção das necessidades orais individuais e a instituição de procedimentos preventivos específicos, que somente o cirurgião-dentista possui capacitação para realizar.

Entre tantas estatísticas de que dispomos, vale informar, por exemplo, que grande parte da nossa população apresenta doença periodontal crônica após os 45 anos de idade. Tal condição, faz com que esses indivíduos apresentem “bolsas”, isto é, nichos na gengiva, onde se acumulam restos alimentares e bactérias, que ali encontram o meio ideal para a sua proliferação, se não forem eliminadas tais condições, por meio de curetagem, polimento coronário e outros procedimentos terapêuticos.

Exaustivos trabalhos científicos comprovam que a assistência odontológica de rotina faz com que o tempo de permanência na UTI seja reduzido, pelo menos, em um terço.

É natural que apenas os procedimentos efetivamente inadiáveis deverão ser realizados durante esse período. Prestar assistência com assepsias e medicações para combater infecções bucais são ações inadiáveis, principalmente para os entubados.

O Projeto propõe, salvar vidas, evitar a proliferação de bactérias que podem levar à morte. O Projeto NÃO propõe a realização de procedimentos odontológicos meramente restauradores, de rotina ou estéticos, o que poderia até ser classificado como “futilidade terapêutica”, em tais condições.

A cavidade bucal, pelos motivos acima expostos, ainda que não esteja diretamente relacionada com o quadro que deu sede à internação, demanda atenção,

pois sabe-se ser uma das principais causas da permanência na UTI além do prazo prognosticado.

É certo, ainda, que a presença de bio-filme e de doença periodontal não pode ser postergada para abordagem ambulatorial, sob risco de comprometimento da vida do paciente.

A abrangência do Projeto de Lei em apreço não se restringe à higiene bucal pura e simplesmente, mas sim à avaliação bucal, isto é, diagnóstico dos fatores bucais que podem comprometer a saúde, assim como a instituição da terapia atinente, o que, por óbvio, não constitui atribuição da equipe de enfermagem, que tem seu nobre papel a desempenhar, mas que não é de profissional de odontologia. Além do mais, torna-se imprescindível que tal avaliação abranja os elementos dentários e protéticos passíveis de causarem acidentes, seja por aspiração ou deglutição.

Não se questiona, portanto, que um bom profissional de enfermagem está perfeitamente habilitado para proceder à rotina ordinária de higienização do paciente. Todavia, como demonstrado, os procedimentos bucais necessários, em grande parte das situações, não se resumem à higienização.

Ademais, a solicitação pontual de profissional da odontologia e não como regra de assistência especializada, representa ignorar a importância de aspectos que são sobejamente esclarecidos pela literatura especializada.

Finalizo afirmando a importância do assunto ser tratado numa lei e não numa resolução do Ministério da Saúde, pois é inquestionável que somente a lei pode inovar no campo do direito e dever. Assim, uma resolução, por exemplo, não pode criar obrigação nova ou atribuir direito novo ao paciente. Sendo, portanto, a Lei, o instrumento adequado à esta proposição.

A sociedade brasileira espera a aprovação deste projeto para a defesa da vida, entendendo o grande benefício para toda a sociedade, inclusive para os profissionais de medicina, que terão melhores condições de exercer o seu mister, com uma equipe completa, que todos nós gostaríamos de contar se um dia estivéssemos internados num hospital e especial numa UTI.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
William Dib, Deputado Federal, PSDB-SP.

PROJETO DE LEI Nº 364, DE 2011

(Do Sr. William Dib)

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 6º do Decreto-Lei 667 de 2 de julho de 1969.

Art. 2º O art. 6º do Decreto-Lei 667 de 2 de julho de 1969 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 11.

d) mandato eletivo em confederação, federação, associação de âmbito nacional ou estadual, representativa da categoria, até o limite máximo de três militares, observada a regulamentação do respectivo Ente Federado.” (NR)

Art. 3º As entidades previstas nesta lei têm direito a desconto em folha das contribuições de seus associados.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O direito de associação é tão básico que decorre da própria necessidade que determinado grupo possui de refletir sobre os temas que lhes são afetos ou da necessidade de convergir esforços para a consecução de objetivos comuns.

Além disso, o direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade.

Para tanto, o Estado não deve, indiretamente, inviabilizar a participação de indivíduos nas associações, principalmente nos cargos de direção. No atual estágio do processo democrático brasileiro, não há sentido em manter os militares estaduais da ativa impedidos de cumprir mandatos eletivos em associações de suas classes.

A dedicação integral que é requerida dos militares estaduais impede que militares da ativa possam oferecer o tempo necessário à condução dos assuntos de uma associação.

Para que não haja equívocos de interpretação, esclarecemos que nosso ponto de vista admite que, aos militares, sejam impostas algumas restrições constitucionais, como por exemplo a proibição à sindicalização e ao exercício da política partidária enquanto integrante do quadro de profissionais da ativa. No entanto, essas restrições não devem ser interpretadas de forma a inviabilizar qualquer tipo de iniciativa de associação. O militar deve ter garantido o seu direito isonômico de tratamento na representatividade, como ocorre com o servidor público.

As restrições que se impõem a esta categoria de servidores da Nação devem ser excepcionabilíssimas, todas muito bem fundamentadas e esta Casa deve ser vigilante para impedir que, de forma indireta, o pleno exercício de direitos fundamentais seja abusivamente restringido ou proibido.

A presente proposição prevê que o dirigente de entidade representativa dos militares estaduais, seja dispensado temporariamente das suas funções para exercer atividade na respectiva entidade de forma a garantir o seu funcionamento.

Essa dispensa não ficou livre de limitações, mas se dará conforme o número de associados à entidade e será observada a regulamentação editada pelo respectivo Estado, medidas adequadas para que a dispensa não seja utilizada abusivamente.

A contribuição que esta Casa pode oferecer consiste na extensão dessa possibilidade a todos os policiais e bombeiros militares, uma vez que regras semelhantes já se encontram vigendo em certas Unidades da Federação, como o Rio Grande do Sul, por exemplo.

Temos a certeza que os nobres pares apoiarão e aperfeiçoarão esta proposição durante a sua tramitação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – **William Dib**, Deputado Federal, PSDB-SP.

PROJETO DE LEI Nº 365, DE 2011

(Do Sr. William Dib)

Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.

Art. 2º A Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º- A.

V – policial/bombeiro-cidadão.

Art. 8º I. O projeto Policial/Bombeiro-Cidadão é destinado a jovens recém- desincorporados do serviço militar obrigatório das Forças Armadas, para engajamento nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, bem como para os dispensados por excesso

de contingente, para prestar o serviço militar, voluntariamente, nessas Instituições.

§ 1º O trabalho desenvolvido pelo Policial/Bombeiro-Cidadão, obedecerá a lei nº 4375 de 1964, sua regulamentação e a legislação estadual, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

§ 2º Os participantes do projeto de que trata este artigo receberão, além da formação profissional de segurança pública, outras habilitações, na forma do regulamento, devendo atuar obrigatoriamente na comunidade de origem.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esse projeto está em consonância com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania-PRONASCI, somando de maneira considerável à política governamental direcionada a Segurança Pública Nacional.

Nesse sentido, entendemos ser pertinente demonstrar a estrita ligação entre o Projeto Policial/Bombeiro-Cidadão, o Projeto Reservista- Cidadão e o Projeto Soldado-Cidadão já aprovados no Congresso Nacional.

O Projeto Reservista-Cidadão destina-se à capacitação de jovens recém-licenciados do serviço militar obrigatório para atuar como líderes comunitários nas áreas geográficas abrangidas pelo PRONASCI. Seu objetivo primordial é potencializar o aprendizado adquirido pelos jovens em serviço nas Forças Armadas, reconhecidas escolas de cidadania, e capacitá-los para atuar como agentes comunitários, pois além do conhecimento conquistado durante o período de serviço militar, também exercem importante influência sobre os outros jovens da comunidade em que vivem. Dessa forma, pretende-se evitar o aliciamento desses recém-licenciados pelo crime organizado e incentivá-los a seguir um caminho no qual as perspectivas de progressos significativos em suas vidas sejam reais.

O Projeto Soldado-Cidadão visa a oferecer aos jovens brasileiros, incorporados às fileiras das Forças Armadas, oportunidades formativas por meio de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem melhores condições de competir no mercado de trabalho.

O projeto atende às ações de desmobilização do militar temporário, previstas pelo Exército. A sua origem data de 2002, quando iniciou a execução de um projeto piloto, cujo objetivo era proporcionar qualificação profissional ao efetivo militar incorporado, para que, após o licenciamento, parte dele fosse absorvido

pelo mercado de trabalho, valorizando o serviço militar obrigatório e contribuindo com o esforço que o governo vinha desenvolvendo, no sentido de minimizar o problema social do desemprego.

Assim, surgiu o Projeto Qualificação de mão-de-obra, inicialmente, no âmbito do comando Militar do Leste, para, em fases posteriores, ampliá-lo por todo o território nacional, alcançando, gradativamente, as principais cidades do País. O projeto aprovou 85,65%, qualificando 1.664 militares, ultrapassando as expectativas previstas, uma vez tratar-se de um projeto piloto.

Em 2003, em consequência do êxito alcançado no ano anterior, partiu-se para um projeto mais ousado, de maior amplitude, expandindo-se para outras cidades e ainda aumentando o número de participantes, passando a denominar-se Projeto Soldado-cidadão. Os recursos para a sua execução foram provenientes do Ministério da Defesa, sendo desenvolvido em 29 cidades dos seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia, Goiás e Distrito Federal. Ao todo foram diplomados 4.757 militares, fruto do esforço e da dedicação de todos os envolvidos no projeto.

O Projeto Policial/bombeiro-Cidadão vem ao encontro desses dois projetos, dentro dos objetivos maiores do PRONASCI, pois vai permitir a continuidade do serviço militar, nas Instituições Militares Estaduais/DF, para o excesso de contingente das Forças Armadas, desde que voluntários.

Outro aspecto de grande relevância, é que as Forças Armadas somente conseguem incorporar um número reduzido de conscritos, e devido à falta de empregos, esses jovens liberados por excesso de contingente, sem nenhuma qualificação profissional, ficam ociosos e a mercê de grupos criminosos.

Essa medida permitirá o aproveitamento desses jovens, numa faixa etária altamente sensível e de risco, pelas Instituições de Segurança Pública, atendendo a demanda da sociedade, pois policiais e bombeiros de carreira serão deslocados para as atividades de médio e alto risco, fiando a carga do conscrito voluntário as atividades de baixo risco.

Ressalta-se, também, que essa medida permitirá a formação desse jovem e a sua colocação no mercado de trabalho, ou mesmo o seu aproveitamento como militar efetivo, a ser regulado na lei de ingresso dessas Instituições.

Esse projeto também permitirá completar os efetivos dos órgãos de segurança pública, possibilitando a implementação da polícia de proximidade, na filosofia de polícia de comunitária, uma vez que o serviço de-

verá ser regionalizado, buscando o envolvimento de toda a sociedade na sua responsabilidade pela segurança pública.

Essa proposição já encontra fundamento no art. 4º da Lei nº 4365 de 1964, lei do serviço militar, bem como nos artigos de 11 a 18 da regulamentação desta lei, Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966.

Para fins de cumprimento do que dispõe o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), cumpre ressaltar que as despesas decorrentes dos auxílios financeiros serão atendidas dentro da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, prevista no anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010.

Considerando a relevância do tema Segurança Pública, bem como a urgência para que o PRONASCI seja instituído de maneira integral, é que acreditamos que os nobres pares apoiarão e aprovarão esta proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
William Dib, Deputado Federal, PSDB-SP.

PROJETO DE LEI Nº 366, DE 2011

(Do Sr. Gastão Vieira)

Dá nova redação ao inciso I do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para manter como dependente do segurado do Regime Geral de Previdência Social o filho de até 24 anos, se estudante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16.

I – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou, se estudante, menor de vinte e quatro anos ou, se inválido, de qualquer idade;

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, determina, em seu art. 74, que em caso de morte do segurado do Regime Geral de Previdência Social, a pensão será concedida ao conjunto de seus dependentes. Além do cônjuge, ou companheiro (a), são dependentes do segurado, segundo o art. 16 da citada Lei nº 8.213/91,

o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou de qualquer idade, se inválido.

Atingida a idade de 21 anos, a pensão paga ao filho cessa automaticamente, embora a sua parte reverta em favor dos demais, ou seja, para o cônjuge ou companheiro sobrevivente ou para os outros filhos menores de 21 anos, conforme previsto no art. 77, § 1º, da Lei nº 8.213/91. No entanto, na hipótese de inexistência de cônjuge ou companheiro (a) ou de filhos menores, a pensão que vinha sendo paga ao menor de 21 anos é automaticamente extinta, o que reduz drasticamente os recursos familiares disponíveis, levando os dependentes a deixar de estudar para trabalhar.

Buscando elevar o grau de escolaridade dos jovens brasileiros, haja vista que o maior obstáculo para o ingresso e a permanência nos cursos de nível médio e superior reside na dificuldade enfrentada pelas famílias para continuar a custear esses cursos quando a renda familiar se reduz significativamente com a morte de um de seus membros, propõe-se estender a percepção da pensão para os filhos menores de 24 anos que comprovem estar estudando, possibilitando, dessa forma, a utilização desses recursos para a conclusão dos estudos por esses dependentes.

Ante o exposto, e tendo em vista a relevância da matéria, contamos com o apoio de todos os Senhores Parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Gastão Vieira**.

PROJETO DE LEI Nº 367, DE 2011

(Do Sr. Jair Bolsonaro)

Dá nova redação ao § 1º do art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § do art. 261 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 261.

§ 1º Além dos casos previstos em outros artigos deste Código e excetuados aqueles especificados no art. 263, a suspensão do direito de dirigir será aplicada sempre que o infrator atingir, no período de doze meses, a contagem de quarenta pontos, prevista no art. 259.” NR

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As multas de trânsito aplicadas por agentes ou por equipamentos eletrônicos, há muito, transformaram-se em grande e lucrativo negócio para empresas privadas, estados e municípios. No caso das multas aplicadas por equipamentos eletrônicos, segundo relatório do TCU, a maior parte da arrecadação vai para as empresas contratadas. A proliferação de “pardais” interessa para o grupo político local, cujos donos faturam milhões.

Ao motorista brasileiro, vítima do Poder Público, só resta pagar a conta, já que é quase impossível justificar as multas, pois na quase totalidade dos casos não compensa recorrer, já que isso somente acarreta perda de tempo. Em que pese a boa intenção do legislador, na prática, o que vale é arrecadar. E o povo está aí para votar e pagar os tributos.

Assim, creio ser mais justo e lógico, até no interesse do Estado, que manteria a sua saga em arrecadar recursos, majorar o número de pontos a ser atingido para que se suspenda o direito de conduzir, já que a vítima depende de sua habilitação para trabalhar, transportar familiares, lazer e outras atividades.

Infelizmente, devemos admitir que os cidadãos de bem, já revoltados com a elevada carga tributária atual, entendem que as placas dos veículos só servem para serem fotografadas ou anotadas gerando mais um tributo que deverá pagar.

Por outro lado, o CTB já prevê diversas infrações de extrema gravidade, tais como dirigir alcoolizado ou drogado (art. 165), disputar “rachas” e “direção perigosa” (arts. 173, 174 e 175) e deixar prestar socorro à vítima de acidente (art. 175), dentre outras, que por si só, propiciam não só a suspensão mas a própria cassação da CNH.

Por todos esses motivos, tenho plena certeza que meus pares apoiarão a presente proposta bem como sua rápida aprovação, até porque o “lobby” de muitos Executivos Estaduais e Municipais agiriam para impedir a moralização da aplicação das multas. Assim, fica combinado: Eles multam à vontade mas não tiram a CNH dos cidadãos de bem.

Sala das Sessões, 10 fevereiro de 2011. – Deputado **Jair Bolsonaro**.

PROJETO DE LEI Nº 368, DE 2011

(Do Sr. Marçal Filho)

Institui margem de preferência, nos processos licitatórios, para produtos e serviços locais e regionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º
.....

§ 5º Nos processos de licitação previstos no caput poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, bem como para produtos e serviços locais, ofertados por empresas com sede no Município e, não havendo, no Estado da localidade em que esteja sendo realizado o processo licitatório ou onde deva ser fornecido o produto ou serviço objeto da licitação.
.....”. (NR)

Art. 2º O disposto nesta lei aplica-se à modalidade de licitatória denominada pregão, de que trata a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Recentemente, a Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, estabeleceu a possibilidade de ser concedida margem de preferência, nos processos licitatórios, para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Tal margem de preferência pode, ainda de acordo com a referida lei, ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

Estes dispositivos legais visam, precipuamente, a possibilidade de se priorizar o desenvolvimento e fortalecimento da economia nacional e do bloco econômico de que o Brasil é membro.

Entretanto, não obstante concordarmos integralmente com o princípio que originou os citados dispositivos legais, entendemos que deve ser concedida prioridade, ou preferência, também para as empresas locais, ou seja, aquelas cuja sede se situe onde a licitação está sendo realizada ou onde os produtos e serviços devem ser fornecidos, de forma a alavancar também o desenvolvimento local, seja ele municipal ou estadual, ou ainda da região afetada pela obra, compra ou serviço objeto do processo licitatório.

Nada mais justo, portanto, que a Administração Pública, em seus processos licitatórios, considere como fator decisório nas compras de produtos e serviços sua origem, bem como os efeitos da compra sobre o desenvolvimento da economia local e regional.

Por tais razões e cientes do mérito do presente projeto de lei é que rogamos apoio de nossos ilustres pares nas duas Casas do Congresso Nacional para aprová-lo.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Deputado **Marçal Filho**.

PROJETO DE LEI Nº 369, DE 2011

(Do Sr. Marçal Filho)

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de optometrista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º profissão de optometrista regula-se pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º São considerados habilitados para o exercício da profissão de optometrista:

I – os portadores de diploma de conclusão de curso superior em optometria, expedido por escolas reconhecidas pela autoridade competente da educação;

II – os portadores de diploma de conclusão de curso superior em optometria, expedido por escola estrangeira, desde que tenham revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da lei.

Art. 3º São atividades do optometrista:

I – examinar e avaliar a função visual, prescrevendo soluções ópticas nos casos de ametropias;

II – orientar técnica e esteticamente o usuário de óculos e lentes de contato;

III – adaptar os óculos e as lentes de contato às necessidades do usuário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os optometristas são os profissionais responsáveis pelo atendimento primário da função visual. Atuam diretamente na prevenção de problemas oculares e na correção de disfunções visuais. Representam o primeira linha de atendimento dos problemas mais comuns da população e fazem a triagem dos casos mais complexos ou graves, remetendo-os aos oftalmologistas.

Problemas simples, como a presbiopia, a popularmente chamada ‘vista cansada’, que começa a acometer as pessoas por volta dos quarenta anos, podem se solucionados, de forma qualificada, pelos optometristas.

A optometria é uma profissão antiga – surgiu como atividade pela primeira vez nos Estados Unidos por volta dos anos 1860-1870. Hoje, é uma profissão consolidada em mais de 130 países do mundo, entre os quais Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Alemanha, Itália, Espanha Portugal, Japão, Rússia, China, Índia, Israel,

Austrália, Nova Zelândia, México, Colômbia, Uruguai, Cuba, Costa Rica e Líbano, entre outros.

No Brasil, há universidades que já oferecem a formação em optometria, entre as quais a Estácio de Sá, no Rio de Janeiro e a ULBRA, no Rio Grande do Sul, que tem seus cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A optometria busca identificar e compensar alterações visuais de origem não patológica como a miopia, a hipermetropia, a presbiopia e o astigmatismo, de forma a melhorar o desempenho visual das pessoas e, conseqüentemente, o desenvolvimento social e a qualidade de vida da população.

Trabalha especificamente sobre o ato visual e não sobre o globo ocular, realizando atendimento visual primário e não uma intervenção de caráter médico.

O profissional optometrista não utiliza qualquer medicamento ou técnica invasiva ao corpo humano. Todos os equipamentos são de caráter observacional e direcionados à avaliação quantitativa e qualitativa da visão. Também é preparado para reconhecer uma alteração visual de ordem patológica ocular ou sistêmica, encaminhando, nestes casos, a um profissional da área médica, realizando assim seu trabalho de prevenção.

Não tem fundamento as alegações de que a optometria usurpa as competências da medicina oftalmológica. Se assim fosse, a optometria não seria permitida na imensa maioria dos países antes referidos. O optometrista trabalha em harmonia com outros profissionais de saúde, sendo um dos elos fundamentais na equipe multidisciplinar e multiprofissional, em benefício da saúde da população.

Sabe-se que a consulta com oftalmologista no âmbito do Sistema Único de Saúde é muito difícil. Demora meses e meses e, por isso, há uma imensa demanda reprimida por parte da população. A maioria dos casos poderia ser solucionada pela ação do optometrista, reservando a consulta oftalmológica para os casos patológicos, de maior gravidade.

A prática da optometria não se confunde com a prática médica ou com a do profissional ótico. Assim acontece na maioria dos países do mundo e assim deveria ser também no Brasil, pois a população tem o direito de ter acesso fácil a um atendimento especializado, que pode resolver grande parte dos seus problemas visuais.

Ressalte-se que, por exemplo, uma imensidão de brasileiros recorrem a camelôs para obter um óculos de correção visual da presbiopia. Pode-se afirmar que milhões de pessoas não tem acesso a um atendimento qualificado e recorre a essa solução por falta absoluta de alternativas.

O Sistema Único de Saúde e a população brasileira precisam da optometria, que poderia, por exemplo, tornar realidade o atendimento primário qualificado da grande massa de alunos da educação básica, identificando problemas visuais e fazendo a triagem dos casos patológicos que necessitem de atendimento especializado.

A Organização Mundial da Saúde afirma que o optometrista é o responsável principal pelo atendimento primário da saúde visual. E sabe-se da importância da prevenção como o eixo fundamental de qualquer sistema de saúde que se pretenda eficiente.

Por estes motivos, convocamos os ilustres Pares desta Câmara dos Deputados para a análise atenta e isenta de preconceitos do presente projeto de lei, para o bem da saúde pública nacional.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Deputado **Marçal Filho**

PROJETO DE LEI Nº 370, DE 2011

(Do Sr. Alessandro Molon)

Estabelece princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacificação social, policiamento comunitário e Unidades de Polícia Pacificadora ou órgãos assemelhados em todo território nacional e dá outras providências.

O Congresso nacional decreta:

TÍTULO I Parte Geral

CAPÍTULO 1 Das Disposições Preliminares

Art. 1º – Esta lei estabelece princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacificação social, policiamento comunitário, Unidades de Polícia Pacificadora ou órgãos assemelhados em todo território nacional e dá outras providências.

Art. 2º – Aplica-se a esta lei, no que couber, o disposto na Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.

CAPÍTULO 2 Das Definições

Art. 3º – Para fins desta lei considera-se:

I – Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) ou órgãos assemelhados – são unidades vinculadas à Polícia Militar das Unidades Federativas cujo objetivo principal é a retomada de territórios dominados pelo

narcotráfico, milícias ou outras organizações criminosas, garantindo permanentemente a segurança e o respeito aos direitos humanos da população local, e permitindo que seja feita a ocupação social dos referidos espaços.

II – Policiamento comunitário – é o policiamento que se baseia num conceito de segurança pública que valoriza a interação constante entre a corporação policial e a população. Os policiais comunitários permanecerão presentes em determinada região e serão capacitados em temas como direitos humanos, ética e cidadania – construindo, assim, uma relação de confiança com a população.

III – Programas, projetos e ações de pacificação social – toda e qualquer ação, programa ou projeto, desenvolvido pelo Estado, indivíduos ou comunidade, que tenha como objetivo promover, estimular, integrar ou instigar a participação social, o acesso à cultura, o acesso à justiça e a bens e serviços públicos essenciais e de qualidade em áreas com elevados índices de criminalidade e violência.

IV – Serviços públicos comunitários prioritários – são todos os serviços públicos presentes na cidade, a serem prestados de forma emergencial e prioritária, mediante articulação dos Governos, nas três esferas, seus Ministérios e Secretarias, órgãos vinculados e concessionárias, em parceria, quando for o caso, com pessoas, usuários ou entes da comunidade atendida.

Art. 4º – Incluem-se dentre os serviços públicos mencionados no inciso IV do artigo anterior:

I – a instalação de creches e escolas do ensino fundamental e médio, de acordo com a demanda local;

II – a construção de áreas de lazer, quadras poliesportivas e equipamentos culturais, acompanhados de projetos esportivos e culturais;

III – a implantação de unidades de ensino técnico e profissionalizante e de programas de estudo dirigido no contraturno, de acordo com a demanda local;

IV – a viabilização do acesso gratuito e coletivo à internet banda larga, a construção de rede de energia elétrica e de saneamento básico, além de outros serviços;

V – a garantia de acesso a programas de 1º emprego pelos jovens.

Art. 5º – O Poder Público, em parceria com a comunidade e com prestadores de serviços públicos e privados, poderá promover a oferta de serviços e outras mercadorias, por preços simbólicos ou promocionais.

TÍTULO II

CAPÍTULO 3

Dos Princípios e das Diretrizes

Art. 6º – A promoção ou instalação de programas, projetos e ações de pacificação social, policiamento comunitário, Unidades de Polícia Pacificadora ou órgãos assemelhados obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

I – promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático a todo tipo de violência ou discriminação;

II – criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias;

III – respeito e promoção de tecnologias sociais e comunitárias;

IV – promoção da segurança e da convivência pacífica;

V – garantia do acesso à justiça, especialmente nos territórios vulneráveis;

VI – garantia, por meio de medidas de urbanização, da recuperação e revitalização dos espaços públicos;

VII – observância dos princípios e diretrizes dos sistemas de gestão descentralizados e participativos das políticas sociais e das resoluções dos conselhos de políticas sociais e de defesa de direitos afetos ao Pronasci;

VIII – participação e inclusão em programas capazes de responder, de modo consistente e permanente, às demandas das vítimas da criminalidade por intermédio de apoio psicológico, jurídico e social;

IX – participação de pessoas em situação de rua em programas educativos e profissionalizantes com vistas à ressocialização e reintegração à família;

X – promoção de estudos, pesquisas e indicadores sobre a violência na região atendida pela Unidade, em todas as suas dimensões;

XI – transparência de sua execução, inclusive por meios eletrônicos de acesso público;

XII – garantia da participação da sociedade civil;

XIII – o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;

XIV – o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;

XV – a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de prevenção para o uso de drogas e outros comportamentos correlacionados;

XVI – a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, reconhecendo

a importância da participação social nos programas, projetos e ações previstas nesta lei;

XVII – o reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso de drogas, com a sua produção e o seu tráfico;

XVIII – a integração das estratégias estaduais, nacionais e internacionais de prevenção do uso, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção e ao seu tráfico;

XIX – garantia de acesso a serviços públicos comunitários prioritários.

CAPÍTULO 4

Da execução e gestão dos programas, projetos e ações

Art. 7º – A execução e a gestão dos programas, projetos e ações de que trata esta lei dar-se-ão por meio da conjugação de ações coordenadas das Secretarias de Segurança Pública, de Educação, de Cultura, de Trabalho, de Assistência Social ou órgãos similares das Unidades Federativas com os Ministérios da Justiça, da Saúde, da Educação, da Cultura, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, observada a intersetorialidade, sem prejuízo da participação de outros órgãos e entidades das administrações estaduais, municipais e da administração pública federal.

Parágrafo único – Serão instituídos Conselhos Gestores para os programas, projetos e ações de que trata esta lei, dos quais participarão representantes das unidades federativas, representantes do Governo Federal e representantes da sociedade civil.

Art. 8º – Para a execução das modalidades tratadas no inciso IV, do art. 3º desta Lei, a União fica autorizada a transferir recursos aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, sem a necessidade de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante depósito em conta-corrente específica, sem prejuízo da devida prestação de contas da aplicação dos recursos.

Parágrafo único – O montante dos recursos financeiros a que se refere esta lei será repassado em parcelas e calculado com base no número de moradores atendidos, conforme disposto em regulamentação.

Art. 9º – Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal prestarão conta dos recursos recebidos, na forma e prazo definidos em regulamento e nas demais disposições aplicáveis.

Parágrafo único – É vedada a cumulatividade da percepção do auxílio financeiro a que se refere o caput deste artigo com benefícios de natureza semelhante

recebidos em decorrência de outros programas federais, permitida a opção por um deles.

Art. 10 – As despesas com a execução dos programas, projetos e ações previstos nesta lei observarão os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 11 – Ato do Poder Executivo disporá sobre as demais regras de funcionamento de cada modalidade e atividades dos programas, projetos e ações de que trata esta lei, inclusive no que se refere ao estabelecimento de metas, à avaliação, ao monitoramento e ao controle social.

Art. 12 – O Poder Executivo deverá veicular dados e informações detalhados sobre a execução orçamentária e financeira dos programas, projetos e ações tratados nesta Lei.

TÍTULO III

CAPÍTULO 5

Das disposições finais e transitórias

Art. 13 – As atividades desenvolvidas pelas UPP's e ou através de policiamento comunitário, na forma desta lei, não poderão ser descontinuadas ou interrompidas.

§ 1º – O Poder público divulgará, com prioridade, a quantidade de recursos financeiros e o número de servidores civis e militares envolvidos nos programas, projetos e ações de que trata esta lei.

§ 2º – A eventual diminuição do efetivo de servidores públicos e policiais militares presentes nas ações de policiamento mencionadas nesta lei dependerá da análise anual de dados, índices e estatísticas sobre violência e qualidade de vida coletados nas comunidades atendidas e justificados em audiência públicas.

§ 3º – Além da comunidade atendida, deverão ser ouvidos na audiência pública mencionada no dispositivo anterior:

I – representantes da sociedade civil e organizações não- governamentais (ONGs);

II – representantes de Universidades e Institutos ou Fundações de pesquisas sobre segurança pública e direitos humanos;

III- pesquisadores independentes sobre os temas de que trata esta lei.

Art. 14 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A questão da (in) segurança pública é hoje um problema nacional. Assim como Rio de Janeiro e São Paulo, várias outras regiões brasileiras enfrentam problemas com o tráfico de drogas, milícias, grupos de

extermínio e deterioração da convivência e do tecido social.

O artigo 144 da Carta Maior estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio por diversos órgãos dos entes federados.

A falência das políticas de segurança pública desenvolvidas no Brasil nas últimas décadas revela-se no impressionante número de 46 mil assassinatos por ano, dos quais 70% entre jovens e negros das periferias das grandes cidades. Ainda que comecem a surgir experiências comunitárias e do próprio Estado que articulam ações sociais com ações de prevenção e segurança com respeito aos Direitos Humanos, o que assistimos em nossos telejornais diários não deixa margem para dúvidas. No Brasil prevalece a violência institucional histórica, presente não apenas nas ações da polícia, mas sobretudo na incapacidade do Estado e governos de ofertar – justamente para as populações que mais precisam – acesso a serviços básicos de cidadania, como transporte, regularização fundiária, creches, saúde, educação de qualidade e à justiça.

Inverter essa lógica é o grande desafio. Cercadas pelo tráfico e pelas milícias, a ação violenta dos órgãos de segurança do Estado contra a comunidade e seus moradores, agrava ainda mais as precárias condições de vida e moradia de milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros, tratados, em muitos casos, como suspeitos ou bandidos perigosos.

Os problemas não são fáceis, reconheçamos. No entanto, não chegaremos a lugar nenhum se não buscarmos ouvir a comunidade num diálogo franco e aberto com seus moradores e suas lideranças mais legítimas.

Nesse sentido, merece aplauso a iniciativa do Governo Federal em organizar a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – 1ª CONSEG, realizada em Brasília, em agosto de 2009, que, visando dar sequência ao PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) ouviu toda a sociedade brasileira, através de conferências municipais, estaduais, livres e virtuais.

Está patente que as políticas de segurança pública só vão funcionar se forem articuladas e contínuas. Temos que criar, fortalecer e manter redes de proteção e desenvolvimento social a partir dos serviços públicos, de oportunidades acessíveis a todos e todas. Com igualdade e justiça social construiremos uma sociedade que viva em paz. Com esse propósito, estamos apresentando o presente projeto de lei objetivando “nacionalizar” e ampliar a experiência desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro com a instalação das chama-

das Unidades de Polícia Pacificadora. Para tanto, através da fixação de diretrizes e princípios que reforcem a participação e o respeito à dignidade humana dos moradores, ampliamos as formas e possibilidades de ação do Estado, que poderá atuar através de policiamento comunitário ou mediante ações de pacificação social em toda e qualquer comunidade que enfrente problemas de segurança pública ou social.

Certo de que nossa proposição contribuirá para o aperfeiçoamento da legislação federal e para a ampliação do debate sobre o tema, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para sua rápida tramitação e aprovação por este parlamento.

Sala das sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado
Alessandro Molon – PT/RJ

PROJETO DE LEI Nº 371, DE 2011

(Da Sra. Manuela D’Ávila)

Prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

O congresso nacional decreta:

Art 1º É vedado às pessoas jurídicas estabelecer salários diferenciados entre homens e mulheres, para funções ou cargos iguais.

Art. 2º As Pessoas Jurídicas que violarem o Art 1º serão punidas com o pagamento, à funcionária, de valor equivalente a dez vezes a diferença acumulada praticada, devidamente atualizada monetariamente, além das contribuições previdenciárias correspondentes.

Art. 3º A Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP conterá três campos adicionais:

I – relativo à qualificação do cargo referente a cada trabalhador ou trabalhadora

II – relativo à carga horária mensal de cada trabalhador ou trabalhadora

III – relativo ao sexo do trabalhador ou trabalhadora.

Art. 4º A Receita Federal do Brasil desenvolverá aplicativo informatizado de fiscalização de todas as empresas, em tempo real, sobre a igualdade de salários/hora entre homens e mulheres.

Art 5º A fiscalização do cumprimento do Art. 1º e a execução da punição prevista no Art. 2º ficará a cargo da Receita Federal do Brasil e do Ministério do Trabalho, utilizando-se do sistema informatizado previsto no Art. 4º e da fiscalização presencial.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Muitos são os dispositivos legais que buscam a tão almejada igualdade de salários entre homens e mulheres. Porém, nenhum estabelece uma pena exemplar para os empresários que descumprem este princípio e, principalmente, um sistema eficiente, rápido e abrangente de fiscalização.

Desta forma, este Projeto procura extinguir no país as odiosas diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo, fato este fartamente documentado pelos institutos de estatística brasileiros.

Tendo em vista a não reeleição do proponente original, reapresento o PL 7016/2010, dada a importância do tema para o país.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Manuela d'Ávila, Deputada Federal, PCdoB/RS.

PROJETO DE LEI Nº 372, DE 2011

(Da Sra. Manuela D'Ávila)

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para estender às pessoas portadoras de doenças graves a prioridade de atendimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas acompanhadas por crianças de colo e as pessoas portadoras das doenças listadas no inciso XVI do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.”(NR)

.....
.....

“Art. 3º As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, às pessoas mencionadas no art. 1º.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O estabelecimento de prioridade de atendimento para pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo foi um grande ganho para a população mais vulnerável no Brasil. Significou maior equidade e segurança para essa parcela de nossa população.

Todavia, na redação original da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata do assunto, não foram incluídos os portadores de doenças graves. Em face disso, pacientes com quadros clínicos graves, mas que não podem ser caracterizados como pessoas com deficiência, veem-se compelidos a aguardar, às vezes por longo tempo, para serem atendidos.

Tal situação implica não apenas desconforto para uma pessoa com doença grave, mas pode também levar à piora do seu quadro de saúde.

Tendo em vista a não reeleição do proponente original, reapresento o PL 7967/2010, dada a importância do tema para o país.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Manuela d'Ávila, Deputada Federal, PCdoB/RS.

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 2011

(Da Sra. Manuela D'Ávila)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as embalagens de medicamentos conterem tampa de segurança.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os medicamentos devem ser acondicionados em recipientes fechados com tampas especiais de segurança.

Parágrafo único – As tampas especiais de segurança devem conter mecanismo apropriado que impeça sua abertura por crianças e por pessoas portadoras de deficiência mental.

Art. 2º Os infratores às disposições da presente lei sujeitam-se às penalidades estabelecidas pelo art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias de sua publicação.

Justificação

É comum a ocorrência de acidentes causados pela indevida ingestão de medicamentos por crianças que localizam e abrem os frascos. Isto porque substâncias nocivas à saúde são embaladas sem a menor preocupação com a segurança.

Assim, as crianças ingerem os conteúdos dos frascos indiscriminadamente, correndo grande risco de morte. Com o intuito de abolir a ocorrência desse tipo de acidente doméstico é que estamos apresentando o presente projeto de lei.

Estamos propondo que os medicamentos infantis sejam embalados em frascos fechados com tampas, possuindo mecanismo especial de segurança que impeça sua abertura por crianças.

Em caso de descumprimento desta norma, propomos a aplicação das penalidades estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor, art. 56.

Tendo em vista a não reeleição do proponente original, reapresento o PL 7527/2010, dada a importância do tema para o país.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Manuela d'Ávila, Deputada Federal, PCdoB/RS.

PROJETO DE LEI Nº 374, DE 2011

(Da Sra. Manuela D'Ávila)

Dispõe sobre a doação presumida de órgãos e tecidos para transplantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para estabelecer a doação presumida de órgãos e tecidos para transplantes.

Art. 2º Dê-se ao art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a seguinte redação:

“Art. 4º Fica presumida a autorização para doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, para finalidade de transplantes ou terapêutica post mortem, salvo manifestação de vontade em contrário, nos termos desta Lei.

§ 1º Todo indivíduo que não queira ser doador de órgãos e tecidos deverá obrigatoriamente ter registrado em documento público de identidade o seu desejo de não ser doador de órgãos e tecidos.

§ 2º A manifestação de vontade em documento público de identidade poderá ser reformulada a qualquer momento, registrando-se, no documento, a nova declaração de vontade.

§ 3º No caso de dois ou mais documentos legalmente válidos com opções diferentes, quanto à condição de doador ou não, do morto, prevalecerá aquele cuja emissão for mais recente.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O programa brasileiro de transplante de órgãos é um dos mais avançados programas públicos do mundo, sendo um dos exemplos de sucesso do Sistema Único de Saúde. Entretanto, a carência por órgãos para transplante é grande, visto que é cada vez maior em nossa população a frequência de doenças crônicas que terminam por exigir tratamento por meio de transplantes.

Um dos meios para aumentar a disponibilidade de órgãos para transplantes seria a adoção da doação

presumida de órgãos. Todo indivíduo que não queira ser doador de órgãos e tecidos deverá obrigatoriamente ter registrado em documento público de identidade o seu desejo de não ser doador de órgãos e tecidos. Assim, presumir-se-á como doador de órgãos e tecidos todos os demais.

Esse projeto insere a doação presumida de órgãos por meio de alteração na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a Lei dos Transplantes. Tal dispositivo chegou a fazer parte do texto da referida lei, mas foi retirado por meio da edição de várias medidas provisórias e pela Lei nº 11.521, de 18 de setembro de 2007.

Tendo em vista a não reeleição do proponente original, reapresento o PL 5764/2009, dada a importância do tema para o país.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Manuela d'Ávila, Deputada Federal, PCdoB/RS.

PROJETO DE LEI Nº 375, DE 2011

(Da Sra. Manuela D'Ávila)

Dispõe sobre a proibição da exigência do número mínimo de créditos “Grade Fechada” para a efetivação ou continuidade da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica proibido aos estabelecimentos de ensino superior, exigir número mínimo de créditos para a efetivação da matrícula de ingresso ao aluno aprovado em exame vestibular.

§ 1º – Também proibi-se a exigência mínima de créditos “Grade Fechada” durante o curso, em estabelecimentos de ensino superior.

Art. 2º – O prazo para adequação dos estabelecimentos de ensino superior a esta Lei será de 1 (um) ano, apartir da data de sua publicação.

Art. 3º – Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Atualmente a grande maioria de instituições de ensino superior no país tem por exigência no ato da matrícula, a inscrição em todas as disciplinas que compõem o currículo do primeiro semestre universitário, assim como uma parcela considerável destas instituições também se faz valer da mesma exigência ao restante do curso.

Levando em consideração a previsão de gastos de uma universidade, no que tange à organização do seu quadro docente, restaria um pouco prejudicada

frente à determinação proposta neste projeto de lei, mas entendo também que a adaptação ao presente proposição, por parte dessas instituições, seria facilmente implantada diante ao aumento expressivo de novas matrículas.

Inaceitável, porém, conceber que um estudante, aprovado em exame vestibular, veja a chance de buscar um futuro melhor esvaziar-se diante da obrigatoriedade imposta pelas instituições de ensino superior de efetuar matrícula em todas as disciplinas previstas no currículo do primeiro semestre, o que enseja um custo, em inúmeros casos, muito superior às condições do aluno num primeiro momento ou em certo período do curso.

A constitucionalidade desta matéria, trata-se de direito do consumidor em relação ao direito de optar pela individualização ou aglomeração de serviços, com base no princípio que o aluno deve ter a possibilidade de cursar uma faculdade de acordo com as suas possibilidades financeiras, e não dela ser afastado por não ter condições de arcar com o custo de todos os créditos disponibilizados pela instituição que o obriga ao se matricular ou permanecer matriculado.

Tendo em vista a não reeleição do proponente original, reapresento o PL 1030/2007, dada a importância do tema para o país.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Manuela d'Ávila, Deputada Federal PCdoB/RS.

PROJETO DE LEI Nº 376, DE 2011

(Da Sra. Nilda Gondim)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulação de calibrador de pneus.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os proprietários de postos de combustíveis e estabelecimentos congêneres que mantêm em suas instalações equipamentos de calibragem de pneus ficam obrigados a realizar a sua manutenção e regulação periódica.

Art. 2º A inobservância do disposto nesta Lei, ensejará a aplicação de multa pelo órgão fiscalizador competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A calibragem correta dos pneus é um item que deve ser observado frequentemente. É a garantia de maior estabilidade do veículo, de longevidade do pneu e de menor consumo de combustível.

Estudo revela que um pneu quando aquece pode, por dilatação do ar, aumentar a calibragem em até 8 libras, ou seja, se este for calibrado frio e usado em condições quentes numa viagem equivalente a 45 minutos a uma temperatura ambiente de 20° C pode chegar a 48 libras, deixando o pneu muito cheio. Perde-se sua aderência quando mais se precisa, isto é, nas curvas. Muitos motoristas optam por utilizar Nitrogênio para calibrar por ter um ponto de dilatação mais elevado mantendo mais estável a condição de pressão de ar nos pneus.

A calibragem dos pneus é de extrema importância para a segurança e a durabilidade do pneu. Pressão abaixo do especificado para o veículo aumenta a aderência ao solo, podendo causar desgastes irregulares e danos internos. Ocasiona também o aumento da resistência ao rolamento e dificulta as manobras. Lembrando que se esta estiver acima do indicado reduz a área de contato do pneu com o solo, tornando-o mais susceptível a danos por impacto e a perfurações provocadas por irregularidades do pavimento.

Comumente a pressão correta dos pneus está indicada no Manual do Proprietário e na lateral da coluna B ou da porta dianteira dos veículos. As informações também podem ser encontradas, em certos casos, na tampa do porta-luvas e na tampa do tanque de combustível. A calibragem deve ser realizada ao menos uma vez a cada 14 ou 15 dias. De igual modo a do estepe a cada dois meses.

A calibragem de pneus é plausível, tanto é assim, que desde 2008 os carros nos Estados Unidos saem de fábrica com dispositivo de alerta de pressão baixa. Na Europa será obrigatório até 2012 e quiçá em breve se torne regra também no Brasil.

Ressaltamos oportunamente que este tema mereceu a louvável atenção de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), cujos trabalhos apresentam observações interessantes. Um simples exemplo: o de um carro popular que venha a circular durante três anos com uma pressão abaixo da ideal, pode ensejar um prejuízo aproximado de mais de R\$ 4 mil. Considere-se que um pneu rode, em média, 60 mil quilômetros. Se estiver descalibrado não passa de 40 mil. Infere-se que o motorista que roda com pneu murcho prejudica o meio ambiente e o bolso ao gastar 10% a mais de combustível. O pneu não deve estar demasiadamente cheio, pois sobrecarrega o amortecedor e a suspensão do carro.

Frise-se que uma manutenção adequada, feita regularmente e de maneira preventiva é capaz de prolongar a vida útil dos pneus e conseguir ganhos de economia e segurança. Um pneu bem calibrado garante mais segurança na hora de dirigir e ajuda a

reduzir o consumo de combustível favorecendo o meio ambiente. Enquanto que a calibragem equivocada pode não só comprometer a segurança dos ocupantes do veículo como também prejudicar o desempenho do automóvel.

Os pesquisadores da UnB concluíram que muitos calibradores ficam desregulados. Comprovando que dos aparelhos medidores de pressão observados, só alguns estavam funcionando bem. Assim, se um motorista, por exemplo, selecionar no equipamento de calibragem determinado número correspondente à libra que pretende colocar nos pneus não terá convicção absoluta se, após efetuar tal procedimento, os mesmos conterão o que foi marcado no calibrador.

Segundo o estudo, não há lei que obrigue a manutenção e regulação dos equipamentos. Sem uma fiscalização obrigatória e periódica não é possível afirmar se este ou aquele calibrador está funcionando corretamente. Cremos que essa garantia deve ser conferida ao condutor de veículos quando do uso dessas máquinas. Por conseguinte, proporcionar maior segurança aos ocupantes dos veículos, maior estabilidade destes, longevidade de pneus, menor consumo de combustível. Por outro lado não poderíamos deixar de mencionar a melhoria ao meio ambiente.

Finalmente, considerando não haver norma que trate da aferição dos calibradores de pneus, espero poder contar com o apoio dos meus nobres pares para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputada **Nilda Gondim**.

PROJETO DE LEI Nº 377, DE 2011

(Do Sr. João Campos)

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 231-A:

“Contratação de serviço sexual”

“Art. 231-A. Pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviço de natureza sexual.”

“Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.”

“Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço

de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito a remuneração.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição que ora apresentamos tem por escopo criminalizar a conduta daquele que paga ou oferece pagamento pela prestação de serviços sexuais, ou seja, daquele que contrata pessoas mediante remuneração para prática da prostituição.

Tal matéria foi apresentada pelo ínclito Deputado Federal Elimar Máximo Damasceno tendo sido arquivada ao final da legislatura passada.

Apesar das recentes discussões ocorridas nesta Casa acerca do tema, o PL que legalizava a prostituição foi rejeitado, entendemos que a venda do corpo é algo não tolerado pela sociedade. A integridade sexual é bem indisponível da pessoa humana e, portanto, não pode ser objeto de contrato visando a remuneração.

O quadro negativo da prostituição não envolve apenas o sacrifício da integridade pessoal. A atividade é tradicionalmente acompanhada de outras práticas prejudiciais à sociedade, como o crime organizado, lesões corporais, a exploração sexual de crianças e adolescentes além do tráfico de drogas.

A criminalidade da contratação de serviços sexuais tem por fim, também, a proteção das pessoas e o combate à opressão sexual.

Recentemente, a Suécia, considerado um dos países mais avançados do mundo, aprovou lei no mesmo sentido da proposição apresentada.

Lá, a proposta do governo surgiu em conjunto com um pacote para reprimir os abusos contra as mulheres, foi apoiada eminentemente por grupos feministas e obteve o beneplácito do Poder Legislativo, em que mais de quarenta por cento dos parlamentares são mulheres.

Aspecto de relevo da presente iniciativa é a criminalidade única da conduta daquele que efetiva ou oferece o pagamento pela prestação dos serviços sexuais, e não da própria prostituta ou prostituto.

A necessidade de exercer a prostituição como forma de subsistência é um encargo gerado pelas circunstâncias sociais. Além disso, se houver o desejo de se deixar a atividade, não será necessária a preocupação com as conseqüências de se assumir publicamente o fato de ter sido prostituta.

O tipo penal foi construído com o cuidado especial de englobar, de forma ampla, a contratação de serviços sexuais. Assim, pela regra do *caput* do pretendido art. 231-A, cometerá crime aquele que efetivar ou oferecer o pagamento da realização do serviço.

O parágrafo único, por sua vez, incrimina a conduta de quem, mesmo sem acertar qualquer tipo de contrapartida, aceita os serviços de uma prostituta, sabendo que deverá remunerá-los.

São essas, em síntese, as razões pelas quais esta Casa deve analisar, com seriedade, a presente iniciativa, razão pela qual solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **João Campos**, PDSB/GO.

PROJETO DE LEI Nº 378, DE 2011

(Da Sra. Rebecca Garcia)

Dá nova redação ao § 1º do art. 2º da Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do Art. 2º da Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

§ 1º É fixado o valor do benefício em 3/4 (três quartos) do valor de 01 (um) salário mínimo vigente.”

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Programa De Volta Para Casa foi instituído pela Lei Federal nº 10.708, de 31 de julho de 2003, e tem por objetivo garantir a assistência, o acompanhamento e a integração social, fora da unidade hospitalar, de pessoas acometidas de transtornos mentais, com história de longa internação psiquiátrica (com dois anos ou mais de internação).

É parte integrante deste Programa o auxílio-reabilitação, que foi fixado, no ano de 2003, em R\$ 240,00, pago ao próprio beneficiário durante um ano, podendo ser renovado, caso a pessoa ainda não esteja em condições de se reintegrar completamente à sociedade.

Seus beneficiários são pessoas acometidas de transtornos mentais egressas de internação psiquiátrica em hospitais cadastrados no SIH-SUS, por um período ininterrupto igual ou superior a dois anos, quando a situação clínica e social não justifique a permanência em ambiente hospitalar e indique a possibilidade de inclusão em programa de reintegração social;

São contempladas, também, pessoas residentes em moradias caracterizadas como serviços residenciais terapêuticos e aquelas egressas de Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, em conformidade com a decisão judicial (Juízo de Execução Penal).

A aprovação deste benefício significou um grande avanço no processo de desinstitucionalização do tratamento psiquiátrico no Brasil.

As unidades de internação começam a passar por um processo de lenta e progressiva desativação, com a criação dos Centros de Atenção Psicossocial. A rede hospitalar convencional, em geral, não está treinada para lidar com esse tipo de paciente em momentos de crise/surtos. Por sua vez, as famílias têm cada vez mais que assumir essas pessoas, muitas vezes sem condições financeiras para arcar com medicamentos ou mesmo mantê-las dentro de casa. Nada mais natural que, no momento em que o governo adota uma política de ressocialização dos pacientes, o poder público eleve o valor da contribuição já prevista em lei, tornando-a mais condizente com as necessidades.

Essa medida é essencial para a própria sobrevivência do programa. Continuar com os valores atuais, que correspondem a menos da metade do valor atual do salário mínimo, seria sacrificar ao extremo aqueles que tem direito a contribuição e as seus familiares.

Por entender que as conquistas inscritas na legislação, que impulsionou o processo de ressocialização, estão ameaçadas, apresentamos esta proposição, que eleva a contribuição para 3/4, ou 75% do valor do salário mínimo vigente, que além de garantir um benefício mais coerente com a realidade e com a justiça, estabelece um indexador mais adequado para o caso, qual seja, o salário mínimo.

Corrige-se, portanto, a grande deficiência da lei, que estabeleceu valores baixos e deixou como opção governamental reajustar ou não tais valores.

Os novos valores, majorados, possibilitarão a melhoria da manutenção do paciente e, também, contribuirão para que aumente sua auto-estima e a preservação de sua independência e autonomia, evitando recaídas, tão frequentes entre aqueles que não recebem o devido apoio.

Por fim, o projeto vai contribuir para uma rápida reinserção desses pacientes no seio familiar e está afinado com a iniciativa do governo federal de aos poucos desativar os hospitais psiquiátricos.

Em razão do exposto e pela relevância da matéria, conclamamos os ilustres pares a apoiar a presente iniciativa.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputada **Rebecca Garcia**.

PROJETO DE LEI Nº 379, DE 2011

(Do Sr. Wellington Fagundes)

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de Lucas do Rio Verde da Universidade Federal de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Campus Universitário de Lucas do Rio Verde da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sede na cidade de Lucas do Rio Verde, no estado de Mato Grosso.

Art. 2º O Campus Universitário de Lucas do Rio Verde da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) terá como objetivos ministrar o ensino superior, sob suas diferentes formas e modalidades, nos diversos campos do saber, desenvolver a pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional, a contratação de pessoal, a definição dos cursos e a forma de funcionamento do Campus Universitário de Lucas do Rio Verde da UFMT, observado o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos do Estatuto da Universidade Federal de Mato Grosso.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A UFMT tem procurado contribuir efetivamente, desde sua implantação, com o desenvolvimento regional, atuando nas áreas de ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa e extensão, mantendo os campi de Cuiabá, Rondonópolis, Médio Araguaia e Sinop, além de forte presença nas demais regiões de Mato Grosso, com projetos de interiorização no âmbito do ensino de graduação: licenciaturas parceladas, turmas especiais, ensino à distância, sempre em parceria com os governos federal, estadual e municipal.

São ofertados, nos quatro campi, 55 cursos regulares de graduação, considerados os turnos de funcionamento, dentre os quais 16 em período noturno, cerca de 30 cursos de especialização anuais, 12 cursos de mestrado nas áreas de Educação Pública, Ecologia e Conservação da Biodiversidade, Saúde e Ambiente, História, Agricultura Tropical, Ciências e Engenharia de Materiais (Convênio USP – São Carlos), Pediatria (Convênio USP – São Paulo), Enfermagem (Convênio UFSC), Ciências Contábeis (Convênio PUC – São Paulo), Ciências da Comunicação (Convênio USP – São Paulo), Política Social (Convênio UnB) e Engenharia

Ambiental (Convênio UFRJ), 03 cursos de doutorado nas áreas de Educação Pública, Ecologia e Conservação da Biodiversidade e Saúde e Ambiente.

Além disso, a UFMT proporciona aos seus alunos assistência de natureza social, médica, cultural, artística, desportiva e profissional através de bolsas, atividades de extensão, moradia, iniciação científica e programas como: eventos estudantis, cultural, monitoria, apoio psico-pedagógico, estágio extracurricular, assistência médica e estudante convênio-graduação.

O projeto aqui proposto tem como objetivo levar para a cidade de Lucas do Rio Verde um Campus da UFMT, o que trará grandes benefícios para a região, ampliando a oferta de ensino superior à população e, ao mesmo tempo, gerando conhecimento científico e tecnológico necessário à prosperidade e ao bem-estar da população luverdense.

Ademais, Lucas do Rio Verde após um curto período de sua emancipação política, fato que ocorreu em 1987, alcançou um crescimento econômico de destaque. Atualmente figura como um dos municípios de maior economia do centro oeste brasileiro.

A cidade registra índice de crescimento acima de 10 por cento ao ano. A população teve um salto de pouco mais de 11 mil habitantes em 2000 para quase 50 mil em 2010.

Para nortear o crescimento que evidentemente ocorre de forma acelerada, foi criado um dos mais modernos planos de diretrizes de ocupação. A cidade tem 3.600 hectares e comporta um crescimento de até 300 mil habitantes. O planejamento permite a preservação de nascentes e reservas legais, aliando beleza da arquitetura com a paisagem natural.

A proposta de cidade planejada acompanha o zelo em setores essenciais como a educação de qualidade, alcançando índices acima do registrado no país. A rede municipal de ensino oferece desde estrutura para práticas esportivas até uma proposta pedagógica diferenciada.

O município de Lucas do Rio Verde figura ainda como ponto estratégico para o escoamento de riquezas. Em breve a FICO (Ferrovia de Integração do Centro Oeste) que corta grande parte do território matogrossense, terá um terminal de cargas na localidade, interligando a região à Ferronorte, facilitando o alcance ao porto de Santos.

A projeção para os próximos anos de chegar os trilhos de outras duas linhas férreas amplia e muito essa importante travessia. A Norte-Sul, perfazendo o eixo setentrional e chegando até o Porto de Itaquí no Maranhão e a Leste-Oeste, interligado ao porto de Ilhéus, na Bahia. Ressalte-se também pela importância a conclusão da BR-163 até porto de Santarém no

Pará, outro exemplo concreto do crescimento de toda a região.

Ainda as hidrovias Tapajós-Teles Pires e Madeira-Mamoré permitirão o transporte mais rápido e mais barato aos portos de exportação do norte do Brasil.

Dessa forma, para que Lucas do Rio Verde, bem como toda a região continue a expandir, torna-se imprescindível a implantação de um Campus Universitário que contribuirá sobremaneira na formação técnica de sua população, trazendo mais desenvolvimento e qualidade de vida para todo o Mato Grosso.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado Federal **Wellington Fagundes**, PR/MT.

PROJETO DE LEI Nº 380, DE 2011

(Da Sra. Rebecca Garcia)

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao agricultor familiar rural e/ou extrativista que tenha suas terras inundadas por ocasião de enchentes sazonais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O agricultor familiar rural e/ou extrativista que tenha suas terras inundadas por ocasião das enchentes sazonais, em período fixado pela Agência Nacional de Águas (ANA), fará jus à concessão de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal.

Art. 2º Para se habilitar ao seguro-desemprego, o agricultor familiar rural e/ou extrativista deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) os seguintes documentos:

I – registro atualizado de produtor rural e/ou extrativista;

II – comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como produtor rural, parceiro, meeiro ou arrendatário rural;

III – comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte;

IV – atestado de sindicalizado em Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou de cooperado em Cooperativa de Produtores Rurais a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área que sofra a inundação, que comprove:

A sua condição de produtor rural e/ou extrativista, na forma do art. 1º desta Lei;

Que ele se dedicou às atividades rurais, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o fim da última inundação de suas terras e o transcurso da atual inundação;

Que ele não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade rural ou extrativismo.

Parágrafo único. Quando julgar necessário, o MTE poderá exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

Art. 3º A eventual constatação de fraude na concessão do benefício implicará:

I – o seu cancelamento imediato;

II – a devolução pelo produtor rural da quantia recebida indevidamente;

III – a sujeição do servidor público que fornecer atestado falso para a concessão do benefício às sanções previstas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sem prejuízo de outras sanções civis e penais cabíveis.

Art. 4º O benefício de que trata esta Lei será cancelado nas hipóteses de:

I – início de atividade remunerada;

II – início de percepção de outra renda;

III – morte do beneficiário, exceto se ele tiver dependente econômico exclusivo, a quem será repassado o benefício, uma vez atendidos os requisitos do art. 2º;

IV – desrespeito às normas de preservação ambiental;

V – comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício.

Art. 5º O benefício do seguro-desemprego a que se refere esta Lei será pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem como inspiração, Projeto de Lei (PL) de autoria do então Deputado Ronaldo Leite, que teve a honra de oferecer substitutivo aperfeiçoando o texto na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na legislatura anterior. Quando da sua tramitação, o PL teve parecer favorável nas Comissões de Agricultura e Meio Ambiente, o que já mostra a importância e relevância do tema, sendo posteriormente arquivado por força do Art. 105 do Regime Interno.

A proposição objetiva amenizar a situação crítica que acomete o produtor rural brasileiro por ocasião das enchentes sazonais, quando ele tem suas terras

total ou parcialmente inundadas. Além de arcar com os enormes prejuízos provocados pela cheia em si – que, às vezes, chega a levar sua casa, plantações, criações e outros objetos de valor material ou sentimental –, o produtor rural vê seu sistema econômico inviabilizado durante até meses seguidos pela permanência das águas. Quando elas baixam, deixam ainda um triste rastro de lama que impede o uso agropecuário da terra durante muito tempo.

A situação torna-se ainda mais grave quando se sabe que há uma expressiva parcela da sociedade brasileira, majoritariamente formada por pequenos produtores rurais em regime de economia familiar, que tiram da terra o próprio sustento e não têm outra fonte de renda. Na falta de alternativas, muitos, premidos por necessidades, até mesmo de sobrevivência, acabam por explorar inadequadamente os recursos da fauna e da flora, perpetrando ações lesivas ao meio ambiente, tais como o corte de árvores, a caça de espécimes silvestres etc.

Para a concessão do benefício, o projeto prevê a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cujo escopo maior é o de prover de recursos, ainda que mínimos, aos que se encontram impossibilitados de trabalhar. E esta é, em última instância, a exata situação daqueles que se vêm privados de trabalho sazonalmente, como o pescador profissional durante a piracema e o agricultor familiar rural e/ou extrativista afetado pelas cheias sazonais.

Em razão do exposto e pela relevância da matéria, conclamo os ilustres pares a apoiar a presente iniciativa.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Deputada **Rebecca Garcia**.

PROJETO DE LEI Nº 381, DE 2011
(Do Sr. Guilherme Campos)

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispondo sobre o sistema de segurança dos correspondentes bancários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o sistema de segurança dos correspondentes bancários e sobre as despesas dos estabelecimentos lotéricos que sejam correspondentes bancários e se situem nas regiões metropolitanas.

Art. 2º O § 2º e seu inciso I, do art. 1º da Lei Nº 7.102/1983 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá, considerando a reduzida circulação financeira, requisitos próprios de segurança para os estabelecimento que funcionem como correspondentes bancários e as cooperativas singulares de crédito e suas dependências que contemplem, entre outros, os seguintes procedimentos:

I – dispensa de sistema de segurança para o estabelecimento que funcione como correspondente bancário e o de cooperativa singular de crédito que se situe dentro de qualquer edificação que possua estrutura de segurança instalada em conformidade com o art. 2º desta Lei;

.....(NR)”

Art. 3º Fica incluído o art. 2º-A na Lei Nº 7.102/1983, com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. Para efeito do disposto no art. 1º estão compreendidos na definição de correspondentes bancários as casas lotéricas, farmácias, supermercados e outros estabelecimentos varejistas que ofereçam serviços bancários e de pagamentos, inclusive em locais não atendidos pela rede bancária convencional.

§ 1º Não se aplica o disposto no § 2º do art. 1º aos estabelecimentos lotéricos que sejam correspondentes bancários e que se situem nas regiões metropolitanas.

§ 2º As despesas dos estabelecimentos lotéricos que sejam correspondentes bancários, que se enquadrem no disposto no § 1º deste artigo, com sistemas de segurança e contratação de vigilantes a que se referem os incisos I e III do § 2º do art. 1º, serão suportadas pela Caixa Econômica Federal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Referida lei veda o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça

(art. 1º), o que é feito por intermédio do Departamento de Polícia Federal (DPF).

O § 1º do mencionado artigo inclui dentre os estabelecimentos financeiros os bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, postos de atendimento, subagências e seções, assim como as cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências.

Já o § 2º dispõe que o Poder Executivo estabelecerá, considerando a reduzida circulação financeira, requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito, como a dispensa de sistema de segurança para aquela que se situe dentro de qualquer edificação que possua estrutura de segurança (inciso I). Dispensa, também, de contratação de vigilantes, caso isso inviabilize economicamente a existência do estabelecimento (inciso III).

O mesmo tratamento não é dado, porém, a outra espécie de intermediário financeiro que são os correspondentes bancários, avaliados em cerca de 108 mil no final de 2008. Segundo o Banco Central do Brasil (Bacen), os correspondentes bancários – chamados na gíria bancária de “corbans” – atuam em nome dos bancos e são, tipicamente, casas lotéricas, bancos postais, farmácias, supermercados e outros estabelecimentos varejistas, que oferecem alguns serviços bancários e de pagamentos inclusive em locais não atendidos pela rede bancária convencional. Ainda segundo o Bacen, o sistema financeiro conta com 131 instituições bancárias, totalizando cerca de 19,1 mil agências e 125,7 milhões de contas correntes, e 1.453 cooperativas de crédito.

A partir da década de 1990, com a multiplicação dos programas assistenciais do governo, houve o fenômeno da bancarização de pequenas comunidades, facilitada pela instalação de correspondentes bancários. Segundo dados do Bacen, o número de correspondentes bancários no país aumentou em 30% de 2008 para 2009, quando atingiu a marca de 100 mil correspondentes, e em setembro desse ano havia 109.007 correspondentes bancários no país.

Banco Postal é uma marca utilizada por banco privado em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), o qual oferta seus produtos e serviços em quase todos os municípios brasileiros, atuando os Correios como correspondentes bancários. Consta que era formada por 5.972 agências, tendo efetuado 14 milhões de transações bancárias só no mês de outubro de 2009.

As lotéricas atuam como correspondentes bancários da Caixa Econômica Federal (CEF) e, às vezes, do Banco do Brasil, realizando saques, depósitos e

pagamentos, especialmente benefícios oficiais, como aposentadorias e Bolsa-Família.

Um dos atrativos do serviço para o correspondente bancário é a taxa recebida por transação, a qual varia muito de um estabelecimento para outro, a depender do contrato celebrado com a instituição financeira.

Por parte dos clientes, há a facilidade de efetuar pagamentos e outras transações sem enfrentar filas ou submeterem-se aos procedimentos de segurança dos bancos, muitas vezes próximo à residência, no próprio bairro.

Do lado dos bancos a vantagem é o baixo custo de implantação e manutenção, já que, com exceção da publicidade, as despesas são de responsabilidade do correspondente. Há um crescimento muito grande da instalação de correspondentes bancários em relação às agências, que correspondeu, no período de 2000 a 2005, a quarenta por cento para os primeiros e sete para as segundas. Outra frente de economia dos bancos é em relação aos funcionários, cujos salários são bem menores quando empregados dos correspondentes. Isso explica porque há mais correspondentes bancários onde mais existem agências bancárias. Em 2005 foram movimentados quase R\$ 30 bilhões pelos “corbans”.

Uma operação na boca do caixa custa cerca de R\$ 1,10 e nos meios eletrônicos, em torno de R\$ 0,10, enquanto os correspondentes recebem entre R\$ 0,10 e R\$ 0,50 por documento autenticado.

Quase sempre é o correspondente que contrata carro-forte e segurança. Se a instalação de uma agência bancária custa algo em torno de R\$ 300 mil e R\$ 400 mil, um posto de atendimento no correspondente bancário sai por R\$ 70 mil, ficando os gastos na casa dos R\$ 18 mil. Já há bancos que subsidiam a segurança, como o Banco de Brasília (BRB).

Na CEF, responsável por grande parte dos programas sociais do governo federal, das 3,5 bilhões de operações realizadas em 2005, 1,3 bilhão passaram pelos 13 mil correspondentes bancários ligados ao banco público.

O governo estimula a atividade, segundo a lógica da expansão do microcrédito proporcionado pelas políticas sociais que geram as microfinanças. O fenômeno é observado em outros países europeus, além da África do Sul e México.

Fica evidente que a intermediação financeira por meio dos correspondentes bancários é altamente vantajoso para os bancos. Enquanto isso os cidadãos ficam mais vulneráveis, dadas as inúmeras notícias de ação criminosa, principalmente nas lotéricas e, em especial, nas regiões metropolitanas. Por seu turno, os

proprietários não têm como arcar com os custos da segurança exigida pela legislação.

Estamos, portanto, propondo a alteração da Lei 7.102/1983, mediante inclusão dos correspondentes bancários como intermediários financeiros, dada a reduzida circulação financeira. Incluímos, pois, um art. 2º-A, para definir o que são os correspondentes bancários e excepcionar as circunstâncias em que seriam exigíveis as providências relativas à segurança. O proposto § 1º do art. 2º-A atende praticamente a todas as lotéricas situadas nos grandes centros, que são mais visadas pelos bandidos.

No § 2º estabelecemos que os custos correspondentes aos sistemas de segurança e contratação de vigilantes dos estabelecimentos lotéricos que sejam **correspondentes bancários e se situem nas regiões metropolitanas** sejam suportados pela CEF, pois esses estabelecimentos constituem os alvos preferidos dos criminosos, colocando em risco a multidão de aposentados, já idosos, que buscam a comodidade ofertada e estimulada pelo próprio governo federal.

Certos de que os ilustres Pares concordarão com a importância desta proposição para o aumento da sensação de segurança da população usuária das casas lotéricas e a prevenção da atividade criminosa de que são alvos, esperamos contar com o seu imprescindível apoio para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Guilherme Campos**

PROJETO DE LEI Nº 383, DE 2011

(Do Sr. Roberto de Lucena)

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do § 8º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72.....

§ 8º

V – proibição de contratar com a Administração Pública, bem como dela obter subsídios, subvenções ou doações, pelo período de até três anos.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, fica acrescida do seguinte art. 72-A:

“Art. 72-A. A pessoa jurídica não poderá receber subsídios, subvenções ou doações da

Administração Pública se tiver sido condenado por crime ambiental com sentença transitada em julgado, antes de reabilitada”. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

Urge a necessidade cada vez maior de todos com a responsabilidade ambiental de todos, parece-me na contramão do desenvolvimento sustentável a leniência com que o Poder Público trata aqueles que não cumprem suas obrigações ambientais, sociais, tributárias, previdenciárias e fiscais.

No caso em tela dos crimes e infrações administrativas de cunho ambiental, o País já conta, há mais de uma década, com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como a Lei de Crimes Ambientais. Tal norma veio suprir uma lacuna até então existente na legislação pátria, condensando num só texto legal os crimes e as infrações administrativas mais comuns em nosso País, muitos dos quais permaneciam impunidos até o advento da lei.

Todavia, decorridos treze anos, ainda se observam imperfeições na Lei de Crimes Ambientais, duas das quais este projeto de lei objetiva sanar. A primeira delas, consignada no art. 1º desta proposição, busca uniformizar os termos do inciso V do § 8º do art. 72 com os do inciso III do *caput* e do § 3º, ambos do art. 22 da Lei. A segunda delas, constante no art. 2º, visa proibir, mediante o acréscimo de um novo artigo (72-A), que a pessoa jurídica receba subsídios, subvenções ou doações da Administração Pública caso tenha débitos previdenciários ou fiscais ou tenha sido condenada por crime ambiental com sentença transitada em julgado, antes de reabilitada.

Tal proposição foi apresentada na legislatura passada pelo ínclito Deputado Dr. Talmir PV/SP, tendo sido arquivada no final da legislatura, acredito que essas duas pequenas alterações contribuirão para o aperfeiçoamento de tão importante dispositivo legal, razão pela qual solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Roberto de Lucena**, PV/SP.

PROJETO DE LEI Nº 384, DE 2011

(Do Sr. Roberto de Lucena)

Proíbe a veiculação de reportagens, artigos e informativos que utilizem imagens, ilustrações ou sinais de caráter erótico, pornográfico ou obsceno, em qualquer meio de comunicação e de divulgação pública ou destinada a assinantes com intuito de pro-

mover bens culturais impróprios a crianças e adolescentes

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É vedada a veiculação de reportagens, artigos e informativos que utilizem imagens, ilustrações ou sinais de caráter erótico, pornográfico ou obsceno em qualquer meio de comunicação e de divulgação pública ou destinada a assinantes.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica às publicações, periódicos ou qualquer manifestação artística ou cultural que são destinados exclusivamente ao público adulto.

Art. 2º. Consideram-se bens culturais, para os efeitos desta lei, filmes, livros, jornais, periódicos, sítios da internet, espetáculos, jogos, ou qualquer manifestação artística ou cultural, e sujeita a classificação indicativa pelo Ministério da Justiça.

Art. 3º. A desobediência ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de multa de dez a cem mil reais corrigidos pelo índice de valores vigente, revertida ao Fundo Nacional de Amparo à Criança e ao Adolescente

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação, definindo os critérios de aplicação de multas e os casos de reincidências, fiscalizando o seu fiel cumprimento.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Tem causado perplexidade, em meio a pais e pessoas responsáveis pela formação de crianças e adolescentes, a banalização de imagens eróticas nos mais diversos meios de comunicação, bem como a disseminação de filmes, livros, periódicos, espetáculos, jogos, sites e demais bens culturais, que promovem a exposição indevida de crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico, erótico e obsceno.

Desta feita, promove-se o desenvolvimento sexual precoce de crianças e adolescentes, espalhando-se males morais e psicológicos.

Meios de comunicação, supostamente apropriados para todos os públicos, veiculam reportagens, artigos e informações nas quais se faz a promoção de produtos culturais inapropriados a crianças e adolescentes. Para ilustrarem suas reportagens e artigos agregam imagens de conteúdo sexual, explícito e implícito.

Para exemplificar, citamos que no dia 15 de fevereiro de 2009, o jornal Folha de São Paulo, que supostamente é apropriado para todos os públicos, inclusive recomendado como instrumento de pesquisas para estudantes, em seu caderno *MAIS!*, precisamente na

página 9, com o objetivo de ilustrar um artigo cultural de autoria de Johann Hari sob o título *“Amor em Tempos de Sexo”* foi usada uma imagem do filme *“Intimidade”*, apresentada em uma foto de grandes proporções uma cena de sexo com um casal heterossexual. Foto que com certeza foi parar nas mãos de crianças e adolescentes que dividem com seus pais a leitura daquele periódico. Acreditamos que não havia nenhuma necessidade da divulgação daquela imagem para comunicar aos leitores a publicação de um livro.

Citamos também como exemplo que em 27 de novembro de 2009, na página 22, do caderno *VIDA*, do jornal O Correio de Salvador/BA, em matéria que abordava o lançamento do filme *“Do Começo ao Fim”*, foi exibida uma foto, quase das dimensões da página inteira, na qual um par de irmãos praticava relações homossexuais incestuosas. Foto que também com certeza foi parar nas mãos das crianças baianas. Entendemos que também não havia necessidade daquela imagem para informar ao leitor que o filme estava em cartaz nos cinemas.

Um exemplo mais recente, e que nos impulsionou a entrar com este projeto de Lei, na data de 04 de fevereiro de 2011 no Caderno Ilustrada do Jornal a Folha de São Paulo foi a publicação de uma imagem de um casal mantendo relações sexuais para comunicar a morte da atriz francesa Maria Scheneider que ficou famosa mundialmente como a protagonista do filme *“O Último Tango d Paris”* que foi exibido na década de 70. Consideramos inoportuna e indevida a foto publicada apenas para comunicar a morte de uma atriz.

Assim, observamos que há exageros e abusos por parte das editoras de periódicos no Brasil, não respeitando a criança e ao adolescente.

Hoje está quase impossível entregar nas mãos de nossas crianças encartes e cadernos de jornais que versem sobre saúde, educação, literatura e diversão e depois da recente publicação da indevida foto informando a morte da atriz francesa, tememos que os abusos aumentem cada vez mais e que até mesmo as colunas de obituários passem a trazer imagens obscenas e pornográficas. O que urge a necessidade de um maior controle objetivando inibir a exposição indevida de nossas crianças a conteúdos pornográficos.

Pais e responsáveis ficam chocados ao verificar que crianças e adolescentes manuseiam tais imagens ao ler o jornal, que foram comprados e que muitas vezes ainda nem foram lidos pelos adultos.

Não são raras as cenas de constrangimento e desconforto que os pais passam ao serem interrogados por filhos de cinco ou seis anos de idade sobre imagens ou ilustrações pornográficas contidas em cader-

nos de cultura, de literatura, de turismo, lazer e outros que acompanham os jornais diariamente.

Não podemos esquecer que a Constituição Federal no inciso IV do art. 221 estabelece que os meios de comunicação atenderão ao princípio do *“respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”*.

Apesar da existência do ditame constitucional, percebemos que os meios de comunicação e divulgação, evocando dispositivos que garantem a livre manifestação da expressão sem a censura a atividade artística, têm veiculado artigos, reportagens e informações de apelo eminentemente erótico.

Sabemos que muitas medidas já foram adotadas para proteger a pessoa e a família contra abusos na veiculação de anúncios e programas que utilizem imagens eróticas ou pornográficas. Os excessos dos meios de comunicação têm sido combatidos por procuradores e promotores de justiça, juízes, políticos e organizações não-governamentais que se ocupam não só defender a população infantil de conteúdos eróticos explícitos, mas até de descobrir as mensagens subliminares por trás das imagens publicadas e veiculadas.

Entre as iniciativas que mais se destacam na busca da instituição espontânea de um código de ética mais severo para os meios de comunicação, citamos a campanha *“Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”* lançada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados que já alcançou resultados que contribuíram de forma significativa para a proteção das crianças e adolescentes da exibição de materiais pornográficos e eróticos que lhes afetam o sadio desenvolvimento intelectual e psicológico.

No entanto apesar dos instrumentos formais e informais já instituídos para fazer cumprir o dispositivo da Carta Magna que garante a proteção à pessoa e a família contra o desrespeito aos valores éticos e sociais, os meios de comunicação insistem em veicular, conteúdos com imagens sensuais, beirando por vezes o mau gosto.

Assim, não nos resta outra alternativa senão estabelecer regras mais rígidas que visem proteger a integridade moral e emocional das crianças e adolescentes contra um intenso e crescente processo de erotização das relações sociais às quais estão expostas

A sexualidade é assunto que merece importância, especialmente na formação do caráter e da personalidade do ser humano. Quando atingida profundamente, pode desviar-se de sua característica básica de expressão de afetividade e do impulso do desejo pela vida e produzir sofrimento físico e mental intenso e, em muitos casos, graves desvios de comportamento sexual, que

chocam a sociedade, como: estupro, pedofilia, abuso sexual, violência contra mulher, etc.

Nunca é demais lembrar os ensinamentos preconizados no texto: Pornografia e Violência nas Comunicações Sociais: Uma Resposta Pastoral produzido pelo Pontifício Conselho Para as Comunicações da Igreja Católica (disponível no site www.vatican.va/roman-curia/pontifical-councils) que diz:

“Ninguém pode considerar-se imune aos efeitos degradantes da pornografia e da violência, ou a salvo da erosão causadas pelos que atuam sob sua influência. As crianças e jovens são especialmente vulneráveis e expostos a serem vítimas. A pornografia e a violência sádica depreciam a sexualidade, pervertem as relações humanas, exploram indivíduos – especialmente as mulheres e as crianças –, destroem o matrimônio e a vida familiar, inspiram atitudes anti-sociais debilitam a fibra moral da sociedade.”

Na mesma direção apontam os ensinamentos do Professor Claudio Rufino em sua obra *Os Malefícios da Pornografia Para a Sociedade* da Editora Grei, página 16:

“Pesquisas revelam que 80% dos esturpadores de crianças confessaram que seus crimes foram estimulados pelo consumo de pornografia.

Sabe-se também que 82% dos presos por crimes sexuais contra crianças e adolescentes eram consumidores de pornografia e admitiram que praticaram em suas vítimas as cenas que assistiram. Muitos deles usaram a pornografia antes ou durante a prática de seus crimes.”

A finalidade deste Projeto de Lei, uma vez inserido no Ordenamento Jurídico, é promover a tranquilidade de pais e responsáveis, coibindo a publicação das imagens e ilustrações em epígrafe, cominando multa aos infratores, e garantindo a boa formação de crianças e adolescentes.

Propostas semelhantes já tramitam nesta Casa de Leis com o objetivo de regular as propagandas, os anúncios e as obras publicitárias. A proposição em epígrafe tem como objetivo específico coibir o abuso que os editores, redatores e escritores fazem de imagens de caráter erótico, pornográfico e erótico para ilustrarem não os anúncios e propagandas, mas suas peças, reportagens, artigos e informativos.

Diante da importância dessa medida para proteger as crianças e adolescentes, solicitamos que os ilustres Pares apóiem a presente iniciativa.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Roberto de Lucena**, PV/SP.

PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2011

(Do Sr. Roberto de Lucena)

Estabelece exigência para entidades compostas por estrangeiros que atuem na Amazônia Legal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei exige autorização do Ministro da Justiça para o registro e funcionamento de entidades e instituições privadas compostas por estrangeiros que visem atuar na Amazônia Legal.

Art. 2º O parágrafo único do art. 108 da Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 108

Parágrafo Único. As entidades mencionadas neste artigo, se constituídas de 1/3 (um terço) de associados estrangeiros, ou se tiverem por objetivo atuação na área da Amazônia Legal, somente poderão funcionar mediante autorização do Ministro da Justiça”

Art. 3º O art. 115 da lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, convertendo-se o atual parágrafo único em § 2º:

“Art. 115.....

§ 1º Os atos constitutivos das pessoas jurídicas cuja composição possua mais da metade de estrangeiros só poderão ser registrados mediante autorização do Ministro da Justiça.

§ 2º(NR)”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição que ora apresento tem por finalidade dar ao Estado Brasileiro condições de ter sob controle o número de pessoas jurídicas compostas por estrangeiros.

Não é desconhecido o fato de que há empresas, muitas vezes disfarçadas de associações com finalidades culturais, religiosas, recreativas, beneficentes, ou mesmo de clubes sociais ou desportivos, que tem por finalidade adquirir latifúndios na Amazônia.

É nosso dever, como brasileiros, tentarmos preservar o máximo possível essa imensa riqueza que hoje

ainda possuímos. O mundo hoje olha para a Amazônia: muitos tentam, e, infelizmente, alguns conseguem, de lá levar plantas, animais, além de comprar áreas imensas, que ficam de acesso vedado aos brasileiros. Nosso objetivo com este projeto de lei é preservar a soberania nacional e de dar o merecido valor e cuidado que a maior floresta do mundo requer.

O Governo, hoje, não tem condições de saber quantas propriedades na Amazônia, de fato, estão em mãos de estrangeiros, porque não há nenhuma limitação legal à sua instalação naquelas áreas.

É imperioso, pois, dotá-lo dessas condições, razão pela qual conto com o apoio dos ilustres Pares para a provação deste projeto.

Sala das Sessões, 10 fevereiro de 2011. – Deputado **Roberto de Lucena**, PV/SP.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 4, DE 2011

(Do Sr. Vanderlei Macris)

Susta a Portaria nº 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 21 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do art. 49, inc. V e XI, da Constituição Federal, a Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 21 de agosto de 2009, o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, editou a Portaria nº 1.510, visando disciplinar o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. A justificativa para sua edição baseou-se na necessidade de coibição de fraudes no controle da jornada dos trabalhadores e teve por fundamento legal o art. 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse dispositivo disciplina o horário do trabalho dos empregados de estabelecimentos com mais de dez trabalhadores impondo “a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho”.

No entanto, a Portaria, que deveria ter o propósito de mera regulamentação do controle de horário do trabalhador, passou a exigir uma série de obriga-

ções e direitos cuja criação é reservada à lei específica, mas que não foram determinados pelo legislador. São exemplos:

1) Implementação de um Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, que compreende “o conjunto de equipamentos e programas informatizados destinado à anotação por meio eletrônico da entrada e saída dos trabalhadores das empresas”;

2) Instalação de um equipamento específico de automação, denominado Registrador Eletrônico de Ponto – REP, para utilização exclusiva no registro de jornada de trabalho, “com capacidade para emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal, referentes à entrada e à saída de empregados nos locais de trabalho”;

3) Determinação para que o REP seja fabricado segundo especificidades técnicas e industriais excessivamente restritivas, tais como “relógio interno de tempo real com precisão mínima de um minuto por ano com capacidade de funcionamento ininterrupto por um período mínimo de 1.440 horas na ausência de energia elétrica de alimentação”, “mecanismo impressor em bobina de papel, integrado e de uso exclusivo do equipamento, que permita impressões com durabilidade mínima de cinco anos”; “meio de armazenamento permanente, denominado Memória de Registro de Ponto – MRP, onde os dados armazenados não possam ser apagados ou alterados, direta ou indiretamente”, entre outras exigências;

4) Determinação para impressão de Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador, ou seja, documento destinado ao empregado, para que possa acompanhar, a cada marcação, o controle de sua jornada de trabalho, contendo obrigatoriamente uma sequência predeterminada de informações, de forma que a impressão seja feita em “cor contrastante com o papel, em caracteres legíveis com a densidade horizontal mínima de oito caracteres por centímetro e o caractere não poderá ter altura inferior a três milímetros”;

5) Cumprimento de procedimentos administrativos e burocráticos voltados aos fabricantes dos equipamentos, que passam a ser obrigados a cadastrar-se junto ao MTE, solicitar o registro de cada um dos modelos de REP, apresentar um Certificado de Conformidade do REP à Legislação emitido por órgão técnico credenciado e um Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade; etc.

Em resumo, os empregadores deveriam, a partir do próximo dia 21 de agosto, instalar um relógio eletrônico com capacidade para emissão de comprovantes em papel para todas as entradas e saídas dos trabalhadores, contendo ainda uma espécie de “caixa preta” para registro permanente de todo o fluxo dos

trabalhadores, com fácil acesso à fiscalização do trabalho, através de dispositivo de conexão pela porta USB. Esse prazo foi, ao menos por enquanto, prorrogado por mais 90 dias.

Segundo notícia o jornal Valor Econômico, essas alterações implicarão novos investimentos pelas empresas empregadoras para cumprimento da nova legislação e não há garantia de que as novas regras e o novo sistema possam atingir a finalidade concebida pelo Ministério: coibir as fraudes. De fato, segundo a reportagem, “para atender as mudanças, será necessário modernizar entre 500 mil e 600 mil máquinas espalhadas pelo país, que registram a entrada e saída de cerca de 40 milhões de trabalhadores. As novas máquinas possuem modelos cujos valores variam de R\$ 3 mil a 6 mil a unidade.”

Essas mudanças, muito embora bem intencionadas, padecem de dois problemas principais:

Primeiramente, são evidentes a ilegalidade e a inconstitucionalidade da referida Portaria – na qualidade de norma infralegal – que extrapolou o poder regulamentar ao criar novos direitos e obrigações sem a devida previsão legal em sentido estrito.

Ora, a Constituição Federal, em seu art. 49, inc. V e XI, atribuiu ao Congresso Nacional competência exclusiva para “sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar” e “zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes”.

No caso concreto, afrontando a Lei Maior e o ordenamento jurídico, foi editada referida Portaria, que, ao invés de meramente atender aos limites de instrução e regulamentação que a CLT outorgou ao Ministério do Trabalho e Emprego, veio inovar o ordenamento jurídico trabalhista, sobrepondo-se às disposições constitucionais que versam sobre a atribuição de fiscalização do órgão ministerial:

Art. 87.

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

.....

II – expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

A lei em questão é a própria CLT, que dispõe o seguinte:

Art. 74 – O horário do trabalho constará de quadro, organizado conforme modelo expedido pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e afixado em lugar bem visível. Esse quadro será discriminativo no caso de não ser o horário único para todos os empregados de uma mesma seção ou turma.

.....
§ 2º – Para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso.

É evidente que o intuito maior do legislador ordinário é controlar, por meio de registro, o horário de trabalho dos empregados – o que até se admite haja transferência de ônus ao empregador, desde que observados os limites da razoabilidade e proporcionalidade.

Por outro lado, não pretendeu o legislador trabalhista impor uma série de obrigações às empresas na especificação excessiva de um instrumento para proteção dos direitos do trabalhador, seja no seu manuseio, seja para sua instalação e utilização, sobretudo quando essas exigências possam afetar sobremaneira os custos patronais.

Nosso ordenamento jurídico é sustentáculo de um Estado Democrático de Direito, pautado por leis que geram direitos e deveres. O postulado do Estado Democrático de Direito (art. 1º, *caput*) e o princípio da reserva legal e da legalidade (art. 5º, inc. II) impõem o entendimento de que as decisões normativas fundamentais devam ser tomadas diretamente pelo legislador. Veda-se, assim, a inovação por outro Poder, que não o Legislativo, no âmbito da regulação da vida social, salvo quando houver expressa autorização constitucional.

O jurista e constitucionalista Celso Antonio Bandeira de Mello esclarece que “*innovare quer dizer introduzir algo cuja preexistência não se pode conclusivamente deduzir da lei regulamentada*”.

Ora, não tendo o legislador editado lei específica disciplinando o ponto eletrônico, não poderia o Poder Executivo substituí-lo, sob pena de infringir o princípio constitucional da separação dos Poderes.

Por essa razão, torna-se imprescindível a sustação dos efeitos da referida Portaria nº 1.510, tendo em vista as suas manifestas ilegalidade e inconstitucionalidade. Essa exorbitância do poder regulamentar do Ministério do Trabalho e Emprego, a que se refere o art. 49, inc. V, da Constituição da República, viola princípios fundamentais da Constituição Federal.

Nesse sentido, citamos trecho do seguinte acórdão do Supremo Tribunal Federal:

“O princípio da reserva de lei atua como expressiva limitação constitucional ao poder do Estado, cuja competência regulamentar, por tal razão, não se reveste de suficiente idoneidade jurídica que lhe per-

mita restringir direitos ou criar obrigações. Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em domínio constitucionalmente reservado ao âmbito de atuação material da lei em sentido formal. O abuso de poder regulamentar, especialmente nos casos em que o Estado atua *contra legem* ou *praeter legem*, não só expõe o ato transgressor ao controle jurisdicional, mas viabiliza, até mesmo, tal a gravidade desse comportamento governamental, o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, inciso V, da Constituição da República e que lhe permite ‘sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (...)’. Doutrina. Precedentes (RE 318.873-AgR/SC, Rel. MiNº Celso de Mello, v.g.)” [AC 1.033-AgR-QO, Rel. MiNº Celso de Mello, julgamento em 25-5-06, Plenário, DJ de 16-6-06]

Outro precedente, também de relatoria do MiNº Celso de Mello, é ainda mais esclarecedor:

“O princípio constitucional da reserva de lei formal traduz limitação ao exercício das atividades administrativas e jurisdicionais do Estado. A reserva de lei – analisada sob tal perspectiva – constitui postulado revestido de função excludente, de caráter negativo, pois veda, nas matérias a ela sujeitas, quaisquer intervenções normativas, a título primário, de órgãos estatais não-legislativos. Essa cláusula constitucional, por sua vez, projeta-se em uma dimensão positiva, eis que a sua incidência reforça o princípio, que, fundado na autoridade da Constituição, impõe, à administração e à jurisdição, a necessária submissão aos comandos estatais emanados, exclusivamente, do legislador. Não cabe, ao Poder Executivo, em tema regido pelo postulado da reserva de lei, atuar na anômala (e inconstitucional) condição de legislador, para, em assim agindo, proceder à imposição de seus próprios critérios, afastando, desse modo, os fatores que, no âmbito de nosso sistema constitucional, só podem ser legitimamente definidos pelo Parlamento. É que, se tal fosse possível, o Poder Executivo passaria a desempenhar atribuição que lhe é institucionalmente estranha (a de legislador), usurpando, desse modo, no contexto de um sistema de poderes essencialmente limitados, competência que não lhe pertence, com evidente transgressão ao princípio constitucional da separação de poderes.” [ADI 2.075-MC, Rel. MiNº Celso de Mello, julgamento em 7-2-01, Plenário, DJ de 27-6-03]

Em segundo lugar, essas mudanças imediatamente impõem novos e desnecessários gastos na aquisição e modernização dos equipamentos de registro de ponto eletrônico e representam nítido retrocesso tecnológico, na medida em que as empresas passarão a optar pelo defasado, porém mais econômico, equipa-

mento de registro manual e mecânico de ponto, o que impactará o ambiente de trabalho gerando, inclusive, desconforto aos trabalhadores.

Estudo elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revela que os empregados deverão passar 40 horas em filas de ponto anualmente, o que inexoravelmente afetará a produtividade das empresas. Estima-se, também, segundo levantamento do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), que cada trabalhador deverá armazenar em sua residência cerca de 25 metros de papel por ano.

Além disso, há um fator crucial e certamente impensado: a capacidade industrial de fabricação desses aparelhos. Como exigir, em apenas um ano, a todas as empresas com mais de 10 funcionários, a aquisição de aparelhos específicos se não se pode produzir 600 mil novos equipamentos em tão curto intervalo de tempo? A Portaria impôs tantas especificidades e obrigações que não há como aproveitar o maquinário atualmente comercializado, o que impõe a aquisição de novos equipamentos.

O ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e ex-Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, já advertiu:

“Que a Portaria 1.510 é inconstitucional não tenho dúvida. (...) Não bastassem os aspectos inequivocamente negativos presentes na Portaria, irremovível obstáculo a ser superado resulta da inexistência de equipamentos no comércio, pelo elementar fato de não serem produzidos pelas raras empresas do ramo. Disso resultou a necessidade de o MTE baixar ato e admitir que as máquinas sejam importadas. Ainda assim, mesmo as empresas que se dispusessem a comprá-los não poderiam fazê-lo, uma vez que o Registrador Eletrônico de Ponto, capaz de atender às exigências ministeriais, permanece escasso na praça. Grande quantidade de empresas continua sem saber o que fará. Ou se curvam às exigências absurdas da Portaria 1.510, ou correm risco de serem autuadas pelos auditores fiscais do Ministério.”

Dessa forma, não podemos deixar de dar essa resposta aos empresários deste País. Aguardar o Poder Judiciário manifestar-se é permitir, através da omissão parlamentar, que o empresariado brasileiro fique à mercê da ilegalidade e da inconstitucionalidade dos atos praticados pelo Poder Executivo.

É com tal propósito que reapresentamos este projeto de decreto legislativo, anteriormente apresentado pelo nobre Deputado Arnaldo Madeira e regi-

mentalmente arquivado na legislatura anterior, motivo pelo qual solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Vanderlei Macris**, PSDB/SP.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2011

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Susta a Portaria nº 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 21 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do artigo 49, incisos V e XI, da Constituição Federal, a Portaria nº. 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Estamos propondo o presente **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**, anteriormente submetido a esta Casa do Congresso Nacional pelo eminente Deputado Arnaldo Madeira – PSDB/SP, tombado sob o nº. 2.839/2010 e, no momento não estando presente nesta 54ª Legislatura, o fazemos por se tratar de uma matéria muito importante e que requer urgente continuidade na sua apreciação.

Em 21 de agosto de 2009, o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, editou a Portaria nº 1.510, visando disciplinar o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. A justificativa para sua edição baseou-se na necessidade de coibir fraudes no controle da jornada dos trabalhadores e teve por fundamento alegando o art. 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Acorre que esse dispositivo foi criado para disciplinar o horário do trabalho dos empregados de estabelecimentos com mais de dez trabalhadores impondo “a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho”, o que não é o caso do que disciplina essa Portaria nº. 1.150/10.

No entanto, a Portaria, que deveria ter o propósito de mera regulamentação do controle de horário do trabalhador, passou a exigir uma série de obrigações e direitos cuja criação é reservada à lei especifi-

ca, mas que não foram determinados pelo legislador. São exemplos:

Implementação de um Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, que compreende “*o conjunto de equipamentos e programas informatizados destinado à anotação por meio eletrônico da entrada e saída dos trabalhadores das empresas*”;

Instalação de um equipamento específico de automação, denominado Registrador Eletrônico de Ponto – REP, para utilização exclusiva no registro de jornada de trabalho, “*com capacidade para emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal, referentes à entrada e à saída de empregados nos locais de trabalho*”;

Determinação para que o REP seja fabricado segundo especificidades técnicas e industriais excessivamente restritivas, tais como “*relógio interno de tempo real com precisão mínima de um minuto por ano com capacidade de funcionamento ininterrupto por um período mínimo de 1.440 horas na ausência de energia elétrica de alimentação*”, “*mecanismo impressor em bobina de papel, integrado e de uso exclusivo do equipamento, que permita impressões com durabilidade mínima de cinco anos*”; “*meio de armazenamento permanente, denominado Memória de Registro de Ponto – MRP, onde os dados armazenados não possam ser apagados ou alterados, direta ou indiretamente*”, entre outras exigências;

Determinação para impressão de Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador, ou seja, documento destinado ao empregado, para que possa acompanhar, a cada marcação, o controle de sua jornada de trabalho, contendo obrigatoriamente uma seqüência predeterminada de informações, de forma que a impressão seja feita em “*cor contrastante com o papel, em caracteres legíveis com a densidade horizontal mínima de oito caracteres por centímetro e o caractere não poderá ter altura inferior a três milímetros*”;

Cumprimento de procedimentos administrativos e burocráticos voltados aos fabricantes dos equipamentos, que passam a ser obrigados a cadastrarem-se junto ao MTE, solicitar o registro de cada um dos modelos de REP, apresentar um Certificado de Conformidade do REP à Legislação emitida por órgão técnico credenciado e um Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade; etc.

Em resumo, os empregadores deveriam, a partir do próximo dia 21 de agosto, instalar um relógio eletrônico com capacidade para emissão de comprovantes em papel para todas as entradas e saídas dos trabalhadores, contendo ainda uma espécie de “caixa preta” para registro permanente de todo o fluxo dos trabalhadores, com fácil acesso à fiscalização do tra-

balho, através de dispositivo de conexão pela porta USB. Esse prazo foi, ao menos por enquanto, prorrogado por mais 90 dias.

Segundo notícia o jornal Valor Econômico, essas alterações implicarão novos investimentos pelas empresas empregadoras para cumprimento da nova legislação e não há garantia de que as novas regras e o novo sistema possam atingir a finalidade concebida pelo Ministério: coibir as fraudes. De fato, segundo a reportagem, “*para atender as mudanças, será necessário modernizar entre 500 mil e 600 mil máquinas espalhadas pelo país, que registram a entrada e saída de cerca de 40 milhões de trabalhadores. As novas máquinas possuem modelos cujos valores variam de R\$ 3 mil a 6 mil a unidade*.”

Essas mudanças, muito embora bem intencionadas, padecem de dois problemas principais:

Primeiramente, são evidentes a ilegalidade e a inconstitucionalidade da referida Portaria – na qualidade de norma infralegal – que extrapolou o poder regulamentar ao criar novos direitos e obrigações sem a devida previsão legal em sentido estrito.

Ora, a Constituição Federal, em seu art. 49, inc. V e XI, atribuiu ao Congresso Nacional competência exclusiva para “*sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar*” e “*zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes*”.

No caso concreto, afrontando a Lei Maior e o ordenamento jurídico, foi editada referida Portaria, que, ao invés de meramente atender aos limites de instrução e regulamentação que a CLT outorgou ao Ministério do Trabalho e Emprego, veio inovar o ordenamento jurídico trabalhista, sobrepondo-se às disposições constitucionais que versam sobre a atribuição de fiscalização do órgão ministerial:

Art. 87.

Parágrafo único. Compete ao Ministro do Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

II – expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

A lei em questão é a própria CLT, que dispõe o seguinte:

Art. 74 – O horário do trabalho constará de quadro, organizado conforme modelo expedido pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e afixado em lugar bem visível. Esse quadro será discriminativo no caso de não ser o horário único para todos os empregados de uma mesma seção ou turma.

§ 2º – Para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de

entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso.

É evidente que o intuito maior do legislador ordinário é controlar, por meio de registro, o horário de trabalho dos empregados – o que até se admite haja transferência de ônus ao empregador, desde que observados os limites da razoabilidade e proporcionalidade.

Por outro lado, não pretendeu o legislador trabalhista impor uma série de obrigações às empresas na especificação excessiva de um instrumento para proteção dos direitos do trabalhador, seja no seu manuseio, seja para sua instalação e utilização, sobretudo quando essas exigências possam afetar sobremaneira os custos patronais.

Nosso ordenamento jurídico é sustentáculo de um Estado Democrático de Direito, pautado por leis que geram direitos e deveres. O postulado do Estado Democrático de Direito (art. 1º, *caput*) e o princípio da reserva legal e da legalidade (art. 5º, inc. II) impõem o entendimento de que as decisões normativas fundamentais devam ser tomadas diretamente pelo legislador. Veda-se, assim, a inovação por outro Poder, que não o Legislativo, no âmbito da regulação da vida social, salvo quando houver expressa autorização constitucional.

O jurista e constitucionalista Celso Antonio Bandeira de Mello esclarece que “*innovare quer dizer introduzir algo cuja preexistência não se pode conclusivamente deduzir da lei regulamentada*”.

Ora, não tendo o legislador editado lei específica disciplinando o ponto eletrônico, não poderia o Poder Executivo substituí-lo, sob pena de infringir o princípio constitucional da separação dos Poderes.

Por essa razão, torna-se imprescindível a sustação dos efeitos da referida Portaria nº 1.510, tendo em vista as suas manifestas ilegalidade e inconstitucionalidade. Essa exorbitância do poder regulamentar do Ministério do Trabalho e Emprego, a que se refere o art. 49, inc. V, da Constituição da República, viola princípios fundamentais da Constituição Federal.

Nesse sentido, citamos trecho do seguinte acórdão do Supremo Tribunal Federal:

“O princípio da reserva de lei atua como expressiva limitação constitucional ao poder do Estado, cuja competência regulamentar, por tal razão, não se reveste de suficiente idoneidade jurídica que lhe permita restringirem direitos ou criar obrigações. Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em domínio constitucionalmente reservado ao âmbito de atuação material da

lei em sentido formal. O abuso de poder regulamentar, especialmente nos casos em que o Estado atua *contra legem* ou *praeter legem*, não só expõe o ato transgressor ao controle jurisdicional, mas viabiliza, até mesmo, tal a gravidade desse comportamento governamental, o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, inciso V, da Constituição da República e que lhe permite ‘sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (...)’. Doutrina. Precedentes (RE 318.873-AgR/SC, Rel. Minº Celso de Mello, v.g.)” **[AC 1.033-AgR-QO, Rel. Minº Celso de Mello, julgamento em 25-5-06, Plenário, DJ de 16-6-06]**

Outro precedente, também de relatoria do Minº Celso de Mello, é ainda mais esclarecedor:

“O princípio constitucional da reserva de lei formal traduz limitação ao exercício das atividades administrativas e jurisdicionais do Estado. A reserva de lei – analisada sob tal perspectiva – constitui postulado revestido de função excludente, de caráter negativo, pois veda, nas matérias a ela sujeitas, quaisquer intervenções normativas, a título primário, de órgãos estatais não-legislativos. Essa cláusula constitucional, por sua vez, projeta-se em uma dimensão positiva, eis que a sua incidência reforça o princípio, que, fundado na autoridade da Constituição, impõe, à administração e à jurisdição, a necessária submissão aos comandos estatais emanados, exclusivamente, do legislador. Não cabe, ao Poder Executivo, em tema regido pelo postulado da reserva de lei, atuar na anômala (e inconstitucional) condição de legislador, para, em assim agindo, proceder à imposição de seus próprios critérios, afastando, desse modo, os fatores que, no âmbito de nosso sistema constitucional, só podem ser legitimamente definidos pelo Parlamento. É que, se tal fosse possível, o Poder Executivo passaria a desempenhar atribuição que lhe é institucionalmente estranha (a de legislador), usurpando, desse modo, no contexto de um sistema de poderes essencialmente limitados, competência que não lhe pertence, com evidente transgressão ao princípio constitucional da separação de poderes.” **[ADI 2.075-MC, Rel. Minº Celso de Mello, julgamento em 7-2-01, Plenário, DJ de 27-6-03]**

Em segundo lugar, essas mudanças imediatamente impõem novos e desnecessários gastos na aquisição e modernização dos equipamentos de registro de ponto eletrônico e representam nítido retrocesso tecnológico, na medida em que as empresas passarão a optar pelo defasado, porém mais econômico equipamento de registro manual e mecânico de ponto, o que impactará o ambiente de trabalho gerando, inclusive, desconforto aos trabalhadores.

Estudo elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revela que os empregados deverão passar 40 horas em filas de ponto anualmente, o que inexoravelmente afetará a produtividade das empresas. Estima-se, também, segundo levantamento do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), que cada trabalhador deverá armazenar em sua residência cerca de 25 metros de papel por ano.

Além disso, há um fator crucial e certamente impensado: a capacidade industrial de fabricação desses aparelhos. Como exigir, em apenas um ano, a todas as empresas com mais de 10 funcionários, a aquisição de aparelhos específicos se não se pode produzir 600 mil novos equipamentos em tão curto intervalo de tempo? A Portaria impôs tantas especificidades e obrigações que não há como aproveitar o maquinário atualmente comercializado, o que impõe a aquisição de novos equipamentos.

O Ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho e ex-Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, já advertiu:

“Que a Portaria 1.510 é inconstitucional não tenho dúvida. (...) Não bastassem os aspectos inequivocamente negativos presentes na Portaria, irremovível obstáculo a ser superado resulta da inexistência de equipamentos no comércio, pelo elementar fato de não serem produzidos pelas raras empresas do ramo. Disso resultou a necessidade de o MTE baixar ato e admitir que as máquinas sejam importadas. Ainda assim, mesmo as empresas que se dispusessem a comprá-los não poderiam fazê-lo, uma vez que o Registrador Eletrônico de Ponto, capaz de atender às exigências ministeriais, permanece escasso na praça. Grande quantidade de empresas continua sem saber o que fará. Ou se curvam às exigências absurdas da Portaria 1.510, ou correm risco de serem autuadas pelos auditores fiscais do Ministério.”

Dessa forma, não podemos deixar de dar essa resposta aos empresários deste País. Aguardar o Poder Judiciário manifestar-se é permitir, através da omissão parlamentar, que o empresariado brasileiro fique à mercê da ilegalidade e da inconstitucionalidade dos atos praticados pelo Poder Executivo.

Confiando, portanto, no empenho das Senhoras Deputadas e dos Senhores Deputados na contínua luta pela preservação de sua competência legislativa, em face do abuso normativo do Poder Executivo, é que oferecemos à consideração desses nobres Pares, o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Gonzaga Patriota**, PSB – PE.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2011

(Do Sr. Guilherme Campos)

Susta a Portaria nº 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 21 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do art. 49, inc. V e XI, da Constituição Federal, a Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 21 de agosto de 2009, o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, editou a Portaria nº 1.510, visando disciplinar o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto -SREP. A justificativa para sua edição baseou-se na necessidade de coibição de fraudes no controle da jornada dos trabalhadores e teve por fundamento legal o art. 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse dispositivo disciplina o horário do trabalho dos empregados de estabelecimentos com mais de dez trabalhadores impondo “a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho”.

No entanto, a Portaria, que deveria ter o propósito de mera regulamentação do controle de horário do trabalhador, passou a exigir uma série de obrigações e direitos cuja criação é reservada à lei específica, mas que não foram determinados pelo legislador. São exemplos:

Implementação de um Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, que compreende “o conjunto de equipamentos e programas informatizados destinado à anotação por meio eletrônico da entrada e saída dos trabalhadores das empresas”;

Instalação de um equipamento específico de automação, denominado Registrador Eletrônico de Ponto – REP, para utilização exclusiva no registro de jornada de trabalho, “com capacidade para emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal, referentes à entrada e à saída de empregados nos locais de trabalho”;

Determinação para que o REP seja fabricado segundo especificidades técnicas e industriais excessiva-

mente restritivas, tais como “relógio interno de tempo real com precisão mínima de um minuto por ano com capacidade de funcionamento ininterrupto por um período mínimo de 1.440 horas na ausência de energia elétrica de alimentação”, “mecanismo impressor em bobina de papel, integrado e de uso exclusivo do equipamento, que permita impressões com durabilidade mínima de cinco anos”; “meio de armazenamento permanente, denominado Memória de Registro de Ponto – MRP, onde os dados armazenados não possam ser apagados ou alterados, direta ou indiretamente”, entre outras exigências;

Determinação para impressão de Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador, ou seja, documento destinado ao empregado, para que possa acompanhar, a cada marcação, o controle de sua jornada de trabalho, contendo obrigatoriamente uma seqüência predeterminada de informações, de forma que a impressão seja feita em “cor contrastante com o papel, em caracteres legíveis com a densidade horizontal mínima de oito caracteres por centímetro e o caractere não poderá ter altura inferior a três milímetros”;

Cumprimento de procedimentos administrativos e burocráticos voltados aos fabricantes dos equipamentos, que passam a ser obrigados a cadastrarem-se junto ao MTE, solicitar o registro de cada um dos modelos de REP, apresentar um Certificado de Conformidade do REP à Legislação emitido por órgão técnico credenciado e um Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade; etc.

Em resumo, os empregadores deveriam, a partir do próximo dia 21 de agosto, instalar um relógio eletrônico com capacidade para emissão de comprovantes em papel para todas as entradas e saídas dos trabalhadores, contendo ainda uma espécie de “caixa preta” para registro permanente de todo o fluxo dos trabalhadores, com fácil acesso à fiscalização do trabalho, através de dispositivo de conexão pela porta USB. Esse prazo foi, ao menos por enquanto, prorrogado por mais 90 dias.

Segundo noticia o jornal Valor Econômico, essas alterações implicarão novos investimentos pelas empresas empregadoras para cumprimento da nova legislação e não há garantia de que as novas regras e o novo sistema possam atingir a finalidade concebida pelo Ministério: coibir as fraudes. De fato, segundo a reportagem, “para atender as mudanças, será necessário modernizar entre 500 mil e 600 mil máquinas espalhadas pelo país, que registram a entrada e saída de cerca de 40 milhões de trabalhadores. As novas máquinas possuem modelos cujos valores variam de R\$ 3 mil a 6 mil a unidade.”

Essas mudanças, muito embora bem intencionadas, padecem de dois problemas principais:

Primeiramente, são evidentes a ilegalidade e a inconstitucionalidade da referida Portaria – na qualidade de norma infralegal – que extrapolou o poder regulamentar ao criar novos direitos e obrigações sem a devida previsão legal em sentido estrito.

Ora, a Constituição Federal, em seu art. 49, inc. V e XI, atribuiu ao Congresso Nacional competência exclusiva para “sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar” e “zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes”.

No caso concreto, afrontando a Lei Maior e o ordenamento jurídico, foi editada referida Portaria, que, ao invés de meramente atender aos limites de instrução e regulamentação que a CLT outorgou ao Ministério do Trabalho e Emprego, veio inovar o ordenamento jurídico trabalhista, sobrepondo-se às disposições constitucionais que versam sobre a atribuição de fiscalização do órgão ministerial:

Art. 87

Parágrafo único. Compete ao Ministro do Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

II – expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

A lei em questão é a própria CLT, que dispõe o seguinte:

Art. 74 – O horário do trabalho constará de quadro, organizado conforme modelo expedido pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e afixado em lugar bem visível. Esse quadro será discriminativo no caso de não ser o horário único para todos os empregados de uma mesma seção ou turma.

§ 2º – Para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso.

É evidente que o intuito maior do legislador ordinário é controlar, por meio de registro, o horário de trabalho dos empregados – o que até se admite haja transferência de ônus ao empregador, desde que observados os limites da razoabilidade e proporcionalidade.

Por outro lado, não pretendeu o legislador trabalhista impor uma série de obrigações às empresas na especificação excessiva de um instrumento para proteção dos direitos do trabalhador, seja no seu manuseio, seja para sua instalação e utilização, sobretudo

quando essas exigências possam afetar sobremaneira os custos patronais.

Nosso ordenamento jurídico é sustentáculo de um Estado Democrático de Direito, pautado por leis que geram direitos e deveres. O postulado do Estado Democrático de Direito (art. 1º, *caput*) e o princípio da reserva legal e da legalidade (art. 5º, inc. II) impõem o entendimento de que as decisões normativas fundamentais devam ser tomadas diretamente pelo legislador. Veda-se, assim, a inovação por outro Poder, que não o Legislativo, no âmbito da regulação da vida social, salvo quando houver expressa autorização constitucional.

O jurista e constitucionalista **Celso Antonio Bandeira de Mello** esclarece que *“inovar quer dizer introduzir algo cuja preexistência não se pode conclusivamente deduzir da lei regulamentada”*.

Ora, não tendo o legislador editado lei específica disciplinando o ponto eletrônico, não poderia o Poder Executivo substituí-lo, sob pena de infringir o princípio constitucional da separação dos Poderes.

Por essa razão, torna-se imprescindível a sustação dos efeitos da referida Portaria nº 1.510, tendo em vista as suas manifestas ilegalidade e inconstitucionalidade. Essa exorbitância do poder regulamentar do Ministério do Trabalho e Emprego, a que se refere o art. 49, inc. V, da Constituição da República, viola princípios fundamentais da Constituição Federal.

Nesse sentido, citamos trecho do seguinte acórdão do Supremo Tribunal Federal:

“O princípio da reserva de lei atua como expressiva limitação constitucional ao poder do Estado, cuja competência regulamentar, por tal razão, não se reveste de suficiente idoneidade jurídica que lhe permita restringir direitos ou criar obrigações. Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em domínio constitucionalmente reservado ao âmbito de atuação material da lei em sentido formal. O abuso de poder regulamentar, especialmente nos casos em que o Estado atua *contra legem* ou *praeter legem*, não só expõe o ato transgressor ao controle jurisdicional, mas viabiliza, até mesmo, tal a gravidade desse comportamento governamental, o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, inciso V, da Constituição da República e que lhe permite ‘sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (...)’. Doutrina. Precedentes (RE 318.873-AgR/SC, Rel. Minº Celso de Mello, v.g.).” **[AC 1.033-AgR-QO, Rel. Minº Celso de Mello, julgamento em 25-5-06, Plenário, DJ de 16-6-06]**

Outro precedente, também de relatoria do Minº Celso de Mello, é ainda mais esclarecedor:

“O princípio constitucional da reserva de lei formal traduz limitação ao exercício das atividades administrativas e jurisdicionais do Estado. A reserva de lei – analisada sob tal perspectiva – constitui postulado revestido de função excludente, de caráter negativo, pois veda, nas matérias a ela sujeitas, quaisquer intervenções normativas, a título primário, de órgãos estatais não-legislativos. Essa cláusula constitucional, por sua vez, projeta-se em uma dimensão positiva, eis que a sua incidência reforça o princípio, que, fundado na autoridade da Constituição, impõe, à administração e à jurisdição, a necessária submissão aos comandos estatais emanados, exclusivamente, do legislador. Não cabe, ao Poder Executivo, em tema regido pelo postulado da reserva de lei, atuar na anômala (e inconstitucional) condição de legislador, para, em assim agindo, proceder à imposição de seus próprios critérios, afastando, desse modo, os fatores que, no âmbito de nosso sistema constitucional, só podem ser legitimamente definidos pelo Parlamento. É que, se tal fosse possível, o Poder Executivo passaria a desempenhar atribuição que lhe é institucionalmente estranha (a de legislador), usurpando, desse modo, no contexto de um sistema de poderes essencialmente limitados, competência que não lhe pertence, com evidente transgressão ao princípio constitucional da separação de poderes.” **[ADI 2.075-MC, Rel. Minº Celso de Mello, julgamento em 7-2-01, Plenário, DJ de 27-6-03]**

Em segundo lugar, essas mudanças imediatamente impõem novos e desnecessários gastos na aquisição e modernização dos equipamentos de registro de ponto eletrônico e representam nítido retrocesso tecnológico, na medida em que as empresas passarão a optar pelo defasado, porém mais econômico, equipamento de registro manual e mecânico de ponto, o que impactará o ambiente de trabalho gerando, inclusive, desconforto aos trabalhadores.

Estudo elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revela que os empregados deverão passar 40 horas em filas de ponto anualmente, o que inexoravelmente afetará a produtividade das empresas. Estima-se, também, segundo levantamento do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), que cada trabalhador deverá armazenar em sua residência cerca de 25 metros de papel por ano.

Além disso, há um fator crucial e certamente impensado: a capacidade industrial de fabricação desses aparelhos. Como exigir, em apenas um ano, a todas as empresas com mais de 10 funcionários, a aquisição de aparelhos específicos se não se pode produzir 600 mil novos equipamentos em tão curto intervalo de tempo? A Portaria impôs tantas especificidades e obrigações que não há como aproveitar o maquinário

atualmente comercializado, o que impõe a aquisição de novos equipamentos.

O ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e ex-Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, já advertiu:

“Que a Portaria 1.510 é inconstitucional não tenho dúvida. (...) Não bastassem os aspectos inequivocamente negativos presentes na Portaria, irremovível obstáculo a ser superado resulta da inexistência de equipamentos no comércio, pelo elementar fato de não serem produzidos pelas raras empresas do ramo. Disso resultou a necessidade de o MTE baixar ato e admitir que as máquinas sejam importadas. Ainda assim, mesmo as empresas que se dispusessem a comprá-los não poderiam fazê-lo, uma vez que o Registrador Eletrônico de Ponto, capaz de atender às exigências ministeriais, permanece escasso na praça. Grande quantidade de empresas continua sem saber o que fará. Ou se curvam às exigências absurdas da Portaria 1.510, ou correm risco de serem autuadas pelos auditores fiscais do Ministério.”

Dessa forma, não podemos deixar de dar essa resposta aos empresários deste País. Aguardar o Poder Judiciário manifestar-se é permitir, através da omissão parlamentar, que o empresariado brasileiro fique à mercê da ilegalidade e da inconstitucionalidade dos atos praticados pelo Poder Executivo.

Cabe ressaltar que o presente projeto foi inicialmente apresentado pelo ilustre Deputado Arnaldo Madeira, mas em virtude do que dispõe o art. 105, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a proposição foi arquivada. Ademais, a matéria enquanto tramitava na Comissão de Trabalho, **de Administração e Serviço Público recebeu parecer favorável. De acordo com o relator, Deputado Júlio Delgado**, “a Portaria 1510/2009, além de inconveniente parece extrapolar o poder regulamentar do Ministério do Trabalho e Emprego, eis que dita normas gerais e abstratas aos particulares, criando uma série de obrigações, deveres e proibições que somente poderiam ser criados por meio de norma emanada do Poder Legislativo.”

Assim, confiando no empenho dos Senhores Deputados na contínua luta pela preservação de sua competência legislativa, em face do abuso normativo do Poder Executivo, é que oferecemos à consideração nobres Pares o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Guilherme Campos**, DEM/SP.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2011

(Do Sr. Mendes Ribeiro Filho)

Acrescenta art. 259-A ao Regimento Interno, criando novos credenciamentos junto à Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O Regimento Interno fica acrescido do seguinte artigo 259-A;

“Art. 259-A. As pessoas jurídicas de direito privado, diretamente ou através de prestadora de serviços, poderão requerer credenciamento junto à Mesa Diretora da Casa para acompanhamento de matérias legislativas e, eventualmente, prestar esclarecimentos e informações técnicas específicas à Câmara, através de suas Comissões, às Lideranças, aos Deputados e ao órgão de assessoramento institucional.

§ 1º Cada agente privado indicará um representante que será responsável perante a Casa por todas as informações que prestar ou opiniões que emitir quando solicitadas pela Mesa, por Liderança, Comissão ou Deputado.

§ 2º Os agentes privados credenciados poderão fornecer aos Relatores, aos membros das Comissões, às Lideranças, aos Deputados interessados e ao órgão de assessoramento legislativo, exclusivamente subsídios de caráter técnico, documental, informativo e instrutivo.

§ 3º No requerimento de credenciamento deverá constar o campo temático de interesse do agente privado, no caso de se representar diretamente, ou a relação de empresas ou entidades, com os respectivos campos de interesse, no caso de empresa prestadora de serviços, devendo ser disponibilizado para consulta pública relação dos credenciados e dos representados, se for o caso.

§ 4º Ato da Mesa regulará o credenciamento e as condições em que os agentes privados serão recebidos em audiências concedidas nas Comissões, nas Lideranças, pelos Deputados e pelo órgão de assessoramento institucional.

§ 5º Caberá ao Primeiro-Secretário expedir credenciais a fim de que os representantes possam ter acesso às dependências da Câmara, excluídas as privativas dos Deputados.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata o presente projeto de resolução de apresentar alternativa interna para tornar mais transparente o funcionamento da Câmara dos Deputados. O assunto vem sendo adiado e urge debatermos e decidirmos como queremos nos relacionar com o setor privado, com as entidades de classe e com os grupos de interesse que estão presentes todos os dias nos corredores da Casa.

Na legislação eleitoral a relação das pessoas jurídicas que contribuem para a campanha de qualquer candidato está disponível para consulta, inclusive pela INTERNET. Inicialmente achou-se que a abertura desta “caixa preta” levaria a uma desmoralização do processo eleitoral, vimos que não, tornou a campanha mais transparente, o eleitor pode acompanhar a atividade do candidato e saber, antes das eleições, quem financiou sua campanha e que idéias deve defender em razão destes apoios.

Tramita na Câmara projeto de lei do Senador Marco Maciel de 1990, que encontra-se pronto para pauta a mais de 10 anos, não há consenso na Casa, e foi aprovado parecer na Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria.

Ficou claro neste parecer que cada Poder deve regular o assunto internamente, portanto o Executivo deve estabelecer suas regras, no Legislativo, cada Casa deve estabelecer no Regimento Interno as condições e formas de dar transparência a atividade de grupos de interesse legítimos.

Certo de poder contribuir com o aperfeiçoamento da atividade legislativa, trazendo para a legalidade uma atividade que todos conhecem e que deve ser respeitada, mas só será possível se conhecermos os agentes e tivermos as informações que o presente projeto de resolução pretende definir como obrigatórias no credenciamento.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Dep **Mendes Ribeiro Filho**, PMDB/RS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15, DE 2011

(Do Sr. Henrique Eduardo Alves)

Altera a redação do § 2º do art. 26 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Art. 1º. Dê-se ao § 2º do artigo 26 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a seguinte redação:

“Art.26.

.....

§2º. Nenhum Deputado poderá fazer parte, como membro titular, de mais de uma Comissão Permanente, ressalvada a Comissão de Legislação Participativa; de Minas e Energia;

de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Seguridade Social e Família.

.....”

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição cria novas possibilidades para as bancadas partidárias contemplar os seus membros de forma mais próxima dos anseios. Para tanto, propomos alargar o leque de comissões permanentes suscetível de cumulatividade em sua composição de membros titulares. Dessa forma, as modificações sugeridas consistem em acrescentar a Comissão de Minas e Energia e a de Seguridade Social e Família entre aquelas já inseridas nessa hipótese.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, PMDB/RN.

INDICAÇÃO Nº 36, DE 2011

(Do Sr. José Airton)

Sugere a inscrição da rapadura e sua técnica de fabricação no livro de registro como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura:

Cumprimentando-a, encaminho sugestão, sugerindo que esta Pasta, por intermédio do IPHAN, promova estudos tendentes à inscrição no livro de registro da rapadura e sua técnica de fabricação como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

A fabricação da rapadura teve início no século XVI, nos primeiros engenhos de cana-de-açúcar, servindo de alimento para os escravos. Pela praticidade de transporte e sabor agradável, tornou-se parte da dieta alimentar do sertanejo. A rapadura é típica do Nordeste do Brasil, faz parte da cultura nordestina, mas também já se estabeleceu em outros estados, como Minas Gerais.

A Região Nordeste é responsável por 67% da produção de rapadura, sendo o Ceará o principal produtor. É um alimento considerado mais saudável que o açúcar refinado pois enquanto este é quase exclusivamente sacarose a rapadura possui diversas outras substâncias nutritivas em sua composição.

Assim, em atendimento a um pleito da população do Ceará, sugerimos que o Ministério da Cultura verifique a possibilidade de instituir a rapadura como Patrimônio Cultural Brasileiro.

Contamos com o apoio de V. Exa. e de sua equipe técnica para a análise e implementação de nossa

sugestão, pois o registro é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca da valorização da cultural brasileira.ala das Sessões, 09 de fevereiro de 2011.
–Deputado **José Airton**, PT-CE.

INDICAÇÃO Nº 37, DE 2011

(Do Sr. Romero Rodrigues)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, que seja intensificado o controle epidemiológico da dengue no Estado da Paraíba.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

A Secretaria de Estado de Saúde do Estado da Paraíba divulgou Boletim Epidemiológico onde revela que foram notificados 314 casos de dengue na Paraíba, no período de 1º a 31 de janeiro. Os municípios que apresentam o maior número de casos notificados de dengue são: Barra de Santa Rosa com 46 casos; João Pessoa com 30; Patos com 28; Sousa com 27; Teixeira com 11 e Guarabira com 10 casos.

Segundo o Diagrama de Controle do Estado, as primeiras quatro semanas de 2011 apresentam uma curva acima do limite da média esperada. O texto do boletim revela que o método é utilizado para a verificação de ocorrência de uma epidemia que consiste na representação gráfica da distribuição da média mensal e desvio padrão dos valores da frequência.

Tomando-se por base o coeficiente de incidência, o município que oferece o maior risco de adoecer a população é o de Barra de Santa Rosa, com 346,7 casos a cada 100 mil habitantes, bem acima do valor considerado ideal pelo Ministério da Saúde que é de 100 casos a cada 100 mil habitantes.

Vale ressaltar que esses são números relativos a casos devidamente diagnosticados. É possível que a dengue tenha alcançado proporções bem maiores que revelam as estatísticas oficiais.

É bem verdade que nos últimos anos houve uma maior conscientização por parte dos governantes sobre a importância do saneamento básico, garantia de melhores condições de saúde para a população. Essa, no entanto, é uma conquista a ser obtida a médio e longo prazo. Até lá, são necessárias ações emergenciais.

No ano passado foram registrados pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado da Paraíba 8.241 casos notificados de dengue, sendo 6.160 confirmados. Desses, 6.065 foram do tipo clássico, 62 com complicação, 29 do tipo hemorrágicas e quatro com a síndrome do choque da dengue. Três pessoas morreram vítima da dengue em 2010: uma em João Pessoa, uma em Areial e uma em Campina Grande. As cidades com o maior número da doença em 2010 foram: João Pes-

soa (1.027), Cabedelo (537), Campina Grande (392), Monteiro (284), Uiraúna (281), Catolé do Rocha (275), São José de Piranhas (202), Brejo dos Santos (175), Cajazeiras (141) e Patos (134).

Os esforços têm que serem redobrados no sentido de conter a proliferação do **Aedes Aegypti**, o agente transmissor. Enquanto a dengue não atingir seu estágio avançado o que se vê são decisões isoladas, dos estados com pouco recurso, entre os quais o nosso Estado da Paraíba, e insuficientes para debelar os focos do mosquito. Para este trabalho de combate é de extrema importância a decisão correta do Ministério da Saúde.

Diante do exposto Senhor Ministro, a presente Indicação justifica-se plenamente nos termos propostos, o que sugerimos a Vossa Excelência, por importante e urgente.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
Deputado **Romero Rodrigues**, PSDB-PB.

INDICAÇÃO Nº 38, DE 2011

(Do Sr. Romero Rodrigues)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, que sejam implementadas todas as ações previstas no Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, instituído pela Portaria GM nº 1.944, de 27 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Iniciativa louvável do Ministério da Saúde, em 27 de agosto de 2009 foi lançado o Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, com o objetivo de facilitar e ampliar o acesso da população masculina aos serviços de saúde.

Segundo o material de divulgação à época do lançamento, a política teria um plano de ação dividido em nove eixos, que seriam executados até 2011, com previsão de aumento de até 570% no valor repassado às unidades de saúde por procedimentos urológicos e de planejamento familiar, como vasectomia, e a ampliação em até 20% no número de ultrassonografias de próstata.

A previsão do governo federal era de que, pelo menos, 2,5 milhões de homens na faixa etária de 20 a 59 anos procurassem o serviço de saúde ao menos uma vez por ano. Uma das metas era de se mudar a mentalidade cultural masculina em relação à procura dos serviços médicos para prevenção de doenças além de criar mecanismos melhorar a assistência oferecida a essa população.

O país já conquistou inegáveis avanços, por meio dessa Política Nacional de Atenção Integral à Saúde

do Homem, tanto que tornou-se referência em política pública de saúde voltada à população masculina, assim definido por 11 países das Américas, que querem desenvolver políticas semelhantes à estratégia brasileira.

Porém, é necessário que o Ministério da Saúde, intensifique a implementação de todos os eixos de ação previstos na Matriz de Planejamento do Plano de Ação Nacional, englobando os seus objetivos gerais, específicos, metas, ações, indicadores e responsabilidades, principalmente o Eixo III: Informação e comunicação, que em seu objetivo geral prevê: . Estimular o auto-cuidado na população masculina, através da informação, educação e comunicação.

Um verdadeiro “relançamento” do Plano de Ação Nacional de Atenção Integrada à Saúde do Homem, com uma massiva divulgação de suas ações, será importante para aumentar o atendimento dos homens e os cuidados que os mesmo devem ter com a própria saúde, evitando, prevenindo e tratando as doenças que mais afetam o sexo masculino, que já são problema de saúde pública, como câncer, diabetes, colesterol, pressão arterial elevada e doenças do coração.

Diante do exposto, Senhor Ministro, a presente Indicação justifica-se plenamente nos termos propostos, o que sugerimos a Vossa Excelência, por importante e urgente.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Romero Rodrigues**, PSDB-PB.

RECURSO Nº 4, DE 2011

(Do Sr. Eduardo Cunha e outros)

Contra apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674, de 2007, do Deputado Vaccarezza, que regulamenta o artigo 226 §3º da Constituição Federal, união estável, institui o divórcio de fato.

Senhor Presidente,

Os Deputados abaixo assinados, com base no art. 132, §2º do Regimento Interno, recorrem ao Plenário contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674, de 2007, do Deputado Vaccarezza, que regulamenta o artigo 226 §3º da Constituição Federal, união estável, institui o divórcio de fato.

Trata-se de matéria que, por sua complexidade e grande impacto sobre a vida dos cidadãos, deve ser exaustivamente analisada e debatida pela composição plenária da Casa.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. – Deputado **Eduardo Cunha**.

Proposição: REC 0004/11

Data de Apresentação: 10/02/2011

Autor da Proposição: EDUARDO CUNHA E OUTROS

Ementa: Recorre contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674, de 2007, do Deputado Vaccarezza, que regulamenta o artigo 226 § 3º da Constituição Federal, união estável, institui o divórcio de fato.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas:	058
Não Conferem:	001
Fora do Exercício:	007
Repetidas:	003
Ilegíveis:	001
Retiradas:	000
Total:	070

Assinaturas Confirmadas

- 1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP
- 2 ADEMIR CAMILO PDT MG
- 3 AELTON FREITAS PR MG
- 4 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG
- 5 ANTONIO BULHÕES PRB SP
- 6 ARIOSTO HOLANDA PSB CE
- 7 ARNON BEZERRA PTB CE
- 8 BERINHO BANTIM PSDB RR
- 9 BERNARDO SANTANA DE VASCONCELL PR MG
- 10 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO
- 11 DAMIÃO FELICIANO PDT PB
- 12 DR. PAULO CÉSAR PR RJ
- 13 EDIO LOPES PMDB RR
- 14 EDUARDO CUNHA PMDB RJ
- 15 EDUARDO DA FONTE PP PE
- 16 EDUARDO GOMES PSDB TO
- 17 ENIO BACCI PDT RS
- 18 FILIPE PEREIRA PSC RJ
- 19 GASTÃO VIEIRA PMDB MA
- 20 GIROTO PR MS
- 21 GLADSON CAMELI PP AC
- 22 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
- 23 HOMERO PEREIRA PR MT
- 24 JAIME MARTINS PR MG
- 25 JOÃO CAMPOS PSDB GO
- 26 JOÃO DADO PDT SP
- 27 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
- 28 JOAQUIM BELTRÃO PMDB AL
- 29 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS
- 30 JOSUÉ BENGTON PTB PA
- 31 JÚLIO DELGADO PSB MG
- 32 LELO COIMBRA PMDB ES
- 33 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
- 34 LINCOLN PORTELA PR MG
- 35 LINDOMAR GARÇON PV RO
- 36 LÚCIO VALE PR PA

37 MANOEL JUNIOR PMDB PB
 38 MÁRCIO MARINHO PRB BA
 39 MARCOS MEDRADO PDT BA
 40 MÁRIO DE OLIVEIRA PSC MG
 41 MAURÍCIO TRINDADE PR BA
 42 NEILTON MULIM PR RJ
 43 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
 44 NELSON MEURER PP PR
 45 ONOFRE SANTO AGOSTINI DEM SC
 46 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI
 47 OTONIEL LIMA PRB SP
 48 PAES LANDIM PTB PI
 49 PAULO ABI-ACKEL PSDB MG
 50 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP
 51 RATINHO JUNIOR PSC PR
 52 SALVADOR ZIMBALDI PDT SP
 53 SÉRGIO MORAES PTB RS
 54 TAKAYAMA PSC PR
 55 VALADARES FILHO PSB SE
 56 WALDIR MARANHÃO PP MA
 57 ZÉ GERALDO PT PA
 58 ZEQUINHA MARINHO PSC PA

Assinaturas que Não Conferem

1 WELLINGTON ROBERTO PR PB

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1 ASDRUBAL BENTES PMDB PA
 2 ÁTILA LIRA PSB PI
 3 BETINHO ROSADO DEM RN
 4 BILAC PINTO PR MG
 5 LEONARDO VILELA PSDB GO
 6 LUIZ CARLOS BUSATO PTB RS
 7 NELSON BORNIER PMDB RJ

Assinaturas Repetidas

1 ADEMIR CAMILO PDT MG (confirmada)
 2 ANTONIO BULHÕES PRB SP (confirmada)
 3 EDIO LOPES PMDB RR (confirmada)

RECURSO Nº 5, DE 2011

(Do Sr. João Campos e outros)

Contra apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674/2007.

Senhor Presidente,

Os Deputados abaixo assinados, com base no art. 132, § 2º, combinado com o art. 58, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e com o art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal, recorrem ao Plenário contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674, de 2007, que “Regulamenta o art. 226 § 3º da Constituição Federal, união estável, institui o divórcio de fato”, discutido e votado pela Comissão

de Seguridade Social e Família e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara. Os signatários do Recurso consideram oportuno e conveniente o exame do Projeto pelo Plenário.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –

João Campos, Dep. Federal.

Proposição: REC 0005/11

Autor da Proposição: JOÃO CAMPOS E OUTROS

Ementa: Recorre contra apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674/2007.

Data de Apresentação: 10/02/2011

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas:	062
Não Conferem:	001
Fora do Exercício:	000
Repetidas:	001
Ilegíveis:	001
Retiradas:	000
Total:	065

Assinaturas Confirmadas

1 ACELINO POPÓ PRB BA
 2 ANDERSON FERREIRA PR PE
 3 ANTHONY GAROTINHO PR RJ
 4 AROLDE DE OLIVEIRA DEM RJ
 5 BRUNA FURLAN PSDB SP
 6 CLEBER VERDE PRB MA
 7 DR. PAULO CÉSAR PR RJ
 8 EDINHO BEZ PMDB SC
 9 EDIO LOPES PMDB RR
 10 EDMAR ARRUDA PSC PR
 11 EDSON SILVA PSB CE
 12 EDUARDO CUNHA PMDB RJ
 13 ERIVELTON SANTANA PSC BA
 14 EUDES XAVIER PT CE
 15 FELIPE BORNIER PHS RJ
 16 FILIPE PEREIRA PSC RJ
 17 GEORGE HILTON PRB MG
 18 GILMAR MACHADO PT MG
 19 GIOVANNI QUEIROZ PDT PA
 20 GIVALDO CARIMBÃO PSB AL
 21 HENRIQUE AFONSO PV AC
 22 JEFFERSON CAMPOS PSB SP
 23 JOÃO CAMPOS PSDB GO
 24 JOÃO DADO PDT SP
 25 JORGINHO MELLO PSDB SC
 26 JOSE HUMBERTO PHS MG
 27 JÚLIO CAMPOS DEM MT
 28 JÚLIO DELGADO PSB MG
 29 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
 30 LILIAM SÁ PR RJ

31 LINCOLN PORTELA PR MG
 32 LOURIVAL MENDES PTdoB MA
 33 LUCIANO CASTRO PR RR
 34 MANATO PDT ES
 35 MANOEL JUNIOR PMDB PB
 36 MÁRCIO MARINHO PRB BA
 37 MIRIQUINHO BATISTA PT PA
 38 NILTON CAPIXABA PTB RO
 39 OSMAR TERRA PMDB RS
 40 OZIEL OLIVEIRA PDT BA
 41 PASTOR EURICO PSB PE
 42 PAULO FREIRE PR SP
 43 PAULO MAGALHÃES DEM BA
 44 PEDRO CHAVES PMDB GO
 45 RAUL HENRY PMDB PE
 46 RICARDO IZAR PV SP
 47 ROBERTO DE LUCENA PV SP
 48 RONALDO CAIADO DEM GO
 49 ROSINHA DA ADEFAL PTdoB AL
 50 RUBENS OTONI PT GO
 51 SANDES JÚNIOR PP GO
 52 SANDRO MABEL PR GO
 53 SERGIO GUERRA PSDB PE
 54 SUELI VIDIGAL PDT ES
 55 TAKAYAMA PSC PR
 56 VAZ DE LIMA PSDB SP
 57 VICENTE ARRUDA PR CE
 58 WALNEY ROCHA PTB RJ
 59 WALTER TOSTA PMN MG
 60 WASHINGTON REIS PMDB RJ
 61 ZEQUINHA MARINHO PSC PA

Assinaturas que Não Conferem

1 HELENO SILVA PRB SE

Assinaturas Repetidas

1 LINCOLN PORTELA PR MG (confirmada)

RECURSO Nº 6, DE 2011

(Do Sr. Paes Landim e outros)

Contra apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674, de 2007, do Sr. Cândido Vacarezza, e apensados, que regulamenta o artigo 226 §3º, da Constituição Federal, união estável e institui o divórcio de fato.

Senhor Presidente,

Os Deputados abaixo assinados, com base no art. 132, §2º do Regimento Interno, recorrem ao Plenário contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674, de 2007, do Sr. Cândido Vacarezza, e apensados, que regulamenta o artigo 226 §3º, da Constituição Federal, união estável e institui o divórcio de fato.

Trata-se de matéria que, por sua complexidade e grande impacto sobre a vida dos cidadãos, deve ser exaustivamente analisada e debatida pela composição plenária da Casa.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2011. –
 Deputado **Paes Landim**, PTB/PI.

Proposição: REC 0006/11

Data de Apresentação: 10/02/2011

Autor da Proposição: PAES LANDIM E OUTROS

Ementa: Recorre contra apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 674, de 2007, do Sr. Cândido Vacarezza, e apensados, que regulamenta o artigo 226 § 3º, da Constituição Federal, união estável e institui o divórcio de fato.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas:	059
Não Conferem:	002
Fora do Exercício:	000
Repetidas:	001
Ilegíveis:	000
Retiradas:	000
Total:	062

Assinaturas Confirmadas

1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP
 2 ADEMIR CAMILO PDT MG
 3 AELTON FREITAS PR MG
 4 ANDREIA ZITO PSDB RJ
 5 ANÍBAL GOMES PMDB CE
 6 ANTONIO BULHÕES PRB SP
 7 ARIOSTO HOLANDA PSB CE
 8 ARNON BEZERRA PTB CE
 9 BERINHO BANTIM PSDB RR
 10 CHICO DAS VERDURAS PRP RR
 11 DAMIÃO FELICIANO PDT PB
 12 DR. PAULO CÉSAR PR RJ
 13 EDUARDO CUNHA PMDB RJ
 14 FILIPE PEREIRA PSC RJ
 15 GEORGE HILTON PRB MG
 16 GERALDO THADEU PPS MG
 17 GIROTO PR MS
 18 GIVALDO CARIMBÃO PSB AL
 19 GLADSON CAMELI PP AC
 20 JAIME MARTINS PR MG
 21 JAIR BOLSONARO PP RJ
 22 JOÃO DADO PDT SP
 23 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
 24 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS
 25 JOSUÉ BENGTON PTB PA
 26 JÚLIO CESAR DEM PI
 27 JÚLIO DELGADO PSB MG
 28 LELO COIMBRA PMDB ES

29 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ
30 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
31 LIRA MAIA DEM PA
32 LÚCIO VALE PR PA
33 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG
34 MANOEL JUNIOR PMDB PB
35 MARCOS MONTES DEM MG
36 MÁRIO DE OLIVEIRA PSC MG
37 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL
38 MAURO LOPES PMDB MG
39 NELSON MEURER PP PR
40 NILTON CAPIXABA PTB RO
41 ONOFRE SANTO AGOSTINI DEM SC
42 OTONIEL LIMA PRB SP
43 PAES LANDIM PTB PI
44 PAULO ABI-ACKEL PSDB MG
45 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP
46 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
47 RAUL HENRY PMDB PE
48 REBECCA GARCIA PP AM
49 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
50 SABINO CASTELO BRANCO PTB AM
51 SALVADOR ZIMBALDI PDT SP
52 SARAIVA FELIPE PMDB MG
53 TAKAYAMA PSC PR
54 VALADARES FILHO PSB SE
55 VANDERLEI MACRIS PSDB SP
56 VINICIUS GURGEL PRTB AP
57 VITOR PENIDO DEM MG
58 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
59 ZEQUINHA MARINHO PSC PA

Assinaturas que Não Conferem

1 HELENO SILVA PRB SE
2 WELLINGTON ROBERTO PR PB

Assinaturas Repetidas

1 ANÍBAL GOMES PMDB CE (confirmada)

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Vai-se passar ao horário de

VI – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Concedo a palavra ao Deputado Francisco Praciano, pelo PT.

O SR. FRANCISCO PRACIANO (PT-AM.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros, aproveito o ensejo desta fala para agradecer ao povo amazonense o sexto mandato que me conferiu, quatro de Vereador e agora o segundo de Deputado Federal, graças, certamente, ao reconhecimento da nossa luta.

Tenho dito, companheiro Deputado Eudes Xavier, que na eleição eu não compro votos nem os meus eleitores os vendem. Não fazemos nem fizemos negócio

em torno do voto. Mesmo assim, com poucos recursos, usando as tribunas da rua, fazendo educação política, conscientizando a sociedade, mostrando os nossos mandatos e as nossas lutas, conseguimos 167 mil votos, sendo o mais votado Deputado Federal do Estado do Amazonas. Tivemos – acho que por reconhecimento do nosso mandato – 40 mil votos a mais do que no pleito anterior, graças ao reconhecimento, repito, do povo amazonense. Quero agradecer mais uma vez essa votação e dizer que farei tudo para justificar os seis mandatos que o povo amazonense me deu. Não há dúvida: quanto mais voto, mais responsabilidade; quanto mais voto, mais vigilância em cima do Deputado; quanto mais voto, maior será a nossa luta para gerar resultados para o povo do Amazonas.

Companheiro Deputado Eudes Xavier, quero aproveitar o ensejo não só para agradecer, mas também para dizer que a nossa pauta será basicamente a luta pela Amazônia; a luta pelo Estado do Amazonas; a luta para manter o único segmento que sustenta a economia do Estado, a Zona Franca. E, nos meus seis mandatos, companheiro Deputado Wellington Fagundes, sempre coloquei um item na pauta: o combate à corrupção. Sou da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção. Nós a estamos reativando, recadastrando, conseguindo novas adesões, não para fazer denunciismo barato, mas para tentar, via Frente Parlamentar, melhorar o Estado brasileiro, melhorar nossas leis, no sentido de dificultar a corrupção, um mal que ainda arrebenta, agride e mata a população brasileira. É mais um item, companheiros de Manaus, companheiros do Estado do Amazonas, na nossa pauta de luta. E, finalmente, não deixo de ser o Vereador da cidade de Manaus que sempre fui. Sempre que posso, nos finais de semana, viro também Vereador.

Nós temos 38 Vereadores, mas são poucos hoje os que brigam pelos serviços públicos essenciais da cidade de Manaus – exceto alguns –, como o companheiro José Ricardo, ex-Vereador de Manaus, o segundo mais votado do Estado, eleito com 40 mil votos, um dos únicos que ainda trabalham, que ainda lutam, que ainda mantêm a luta do velho Praciano na cidade de Manaus.

Durante a semana, somos Deputado Federal; em final de semana, sempre que temos espaço, voltamos a ser Vereador, pelas lutas da cidade de Manaus; e às vezes fazemos também o papel de Deputado Estadual, uma vez que a Assembleia do Estado está anexada ao Governo e perdeu suas funções de fiscalizar e legislar.

Companheiros do Estado do Amazonas, companheiros de Manaus, agradeço a votação, uma votação que nem eu esperava. Podem ter certeza de que o

nosso mandato estará dedicado à qualidade de vida, à melhoria da vida do povo amazonense.

Eu trabalho assim: todos os dias, quando acor-do, lembro que sou político. E ser político é trabalhar para conseguir melhorar a vida dos nossos compa-nheiros.

Obrigado, PT, pelo mandato. E parabéns pelo aniversário de 31 anos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Com a pa-lavra o Deputado Edinho Bez, pelo PMDB.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Renan Filho, mais uma vez lhe desejo boas-vindas. Sou ami-go do seu pai, nosso companheiro. Foi uma satisfação conhecê-lo. Conversei com V.Exa. e já percebi que é político nato. Isso é importante. Já dizia um amigo meu que, quando se fabrica candidato, mais cedo ou mais tarde ele derrapa. Então, é bom que seja natural, por-que facilita as coisas nesta Casa.

Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, uso a tribuna nesta oportunidade para falar sobre um projeto de lei de minha autoria que institui limite de ga-rantia de cheques, objetivando resgatar a credibilidade do cheque no Brasil.

A credibilidade do uso dos cheques tem sofrido uma diminuição no mercado e necessita ser resgatada. O nosso propósito com a apresentação desse proje-to de lei é estimular o uso do cheque como forma de pagamento – combatendo inclusive o uso do cartão de crédito, que é caro –, fazer crescer o comércio e a indústria e, ainda, aumentar a autoestima do cidadão brasileiro.

O projeto propõe que, além dos fundos dispo-níveis, o sacado (o banco) garantirá o pagamento do cheque de valor limitado a 25% do salário mínimo, ou seja, em torno de 130 reais.

Como profundo conhecedor do sistema bancário – do sistema financeiro, sobretudo –, com larga expe-riência como gerente de agência da Caixa Econômi-ca Federal durante 14 anos, tenho plena certeza de que esse projeto de lei vem ao encontro da enorme parcela da população que tem no cheque a maneira mais acessível de pagamento e de inclusão no mer-cado de consumo.

Sr. Presidente, solicito que uma cópia do projeto de lei seja anexada ao meu pronunciamento.

A nossa intenção, como disse, é resgatar a cre-dibilidade do cheque. Recebi sugestões de associa-ções comerciais e industriais deste Brasil afora, em especial de Santa Catarina, onde já proferi inúmeras palestras.

De cada 100 cheques emitidos no Brasil, são devolvidos na ordem de 3%. Desses 3%, na ordem de 1% são cheques devolvidos por erro no preenchi-

mento, falta de endosso, falta de assinatura, assina-tura que não confere, irregularidades que não carac-terizam má-fé ou falta de previsão de fundos. Então, apenas 2%, em média, são devolvidos sem provisão de fundos. Desses 2%, na ordem de 1% são clientes idôneos, com contas antigas. Cliente antigo não dá problema para banco.

Vou provar na discussão com a Federação Bra-sileira de Bancos – FEBRABAN, nas audiências públi-cas que faremos aqui – quero contar com o apoio dos nobres colegas –, que o custo/benefício será impor-tante para o banco. Quanto custa, por exemplo, uma propaganda, o *marketing*, para divulgar um produto do UNIBANCO? Sou da área e conheço isso.

Então, vai ser fácil. É necessário apenas controlar a emissão dos talões de cheques para as contas novas. Falo em até 6 meses. O banco poderá estender até 12 meses, não há problema. Se o banco quiser dar mais folhas de cheque, não há problema. Mas ele vai ter que garantir o pagamento de cheque no valor de até 25% do salário mínimo. Isso significa mais ou menos 70% dos cheques sem fundos devolvidos no País. E ape-nas na ordem de 1% são emitidos com má-fé. Não é possível que 99% dos clientes, dos emitentes de che-ques, que são boas pessoas, de boa-fé, idôneas, do bem, paguem por essa parcela ínfima, menos de 1%, que emitem cheques com o intuito de lograr.

Então, quero contar com o apoio dos novos pa-res, dos meus colegas. Vamos abrir a discussão. Tenho certeza de que o custo/benefício vai ser importante. O cheque é bom para o pobre, é bom para a classe média. É um instrumento barato e importante para a economia brasileira.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a oportunidade, colocando-me à disposição de to-dos e contando com meus colegas para a aprovação desse projeto.

*PROJETO DE LEI A QUE SE REFERE
O ORADOR:*

PROJETO DE LEI Nº 7.838 ,DE 2010
(Do Sr. Edinho Bez)

Institui o limite de garantia de cheque,
alterando a Lei nº 7.357, de 2 de setembro
de 1985.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se à Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, os seguintes artigos:

“Art. 5º Além dos fundos disponíveis, dispostos pelo § 2º do art. 4º, o sacado garantirá o pagamento do cheque, de valor limitado a vinte e cinco por cento do salário mínimo.

Parágrafo único – O sacado não se responsabilizará pelo pagamento de cheque emitido com erros no preenchimento, com assinatura que não confere, ou com data de apresentação prescrita.

Art. 5º-A O sacado, ao emitir o segundo talonário de cheques para cliente, cuja conta corrente tenha sido aberta há até seis meses, só deverá fazê-lo, após a emissão, compensação, ou pagamento de, pelo menos, oitenta por cento dos cheques do primeiro talonário.

Parágrafo único – O prazo disposto no “caput”, a critério do sacado, poderá ser ampliado para doze meses.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de noventa dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nosso propósito é resgatar a credibilidade do cheque, fantástico instrumento de pagamento, que veio a facilitar a vida dos agentes econômicos. Este resgate terá um custo muito baixo e trará muitos benefícios para a economia brasileira, como veremos a seguir.

As informações disponíveis, bem como nossa experiência, indicam que, do total de cheques emitidos, apenas 3% são devolvidos, sendo que 1% destes o são por erro no preenchimento, ou por falta de assinatura, ou pelo fato de a assinatura não conferir, ou pela prescrição da data de apresentação.

Dos 2% devolvidos sem provisão de fundos, 1% deles são recuperáveis com relativa facilidade, uma vez que não são emitidos com má fé: ocorrem enganos no controle de saído ou problema financeiro momentâneo, especialmente no caso da emissão de cheque pré-datado, com previsão de entrada futura de recursos. Esta não ocorrendo, a insolvência momentânea pode ser resolvida com a repactuação da data de pagamento.

Entretanto, este 1% de emitidos sem provisão de fundos vem desmoralizando o cheque, fazendo com que milhares de clientes e consumidores passem diariamente por situações constrangedoras na hora de pagar seus compromissos, por não poderem utilizar seu instrumento de pagamento preferido. Assim, tem sido prática comum a afixação de cartazes, por estabelecimentos comerciais, com os dizeres "Não aceitamos cheques".

A vigência desta situação prejudica, além dos emitentes de cheques, o comércio e a indústria; enfim toda a economia brasileira. Então precisamos recuperar a credibilidade do cheque, que, além de estimular a economia, irá melhorar a auto-estima do cidadão brasileiro.

Com este objetivo, estamos propondo que os bancos assumam o pagamento de cheques de até 25% do salário mínimo, o que corresponde atualmente a R\$ 127,50. Assim, além de seu baixo custo, a medida proposta constitui-se em eficiente mecanismo de marketing. Para o Sistema Financeiro Nacional, será altamente vantajoso, com baixíssima relação custo/benefício.

Finalmente, salientamos que estamos apresentando este projeto a partir de nosso conhecimento de dados estatísticos e, sobretudo, de nossa experiência como ex-Gerente de Agência da Caixa Econômica Federal durante 14 anos.

Pelo acima exposto, contamos com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação de nosso projeto de lei.

Sala de Sessões, em de de 2010.


Deputado EDINHO BEZ

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Com a palavra o Deputado Marçal Filho, pelo PMDB. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer ao Deputado Edinho Bez, que dividiu comigo o tempo do nosso partido, o PMDB.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero aqui falar da notícia alvissareira que recebi do Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional, Marcelo Contreiras: a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criada em 1º de dezembro de 1967, ainda no Governo Costa e Silva, com a intenção de desenvolver a Região Centro-Oeste do País.

Em 1990, o Presidente Collor tomou a infeliz decisão de extinguir essa Superintendência. Ele manteve a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, mas extinguiu a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO.

Por que isso foi ruim para o País? Porque a partir daí não tivemos uma política direcionada para uma região que precisa muito dos recursos federais. É uma região dependente dos recursos de Brasília. É uma região com extrema dificuldade, com inúmeros problemas. Não podemos pensar a Região Centro-Oeste apenas como Brasília, como a Capital Federal, a Capital de todos os brasileiros, que tem condições de andar com as próprias pernas, porque possui todo um arcabouço de privilégios do próprio Governo Federal.

Quem for ao meu Estado, o Mato Grosso do Sul, irá verificar os problemas sociais e econômicos que temos. Há uma concentração de renda no País que todos conhecemos, uma concentração de patrimônio, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste – essas Superintendências, como a da Amazônia e a do Nordeste, foram criadas exatamente para corrigir isso, para preencher essa lacuna –, e a Região Centro-Oeste ficou à mercê de tudo isso.

Mas agora recebemos a notícia de que, antes mesmo do carnaval, portanto, ainda no mês de fevereiro, teremos a recriação da SUDECO.

Ao lado disso, precisamos retomar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Já tivemos um banco de fomento ao desenvolvimento da região. Hoje, somos dependentes do Banco do Brasil. O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, criado em 1989, não é administrado pela Região Centro-Oeste e sim pelo Banco do Brasil. Muitos projetos que seriam economicamente viáveis, importantes para a região, não são aprovados porque não são geridos por pessoas ligadas diretamente à Região Centro-Oeste.

Cumprimento, então, o Governo Federal pela decisão.

Quero homenagear o Senador Ramez Tebet, que foi Ministro da Integração Nacional, Presidente do Congresso Nacional, era Senador do meu Estado e lutou muito para que a SUDECO fosse recriada. Infelizmente, não conseguiu ver, faleceu sem ver a SUDECO ser revitalizada. Tenho certeza de que ele está muito feliz hoje com esta notícia que, sem dúvida, é muito importante para toda a nossa região.

Todos nós, Deputados Federais da Região Centro-Oeste, especialmente de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – sempre excetuo Brasília pela condição privilegiada de ser a Capital Federal –, vamos ter, com certeza, boas notícias e condições de cobrar muito mais do Governo, porque hoje temos uma Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, no Ministério da Integração Nacional, que é atuante, operosa, que faz de tudo para atender a nossa região. As condições são poucas e não correspondem à nossa real necessidade. Precisamos de muito mais recursos, principalmente na área da agricultura, que é a base da economia dessa região que é o celeiro de alimentos do nosso País.

Era essa a boa notícia que gostaria de registrar da tribuna desta Casa nesta data.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Paulo Teixeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. dispõe de 10 minutos para fazer uso da palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 10 de fevereiro de 2011, o Partido dos Trabalhadores completa 31 anos. Nós, daqui a pouco, vamos participar de um ato público em comemoração a esta data.

Vejo aqui os Deputados Francisco Praciano, do Amazonas, Eudes Xavier, do Ceará, e tantos outros Deputados do PT.

Em nome da bancada do partido, parablenho todos os militantes, simpatizantes e dirigentes do glorioso PT por esta data.

Aproveito para reproduzir um pequeno texto que está na página da Fundação Perseu Abramo, mantida pelo nosso partido. Diz o texto:

“Era 31 de março de 2004. Um ato para relembrar os 40 anos do golpe de 1964 aconteceria no Teatro Elis Regina, em São Paulo. Lélia Abramo foi convidada, mas sentia muitas dores, provocadas por uma fratura na bacia. Ao ser indagada por Tadeu de Pietro se queria mesmo ir, ela respondeu:

- É preciso, vamos!

A determinação de Lélia, uma das fundadoras do PT, traduz a disposição que caracteriza os militantes e o Partido dos Trabalhadores. Se era preciso ir, então o PT estava lá, apontando para frente, enfrentando os desafios e tratando de superá-los. Foram inúmeros os momentos, desde 1980, que partido e militância foram chamados a se posicionar e desfaldar bandeiras.

No momento de fundação do PT, ninguém poderia imaginar que em 31 anos o partido teria quase 1,5 milhão de militantes, 60 mil dirigentes, já teria conquistado cadeiras nas Câmaras Municipais (...)

Cento e quarenta e nove Deputados nas Assembleias Legislativas, 88 Parlamentares na Câmara dos Deputados e 15 Senadores no Senado Federal.

“Também não se poderia imaginar ali que, ao completar 22 anos, o partido elegeria o presidente da República do Brasil. E que quatro e oito anos depois, reelegeria (...)

Em seguida, elegeria uma mulher como Presidente do Brasil, a companheira Dilma Rousseff.

O PT tem também inúmeros governos nos Estados: no Acre, com Tião Viana; na Bahia, com Jaques Wagner; em Sergipe, com Marcelo Déda; e no Rio Grande do Sul, com Tarso Genro.

Continuo, Sr. Presidente:

“O PT agregou desde o início sindicalistas, estudantes, muitos movimentos sociais e militantes dos mais diferentes segmentos” – como os intelectuais – “e em todas as partes do país. E esses militantes foram a força motriz do partido. Durante os 31 anos essa militância vem comparecendo às urnas nas eleições e consultas internas, saiu às ruas para defender os candidatos do partido e se fez presente com suas camisetas vermelhas e bandeiras nas mãos nos momentos mais importantes da vida do país. Nos momentos de euforia, era a militância que saía às ruas para comemorar eleições ganhas, mas nos momentos de crise, foi essa mesma militância que apontou a direção que o partido deveria tomar.

Aos 31 anos, o Partido dos Trabalhadores é referência nacional e internacional. Participa de fóruns nacionais e internacionais e é convidado a apresentar sua experiência em países nos quais a esquerda procura se organizar, sempre fiel aos princípios de combate às desigualdades e à defesa da liberdade e da democracia. A solidariedade é uma das princi-

pais características que norteiam o partido e isso se refletiu também nas duas gestões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e agora no governo da presidenta Dilma Rousseff (...).

Não podemos nos esquecer de que, depois da Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o País voltou a crescer, gerou mais de 14 milhões de empregos e distribuiu de maneira muito acentuada a renda no Brasil.

Assim, Sr. Presidente, nesta data importante, reafirmamos que o Partido dos Trabalhadores tem um compromisso histórico com a luta pela democracia e pelos direitos sociais, com desenvolvimento pleno do País.

Da mesma maneira que acertamos, não posso dizer também que nessa história não tivemos equívocos, mas procuramos superá-los para continuar o nosso compromisso com a sociedade brasileira.

Quero homenagear desta tribuna homens e mulheres que fizeram o Partido dos Trabalhadores, em especial Chico Mendes, que levantou o tema ambiental; Manoel da Conceição, que trouxe o tema dos trabalhadores rurais; Paulo Freire, que trouxe o tema da educação; Milton Santos, que discutiu o tema da globalização; Florestan Fernandes, que trouxe o tema da sociedade escravagista, o tema dos de baixo e os seus direitos; Apolônio de Carvalho; Clara Charf; Benedita da Silva, que da favela do Morro da Mangueira veio para este Parlamento; Olívio Dutra e tantos outros que fizeram e que fazem a história do Partido dos Trabalhadores.

Aproveito ainda, Sr. Presidente, para manifestar que hoje queremos nos irmanar com todos aqueles que querem construir este País de justiça. Não entendemos que esse seja o único partido portador de uma verdade. Queremos compartilhar com todos os partidos políticos, com todos os segmentos da sociedade que querem que ela se desenvolva, que carregue o Brasil para uma sociedade de outra natureza, aquela de crescimento econômico, que esteja neste mundo globalizado com autonomia, que consiga desenvolver o conhecimento e que, igualmente, consiga distribuir o conhecimento, a riqueza e o saber para todos os brasileiros.

Quero parabenizar o Partido dos Trabalhadores, a sua militância, e me irmanar com os que querem mudar o Brasil e não são do nosso partido. Queremos aprender com eles na sua generosidade, na sua vontade de mudar o País. Queremos dizer que vamos fazer a defesa da justiça social, da democracia, da igualdade de oportunidades, da igualdade de acesso ao saber, ao conhecimento, à riqueza da nossa sociedade. Vamos construir um Brasil sustentável do ponto de vista ambiental, capaz de construir um saber que é dado

pela intelectualidade e também pelo seu povo. Que consigamos isso a partir da ideia de liberdade, de democracia e de uma sociedade multirreligiosa. Portanto, queremos construir uma sociedade assentada na ideia de tolerância religiosa, racial, tolerância em relação à orientação sexual e à democratização das oportunidades de gênero. Enfim, vamos trazer a juventude.

Vejo aqui a minha frente os Deputados Alessandro Molon, Eudes Xavier e a sempre juventude do Deputado Francisco Praciano para que possamos continuar a construir uma sociedade generosa, não sozinhos, mas com todos.

Vejo aqui Deputados de diversos partidos numa sociedade diversa. Queremos continuar na luta pela construção de uma sociedade justa, que dê oportunidade aos brasileiros e às brasileiras.

Muito obrigado.

Parabéns ao Partido dos Trabalhadores! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Convido o Deputado Hugo Motta, do PMDB da Paraíba, o mais novo Deputado desta Legislatura e da história do Parlamento brasileiro, para assumir a presidência desta sessão. (*Pausa.*)

O Sr. Renan Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Hugo Motta, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava indo para o aeroporto e voltei para fazer este registro.

Nós temos falado tanto em segurança pública, em sistemas de segurança pública! Estamos carecas de falar sobre isso. Lamentavelmente, na minha cidade, Tubarão, em Santa Catarina – usando um linguajar simples –, mataram mais de 16 pessoas nos últimos 12 meses.

Agora à tarde, há cerca de uma hora, um grupo com cinco jovens assaltou uma relojoaria. O único presente no local era o guarda municipal, que atravessou com a moto na frente dos bandidos que haviam acabado de assaltar a relojoaria. Esses bandidos deram cinco tiros e acertaram a cabeça e a boca de um jovem de 33 anos, que morreu.

Lamento fazer esse registro aqui, mas quero com isso chamar a atenção das autoridades competentes para o fato de que segurança pública no Brasil também merece prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Concedo a palavra, para falar pelo PR, ao Deputado Wellington Fagundes. S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que volto a esta tribuna, pela primeira vez nesta Legislatura, para agradecer à população do meu Estado a confiança em mim depositada e a votação histórica em Mato Grosso. Neste sexto mandato, venho mais uma vez como o Deputado Federal mais votado daquele Estado.

É claro que isso me traz muita honra, mas também me confere muito mais compromisso com a população. Tenho dito que cada mandato é uma experiência, uma oportunidade de aprendizado. Somando toda essa experiência, quero trabalhar ainda muito mais em defesa do nosso Estado.

O companheiro Praciano foi o mais votado no Amazonas. Quero somar-me a todos os amazônidas para defender aquela região tão rica, mas às vezes tão depredada por falta de pesquisa e apoio. Muitos falam da Amazônia sem conhecer a verdade e a realidade dos amazônidas. A melhor forma de proteger a Amazônia é investir em pesquisa, ocupação racional do solo e, principalmente, com a presença do Governo na região.

Nesse aspecto, quero agradecer a toda a bancada de Mato Grosso por mais uma eleição para ser o coordenador da bancada. Os nossos três Senadores e os nossos sete Deputados Federais deram-me a honra de coordenar os trabalhos da bancada.

Na segunda-feira teremos nossa primeira audiência. Nesta Legislatura, com a Presidente Dilma, juntamente com o nosso Governador Silval Barbosa, às 16 horas, no Palácio do Planalto. Na ocasião, apontaremos todas as necessidades do Mato Grosso, o Estado que mais produz hoje no Brasil, principalmente *commodities*. Somos o maior produtor de soja, de milho e respondemos por 54% da produção nacional de algodão. Este ano teremos uma safra recorde de algodão, com preços firmes.

Além disso, somos o maior produtor de carne bovina e já estamos partindo para ser o maior produtor de aves e suínos.

Enfim, o nosso Estado ainda tem espaço para triplicar a produção, sem necessidade de derrubar um pé de árvore. Vale dizer que a legislação ambiental do nosso Estado talvez seja uma das mais modernas do mundo.

Então, queremos aumentar, incrementar a produção, mas, claro, de forma sustentável. Afinal de contas, hoje todo mundo quer que respeitemos o meio ambiente, porque os desastres ambientais estão acontecendo mundo afora no dia a dia.

Estive com o Ministro Antonio Pallocci e com um assessor de S.Exa., o Dr. Ivo da Motta Azevedo Cor-

reia, Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Na ocasião, discutimos a questão da regularização de duas glebas em meu Estado: a de Divisa e a de Maicá, nos Municípios de Paranaíta, Marcelândia, União do Sul, Peixoto de Azevedo, Alta Floresta e Nova União. Essa área, Sr. Presidente, tem mais de 1 milhão de hectares e milhares de famílias que estão lá há mais de 30 anos sem a regularização das terras. E a melhor forma de preservar a área é fazer com que cada família que está na zona rural produzindo, gerando alimento para o País tenha a documentação da terra para que possa produzir e sustentar a sua família.

Da mesma forma, Sr. Presidente, ontem e anteontem tivemos oportunidade de estar com o Governador Silval Barbosa em vários Ministérios. Quero destacar principalmente o nosso encontro com o Ministro Alfredo Nascimento, no Ministério dos Transportes.

O Estado de Mato Grosso será uma das subsedes da Copa do Mundo, portanto Cuiabá, a capital, precisa ser preparada. Uma das obras mais importantes, além do estádio que estamos construindo, o mais moderno do Brasil, é a travessia urbana. Uma metrópole como Cuiabá já tem problemas sérios de trânsito, e passam pelo centro da cidade três rodovias. Por isso, a obra dessa travessia, que será executada pelo Ministério dos Transportes, é tão importante.

Destaco a presença do Senador Blairo Maggi, do nosso companheiro Deputado Homero Pereira e do Diretor-Geral do DNIT, Luiz Antonio Pagot. Tivemos autorização do Ministro Alfredo Nascimento para licitar a obra da travessia urbana, que custará mais de 400 milhões de reais, somados com recursos da Caixa Econômica Federal que o Governo liberará para fazer o VLT, sistema que permitirá que ônibus circulem em corredores específicos. Para essa obra, o Governo do Mato Grosso contraiu empréstimo de 600 milhões de reais, aproximadamente.

Somamos a tais medidas os esforços de toda a bancada e as emendas do Orçamento para termos no Pantanal uma das melhores subsedes da Copa que será realizada no Brasil.

Gostaríamos de abordar outros assuntos, mas o tempo é curto. Já tivemos a tolerância do Presidente.

Aproveito para parabenizar o Deputado que preside esta sessão, que chega a esta Casa como um dos Deputados mais jovens do País. Fico muito feliz por, no meu sexto mandato, poder somar-me a essa juventude, que infelizmente, no período da ditadura, foi praticamente afastada da vida política. V.Exa. honra a juventude brasileira. Parabéns não apenas por sua eleição, mas por sua coragem em representar os jovens brasileiros.

Tenho dois filhos. Estimulei o de 19 anos a se iniciar na vida pública. Precisamos fazer com que a inteligência da juventude brasileira encontre espaço na vida pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Agradeço ao Deputado Wellington Fagundes pelas palavras. S.Exa. está de parabéns por seu pronunciamento. Também está de parabéns o povo do Mato Grosso por ter como representante um Deputado tão atuante e responsável.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Com a palavra o Deputado Paes Landim, pela PTB. S.Exa. dispõe de 10 minutos na tribuna.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Sem revisão do orador.) – DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Sandes Júnior. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. SANDES JÚNIOR (Bloco/PP-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas informar que apresentamos quase uma centena de projetos, entre eles o que tipifica como crime grave, como crime de tortura, a agressão contra a mulher. Solicitamos o desarquivamento deste nosso projeto de 2008, arquivado em decorrência do final da última Legislatura. Além da agressão física, o projeto também tipifica como crime de tortura a agressão psicológica ou mental contra a mulher: *“Vou te bater! Vou te matar! Vou fazer isso e aquilo!”*

Entre os quase cem projetos que apresentamos, outro projeto – do qual falei rapidamente ontem e que volto a citar hoje – é o da castração química para estupradores.

Em outro projeto, propomos o aumento da nossa pena máxima: de 30 anos para 60 anos. Quando aprovado o Código de 1940, a expectativa de vida do brasileiro era 50 anos, por isso foi definida a pena máxima de 30 anos. Com a aprovação do nosso projeto que aumenta o tempo da pena máxima, os grandes criminosos que matam 10, 20, 500 pessoas e pegam entre 10 e 30 anos de cadeia poderão ficar presos por até 60 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Fonseca, pelo PR. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita honra que ocupo esta tribuna para,

em primeiro lugar, agradecer aos 67.920 eleitores do Distrito Federal que me permitiram vir a esta Casa em meu primeiro mandato como Deputado Federal. Quero agradecer a essa população honrada do Distrito Federal que me trouxe para ser um soldado em defesa das causas importantes para toda a família brasileira, em especial a do Distrito Federal.

Venho a esta tribuna para me congratular com os demais Deputados Federais de orientação evangélica que vieram para esta Casa. Pela primeira vez, na Câmara dos Deputados, estamos com o número expressivo de 72 Parlamentares que defendem a fé evangélica, como eu a defendo. Congratulo-me com os demais Parlamentares cristãos desta Casa, que fazem defesa pronta e competente dos valores cristãos, pilares de uma sociedade justa. Foi para isso que vim a esta Casa.

Também assumo esta tribuna para comunicar algo que está trazendo grande preocupação, especialmente para a família brasileira: estamos ouvindo falar, porque até agora nada é oficial, que o Ministério da Educação está elaborando o intitulado Kit contra a Homofobia, que popularmente já recebeu o nome de *kit gay*. O Ministério da Educação está preocupado com a homofobia, a discriminação e o preconceito nas escolas – e todos os educadores e líderes desta Nação estão realmente preocupados com a violência, o *bullying* que está acontecendo nas escolas.

Esta atitude deve ser louvada: o Ministro, um homem público, luta contra a discriminação, o preconceito, a homofobia. Contudo, estamos preocupados, porque há muita divulgação desse *kit*, mas até agora ninguém o viu. Não quero ser irresponsável e falar desta tribuna de algo que não vi, de algo a que ainda não assisti. A família brasileira está chocada com essa ameaça, até porque a família brasileira não suporta mais tantas ameaças à estrutura da família.

Esse material que está sendo produzido pelo Ministério da Educação, em parceria com uma ONG – e com dinheiro público, dinheiro do FNDE –, busca combater a homofobia nas escolas. Para que eu, como Deputado Federal, e os demais pares desta Casa tomemos conhecimento do material, encaminhei requerimento de informação à Mesa a fim de que, na forma do Regimento, o Ministro da Educação forneça-nos informações a respeito do convênio firmado com a ONG. Eu gostaria que o Ministério enviasse o que estou pedindo nesse requerimento de informação: cópia integral do convênio firmado com a ONG Comunicação em Sexualidade – ECOS para a elaboração do Kit contra a Homofobia. Qual é a íntegra desse convênio? Solicito também cópia dos materiais que compõem o

Kit Homofobia. Que *kit* é esse? Quero informações detalhadas sobre o objeto do referido convênio.

Ao chegar essas informações, voltarei a esta tribuna mais abalizado para falar sobre esse tema que muito preocupa a família brasileira e este Parlamentar.

Sr. Presidente, sucesso na presidência dos trabalhos. V.Exa. é tão jovem e ocupa a presidência desta Casa. Parabéns. É bom que a juventude brasileira esteja bem representada.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Agradeço ao Deputado Ronaldo Fonseca as palavras a mim dirigidas.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (PSDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Hugo Motta, é um prazer vê-lo presidir a sessão. Isso demonstra renovação com a juventude no comando desta Casa. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Muito obrigado. Parabéns a V.Exa. pela vitória na eleição para a Primeira Secretaria da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Tem a palavra o Deputado Alfredo Sirkis, pelo Partido Verde. S.Exa. disporá de até 10 minutos.

O SR. ALFREDO SIRKIS (Bloco/PV-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é a possibilidade de continuar debatendo uma questão suscitada na sessão matutina de hoje, que é costumeiramente dedicada à votação de projetos de lei e de projetos de decreto legislativo relativos a temas de política internacional.

Em nome da Liderança do Partido Verde, tive a oportunidade de assomar a esta tribuna para pedir a exclusão do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.351-A, de 2008, da pauta da Ordem do Dia. O projeto dá a chancela ao Poder Legislativo brasileiro no tratado de extradição firmado entre Brasil e República Popular da China. Fiz isso, representando a bancada do Partido Verde, para que os Parlamentares tenham a oportunidade de estudar, nesta Legislatura, a íntegra desse tratado de extradição e melhor analisar as suas consequências.

Essa tomada de posição não significa que necessariamente nós vamos nos opor a qualquer tipo de tratado de extradição entre Brasil e República Popular da China. Significa, neste momento, apenas que desejamos examinar com mais cuidado e com toda isenção a matéria. E vou procurar explicar o motivo.

Em primeiro lugar, é de conhecimento de todos que a população da República Popular da China vive sob um regime autoritário. Trata-se de um país com o

qual temos boas relações diplomáticas e excelentes relações comerciais. Mas nós, do Poder Legislativo, representantes do povo brasileiro, não podemos ignorar o fato de que há uma violação sistemática dos direitos humanos naquele país. Não há liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de organização política, eleições livres.

Alguns casos tornam-se até simbólicos. Cito o caso do vencedor do Prêmio Nobel da Paz, o escritor Liu Xiaobo, preso claramente por delito de opinião. Há muitos anos ele recebeu o Prêmio Nobel da Paz, mas não pôde ir à Noruega. Permaneceu preso em condições até mais severas do que as em que se encontrava anteriormente e sua família vem sofrendo uma série de coerções.

Todos nós, que combatemos com energia a ditadura militar, sabemos o preço da liberdade. Embora possam assumir formas diferentes, as liberdades democráticas – liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de organização política – são universais e indivisíveis. Na República Popular da China há essa questão.

Nada impede que tenhamos um tratado de extradição. Evidentemente pode haver crime grave de natureza comum que necessite que um país tenha a possibilidade de pedir ao outro a extradição do criminoso, para efeito de julgamento. Porém, penso que devemos tomar cuidados redobrados nessa matéria, em função das características do regime da República Popular da China.

Quero explicar exatamente o que me preocupa. O tratado foi feito com cuidado. O Itamaraty tem um corpo de pessoas extremamente competentes e que tiveram as mesmas preocupações por mim manifestadas. O Itamaraty claramente exclui a possibilidade de extradição por motivo político e dá também, a qualquer um dos dois governos, a possibilidade e a vênha de recusar a extradição.

Preocupa-me uma questão muito específica. Aliás, duas, interligadas, como as Sras. e os Srs. Deputados não de perceber.

Em primeiro lugar, tem sido praxe do regime chinês acusar dissidentes políticos de crime comum. Então há vários casos de dissidentes políticos, opositores ao regime autoritário ali dominante, acusados de crime comum. Eventualmente isso pode se refletir contra algum exilado político que esteja aqui, no caso de um país que não tenha os mecanismos de Estado de Direito assegurados, não tenha um Judiciário verdadeiramente independente, tudo subordinado à égide de um partido único, pode haver o caso de alguém que esteja exilado e pedirem sua extradição alegando a prática de algum crime comum.

O que acontece? Esse é um problema que diz respeito não apenas a essa questão, mas aos nossos tratados de extradição de maneira geral. A partir do momento em que há um pedido de prisão preventiva de qualquer estrangeiro pela INTERPOL, a praxe tem sido sua prisão imediata. A pessoa fica presa até o momento de o Supremo Tribunal Federal decidir se concede ou não o pedido de extradição.

No tratado de extradição está claramente previsto uma fase em que, antes mesmo de se receber o pedido de extradição por parte das autoridades diplomáticas de qualquer um dos dois países, essa pessoa poderia ser preventivamente presa pelo prazo de 60 dias, prorrogáveis por outros 15. Então, de lambuja, esse cidadão, suponhamos seja dissidente político acusado de roubo de carro, porque assim conveio à polícia política do país, quando chega a ordem de detenção, é imediatamente preso, para início de conversa, por 75 dias. Quando chega o pedido de extradição, ele permanece preso por tempo indeterminado até que o Supremo Tribunal Federal decida pela sua extradição ou não.

Acompanhei dois casos de italianos – não vou me referir ao caso mais recente de Cesare Battisti. Refiro-me especificamente ao caso de Pietro Mancini e Luciano Pessina, militantes de uma organização italiana presos depois de morarem 20 anos em nosso País e terem filhos brasileiros. Eles permaneceram presos por um ano e meio e dois, até que finalmente o Supremo Tribunal Federal concluiu pela não extradição. Os delitos dos quais eram acusados na Itália eram claramente políticos. Houve, de fato, violência de ambas as partes nos anos 70.

Essas duas pessoas terminaram sendo libertadas. O nome da organização italiana é Autonomia Operária. Esses dois cidadãos passaram mais de um ano presos. Imaginem uma pessoa passar mais de um ano presa em função de um pedido de outro país. Na verdade, trata-se de prisão administrativa, por assim dizer.

Na legislação brasileira, há um dispositivo legal que precisa ser revisto – vou concluir meu discurso referindo-me a isso –, que determina que obrigatoriamente qualquer estrangeiro para o qual haja pedido de extradição seja preso e permaneça preso até que o Supremo Tribunal Federal conclua por sua extradição ou por sua libertação.

Penso que esse dispositivo teria de ser flexibilizado – não no caso de terroristas, não no caso de pessoas suspeitas de assassinato ou de crime desse tipo. Em outros casos, esse dispositivo poderia prever a possibilidade de esses estrangeiros aguardarem em liberdade – sob controle, tendo que se apresentar, mas em liberdade – a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Enquanto não houver essa possibilidade, penso ser temerário colocar em vigor um tratado de extradição com a República Popular da China, pelas razões às quais me referi desta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Eudes Xavier, do PT do Ceará. Pedimos ao Deputado um pouco de compreensão, porque nosso tempo está limitado. S.Exa. disporá de até 3 minutos.

O SR. EUDES XAVIER (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Prezados companheiros e companheiras, saúdo neste breve pronunciamento os 31 anos do Partido dos Trabalhadores.

Faço uma homenagem aos Parlamentares que passaram por esta Casa com honra, ética e com muita dedicação filosófica e prática, a exemplo do saudoso Prof. Florestan Fernandes, que foi Deputado Constituinte e travou uma grande luta em defesa da educação, respeitando a conjuntura e toda a diversidade da população brasileira.

O militante do PT, Deputado Florestan Fernandes, mesmo sendo da carreira de professor universitário, quando adoeceu, ficou na fila de um hospital público para ser atendido. Mesmo em seus momentos mais difíceis, o Prof. Florestan Fernandes, militante do PT, deixou sua marca de luta por uma sociedade justa, socialista.

Em nome do grande Prof. Florestan Fernandes, faço esta homenagem há mais de 1,5 milhão de militantes filiados ao Partido dos Trabalhadores no Brasil. Nosso partido nasceu da juventude, dos intelectuais, como disse o Líder Paulo Teixeira, e das mulheres. Aqui recordo Margarida Alves, da Paraíba, uma trabalhadora rural que morreu enfrentando jagunços e o latifúndio.

Lembro também do primeiro e grande operário Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que neste momento está na quadra dos bancários com a militância do PT, comemorando a conjuntura política. S.Exa. deixou um legado, como o poder de compra do salário mínimo, hoje muito maior do que o de 10 anos atrás.

Saúdo a atual Presidenta do Partido dos Trabalhadores do Estado do Ceará, Prefeita da cidade de Fortaleza, Profa. Luizianne Lins, que recuperou os serviços públicos para dar atenção aos mais pobres da nossa cidade.

Lembro também do primeiro e grande militante do PT no Ceará, Prof. Auto Filho, do Américo Barreira e do Joaquim, da Pastoral Operária.

Enfim, saúdo todos os que fazem o Partido dos Trabalhadores, em nome da nova Presidenta do Brasil, querida Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande alegria que venho a esta tribuna homenagear o Partido dos Trabalhadores pelos seus 31 anos.

O Partido dos Trabalhadores comemora hoje 31 anos de fundação. Para milhões de petistas, militantes, brasileiros e filiados hoje é motivo de festa.

Nestes 31 anos, conquistamos democraticamente a Presidência da República elegendo um operário, o Presidente Lula, um líder de esquerda, e agora elegemos a primeira mulher Presidenta, Dilma Rousseff.

O Partido dos Trabalhadores é o partido da juventude, dos sem-terra, dos sem-teto; da defesa do meio ambiente; da luta por uma sociedade justa e solidária, com desenvolvimento sustentável e livre orientação sexual; da luta pela democracia e pela terra para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

O PT é fruto da luta política do povo brasileiro, que passou a acreditar em si mesmo e a protagonizar o processo de construção de um novo momento da nossa história política.

O PT é um partido que nasceu para mudar o Brasil. Hoje o principal desafio de nossa Presidenta Dilma Rousseff é a erradicação da pobreza extrema, criando oportunidades para todos.

Aproveito o ensejo para homenagear todos os militantes do meu Estado do Ceará, aqueles que, com afinco, sonham e lutam por uma sociedade igualitária e por um Brasil melhor.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) – Convido o Deputado Renan Filho, companheiro de partido do Estado de Alagoas, a assumir a Presidência dos trabalhos.

O Sr. Hugo Motta, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dou

entrada ao requerimento que havia anunciado sobre projeto de lei do Governo que, evidentemente, é um fura-fila das medidas provisórias.

Peço à Mesa que devolva o projeto.

Estou entregando agora o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – A Mesa recebe o requerimento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Hugo Motta.

O SR. HUGO MOTTA (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Renan Filho, colegas Deputados, na condição de paraibano e eleito em primeiro mandato, não poderia deixar de externar, com tristeza, o sentimento que a Paraíba vive hoje, que é o sentimento de medo de um Governo que foi eleito, no último pleito, para comandar seus destinos e que, infelizmente, se inicia com terrorismo jamais visto no Estado.

O Governador, ao assumir o mandato, anunciou um corte de 50% na folha dos contratados sem o mínimo critério para que isso fosse feito, como tempo de serviço, se a pessoa está trabalhando, se não está trabalhando. Não fez sequer estudo sobre as finanças do Estado, apenas alegou que a Paraíba está endividada.

O Estado pode até estar endividado, mas não é por culpa dos pais e das mães de família que trabalham dia e noite para que o Governo do Estado tenha representatividade e, acima de tudo, ação em relação aos paraibanos. Agora, após verificar que foi uma medida totalmente errada – e torço para que isso ocorra –, anunciou que vai recontratar os servidores que foram demitidos sem nenhuma explicação.

Torço para que o Governador Ricardo Coutinho, da Paraíba, recontrate esses pais e mães de família que trabalham no Governo do Estado, que têm honestidade, dignidade, e o mínimo que merecem é o respeito por parte de um governante que quer o bem do Estado.

Deixo essa reivindicação, esse protesto, porque não acredito que o Estado possa ir em frente, crescer, se desenvolver se não tiver um governante comprometido com o povo e com o desenvolvimento do Estado.

Sr. Presidente, peço que nosso pronunciamento seja encaminhado aos órgãos de imprensa para que a Paraíba saiba que elegeu um Deputado Federal jovem, mas de coragem, que vem a esta tribuna para defender o povo da Paraíba.

Tenho certeza de que o Governador irá rever essa decisão e, de forma respeitosa e fazendo não mais que sua obrigação, readmitir esses pais e mães de família que perderam seus vínculos empregatícios neste Governo com menos de 60 dias.

Sr. Presidente, muito obrigado e parabéns pela Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Agradeço pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Deputado Renan Filho, bem-vindo a esta Casa. Nós, que representamos a nova geração brasileira, temos a árdua missão de resgatar a credibilidade do Parlamento e oxigenar suas atividades, aproximando-o da sociedade civil brasileira, que tem esperança de que possamos nos reerguer e trabalhar em projetos que tragam ao Brasil o desenvolvimento que esperamos.

Sr. Presidente Renan Filho, Deputado Hugo Motta, que acaba de fazer seu pronunciamento, jovem Parlamentar da Paraíba – bem-vindo à Casa –, coloco-me ao lado dos concursados que foram aprovados, encontravam-se na iminência de ser chamados, reuniram suas famílias e já estavam fazendo contas com os vencimentos que viriam em 2011, mas que, de repente, foram alcançados pela medida da Presidenta Dilma.

O Governo Federal contingenciou 50 bilhões de reais do Orçamento, vetou a posse de concursados e suspendeu os editais de concursos que estavam por vir. Quantos jovens estudaram, prepararam-se, qualificaram-se, estão aptos a exercer suas funções, mas não encontrarão o espaço devido no serviço público? Contudo, nos guias de campanha e nas propagandas falava-se em um Brasil de oportunidades. Hoje, essa oportunidade está existindo para quem? Para quem é apadrinhado, para quem é bajulador, para quem tem seu cargo comissionado? Os concursados, que estudaram e se prepararam, não encontram esse espaço.

Se é necessário fazer contingenciamento e equilíbrio fiscal, que se faça, mas não à custa de pessoas preparadas para levar o Brasil à frente. Os concursados – ou concurseiros, no jargão dos cursinhos – estão, sim, preparados. Se não se pode fazer novos contratos, tudo bem, que se excluam da Administração Pública aqueles que estão lá cumprindo o papel de cabos eleitorais, mas que se chamem os concursados, que estão qualificados, preparados, capacitados para exercer sua função.

É essa a nossa mensagem à Presidenta Dilma, para que tenha a sensibilidade necessária com a juventude brasileira, uma nova geração que não quer outra coisa senão oportunidade.

Parabenizo V.Exa. pela presidência interina da sessão e solicito que este discurso seja encaminhado aos meios de comunicação da Casa para ampla divulgação.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

Partido Bloco

RORAIMA

Berinho Bantim PSDB

Chico das Verduras PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Edio Lopes PMDB

Jhonatan de Jesus PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Luciano Castro PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Paulo Cesar Quartiero DEM

Teresa Surita PMDB

Total de Roraima 7

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT

Professora Marcivania PT

Sebastião Bala Rocha PDT

Vinicius Gurgel PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Amapá 4

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS PvPps

Beto Faro PT

Cláudio Puty PT

Dudimar Paxiúba PSDB

Elcione Barbalho PMDB

José Priante PMDB

Josué Bengtson PTB PsbPtbPcdob

Lúcio Vale PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Luiz Otávio PMDB

Miriquinho Batista PT

Wandenkolk Gonçalves PSDB

Zé Geraldo PT

Zequinha Marinho PSC PpPscPmn

Total de Pará 13

AMAZONAS

Átila Lins PMDB

Carlos Souza PP PpPscPmn

Francisco Praciano PT

Henrique Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Pauderney Avelino DEM

Rebecca Garcia PP PpPscPmn

Sabino Castelo Branco PTB PsbPtbPcdob

Silas Câmara PSC PpPscPmn

Total de Amazonas 8

RONDONIA

Carlos Magno PP PpPscPmn

Lindomar Garçon PV PvPps

Marinha Raupp PMDB

Mauro Nazif PSB PsbPtbPcdob

Nilton Capixaba PTB PsbPtbPcdob

Padre Ton PT

Total de Rondonia 6

ACRE

Antônia Lúcia PSC PpPscPmn

Flaviano Melo PMDB

Gladson Cameli PP PpPscPmn

Henrique Afonso PV PvPps

Marcio Bittar PSDB

Perpétua Almeida PCdoB PsbPtbPcdob

Siba Machado PT

Taumaturgo Lima PT

Total de Acre 8

TOCANTINS

Agnolin PDT

Eduardo Gomes PSDB

Irajá Abreu DEM

Júnior Coimbra PMDB

Laurez Moreira PSB PsbPtbPcdob

Lázaro Botelho PP PpPscPmn

Professora Dorinha Seabra Rezende DEM

Total de Tocantins 7

MARANHÃO

Alberto Filho PMDB

Carlos Brandão PSDB

Cleber Verde PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Davi Alves Silva Júnior PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Edivaldo Holanda Junior PTC PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Gastão Vieira PMDB

Hélio Santos PSDB

Lourival Mendes PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Luciano Moreira PMDB

Pedro Fernandes PTB PsbPtbPcdob

Professor Setimo PMDB

Ribamar Alves PSB PsbPtbPcdob

Sarney Filho PV PvPps

Waldir Maranhão PP PpPscPmn

Total de Maranhão 14

CEARÁ

André Figueiredo PDT

Aníbal Gomes PMDB

Ariosto Holanda PSB PsbPtBpcdob
Arnon Bezerra PTB PsbPtBpcdob
Artur Bruno PT
Chico Lopes PCdoB PsbPtBpcdob
Danilo Forte PMDB
Domingos Neto PSB PsbPtBpcdob
Edson Silva PSB PsbPtBpcdob
Eudes Xavier PT
Genecias Noronha PMDB
Gorete Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Joao Ananias PCdoB PsbPtBpcdob
José Airton PT
José Guimarães PT
Manoel Salviano PSDB
Mauro Benevides PMDB
Raimundão PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Vicente Arruda PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Ceará 20

PIAUI

Assis Carvalho PT
Hugo Napoleão DEM
Iracema Portella PP PpPscPmn
Jesus Rodrigues PT
Marcelo Castro PMDB
Nazareno Fonteles PT
Osmar Júnior PCdoB PsbPtBpcdob
Paes Landim PTB PsbPtBpcdob
Total de Piauí 8

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
Felipe Maia DEM
João Maia PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Paulo Wagner PV PvPps
Rogério Marinho PSDB
Sandra Rosado PSB PsbPtBpcdob
Total de Rio Grande do Norte 6

PARAÍBA

Aguinaldo Ribeiro PP PpPscPmn
Benjamin Maranhão PMDB
Damião Feliciano PDT
Efraim Filho DEM
Hugo Motta PMDB
Luiz Couto PT
Manoel Junior PMDB
Nilda Gondim PMDB
Romero Rodrigues PSDB
Ruy Carneiro PSDB
Wilson Filho PMDB
Total de Paraíba 11

PERNAMBUCO

Ana Arraes PSB PsbPtBpcdob
Anderson Ferreira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Augusto Coutinho DEM
Bruno Araújo PSDB
Carlos Eduardo Cadoca PSC PpPscPmn
Fernando Coelho Filho PSB PsbPtBpcdob
Fernando Ferro PT
Gonzaga Patriota PSB PsbPtBpcdob
Inocêncio Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
João Paulo Lima PT
Jorge Corte Real PT
José Augusto Maia PTB PsbPtBpcdob
José Chaves PTB PsbPtBpcdob
Luciana Santos PCdoB PsbPtBpcdob
Maurício Rands PT
Mendonça Filho DEM
Pastor Eurico PSB PsbPtBpcdob
Pedro Eugênio PT
Raul Henry PMDB
Roberto Teixeira PP PpPscPmn
Sergio Guerra PSDB
Silvio Costa PTB PsbPtBpcdob
Wolney Queiroz PDT
Total de Pernambuco 23

ALAGOAS

Arthur Lira PP PpPscPmn
Celia Rocha PTB PsbPtBpcdob
Givaldo Carimbão PSB PsbPtBpcdob
João Lyra PTB PsbPtBpcdob
Maurício Quintella Lessa PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Renan Filho PMDB
Rosinha da Adefal PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Rui Palmeira PSDB
Total de Alagoas 8

SERGIPE

Almeida Lima PMDB
Andre Moura PSC PpPscPmn
Heleno Silva PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Laercio Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Márcio Macêdo PT
Mendonça Prado DEM
Rogerio Carvalho PT
Valadares Filho PSB PsbPtBpcdob
Total de Sergipe 8

BAHIA

Acelino Popó PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Alice Portugal PCdoB PsbPtBpcdob

Amauri Teixeira PT
 Antonio Brito PTB PsbPtbPcdob
 Antonio Carlos Magalhães Neto DEM
 Antonio Imbassahy PSDB
 Arthur Oliveira Maia PMDB
 Claudio Cajado DEM
 Daniel Almeida PCdoB PsbPtbPcdob
 Emiliano José PT
 Erivelton Santana PSC PpPscPmn
 Fábio Souto DEM
 Fernando Torres DEM
 Geraldo Simões PT
 João Carlos Bacelar PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 João Leão PP PpPscPmn
 José Carlos Araújo PDT
 José Nunes DEM
 José Rocha PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Josias Gomes PT
 Jutahy Junior PSDB
 Lucio Vieira Lima PMDB
 Luiz Alberto PT
 Luiz Argôlo PP PpPscPmn
 Márcio Marinho PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Maurício Trindade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Nelson Pellegrino PT
 Paulo Magalhães DEM
 Roberto Britto PP PpPscPmn
 Rui Costa PT
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Sérgio Brito PSC PpPscPmn
 Valmir Assunção PT
 Waldenor Pereira PT
Total de Bahia 34

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PDT
 Aelton Freitas PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Antônio Andrade PMDB
 Antônio Roberto PV PvPps
 Bernardo Santana de Vasconcellos PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Carlaile Pedrosa PSDB
 Diego Andrade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dimas Fabiano PP PpPscPmn
 Domingos Sávio PSDB
 Dr. Grilo PSL PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Eduardo Azeredo PSDB
 Eduardo Barbosa PSDB
 Eros Biondini PTB PsbPtbPcdob
 Fábio Ramalho PV PvPps
 Gabriel Guimarães PT
 George Hilton PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Geraldo Thadeu PPS PvPps
 Gilmar Machado PT
 Jaime Martins PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Jairo Ataíde DEM
 Jô Moraes PCdoB PsbPtbPcdob
 João Bittar DEM
 João Magalhães PMDB
 Jose Humberto PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Júlio Delgado PSB PsbPtbPcdob
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Leonardo Quintão PMDB
 Lincoln Portela PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Luis Tibe PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Luiz Fernando Faria PP PpPscPmn
 Márcio Reinaldo Moreira PP PpPscPmn
 Marcos Montes DEM
 Marcus Pestana PSDB
 Mário de Oliveira PSC PpPscPmn
 Mauro Lopes PMDB
 Miguel Corrêa PT
 Newton Cardoso PMDB
 Odair Cunha PT
 Padre Joao PT
 Paulo Abi-Ackel PSDB
 Reginaldo Lopes PT
 Renzo Braz PP PpPscPmn
 Rodrigo de Castro PSDB
 Saraiva Felipe PMDB
 Toninho Pinheiro PP PpPscPmn
 Vitor Penido DEM
 Weliton Prado PT
 Zé Silva PDT
Total de Minas Gerais 49

ESPÍRITO SANTO

Audifax PSB PsbPtbPcdob
 Camilo Cola PMDB
 Cesar Colnago PSDB
 Dr. Jorge Silva PDT
 Lauriete PSC PpPscPmn
 Lelo Coimbra PMDB
 Manato PDT
 Paulo Foletto PSB PsbPtbPcdob
 Rose de Freitas PMDB
 Sueli Vidigal PDT
Total de Espírito Santo 10

RIO DE JANEIRO

Adrian PMDB
 Alessandro Molon PT
 Alexandre Santos PMDB
 Alfredo Sirkis PV PvPps

Andreia Zito PSDB
 Anthony Garotinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Arolde de Oliveira DEM
 Aureo PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Benedita da Silva PT
 Chico Dangelo PT
 Cristiano PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dr. Adilson Soares PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dr. Aluizio PV PvPps
 Dr. Carlos Alberto PMN PpPscPmn
 Dr. Paulo César PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Edson Ezequiel PMDB
 Edson Santos PT
 Eduardo Cunha PMDB
 Eliane Rolim PT
 Felipe Bornier PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Filipe Pereira PSC PpPscPmn
 Francisco Floriano PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Glauber Braga PSB PsbPtbPcdob
 Hugo Leal PSC PpPscPmn
 Jair Bolsonaro PP PpPscPmn
 Jandira Feghali PCdoB PsbPtbPcdob
 Jean Wyllys PSOL
 Julio Lopes PP PpPscPmn
 Liliam Sá PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Marcelo Matos PDT
 Miro Teixeira PDT
 Neilton Mulim PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Nelson Bornier PMDB
 Rodrigo Maia DEM
 Romário PSB PsbPtbPcdob
 Sergio Zveiter PDT
 Simão Sessim PP PpPscPmn
 Stepan Nercessian PPS PvPps
 Vitor Paulo PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Walney Rocha PTB PsbPtbPcdob
 Washington Reis PMDB
 Zoinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Rio de Janeiro 42

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB PsbPtbPcdob
 Alexandre Leite DEM
 Aline Corrêa PP PpPscPmn
 Antonio Bulhões PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
 Arnaldo Faria de Sá PTB PsbPtbPcdob
 Arnaldo Jardim PPS PvPps
 Beto Mansur PP PpPscPmn
 Bruna Furlan PSDB
 Cândido Vaccarezza PT
 Carlos Sampaio PSDB
 Carlos Zarattini PT

Delegado Protógenes PCdoB PsbPtbPcdob
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS PvPps
 Dr. Ubiali PSB PsbPtbPcdob
 Duarte Nogueira PSDB
 Edinho Araújo PMDB
 Eleuses Paiva DEM
 Eli Correa Filho DEM
 Gabriel Chalita PSB PsbPtbPcdob
 Guilherme Campos DEM
 Guilherme Mussi PV PvPps
 Janete Rocha Pietá PT
 Jefferson Campos PSB PsbPtbPcdob
 Jilmar Tatto PT
 João Dado PDT
 João Paulo Cunha PT
 Jonas Donizette PSB PsbPtbPcdob
 Jorge Tadeu Mudalen DEM
 José De Filippi Júnior PT
 José Mentor PT
 Junji Abe DEM
 Keiko Ota PSB PsbPtbPcdob
 Luiz Fernando Machado PSDB
 Luiza Erundina PSB PsbPtbPcdob
 Mara Gabrilli PSDB
 Marcelo Aguiar PSC PpPscPmn
 Milton Monti PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Missionário José Olimpio PP PpPscPmn
 Nelson Markezelli PTB PsbPtbPcdob
 Newton Lima PT
 Otoniel Lima PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Pastor Marco Feliciano PSC PpPscPmn
 Paulo Freire PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Paulo Teixeira PT
 Penna PV PvPps
 Ricardo Berzoini PT
 Ricardo Izar PV PvPps
 Ricardo Tripoli PSDB
 Roberto de Lucena PV PvPps
 Roberto Freire PPS PvPps
 Roberto Santiago PV PvPps
 Rodrigo Garcia DEM
 Salvador Zimbaldi PDT
 Tiririca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Valdemar Costa Neto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Vanderlei Macris PSDB
 Vaz de Lima PSDB
 Vicente Candido PT
 Vicentinho PT
 Walter Feldman PSDB
 William Dib PSDB
Total de São Paulo 64

MATO GROSSO

Homero Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Júlio Campos DEM
Neri Geller PP PpPscPmn
Roberto Dorner PP PpPscPmn
Ságuas Moraes PT
Valtenir Pereira PSB PsbPtbPcdob
Wellington Fagundes PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Mato Grosso 7**DISTRITO FEDERAL**

Augusto Carvalho PPS PvPps
Erika Kokay PT
Izalci PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Jaqueline Roriz PMN PpPscPmn
Reguffe PDT
Ronaldo Fonseca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Distrito Federal 6**GOIÁS**

Armando Vergílio PMN PpPscPmn
Carlos Alberto Leréia PSDB
Flávia Moraes PDT
Heuler Cruvinel DEM
Íris de Araújo PMDB
João Campos PSDB
Jorge Pinheiro PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Leandro Vilela PMDB
Pedro Chaves PMDB
Ronaldo Caiado DEM
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP PpPscPmn
Sandro Mabel PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Thiago Peixoto PMDB
Valdivino de Oliveira PSDB

Total de Goiás 15**MATO GROSSO DO SUL**

Antônio Carlos Biffi PT
Fabio Trad PMDB
Geraldo Resende PMDB
Giroto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Mandetta DEM
Marçal Filho PMDB
Reinaldo Azambuja PSDB
Vander Loubet PT

Total de Mato Grosso do Sul 8**PARANÁ**

Abelardo Lupion DEM
Alex Canziani PTB PsbPtbPcdob
André Vargas PT

Cida Borghetti PP PpPscPmn
Dr. Rosinha PT
Edmar Arruda PSC PpPscPmn
Fernando Francischini PSDB
Giacobo PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Hermes Parcianello PMDB
João Arruda PMDB
Leopoldo Meyer PSB PsbPtbPcdob
Luiz Nishimori PSDB
Nelson Meurer PP PpPscPmn
Nelson Padovani PSC PpPscPmn
Osmar Serraglio PMDB
Ratinho Junior PSC PpPscPmn
Rosane Ferreira PV PvPps
Rubens Bueno PPS PvPps
Sandro Alex PPS PvPps
Setim DEM
Zeca Dirceu PT

Total de Paraná 21**SANTA CATARINA**

Edinho Bez PMDB
Esperidião Amin PP PpPscPmn
Jorge Boeira PT
Jorginho Mello PSDB
Luci Choinacki PT
Mauro Mariani PMDB
Onofre Santo Agostini DEM
Pedro Uczai PT
Rogério Peninha Mendonça PMDB
Ronaldo Benedet PMDB
Zonta PP PpPscPmn

Total de Santa Catarina 11**RIO GRANDE DO SUL**

Afonso Hamm PP PpPscPmn
Alceu Moreira PMDB
Alexandre Roso PSB PsbPtbPcdob
Assis Melo PCdoB PsbPtbPcdob
Danrlei De Deus Hinterholz PTB PsbPtbPcdob
Elvino Bohn Gass PT
Fernando Marroni PT
Giovani Cherini PDT
Henrique Fontana PT
Jeronimo Goergen PP PpPscPmn
José Otávio Germano PP PpPscPmn
Jose Stédile PSB PsbPtbPcdob
Luis Carlos Heinze PP PpPscPmn
Luiz Noé PSB PsbPtbPcdob
Manuela D`ávila PCdoB PsbPtbPcdob
Marco Maia PT
Marcon PT
Maurício Dziedricki PTB PsbPtbPcdob

Mendes Ribeiro Filho PMDB
Nelson Marchezan Junior PSDB
Osmar Terra PMDB
Paulo Pimenta PT
Pepe Vargas PT
Renato Molling PP PpPscPmn
Ronaldo Zülke PT
Vieira da Cunha PDT

Total de Rio Grande do Sul 26

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

Partido Bloco

RORAIMA

Raul Lima PP PpPscPmn

Total de Roraima 1**AMAPÁ**

Davi Alcolumbre DEM
Evandro Milhomen PCdoB PsbPtBpcdob
Fátima Pelaes PMDB
Luiz Carlos PSDB

Total de Amapá 4**PARÁ**

André Dias PSDB
Giovanni Queiroz PDT
Lira Maia DEM
Wladimir Costa PMDB

Total de Pará 4**RONDONIA**

Moreira Mendes PPS PvPps
Natan Donadon PMDB

Total de Rondonia 2**TOCANTINS**

César Halum PPS PvPps

Total de Tocantins 1**MARANHÃO**

Domingos Dutra PT
Nice Lobão DEM
Pinto Itamaraty PSDB
Zé Vieira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Maranhão 4**CEARÁ**

Antonio Balhmann PSB PsbPtBpcdob
José Linhares PP PpPscPmn

Total de Ceará 2**PIAUI**

Júlio Cesar DEM

Marllos Sampaio PMDB

Total de Piauí 2**RIO GRANDE DO NORTE**

Fábio Faria PMN PpPscPmn
Henrique Eduardo Alves PMDB

Total de Rio Grande do Norte 2**PARAÍBA**

Wellington Roberto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Paraíba 1**PERNAMBUCO**

Danilo Cabral PSB PsbPtBpcdob
Eduardo da Fonte PP PpPscPmn

Total de Pernambuco 2**ALAGOAS**

Joaquim Beltrão PMDB

Total de Alagoas 1**BAHIA**

Edson Pimenta PCdoB PsbPtBpcdob
Felix Júnior PDT
Jânio Natal PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Marcos Medrado PDT
Oziel Oliveira PDT

Total de Bahia 5**MINAS GERAIS**

Aracely de Paula PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Bonifácio de Andrada PSDB
Paulo Piau PMDB
Walter Tosta PMN PpPscPmn

Total de Minas Gerais 4**RIO DE JANEIRO**

Chico Alencar PSOL
Leonardo Picciani PMDB
Otavio Leite PSDB
Rodrigo Bethlem PMDB

Total de Rio de Janeiro 4**SÃO PAULO**

Aldo Rebelo PCdoB PsbPtBpcdob
Arlindo Chinaglia PT
Ivan Valente PSOL
Paulo Maluf PP PpPscPmn

Total de São Paulo 4**MATO GROSSO**

Carlos Bezerra PMDB

Total de Mato Grosso 1

DISTRITO FEDERAL

Policarpo PT

Total de Distrito Federal 1**GOIÁS**

Jovair Arantes PTB PsbPtbPcdob

Roberto Balestra PP PpPscPmn

Total de Goiás 2**PARANÁ**

Alfredo Kaefer PSDB

André Zacharow PMDB

Angelo Vanhoni PT

Assis do Couto PT

Dilceu Sperafico PP PpPscPmn

Eduardo Sciarra DEM

Moacir Micheletto PMDB

Reinhold Stephanes PMDB

Takayama PSC PpPscPmn

Total de Paraná 9**SANTA CATARINA**

Celso Maldaner PMDB

Décio Lima PT

João Rodrigues DEM

Marco Tebaldi PSDB

Paulo Bornhausen DEM

Total de Santa Catarina 5**RIO GRANDE DO SUL**

Darcísio Perondi PMDB

Enio Bacci PDT

Onyx Lorenzoni DEM

Sérgio Moraes PTB PsbPtbPcdob

Wilson Covatti PP PpPscPmn

Total de Rio Grande do Sul 5

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Encerro a sessão, convocando sessão ordinária de debates para amanhã, sexta-feira, dia 11 de fevereiro, às 9 horas.

AVISOS**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS****I – EMENDAS****II – RECURSOS****1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD INTERPOSIÇÃO DE**

RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º do RICD).

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 2º, DO RICD (SUJEITO A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJC, NOS TERMOS DO ART. 164, §§ 2º e 3º DO RICD) Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (Art. 164, § 2º, do RICD).

PROJETO DE LEI

Nº 1496/1996 (EDSON EZEQUIEL) – Suprime os incisos II e III e dá nova redação ao inciso I do parágrafo 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.

DECURSO: 2ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 16-2-2011

Nº 1705/1996 (JORGE ANDERS) – Acrescenta inciso ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da administração pública, e dá outras providências.

DECURSO: 2ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 16-2-2011

Nº 2238/1996 (ANTONIO BALHMANN) – Altera o parágrafo segundo do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

DECURSO: 2ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 16-2-2011

Nº 786/2003 (Odair) – Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de janeiro de 1994 que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e dá outras providências.

DECURSO: 2ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 16-2-2011

Nº 3283/2008 (Rodrigo Rollemberg) – Inclui dispositivos na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

DECURSO: 2ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 16-2-2011

**ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPE-
DIENTE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2011****Dia 11, 6ª-feira**

10:00 ALFREDO SIRKIS (PV – RJ)
10:25 PROFESSOR SETIMO (PMDB – MA)
10:50 HELENO SILVA (PRB – SE)
11:15 ASSIS CARVALHO (PT – PI)
11:40 ANA ARRAES (PSB – PE)

Dia 14, 2ª-feira

15:00 MÁRCIO MACÊDO (PT – SE)
15:25 JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP – RS)
15:50 LEANDRO VILELA (PMDB – GO)
16:15 HEULER CRUVINEL (DEM – GO)
16:40 PAULO BORNHAUSEN (DEM – SC)

Dia 15, 3ª-feira

15:00 JOÃO CARLOS BACELAR (PR – BA)
15:25 GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL)

Dia 16, 4ª-feira

15:00 REGINALDO LOPES (PT – MG)
15:25 LUCIANA SANTOS (PCdoB – PE)

Dia 17, 5ª-feira

15:00 ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL)
15:25 TERESA SURITA (PMDB – RR)

Dia 18, 6ª-feira

10:00 ZECA DIRCEU (PT – PR)
10:25 EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG)
10:50 MAURÍCIO RANDS (PT – PE)
11:15 JOÃO LYRA (PTB – AL)
11:40 PAULO WAGNER (PV – RN)

Dia 21, 2ª-feira

15:00 VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS)
15:25 MIRIQUINHO BATISTA (PT – PA)
15:50 ASSIS MELO (PCdoB – RS)
16:15 CARLOS SOUZA (PP – AM)
16:40 ZONTA (PP – SC)

Dia 22, 3ª-feira

15:00 FÁBIO FARIA (PMN – RN)
15:25 JORGE BOEIRA (PT – SC)

Dia 23, 4ª-feira

15:00 MARCELO AGUIAR (PSC – SP)
15:25 NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB – RS)

Dia 24, 5ª-feira

15:00 MARCUS PESTANA (PSDB – MG)
15:25 JEAN WYLLYS (PSOL – RJ)

Dia 25, 6ª-feira

10:00 ANDERSON FERREIRA (PR – PE)
10:25 SANDRO ALEX (PPS – PR)
10:50 CÉSAR HALUM (PPS – TO)
11:15 DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG)
11:40 GENECIAS NORONHA (PMDB – CE)

Dia 28, 2ª-feira

15:00 LÚCIO VALE (PR – PA)
15:25 VILMAR ROCHA (DEM – GO)
15:50 TIRIRICA (PR – SP)
16:15 ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA)
16:40 DANILO CABRAL (PSB – PE)

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 57 minutos.)

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

ARQUIVE-SE, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI

Nº 6.805/10 (Julio Semeghini) – Reconhece como de Especial Interesse Social as Empresas de locação de computadores ou multipropósitos em tecnologia da informação também denominadas Centros de Inclusão Digital, CID's, definindo a prestação de seus serviços, disciplinando suas atividades e estabelecendo ainda tratamento específico na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, Fiscal, além de classificá-las como unidades produtivas da área de cultura e educação, e dá outras providências.

Brasília, 10 de fevereiro de 2011. – **Marco Maia**, Presidente.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

ARQUIVEM-SE, nos termos do artigo 133 do RICD, as seguintes proposições:

PROJETOS DE LEI

Nº 4.518/2004 (Enio Bacci) – Altera a CLT, definindo alcoolismo como doença em eventual demissão do empregado e dá outras providências.

Nº 5.766/2009 (Senado Federal – Aloizio Mercadante) – Autoriza a criação da Universidade Federal do Litoral Paulista, com sede na cidade de Santos, pelo desmembramento do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo.

Nº 7.261/2010 (Antonio Roberto) – Dispõe sobre prazo no mandado de segurança.

Brasília, 10 de fevereiro de 2011. – **Marco Maia**, Presidente.

ERRATA

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PREFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.361, DE 2004, O SR. VIEIRA REIS, QUE “MODIFICA A LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE ‘DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE’, ESTABELECEndo LIMITES AO FUNCIONAMENTO DE CASAS DE JOGOS DE COMPUTADORES” (CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL: LAN HOUSES, TELECENTROS, CYBERCAFÉS, PONTOS DE CULTURA E SIMILARES).

53ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2010.

No DCD nº 28, de 10/3/10, página 7627, coluna 2, Onde se lê:

.....
.....
“na terceira, senhora Adriana Costa, representante da Sucom-BA; na quarta, senhor Sérgio Amadeu, representante da Casa da Cultura Digital;”
.....
.....

Leia-se:

.....
.....
“na terceira, representante da Sucom-BA; na quarta, o senhor Luiz Costa, Procurador do Ministério Público Federal em São Paulo e senhor Sérgio Amadeu, representante da Casa da Cultura Digital; na quinta, cujo tema passou a ser Educação, Cultura e Inclusão, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Cultura e os senhores Gilberto Gil e Claudio Prado;”
.....
.....

COMISSÕES**ATA**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

53ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 14ª Reunião de Audiência Pública Com A Participação da Comissão de Legislação Participativa, Realizada em 16 de Junho de 2010.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e dez, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no Anexo II, Plenário 09 da Câmara dos Deputados, com a presen-

ça dos Senhores Deputados Iriny Lopes – Presidente; Janete Rocha Pietá e Veloso – Vice-Presidentes; Chico Alencar, Mário Heringer, Paes de Lira, Pedro Wilson e Suely – Titulares; Dimas Ramalho, Lincoln Portela, Luiz Couto e Márcio Marinho – Suplentes. Compareceram também os Deputados Emilia Fernandes, Fernando Nascimento, Iran Barbosa, Luiz Carlos Setim, Luiza Erundina, Nazareno Fonteles, Paulo Pimenta e Roberto Britto, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Antônio Roberto, Domingos Dutra, Geraldo Thadeu, Jurandy Loureiro, Laerte Bessa, Lucenira Pimentel, Nelson Goetten e Pompeo de Mattos. Justificou a ausência o Deputado Antônio Roberto. **ABERTURA:** A Presidente, Deputada Iriny Lopes, declarou abertos os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Reunião de Audiência Pública. **TEMA:** Políticas Públicas voltadas para o autista em comemoração ao Dia do Orgulho Autista. **EXPOSITORES:** **Sra. Sandra Cerqueira** - Psicóloga e Diretora da Escola Metamorfose de Niterói/RJ; **Dr. José Salomão Schwartzmann** – Médico Especialista em Autismo e Neurônios-espeelho; **Sra. Eliana Rodrigues Araújo** – Pesquisadora da Universidade Federal de Natal/RN; **Sr. Argemiro Garcia** – Mediador da Lista Virtual Autismo no Brasil; **Sr. Fernando Cotta** – Coordenador para Inclusão da Pessoa com Deficiência do DF; **Sra. Alexandre Capone** – Diretora Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil. Dando início ao debate, os expositores expuseram suas considerações acerca do tema. Ao término das explanações dos expositores, fizeram uso da palavra, por ordem de inscrição, os Deputados Paulo Pimenta, Emilia Fernandes, Luiz Couto, Nazareno Fonteles, Chico Alencar e Luiza Erundina. A seguir, os expositores apresentaram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às dezessete horas e quarenta e oito minutos. O inteiro teor foi gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o acervo documental desta reunião para degravação mediante solicitação escrita. E, para constar, eu Clotildes de Jesus Vasco, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pela Presidente, Deputada Iriny Lopes, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iriny Lopes) – Boa tarde a todos.

Declaro abertos os trabalhos da presente audiência pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa, cujo Presidente, Deputado Paulo Pimenta, convido para compor a Mesa.

A presente audiência pública tem como finalidade debater o tema *Políticas públicas voltadas para o autista em comemoração ao Dia do Orgulho Autista*.

Esta audiência atende requerimento de autoria dos Deputados Luiz Couto, ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e membro desta Comissão, e Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Legislação Participativa.

Antes de iniciarmos a presente audiência, gostaria de registrar a imensa satisfação desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias em ser parceira da sociedade civil nas celebrações do Dia do Orgulho Autista.

Esta data especial, adotada internacionalmente no dia 18 de junho, possui um caráter educativo e de extrema relevância. Ela tem por objetivo ampliar a visibilidade e o reconhecimento social da diversidade dos seres humanos também na sua dimensão neurológica e cognitiva.

Vale dizer, aliás, que tal objetivo se identifica plenamente com os princípios que norteiam os direitos humanos e estão sintetizados na expressão igualdade de direitos na diversidade de sujeitos.

Entretanto, reconhecer a diversidade representada pelas pessoas autistas passa necessariamente pela elaboração e implementação de políticas públicas específicas para esse segmento da população.

Essa é uma tarefa cuja obrigação de execução cabe ao Poder Público, mas a sociedade civil possui grande responsabilidade nesse processo.

Esta Comissão e esta Casa de Leis têm a incumbência de promover este debate e, mais que isso, tomar as iniciativas pertinentes à concretização dessa tarefa.

Esperamos que nesta audiência pública, assim como as atividades realizadas em anos anteriores no âmbito Legislativo, contribua para o avanço rumo à garantia dos direitos das pessoas autistas.

No que couber à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, tenham certeza de que estaremos sempre dispostos e atentos para nos somarmos a essa luta.

A partir de agora vamos passar à composição da Mesa, antecipadamente agradecendo a todos os convidados que atenderam ao nosso convite.

Gostaria de convidar a Sra. Sandra Cerqueira, Psicóloga e Diretora da Escola Metamorfose, de Niterói, Rio de Janeiro; o Sr. José Salomão Schwartzmann, Médico Especialista em Autismo e Neurônios-espelho; a Sra. Eliana Rodrigues Araújo, Pesquisadora da Universidade Federal de Natal, Rio Grande do Norte; o Sr. Argemiro Garcia, Mediador da Lista Virtual autismo no Brasil; o Sr. Fernando Cotta, Coordenador da Coordenação para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal; Sra. Adriana Alves, Diretora de Relações Internacionais do Movimento Orgulho Autista do Brasil; a Sra. Alexandra Capone, Diretora-Presidenta

do Movimento Orgulho Autista do Brasil. Por gentileza, todos podem tomar seus assentos.

Peço licença a todas e a todos para me ausentar por breve período da reunião, porque tenho uma reunião com a Direção da Polícia Federal para tratar de algumas denúncias graves de violação de direitos humanos e violência no interior da Bahia. Então, vou até lá para fazer esse encaminhamento e rapidamente estarei de volta.

Passo a Presidência desta reunião ao Deputado Paulo Pimenta, que, quando também tiver de se ausentar em razão da Comissão que preside, ato contínuo assumirá o Deputado Luiz Couto. Então, daqui a pouco estarei de volta.

Passo a Presidência ao Deputado Paulo Pimenta. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta)

– Boa tarde, senhoras e senhores presentes.

Em nome da Comissão de Legislação Participativa, agradeço a todos a presença, em especial ao Deputado Luiz Couto, proponente da realização desta audiência conjunta entre as Comissões de Direitos Humanos e a Comissão de Legislação Participativa.

Dando início às exposições, esclareço que o tempo concedido aos expositores será de 10 minutos. De imediato, convido para fazer uso da palavra a Sra. Sandra Cerqueira, Psicóloga e Diretora da Escola Metamorfose, de Niterói, Rio de Janeiro.

Esclareço que, após ouvirmos as senhoras e os senhores convidados, a palavra também será concedida aos Deputados presentes, respeitada a ordem de inscrição, e que esta sessão está sendo transmitida ao vivo para todo o País, através da Internet, pelo *link* da *TV Câmara*. Ela será retransmitida pela *TV Câmara* e transcrita, para o que solicito a todos que, quando forem fazer uso da palavra, utilizem o microfone.

Passo, então, a palavra à nossa convidada, Sra. Sandra Cerqueira, para fazer sua manifestação.

A SRA. SANDRA CERQUEIRA – Boa tarde. É um grande privilégio fazer parte desta grande comemoração, que é estar debatendo sobre autismo junto com vários estudiosos e pesquisadores. Temos aprendido muito a cada dia com todos os pais,, com os Presidentes de Associação, enfim, com todos os que estão interessados e estão pesquisando sobre essa causa que é realmente pouco difundida e pouco estudada, o que reverte numa dificuldade e num déficit muito grande no tratamento das nossas crianças, dos nossos portadores de síndrome de autismo.

Ficamos muito felizes com o 4º Prêmio Orgulho Autista que recebemos este ano. Hoje a Escola Metamorfose é um projeto de pesquisa que surgiu de pais, avós, tios – sou tia de autista –, que começaram a

analisar o que era feito no mundo inteiro com relação ao tratamento do autismo.

Nessa pesquisa feita em Niterói, vimos que hoje eles são tratados em vários lugares com análise de comportamento, que é o que fazemos lá. E fomos aos antigos relatos de Leo Kanner. Desde 1943, ele menciona em seus estudos que os distúrbios autísticos de contato afetivo apresentam problemas digestivos, imunológicos, mas não os incluiu no diagnóstico.

O autista tem sido tratado, até então, com foco em um segmento. E nós, da Metamorfose, juntamente com a Associação em Defesa do Autista, a Mão Amiga e várias Associações do Rio de Janeiro, começamos a olhar as questões da nutrição, do tratamento biomédico e da intervenção comportamental. Temos feito isso com resultados impressionantes. É verdade que estamos pesquisando, estamos estudando, mas estamos indo na contramão do que tem sido feito. Isso é verdade.

Por conta disso também, muitas vezes somos questionados, mas os resultados têm provado que esses autistas são contaminados por alimentos que não podem consumir. Os autistas que chegam para o tratamento, que sofrem suplementação, que vêm com carências de vitaminas e fazem a análise do comportamento, a terapia comportamental, a intervenção, a integração sensorial mais a dieta, mais o tratamento biomédico, têm tido fantástico resultado.

E o que mais quero dizer é a questão da rotina. Temos trabalhado com quebras de rotina, ao contrário do que todos fazem. Essa quebra de rotina, dentro do ensino das habilidades, tem trazido uma característica do autismo diferente da que conhecemos mesmo para pacientes que estão recuperados, porque muitos são recuperados, mas não têm as características das crianças neurotípicas. Alguns que têm sido tratados mesmo dentro do método da terapia comportamental ficam um pouco robotizados.

Assim, unindo a questão da nutrição, do tratamento biomédico, da análise do comportamento e da terapia comportamental, temos tido resultados em crianças com comportamentos semelhantes aos das crianças que considerariamos neurotípicas. Não vou abrir polêmica, porque nosso intuito não é falar sobre cura ou não cura.

Como tia, quero que nossos autistas sejam o mais próximos possível, que sejam produtivos, que tenham suas vidas como outra criança qualquer. Eles têm direito a isso.

Então, a proposta é que vocês reflitam sobre o tratamento, tragam políticas públicas também, falem sobre a alimentação dessas crianças, pois realmente eles estão precisando de algo a mais do que medicamentos. Eles estão precisando de alimentação que

seja compatível com eles e estão precisando ser sondados. Alguns exames têm de ser feitos, e não são feitos normalmente.

Então, a Metamorfose, juntamente com toda sua equipe, tem hoje um projeto, que é um mestrado que estamos fazendo na Universidade Federal Fluminense. Composto pela Biomédica, é um mestrado em Ciências Médicas que vai proporcionar a todos os autistas que quiserem fazer parte do protocolo uma análise detalhada da quantidade de metais de cada um, da quantidade de toxicidade de cada alimento que consomem, da análise do comportamento de cada um.

A nossa proposta é no sentido da junção de todo esse tripé, dessa nova abordagem. Gostaríamos que o autista não fosse somente tratado sob essa vertente, mas também com uma visão holística no intuito de ver a parte metabólica, a parte nutricional e a parte comportamental, antes que ele seja medicado ou somente controlado.

É um prazer estar aqui com vocês. Sinto-me honrada de fazer parte desta Mesa. Coloco-me à disposição para o que vocês precisarem. Quero aprender com vocês, quero estar aberta para ouvir, receber e compartilhar tudo aquilo que vocês quiseram saber a respeito do trabalho que temos feito com resultados milagrosos. Isso tudo se deve principalmente à ação de Deus naquele lugar. Deus tem feito coisas tremendas naquele lugar.

Temos uma alegria incrível de poder ver hoje um autista de 5 anos ser alfabetizado no primeiro ano, lendo e escrevendo, visto que, 2 anos e meio atrás, batia a cabeça na parede, não falava uma palavra e era considerado um autista de baixo funcionamento.

Sr. Presidente, agradeço ao senhor a oportunidade de contribuir para o debate. A Metamorfose se junta a vocês nessa luta e nessa pesquisa, a fim de que possamos crescer juntos. E que esses autistas tenham o lugar devido, porque eles realmente precisam de tratamento.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço à Sra. Sandra Cerqueira a manifestação.

Quero ativar esse microfone sem fio, por gentileza, Sra. Sandra Hipólito.

Concedo a palavra ao Dr. José Salomão Schwartzmann, Médico Especialista em Autismo e Neurônios-espelho, para as suas considerações. Dr. Salomão, desde já agradeço imensamente a V.Sa. por ter atendido ao nosso convite e estar conosco aqui nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SALOMÃO SCHWARTZMANN – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade de participar desta audiência pública. É com muita felicidade

que eu vejo que o Poder Público começa a se interessar finalmente por esse aspecto da saúde infantil, até então absolutamente ignorada pelo Poder Público no Brasil de modo geral.

Vou abordar, em poucos minutos, uma visão muito geral do autismo, porque creio que nem todos aqui têm o mesmo nível de informação. E, se houver tempo, gostaria de terminar com aquilo que me parece que falta ao País nesse aspecto. Não vou falar sobre autismo, mas sobre transtorno autístico do comportamento, já chamando a atenção para um problema fundamental: não existe autista, mas dezenas de tipos diferentes de autistas. Portanto, qualquer tratamento que se destine ao autista está fadado ao insucesso. Tenho de adjetivar de quem estou falando. E vou lhes mostrar por que isso é absolutamente fundamental.

Essa história começou, como disse a Dra. Sandra, em 1943, com a descrição original do autismo. No ano seguinte, foi descrita a Síndrome de Asperger, que é um autismo atenuado, com preservação de linguagem e habitualmente sem retardo mental. E, mais recentemente, surgiu outra terminologia. Refiro-me ao Transtorno Global, em outra especificação que também faz parte desse espectro, mais leve ainda que a Síndrome de Asperger.

Na verdade, estamos lidando com os transtornos do espectro autista. E, a partir de agora, quando eu falar autista, estou me referindo a todo o espectro. Os transtornos de espectro autista estão inseridos dentro de um grupo maior, que se chama Transtorno Global do Desenvolvimento, que não nos interessa neste momento, porque há outras condições que não fazem parte diretamente do transtorno autístico do comportamento. Se as coisas fossem tão separadas quanto se lê nos livros, seria absolutamente fácil fazer o diagnóstico diferencial. Não é, porque há uma enorme sobreposição entre Asperger, autismo, autismo de alto funcionamento e transtorno global não especificado. De forma que isso é um problema para o clínico que faz o diagnóstico e para o terapeuta que cuida desses indivíduos.

Quais são as características principais? É uma condição cuja causa é neurobiológica, tem forte componente hereditário e sofre influências ambientais — não há dúvida nenhuma de que, habitualmente, quem desenvolve o autismo tem genética favorável e algum gatilho ambiental poderá desencadeá-lo; todos os autistas têm prejuízos significativos na interação social, na comunicação e no comportamento; esse quadro começa antes dos 3 anos — eventualmente, ouve-se falar em quadros que começaram aos 5 anos, 6 anos, mas entenda-se que eles não foram identificados até então, ou por falta de sensibilidade de quem está em torno, ou porque o quadro é muito leve; e, em decorrência

dessas alterações, os autistas têm comprometimento adaptativo na sociedade, na escola, no ambiente familiar, etc. Esses 3 aspectos, sempre comprometidos, combinam das mais variadas formas.

Como se vê, que não há um só tipo de autismo, mas vários. Daí a necessidade de se discutir o tratamento, a escola, as condições ideais de tratamento, de acordo com as características de cada um deles.

A prevalência, ou seja, o número de indivíduos com diagnóstico de transtorno global no mundo pulou de 4 por 10 mil para 1 por 160. E se vocês perguntarem: “se há 1 a cada 160, onde estão os daqui da Câmara?”, direi que, se procurarem com cuidado, encontrarão alguns. Não têm o diagnóstico, mas são isolados, pouco sociáveis, têm ilhas de habilidades extremamente desenvolvidas, podem ser fantásticos naquilo que fazem e terem o que hoje se aceita como sendo um transtorno global.

Qual é a prevalência no Brasil? Não temos a menor ideia. Esse número vale para Estados Unidos, Europa e Ásia. Provavelmente, vale para o Brasil, mas não temos nenhum estudo epidemiológico que abranja a população geral. Casais que têm um filho autista têm chance de 5% de terem outro filho afetado. E quando se estuda o autismo em gêmeos univitelinos, se um é autista, o risco de o outro ser também é de 95%. Então, há um componente genético que não se pode descartar, obviamente.

Que problemas têm? Há grande variabilidade no quadro. No que se refere à inteligência, 60% deles têm deficiência mental, 40% têm inteligência normal ou acima da média. Todos têm dificuldades comunicativas variáveis e de comportamento. Para complicar um pouco mais o diagnóstico, boa parte deles tem o que chamamos de comorbidade: além do quadro de autismo, epilepsia e vários outros quadros psiquiátricos e dezenas de condições associadas, como Síndrome de Down, Síndrome de Angelman e uma série de condições que têm causa neurológica definida e podem ser acompanhadas também de autismo.

O diagnóstico é eminentemente clínico. Vemos aqui as várias etapas do diagnóstico. Hoje contamos com inúmeros instrumentos, como questionários, que podem ser aplicados por um professor que tenha instrução adequada para isso. Eles não dão o diagnóstico, mas levantam uma importante possibilidade: de que esse indivíduo tenha a doença e deva ser encaminhado a um especialista. Alguns desses questionários são validados e normatizados para o Brasil, como o ASQ, o ABC e o CARS. De forma que não faltam instrumentos para fazer o diagnóstico.

O tratamento exige uma equipe minimamente constituída por um médico pediatra, neurologista ou

psiquiatra que conheça essa condição, por geneticista clínico, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e assistente social. Nem todos vão trabalhar com essa criança ao mesmo tempo e nem todos os autistas necessitarão de todos esses tratamentos, mas é necessário ter uma equipe dessa ordem para abarcar todo o universo de indivíduos com transtorno global.

A escola é outro aspecto ainda não resolvido entre nós. Escola regular, classe especial em escola regular, escola especial ou ensino domiciliar? Volto a dizer que depende de quem estamos falando: de um Asperger, que tem 140 de QI, que não tem dificuldade nenhuma do ponto de vista cognitivo, que pode fazer uma escola geral sem nenhuma dificuldade? Aliás, em São Paulo, há um que é o melhor aluno de uma escola bilíngue de altíssima expectativa. Por causa disso, todos devem ir para a escola regular? Claro que não. Alguns, por força do prejuízo que apresentam, podem ser acolhidos numa escola regular, mas esse não será o seu ambiente pedagógico mais favorável. Então, discutir a inclusão de autista pressupõe discutir onde ele estará melhor enquadrado do ponto de vista do aprendizado. Exigir que todos os autistas frequentem necessariamente classe regular é prestar um enorme desserviço a esses indivíduos. Eles serão marginalizados dentro dessa escola.

O tratamento é outro problema cheio de controvérsias. Há de se levar em conta que o médico só está autorizado a indicar um tratamento a partir da existência de evidências científicas indiscutíveis. O médico não pode e não deve indicar nenhum tratamento que dependa do achismo de alguns, das opiniões de alguém e de experiências muito pessoais que valem para uma região, para alguns indivíduos, mas não necessariamente para todos. Falar que existe dieta para o autismo não faz sentido. Falar que uma eventual dieta para autista com intolerância ao glúten é altamente benéfica está fora de qualquer questão. É preciso tomar cuidado com os ditos tratamentos alternativos ou complementares. Não que necessariamente façam mal, mas há que se provar primeiro que façam bem, e não temos visto isso frequentemente em alguns tratamentos alternativos que vêm sendo apregoados há 20 anos, 30 anos, 40 anos.

Tratamento medicamentoso não é obrigatório. Deve ser reservado para aqueles momentos de crises comportamentais, agressividade, grande instabilidade comportamental, que exigem um controle medicamentoso por algum tempo. Nunca é a primeira instância e nunca é um tratamento de eleição; é apenas um tratamento que eventualmente servirá de reforço a outros que estão sendo feitos. Não existe tratamento curativo

para o autismo até hoje. Não existe cura do autismo. No meu consultório, tenho uma coleção de 7 ou 8 indivíduos que receberam diagnóstico de autismo, meu e da minha equipe, e que sararam depois dos 2 anos de idade. Eu poderia apresentá-los aqui como um modelo de tratamento ideal, mas venho apresentá-los como erro de diagnóstico. Autista que sarou ou não era autista ou o critério de cura tem de ser discutido. Isso é consenso em nível mundial, não é opinião pessoal minha. Quando o tratamento é feito, o que se usa habitualmente são os neurolépticos, antidepressivos ou estimulantes, a critério do médico e com a óbvia cumplicidade da família.

De que o Brasil precisa urgentemente? De estudos epidemiológicos. Nós temos de saber quem são os nossos autistas, onde eles estão e de que serviços necessitam. Sem essa informação, é impossível que se tenha uma política pública adequada. Não se tem ideia do custo dessa política pública. Nós temos de investir mais em pesquisa e publicação.

O Brasil, ao contrário do que muita gente diz, é riquíssimo em pesquisa. Há pesquisas de ponta sendo realizadas. Temos publicações em português, livros, trabalhos publicados, etc. Precisamos mais. Mas o Brasil tem se notabilizado como um dos lugares do mundo onde se tem pontualmente focos de grande desenvolvimento de pesquisa em autismo. Temos de ter, evidentemente, políticas públicas adequadas no que se refere à educação, saúde e cidadania desses indivíduos. Eles estão, até agora, muito pouco assistidos nesse sentido. Só para dar uma ideia a vocês, a olanzapina, medicamento que está sendo usado hoje, tem dado resultados interessantes num bom número de casos, mas, em São Paulo, pelo menos, a Vigilância Sanitária, ou o Governo, não permite que indivíduos com diagnóstico de autismo recebam gratuitamente essa droga, porque é muito cara. Ou o médico falseia o laudo, dizendo que aquela criança é esquizofrênica – o que, obviamente, ele não deve fazer –, ou esse indivíduo fica sem a medicação. Coisas extremamente simples poderiam ser feitas muito facilmente, e não são, lamentavelmente. Médicos e agentes de saúde têm de saber o que é autismo, têm de poder identificá-lo o mais cedo possível.

Há enorme carência de profissionais da área médica que conheçam o quadro de autismo. Por isso, não é infrequente diagnósticos serem feitos aos 6, 7, 10 ou 16 anos, o que é inconcebível, para quem conhece o quadro, pelo menos nos casos mais evidentes.

O que procuramos hoje? Diagnóstico precoce de autismo – trabalho numa equipe que faz isso. E precoce significa qualquer coisa antes dos 3 anos. Já existem instrumentos que nos permitem levantar a suspeita.

Não fechar um diagnóstico, mas levantar a suspeita, a partir dos 12 meses ou 18 meses de idade. Observações extremamente simples que um pediatra pode fazer numa visita normal de puericultura poderiam levantar a suspeita e permitir que se começasse a intervenção antes de um diagnóstico devidamente firmado. Lamentavelmente, o nosso pediatra não tem informações sobre autismo. O Mackenzie, onde atuo, tem feito um trabalho no sentido de universalizar esse tipo de conhecimento entre os pediatras do município.

Programas de esclarecimento à população quanto a sinais e sintomas. Na grande maioria dos casos de crianças que não recebem diagnóstico precoce, os pais já vinham reclamando com seus médicos que aquela criança não era normal, que o desenvolvimento era atípico: ela não falou quando deveria, ela não deu tchau na idade em que deveria, ela nunca olhou nos olhos dos pais, e, frequentemente, o que se ouve é que cada criança é uma criança, que há as que falam normalmente aos 4, e que a mãe que espere um pouco mais até que isso fique mais claro. Não espere absolutamente nada. Se o seu médico não lhe der uma resposta que a convença, procure outra pessoa, porque em geral a mãe tem esse tipo de compreensão de que aquele filho não responde da forma que seria de se esperar.

As famílias têm de saber muito mais do que sabem hoje sobre o que é um tratamento com evidência científica e o que não é. Nada impede que eu prescreva algo que não tem evidência. Por exemplo, costume usar em alguns pacientes vitamina B6, sempre avisando à família que não é uma prática que tenha evidência, que ela se baseia em observações empíricas e que, na minha experiência, tem dado resultados interessantes em alguns casos. É preciso deixar claro para o outro todos os riscos envolvidos na terapia e, mais do que tudo, que é algo que ainda não foi comprovado. E orientar os pais, seguindo o modelo da medicina baseada em evidências, como lhes falei. Trabalhos sérios realizados por equipes em diversas partes do mundo podem ser replicados. E depois de vários trabalhos publicados, à percepção de que aquilo é saudável e que não há risco envolvido, e só introduzir isso como uma arma clínica para ser utilizada.

Vou terminar mostrando a que caminhos é conduzido o leigo quando médicos não seguem todas essas práticas que estou lhes dizendo. Isso aqui é só a cópia de uma página – vocês encontram centenas na Internet – de uma lenda urbana criada em torno das vacinas e do autismo. Um sujeito chamado Wakefield, médico inglês, publicou, em 1998, um trabalho provando, entre aspas, que houve um aumento na incidência de autismo a partir do momento em que se começou

a usar as vacinas virais tríplices e imputou isso à vacina contra sarampo. Nunca, em nenhum momento, em nenhum lugar do mundo, conseguiu-se replicar o que o Wakefield publicou. Lamentavelmente, ele publicou no *The Lancet*, uma das publicações médicas mais importantes do mundo, e isso, para todos nós, ou para boa parte das pessoas, foi o endosso ao que ele disse. Resultado: o nível de aplicação da vacina na Europa caiu vertiginosamente depois de 1998. Morre-se hoje de sarampo na Europa tanto quanto se morria no Brasil em 1920. Outras doenças infecciosas estão afetando crianças europeias e brasileiras porque a sociedade civil encampou essa história das vacinas.

Um repórter investigativo americano provou, em 2002, que os resultados foram falseados. Há 2 meses, o jornal *The Lancet* se retratou publicamente, retirou o trabalho dos arquivos, chamou a atenção e Wakefield simplesmente falseou os resultados, escolheu não aleatoriamente os pacientes, mentiu para o comitê de ética do hospital. E o mais importante disso era que seu trabalho havia sido integralmente financiado pelos advogados que estavam acionando o Reino Unido pelo autismo causado aos seus filhos por usar a vacina tríplice. Wakefield acabou de perder o diploma de médico e eu não vou fazer nenhuma acusação infundada. Eu apenas devo lembrar que Wakefield é o mesmo sujeito que, em 2002, publicou o trabalho que deu origem à teoria de que produtos tóxicos vazam pelo intestino. Sabe-se lá que critérios ele usou para isso também. Mas vamos esperar um pouco. Não estamos livres disso. *The Lancet* fez a retratação, e, para minha surpresa, anteontem dei uma olhadinha na Internet, um médico já fala que a vacina H1N1 causa autismo. Portanto, é possível que se crie aí novamente uma lenda em razão da qual pais desavisados irão submeter seus filhos à possibilidade de morte por uma doença infectocontagiosa potencialmente grave.

Os dados que eu transmiti a vocês, com muito mais detalhe, estão no meu *site*. Quem tiver interesse de entrar em contato comigo, será um prazer poder responder a todos.

Muito obrigado pelo convite, muito obrigado a todos pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Dr. José Salomão Schwartzman.

Convido, para fazer uso da palavra, a Sra. Eliana Rodrigues Araújo, pesquisadora da Universidade Federal de Natal, Rio Grande do Norte. Sra. Eliana, obrigado a V.Sa. por atender ao nosso convite. A palavra está a sua disposição.

A SRA. ELIANA RODRIGUES ARAÚJO – Boa tarde a todos. Eu me sinto muito honrada pela premiação e pela oportunidade de falar sobre autismo,

principalmente porque acho que poucas pessoas têm tanto orgulho de ter um filho autista quanto eu. Possivelmente eu vou chorar durante a minha fala, porque eu sou chorona de carteirinha. E, então, vocês vão me dando os descontos, tá bom?

Às vezes, eu me pergunto como seríamos nós, a minha família – cadê a foto da família? (*Risos.*) –, se não tivéssemos recebido a benção de um filho querido com autismo. Tudo que praticamos sobre superação, diferenças, amor incondicional, solidariedade, direitos, valores, conquistas e também sobre autismo foi inspirado por ele. Por sua causa, a minha vida tomou caminhos inesperados.

Eu me preparava para seguir uma carreira administrativa – não tinha nada a ver com autismo nem educação. Mas, por causa do meu filho, fui estudar autismo e educação especial. Participo de um estudo com a Federação Brasileira de Homeopatia e de outro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ambos sobre intervenção precoce em crianças de 0 a 5 anos.

No início da década de 90, eu conheci o autismo pela literatura, quando comecei a pesquisar sobre o tema, na tentativa de entender por que nosso filho era tão diferente das outras crianças.

Apesar de reconhecer todos os sinais da Síndrome de Asperger, uma forma branda de autismo, discutir com a pediatra e a psicóloga, elas me diziam para eu ficar tranquila, porque meu filho não era autista. Disseram ser apenas um atraso no desenvolvimento. Escuto isso até hoje. Eu atendo diariamente a mães que vêm com essa mesma conversa.

Meu filho tem 25 anos. Por mais que eu dissesse que não estava preocupada de ele ser ou não autista, precisava saber, para poder ajudar, precisava saber como ele estava, o que devia fazer, quais eram os prognósticos, quais eram os tratamentos. A resposta que recebia eram sempre muito vagas. Claramente, algo estava errado. Iniciamos as intervenções terapêuticas que existiam na época, as que conhecia – ludoterapia com psicóloga, psicomotricidade, psicopedagogia, fonoterapia – aos 2 anos e 5 meses. Moro em Natal, onde se tem bem menos acesso a isso do que no Rio ou em São Paulo. Este ano, meu filho colou grau (*palmas*) – cadê a foto?! Já passou?

Eu também me pergunto – sou uma questionadora de carteirinha – como estaria a situação do autismo hoje em todo o mundo se as famílias não tivessem se erguido contra conceitos equivocados, não tivessem se organizado e exigido políticas públicas, se os pesquisadores não se inquietassem, não levantassem hipóteses e não procurassem respostas?

Nas últimas décadas, as pesquisas têm contribuído para aprimorar as identificações do autismo, as variedades dos dados clínicos, apontar as direções e opções de tratamento, e indiretamente têm promovido a melhoria da oferta de serviços, uma vez que as universidades criam projetos de pesquisa, oferecem melhor formação, promovem eventos, divulgam seus estudos. Para se ter uma ideia, a maioria das publicações está concentrada nos eixos Sul e Sudeste, exatamente onde estão as universidades que têm projetos de pesquisa, como UNICAMP, Mackenzie, USP, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRJ. No Nordeste e no Norte, praticamente não conheço. Passei 8 anos tentando fazer mestrado, mas não consegui um professor que me orientasse. Eles diziam que não tinham condições de me orientar porque eu sabia mais do que eles nesse assunto. Então, é complicado.

Em abril deste ano aconteceu o primeiro encontro brasileiro de pesquisadores de autismo, em Porto Alegre, por iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesse encontro, que reuniu os pesquisadores mais conhecidos – o Dr. Salomão Schwartzman estava lá também –, foi aberto um espaço para as famílias e para as organizações se manifestarem. No último dia houve essa intervenção, e as famílias contaram aos pesquisadores as suas ansiedades, o que desejavam, o que era prioridade. No final, o encontro apontou alguns caminhos possíveis para as pesquisas. São indicações do encontro: a urgência na implantação de estudos de abrangência em programas de intervenção precoce – no Brasil, a maioria dos estudos feitos são ainda estudos de casos, quer dizer, a amostragem é muito pequena – e também de estudos para o instrumento do protocolo de avaliação. Os protocolos que usamos são internacionais, assim como essas escalas que o Dr. Salomão. Elas são ótimas, atendem muito bem, mas algumas ainda têm direitos autorais. É importante criarmos as nossas próprias escalas. Há uma boa equipe para fazer isso.

O que ficou certo nesse encontro – todo mundo que convive com o autismo hoje já tem uma direção – é que não podemos nos guiar apenas pela tríade comunicação, comportamento, interações sociais. Todas essas comorbidades e esses casos anexos que o Dr. Salomão citou têm influência, e não se sabe exatamente onde vai dar.

Eu trouxe uma citação do Dr. Oliver Sacks, neurologista e neuropsicólogo americano, que diz assim: *“Não há 2 pessoas com autismo que sejam iguais. Sua forma precisa ou expressão é diferente em cada caso. Ainda que um simples passar de olhos possa ser suficiente para o diagnóstico clínico, só levando em conta a totalidade da biografia do indivíduo poderemos ter*

esperança de compreender realmente a pessoa com autismo”.

Atualmente, fala-se muito em epidemia de autismo. Na verdade, os estudos indicam que não há epidemia. O que está acontecendo é que se fala muito mais em autismo. O porteiro diz: *“Olha, aquele menino ali parece autista”* e, na escola, o professor diz: *“Aquele menino está com comportamento estranho, parece autista”*. Então, temos um olhar bem mais acurado de toda a sociedade e os diagnósticos estão acontecendo muito mais rápido também. Oliver Sacks diz que quando passamos a ver, a perceber uma coisa, começamos a observar aquilo muito mais vezes, começamos a perceber muito mais aquela situação.

As famílias pedem políticas públicas, pedem centros de atendimento especializado, pedem profissionais qualificados, pedem legislação específica para o autismo.

Aproveito para fazer um convite às autoridades, aos nossos legisladores: que cada um visite em seu Estado as instituições que atendem pessoas com autismo. Vocês só vão saber o que é autismo quando conviverem como isso pelo menos uma tarde, 4 horas. Por favor, arranjem um jeitinho e visitem, no seu Estado ou em outro. Enquanto vocês não tiverem contato com a pessoa, não vamos conseguir transmitir a vocês em palavras o que é o autismo.

Nossos filhos crescem, tornam-se homens e mulheres. Temos de pensar em estratégias para colocar no mercado de trabalho os que podem trabalhar, promover residências assistidas, se for o caso, e promover o futuro deles. O que será dos nossos filhos no futuro? Se essa preocupação permeia a cabeça de todo pai que não tem filho com autismo, imaginem a do quem tem.

Há muitas coisas que ainda não entendo, apesar de estar envolvida com isso há 20 anos. Não consigo entender o conceito de cura, o conceito de recuperação. Vocês vão ver meu filho, eu trouxe um vídeo dele. As pessoas dizem: *“Mas seu filho está curado”*. Eu fico rindo, digo que ele continua autista. Vocês vão ver o que estou falando. Meu filho continua com terapias: ele faz psicoterapia, faz equoterapia e faz outras terapias também. Agora estamos partindo para o maior desafio da vida dele e da nossa, o mercado de trabalho. Sentei-me com ele ao computador, fizemos o currículo, tiramos fotografia e colamos no currículo, pegamos o laudo médico e anexamos ao currículo. Meu marido está saindo com ele, distribuindo em tudo o que é lugar. Se alguém tiver emprego a oferecer, estamos disponíveis para estudar as propostas.

Eu quero que vocês conheçam meu filho. Pode colocar o vídeo, por favor.

(Exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SRA. DEPUTADA EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por gentileza.

A SRA. DEPUTADA EMÍLIA FERNANDES – Eu quero cumprimentá-lo e dizer da emoção de estarmos aqui aprendendo, conhecendo com um tema tão importante e nos fortalecendo. Gostaria de permanecer aqui durante toda a audiência, porque é muito importante o tema, mas sou chamada com urgência para tratar de um assunto que impede a minha presença aqui.

Faço um apelo à doutora, aos pesquisadores e estudiosos sobre o assunto: ajudem-nos na adaptação da legislação, na formulação de programas sociais e políticas públicas que os possam auxiliar. Estou relatando um projeto – por isso a minha insistência, Sr. Presidente, estou encaminhando o parecer – da nossa companheira Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho para pais ou detentores de guarda judicial de portador de deficiência física ou mental grave. Isso é muito importante. O Rio Grande do Sul e o Distrito Federal já têm legislação específica.

O funcionalismo público já tem legislação. Nós fizemos uma emenda substitutiva que amplia para a iniciativa privada. Solicito aos senhores que analisem a nossa proposta para verem se está adequada, se engloba todas as pessoas, com as suas diferentes manifestações de desenvolvimento, não só as portadoras de deficiência, mas também as portadoras de transtornos invasivos do desenvolvimento. Aí entrariam os autistas, em todas as diferentes manifestações, todos aqueles termos científicos que o doutor explicou. Seria a contribuição dos senhores para conosco, e nossa para com os senhores e as senhoras. Peço que analisem esse parecer antes que o entreguemos. Já estou protocolando o meu substitutivo. Ele já passou pela Comissão de Seguridade Social e Família e agora está na Comissão de Trabalho, onde sou Relatora.

Peço desculpas, Sr. Presidente, mas não poderia deixar passar a oportunidade de cumprimentar ambas as Comissões pela realização desta audiência, que nos fortalece, amplia o nosso conhecimento, a nossa visão e a nossa responsabilidade diante do tema, nem de me colocar totalmente à disposição para os devidos encaminhamentos e de fazer este apelo: que os senhores analisem rapidamente – tenho certeza de que com o conhecimento de todos e de todas será muito fácil – para confirmarem se o que colocamos engloba todas as pessoas. Entendemos que há necessidade de ampliá-lo, para que também os autistas, em todas as suas modalidades, sejam incluídos nesse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por mais essa oportunidade.

Peço desculpas por interromper e por não poder permanecer, pois preciso me retirar, mas deixo o meu parecer, com os nossos contatos, para que os senhores analisem a proposta que estamos encaminhando como emenda substitutiva ao projeto apresentado pela colega Maria do Rosário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta)

– Obrigado, Deputada Emília Fernandes.

Solicito à Secretaria que peça aos expositores cópia das exposições feitas, para que posteriormente sejam incorporadas aos Anais desta reunião.

Convido o ilustre colega Luiz Couto a assumir momentaneamente a Presidência, porque terei de ir rapidamente para uma outra Comissão.

Eu estava conversando com o Argemiro e lembrava que amanhã fará 1 ano que o Supremo Tribunal Federal tomou a decisão de acabar com a obrigatoriedade do diploma de jornalista, e sou autor da PEC que restabelece a obrigatoriedade do diploma – sou jornalista, Argemiro. Está havendo uma audiência a respeito numa Comissão ao lado e vou passar por lá, mas retornarei, em breve, para reassumir a coordenação dos trabalhos. Momentaneamente, o Deputado Luiz Couto, um dos proponentes desta audiência pública, assumirá a Presidência, antes de conceder a palavra ao Argemiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) –

Concedo a palavra ao Sr. Argemiro Garcia, Mediador da Lista Virtual Autismo no Brasil.

O SR. ARGEMIRO GARCIA – Boa tarde a todos os cidadãos e a todos os Parlamentares presentes. Eu quero dizer da minha satisfação em ver o Poder Público e a nossa principal Casa Legislativa olhando para a questão dos nossos filhos.

Eu sou geólogo da PETROBRAS, não sou especialista da área de saúde nem da área de educação. Costumo dizer que sou especialista no Gabriel, meu filho caçula de 17 anos. Sou pai de 4 filhos. Gabriel, entre os 2 anos e meio e os 3 anos de idade, começou a mostrar isolamento, fechamento. Não respondia quando o chamávamos. Ao olhar para ele, eu me perguntava: “*Será que ele é autista?*”, sem saber o que era autismo. Isso foi em 1995, 1996 ou 1997.

Os assistentes sociais da PETROBRAS nos deram muita força, nos encaminharam uma cartilha recém-publicada pela ACORDE – na época, era do Ministério da Justiça, se não estou enganado –, escrita pelo Dr. Salomão Schwartzman^o. Daí começou a nossa luta para tentarmos entender o que acontecia com o nosso filho, e não tínhamos ninguém que viesse a dar um diagnóstico fechado. Tanto é que o único diagnóstico de

autismo que ele teve, aos 9 anos e meio, foi dado pelo Dr. Salomão Schwartzman, em São Paulo. Tivemos de ir até lá para conseguir esse diagnóstico.

De tudo o que já foi dito aqui, quero ressaltar uma coisa. Já se tentou explicar o que é o autismo, já se traçou característica da pessoa autista – falou-se de maneira bastante superficial, e poderia falar horas sobre autismo –, mas quero ressaltar uma questão: qual é o caráter do autismo?

Existem maneiras diferentes de observarmos qualquer coisa, inclusive o autismo. Há quem diga que o autismo é uma doença. Se é doença, então tem cura. Há quem diga que é uma deficiência – outra maneira de encarar o autismo – em áreas específicas do que é ser uma pessoa humana: uma deficiência na comunicação, uma deficiência na socialização, uma deficiência no comportamento. O autista pode mostrar interesses restritos. Por exemplo, pode se interessar profundamente por mitologia nórdica, como no caso do Breno, pode apresentar movimentos repetitivos, pode ter dificuldade para lidar com os seus sentidos – é o que se chama de distúrbio de integração sensorial. Mas, se é uma deficiência, pode ser superada: um deficiente visual pode usar o braille, pode usar um cachorro para andar pela rua, pode usar uma bengala; um surdo pode usar um aparelho de surdez, pode usar a Linguagem Brasileira de Sinais. Quer dizer, toda deficiência se supera. Então, o autismo é superável? E há quem diga que o autismo é um jeito de ser, um jeito único de ser humano, um jeito particular de ser um indivíduo humano^o. E se ele é um jeito de ser, merece respeito e aceitação.

Precisamos trabalhar nesses 3 focos, precisamos oscilar entre esses 3 polos para podermos dar uma contribuição significativa às pessoas autistas. Porque, se ficarmos exclusivamente procurando uma cura ou uma prevenção, vamos deixar de lado muita coisa do que é o autismo, do que é ser uma pessoa autista. Se ficarmos exclusivamente encarando o autismo como um jeito de ser, vamos nos deixar levar pela inércia. Precisamos então encará-lo como uma deficiência, para buscar a superação, para que aquela pessoa possa se adaptar ao mundo e o mundo adaptar-se a ela também.

Um dos esforços profundos que fazemos é no sentido de mostrar para a sociedade brasileira o que é o autismo. Em função disso, Fernando Cota, eu, D. Maria Lúcia e Alexandra fundamos, há quase 3 anos, a Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo – ABRAÇA e, antes disso, na Bahia, fundamos a Associação de Familiares e Amigos da Gente Autista – AFAGA. E não foi por acaso que escolhemos termos inclusivos que denotam carinho:

porque, acima de tudo, para aceitar, precisamos acolher; e, para acolher, precisamos abraçar.

Acreditamos que é preciso focalizar que toda pessoa deve ser encaminhada para ter uma vida o mais independente possível. Nenhum de nós é totalmente independente: dependemos do nosso trabalho, dependemos de respeitar as leis, dependemos do dono da mercearia da esquina, do dono da padaria. Existe toda uma interrelação humana, mas temos de ser o mais independentes possível dentro dessa sociedade, porque, para sermos cidadãos, precisamos contribuir para a sociedade. Temos de ter uma vida autônoma para podermos fazer parte da sociedade e contribuir para com ela.

Observamos que muitas pessoas autistas conseguiram superar suas deficiências o suficiente para darem uma importante contribuição para a humanidade. E não estou falando de Einstein, que dizem ter sido autista. Estou falando de pessoas um pouco mais simples: de Breno, que com seu exemplo dá a sua contribuição, e vai contribuir mais ainda, porque está procurando emprego, vai trabalhar; e de Jobson Maia, que passou quase despercebido nesse vídeo, mas foi quem o editou, e é profundamente autista. Jobson é conhecido em Natal como o Roberto Carlos *cover*. Ele construiu a sua personalidade se espelhando em Roberto Carlos. Ele conhece toda a vida e obra de Roberto Carlos de cor e salteado. Temos também Daniel Jansen, Mestre em Biologia, que está fazendo doutorado em biologia na UNICAMP; temos Felipe, aluno de matemática da Universidade Federal de Santa Catarina; Thiago de Sandes, que se constrói em cima da música, tem CDs gravados.

Quando conversava com o Dr. Salomão, lembrei que conheço pelo menos 3 autistas que adoram cantar e que gostam sempre de cantar *Balada do Louco*, que diz: *“Mas louco é quem me diz... Eu sou feliz”*. Eles precisam se construir, se apresentar: *“Eu sou eu. Eu sou autista, muito obrigado, e quero participar”*.

Em 2005, concorreu ao Oscar de melhor documentário curta metragem um documentário chamado *Autismo é um Mundo*. Quem escreveu o documentário foi a pessoa quem o protagonizou, uma moça chamada Sue RubiNº Se eu mostrar algumas cenas do documentário aqui, todo mundo vai dizer: *Mas essa moça é uma retardada completa! Ela não é capaz de fazer nada!* Acredito que nunca terei um filme meu disputando o Oscar. Ela teve. Ela era, na época, aluna de História numa faculdade dos Estados Unidos. E ela não fala uma palavra, ela se comunica escrevendo num teclado de computador.

Mas o que nós, como familiares de pessoas autistas... Gosto de ressaltar que são pessoas autistas

e que as palavras “autismo” e “autista” não podem ser usadas como forma de macular, de ofender outra pessoa, porque autismo é uma condição humana, é uma deficiência que precisa ser respeitada. Então, quando alguém chama o outro de autista, querendo ofendê-lo, está nos ofendendo, está ofendendo a humanidade como um todo.

O que nós buscamos? Buscamos direitos, e os direitos são especificados nas leis. Mas não nos bastam as leis. A Constituição Federal tem uma série de questões específicas para pessoas com deficiência que abrangem, com certeza, o autismo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB também garante a inclusão escolar, garante o atendimento especializado. A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi colocada como emenda constitucional e hoje é convenção internacional da ONU que tem valor de constituição no Brasil, defende os direitos da pessoa com autismo. Existem portarias dos Ministérios da Saúde e da Educação, resoluções do Conselho Nacional de Educação, estão em discussão 4 versões diferentes para o Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2 nesta Casa e 2 no Senado. Não basta a lei. A lei tem de ser executada, tem de ser aplicada.

Temos de garantir que essas leis sejam regulamentadas, temos de garantir que essas leis sejam executadas. Os Srs. Deputados, que são lideranças dentro dos seus Estados, dentro dos seus partidos, têm condição de se dirigir ao Presidente, aos Governadores, aos Prefeitos para que essas leis sejam de fato implementadas. Precisamos que, através do controle governamental e através do controle social que nossas entidades e nossas organizações podem exercer, essas leis de fato sejam aplicadas e esses direitos sejam válidos. O Estado da Paraíba tem uma lei específica para o autismo que está esperando regulamentação, e recebi pedido de ajuda. Quando lei foi escrita, fui consultado, dei alguma contribuição para aquela lei, e já fui perguntado sobre como se pode regulamentar essa lei. Não basta a lei estar escrita.

Acho que às vezes a gente se ilude quando fala: *Vamos fazer uma lei*. É preciso garantir que as leis sejam aplicadas e que haja uma mudança na mentalidade das pessoas para que as leis sejam respeitadas e os direitos sejam válidos. Temos muitas leis no Brasil que determinam o que tem de ser feito, mas não dizem o que vai acontecer se elas não forem aplicadas. Quando se faz uma lei, tem-se de dizer: *Você vai ter de fazer isso, mas, se não fizer, você vai perder verba, vai ser punido com multa, vai ser punido com prisão*. Falta isso nas leis, às vezes, e acabamos não pensando nisso.

Outra questão interessante, como o Dr. Salomão estava comentando, é que o bom tratamento na medicina, a boa abordagem na educação precisa ser validada. O método científico prevê que devemos testar uma hipótese e, se ela der certo, temos de escrevê-la: *Eu achei que ia acontecer isso, aconteceu mesmo, eu fiz isso, isso e isso*. Aí ela vai ser validada, outros pesquisadores vão realizá-la. Assim é feita a boa medicina, assim é feita a boa ciência. É claro que existem situações em que uma hipótese vale para uma pessoa, mas, para valer para todas ou para um grupo maior, é preciso aplicar a ciência. E então corre-se um risco, porque há teorias que são colocadas em outros países de maneira não científica e que lá começam a ser rejeitadas, mas começam a migrar para o nosso, porque aceitamos.

Nós, brasileiros, não podemos aceitar mais algumas questões. Não podemos aceitar que teorias estranhas sejam aplicadas em nossos filhos e conterrâneos, os nossos cidadãos, sem que elas tenham valor, sem que sejam testadas. Não podemos simplesmente permitir que isso aconteça. Temos de analisar.

Quando legislamos, não podemos privilegiar um método em relação a outro. Temos de legislar pelo direito. Não podemos aceitar segregação. Não podemos aceitar que o tratamento diferencial seja dado para menos. O tratamento diferencial é dado para mais, para garantir igualdade. Por exemplo, entrou o rapaz ali atrás acompanhado de seu cão guia, porque ele não enxerga. Então, ele precisa do apoio do cachorro para entrar. Uma legislação estabelece que cachorro não pode entrar na Câmara dos Deputados, mas no caso específico abre-se uma exceção porque estamos garantindo nessa desigualdade a igualdade para o companheiro. E assim vale para todas as outras diferenças. Defendemos a desigualdade para garantir a igualdade do acesso ao direito.

Existem tendências de achar que o autista é uma pessoa que não tem tratamento nenhum. Então, vamos confiná-lo em instituições fechadas. A nossa legislação não permite a prisão perpétua nem para o pior criminoso. No entanto, admitimos, de coração aberto, na maior da boa vontade, que uma pessoa, por ter uma deficiência, seja confinada pelo resto da vida numa prisão perpétua. Temos de abrir os olhos para isso. O tratamento adequado é colocar qualquer pessoa em sociedade. *(Palmas.)*

Enfim, queremos acolhimento, que as famílias e as pessoas autistas recebam apoio. Por que as famílias? Porque o choque de receber um diagnóstico desconhecido é muito grande e, principalmente, porque a ignorância que ainda permeia a nossa sociedade nos diz que o autista é uma pessoa que vai ser incapaz

pelo resto da vida. Tão incapaz quanto o Breno, que acabou de se formar em História. Tão incapaz quanto o Daniel, que fez mestrado em Biologia, ou o Felipe, que está cursando Faculdade de Matemática.

Precisamos acabar com a ignorância. Precisamos garantir a informação para que o diagnóstico seja dado de maneira adequada e o prognóstico, a previsão de futuro seja adequada. Queremos um atendimento o mais precoce possível e de qualidade, mas com métodos humanizados e humanizantes, no sentido de pegar aquela pessoa e dar condições a ela de crescer como indivíduo, como ser humano. Queremos respeito às necessidades que os autistas têm e às dificuldades que apresentam para que possam superá-las. Enfim, queremos cidadania, com desenvolvimento e participação na sociedade, para os nossos filhos.

O que esperamos, então, dos nossos Legisladores, dos nossos Parlamentares? Esperamos que, especificamente para o caso das pessoas autistas, mas também para todo cidadão, possamos entender e enxergar a diversidade. Entender que as pessoas autistas são diferentes da média e de umas para outras. Não podemos querer passar a régua e colocar todo mundo no mesmo saco.

Existem métodos diferenciados para cada situação que têm de ser respeitados. A lei não pode simplesmente restringir. Não vamos aplicar só o método ABA, que é um método de análise comportamental, ou o método TEACCH, outro método de análise comportamental. Precisamos garantir que seja aplicado o melhor método para cada situação.

Queremos que as ações legislativas se focalizem na qualidade de vida, na cidadania e na inclusão dessas pessoas autistas. Queremos que o atendimento seja adequado, visando que os nossos filhos, as pessoas autistas, os nossos irmãos, os nossos sobrinhos sejam felizes, autônomos, independentes, sejam cidadãos plenos. Autista não é coitadinho que merece assistencialismo, migalha que merece um cantinho para chegar até o fim da vida como uma planta dentro do vaso. O autista é um ser humano que precisa participar e viver dentro da sociedade, com respeito. A gente precisa trabalhar para que campanhas esclareçam o que é o autismo. A gente quer assistência, não assistencialismo. Isso não quer dizer que eu venho aqui dizer que agora vamos cortar as bolsas, os benefícios. Não é isso. Às vezes o benefício de prestação continuada, por exemplo, dado para a pessoa com deficiência e que precisa ser garantido para a pessoa com autismo é o que vai garantir a ela a possibilidade de ser independente.

Nós participamos, pela FADA, de um grupo de trabalho na Secretaria de Saúde no Estado da Bahia. E minha esposa tem atendido a algumas pessoas em

regime voluntário dentro de uma instituição do Estado da Bahia, chamada Centro de Atendimento Educacional Especializado Pestalozzi da Bahia, uma instituição governamental. E, muitas vezes, as mães deixam de levar seus filhos porque não têm dinheiro nem para pagar o ônibus e não conseguem o passe livre. Porque o passe livre para o autismo, em Salvador, é muito difícil de ser conseguido. Foi bastante restringido o passe livre em Salvador. Então, a gente precisa garantir a diferenciação, garantir a possibilidade de que essas famílias tenham recurso para atender seus filhos, que tenham orientação para aceitar seus filhos e poderem trabalhar, que não achem que o menino autista é mal educado. Ele não é mal educado, ele tem uma dificuldade para entender a regra e poder participar da sociedade. E a gente precisa orientar todo o conjunto a respeito disso.

Mais uma vez, para resumir e concluir, o que a gente quer é que as pessoas autistas possam ser felizes, possam ser autônomas, possam ser cidadãos de fato. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, Argemiro Garcia.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Cotta, Coordenador da Coordenadoria para a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Distrito Federal. Antes, porém, vou conceder-lhe o tempo para entregar o prêmio a todos aqueles que foram escolhidos e não receberam o prêmio no dia de sua outorga porque não estiveram presentes naquela data.

O prêmio será entregue por Fernando, Adriana e Alexandra, membros do Movimento Orgulho Autista Brasil.

(Pausa.)

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

Primeiro, quero agradecer o requerimento para essa audiência pública, que foi feito por ocasião do Dia Internacional do Autismo, Dia Mundial pela conscientização sobre o autismo, dia 2 de abril, quando fizemos uma solenidade nesta Casa. Quero também dizer da importância desta celebração. É a possibilidade de pais, mães, parentes, terapeutas, professores, médicos e pessoas ligadas diretamente à causa do autismo poderem expressar suas opiniões e externar as preocupações que têm com estas pessoas tão caras para nós, tão especiais.

Nesse sentido o Movimento Orgulho Autista Brasil, de cuja diretoria já fiz parte, sou um dos fundadores, criou, desde 2005, o Prêmio Orgulho Autista. Esse prêmio é entregue a pessoas que de alguma forma contribuíram significativamente para a questão do autismo. Esse prêmio é entregue todos os anos tradicionalmente

na *Rádio Nacional de Brasília*, numa cerimônia transmitida ao vivo para o Brasil. Já houve 4 edições desse prêmio. Como o movimento não tem dinheiro para trazer as pessoas que estão fora de Brasília para cá, elas concedem entrevista ao vivo.

Eu pedi ao Deputado Luiz Couto para aproveitarmos a oportunidade e entregarmos esse prêmio a algumas dessas pessoas que ainda não o receberam, mas foram agraciadas com o prêmio, em virtude de desenvolverem, na excelência de seus trabalhos, alguma coisa voltada para a melhoria da qualidade de vida dos autistas e de suas famílias.

Vou pedir à Presidenta do Movimento Orgulho Autista Brasil que entregue à Profa. Eliana Rodrigues de Araújo, da Universidade Federal de Natal, o IV Prêmio Orgulho Autista pela excelência de seus trabalhos como professora destaque. *(Palmas.)*

Obrigado, Profa. Eliana.

Quero pedir para a Sra. Mara que entregue o IV Prêmio Orgulho Autista, na categoria médico destaque, ao Dr. Salomão Schwartzman *(Palmas.)* Todos viram hoje o cabedal de conhecimento que ele tem proporcionado aos autistas.

Muito Obrigado, Dr. Salomão.

Por último, quero entregar também o prêmio à Profa. Sandra Cerqueira. Vou pedir que o faça o coordenador da Blitz do Autismo, Sr. Eduardo, que tem um trabalho belíssimo nas rodovias brasileiras. No dia 14, segunda-feira, promovemos a Blitz do Autismo, evento que foi noticiado pelos jornais. Trata-se de um convênio com o Departamento da Polícia Rodoviária Federal. Os policiais param as pessoas, e os voluntários do autismo, como nós os chamamos, entregam folhetos alusivos ao tema. Ele está vestindo a camisa da seleção brasileira, mas quem olha de perto vê esse símbolo que recebe do autismo e que contempla os principais comportamentos característicos que envolvem as pessoas com autismo.

O Sr. Eduardo vai entregar, sem mais demora, o prêmio para a diretora da escola destaque, Dra. Sandra Cerqueira, da Escola Metamorfose de Niterói, Rio de Janeiro. Por favor, Dr. Eduardo, faça a entrega. *(Palmas.)*

Obrigado, Dra. Sandra.

Obrigado, Deputado.

Eu quero falar da importância do que estamos fazendo justamente hoje, premiar o que cada um teve oportunidade de fazer, demonstrar quais são as necessidades, quais são as preocupações. Há situações inesperadas? Há situações desconhecidas? Ainda há. Ainda há pouco, eu estava dizendo ao Deputado Paulo Pimenta das minhas dificuldades pessoais enquanto pai. Há 12 anos eu trabalhava num ramo completamente

diferente. Sou inspetor da Polícia Rodoviária Federal, com especialização em segurança pública, estava começando a fazer um mestrado na área de inteligência. Fui da ABIN por 10 anos, mas tive de voltar tudo para o meu filho autista. *Puxa, nasceu! E onde estão as políticas públicas? Que escola é essa que vai recebê-lo? Será que tem condição de recebê-lo? Será que o posto de saúde e o médico têm condições também?* Eu costumo dizer – sou da classe média e acho que a maioria daqui também tem esta oportunidade – que fazemos uma romaria pelos médicos, como foi muito bem colocado aqui pelos psicólogos. *Ah, isso é manha. A senhora está “manhando”. É ciúme do irmão mais novo.* Esta coisa toda. E a dificuldade de se investigar, de se saber o assunto. Há necessidade de informação, de conhecimento. Por isso é tão importante este evento hoje aqui em Brasília.

Eu vejo muitos parceiros aqui, a Dra. Giselda Jordão, Vice-Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CODDEDE/ Distrito Federal; os representantes dos conselhos; o Prof. Kester, do FAPED, Fórum de Apoio a Pessoas com Deficiência; o Prof. Eduardo, da Blitz do Autismo; o pessoal do ADEFA – que teve a iniciativa de realizar uma audiência pública no Senado, em 2009, da qual participamos, com o Senador Paulo Paim, e que vai ter vários encaminhamentos; a Prof. Márcia, da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Enfim, não quero fazer nenhuma injustiça, mas são pessoas que estão muito ligadas ao tema, que sabem das dificuldades, sabem do que estão falando, sabem das nossas necessidades e do esforço para estarmos aqui nesta Casa Legislativa hoje. Assim como o Senador Paulo Paim, o Deputado Luiz Couto, o Deputado Benício, daqui de Brasília. É grande a importância do papel do Legislativo não só na criação das leis, mas também na execução delas, como muito bem disse o Argemiro.

Enquanto gestor público, eu estou nessa situação por conta do autismo no Distrito Federal. Pesa nos nossos ombros as dificuldades burocráticas, principalmente em conseguir executar ações, desde as mais simples, como trazer alguém para uma palestra, até um atendimento especializado domiciliar, por exemplo. Quem sofre com isso são os mais pobres, por isso eu lembrei da classe média. O nosso desafio é tirar as leis do papel, como já ocorre na Bahia e na Paraíba. Precisamos colocar isso em planos reais. E a educação? E a sanção para quem não cumprir?

Estava agora mesmo conversando com a Deputada Rita Camata. Ela deu entrada a uma solicitação dos pais do Movimento Orgulho Autista – está muito envolvida nisso —, para que a educação não tenha

limite de idade para pessoas com deficiência, incluindo os autistas. Por que isso, se já há uma lei? Porque a lei não é cumprida. Será que vamos ter que fazer uma audiência pública com os diretores de escola e com os delegados de polícia para saber por que não cumprem?

De modo geral afirmo que as informações têm de chegar. Nós estamos tão preocupados, procuramos tanto, queremos sempre o melhor para os nossos filhos, não é Argemiro? Por exemplo, sobre a olanzapina de que o doutor falou hoje aqui, eu já vou procurar saber o que é, como funciona. Isso tem que ser feito mais vezes.

Deputado, ainda há muitas entidades, muitas pessoas interessadas, sentimos falta do pessoal da Casa da Esperança, da ABRACE, da ABRA e da AMA, que me cobraram há pouco. Eu sinto a necessidade de mais discussão nesse sentido.

Se pudermos encaminhar um requerimento para novas audiências públicas, para que esse assunto seja melhor discutido, para que essas pessoas também possam ter oportunidade de falar, de expressar as necessidades dos autistas e de suas famílias. Eu sinto falta disso. Nós podemos pensar nesse sentido. Gostaria que o senhor pudesse levar a possibilidade dessa avaliação.

Isso tudo visa, na realidade, à qualidade de vida das pessoas diagnosticadas autistas e de suas famílias. Esse é o nosso grande eixo de discussão, esse deve ser o grande norteador dos nossos trabalhos: a qualidade de vida.

Eu tenho um filho que, se come glúten, racha o pé e seu comportamento fica uma coisa horrorosa. Fui conversar com o Chefe do Departamento de Nutrição da Universidade de Brasília – UnB, Dr. Pratesi, que me disse: *Fernando, o que eu posso falar para você é muito pouco, porque na realidade sabe-se muito pouco ainda sobre isso. Nós precisamos estudar isso muito mais. Eu vou passar com o seu filho aqui no máximo 1 hora, numa consulta extensa. Você passa 24 horas com ele.* O doutor, para avaliar isso, está na família e pode levar aos médicos. É por isso que precisamos discutir cada vez mais essas questões, procurar, sim, a fundamentação científica, procurar, sim, a academia. É muito importante o que o doutor falou sobre a academia, as universidades. Estamos chegando, estamos conseguindo alcançar as universidades, as faculdades. Isso é muito positivo para nós, pais.

Eu já alonguei demais. Era este o encaminhamento que eu gostaria de fazer: solicitar novas audiências públicas, para que possamos dar oportunidade também a outros grupos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, Sr. Fernando Cotta.

Concedo a palavra a nossa convidada, Sra. Alexandra Capone, Diretora-Presidenta do Movimento Orgulho Autista Brasil.

A SRA. ALEXANDRA CAPONE – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os membros da Mesa, a todos os presentes, em mais um dia mundial do autismo. Seguimos nossa luta, com nossos parceiros, agregando novos profissionais, novos militantes da causa autista cada vez mais.

Minha intenção hoje é justamente apontar algumas reivindicações do nosso movimento, que não é só o Movimento Orgulho Autista, mas dos familiares e das pessoas autistas. Começa com o nome autismo e com o preconceito que se tem em assumir esse espectro, esse nome, essa carga. Temos lutado, aos longos desses anos, contra o uso errado da palavra autismo e para que as pessoas tenham mais coragem de assumir que são autistas e lutar por políticas públicas.

Minha mãe, dona Mara, diretora de eventos do Movimento Orgulho Autista, é também membro do conselho de saúde. Enfim, foi uma das delegadas da Conferência Distrital de Saúde Mental. Quando minha mãe voltou da conferência, eu perguntei a ela se conseguiram inserir alguma política pública para os autistas. E ela me respondeu que para os autistas não. Disse-me que as pessoas não aceitam muito bem o termo autista. Como, então, conseguir políticas públicas para os autistas, se nem quando estamos entre os nossos discutindo políticas públicas para pessoas com transtornos mentais, vários tipos de deficiência mental, não conseguimos abraçar a causa do próximo?

Para mim, o maior problema do autismo no Brasil continua sendo a falta de diagnóstico. Porque, talvez, tenhamos mais de 1 milhão de autistas no Brasil e não temos 5 mil doutores Salomão Schwartzman para atender a essas pessoas. Temos um psiquiatra infantil para cada 33.561 pessoas menores de 20 anos, com transtornos mentais severos. Então, é um número bem elevado.

Enquanto não mudarmos a situação da saúde mental no Brasil e começar a romper as barreiras do autismo, principalmente nas Faculdades de Medicina e de Pedagogia, acho que a minha principal pauta legislativa seria – da mesma forma que lutamos pela volta da educação musical nas escolas e outras mudanças curriculares – que o autismo fosse realmente considerado matéria de ensino obrigatório em todas as Faculdades de Medicina e Pedagogia do Brasil. Acho que só isso já mudaria bastante a cabeça daqueles que formam e atendem a esse público. Normalmente, as pessoas não estão preparadas e acabamos nem

usando os serviços com medo de não ser bem tratados. E isso não acontece somente nas faculdades. Falamos também dos bombeiros, dos policiais, do SAMU, de todos aqueles que lidam com essas pessoas todos os dias. Se elas estiverem realmente desacompanhadas, não vão saber nem como tratar com elas.

Ao mesmo tempo que estamos passando por seríssimos problemas com a saúde mental no Brasil, aqui em Brasília estamos no penúltimo lugar da saúde mental do Brasil, eu tenho orgulho de dizer que, com relação à educação, eu fiquei muito feliz este ano porque quando eu lutava por políticas públicas para as pessoas autistas em educação, eu lutava antigamente pelos filhos dos outros, porque o meu filho estudava em escola particular, tinha seu acompanhante, mas meu pai faleceu, que me ajudava, enfim, a situação ficou um pouco mais difícil e eu coloquei o meu filho em escola pública. Foi a melhor coisa que eu fiz. O meu filho deu um salto. Professora Giselda, parabéns. Ele foi atendido por uma equipe multidisciplinar excelente e hoje em dia ele tem natação, ecoterapia, sala de recursos, tem tudo e está como nunca esteve antes. Então, posso dizer que, pelo menos aqui em Brasília, a educação, no meu caso, foi excelente.

Espero que outros Estados possam ter essa mesma experiência. Que possamos, inclusive, conseguir multiplicar isso por aí e que os nossos Parlamentares, quando eles receberem as políticas públicas, que possam incluir ali na última linha o acesso das pessoas autistas e seus familiares nas políticas públicas que dizem respeito à população como um todo. Em alguns casos especiais, quando falarem dos deficientes, das pessoas com deficiência, que o autista também esteja contemplado nessas políticas. E que possamos, quem sabe, no Orçamento do ano que vem, que tenhamos alguma rubrica específica para trabalhar campanhas nacionais nas universidades sobre diagnóstico de autismo, para que tenhamos uma rubrica para ter uma campanha nacional a respeito das características do autismo, para que seja feito, enfim, algum trabalho de estímulo à formação de psiquiatras e médicos que trabalhem com esse público, porque estamos muito carentes na saúde ainda.

Era isso. Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, Alexandra Capone, Diretora-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Primeiro, consideramos esta audiência pública extremamente positiva no sentido de que nós temos a possibilidade de aprender cada vez mais sobre o autismo, sobre os transtornos e, conforme o Dr. Salomão disse, não podemos dizer que existe um tipo ou dois tipos. São dezenas de diferentes tipos de autistas.

Temos duas Comissões aqui que estão realizando esta audiência pública: a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Legislação Participativa. A Comissão de Legislação Participativa recebe propostas de proposições para serem discutidas na Comissão. O Parlamentar que dá o parecer depois torna-se o autor, e a proposta é encaminhada para a Mesa Diretora, para que possa ser distribuída para as outras Comissões.

Como sabemos que muitas vezes o Poder Público é ignorante, não sei se por vontade ou por outra razão, sobre essas questões, era importante que os especialistas pudessem encaminhar propostas. Por exemplo, há uma lei na Paraíba que o Argemiro disse que foi ele que quase que fez. O problema é que falta regulamentação, o que não acontece. Então, era importante que isso seja encaminhado, para que possamos cobrar das autoridades municipais e também do Poder Público da União sobre como fazer com que aquilo que é definido como um aspecto importante nós possamos exigir e cobrar das autoridades. E também que haja as penalidades para aqueles que não estejam cumprindo aquilo que define a legislação.

Com relação ao Dr. Salomão, eu gostei muito da apresentação que ele fez, foi uma aprendizagem.

Na Comissão de Direitos Humanos, nós começamos, sempre perto do dia, a celebrar o Dia do Orgulho Autista. Depois, fomos percebendo a necessidade de ampliar.

A Deputada Rita Camata apresentou uma proposta, colocando que o ensino não poderia ficar apenas de 18 anos para o autista, mas teria que ser por tempo indeterminado. Essa proposta está aí para discussão. A Deputada Maria do Rosário também apresentou uma outra proposta.

Esse assunto está sendo motivo de aprendizagem por parte dos Parlamentares, que muitas vezes não o compreendiam. Nós tratávamos muito a questão das pessoas com deficiência, no geral. E os autistas tratávamos como se fossem um seguimento só. Verificamos agora que há diferentes tipos de autismo.

Eu pergunto ao Dr. Salomão, pelo que nós temos conhecimento, se há alguma relação do número de autistas com o sexo masculino e feminino, se há estudos e pesquisas nesse sentido. Por que há mais autistas do sexo masculino e menos do sexo feminino?

Alguém disse que todos nós, homens, teríamos algum elemento em comum, porque o homem não consegue fazer diversas ações ao mesmo tempo e a mulher consegue. (*Risos.*) Gostaria de saber se todos nós, homens, teríamos também algum elemento de autismo, se isso é verdade ou um mito.

E a capacitação, não apenas dos médicos, psicólogos, mas também dos agentes públicos? Por exemplo, como ela disse, quando eu comecei a estudar esse assunto, lá no bairro onde eu morava, Mandacaru, em João Pessoa, havia um menino que, quando tinha umas crises, ele corria. E as pessoas diziam: *lá vai o doidinho!* Era assim, a expressão era *o doidinho*. Quando isso ocorria, ele era preso, amarrado e deixado como um prisioneiro. Nesse aspecto, como colocar essa questão dentro do processo de ensino, tanto infantil como o superior? Como se tem discutido essa questão?

Sobre as pesquisas de que o senhor tratou, nós não temos investido muito em pesquisas, assim como o próprio Poder Público. Temos que colocar isso como um elemento importante.

Há 2 Deputados aqui: o Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro, e o Deputado Nazareno Fonteles, do PT do Piauí.

Passarei a palavra a esses 2 Parlamentares. Depois, as pessoas que estiverem aqui, como as mães, também poderão fazer perguntas aos membros da Mesa.

Essa é uma audiência pública, em que podemos, cada vez mais, aprender e também ensinar. É um processo de aprendizagem, mas também de ensino. Nós aprendemos alguma coisa, mas somos também ignorantes em relação a outras.

Com a palavra o Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES –

Meu boa tarde a todos. Não pude participar de toda a audiência. Esta Casa é sempre muito dividida por causa dos eventos. Por exemplo, estou aqui e queria participar da audiência relativa à PEC do jornalismo, na qual estão presentes o nosso Presidente e um colega de Estado, especialista, que está lutando por isso. Mas temos de ter prioridade. Aqui o tema é mais raro.

Do pouco que vi, percebi que a luta dos que convivem mais de perto, vamos dizer assim, com o autista é semelhante à de várias outras pessoas com deficiências ou que sofrem exclusões sociais. É a luta para combater o preconceito, que termina atingindo a ciência, porque esta também tem preconceito. Eu mesmo, médico de formação, quando passei pela disciplina de Psiquiatria, na década de 70, não vi ser dada ênfase naquela época a esse assunto. Lembro também a fibrose cística, outra doença, de cunho não mental, era tida como algo raro, como um acontecimento raríssimo. Hoje, temos associações que tratam desse tema em todos os Estados.

Tenho uma sobrinha com esse problema, que pôde ter um tratamento, um acompanhamento. Hoje estuda, é totalmente incluída, porque houve pessoas que se esforçaram, pessoas da sociedade civil orga-

nizada que estimularam a academia, a medicina, todo o setor de saúde e outras diversas áreas a se capacitarem. Hoje, a menina vai para a escola, já está com suas enzimas sob controle, sabe que tem que comer. Foi quebrando o preconceito. As coleguinhas já ficam dizendo: *Onde estão as enzimas, Isadora?*. Esse é o nome dela. Já tem 10 anos de idade. Pelo prognóstico de antigamente, muitos morriam nessa idade. Alguns, hoje, evidentemente, já estão na faixa dos 30 para os 40 anos, o que é um resultado positivo.

Há necessidade, então, de uma organização. A política pública surgiu. O gasto com medicamentos de dispensação excepcional, uma fortuna do ponto de vista do que é gasto hoje para proteger as pessoas que antes eram excluídas, é muito grande. Aliás, muita gente critica o SUS, que tem muitas deficiências; porém, muitas pessoas ricas, que poderiam comprar remédios, deixando que os mais pobres fossem os beneficiados, ficam na fila e recebem seus às vezes 10 mil reais por mês só de medicamento.

As políticas públicas dependem da organização da sociedade civil, do seu diálogo com a ciência, com a academia e com a política, porque vamos aprendendo. O Parlamentar vive na sociedade sob pressão, com seu conhecimento e vivência. À medida que nos organizamos, vemos isso.

No Piauí, por exemplo, tivemos um Governo sensível. Hoje temos uma Secretaria de Estado para pessoas com deficiência. Participei, agora, da IV Caminhada da Pessoa com Deficiência.

Disponibilizamos verba, por exemplo, no Orçamento, por emenda individual, para capacitar as pessoas no município para lidar com pessoas com deficiência. Hoje há centros, dispensação de próteses. Eu, como ortopedista, com as dificuldades que vivenciei, vejo hoje um Governo que ajudei a acontecer, construir um centro de referência nacional, os acessos aos banheiros, às novas construções, praças e avenidas.

Mostro que a ideia da acessibilidade vale para o autista do mesmo jeito. Tudo o que o Argemiro apresentou aqui refere-se exatamente à busca da acessibilidade, da inclusão em todos os sentidos, o que as pessoas têm de ter.

Então, acho que é muito importante a audiência pública para os Parlamentares, porque nós tratamos de “n” assuntos. Por mais que dominemos mais uma área do que outra, assim vamos interagindo. Aqui nascem as leis. O próprio Deputado Luiz Couto disse isso. Dentro da nossa Comissão de Legislação Participativa ocorre isso. Por exemplo, eu mesmo apresentei um projeto de lei que está apresentando problemas com a Mesa, porque acho que a iniciativa é do Executivo e não do Parlamentar. Entrei com recurso. É no sentido

de criar a profissão do agente comunitário de apoio à Defensoria Pública, uma pessoa treinada pelo Defensor Público para ajudar as pessoas nos municípios a reivindicar seus direitos: *Ah, aqui tem uma pessoa que pode ser um autista*. Quer dizer, o agente de saúde já pode fazê-lo, mas os outros não têm documento, têm deficiência e não sabem que têm aquele direito. Temos de potencializar a reivindicação.

Quando fui entrevistado na *TV Câmara*, disseram: *Ah, vai criar um monte de demanda para o Poder Público*. Eu disse: *Puxa, mas a política pública só vai acontecer em havendo uma demanda organizada da sociedade*.

Esse projeto nasceu de uma audiência pública realizada no ano passado, na Comissão de Legislação Participativa, quando recebemos atenção enorme dos defensores, promotores e juizes. Ao ver aquilo, achei que tinha de começar pela Defensoria. Pedi à Associação Nacional dos Defensores Públicos que fizesse uma proposta. Passaram-se vários meses, e eu cobrando: *Cadê a proposta? Cadê a proposta?* Depois que veio, com uma consultoria, com nossa visão, apresentamos um projeto de lei.

Com isso, estou dizendo como vale a pena a sugestão do Luiz Couto. Havendo sugestões, os Parlamentares vão. E esta Comissão de Legislação Participativa é uma grande porta para a sociedade influenciar o Parlamento com propostas objetivas.

Meus parabéns a todos os que participam e fazem este movimento. Que organizem e pressionem o Parlamento Federal, porque, aprendendo e evidentemente sendo orientados, cada vez mais poderemos servir com políticas públicas adequadas a todos os excluídos socialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, Deputado Nazareno.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Peço desculpas se a indagação já tiver sido respondida ou abordada pela Mesa, porque eu estava também em outra Comissão.

A primeira é sobre a superação do autismo. Ela é possível? Acontece em média de que maneira? Quer dizer, qual é a probabilidade dessa superação? Quais são os resultados?

Em segundo lugar, no Brasil de hoje, e acho que isso é politicamente correto e adequado, há muito o politicamente correto e adequado em expressões. Tenho filhos adolescentes e, com uma, já consegui que pare de chamar o coleguinha – isso é o ambiente social – que faz alguma besteira ou o Kaká que não consegue fazer uma boa jogada de futebol de mongol: *Ô, mon-*

gol! Mas tem o autista. Volta e meia, falamos aqui na Câmara: *Fulano é um autista, tá por fora*.

Eu queria uma avaliação disso. Essa questão mais vernacular das expressões é efetiva mesmo? Contribui ou é uma preciosidade vocabular que não precisa tão necessariamente ser enfrentada ou abandonada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Agora, temos o Dr. Salomão e o Argemiro, que solicitaram a palavra para responder às indagações.

Com a palavra o Dr. José Salomão.

O SR. JOSÉ SALOMÃO SCHWARTZMANN

– Respondendo ao que o Deputado Chico acaba de colocar, vou dar um outro exemplo. Até algumas décadas atrás, a síndrome de Down era coloquialmente e medicamente chamada de mongolismo por causa da semelhança física com a raça mongolóide. Na década de 60, uma representação da Mongólia foi à ONU solicitar que não se usasse mais o termo porque seria ofensivo a eles, não aos indivíduos até então chamados de mongolóides.

Houve todo um movimento mundial, que acabou repercutindo aqui, no sentido de se mudar o nome. O que se dizia era que o nome era pejorativo, porque, quando o filho de um médico ou de um psicólogo, que são do *métier*, querem ofender o vizinho, chamam-no de mingo: *Ô, seu mingo!* Mudou para síndrome de Down. A partir daí, filhos de médicos, de psicólogos etc., quando querem ofender o vizinho, chamam-no de “down”. Já há um movimento agora para não se usar mais síndrome de Down e falar-se em Trissomia 21. Não dou 5 anos para o vizinho ser um “trissômico”.

Então, o problema não é o termo. O problema é desmistificar o termo, que poderá ser usado para denominar o indivíduo e para xingar o vizinho. Acho que nos preocupamos tanto no Brasil com essa história de politicamente correto. Por exemplo, você não pode mais falar que o sujeito é deficiente mental, hoje você tem de falar que ele tem uma incapacidade intelectual. O que muda no indivíduo? Depende do conceito de cada um, porque, senão, vamos ficar mudando o nome.

O Brasil é um dos poucos países do mundo onde não existe epilepsia. O senhor sabia disso? Epilepsia. Somos disrítmicos. Ou seja, o sujeito tem ataques epiléticos, vai ao médico, toma Hidantal, mas ouve do médico politicamente correto que ele não tem epilepsia, porque é um termo muito pesado, e muda o nome.

Isso acontece com o autismo também, lamentavelmente. Quer dizer, a família é capaz de ouvir 4, 5 ou 6 diagnósticos diferentes, quando na verdade todos estão pensando numa mesma coisa.

Então, eu acho que é uma preocupação que temos de ter. Quer dizer, a terminologia tem de ser adequada. Não se usa mais a terminologia que se usava:

deficientes mentais, imbecis, débeis, idiotas, porque realmente era muito pejorativa. Mas essas outras nuances, eu acho que não mudam nada. Precisamos mudar a forma como a população enxerga essas pessoas. Mudar de nome, na minha opinião, não vai mudar absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Eu tenho um amigo que é anão. Ele brinca: *“Com esse negócio de politicamente correto, agora quero que me chamem só de portador de deficiência vertical.”* Ele fala isso com o maior bom humor e assume a sua limitação de altura. E é uma pessoa supersaudável, com a cuca melhor do que a de muitos grandões por aí.

O SR. JOSÉ SALOMÃO SCHWARTZMAN – Porque ele é anão mesmo.

Sobre o que o Deputado perguntou com relação a homens, eu vou dar as más notícias para os homens e algumas boas para as mulheres.

Homens têm autismo numa proporção de 4 para 1.

Mas as mulheres, quando têm autismo, têm um autismo mais severo. Então, síndrome de Asperger, que é um autismo mais leve, a proporção é de 9 para 1. É excepcional ter uma menina com síndrome de Asperger, embora isso exista.

Mas não é só autismo. Homens têm muito mais do que mulheres autismo, dislexia, deficiência mental, epilepsia, canhotismo – que não é uma doença, mas é uma característica –, distúrbios de aprendizagem, transtorno do déficit de atenção, etc. Por que Deus fez isso conosco é algo que temos de discutir não aqui, mas em outro ambiente.

E mulheres? Mulheres têm mais do que nós transtorno geral de ansiedade e síndrome de Alzheimer. Onde está essa história?

O senhor não é tão ignorante quanto disse, porque o que falou com relação a homens serem autistas é a última das novidades de autismo. Um sujeito chamado Baron-Cohen publicou um livro que se chama *Diferença Essencial*, defendendo a ideia de que o autismo nada mais é do que o exagero da forma de se comportar do homem. Ele se baseia nas diferenças que existem entre homens e mulheres. Por exemplo, mulheres, sabidamente, são melhores do que homens em todos os domínios da linguagem: falam antes, falam melhor e, em geral, escrevem melhor, por palavras, as coisas. Homens são piores do que mulheres, e autistas são piores ainda.

Homens são melhores do que mulheres em habilidade espacial. Todo mundo sabe, isso é um conhecimento de senso comum, que mulheres dificilmente conseguem interpretar um mapa – tanto faz se está de cabeça para baixo ou de cabeça para cima –, enquanto homens, em geral, com exceções, não têm essa dificul-

dade. Então, costumamos dizer que um casal perdido no mundo, numa cidade que não conhece, o homem está dirigindo e não pergunta, e a mulher está com o mapa e não entende nada do que está lá.

Autistas são melhores do que homens em ler mapas.

Há uma coisa curiosa nesse aspecto espacial. É que não só nós somos diferentes em termos de poder mais ou menos como usamos áreas cerebrais diferentes.

Homens, quando explicam um caminho, habitualmente explicam por pistas geográficas. *“Você anda 20 metros, pega à direita, sobe um pouco.”* Mulheres ensinam por objetos referenciais. *“Você vai até aquela porta verde. Há um banquinho marrom. Não é lá. Você passa o banquinho marrom...”* Isso não é cultural, porque ratinhos de laboratório também são assim. Os ratinhos acham o caminho pelo jeito geográfico, e as ratinhas pelo jeito de ver objetos.

E aí o Baron-Cohen chega à brilhante conclusão, que tem a ver um pouco com o que vemos no cotidiano, de que nós homens temos um pouco de autismo. Quer dizer, o homem que está vendo uma partida de futebol é incapaz de interromper para responder à mulher alguma coisa. É mais fácil jogar o controle remoto na mulher. Ao passo que as mulheres são capazes de ver o futebol, fazer tricô, ver se a comida está fervendo ou não, falar ao telefone.

Então, realmente, há diferenças que não são só culturais, porque são observadas também em animais. Isso explica um pouco como os homens se comportam habitualmente. Nós somos mesmo um pouquinho autistas.

Quanto ao que o senhor falou da Deputada Rita, de acabar com a terminalidade, há um risco embutido nisso. Se um autista com deficiência mental severa está na escola só por estar – ele não está aprendendo absolutamente nada –, e se ele poderia ter um ganho maior em um ambiente mais especializado, corre-se o risco de deixá-lo não só até a oitava série, mas até o curso posterior. Discute-se se isso é uma vantagem. Na minha opinião, não é. Ele poderia estar em um lugar pedagogicamente mais adequado e estar ganhando muito mais com relação ao que se aprende na escola regular. Então, isso não é um serviço que se prestaria aos autistas como um grupo geral, talvez sim para alguns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Com a palavra o Sr. Argemiro Garcia.

O SR. ARGEMIRO GARCIA – Respondendo ao Deputado Chico Alencar, eu brinquei com a questão do canhotismo porque observei que ele escreve com a mão esquerda e eu também sou canhoto, mas, res-

pondendo a ele sobre essa questão da palavra, fui premiado com o I Prêmio Orgulho Autista. No ano anterior à concessão do prêmio, tanto na Câmara quanto no Senado, estava se tornando corriqueiro usar a palavra “autista” para classificar ou desclassificar Governo, governantes, Deputados, Senadores, jogadores de futebol e tudo mais. Então, nós – eu havia feito contato com o Fernando – encaminhamos uma carta às respectivas Presidências da Câmara e do Senado, que por sua vez passaram uma recomendação a todos os Parlamentares da época, explicando que esse não deveria ser um termo usado de maneira pejorativa, porque é um termo que significa uma condição que pede apoio do Estado e não desqualificação.

Filosoficamente, nós saímos em defesa da palavra, não quisemos trocar a palavra. Concordo com o Dr. Salomão. Originalmente, havia 2 tipos de comportamento fora do padrão comportamental e mental: ou a pessoa era imbecil ou era louca. Aos poucos, isso foi sendo dividido e fomos refinando essa classificação de imbecil ou idiota, que eram termos médicos e passaram a ser só pejorativos, para síndrome de Down, mongolóide. Foi-se refinando.

Nós somos contra isso. Nós encaminhamos, através da ABRAÇA, e defendemos a palavra “autista” para classificar o que é especificamente autista.

O Senador Aloizio Mercadante, em seu *blog*, algum tempo atrás, usou a palavra “autista” para desqualificar não lembro quem. Nós, através da comunidade virtual Autismo no Brasil, o bombardeamos com *e-mails*. Ele pediu desculpa.

De vez em quando, alguém acha que estamos sendo só politicamente corretos. Não é questão de ser politicamente correto, o que é uma postura inadequada também, mas é uma questão de esclarecermos primeiro. Quando todos souberem o que é autista, e se quiserem fazer uma metáfora com o que é o autismo e saírem desqualificando, então, estará claro. Porém, enquanto existir a ignorância do termo, usar “autismo” de forma pejorativa significa trazer um prejuízo para os nossos filhos, porque o autista é o mau-caráter ou, então, é o burro, é isso, é aquilo.

Eu discordo. Eu e minha esposa costumamos conversar e até discordamos um pouco de dizer que boa parte dos autistas têm retardo mental. O termo, hoje, acho que é deficiência intelectual, porque também não sabemos quantos seriam levados a uma condição mais elaborada, mais plena, se tivessem acesso a um atendimento educacional adequado. Afinal de contas, a pessoa, por mais inteligente que seja, se não tiver um atendimento educacional adequado, dificilmente irá progredir. Então, o mesmo ocorre com o autista, que já tem dificuldade de comunicação.

Pelo menos por enquanto, achamos que usar de maneira pejorativa o termo “autismo” é inadequado, porque vai prejudicar. Subliminarmente, fica essa ideia: “o autista é burro mesmo, por que vamos investir nele?” Mas não abrimos mão dessa palavra. Nós a defendemos, diferentemente do pessoal que lida com síndrome de Down, que abriu mão da expressão “mongolóide”, por pressão do povo mongol, e agora já quer abrir mão da expressão “Down”.

Concordo com o Dr. Salomão: muda-se a palavra e o uso pejorativo continua. Então, nós brigamos para que a expressão continue sendo usada de maneira adequada. Autista é autista, é gente boa. Não conheço autista mau-caráter. Talvez exista, mas eu nunca ouvi falar, porque eles são incapazes de mentir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Com a palavra a Sra. Sandra Cerqueira.

A SRA. SANDRA CERQUEIRA – Gostaria de aproveitar essa oportunidade para reiterar essa relação do autismo com a questão da qualidade de vida e do respeito. Quando ouço depoimentos como o da Alexandra e do Fernando, quando eles questionam as verbas e as rubricas mínimas para que se possa trazer pessoas, para que se inicie a discussão – não é nem para que se conclua – sobre o autismo, eles esbarram em questões mínimas: verbas para transporte, acomodações.

Vejo o relato de alguns casos – e o Argemiro é um guerreiro também, já disse no início –, como o do Breno, essa bênção que vimos, e o do Vítor, que tiveram acesso a uma escola. Eles foram privilegiados.

Porém, quantas escolas, em todo o País, estão dando a atenção que o Vítor está recebendo? Como fazer para que essas verbas sejam liberadas, para que haja discussão, para que seja aberta a porta, para que se fale em autismo – se é essa a palavra ou outra qualquer?

As pesquisas estão aí. Vimos o depoimento do pai que disse: “O meu filho, se come glúten – e eu vi com meus próprios olhos –, fica transtornado, e demora de 5 a 6 meses para que aquele glúten saia do seu metabolismo”. Esse é um depoimento.

Temos a presença de mestres entre nós. Quanto tempo vamos esperar para que as pesquisas sejam comprovadas? Até que nossos filhos cresçam, tornem-se adultos? Quem sabe, daqui a algum tempo, alguém possa comprovar e aí eles já estarão nos seus 50 anos, 60 anos de idade, muitos deles enjaulados, encarcerados ou presos em instituições.

Eu lanço a questão da intervenção precoce como uma questão de informação. É necessário que haja informação, pesquisa e abertura. É necessário que haja verba, para que a Alexandra possa gerir, juntamente

com o Movimento Orgulho Autista, audiências, encontros e congressos.

É necessário que haja espaço para que se analise se, dentro dos currículos do Ministério da Educação, existem questões sobre por que o autista não consegue aprender certas habilidades, como amarrar sapato, escovar os dentes ou ir ao banheiro. Isso é ensinado nas escolas regulares? Há tempo para isso no currículo normal da escola regular? As salas de recursos estão aí, mas elas estão cumprindo seu papel a contento para o Breno, que é um Asperger? Mas e aquele autista clássico, aquele autista de baixo funcionamento? Eles ficarão quanto tempo jogados nas escolas? Há necessidade urgente de essas políticas públicas serem aprovadas.

Essa iniciativa da Deputada de discutir ocorre para que essas leis sejam aprovadas e cumpridas, postas em práticas. Nós temos de sentar para discutir, para avaliar, para analisar e para fazer algo nesse sentido. Não podemos esperar mais.

Ressalto que a questão da verba é muito importante. Temos de abrir as universidades. A UnB está aberta. Lá, está-se fazendo pesquisa sobre a alergia ao glúten. Foram enviadas amostras. Eles estão em campo de pesquisa.

Nós levantamos a bandeira da pesquisa, do estudo, do encontro. Precisamos estar juntos para discussão.

Era o que pretendia dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Com a palavra a Sra. Alexandra Capone, que terá de sair.

A SRA. ALEXANDRA CAPONE – Gostaria de justificar que terei de sair, porque meu filho está saindo da sala de recursos e terei de buscá-lo.

Fui contemplada na fala do Sr. Argemiro. Faço parte de um grupo de mulheres militantes por algumas causas. Eu luto pela causa da pessoa com deficiência, com autismo, e pela cultura. Ela luta pela causa das pessoas negras. Acredito que estejamos em momento de pensar realmente sobre o que falamos. Se começamos mudando a nossa palavra, a maneira como nos comportamos, o que falamos à frente dos nossos filhos, essa é uma das mudanças essenciais, com pequenos cuidados de todos no falar, ou seja, em vez de dizer “a situação está preta”, dizer “a situação está complicada”, não dizer “ah, meu Deus, que judiação”. Está na hora de revermos os nossos dizeres. Não devemos dizer: o autista, o mongol, o retardado, o João-sem-braço. Essas são coisas que falamos o tempo inteiro no nosso dia a dia, mas que, se começarmos a não dizê-las, mudaremos a sociedade. É nas pequenas ações que se inicia esse processo. Falamos das ações do Exe-

cutivo, dos Legislativos. Contudo, as nossas ações de cidadãos devem ser a de dar tratamento melhor a todos os seres humanos.

Muito obrigada a todos. Vamos continuar a nossa luta de formiguinhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Cotta.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado.

Gostaria de esclarecer alguns pontos citados como, por exemplo, a questão da Proposta de Emenda à Constituição que o Movimento Orgulho Autista encaminhou, por meio da Deputada Federal Rita Camata, relativamente ao fim da terminalidade.

Situações acontecem, e recebemos informações de vários Estados. Eu, aqui no Distrito Federal, na condição de gestor, recebo isso quase cotidianamente. O sujeito com deficiência chega a determinada idade, e aí dizem que essa pessoa não mais vai frequentar 5 dias de aula, vai frequentar apenas 2 dias. E os outros dias da semana, a pessoa vai ficar na sala de aula tomando chá e vendo televisão? Ele vai frequentar 2 dias.

Mas que escola é essa? Ora, que preparação é essa? Por que isso? Dizem que é porque há uma demanda a ser atendida e o número de professores é pouco. Ora, está havendo inversão de papéis.

Discutimos isso muito com o ex-Secretário de Educação do Distrito Federal, o Sr. Valente, e com a Professora Giselda. Eles nos ajudaram a criar um grupo multidisciplinar intersecretarias.

Esse sujeito, então, depois dos 18 anos, vai para onde? Vai ficar 2 dias na escola. Daqui a pouco não ficará mais nenhum dia em sala de aula. Ele fará o quê?

O que a Secretaria de Saúde poderá oferecer? Poderiam ser os centros de convivência, exemplo belíssimo que funciona fora do Brasil, algo muito bom.

Poderíamos chamar a Assistência Social. Sim, chamaremos. Poxa, se o setor de educação sempre fez isso, por que agora vamos tirar isso da área de educação? Se a educação sempre fez isso é porque ninguém fazia. O que fazer com esse sujeito? É muito fácil para alguém da classe média gastar o que tem e o que não tem e colocar alguém para estar com o seu filho, pela qualidade de vida deles, para dar uma condição a eles. E quanto aos mais pobres, devem ser encarcerados novamente? O Estado tem de tomar conta. Se a área de educação vai soltar, o Estado tem de tomar conta da outra parte. O Estado tem de atuar de forma integrada.

Então, defendemos, sim, que o sujeito tenha assistência, assim como eu, depois dos 18 anos, tive a oportunidade de continuar estudando, porque não te-

nho deficiência. Outras pessoas também. A maior parte de nós, aqui, não é diagnosticada com deficiência.

O Deputado Chico Alencar lembrou que muitas vezes há problemas que implicam mais na evolução do sujeito, mas não são diagnosticados assim. As pessoas têm oportunidade de fazer faculdade, pós-graduação, mestrado, doutorado. A pessoa não precisa parar. Por que negar isso para a pessoa com deficiência?

Então, o Estado tem de oferecer, sim, oportunidades. Não quero dizer que esse sujeito deva estar numa escola aprendendo português, matemática e química, mas é preciso oferecer-lhe alternativas. Se não vai ser na educação, ótimo, mas que o Estado não deixe a pessoa com deficiência desamparada. Esse sujeito contribui com impostos como as pessoas sem deficiência também.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Novamente com a palavra o Dr. Salomão.

O SR. JOSÉ SALOMÃO SCHWARTZMAN – Se eu discordar, o senhor retirará meu prêmio?

Essa discussão que estamos iniciando agora é outro problema que precisaríamos de horas para discutir.

A pergunta não é o que essa pessoa vai fazer depois. A pergunta é o que ele está fazendo na escola hoje. Essa é a questão. O indivíduo não deve ficar na escola apenas para que a família tenha um lugar onde ele possa estar. Absolutamente. A escola não é um estacionamento onde deixo meu filho, num canto, ainda que não ganhando nada. A pessoa ganha alguma coisa na escola regular? Essa é a questão. Se ele ganha algo, ele tem o direito de continuar lá eternamente, mas e se ele não ganha?

Quando a escola dará conta de seu papel? O papel da escola, até onde sei, é ensinar. Não me venha com essa história de que vale a pena colocar a pessoa com deficiência na escola para que ela se socialize. Ele não se socializará. Ele será marginalizado dentro da sala de aula. Agora, no Brasil, inventou-se outra moda, que acho extremamente estigmatizante: o indivíduo vai para a escola regular, numa classe regular, com um indivíduo ao seu lado, que é a interface entre ele e os outros.

Vejam o seguinte exemplo. Sou são-paulino, jamais consegui chutar uma bola direito, mas o meu pai é muito rico; entro em campo, ou seja, no Morumbi, e em vez de 11 indivíduos entram 12 indivíduos. Sou pontaesquerda e tenho o meu *personal training* ao meu lado, que me diz a toda hora *vai para lá, chuta para cá*.

Estou incluído nesse time? Não estou incluído, absolutamente. Isso não é inclusão. Acho que estamos esquecendo, quando falamos de inclusão, de discutir

o que é primordial, o que é melhor para o indivíduo incluído, o que se espera da inclusão. Já ouvi coisas absurdas: *“É ótimo que o autista vá para uma escola regular, porque os outros convivem melhor com a diferença depois”*. Ora, meu filho não faz parte do jardim zoológico, onde o exponho para que os outros se habituem com ele. Não! Tenho de fazer o que é melhor para ele.

Essa é a minha questão, Sr. Fernando.

O Estado, seguramente, tem de ofertar alguma coisa, e estou convencido de que para boa parte dos autistas não é a escola, é outra coisa. Meninas com síndrome de Rett que estão incluídas em escolas regulares em várias cidades de São Paulo, a partir dos 10 anos já estão em cadeiras de rodas. Elas não falam, são severamente afetadas, não têm movimentos voluntários. O que é que estão fazendo numa escola regular? O que é que elas estão ganhando? Estariam ganhando muito mais num Hospital Dia, onde receberiam os cuidados de que precisam.

Nós começamos a discutir a inclusão de uma forma totalmente inadequada. Importamos uma ideia depois de 50 anos de gestação. De repente nós adotamos esse modelo. O MEC determinou e está-se tentando implantá-lo. As escolas não estão preparadas, os professores não sabem quem é deficiente, os modelos pedagógicos que nós temos não servem para os deficientes. O modelo pedagógico que serve para o deficiente mental não serve para o autista, o do autista não serve para o surdo, o do surdo não serve para o cego. Ora, falar em inclusão de todos numa escola regular, valha-me Deus, é um absurdo! O Brasil está conseguindo acabar com um dos poucos aspectos em que nós éramos ótimos, que é a educação especial. Lamentavelmente, nossas escolas especiais estão sendo fechadas. A APAE de São Paulo – imaginem – não aceita mais deficiente mental, porque, segundo eles, os deficientes estão na escola regular.

Nós deveríamos discutir isso com muito mais detalhes. O problema não é que eles se mantenham na escola. O problema é, a meu ver, o que fazer com esses indivíduos, que merecem o melhor, muito mais do que a escola regular pode lhes dar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Passamos a palavra à Dra. Eliana Rodrigues Araújo.

A SRA. ELIANA RODRIGUES ARAÚJO – Inclusão é exatamente a minha vida. Eu trabalho em prol da inclusão. Acho que nós temos uma legislação, em termos de educação, maravilhosa. O que está faltando é colocá-la em prática. São poucas as escolas no Estado onde eu trabalho, na capital – eu moro em Natal –, que têm recursos. Temos um único centro que atende à população de Natal. É inviável, é impossível.

Mas, na minha opinião, todas as pessoas têm direito a escola. O que nós temos que saber é do que elas precisam e o que pode ser feito, e então oferecer-lhes essas condições.

Meu filho, diferente do que o imaginário social pensa hoje quando o vê, não foi fácil incluí-lo. Três escolas pediram à gente para levá-lo para outro lugar porque não tinham o que fazer. E eu repetia a frase que o Dr. Salomão disse: *“Pelo amor de Deus, deixem.”* Naquele tempo, nem legislação havia. *“Deixem que eu me viro.”* *“Olhe, seu filho não vai se alfabetizar, ele não vai aprender a ler, ele não tem condições de ler, ele não entra na sala de aula. Estamos há 4 meses em aula, e ele nunca entrou. Um dia que ele entrou na sala ele correu para debaixo da mesa.”*

Nós temos que entender que uma coisa é a filosofia. A filosofia inclusiva norteia parâmetros de práticas. Mas como nós vamos pegar essa filosofia e aplicá-la na prática? Como nós temos condições de atender? Analisando cada caso. Mas em momento algum – eu fico arrepiada, e vou puxar o cabelo do Dr. Salomão –, em momento algum a gente pode dizer que é contra a inclusão. As crianças – eu fico impressionada –, elas percebem, elas ouvem, elas entendem. Tempos depois vêm dizer que ouviram isso, que entenderam aquilo.

Então, quando uma família chega com a criança para conversar comigo, a primeira coisa que eu digo é: *“Cuidado com o que você diz, ele está ouvindo.”* *“Não, ele não entende nada, ele não está entendendo.”* *“Está, sim. Não sei o que ele está entendendo, nem como ele está entendendo, mas ele está, sim. Quando você vier conversar comigo coisas pessoais da criança, deixe-a em casa. Quando for conversar com ela, aí sim traga-a.”* A filosofia da inclusão parte do pressuposto do respeito ao ser humano em todos os sentidos, e aí estão inseridos os direitos da criança.

Toda criança adora a escola. É possível que uma vá para a escola e faça como fazia o meu filho, que se agarrava no pescoço do pai e o arranhava todo para não entrar na escola. Nós fomos investigar o que era. Ele tinha uma professora que ficava dizendo, depois que a gente saía, é claro: *“Eu não sei o que esse menino está fazendo aqui. Aquela mãe dele é uma desvairada, porque o menino não vai aprender nada.”* E ele entendia. Até hoje ele tem raiva dessa escola. Ele diz o nome da professora: *“Eu não gosto daquela jararaca, daquela megera indomável.”* Ele falava, só que ele falava com ecolalia, repetindo as frases que ouvia.

Ele tinha fascínio por desenho animado. Ficava em casa com minha mãe, uma babá e uma empregada. Mamãe dizia: *“Vamos tomar banho, está na hora de ir para a escola. Corra, vamos tomar banho, sua mãe vem te buscar.”* Aí ele, passivo, na frente da

televisão, dizia: *“Só se for por cima do meu cadáver.”* Era uma fala do desenho animado, não lembro qual. A gente dialogava dessa forma. A gente dizia alguma coisa, ele respondia com uma frase que ele pegava lá no tempo. Aos 13, 14 anos de idade é que ele começou a construir uma fala própria. Antes dessa fala própria, quando ele ainda falava com ecolalia, teve uma época, quando ele foi crescendo, em que ele passou a usar a linguagem do Sérgio Chapelin, que era um apresentador de televisão. No outro dia ele dizia todo o *Jornal Nacional*. Se alguém dizia *“parece que vai chover”*, ele respondia *“tempo bom, com vento noroeste, temperatura não sei o que, chuva forte.”* Enfim, ele saía repetindo. Se alguém dizia que não sei quem tinha morrido, ele dizia *“com 3 tiros na cabeça...”* O que ele ouvia na televisão ele repetia no dia seguinte, dentro de um contexto.

Ele fazia fonoterapia, e as fonoaudiólogas lhe davam alta, diziam que ele falava melhor do que elas, melhor do que eu, que tinha um sotaque lindo de carioca. Claro, ele repetia o que os desenhos diziam e pronunciava superbem. Elas davam alta para ele. Eu dizia: *“Não pode, ninguém fala desse jeito, tem alguma coisa errada.”* Com 13, 14 anos, depois de outros tratamentos, é que ele foi desconstruindo essa ecolalia e construindo a fala dele. O que aconteceu? Ele gaguejava feito um louco, e batia na cabeça porque não lembrava o que ia dizer. Faltavam palavras, faltava construção frasal, o pensamento. O problema era a linguagem, não era a fala. E a escola foi superimportante, porque ele ouvia os meninos falarem e chegava em casa dizendo, por exemplo, “jogo de cintura”. Algo assim. E ficava, de um lado para outro: *“Jogo de cintura, jogo de cintura”* *“Meu filho, o que é?”* *“Jogo de cintura.”* *“Sim, o que é que tem jogo de cintura?”* *“Jogo de cintura.”* *“Onde você ouviu?”* *“Ah, é que o colega disse assim: ‘Breno, você precisa ter jogo de cintura.’”* *“Sim, meu filho, deixe eu explicar o que é jogo de cintura. Tá vendo isto aqui? É uma cintura, não é?”* *“É.”* *“Não é esse jogo, não. Isto aqui não tem jogo, não.”* Aí ia explicar que era flexibilidade, era você ouvir uma coisa e não dar atenção, que era você fazer de conta que não estava ouvindo. Tivemos que construir toda uma história com ele, uma construção simbólica da palavra. E hoje Breno fala superbem. Continua falando melhor que eu, graças a Deus.

A SRA. SANDRA CERQUEIRA – Eu só queria dizer que essa experiência realmente faz com que a gente entenda a problemática da inclusão. O que o Dr. Salomão disse é prova da prática de cada um na vida. A conclusão a que nós chegamos na Metamorfose, vamos dizer assim, o que eu posso compartilhar com vocês hoje, como tia e como profissional, como edu-

cadora, e acho que temos de pensar nesse sentido, é que um autista precisa de alguns requisitos mínimos. Ele precisa de um currículo personalizado. Ele precisa de uma sala com número reduzido de alunos. Ele precisa de uma equipe multidisciplinar. A família dele precisa de acompanhamento. O trabalho não pode ser feito somente com o autista, tem de ser feito também com os pais. Essa é a razão do sucesso.

Os governantes, os Ministérios, o Governo tem de estar aberto para ouvir que existem modelos que estão dando certo, e isso vir, aí sim, para a matéria inclusão. Os debates estão ficando nas universidades, mas onde está acontecendo a prática? Nós temos que levar tudo para um nível de questões mínimas. Um currículo. Se cada autista é um, se cada um tem uma habilidade diferente, motora, sensorial, ele tem que ser avaliado e tem que ser trabalhado nas suas deficiências, nas suas debilidades, e não numa turma de 20 crianças, de 25 crianças, 30 crianças. Impossível. O Breno foi abençoado. Mas isso tem que atender a todos. Nós temos que fazer com que os governantes discutam e cheguem a conclusões sobre quais são os parâmetros para um autista, que é diferente de pessoas com outras síndromes, porque o autista, se bem estimulado, chega a níveis que ninguém pode imaginar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado, Dra. Sandra Cerqueira.

O Dr. Salomão pede novamente a palavra, para esclarecimentos.

O SR. JOSÉ SALOMÃO SCHWARTZMAN – Eu quero pedir a você especificamente, Eliana, que não faça isso, essa coisa que se faz muito aqui no Brasil de dizer que é a favor ou contra a inclusão. Em nenhum momento eu me coloquei contra a inclusão, e acho que as pessoas que me entenderam, e que devem ser maioria aqui – você disse que não pode ver alguém falar contra a inclusão –, devem ter percebido que eu não falei contra a inclusão, falei contra a inclusão inadequada, desleal, que compromete o indivíduo, que não leva em conta as suas necessidades, e que leva em conta a filosofia. Do ponto de vista da filosofia, ninguém discute. Não há o que discutir.

Eu faço inclusão há 40 anos, quando ninguém falava disso. Quando? Quando o indivíduo provava que podia, quando a escola era cúmplice, sem nenhum alarde. Não havia nenhum problema. Mas também participei de um monte de casos em que, num determinado momento, eu e a família chegávamos à conclusão de que aquele não era o lugar adequado.

Então, não se trata de ser contra ou a favor. Aliás, se alguém perguntar para outro se ele é contra ou a favor da inclusão e a resposta for “sim” ou “não”, eu já não confio mais nessa pessoa, porque não existe o

“sim” e o “não”, existe o depende. Depende de quem eu estou falando, de onde eu moro, de que escola eu tenho, de que professor é aquele. Ora, num determinado momento eu sou absolutamente contrário à inclusão, porque o ambiente que eu tenho disponível é tão ruim que eu prefiro que a criança vá aprender em casa, com tutor. Eu sou contra a inclusão desse indivíduo.

E outra coisa, para concluir, porque eu já falei demais, é que temos que tomar cuidado com as coisas que ouvimos baseadas em experiências pessoais. Eu não discuto a experiência da Sandra, eu não discuto a experiência do filho da Eliana. O que temos que entender é que estamos tratando de problemas anedóticos, ou seja, voltados para um indivíduo. Se o filho do Fernando, quando come glúten, tem uma alteração comportamental evidente, é lógico que ele não tem que comer glúten. Propor que essa dieta seja extensiva aos autistas do Brasil e que o Poder Público pague por isso é outra coisa, não tem sentido nenhum. Isso está naquele anteprojeto que foi encaminhado para a Câmara. Pressupõe-se lá que o Poder Público arque com todos os tratamentos, aspas, “inclusive os alternativos e complementares”.

Escutem, qual é o Governo que endossa um tipo de conduta que não está cientificamente comprovada? Em países nórdicos, o médico que fizer isso vai preso. Necessitamos de pesquisa? Sem dúvida nenhuma. E quando é que se começa a usá-la como uma ferramenta? Quando ela tiver sido absolutamente comprovada, não antes. Quem me garante que tirar o glúten de uma criança que não tem alergia a ele não acarretará consequências graves daqui a 20 anos? Onde está a evidência disso? Quem me garante – e já se está fazendo isso nos Estados Unidos – que usar célula-tronco em criança autista não vai fazer com que ela tenha câncer daqui a 5 anos? Onde está o substrato que me permite fazer isso? O pai e a mãe podem decidir usar terapias alternativas, mas o profissional tem obrigação de dizer a eles tudo o que se conhece sobre aquilo, inclusive que é algo não comprovado, cujos riscos não se conhecem, e assim por diante.

Então, acho que o caso anedótico vale para aquele caso individual. Ele não pode ser generalizado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Verificamos no debate que a próxima coisa a se fazer é uma Comissão Geral – até já propusemos – para discutirmos a questão, porque aí teremos aproximadamente 5 horas com especialistas, com Parlamentares, com familiares, até com autistas, etc. Como há dificuldade nesse período, vamos tentar discutir os projetos em tramitação. É importante o debate. E o debate continua.

Passo a palavra para o Argemiro Garcia, Mediador da Lista Virtual Autismo no Brasil.

O SR. ARGEMIRO GARCIA – Vou ser bastante breve, até porque meu voo é às 19 horas, tenho de estar no aeroporto às 18 horas.

Só quero acrescentar que um dos métodos alternativos que está aparecendo aqui no Brasil é a estimulação magnética transcraniana. Estão propondo que apliquem um campo magnético no cérebro dos autistas, porque assim eles vão melhorar o autismo. Mas ninguém discutiu o que acontecerá 20 anos depois de ter aplicado um campo magnético no cérebro. Já ofereceram para mim, a fim de eu tirar esse zumbido que tenho no ouvido o tempo inteiro; eu agradei, porque não quero colocar um campo magnético em meu cérebro.

Em relação à inclusão, concordo com o Dr. Salomão quando diz que não dá para fazê-la para todos. Mas não digo para todos, digo em qualquer lugar.

Vou aproveitar para dar uma alfinetada no Deputado Chico Alencar. Não sei se ele se lembra, há muito tempo, de uma reunião de professores lá no Rio de Janeiro. O corporativismo dos professores, às vezes, faz com que o corpo de uma escola fale: “*Esse aluno não serve, esse aluno não dá*”.

Acho que o profissional da educação deveria internalizar seu papel de educador e como parte da escola. A escola tem de se adaptar ao aluno, a escola tem de se aplicar ao aluno. Tenho muito medo de tentarmos definir o limite: daqui para a esquerda, eles podem entrar na escola; daqui para a direita, esses que estão do lado de cá da linha não têm condição de ser incluídos.

Eu pergunto: quando vamos definir isso com clareza? Porque foi-me dito que meu filho não servia para 5 escolas. Cinco escolas o convidaram a sair. Só aos 16 anos ele foi convidado a entrar numa escola pública, que há um ano e meio está se esforçando para trabalhar com ele, mas já era bem tarde. Ele já havia perdido um tempo enorme. Tenho certeza de que se os profissionais das escolas tivessem se esforçado para trabalhá-lo com 4 anos de idade e tivessem se despedido de preconceitos, ele hoje estaria numa situação bem parecida com a do Breno, talvez até melhor.

Concordo que casos anedóticos não podem servir de referência, mas também digo que casos anedóticos não podem servir de referência para apoiar a inclusão nem para dizer que existem limites para a inclusão, porque não sei onde está esse limite. No passado, ele era bem mais amplo. Estamos conseguindo trazê-lo de modo a colocar cada vez mais gente dentro da escola. Se o deixarmos na mão de pessoas que estão com paradigmas amarrados, do profissional de educação

que aprendeu, há 5, 10 ou 20 anos, na escola, como aplicar de uma determinada maneira e não consegue mudar seus paradigmas e se reciclar, nunca vamos incluir essas crianças na escola e da escola para a sociedade. Essa é minha preocupação.

Embora eu concorde que talvez exista um limite para dizermos quem pode ou não entrar na escola, a princípio, acho que o problema ainda está na mão da escola. Ela tem de se adaptar para educar a todos. Se lá na frente dissermos que esses aqui, realmente, não têm jeito, eu vou assinar embaixo. Mas por enquanto ainda digo: vamos trabalhar para melhorar as escolas, a fim de elas serem inclusivas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – O Argemiro acabou dando a entender que sou um corporativista. Aliás, eu estou Deputado e sou professor. Agora, sempre combati o corporativismo, inclusive o Parlamentar, que é o pior de todos, porque vira uma classe social voltada só para seus próprios privilégios. Nós nos protegemos muito bem aqui, muitas vezes para manter a mamata.

O professor é aquele que reaprende permanentemente. Mas, às vezes, a própria estrutura do ensino não permite que ele possa desenvolver sua pedagogia. Aí eu concordo muito com o Dr. José Salomão: como tudo no Brasil, o termo “inclusão” é inquestionável. Alguém pode dizer que é contra a inclusão? Não há quem diga que é contra os direitos humanos, mas no detalhe há visões diferenciadas. A inclusão do engodo, a inclusão falsa destrata o supostamente incluído. Acho que esse ponto é comum aqui. Temos de avançar, senão fica tudo na superfície. O contra ou o a favor, o maniqueísmo não é um bom caminho, inclusive nas categorias profissionais. O professor ou a escola que diz que não tem condição, livra-se daquele problema.

Já ouvi professor dizer – e é um ponto polêmico – que é contra o regime de cotas, porque está preparado para dar aula a pessoas bem informadas. Eu disse que aquilo era ótimo, porque estava desestabilizando até sua formação. Então, era preciso se readequar, porque havia uma vaga popular que estava desinstalando as pessoas, e era bom naquele sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Alguém no plenário deseja se manifestar?

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES – Sr. Presidente, não vou questionar nada, mas como ele citou o caso dos homens, quero apenas dizer que minha esposa é canhota e é quem tem a melhor orientação espacial.

Sou médico, professor de Matemática e bem formado em Geometria, a qual estudei mais a fundo. Mas há um detalhe: pego o carro, o mapa e vou no sentido racional. Se minha esposa fizer um percurso, ela o faz

de novo com muito mais precisão que eu. Eu me rendo a isso. Só para dizer que há exceções.

Com relação à visão espacial, lá em casa é o contrário. É ela que é canhota.

O caso específico de anedótico, realmente, não pode ser generalizado, assim como a generalidade, que ele colocou, tem exceções. Há mulheres que são bem orientadas espacialmente.

É isso que estou querendo dizer, pelo próprio exemplo que tenho em casa.

O SR. PAULO ROBERTO MIRANDA – Sou jornalista da *Rádio Câmara*.

Esse tema é muito interessante para mim, porque minha esposa é professora no entorno de Brasília.

Alguém citou uma turma de 30 alunos, parecendo um exagero. Saibam que aqui em Brasília há escolas com 50 a 60 alunos, às vezes, na sala de aula. Minha esposa dá aula de História para 600 alunos, não numa turma só, mas a turma, às vezes, tem 50 alunos.

O Sr. Argemiro abordou a excepcionalidade de um autista ou de um deficiente aprender junto com outra turma que não seja de deficientes. Não sei qual o padrão científico para medir isso. Ouvimos muitos professores reclamarem que não conseguem dar aula para esses alunos ou que necessitam de especialização. Talvez isso possa parecer preconceito ou corporativismo do professor, conforme o senhor disse, por não estar querendo receber aquele aluno deficiente. Na minha visão, necessita-se mesmo de uma escola especializada para atender a esse aluno.

Acho que o Dr. José Salomão falou alguma coisa nesse sentido. Todos nós somos a favor da inclusão, mas depende do lugar e de como ela será feita. Aí está o problema. Às vezes, ao incluir numa turma um garoto que deve receber cuidados especiais, pode ocorrer atraso em toda a turma. Já polemizei até com alguns professores sobre essa medida. Pode parecer preconceito, mas alguns sentem dificuldades, porque o resto da turma fica atrasado.

Peço esclarecimentos sobre esse aspecto. Qual é a fórmula certa para incluir essas pessoas com deficiência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Faltou apenas dizer o nome para registro.

O SR. PAULO ROBERTO MIRANDA – Paulo Roberto Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Paulo Roberto.

Tem a palavra a senhora.

A SRA. MARIA LÚCIA GONÇALVES – Vou falar do meu neto, por exemplo. É pontual? É, mas é o que já conhecemos. Ele ficava falando um mantra: “iiiiii” Ele atrapalha? Oxe! A professora manda para fora da sala.

Vai dar ponto? Tem que ter silêncio, não tem? Manda ele para fora da sala. Ué, que conversa é essa? Ele não vai aprender nada. Manda para fora da sala justamente na hora de dar o ponto? Está errado. Vamos conversar com a diretora, vamos falar com aquele pessoal da sala de recursos, sei lá o quê. Está errado.

Nós, pais e avós, sabemos como lidar com as nossas crianças. Cheguei lá e disse: *“Gente, tem que negociar com ele. É simples assim: ó, ó...”* E tem mais: ele estava começando a fazer “iiii” para ser mandado para fora, porque lá fora ele ia para a biblioteca. Ah, mas que bom! Ele corria para a biblioteca. Então, eu “chavei” a biblioteca, pelo menos para ele entender. Não, biblioteca não. Há uma volta lá para fora e tal. *“Vamos diminuindo esse tempo, porque vocês têm esse hábito aí e vamos negociar com ele.”* Se ele ficar quieto, pode depois ir à biblioteca. Mas na hora do ponto ele tem que ficar quieto.

Então, somos nós, às vezes, que ensinamos os professores. Entendeu?

O SR. PAULO ROBERTO MIRANDA – Sim, senhora.

A SRA. MARIA LÚCIA GONÇALVES – Não é só ensino lá de cima e daqui dos lados, professoras, especialistas... Não! Somos especialistas em nossos filhos. Entendeu? E somos nós que contribuímos. Temos que saber o que está acontecendo com nossos filhos. Nós temos que informar. Nós temos que estar ali na escola para saber a dificuldade dele.

Ele vai continuar falando o mantra dele? Vai, não tenha dúvida. O “iiii” ele vai falar mesmo. Quando ele estiver ansioso, vai falar. Mas é aluno 10 em matemática, 10 em informática. Ele vai fazer altas habilidades por avaliação de uma equipe multidisciplinar. Ele está indo para a informática fazer altas habilidades. Faz natação, faz equoterapia, tudo pelo Governo.

Então eu posso dizer que o Governo daqui funciona assim. Em educação, entendam bem! Só! Quando eu falo da escola, vejo ali uma pessoa que lutou durante todos esses anos. É ou não é? Lutamos junto com ela, com o GT. Era grupo de trabalho, era intersetorial, o ano inteiro. Enfim, lutamos o tempo todo para isso. E eu dizia sabem o quê? *“Ó, não estou aqui lutando pelo meu neto não; eu estou lutando pelo neto e filho dos outros, porque o meu neto não precisa.”* E aí morreu o meu marido no ano passado. Ele que pagava tudo faltou, e meu neto precisou. Eu que lutei esses anos todos por uma escola de qualidade estou aí e coloquei o meu Vítor lá.

Gente, é isso: tem que lutar. E não é só aqui não. Em saúde, Brasília está em penúltimo lugar, penúltimo lugar da Federação em saúde mental. Tem que olhar para isso, tem que olhar para isso!

Então, a luta continua agora pela saúde. – **Maria Lúcia Gonçalves.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Depois, teremos de parar porque o Dr. Salomão e o Argemiro terão de sair porque senão podem perder o avião e não vão chegar a seu destino.

A SRA. MARIA BENEDITA DE CASTRO ANDRADE – Boa tarde.

Sou Maria Benedita de Castro Andrade. Sou Vice-Presidenta de um sindicato. O Presidente está aqui do meu lado, João Alberto. Viemos a Brasília hoje por conta da PEC 555, pela extinção da contribuição do aposentado. E nessa reunião um Deputado disse que estava havendo esta audiência. Assim que acabou aquela reunião, corremos para cá. Infelizmente, não conseguimos chegar no início.

Está ocorrendo no Município de São Paulo e vai ocorrer no próximo final de semana um evento histórico e tardio. Estamos construindo o Plano Municipal de Educação. A Conferência acontecerá nos próximos sábado e domingo, para aprovar propostas construídas pela sociedade civil e pelo sindicato. Foi um movimento muito amplo, com muita participação.

Foi tudo tão corrido, mas nós trouxemos – eu e o João – tudo o que será votado no final de semana para ler, estudar, inteirar-se e escolher as propostas que deverão merecer a nossa manifestação.

Há uma proposta de educação inclusiva que aborda uma questão tocada aqui. Para cada aluno com problema tem de haver um acompanhante. Essa proposta está aqui. Parece que foi dito aqui que o caminho não é bem esse.

Gostaria de um esclarecimento até para ficarmos a favor ou contra essa proposta, porque ela será votada no domingo, não só para a Prefeitura – estou vendo aqui a Deputada Erundina –, mas para toda a cidade de São Paulo.

É algo muito sério. Se sairmos daqui com uma resposta nesse sentido – nossa! – ganhamos o dia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado.

Vamos passar a palavra aos membros da Mesa.

A Deputada Erundina gostaria de se manifestar?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Deputado, quero apenas saudar os convidados e membros desta Mesa. Lamento não ter podido vir antes. Nesta Casa, sobretudo nas quarta-feiras, temos de nos “bilocar”, “trilocar”, sei lá. Lamento muito, mas vou aproveitar pelo menos essa intervenção. Ouvi as duas últimas manifestações e fiquei muito contente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Quero também justificar a ausência do Deputado Domingos Dutra, que se encontra em greve de fome e não pôde comparecer a esta reunião.

Passarei a palavra aos membros da Mesa para suas despedidas e comentários. Passarei a palavra aos 2 convidados que estão próximos de se retirar da reunião para que possam chegar logo ao aeroporto.

Tem a palavra o Dr. Salomão.

O SR. JOSÉ SALOMÃO SCHWARTZMAN – Vou reiterar o que eu havia dito antes: na minha visão, esta é uma fórmula que não resolve o problema daquele indivíduo.

Na verdade, o que se está falando aqui é que o ambiente escolar, para ser o mais inclusivo possível, tem de se modificar. Não adianta eu colocar uma pessoa a serviço do indivíduo com uma necessidade especial dentro de uma sala de aula que não vai modificar a sua estrutura. Ou seja, estou colocando uma interface entre ele, os demais alunos e a professora. Eu pergunto se isso é incluí-lo. Na minha visão, isso é excluir o indivíduo da sala de aula. Se for para gastar o dinheiro dessa forma, acho que tem de contratar um especialista para ir à casa do deficiente, se for o caso, para dar aulas particulares, e a socialização será feita em outro aspecto.

Essa é uma conduta que tem sido tomada por várias escolas particulares em São Paulo, e eu tenho me colocado contra ela. Sei que esse assunto é controverso. Muita gente está apoiando a medida, mas a vejo como algo que distorce ainda mais o processo de inclusão do indivíduo na escola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Sr. Argemiro.

O SR. ARGEMIRO GARCIA – Em relação à maneira de fazer essa inclusão, concordo com o Dr. Salomão que o acompanhante, pelo menos na maioria esmagadora dos casos, não vai ser benéfico, porque vai servir justamente de interface.

Um psiquiatra infantil de Belo Horizonte chamado José Belisário acompanha crianças autistas pequenas em processo de inclusão e constatou que quanto mais nova a criança melhor o resultado. Se a inclusão começar, como a do meu filho, aos 15 anos de idade, o processo vai ser muito mais complicado do que se começar aos 4 anos. Há todo o processo de a criança aprender e a escola aprender também.

É claro que, ao colocar nossos filhos na fase histórica em que estamos vivendo, eles são buchas de canhão. Eu assumo isso. Durante um tempo pensamos

em colocar nosso filho em escola especial, mas ele não avançava. Só quando encontramos uma escola particular inclusiva, do método Montessori, ele conseguiu avançar. Depois ele mesmo começou a não querer ir mais para escola porque tinha crescido muito em relação aos coleguinhas. Ele então foi para uma escola pública que já tinha prática de inclusão de surdos. E não é fácil. Não é fácil porque há o professor que rejeita trabalhar com aquele aluno porque acha que o lugar dele é em uma escola especial e não ali.

O acompanhante, como disse uma vez o Dr. José Belisário, em Salvador, na maioria das vezes, vai servir como uma babá que não deixa a criança se relacionar com os outros. E eu pedi a palavra naquela ocasião para dizer que íamos à escola para apanhar, para ralar o joelho, para quebrar o braço. Não vamos à escola apenas aprender. Vamos à escola para aprender a nos relacionar com os outros. E o autista, por mais dificuldade que tenha, no dia a dia, vai aprender essa relação.

Não podemos esperar que o professor se especialize, que seja treinado. Quantos anos vamos esperar para termos uma geração de professores treinados e especializados? Como bem disse o Deputado Chico Alencar em relação às cotas, o mesmo vale para a inclusão. Colocamos os filhos lá sabendo que é um sofrimento para eles esse processo. Houve momentos piores, mas alguém tem de começar. E empurramos ele para o fogo.

Os professores, mais do que curso de especialização para atender autista, curso de especialização para aprender sobre Síndrome de Down, curso de especialização para aprender sobre dislexia, têm de saber que o papel deles é educar, ensinar. E educar e ensinar é muito mais do que escrever em um quadro, do que fazer uma palestra. Ele tem que agir, há todo um processo e a escola toda tem de estar envolvida, tem de compreender a dificuldade daquela criança e trabalhar por ela.

Se estamos vivendo um período em que sequer rampas adequadas e portas de largura adequada existem para que as pessoas que não têm comprometimento cognitivo nenhum mas vivem em cadeira de rodas possam entrar na sala de aula ou possam ir ao banheiro, o que dizer de lidar com uma criança que tem dificuldade de compreender a comunicação, como é o caso do autista.

Sou contra o acompanhante na sala de aula, mas favorável a um processo para repensar o que é ser professor. E isso não vai ser de hoje para amanhã não, os professores têm de aprender isso e temos que

trabalhar para isso. Vai demorar, mas se esperarmos 15 anos, em 15 anos os professores não estarão treinados também e vamos esperar mais 15 anos. Vamos começar e quebrar a cara. O meu filho está quebrando a cara, mas está muito feliz quebrando a cara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado, Argemiro e Dr. José Salomão.

Com a palavra Sandra Cerqueira.

A SRA. SANDRA CERQUEIRA – Respondendo à pergunta, queremos deixar aqui o que nós sugerimos como sendo a melhor proposta para que se pense hoje em inclusão. Centros em que esses menos qualificados ficassem sem essa quantidade enorme de alunos. Onde recebessem currículo personalizado e todos os estímulos necessários e, então, migrassem para as salas regulares à medida que fossem realmente adquirindo as habilidades. Então, não há que se jogar essa criança numa turma de 60 alunos.

A formação dos professores é uma obrigação também do Governo. A qualificação é obrigação. O processo de inclusão tem de ser gradativo. Realmente, as experiências que tenho com pacientes mostram que os facilitadores se interpõem, dificultam a socialização, e a criança só passa a se comportar realmente apoiada em alguma coisa, o que é exatamente o oposto do que queremos. Queremos que ela seja independente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Com a palavra a Dra. Eliana Rodrigues Araújo.

A SRA. ELIANA RODRIGUES ARAÚJO – Acompanho escolas há 10 anos e algumas crianças que foram para escola privada, porque até então a escola pública não as estava recebendo, dizia que não tinha condições. Foram criadas estratégias diferenciadas.

Quando falamos em inclusão, estamos falando em algo muito amplo, é uma palavra que cada pessoa entende de um jeito. Foram mostradas práticas, estratégias educacionais e não inclusão. A inclusão é muito mais do que isso. Para a Benedita, não é isso?

A SRA. MARIA BENEDITA DE CASTRO ANDRADE – Maria Benedita de Castro do SINESP, sindicato só de gestores lá do município.

A SRA. ELIANA RODRIGUES ARAÚJO – Eu diria o seguinte: eu já mediei inclusão. Durante 3 meses, estava o facilitador na sala de aula, o que foi preciso para a criança poder entrar na sala, permanecer, ter o contato com a escola. Ela tinha um pavor tão grande que não se aproximava da rua da escola. Então, foi preciso o facilitador, sim, que ficou por 3 meses. Foi feito o desmame aos poucos, fomos tirando e tirando, até que no segundo semestre o facilitador ia apenas uma vez na semana e depois saiu.

Colocamos outras estratégias. O professor aprendeu a lidar com a criança ao ver o facilitador lidando com ela, usando estratégias que orientávamos. Essa que a Mara falou, temos de entender como a criança funciona. Então ela se pega, ela é muito esperta. O que eu acho incrível é que são muito inteligentes, muito espertas. Percebem que algo que fazem dá certo para atender o que queriam e ficam repetindo. E a gente entende como inadequado. E não é, é adequado para ele, é uma estratégia que aprendeu para ter o que quer.

O facilitador é uma estratégia que tem de ser muito bem orientada, porque senão termina sendo uma muleta da criança, que não cria autonomia, como a Sandra falou, e eu concordo.

A principal estratégia é reduzir o número de alunos em sala de aula, independente de ser cego, surdo. É impossível em uma sala com 50 alunos a professora dar conta. Independente de haver deficiência ou não, há uma diversidade, um aprende mais rápido do que o outro. Uma ação que precisa ser tomada urgentemente é a de reduzir o número de alunos por sala de aula. Outra ação é haver um corpo de apoio dentro da escola e não o pai ou a mãe levar o facilitador. Muitas vezes, o facilitador interfere na administração da escola, na rotina, na estrutura. A própria escola deve ter um corpo preparado para fazer essas mediações e usar as estratégias que sejam possíveis.

Quando a criança começa na escola – e não sou eu que estou dizendo, 8 estudos apontam isso – desde os 3, 4 anos, independe do nível de grau de dificuldade que tenha, ela vai conseguir ser inserida. Ela vai se ambientando com esse ambiente que é ríspido, agressivo para ela com muito mais facilidade.

Quando se coloca na escola, como o meu colega Argemiro colocou – sou amiga de Argemiro há séculos. Séculos não, desculpem-me, há 10 anos —, é muito difícil, é muito sofrimento para a criança. É diferente dos iniciantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito bem. Já estamos sendo chamados para a Ordem do Dia.

Passo a palavra ao Fernando Cotta.

O SR. FERNANDO COTTA – Pretendo ser bastante breve. Só para reafirmar mais uma vez que não há como fugir, Deputado: há necessidade de mais audiências públicas, há necessidade, sim, de ampliar esses fóruns de discussão. Terminamos de repente, por motivos que afligem a cada um de nós, caminhando muito para o lado da educação. Estamos comemorando na realidade o Dia do Orgulho Autista, que é muito maior

do que isso e envolve, sim, muito a educação. As pessoas autistas dependem muito disso, porque é fator de mudança na qualidade de vida dessas pessoas.

O assunto é muito extenso para ser discutido aqui. Isso também tem sido discutido exaustivamente nas propostas de emenda à Constituição. Eu mesmo já participei de 5 audiências públicas para tratar do tema.

Quanto ao acompanhante, por exemplo, gostaria que o Argemiro estivesse aqui e também alguns representantes da Secretaria de Educação que já foram embora, para me ouvirem dizer que o acompanhamento pedagógico funciona, sim, para muita gente. Já há documentários nesse sentido, inclusive de fora do Brasil, demonstrando como esses acompanhantes mudaram a relação dessas pessoas com a escola, mudaram a relação dessas pessoas com a vida. É um processo que pode, sim, caminhar para que seja gradativa a inserção dessa pessoa de um modo geral.

Defendemos uma escola de qualidade, que essas pessoas estejam inseridas de verdade. O Dr. Salomão falou aqui e realmente não adianta o sujeito estar inserido na tal inclusão em que muitas vezes não há investimento, que a sala de recursos não tem condição, que o pobre coitado do professor tem muitas vezes de lidar com 50 alunos e mais aquele aluno que tem uma necessidade especial e precisa ser atendido. Escola ruim ninguém quer. As pessoas sem deficiência também não a querem. Escola ruim não serve para ninguém. Precisamos mesmo de escola de qualidade, disso não há como fugir.

Cada caso é um caso, é importante se verificar isso. Cada caso é um caso e precisa ser avaliado. A redução de alunos, o papel de facilitador, o corpo de mediações na escola, como foi falado. No entanto, precisamos nos basear em alguma coisa muito clara: existe uma necessidade de orçamento para tudo isso. Dia 9 de outubro é o dia do autismo no orçamento. Vamos pensar nisso até lá.

E eu gostaria de dizer que o importante é a garantia da qualidade de vida das pessoas autistas e de suas famílias. O Estado de um modo geral, seja municipal, estadual ou a União, não pode mais se furtar a isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Agradeço a presença aos convidados, que deram contribuição ao debate, e a todos os demais que aqui estiveram.

Está encerrada a presente audiência pública.
Muito obrigado.

DESIGNAÇÃO

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1927, DE 2003, DO SR. FERNANDO DE FABINHO, QUE “ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001, PARA ISENTAR AS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL E TRANSPORTE COLETIVO URBANO ALTERNATIVO DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO – CIDE”. (DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA DO TRANSPORTE)

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo o senhor **Deputado Carlos Zarattini** relator da seguinte proposição:

PL 1.927/2003 – do Sr. Fernando de Fabinho – que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, para isentar as empresas de transporte coletivo urbano municipal e transporte coletivo urbano alternativo da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE. Apensados os PL-5311/2005, PL-424/2007, PL-785/2007”. – 10 de Março de 2009. – Deputado **Jackson Barreto**, Presidente.

SEÇÃO II

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CARLOS ROBERTO MARANHÃO COIMBRA**, ponto nº 4020, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Assistente Técnico, Classe Especial, Padrão 45, do cargo em comissão de Assessor Administrativo, CNE-07, da Diretoria Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ROSEANE VAZ GUIMARAES FERES**, ponto nº 3952, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, para exercer o cargo em comissão de As-

sistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Gabinete do Segundo Vice-Presidente, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANDREA COSTA MARQUES**, ponto nº 6339, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Divulgação Institucional, Classe Especial, Padrão 45, da função comissionada de Chefe do Serviço de Acompanhamento de Reportagens, FC-06, da Coordenação Agência de Notícias, da Secretaria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 07 de fevereiro de 2011.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANTONIO GERALDO MARTINS**, ponto nº 5983, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 33, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 08 de fevereiro de 2011.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CAROLINA VAN DER LINDEN DE SOUZA**, ponto nº 7140, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Divulgação Institucional, Classe A, Padrão 31, da função comissionada de Chefe da Seção de Recursos Técnicos, FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 08 de fevereiro de 2011.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CRISTIANE BRANCO MACEDO**, ponto nº 6662, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 44, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Gabinete do Líder do Partido Popular Socialista, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 09 de fevereiro de 2011.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **EGIO ALMEIDA ANDRADE**, ponto nº 4846, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 33, da função comissionada de Chefe de Gabinete, FC-08,

do Gabinete do Terceiro-Secretário, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 11 de fevereiro de 2011.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JOSE EDUARDO MACHADO**, ponto nº 6001, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 33, da função comissionada de Supervisor de Operações Especiais, FC-05, da Coordenação de Operações Especiais, do Departamento de Polícia Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 09 de fevereiro de 2011.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MANUEL ALVES**, ponto nº 5528, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 33, da função comissionada de Assessor Técnico, FC-07, do Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 08 de fevereiro de 2011.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ABRAHÃO REZENDE AIDAR**, ponto nº 6833, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Engenheiro, Classe Especial, Padrão 41, para exercer, a partir de 08 de fevereiro de 2011, a função comissionada de Chefe de Seção, FC-05, do Departamento Técnico, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ANDREA COSTA MARQUES**, ponto nº 6339, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Divulgação Institucional, Classe Especial, Padrão 45, para exercer, a partir de 07 de fevereiro de 2011, a função comissionada de Diretor da Coordenação de Divulgação, FC-07, da Secretaria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **CARLOS ANTONIO MASSON**, ponto nº 5852, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 33, para exercer, a partir de 10 de fevereiro de 2011, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05,

do Gabinete do Presidente, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **CAROLINA VANDER LINDEN DE SOUZA**, ponto nº 7140, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Divulgação Institucional, Classe A, Padrão 31, para exercer, a partir de 08 de fevereiro de 2011, a função comissionada de Chefe do Serviço de Acompanhamento de Reportagens, FC-06, da Coordenação Agência de Notícias, da Secretaria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **CRISTIANE BRANCO MACEDO**, ponto nº 6662, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 44, para exercer, a partir de 09 de fevereiro de 2011, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Gabinete do Líder da Minoria, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **EGIO ALMEIDA ANDRADE**, ponto nº 4846, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 33, para exercer, a partir de 11 de fevereiro de 2011, a função comissionada de Assessor Técnico, FC-07, do Gabinete do Presidente, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **FABIO HENRIQUE TENORIO PEDROSA**, ponto nº 6843, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Televisão, Classe B, Padrão 40, para exercer, a partir de 07 de fevereiro de 2011, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Gabinete do Segundo Vice-Presidente, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **FRANCISCO CARLOS BENINCASA**, ponto nº 3729, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 33, para exercer, a partir de 09 de fevereiro de 2011, a função comissionada de Supervisor de Operações Especiais, FC-05, da Coordenação de Operações Especiais, do Departamento de Polícia Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **LETICIA SAYURI**

ONO, ponto nº 7141, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Divulgação Institucional, Classe A, Padrão 31, para exercer, a partir de 09 de fevereiro de 2011, a função comissionada de Chefe da Seção de Recursos Técnicos, FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **AMARILDO GONÇALVES FERRAZ**, ponto nº 3763, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Arquitetura e Engenharia, Classe Especial, Padrão 33, 2º substituto do Supervisor de Almoxarifado, FC-05, da Coordenação de Almoxarifados, do Departamento de Material e Patrimônio, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 03 de fevereiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANDRE SAID DE LAVOR**, ponto nº 7214, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe A, Padrão 07, substituto do Chefe da Seção de Paginação e Acabamento Noturno, FC-05, da Coordenação de Serviços Gráficos, do Departamento de Apoio Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 03 a 17 de janeiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CARLOS LUIZ PEREIRA LIMA DOS SANTOS**, ponto nº 3860, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços Especiais, Classe Especial, Padrão 33, substituto do Chefe de Secretaria, FC-06, do Gabinete do Líder do Partido da Mobilização Nacional, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 20 a 26 de dezembro de 2010.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CLARICE DE FREITAS LIMA**, ponto nº 6151, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, substituta do Diretor da Coordenação de Biblioteca, FC-07, do Centro de Documentação e Informação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 03 a 31 de janeiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ETELVINO LINS ALMEIDA MACHADO**, ponto nº 2573, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 33, substituto do Chefe da Seção de Legislação Brasileira, FC-05, da Coordenação de Estudos Legislativos, do Centro de Documentação e Informação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 27 de dezembro de 2010 a 09 de janeiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **FABIANO FERNANDES ROCHA**, ponto nº 6825, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Engenheiro, Classe Especial, Padrão 41, 2º substituto do Chefe de Seção, FC-05, do Departamento Técnico, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 08 de fevereiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GUSTAVO SILVA DE SALLES**, ponto nº 6354, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 42, substituto do Chefe do Serviço de Consultoria de Desenvolvimento de Pessoal, FC-06, da Coordenação de Treinamento, do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 07 de fevereiro a 13 de março de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ILTON SEBASTIÃO FERRAZ DOS SANTOS**, ponto nº 6003, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 33, substituto do Chefe da Seção de Policiamento das Áreas Externas, FC-05, da Coordenação de Segurança Orgânica, do Departamento de Polícia Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 21 a 31 de janeiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **INÊS MARIA SILVA**, ponto nº 4774, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, Classe Especial, Padrão 33, 1ª substituta do Chefe de Secretaria, FC-06, do Gabinete do Terceiro-Secretário, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 08 de fevereiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JADIR DA CRUZ MOU-**

RA, ponto nº 4883, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Transporte Legislativo – Condução de Veículos, Classe Especial, Padrão 33, 1º substituto do Chefe da Seção Administrativa, FC-05, da Coordenação de Transportes, da Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 02 de fevereiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUIS AUGUSTO NERY BARRETO**, ponto nº 6829, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Engenheiro, Classe Especial, Padrão 41, 1º substituto do Chefe de Seção, FC-05, do Departamento Técnico, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 08 de fevereiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARCELLO LARCHER**, ponto nº 6889, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita, Classe B, Padrão 40, 2º substituto do Chefe da Seção de Edição Eletrônica, FC-05, da Coordenação do Jornal da Câmara dos Deputados, da Secretaria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 04 de fevereiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARCIO HONDA**, ponto nº 5260, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Audiovisual, Classe Especial, Padrão 33, substituto do Chefe da Seção de Pré-Impressão, FC-05, da Coordenação de Serviços Gráficos, do Departamento de Apoio Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 10 a 20 de janeiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARCIO HONDA**, ponto nº 5260, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Audiovisual, Classe Especial, Padrão 33, substituto do Chefe da Seção de Impressão Eletrônica, FC-05, da Coordenação de Serviços Gráficos, do Departamento de Apoio Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 03 a 09 de janeiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARCOS AURÉLIO LOPES DE SOUSA**, ponto nº 7017, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe A, Padrão 32, substituto do Secre-

tário-Executivo da CEDOS, FC-05, da Coordenação de Arquivo, do Centro de Documentação e Informação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 07 a 21 de fevereiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA APARECIDA NEVES**, ponto n.º 6892, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita, Classe B, Padrão 40, 1ª substituta do Chefe da Seção de Edição Eletrônica, FC-05, da Coordenação do Jornal da Câmara dos Deputados, da Secretaria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 04 de fevereiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARLON ALVES DE SOUSA SILVA**, ponto n.º 7040, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe A, Padrão 07, 1º substituto do Chefe da Seção de Cadastro de Cargos de Natureza Especial, FC-05, da Coordenação de Registro Funcional, do Departamento de Pessoal, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MURILO SERGIO DA SILVA NETO**, ponto n.º 4409, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, substituto do Chefe de Gabinete, FC-08, do Gabinete do Primeiro-Secretário, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 02 a 28 de fevereiro de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **PAULO EUSTÁQUIO LUIZ DE ALMEIDA**, ponto n.º 2087, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 33, substituto do Supervisor de Policiamento das Áreas Residenciais, FC-05, da Coordenação de Segurança Orgânica, do Departamento de Polícia Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 04 de fevereiro a 31 de março de 2011.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **VALTER BATISTA DA SILVA**, ponto n.º 2720, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 33, 1º substituto do Supervisor de Almoxarifado, FC-05, da Coordenação de Almo-

xarifados, do Departamento de Material e Patrimônio, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 03 de fevereiro de 2011.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ADRIANA MACHADO**, ponto n.º 119.479, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Primeiro Suplente dos Secretários.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ADRIANA MALGAREZI**, ponto n.º 120.003, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ADRIANE MARIA SERWY**, ponto n.º 118.289, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALESSANDRA ROSA GONDIM**, ponto n.º 112.068, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro, a partir de 07 de fevereiro de 2011.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALEXANDRE ALVES DE SIQUEIRA**, ponto n.º 119.533, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido da República.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALEXANDRE DE LUCA THOMÉ**, ponto n.º 119.180, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores.

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALINE POLISSENE CLIFFORD MACEDO**, ponto n.º 120.318, do cargo em comissão de Assistente

Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro.

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALINE VIRGINIA ALVES LIMA**, ponto n.º 119.552, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido da Social Democracia Brasileira, a partir de 1º de fevereiro de 2011.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALLAN SALIBA RODRIGUES**, ponto n.º 120.291, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Progressista.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALUIZIO FABIO MAROTTI**, ponto n.º 120.279, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALZINETE ESTELITO SILVA**, ponto n.º 116.403, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANA CRISTINA LANDIM FIALHO**, ponto n.º 113.140, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido da República.

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANA LÚCIA SILVA DE PAULO FIRMINO**, ponto n.º 118.937, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Popular Socialista, a partir de 1º de fevereiro de 2011.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANA PAULA DE SOUZA ALVES**, ponto n.º 119.927, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANA-**

TILDE MARIA CASTANHEIRO AMORIM, ponto n.º 119.538, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANTONIO DE CARVALHO SOARES FILHO**, ponto n.º 114.340, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ARQUICELSO BITES LEÃO LEITE**, ponto n.º 119.975, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ARYONE ALTINO FRANCO**, ponto n.º 119.010, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ATAIDE BEZERRA DOS SANTOS JUNIOR**, ponto n.º 119.450, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **BARBARA GUIMARÃES BRAGA ARAÚJO**, ponto n.º 118.670, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Vice-Presidente.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CAIO OLIVEIRA VASCONCELOS**, ponto n.º 118.615, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido da República.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CAROLINE LIMA FERRAZ**, ponto n.º 114.948, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Comissão de Segurança Pública e Combate

ao Crime Organizado, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CÁSSIA MARIA DA SILVA**, ponto n.º 119.691, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CICERO WILTON MIRANDA OLIVEIRA**, ponto n.º 120.197, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CLÁUDIA INÁCIA SOARES GOMES**, ponto n.º 114.984, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Comunista do Brasil, a partir de 1º de fevereiro de 2011.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CLAUDIO ANASTACIO DE SOUSA**, ponto n.º 118.447, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Progressista.

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CLODOALDO DA SILVA**, ponto n.º 120.148, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Democrático Trabalhista, a partir de 09 de fevereiro de 2011.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CRISTIANE DO AMARAL RICARDO AIRES**, ponto n.º 120.253, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CRISTIANNE MAYRINK SAMPAIO SILVA NETO**, ponto n.º 115.955, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido da República.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **DA-**

NIEL DE SOUZA CRUZ, ponto n.º 115.123, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **DANILIO OLIVEIRA SOUSA**, ponto n.º 120.111, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido da República.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **DARLENE CUSTÓDIO BESERRA SÁ**, ponto n.º 119.504, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **DENISE GUARDIEIRO CARDOZO**, ponto n.º 118.815, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Verde.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **DIEGO CAMPOS GOES COELHO**, ponto n.º 112.728, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **EDILAMAR BEZERRA CARVALHO**, ponto n.º 119.989, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ELAINE DRUMOND MACHADO**, ponto n.º 119.723, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ELIANE SANTOS DA SILVA**, ponto n.º 118.709, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **EMMANUELLE GIRARD FERREIRA NUNES**, ponto n.º

119.697, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **EVELISE MARIA CORRÊA MENEZES**, ponto n.º 119.127, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Social Cristão.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **FABIANA RENATA FRANSCISCA PIRES**, ponto n.º 119.671, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **FLAVIA APARECIDA RIBEIRO**, ponto n.º 120.396, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **FRANCISCO DE ASSIS GUIMARÃES**, ponto n.º 111.529, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GABRIEL ALBUQUERQUE BARROS**, ponto n.º 117.223, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GEORGE HENRIQUE BARBOSA OLIVEIRA**, ponto n.º 117.820, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GISELLE DE SOUSA GONÇALVES PEREIRA**, ponto n.º 119.315, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GREICE KELLY DE OLIVEIRA PALMEIRA**, ponto n.º 120.322, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GREYCE CAROLINE VIEIRA DOS SANTOS**, ponto n.º 119.367, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GUSTAVO OLIVEIRA NUNES**, ponto n.º 119.217, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Vice-Presidente.

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GUSTAVO SOUSA RODRIGUES**, ponto n.º 118.873, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Democrático Trabalhista, a partir de 07 de fevereiro de 2011.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **IZABEL CRISTINA DE MOURA**, ponto n.º 118.528, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido da República.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JOÃO CARLOS DE MATOS**, ponto n.º 119.045, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Suplente dos Secretários.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JÔNATHAS SILVA SANTOS**, ponto n.º 119.795, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JOSAFÁ FRANKLIN MIRANDA RODRIGUES**, ponto n.º 111.418, do cargo em comissão de Assistente Técnico

de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido da República.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JOSÉ FRANCISCO CAMPOS NÓBREGA**, ponto n.º 119.016, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JOSIANE RIBAS LANZARIN SPENGLER**, ponto n.º 117.246, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Primeiro Suplente dos Secretários.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JOSIVAN BRASILEIRO DA SILVA**, ponto n.º 120.310, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro Suplente dos Secretários.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JULIANA ALVES RODRIGUES**, ponto n.º 114.006, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JULIANA GALVÃO CAVALCANTI COUTO DE AZEVEDO**, ponto n.º 113.070, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JUSARA SIQUEIRA DE ALMEIDA**, ponto n.º 118.991, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Vice-Presidente.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **KARLA WANESSA FONSECA BRAGA FARNEZE**, ponto n.º 119.995, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro Suplente dos Secretários.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **KATIA NAIZER DE MOURA MACHADO**, ponto n.º 119.785, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Vice-Presidente.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LIANA CRISTINA DE OLIVEIRA FERREIRA**, ponto n.º 110.336, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LILIAN APARECIDA TODARELLI JUNQUEIRA**, ponto n.º 118.641, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro Suplente dos Secretários.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LINDONVALTON DA SILVA LUSTOSA**, ponto n.º 120.316, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Comissão, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUCAS SENA AVENA**, ponto n.º 120.320, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Verde.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUCIANA COUTINHO DOS SANTOS OLIVEIRA**, ponto n.º 119.994, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUCIANA DE FREITAS GONÇALVES**, ponto n.º 117.029, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUDMILA NEVES BARBOSA DA SILVA DE LOYOLA**,

ponto n.º 118.231, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUIZ ANTONIO COELHO ROMERO**, ponto n.º 119.134, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Primeiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUIZ OTÁVIO AVELAR DA CONCEIÇÃO**, ponto n.º 119.718, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro Suplente dos Secretários.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MAICOW COSTA DA GAMA**, ponto n.º 119.889, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARA REGINA REZENDE**, ponto n.º 119.030, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARCELO BESSONI DE ALMEIDA**, ponto n.º 119.402, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARCOS VINICIUS BARROZO CAVALCANTE**, ponto n.º 120.315, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA CLARA DE BARROS CORREIA DANTAS**, ponto n.º 113.649, do cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara

dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA IDALINA DE SANT'ANA**, ponto n.º 120.189, do cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA**, ponto n.º 119.488, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA MARGARÉTE ALVES DE SÁ**, ponto n.º 119.832, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA MARILENE ARAÚJO DE SOUZA**, ponto n.º 115.801, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA ROSELLE CAMPOS GUIMARÃES**, ponto n.º 113.572, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Vice-Presidente.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARISTHANE SOARES DAMASCENO**, ponto n.º 120.177, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, a partir de 04 de fevereiro de 2011.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MAVÉOLA MARIA DE OLIVEIRA LEITE**, ponto n.º 113.098, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MÔNICA CHAVES GIBRAIL ROCHA**, ponto n.º 119.771, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MUSISIO MOURA SOARES**, ponto n.º 120.188, do cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MYRIAM LETÍCIA VASCONCELOS BARBOSA**, ponto n.º 119.842, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Vice-Presidente.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **NAIR OLIVEIRA DA SILVA**, ponto n.º 119.759, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido da República.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ODILENE MARIA GUIDÃO DA SILVA MONTEIRO**, ponto n.º 120.060, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido da República.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **PATRICIA RIBEIRO DA CUNHA**, ponto n.º 119.972, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **PAULO HENRIQUE VIEIRA DA SILVA**, ponto n.º 119.163, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro, a partir de 09 de fevereiro de 2011.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **PAULO ROBERTO LIMA PINHEIRO**, ponto n.º 119.710, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara

dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RAFAEL OLIVEIRA DA ROCHA SILVA**, ponto n.º 119.673, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **REBECA DE SOUZA LEÃO ALBUQUERQUE**, ponto n.º 119.520, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RENILDA DE FATIMA OLIVEIRA**, ponto n.º 110.302, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RICARDO ALGUSTO VIEIRA MATOS**, ponto n.º 119.983, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro, a partir de 09 de fevereiro de 2011.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RITA MARIA ANDRZEJEWSKI DA SILVA**, ponto n.º 119.906, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SAULO ESTEVÃO DA SILVA PASSOS**, ponto n.º 114.005, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Consultoria Legislativa.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SEBASTIÃO MILANEZ DE PAULA**, ponto n.º 119.760, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SHAWI CAIXETA ATTÍE**, ponto n.º 120.201, do cargo

em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SHEILA CARVALHO DE SOUSA TAVARES**, ponto n.º 118.632, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **TALVANE DOS SANTOS FURTADO**, ponto n.º 114.760, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **TÂNIA DA ROCHA DOMICIANO**, ponto n.º 118.915, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **TATYANNE KELRY DO NASCIMENTO ROCHA**, ponto n.º 114.542, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **UBIRAJARA DE VASCONCELOS FORMIGA**, ponto n.º 110.434, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **VERA LUCIA BOLLER**, ponto n.º 119.892, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **WELLINGTON GIOVANNI MOREIRA**, ponto n.º 119.946, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Vice-Presidente.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **WERNER REIS RODRIGUES TELES**, ponto n.º 119.547, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido da República.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, RESOLVE:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALESSANDRA ELOI DE SOUZA MARTINS** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALEXANDRE DE LUCA THOMÉ** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALINE POLISSENE CLIFFORD MACEDO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA HELENA SAMPAIO MALUF** para exercer, no Gabinete do Presidente, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **BARBARA GUIMARÃES BRAGA ARAÚJO** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS GUSTAVO DE ALMEIDA BRUM** para exercer, no Gabinete do Primeiro Suplente dos Secretários, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CAROLINE LIMA FERRAZ** para exercer, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, o cargo

em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CÁSSIA MARIA DA SILVA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CICERO WILTON MIRANDA OLIVEIRA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CLÁUDIA INÁCIA SOARES GOMES** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Comunista do Brasil, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CRISTIANE DO AMARAL RICARDO AIRES** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CRISTIANE MARQUES SENESE CLETO** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DENISE ASSUMPTÃO FERNANDES** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Cristão, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DENISE GUARDIEIRO CARDOZO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Verde, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DIEGO CAMPOS GOES COELHO** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDILAMAR BEZERRA CARVALHO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido So-

cialista Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDSON GONÇALVES DUARTE** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Verde, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELEONORA ADJUTO E CAMPOS** para exercer, no Gabinete do Segundo Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELIANE SANTOS DA SILVA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EVELISE MARIA CORRÊA MEZES** para exercer, no Gabinete do Terceiro Suplente dos Secretários, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FERNANDO NUNES CHAVES** para exercer, no Gabinete do Terceiro Suplente dos Secretários, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FLAVIA APARECIDA RIBEIRO** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO DE ASSIS GUIMARÃES** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISLENE KATIA SEVERINO DOS SANTOS** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido da República, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GABRIEL ALBUQUERQUE BARROS** para exercer, na Consultoria Legislativa, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabi-

nete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GEORGE HENRIQUE BARBOSA OLIVEIRA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GISELLE DE SOUSA GONÇALVES PEREIRA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GISLENE GOMES** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GUILHERME SENA DE ASSUNÇÃO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Comunista do Brasil, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GUSTAVO CRUZ DE SOUSA JÚNIOR** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ISABELA MARIA DE SOUZA SERAFIM** para exercer, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Comissão, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JAYMERSON JOSÉ GOMES DE AMORIM** para exercer, no Gabinete do Segundo Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ ANTÔNIO ASSIS DE GODOY** para exercer, no Gabinete do Segundo Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSE AUGUSTO BARBOSA DE PINHO** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ DE QUEIROZ SILVA** para exercer, no Gabinete do Segundo Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ LEITE DA COSTA JÚNIOR** para exercer, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JULIANA ALVES RODRIGUES** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JULIANA GALVÃO CAVALCANTI COUTO DE AZEVEDO** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JUSSARA SIQUEIRA DE ALMEIDA** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **KATIA DE OLIVEIRA SILVA** para exercer, no Gabinete do Segundo Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **KÊNIA CIBELE DO CARMO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Progressista, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LÁZARO GILVANO DE DEUS SILVA** para exercer, no Gabinete do Segundo Suplente

dos Secretários, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LETÍCIA FREITAS NÓSSEIS GOMIDE** para exercer, no Gabinete do Terceiro Suplente dos Secretários, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LIANA CRISTINA DE OLIVEIRA FERREIRA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ ANTÔNIO COELHO ROMERO** para exercer, no Gabinete do Segundo Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MANOEL MAGALHÃES DE MELLO NETTO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores, o cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARA REGINA REZENDE** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCELO BESSONI DE ALMEIDA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA CRISTINA SALIBA DO VALE** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Progressista, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA DA PAZ NÓBREGA DE OLIVEIRA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA MARGARÉTE ALVES DE SÁ** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o

cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA MARILENE ARAÚJO DE SOUZA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAVÉOLA MARIA DE OLIVEIRA LEITE** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MYRIAM LETÍCIA VASCONCELOS BARBOSA** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **OLBIA CRISTINA RIBEIRO** para exercer, no Gabinete do Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PATRICIA RIBEIRO DA CUNHA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Socialista Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **REBECA DE SOUZA LEÃO ALBUQUERQUE** para exercer, na Ouvidoria Parlamentar, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RENILDA DE FATIMA OLIVEIRA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RINA MARIA BARREIRO** para exercer, na Diretoria Legislativa, o cargo em comissão de Assessor Administrativo, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSENI PEREIRA DE MIRANDA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores, o cargo em comissão de Assistente Téc-

nico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SHAWI CAIXETA ATTÍE** para exercer, no Gabinete do Terceiro Suplente dos Secretários, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SILVIA REGINA DE PAULA** para exercer, no Gabinete do Primeiro Suplente dos Secretários, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **TALVANE DOS SANTOS FURTADO** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **TÂNIA DA ROCHA DOMICIANO** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **TATIANA RAMOS DE ASSUNÇÃO** para exercer, no Gabinete do Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **TATYANNE KELRY DO NASCIMENTO ROCHA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **UBIRAJARA DE VASCONCELOS FORMIGA** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WAGNER MATTOS BACELAR** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WELLINGTON GIOVANNI MOREIRA** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabi-

nete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WERNER REIS RODRIGUES TELES** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido da República, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ZALIFE DE FÁTIMA CAMPOS SOUSA** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 10 de fevereiro de 2011.

– **Marco Maia**, Presidente.

RESENHAS

PRIMEIRA SECRETARIA

Resenha da Correspondência Expedida Externa Relativa a Requerimento de Informação e Indicação;

Período: 1/2/2009 a 28/2/2009

Data da Remessa: 12/02/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 112/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3469/2008** de autoria do Dep.Márcio Reinaldo Moreira que sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a inclusão de filho ou enteado de até 24 anos de idade, que esteja cursando escola técnica de segundo grau, como dependente de servidor público federal, para efeito de assistência à saúde.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 113/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3470/2008** de autoria da Dep.Maria do Rosário que sugere à Casa Civil da Presidência da República que sejam tomadas as providências para o cumprimento do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, expedido pela Exmo. Senhor Presidente da República.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 114/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3471/2008** de autoria da Dep.Maria do Rosário que sugere Ministério da Fazenda que sejam tomadas as providências para o cumprimento do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, expedido pela Exmo. Senhor Presidente da República.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 115/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3472/2008** de autoria da Dep. Domingos Dutra que sugere ao Exmº Sr. Ministro da

Previdência, a priorização da Agência de Atendimento do INSS no Município de Buriti Bravo – MA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 116/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3473/2008** de autoria do Dep. Paulo Abi-Ackel que sugere ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, na Agência Nacional de Mineração.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 117/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3484/2008** de autoria do Dep. Júlio Cesar que sugere ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda exclusão dos processos de parcelamento os débitos de Estados e Municípios decadentes ou prescritos de acordo com a Súmula nº 8 do Supremo Tribunal Federal, bem como que o saldo remanescente seja reparcelado em 240 meses, conforme autorização legislativa da época.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 118/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3485/2008** de autoria da Comissão de Seguridade Social e Família que sugere ao Ministro de Estado da Saúde a revisão do texto do Ajuste ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para o Reconhecimento de Títulos de Medicina expedidos em Cuba, celebrado em Cuba no dia 15 de setembro de 2006.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 119/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3486/2008** de autoria da Comissão de Seguridade Social e Família que sugere ao Ministro de Estado das Relações Exteriores a revisão do texto do Ajuste ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para o Reconhecimento de Títulos de Medicina expedidos em Cuba, celebrado em Cuba no dia 15 de setembro de 2006.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 120/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3487/2008** de autoria do Dep. Francisco Praciano que sugere ao Ministério da Previdência Social providências que viabilizem a realização de concurso público para Médicos Peritos do INSS a serem lotados no município amazonense de Itacoatiara, bem como a liberação de recursos para urgente reforma do prédio que abriga a agência do INSS no referido município.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 121/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3488/2008** de autoria

do Dep. Sarney Filho que sugere ao Ministro da Defesa, para que as Forças Armadas possam garantir a lei, visando a preservação da incolumidade do patrimônio ambiental, paisagístico e cultural da reserva do Jalapão, no Estado do Tocantins, nos termos do inciso XV, art. 1º, do Decreto 6.223, de 2007.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 122/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3489/2008** de autoria do Dep. Sarney Filho que sugere ao Ministro da Justiça que a Polícia Federal investigue as ocorrências na área do Jalapão, no Estado do Tocantins.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 123/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3490/2008** de autoria do Dep. Carlos Bezerra que sugere ao Ministro da Saúde a revisão da portaria que regulamenta a fluoretação dos sistemas de abastecimento de água.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 124/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3491/2008** de autoria do Dep. Homero Pereira que sugere ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a universalização do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no Estado de Mato Grosso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 125/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3492/2008** de autoria do Dep. Ratinho Junior que sugere ao Senhor Ministro de Estado das Cidades a criação do SINAINF – Sistema Nacional de Informações sobre Multas de Trânsito.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 126/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3493/2008** de autoria do Dep. Ratinho Junior que sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério das Cidades, a implantação de sistema de bloqueio da cédula de certificado de Propriedade de Registro de Veículo (CRV).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 127/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3494 a 3535/2008** de autoria do Dep. Hermes Parciannelo que sugere ao Ministério da Educação a inclusão no ProInfância do município de ALTAMIRA DO PARANÁ, no estado do Paraná.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 129/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3537/2008** de autoria da Comissão de Educação e Cultura que sugere ao Ministério da Educação a criação da Escola Técnica Federal de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 130/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3538/2008** de autoria da Comissão de Educação e Cultura que sugere ao Ministério da Educação a criação da Universidade Federal do Vale do Gurguéia (IVG), com sede na cidade de Bom Jesus, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 131/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3539/2008** de autoria do Dep. Fernando Coelho Filho que sugere ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes, no âmbito do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – inclusão nos dados da Carteira Nacional de Habilitação, do tipo sanguíneo do titular desse documento de identidade.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 132/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3540/2008** de autoria do Dep. Dagoberto que sugere ao Sr. Ministro do Planejamento que sejam adotados novos procedimentos para amenizar as taxas de juros e burocracias para o financiamento de automóveis usados.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 133/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3541/2008** de autoria do Dep. Jorge Khoury que sugere ao Ministério da Cultura apoio às iniciativas para salvaguarda dos patrimônios cultural, histórico e ambiental do Distrito de Trancoso – Porto Seguro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 134/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3542/2008** de autoria do Dep. Paulo Roberto que sugere ao Ministério da Educação a criação de Centro Federal de Educação Tecnológica no Município de Sarandi, RS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 135/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3543/2008** de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática que sugere ao Ministro das Comunicações o aditamento dos contratos de emissoras de rádio e televisão cujas outorgas estão sendo renovadas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 136/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3544/2008** de autoria da Comissão de Legislação Participativa que sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão o Projeto de lei para conceder anistia aos ex-empregados da Petrobrás Mineração S/A – PETROMISA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 137/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3545/2008** de autoria

da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministério da Fazenda que sejam tomadas providências no sentido de agilizar a liberação de uma linha de crédito para a compra de motocicletas e eletroeletrônicos produzidos na Zona Franca de Manaus, a fim de amenizar os efeitos da crise econômica mundial.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 115/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3546 a 3576/2008** de autoria do Dep. Domingos Dutra que sugere ao Exmº Sr. Ministro da Previdência, a priorização da Agência de Atendimento do INSS no Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 127/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3577 a 3617/2008** de autoria do Dep. Hermes Parcianello que sugere ao Ministério da Educação a inclusão no ProInfância do município de LINDOESTE, no estado do Paraná.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 138/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3618/2008** de autoria da Dep. Marinha Raupp que sugere ao Poder Executivo a alteração da redação do parágrafo único do artigo 152-A, do Decreto nº 6.695, de 15 de dezembro de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 139/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3620/2009** de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que sugere ao Ministério do Meio ambiente a atuação supletiva do Ibama no Estado de Tocantins, no controle e fiscalização dos fatos que especifica.

Data da Remessa: 18/02/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 177/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3619/2008** de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Minorias que sugere ao Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a criação do Observatório de Prevenção e Repressão a práticas de racismo e exploração sexual de crianças e adolescentes durante a Copa do Mundo de 2014, incluindo a necessidade de participação de órgãos governamentais brasileiros e organismos nacionais e internacionais que combatam o racismo, lutam pelo respeito aos Direitos Humanos e pela proteção à infância.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 178/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3621/2009** de autoria do Dep. Dr. Talmir que sugere ao Ministério da Justiça a criação de presídio federal no Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 179/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma

Rousseff cópia da **Indicação nº 3622/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que sugere ao Ministério do Meio Ambiente a inclusão da arborização urbana como tema da educação ambiental formal e não formal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 180/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3623 a 3628/2009** de autoria do Dep.Jurandy Loureiro que sugere ao Ministro da Saúde a criação de uma Unidade de Farmácia Popular no município de Pinheiros, no estado do Espírito Santo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 181/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3629/2009** de autoria do Dep.Hugo Leal que sugere ao Exmo. Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, a adoção de providências visando o fortalecimento institucional da Secretaria do Patrimônio da União, mediante a sua transformação em autarquia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 182/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3630/2009** de autoria do Dep.Pedro Fernandes que sugere ao Ministério da Educação a instalação de uma unidade do IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no município de Carutapera no estado do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 183/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3631/2009** de autoria do Dep.Pedro Fernandes que sugere ao Ministério da Previdência Social a instalação de uma agência da Previdência Social no município de Timon no estado do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 184/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3632/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere o envio de Indicação ao Ministro do Meio Ambiente, sugerindo a manutenção do escritório do IBAMA no município de Campina Grande – PB.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 185/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3633/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Salários da CONAB.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 186/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3634/2009** de autoria do Dep.Waldir Neves que sugere ao Ministério da Educação a realização de avaliação do impacto da flexibilidade curricular dos cursos de graduação nos casos

de transferências de estudantes entre instituições de educação superior.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 187/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3635/2009** de autoria do Dep.Sarney Filho que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça que a Polícia Federal conduza as investigações sobre o assassinato do vereador do Partido Verde, FRANCISCO KLÉBER NERES CORREIA, ocorrido no povoado de Jejuí, município de Paulo Ramos, no Estado do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 188/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3636/2009** de autoria do Dep.Carlos Zarattini que sugere ao Ministério das Comunicações procedimentos necessários para regulamentação da atividade de franquia postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Data da Remessa: 27/02/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 217/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3637/2009** de autoria do Dep. Osmar Júnior que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc Baumfeld, a criação do Parque Nacional das Dunas, localizado na Região Norte do Estado do Piauí.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 218/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3638/2009** de autoria do Dep.Arolde de Oliveira que sugere ao Ministério da Fazenda a adoção de papel-moeda nacional com tamanhos diferenciados.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 219/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3639/2009** de autoria da Dep.Fátima Bezerra que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, José Barroso Pimentel, a ampliação da rede de atendimento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para mais doze municípios-polos do Estado do Rio Grande do Norte: Canguaretama, Goianinha, Nova Cruz, Monte Alegre, Macaíba, Touros, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, Nísia Floresta, São Paulo do Potengi, São José de Campestre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 220/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3640/2009** de autoria da Dep.Rebecca Garcia que sugere ao Ministro das Cidades a concessão de benefício ao proprietário de veículo que não cometer infrações de trânsito.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 222/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3642/2009** de auto-

ria do Dep. Vicentinho que sugere ao Ministério das Comunicações a instituição de selo comemorativo ao centenário da UMBANDA

Ofício 1ªSec/RI/E nº 223/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3643/2009** de autoria do Dep. Waldir Maranhão que sugere ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia providências para a instalação de Pólo Petroquímico no Estado do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 224/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3644/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o descontingenciamento das verbas do orçamento que se refere ao Ministério do Esporte de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 225/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3645/2009** de autoria do Dep. Rômulo Gouveia que sugere ao Ministro da Justiça a convocação dos candidatos aprovados no concurso público da Polícia Rodoviária Federal 2008 na condição de excedentes.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 226/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3646/2009** de autoria do Dep. Marcelo Ortiz que sugere ao Ministro da Justiça criação de unidade da Polícia Federal no Município de Taubaté – SP.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 227/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3647/2009** de autoria do Dep. Joaquim Beltrão que sugere e pleiteia ao Ministro de Estado da Fazenda a Implantação de uma Agência do Banco do Brasil e/ou da Caixa Econômica Federal na cidade de Joaquim Gomes, no Estado de Alagoas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 228/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3648/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, a necessidade de viabilizar recursos para a construção de uma quadra poliesportiva no município de Rondolândia/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 229/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3649/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de viabilizar recursos para a implantação de laboratórios de Informática no município de Luciara/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 230/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3650/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de viabilizar recursos para a implantação de um laboratório de Informática na Escola Boa Esperança, no município de Alto Boa Vista/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 231/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3651/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão, a necessidade de implantar uma Farmácia Popular do Brasil no município de Chapada dos Guimarães, Mato Grosso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 232/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3652/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, viabilizar a aquisição de uma patrulha mecanizada para o PA Nova Figura II no município de Serra Nova Dourada, Mato Grosso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 233/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3653/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministério da Educação a criação de programa de monitoria escolar para melhoria do atendimento dos alunos com deficiência nas escolas da rede pública.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 234/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3654/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de viabilizar recursos para a implantação de um laboratório de Informática no município de Mirassol D'Oeste/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 200/09, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3678/2009** de autoria do Dep. Ivan Valente que solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre operações financeiras que envolvam o Banco Opportunity e suas ramificações e que estejam sob investigação do Banco Central, Receita Federal, Comissão de Valores Mobiliários e Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 201/09, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3679/2009** de autoria do Dep. Márcio França que solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça acerca de procedimento administrativo para escolha de projetos no âmbito do PRONASCI.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 202/09, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3680/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, informações sobre a reforma da ponte sobre o rio São Francisco que liga Juazeiro a Petrolina.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 203/09, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3681/2009** de autoria do Dep. Capitão Assunção que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Tarso Genro, Ministro de Estado da Justiça, acerca da divergência entre os integrantes do Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) e as declarações públicas do Ministro, sobre o status de refugiado a Cesare Battisti.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 204/09, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge cópia do **Requerimento de Informação nº 3682/2009** de autoria do Dep. Beto Faro que solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre operações de financiamentos externos concedidos pelo BNDES

Ofício 1ªSec/RI/E nº 204/09, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge cópia do **Requerimento de Informação nº 3682/2009** de autoria do Dep. Beto Faro que solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre operações de financiamentos externos concedidos pelo BNDES

Ofício 1ªSec/RI/E nº 205/09, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa cópia do **Requerimento de Informação nº 3683/2009** de autoria do Dep. Roberto Britto que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações a respeito da CONCESSÃO PELA ANATEL DE ANUÊNCIA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DA BRASIL TELECOM PELA OI.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 206/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Requerimento de Informação nº 3684/2009** de autoria do Dep. Nelson Bornier que solicita ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social informações relativas à auditoria realizada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Iguaçu/RJ – PREVINI, no ano de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 207/09, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3687/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita ao Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, informações sobre lavra de amianto por empresa estrangeira no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 208/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimen-**

to de Informação nº 3688/2009 de autoria do Dep. Rodrigo Maia que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia a respeito de reunião ocorrida entre a Prefeitura do Município de Santos e a Petrobrás, no dia 15 de dezembro de 2008

Ofício 1ªSec/RI/E nº 209/09, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3689/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro das Minas e Energia informações sobre o Programa Luz Para Todos no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 210/09, ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias cópia do **Requerimento de Informação nº 3693/2009** de autoria da Dep. Rebecca Garcia que solicito ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sr. Patrus Ananias, informações referentes à desnutrição infantil

Ofício 1ªSec/RI/E nº 211/09, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3694/2009** de autoria do Dep. Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações pertinentes as transferências e/ou repasses de recursos e prestação de contas efetuados aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 212/09, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3696/2009** de autoria do Dep. Uldurico Pinto que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as medidas daquele Ministério para apoiar financeiramente os Municípios diante dos impactos negativos da crise econômica sobre os respectivos orçamentos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 213/09, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3697/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito do Banco da Amazônia, informações sobre as linhas de crédito para a região Amazônica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 214/09, ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci cópia do **Requerimento de Informação nº 3698/2009** de autoria do Dep. Paulo Renato Souza que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 215/09, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3699/2009** de autoria do Dep. Fernando Chucre que solicita informações ao Sr. Ministro das Cidades sobre os investimentos em habitação.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 216/09, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3700/2009** de autoria do Dep. Daniel

Almeida que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa a respeito do cumprimento da Lei nº 11.354, de 2006, que autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 2002.

Resenha da Correspondência Expedida Interna Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/2/2009 a 28/2/2009

Data de Encaminhamento: 02/02/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 96/2009 ao Dep. Marcelo Itagiba encaminha cópia do Ofício nº 71/2009/GSIPR-CH, de 30/1/09, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3533/2008**

Data de Encaminhamento: 06/02/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 97/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Aviso nº 9 GM/MT, de 4/2/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3316/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 98/2009 ao Dep. Júlio Cesar encaminha cópia do Aviso nº 36/MF, de 2/2/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3492/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 99/2009 ao Dep. Emanuel Fernandes encaminha cópia do Ofício nº 799/2008/GABIN/MCIDADES, de 2/2/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3531/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 100/2009 ao Dep. Rogerio Lisboa encaminha cópia do Aviso nº 7 GM/MT, de 4/2/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3537/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 101/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Aviso nº 37/MF, de 2/2/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3538/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 102/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 800/2008/GABIN/MCIDADES, de 2/2/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3540/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 103/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Aviso nº 35/MF, de 2/2/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3542/2008**

Data de Encaminhamento: 11/02/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 104/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 17/2009-MEC, de 9/2/09, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3191/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 105/2009 ao Dep. Waldir Neves encaminha cópia do Ofício nº 16/2009-MEC,

de 9/2/09, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3439/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 106/2009 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Aviso nº 11/2009/GM-MME, de 5/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3536/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 107/2009 Encaminhamento de aviso de resposta RESERVADA ao autor conforme Ofício 1ªSec/RI/I nº 108/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Aviso nº 12/2009/GM-MME, de 2/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3543/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 109/2009 ao Dep. Barbosa Neto encaminha cópia do Aviso nº 39/MF, de 9/2/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3550/2008**

Data de Encaminhamento: 12/02/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 162/2009 ao Dep. Ariosto Holanda encaminha cópia do Ofício nº 41580, de 22/12/2009, da Controladoria-Geral da União em resposta à **Indicação nº 574/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 141/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Aviso nº 37-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 202, de 24/11/2008, do Ministério das Comunicações em resposta à **Indicação nº 596/2007**

Resposta não encaminhada – Deputado fora de exercício. ao Dep. Carlos Souza encaminha cópia do Ofício nº 14255, de 26/12/2009, do Ministério das Cidades em resposta à **Indicação nº 1874/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 151/2009 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Aviso nº 39-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 2069, de 10/12/2009, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 2063/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 152/2009 ao Dep. Elismar Prado encaminha cópia do Aviso nº 39-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 215, de 9/12/2009, do Ministério das Comunicações em resposta à **Indicação nº 2142/2008**

Resposta não encaminhada – Deputado fora de exercício. ao Dep. Carlos Souza encaminha cópia do Ofício nº 1006, de 3/12/2008, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 2192/2008**

Resposta não encaminhada – Deputado fora de exercício. ao Dep. Carlos Souza encaminha cópia do Ofício nº 1008, de 3/12/2008, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 2207/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 149/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Aviso nº 38-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 209, de 3/12/2008, do Ministério da Ciência

e Tecnologia em resposta às **Indicações nº 2308 a 2313/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 141/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Aviso nº 37-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 201, de 24/11/2008, do Ministério das Comunicações em resposta à **Indicação nº 2317/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 153/2009 ao Dep. Rodrigo Rollemberg encaminha cópia do Ofício nº 2459, de 10/12/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta à **Indicação nº 2334/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 142/2009 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Aviso nº 37-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 1872, de 21/11/2008, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 2432/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 142/2009 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Aviso nº 37-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 1872, de 21/11/2008, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 2433/2008**

Resposta não encaminhada – Deputado fora de exercício. ao Dep. Carlos Souza encaminha cópia do Ofício Pleito nº 215395690, de 5/12/2008, do Ministério da Previdência Social em resposta à **Indicação nº 2435/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 154/2009 ao Dep. Dr. Talmir encaminha cópia do Ofício nº 1026, de 10/12/2009, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 2438/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 143/2009 ao Dep. Ratinho Junior encaminha cópia do Aviso nº 37-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 986, de 20/11/2008, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 2532/2008**

Resposta não encaminhada – Deputado fora de exercício. ao Dep. Carlos Souza encaminha cópia do Ofício nº 673, de 1º/12/2009, do Ministério da Fazenda em resposta às **Indicações nº 2868, 2877, 2885, 2893, 2945, 2949, 2958, 2968, 2982, 2990, 2994, 3003, 3012 e 3021/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 141/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Aviso nº 37-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 200, de 24/11/2008, do Ministério das Comunicações em resposta à **Indicação nº 3057/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 164/2009 ao Dep. Ribamar Alves encaminha cópia do Ofício nº 691, de 12/12/2009, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 3125/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 168/2009 ao Dep. Wandenkolk Gonçalves encaminha cópia do Ofício nº 446, de 10/11/2008, do Ministério do Planejamento, Orça-

mento e Gestão e Ofício nº 313, de 22/12/2008, do Ministério do Meio Ambiente em resposta à **Indicação nº 3129/2008**

Resposta não encaminhada – Deputado fora de exercício. à Dep. Augusto Carvalho encaminha cópia do Aviso nº 39-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 216, de 9/12/2009, do Ministério das Comunicações em resposta à **Indicação nº 3144/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 144/2009 ao Dep. Gladson Cameli encaminha cópia do Ofício nº 671, de 1º/12/2008, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 3152/2008**

Ofício 1ª Sec/IND/nº 145, de 12/2/2009. ao Dep. Henrique Afonso encaminha cópia do Ofício nº 670, de 1º/12/2008, do Ministério da Fazenda. em resposta à **Indicação nº 3155/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 150/2009 à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável encaminha cópia do Ofício nº 307, de 4/12/2009, do Ministério do Meio Ambiente em resposta à **Indicação nº 3161/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 146/2009 ao Dep. Ricardo Quirino encaminha cópia do Ofício nº 672, de 1º/12/2008, do Ministério da Fazenda em resposta às **Indicações nº 3206, 3209 e 3210/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 157/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Aviso nº 39-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 217, de 9/12/2009, do Ministério das Comunicações em resposta à **Indicação nº 3240/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 165/2009 ao Dep. Geraldo Thadeu encaminha cópia do Ofício nº 1054, de 23/12/2009, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3242/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 158/2009 ao Dep. Vital do Rêgo Filho encaminha cópia do Aviso nº 39-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 2070, de 10/12/2009, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 3247/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 166/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 1056, de 23/12/2009, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3249/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 159/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 13951, de 10/12/2009, do Ministério da Defesa em resposta à **Indicação nº 3273/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 167/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Aviso nº 40-C.Civil, de 27/01/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 226, de 22/12/2009, do Mi-

nistério das Comunicações em resposta à **Indicação nº 3306/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 160/2009 à Dep. Rebeca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 14106, de 15/12/2009, do Ministério da Defesa em resposta às **Indicações nº 3307 e 3308/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 147/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 2144, de 27/11/2008, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 3310/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 169/2009 à Comissão de Educação e Cultura encaminha cópia do Ofício nº 11, de 5/1/2009 do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 3329/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 169/2009 à Comissão de Educação e Cultura encaminha cópia do Ofício nº 8, de 5/1/2009, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 3330/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 170/2009 ao Dep. Chico Alencar encaminha cópia do Ofício nº 9, de 5/1/2009, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 3331/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 161/2009 à Dep. Marinha Rapp encaminha cópia do Ofício nº 2222, de 10/12/2009, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 3333/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 171/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 54, de 8/1/2009, do Ministério de Minas e Energia em resposta à **Indicação nº 3349/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 167/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 131, de 19/12/2009, do Ministério da Integração Nacional em resposta à **Indicação nº 3350/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 172/2009 ao Dep. Juvenil encaminha cópia do Ofício nº 17, de 6/1/2009, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 3424/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 110/2009 ao Dep. Eduardo da Fonte encaminha cópia do Aviso nº 131/GM, de 9/2/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2964/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 111/2009 ao Dep. Lobbe Neto encaminha cópia do Aviso nº 130/GM, de 9/2/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3535/2008**

Data de Encaminhamento: 17/02/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 155/2009. à Comissão de Educação e Cultura encaminha cópia do Ofício nº 1139, de 16/12/2009, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 3097/2008**

Data de Encaminhamento: 18/02/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 173/2009 ao Dep. Waldir Neves encaminha cópia do Aviso nº 14/2009/GM-MME, de 9/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3504/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 174/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Ofício nº 980/2009/GABIN/MCIDADES, de 9/2/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3546/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 175/2009 ao Dep. Cezar Silvestri encaminha cópia do Ofício nº 1479-GM/AsparMD, de 12/2/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3547/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 176/2009 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Aviso nº 15/2009/GM-MME, de 9/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta aos **Requerimentos de Informação nº 3552, 3553, 3617 a 3674/2008**

Resenha da Correspondência Recebida Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/2/2009 a 28/2/2009

Data de Recebimento: 02/02/2009

Ofício nº 71/2009/GSIPR-CH, de 30/1/09, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3533/2008** de autoria do Dep. Marcelo Itagiba.

Data de Recebimento: 03/02/2009

Aviso nº 36/MF, de 2/2/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3492/2008** de autoria do Dep. Júlio Cesar.

Aviso nº 37/MF, de 2/2/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3538/2008** de autoria do Dep. Otavio Leite.

Aviso nº 35/MF, de 2/2/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3542/2008** de autoria do Dep. Raul Jungmann.

Data de Recebimento: 04/02/2009

Aviso nº 9 GM/MT, de 4/2/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3316/2008** de autoria da Dep. Rebecca Garcia.

Ofício nº 799/2008/GABIN/MCIDADES, de 2/2/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3531/2008** de autoria do Dep. Emanuel Fernandes.

Aviso nº 7 GM/MT, de 4/2/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3537/2008** de autoria do Dep. Rogerio Lisboa.

Ofício nº 800/2008/GABIN/MCIDADES, de 2/2/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3540/2008** de autoria da Dep. Rebecca Garcia.

Data de Recebimento: 06/02/2009

Aviso nº 11/2009/GM-MME, de 5/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3536/2008** de autoria do Dep. Edson Duarte.

conforme Aviso nº 12/2009/GM-MME, de 2/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3543/2008** de autoria do Dep. Raul Jungmann.

Data de Recebimento: 09/02/2009

Ofício nº 17/2009-MEC, de 9/2/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3191/2008** de autoria da Dep. Rebecca Garcia.

Ofício nº 16/2009-MEC, de 9/2/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3439/2008** de autoria do Dep. Waldir Neves.

Data de Recebimento: 10/02/2009

Aviso nº 39/MF, de 9/2/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3550/2008** de autoria do Dep. Barbosa Neto.

Data de Recebimento: 11/02/2009

Aviso nº 131/GM, de 9/2/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 2964/2008** de autoria do Dep. Eduardo da Fonte.

Aviso nº 130/GM, de 9/2/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3535/2008** de autoria do Dep. Lobbe Neto.

Data de Recebimento: 12/02/2009

Ofício nº 980/2009/GABIN/MCIDADES, de 9/2/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3546/2008** de autoria do Dep. Otavio Leite.

Ofício nº 1479-GM/Aspar-MD, de 12/2/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3547/2008** de autoria do Dep. Cezar Silvestri.

Data de Recebimento: 13/02/2009

Aviso nº 14/2009/GM-MME, de 9/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3504/2008** de autoria do Dep. Waldir Neves.

Aviso nº 15/2009/GM-MME, de 9/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta aos **Requerimentos de Informação nº 3552, 3553, 3617 a 3674/2008** de autoria do Dep. Marcelo Serafim.

Data de Recebimento: 18/02/2009

Aviso nº 11 GM/MT, de 18/2/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3523/2008** de autoria do Dep. João Dado.

Aviso nº 12 GM/MT, de 18/2/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3524/2008** de autoria do Dep. João Dado.

Data de Recebimento: 19/02/2009

Aviso nº 148/GM, de 19/2/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3491/2008** de autoria do Dep. Waldir Neves.

Aviso nº 20/2009/GM-MME, de 19/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3504/2008** de autoria do Dep. Waldir Neves.

Data de Recebimento: 20/02/2009

Ofício nº 99/2009/GM/MMA, de 19/2/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3118/2008** de autoria da Dep. Rebecca Garcia.

Ofício nº 100/2009/GM/MMA, de 19/2/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3317/2008** de autoria da Dep. Rebecca Garcia.

Ofício nº 101/2009/GM/MMA, de 20/2/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3429/2008** de autoria do Dep. Sarney Filho.

Ofício nº 98/2009/GM/MMA, de 19/2/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3486/2008** de autoria do Dep. Jorge Khoury.

Ofício nº 37/2009/GAB/MDS, de 19/2/09, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta a **Requerimento de Informação nº 3549/2008** de autoria do Dep. Barbosa Neto.

Aviso nº 24/2009/GM-MME, de 18/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3668/2008** de autoria do Dep. Marcelo Serafim.

Resenha da Correspondência Expedida Externa Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/3/2009 a 31/3/2009

Data da Remessa: 05/03/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 235/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3655/2009** de autoria do Dep. Zé Vieira que sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, que a Polícia Rodoviária Federal realize semanalmente abordagens a condutores de transporte de carga para realização de testes e exames de dosagem de alcoolemia e toxicológico.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 236/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3656/2009** de autoria do Dep. Renato Molling que sugere ao Ministro da Saúde o estabelecimento de dotação orçamentária para auxílio à Liga Feminina de Combate ao Câncer.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 237/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3657/2009** de autoria

do Dep. Fábio Faria que sugere ao Ministro da Educação a criação de um centro de formação em turismo e hotelaria no Município de Tibau do Sul, no Estado do Rio Grande do Norte.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 238/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3658/2009** de autoria da Dep. Domingos Dutra que sugere ao Exmº Sr. Ministro do Turismo a inclusão do Município da Raposa e da Ilha de Curupu no estado do Maranhão em um plano de desenvolvimento turístico completo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 239/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3659/2009** de autoria da Dep. Domingos Dutra que sugere ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda, a instalação de uma Agência da Caixa Econômica Federal no Município de Chapadinha/MA.

Data da Remessa: 11/03/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 240/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3686/2009** de autoria do Dep. Luciano Pizzatto que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça que seja informado sobre a situação indígena atual no Brasil em termos de estatísticas e regularização.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 241/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3695/2009** de autoria do Dep. Luciano Pizzatto que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre a prorrogação ou suspensão de concorrência na FLONA de IRATI/PR para a devida fiscalização e controle.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 242/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3701/2009** de autoria do Dep. Silas Câmara que solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” em Municípios do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 243/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3702/2009** de autoria do Dep. Silas Câmara que solicita informações ao Ministro das Minas e Energia, através da PETROBRAS, acerca dos resultados das prospecções realizadas no município de Guajará, no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 244/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3703/2009** de autoria do Dep. Silas Câmara que solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” em Municípios do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 245/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3704/2009** de autoria do Dep. Silas Câmara que solicita informações ao Ministério da Defesa, através da ANAC, acerca dos aeroportos do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 246/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3705/2009** de autoria do Dep. Silas Câmara que solicita informações ao Ministério da Defesa, através da ANAC, acerca dos preços praticados pelas Companhias Aéreas no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 247/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3706/2009** de autoria do Dep. Silas Câmara que solicita informações ao Ministério da Defesa, através da Aeronáutica, acerca de vôos militares no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 248/2009, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa cópia do **Requerimento de Informação nº 3707/2009** de autoria do Dep. Gerson Peres que solicita ao Ministério das Comunicações informações sobre o processo de outorga e a situação cadastral da Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos Ltda, permissionária do serviço de radiodifusão em FM no município de Nova Timboteua, no estado do Pará.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 249/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3708/2009** de autoria do Dep. Acélio Casagrande que solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes sobre a execução das obras de duplicação do Trecho Sul da Rodovia BR-101, entre Palhoça, SC e Osório, RS.”

Ofício 1ªSec/RI/E nº 250/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3709/2009** de autoria do Dep. Arnaldo Faria de Sá que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, Doutor Tarso Fernando Herz Genro, informações, conforme reportagem publicada no Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, cotidiano, página C-3, sob o título “Para cada agente público de segurança, há três privados”, sobre quem são os dirigentes das empresas privadas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 251/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3710/2009** de autoria do Dep. Filipe Pereira que solicita informações ao Ministro da Saúde, Senhor José Gomes Temporão, a respeito do investimento de R\$ 1,1 milhão para a compra de 15 milhões de sachês de gel lubrificante.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 252/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de**

Informação nº 3711/2009 de autoria da Dep. Flaviano Melo que solicita informações ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, acerca do número de casos de hanseníase ocorridos no Estado, em especial no Vale do Juruá e as medidas que estão sendo tomadas para a prevenção e combate à doença.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 252/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3711/2009** de autoria do Dep. Flaviano Melo que solicita informações ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, acerca do número de casos de hanseníase ocorridos no Estado, em especial no Vale do Juruá e as medidas que estão sendo tomadas para a prevenção e combate à doença.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 253/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3712/2009** de autoria do Dep. Fernando Chucre que solicita informações ao Sr. Ministro da Educação sobre graves fatos que ocorrem na educação superior, com a criação de cursos universitários específicos para atender grupos simpatizantes de determinada ideologia, em detrimento da pluralidade e isonomia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 253/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3712/2009** de autoria do Dep. Fernando Chucre que solicita informações ao Sr. Ministro da Educação sobre graves fatos que ocorrem na educação superior, com a criação de cursos universitários específicos para atender grupos simpatizantes de determinada ideologia, em detrimento da pluralidade e isonomia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 254/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3713/2009** de autoria do Dep. Júlio Delgado e outros que solicita ao Ministro das Cidades informações sobre a Portaria nº 272, de 21 de dezembro de 2007, do Denatran.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 255/2009, à Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire cópia do **Requerimento de Informação nº 3714/2009** de autoria da Dep. Manuela D'Ávila que solicita informações a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 256/2009, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa cópia do **Requerimento de Informação nº 3715/2009** de autoria do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito de medições e índices de Radiações Não Ionizantes – RNI, na região da Avenida Paulista em São Paulo, e o detalhamento sobre os métodos utilizados para tais medições.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 257/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3716/2009** de autoria do Dep. Marcelo Itagiba que solicita ao Sr. Ministro de Estado da Justiça informações a respeito do processo de criação da adidância da Polícia Federal em Lisboa.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 258/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3717/2009** de autoria do Dep. Bruno Araújo que solicita informações a Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil a respeito das obras concluídas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 259/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3719/2009** de autoria do Dep. Waldir Neves que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Dr. Edison Lobão, acerca da exploração de insumos minerais para agricultura na Serra da Bodoquena/ MS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 260/2009, ao Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, José Múcio Monteiro Filho cópia do **Requerimento de Informação nº 3720/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 261/2009, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende cópia do **Requerimento de Informação nº 3721/2009** de autoria do Dep. Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia informações sobre a proibição da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, firmar convênios e/ou contratos com Fundações de Apoio ligadas às Universidades Federais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 262/2009, ao Ministro do Turismo, Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho cópia do **Requerimento de Informação nº 3722/2009** de autoria do Dep. Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro do Turismo informações sobre as prestações de contas de convênios celebrados entre o Ministério do Turismo, Embratur e a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 263/2009, ao Ministro do Turismo, Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho cópia do **Requerimento de Informação nº 3723/2009** de autoria do Dep. Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro do Turismo informações sobre as prestações de contas de convênios celebrados entre o Ministério do Turismo, Embratur e a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 264/2009, ao Ministro do Turismo, Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho cópia do **Requerimento de Informação nº 3724/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro do Turismo informações sobre as prestações de contas de convênios celebrados entre o Ministério do Turismo, Embratur e a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 265/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3725/2009** de autoria do Dep.Duarte Nogueira que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre contrato de serviços para realização do Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 266/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3726/2009** de autoria do Dep.Bruno Araújo que solicita informações a Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, a respeito das obras concluídas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 267/2009, ao Ministro do Esporte, Orlando Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3728/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Mendes Thame que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Esportes a respeito dos valores destinados para as Santas Casas de Misericórdia, referentes aos rateios da arrecadação da loteria de prognóstico Timemania.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 268/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3729/2009** de autoria do Dep. Hugo Leal que solicita ao Ministério dos Transportes, no âmbito da competência do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, informações sobre procedimentos adotados para a manutenção da Rodovia União Indústria.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 269/2009, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3730/2009** de autoria do Dep.Chico Alencar que solicita ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a Comissão Especial Interministerial destinada a discutir e produzir parecer sobre a reintegração dos demitidos da Companhia Vale do Rio Doce.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 270/2009, ao Ministro do Esporte, Orlando Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3731/2009** de autoria do Dep.Miro Teixeira que solicita informações ao Sr. Ministro do Esporte sobre os convênios que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 271/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3736/2009** de autoria do Dep.Jair Bolsonaro que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre recursos despendidos com pagamento da parcela remuneratória denominada auxílio-invalidez a militares das Forças Armadas.

Data da Remessa: 12/03/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 317/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3641/2009** de autoria do Dep.Vicentinho que sugere ao Ministério das Comunicações a instituição de selo comemorativo ao centenário de Solano Trindade.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 318/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3660/2009** de autoria do Dep.Geraldo Pudim que sugere ao Ministério da Educação a criação da Universidade Federal do Norte Fluminense, a ser estabelecida no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 319/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3661/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que sugere ao Ministério da Previdência Social a criação de balcões de informação nas agências da Previdência Social.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 320/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3662/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que sugere ao Ministério da Fazenda a criação de um novo correspondente bancário da Caixa Econômica Federal no bairro Boa Vista, no Município de Suzano, no Estado de São Paulo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 321/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3663/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministro de Relações Institucionais e Ministra-Chefe da Casa Civil a adoção das medidas necessárias visando à adição do Ministério da Família à estrutura ministerial da União.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 322/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3664/2009** de autoria do Dep.Carlos Bezerra que sugere ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia a urgente revisão das especificações de qualidade da gasolina automotiva produzida no país.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 323/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3665/2009** de autoria do Dep. Vander Loubet que sugere ao Ministério da Fazenda

a elaboração de um Manual de Fiscalização e Arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 324/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3666/2009** de autoria do Dep. Vinicius Carvalho que sugere ao Senhor Ministro dos Transportes providências imediatas para recuperação e melhoramentos do trecho urbano da Rodovia BR-101, que cruza a cidade do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 325/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3667/2009** de autoria do Dep. Ratinho Junior que sugere ao Ministério da Justiça a implantação de Programa de Incentivo à estruturação de secretarias ou departamentos antidrogas nos municípios.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 326/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3669/2009** de autoria do Dep. Geraldo Pudim que sugere ao Ministério da Previdência Social a realização de concurso público para contratação de peritos médicos para atuarem na Gerência do INSS no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 327/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3670 a 3677/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, a necessidade de liberar recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH para atender aos cidadãos de baixa renda do município de Alto Paraguaí/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 328/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3678/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, a necessidade de viabilizar recursos para a construção de uma quadra poliesportiva na Escola Joana Alves de Oliveira, no município de Rondolândia/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 329/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3679/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de viabilizar recursos para a implantação de um Laboratório de Informática na Escola Joana Alves de Oliveira, no município de Rondolândia/MT.

Data da Remessa: 23/03/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 335/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma

Rousseff cópia da **Indicação nº 3536/2008** de autoria do Dep. Hermes Parcianello que sugere ao Ministério da Educação a inclusão município de BANDEIRANTES, no estado do Paraná, no PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 336/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3680/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Senhor Ministro da Integração Nacional a adoção de medidas urgentes para auxiliar os municípios do Amazonas em situação de emergência devido às fortes chuvas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 337/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3681/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Senhor Ministro das Cidades a adoção de medidas urgentes para auxiliar os municípios do Amazonas em situação de emergência devido às fortes chuvas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 338/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3682/2009** de autoria do Dep. Uldurico Pinto que sugere ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência a apresentação de relatório trimestral sobre as auditorias e fiscalizações relativas às transferências realizadas para os Municípios.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 339/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3683/2009** de autoria do Dep. Vicentinho que sugere ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego a revogação da Portaria nº 3.347, de 30 de setembro de 1986, que “aprova modelos de contrato de trabalho e nota contratual para os músicos profissionais, e dá outras providências”.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 340/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3684/2009** de autoria da Dep. Perpétua Almeida que sugere ao Senhor Ministro da Justiça a convocação dos candidatos excedentes do último concurso da Polícia Rodoviária Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 341/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3685/2009** de autoria da Dep. Perpétua Almeida que sugere ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a convocação dos candidatos excedentes do último concurso da Polícia Rodoviária Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 342/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3686/2009** de autoria do Dep. Roberto Britto que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de

criação de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT), no município de Santa Cruz da Vitória /BA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 343/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3687/2009** de autoria do Dep.Roberto Britto que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de criação de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT), no município de Ipiáu /BA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 344/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3688/2009** de autoria do Dep.Roberto Britto que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de criação de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT), no município de Barra do Choça /BA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 345/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3689/2009** de autoria da Dep.Carlos Bezerra que sugere ao Ministro da Justiça que o Departamento Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça aplique penalidades por prática de publicidade enganosa por parte de administradoras de cartões de crédito, nos termos que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 346/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3690/2009** de autoria do Dep.Carlos Alberto Leréia que sugere ao Ministro de Estado do Meio Ambiente que seja revogada a Portaria nº 43, de 29 de janeiro de 2009, que “Dispõe sobre a vedação ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados de utilização de qualquer tipo de asbesto/ amianto e dá outras providências”.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 347/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3691/2009** de autoria do Dep.João Dado que sugere ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a adoção da providência que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 348/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3692/2009** de autoria do Dep.Odair Cunha que sugere ao Senhor Ministro dos Transportes a adoção de medidas relativas à restauração da BR-146, trecho que liga o município de Poços de Caldas ao município de Muzambinho.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 349/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3693/2009** de autoria do Dep.Odair Cunha que sugere ao Senhor Ministro dos Transportes a adoção de medidas relativas à recupe-

ração e conservação da BR-267, trecho que liga o município de Poços de Caldas ao município de Machado.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 350/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3694/2009** de autoria do Dep.Odair Cunha que sugere ao Senhor Ministro dos Transportes a adoção de medidas relativas à recuperação e conservação da BR-459, trecho que liga o município de Pouso Alegre ao município de Ipuiúna, em Minas Gerais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 351/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3695/2009** de autoria do Dep.Odair Cunha que sugere ao Senhor Ministro dos Transportes a adoção de medidas relativas à ampliação de ponte no trecho urbano de Pouso Alegre, em Minas Gerais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 352/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3696/2009** de autoria do Dep.Odair Cunha que sugere ao Senhor Ministro dos Transportes a adoção de medidas relativas à construção de ponte no trecho urbano de Itajubá, em Minas Gerais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 353/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3697/2009** de autoria do Dep. Rômulo Gouveia que sugere ao Ministro da Previdência Social a execução das obras das agências da Previdência Social nos municípios paraibanos de: Lagoa Seca, Queimadas, São Bento, Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Mamanguape, Mari, Pedras de Fogo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 354/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3698/2009** de autoria do Dep. Vital do Rêgo Filho que sugere ao Senhor Ministro da Fazenda a convocação dos aprovados no último concurso da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 355/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3699/2009** de autoria do Dep.Lindomar Garçon que sugere ao Senhor Ministro do Meio Ambiente providências no sentido de incluir o município de Candeias do Jamari no âmbito do Programas Ambientais referentes ao processo de licenciamento dos Aproveitamentos Hidrelétricos do rio Madeira.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 357/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3701/2009** de autoria do Dep.Ilderlei Cordeiro que sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro Presidente do Banco Central, a normatiza-

ção, facilitação e fiscalização do acesso de portadores de deficiência aos caixas eletrônicos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 358/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3702/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações a adoção de medidas urgentes para regularizar o funcionamento da telefonia pública na comunidade Vila Amazônia, situada no município de Parintins (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 359/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3703/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça a adoção de medidas urgentes para o aumento do efetivo da recém-criada Companhia Especializada em Guarda Ambiental.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 360/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3704/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações a adoção de medidas urgentes para regularizar o funcionamento da telefonia pública na comunidade de Novo Remanso, situada no município de Itacoatiara (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 361/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3705/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente a adoção de medidas urgentes para o aumento do efetivo da recém-criada Companhia Especializada em Guarda Ambiental.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 362/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3706/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações a adoção de medidas urgentes para regularizar o funcionamento da telefonia pública no município de Apuí (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 363/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3707/2009** de autoria do Dep. Hugo Leal que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde sejam tomadas providências no sentido de ser exigido a feitura de diagnóstico precoce de autismo em todas as unidades de saúde pública do país, ser elaborado estudo estatístico para identificar o número de casos existentes no país e, a partir desse estudo, criar instituições destinadas ao autismo. Ademais, sugere a alteração da classificação da síndrome conforme especificação da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 364/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3708/2009** de autoria do Dep. Major Fábio que sugere a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República que dentro do programa de construção de moradias do Governo Federal, sejam asseguradas um percentual de 15% (quinze por cento) de construção destas moradias aos Bombeiros Militares e policiais Militares e Civis.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 365/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3709/2009** de autoria do Dep. Waldir Neves que sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a adoção da providência que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 366/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3710/2009** de autoria do Dep. Waldir Neves que sugere a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República a adoção da providência que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 367/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3711/2009** de autoria do Dep. Waldir Neves que sugere ao Ministério da Fazenda a adoção da providência que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 368/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3713/2009** de autoria do Dep. Waldir Neves que sugere ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário providência que especifica.

Data da Remessa: 24/03/2009

o por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 370/2009, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel cópia do **Requerimento de Informação nº 348/2007** de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre o Convênio nº 531854, de 9 de dezembro de 2005, celebrado entre o INCRA e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária – ANARA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 369/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 2277/2007** de autoria do Dep. Luciano Pizzatto que solicita a Sra. Ministra do Meio Ambiente informações sobre o cadastro técnico federal do IBAMA no ano de 2007.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 371/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3677/2009** de autoria do Dep. Dr. Talmir que solicita informações ao Sr. Ministro

das Cidades sobre programas ou projetos relativos a essa pasta, relacionados à arborização urbana.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 372/2009, ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci. Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 373/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3718/2009** de autoria do Dep. Indio da Costa que solicita informações a Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência da República sobre as despesas com o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal no ano de 2008, classificado por econômico, indicando o seu respectivo órgão de governo e a qual autoridade assiste.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 374/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3727/2009** de autoria do Dep. Homero Pereira que solicita informação ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre o Requerimento de Informação nº 3.363/2008, reiterado pelo Requerimento 3.505/2008 de minha autoria, tendo em vista que o prazo de envio de Resposta expirou em 21 de novembro de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 375/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3732/2009** de autoria do Dep. Ronaldo Caiado que solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, sobre a realização, em Brasília, do Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, ocorrido nos dias 10 e 11 de fevereiro do ano em curso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 376/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3733/2009** de autoria do Dep. Ronaldo Caiado que solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado das Cidades, Sr. Márcio Fortes de Almeida, sobre a realização, em Brasília, do Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, ocorrido nos dias 10 e 11 de fevereiro do ano em curso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 377/2009, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge cópia do **Requerimento de Informação nº 3734/2009** de autoria do Dep. Ronaldo Caiado que solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Miguel Jorge, sobre a realização, em Brasília, do Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, ocorrido nos dias 10 e 11 de fevereiro do ano em curso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 378/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3735/2009** de autoria do Dep. Ronaldo Caiado que solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edson

Lobão, sobre a realização, em Brasília, do Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, ocorrido nos dias 10 e 11 de fevereiro do ano em curso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 379/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3737/2009** de autoria do Dep. Dr. Talmir que solicita informações ao Sr. Ministro do Meio Ambiente sobre programas ou projetos relativos a essa pasta relacionados à arborização urbana.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 380/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3738/2009** de autoria do Dep. Nelson Bornier que solicita ao Senhor Ministro dos Transportes, informações pertinentes ao processo licitatório e contrato de concessão da rodovia Presidente Dutra, que liga o Estado do Rio de Janeiro ao Estado de São Paulo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 381/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3739/2009** de autoria do Dep. Marcelo Serafim que solicita Informações ao Senhor Ministro da Educação sobre o repasse de recursos do FUNDEB aos municípios do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 382/2009, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa cópia do **Requerimento de Informação nº 3740/2009** de autoria do Dep. Marcelo Serafim que solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro das Comunicações acerca do acesso à Telefonia Móvel nos municípios do interior do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 383/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3741/2009** de autoria do Dep. Marcelo Serafim que solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro de Minas e Energia acerca dos investimentos para modernização do parque energético nos municípios do interior do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 384/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3743/2009** de autoria do Dep. Marcelo Serafim que solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro Fazenda acerca do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para os municípios do interior do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 385/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3744/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita ao Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, informações sobre lavras de amianto encerradas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 386/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3745/2009** de autoria do Dep. Ed-

son Duarte que solicita ao Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informações sobre lavras de amianto encerradas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 387/2009, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge cópia do **Requerimento de Informação nº 3747/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita ao Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel João Jorge Filho, informações sobre certificação de produtos com amianto.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 388/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3748/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, indagando sobre o retorno de Dekassequis para o Brasil, tendo em vista a crise econômica mundial.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 389/2009, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes. Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 390/2009, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva. Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 405/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3749/2009** de autoria do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, ao Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, e ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão a respeito da cobertura florestal nativa e plantada, e o percentual da reserva legal, por Estado e Regiões.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 391/2009, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim cópia do **Requerimento de Informação nº 3750/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, indagando sobre o retorno de Dekassequis para o Brasil, tendo em vista a crise econômica mundial.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 392/2009, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende cópia do **Requerimento de Informação nº 3751/2009** de autoria do Dep. Luiz Carlos Hauly que solicita ao Ministério da Ciência e Tecnologia informações sobre a Concorrência nº 414, de 2008, realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 393/2009, ao Ministro da Cultura, Juca Ferreira cópia do **Requerimento de Informação nº 3752/2009** de autoria do Dep. Ronaldo Caiado e outros que solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Cultura, Sr. João Luiz Silva Ferreira, sobre recursos repassados pelo Poder Executivo federal à União Nacional dos Estudantes (UNE), nos últimos cinco anos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 394/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3753/2009** de autoria do Dep. Ronaldo Caiado e outros que solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, Sr. José Gomes Temporão, sobre recursos repassados pelo Poder Executivo federal à União Nacional dos Estudantes (UNE), nos últimos cinco anos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 395/2009, ao Ministro dos Esportes, Orlando Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3754/2009** de autoria do Dep. Ronaldo Caiado e outros que solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Esportes, Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, sobre recursos repassados pelo Poder Executivo federal à União Nacional dos Estudantes (UNE), nos últimos cinco anos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 396/2009, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge cópia do **Requerimento de Informação nº 3755/2009** de autoria do Dep. Ivan Valente que solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre financiamentos contratados pelo “Sistema BNDES”, da modalidade denominada Depósitos Especiais, vinculada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no período de janeiro de 2004 a fevereiro de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 397/2009, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel cópia do **Requerimento de Informação nº 3756/2009** de autoria do Dep. Ronaldo Caiado que solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Sr. Guilherme Cassel, sobre recursos repassados pelo Poder Executivo federal a entidades não-governamentais que especifica, nos últimos cinco anos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 398/2009, ao Ministro do Trabalho, Carlos Lupi cópia do **Requerimento de Informação nº 3757/2009** de autoria do Dep. Fernando Coruja que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho, Sr. Carlos Lupi, acerca da Nota Técnica 89, de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 399/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3758/2009** de autoria do Dep. Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro das Cidades informações pertinentes sobre a execução orçamentária do Programa Nacional de Acessibilidade de no ano de 2007.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 400/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3759/2009** de autoria do Dep. Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro das Cidades informações pertinentes sobre a execução

orçamentária do Programa Nacional de Acessibilidade no ano de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 401/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Requerimento de Informação nº 3760/2009** de autoria do Dep. Marcelo Serafim que solicita informações ao Senhor Ministro da Previdência Social acerca do Projeto de ampliação do INSS no estado do Amazonas.

Data da Remessa: 25/03/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 356/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3700/2009** de autoria do Dep. Jair Bolsonaro que sugere ao Senhor Ministro de Estado da Defesa a adoção de instrumentos que viabilizem a instituição do programa que garante a prorrogação da licença-maternidade para as militares e servidoras civis, nos termos previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 11.770/08, no âmbito do Ministério da Defesa.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 408/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3714/2009** de autoria do Dep. Fernando Gabeira que encaminha Indicação a Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Dilma Rousseff sugerindo à Comissão de Ética Pública regulamentação específica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 409/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3715/2009** de autoria do Dep. José Airton Cirilo que sugere ao Ministério da Fazenda a instalação de agência da Caixa Econômica Federal no Município de Tauá, no Estado do Ceará.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 410/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3716/2009** de autoria do Dep. Roberto Britto que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de criação de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT), no município de TANCREDO NEVES /BA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 411/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3717/2009** de autoria do Dep. Roberto Britto que sugere ao Ministro de Estado da Educação a instalação de um CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica no município de TANCREDO NEVES – Bahia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 412/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3718/2009** de autoria do Dep. Roberto Britto que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de criação de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT), no município de NOVA IBIA /BA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 413/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3719/2009** de autoria do Dep. Roberto Britto que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a instalação de um CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica no município de NOVA IBIA – Bahia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 414/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3720/2009** de autoria do Dep. Roberto Britto que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a instalação de um CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica no município de ITAJUIPE – Bahia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 415/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3721/2009** de autoria do Dep. Roberto Britto que sugere ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a criação de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT), no município de ITAJUIPE /BA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 416/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3722/2009** de autoria do Dep. Lupércio Ramos que sugere a Ministra da Casa Civil que as obras de construção e de adequação de aeroportos sejam incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 417/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3723/2009** de autoria do Dep. Lupércio Ramos que sugere ao Ministério da Fazenda a readequação das linhas de crédito do Banco da Amazônia S. A. priorizando o atendimento da pequena e média empresa.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 418/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3724/2009** de autoria do Dep. Vital do Rêgo Filho que sugere à Excelentíssima Senhora Ministra-chefe da Casa Civil a adoção de medidas assecuratórias aos mutuários desempregados e aos que tiverem redução salarial a possibilidade de postergar as dívidas perante o Sistema Financeiro de Habitação-SFH.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 419/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3725/2009** de autoria do Dep. Marcos Montes que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego a inclusão da atividade de hortifruticultura na relação a que se refere o art. 7º do Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 420/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma

Rousseff cópia da **Indicação nº 3727/2009** de autoria do Dep. Rômulo Gouveia que sugere ao Ministro do Desenvolvimento Agrário a dilatação do prazo para os municípios aderirem ao Garantia Safra.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 421/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3728/2009** de autoria do Dep. Fábio Faria que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação a criação de curso de graduação em Oceanografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 422/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3729/2009** de autoria do Dep. Wellington Fagundes que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes nome para ser agraciado com a Medalha do Mérito Mauá.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 422/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3729/2009** de autoria do Dep. Wellington Fagundes que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes nome para ser agraciado com a Medalha do Mérito Mauá.

Data da Remessa: 27/03/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 423/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 2270/2007** de autoria do Dep. Luciano Pizzatto que solicita a Sra. Ministra do Meio Ambiente, informações sobre estudos, laudos técnicos e processos para inclusão de espécies ameaçadas de extinção.

Resenha da Correspondência Expedida Interna Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/3/2008 a 31/3/2008

Data de Encaminhamento: 06/03/2008

Ofício 1ªSec/RI/I nº 352/2008 ao Dep. Vanderlei Macris encaminha cópia do Ofício nº 494/2008/GABIN/MCIDADES, de 16/1/08, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 1979/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 406/2008 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Aviso nº 140/GM, de 29/2/08, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 1750/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 407/2008 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 139/GM, de 29/2/08, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2254/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 409/2008 ao Dep. Carlos Alberto Leréia encaminha cópia do Ofício nº 905 de 27/2/2008, do Tribunal Superior Eleitoral em resposta à **Indicação nº 1502/2007**

Resposta não encaminhada – Deputado licenciado ao Dep. Rômulo Gouveia encaminha cópia do Ofício nº 862-GAB/SESu/MEC, de 13/2/2008 em resposta à **Indicação nº 1134/2007**

Data de Encaminhamento: 07/03/2008

Ofício 1ªSec/RI/I nº 405/2008 ao Dep. William Woo encaminha cópia do Aviso nº 38/2008/MC, de 29/2/08, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 402/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 410/2008 ao Dep. Silvio Torres encaminha cópia do Ofício nº 27/2008/GM-ME, de 5/3/08, do Ministério do Esporte em resposta ao **Requerimento de Informação nº 300/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 411/2008 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Ofício nº 28/2008/GM-ME, de 5/3/08, do Ministério do Esporte em resposta ao **Requerimento de Informação nº 514/2007**

Data de Encaminhamento: 12/03/2008

Ofício 1ªSec/RI/I nº 412/2008 ao Dep. Rodrigo Maia encaminha cópia do Ofício nº 2305/2008/GABIN/MCIDADES, de 6/3/08, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2260/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 413/2008 ao Dep. Iran Barbosa encaminha cópia do Ofício nº 3 AFEPA/DME-MRE-EAGR, de 6/3/08, do Ministério das Relações Exteriores em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2264/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 414/2008 à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle encaminha cópia do Aviso nº 013/BCB-Presi, de 5/3/08, do Banco Central do Brasil em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2284/2007**

Data de Encaminhamento: 18/03/2008

Ofício 1ªSec/RI/I nº 415/2008 ao Dep. José Carlos Araújo encaminha cópia do Aviso nº 183/GM, de 12/3/08, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2056/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 416/2008 à Comissão de Direitos Humanos e Minorias encaminha cópia do Aviso nº 184/GM, de 12/3/08, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 384/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 417/2008 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Aviso nº 182/GM, de 12/3/08, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 717/2007**

Data de Encaminhamento: 19/03/2008

Ofício 1ªSec/RI/I nº 418/2008 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 164/MCT/GAB-MI, de 12/3/08, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 1378/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 419/2008 ao Dep. Chico Alencar encaminha cópia do Aviso nº 144 – C. Civil, de 12/3/08, da Casa Civil da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2320/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 420/2008 ao Dep. Iran Barbosa encaminha cópia do Ofício nº 78/AGU, de 17/3/08, da Advocacia-Geral da União em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2262/2007**

Data de Encaminhamento: 26/03/2008

Ofício 1ªSec/RI/I nº 475/2008 à Dep. Praciano encaminha cópia do Ofício nº 193/MCT/GABMI, de 20/3/08, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 1206/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 476/2008 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Aviso nº 219/GM, de 20/3/08, do Ministério da Saúde em resposta aos **Requerimentos de Informação nºs 2060 a 2120/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 477/2008 ao Dep. Silas Câmara encaminha cópia do Ofício nº 35/2008/GM-ME, de 24/3/08, do Ministério do Esporte em resposta aos **Requerimentos de Informação nºs 2125 a 2249/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 478/2008 ao Dep. Nelson Bornier encaminha cópia do Aviso nº 52/2008/GM-MME, de 24/3/08, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2266/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 479/2008 ao Dep. Juvenil encaminha cópia do Aviso nº 20/BCB-Presi, de 20/3/08, do Banco Central do Brasil em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2295/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 480/2008 ao Dep. João Dado encaminha cópia do Aviso nº 51/2008/GM-MME, de 24/3/08, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2324/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 481/2008 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Ofício nº 45/GM-MDIC, de 18/3/08, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2348/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 482/2008 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Aviso nº 83/GM-MAPA, de 19/3/08, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2349/2008**

Data de Encaminhamento: 27/03/2008

Ofício 1ªSec/RI/I nº 546/2008 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 147/2008/GM/MMA, de 25/3/08, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 448/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 547/2008 ao Dep. Zonta encaminha cópia do Ofício nº 148/2008/GM/MMA, de

25/3/08, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2029/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 548/2008 ao Dep. Iran Barbosa encaminha cópia do Aviso nº 85/GM-MAPA, de 24/3/08, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2263/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 549/2008 ao Dep. Luciano Pizzatto encaminha cópia do Ofício nº 146/2008/GM/MMA, de 25/3/08, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2269/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 550/2008 à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado encaminha cópia do Aviso nº 0422-MJ, de 20/3/08, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2286/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 551/2008 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 0421-MJ, de 20/3/08, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2259/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 552/2008 ao Dep. Chico Alencar encaminha cópia do Aviso nº 71/MF, de 24/3/08, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2320/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 553/2008 à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural encaminha cópia do Aviso nº 86/GM-MAPA, de 24/3/08, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2321/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 554/2008 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Aviso nº 0426-MJ, de 26/3/08, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2326/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 555/2008 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Aviso nº 0425-MJ, de 26/3/08, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2346/2008**

Resposta não encaminhada. Autor fora do exercício do mandato ao Dep. Joaquim Francisco encaminha cópia do Ofício nº 208/MCT/GABMI, de 26/3/08, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3767/2006**

Data de Encaminhamento: 28/03/2008

Deputada LICENCIADO – resposta não encaminhada. ao Dep. Edson Santos encaminha cópia do Ofício nº 119, de 12/2/08, do Ministério da Educação. em resposta à **Indicação nº 1354/2007**

Não está no exercício no mandato – resposta não encaminhada. ao Dep. Dr. Paulo Cesar encaminha cópia do Ofício nº 118, de 12/2/08, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 1362/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 599/2008 à Dep. Vanessa Graziotin encaminha cópia do Ofício nº 44, de 17/01/2008, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 568/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 585/2008 ao Dep. Rômulo Gouveia encaminha cópia do Ofício nº 1229-GAB/SESu/MEC, de 27/2/2008, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 1135/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 586/2008 ao Dep. Luiz Sérgio encaminha cópia do Ofício nº 88, de 31/1/2008, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 9940/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 587/2008 ao Dep. Pompeo de Mattos encaminha cópia do Ofício nº 41, de 16/1/2008, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 107/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 588/2008 à Dep. Janete Rocha Pietá encaminha cópia do Ofício nº 1034, de 31/1/2008, do Ministério da Defesa em resposta à **Indicação nº 525/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 589/2008 ao Dep. Roberto Rocha encaminha cópia do Aviso nº 103-C.Civil, de 4/3/2008, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 14, de 31/1/2008, do Ministério das Comunicações em resposta à **Indicação nº 994/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 590/2008 ao Dep. Odair Cunha encaminha cópia do Ofício nº 122, de 1º/2/2008, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 1219/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 591/2008 ao Dep. Barbosa Neto encaminha cópia do Ofício nº 93, de 31/1/2008, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 1358/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 592/2008 ao Dep. Rodovalho encaminha cópia do Ofício nº 90, de 31/1/2008, do Ministério da Educação. em resposta à **Indicação nº 1363/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 593/2008 ao Dep. Homero Pereira encaminha cópia do Ofício nº 86, de 31/1/2008, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 1390/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 594/2008 ao Dep. Henrique Afonso encaminha cópia do Aviso nº 103-C.Civil, de 4/3/2008, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 13, de 31/1/2008, do Ministério das Comunicações em resposta à **Indicação nº 1404/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 595/2008 ao Dep. Afonso Hamm encaminha cópia do Ofício nº 498, de 4/6/2007, do Ministério da Fazenda. em resposta à **Indicação nº 160/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 596/2008 ao Dep. Afonso Hamm encaminha cópia do Ofício nº 783, de 28/12/2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta à **Indicação nº 161/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 597/2008 à Dep. Maria do Rosário encaminha cópia do Ofício nº 239, de 15/01/2008, do Ministério da Cultura em resposta à **Indicação nº 329/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 598/2008 ao Dep. Fernando Coelho Filho encaminha cópia do Ofício nº 765, de 27/12/2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta à **Indicação nº 507/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 600/2008 ao Dep. Veloso encaminha cópia do Ofício nº 787, de 31/12/2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta à **Indicação nº 575/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 601/2008 ao Dep. Marcos Medrado encaminha cópia do Ofício nº 89, de 31/01/08, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 333/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 602/2008 à Dep. Praciano encaminha cópia do Ofício nº 91, de 31/01/08, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 599/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 603/2008 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Ofício nº 87, de 31/01/2008, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 888/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 604/2008 ao Dep. Dr. Ubiali encaminha cópia do Ofício nº 92, de 31/01/08, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 970/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 605/2008 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 901, de 29/01/08, do Ministério das Cidades em resposta à **Indicação nº 1500/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 606/2008 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Ofício nº 900, de 29/01/08, do Ministério das Cidades em resposta às **Indicações nºs 1543 a 1576/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 607/2008 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 44, de 29/01/08, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 1581/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 608/2008 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 899, de 29/01/08, do Ministério das Cidades em resposta às **Indicações nºs 1591 a 1598/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 609/2008 ao Dep. Júlio Delgado encaminha cópia do Ofício nº 840, de 21/12/2007, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 434/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 610/2008 ao Dep. Marcele Serafim encaminha cópia do Ofício nº 16.937, de 23/11/2007, do Ministério das Cidades em resposta às **Indicações nºs 887 e 889/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 611/2008 à Comissão de Direitos Humanos e Minorias encaminha cópia do Aviso nº 106-C.Civil, de 4/3/2008, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 149, de 25/01/2008, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 962/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 613/2008. ao Dep. Cleber Verde encaminha cópia do Ofício nº 61, de 12/2/08, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 644/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 614/2008 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Ofício nº 22, de 30/01/08, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta à **Indicação nº 992/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 615/2008 ao Dep. Vander Loubet encaminha cópia do Ofício nº 152, de 11/2/08, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 1167/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 616/2008 à Dep. Andreia Zito encaminha cópia do Ofício nº 117, de 12/2/08, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 1316/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 618/2008 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 120, de 12/2/08, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 1495/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 619/2008 ao Dep. Flávio Dino encaminha cópia do Ofício nº 9, de 22/01/08, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta à **Indicação nº 647/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 620/2008 ao Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto encaminha cópia do Ofício nº 46, de 17/01/08, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 1278/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 621/2008 ao Dep. Sérgio Barradas Carneiro encaminha cópia do Ofício nº 95, de 21/01/08, do Ministério de Minas e Energia em resposta à **Indicação nº 1422/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 622/2008 ao Dep. Carlos Souza encaminha cópia do Ofício nº 55, de 14/01/08, do Ministério de Minas e Energia em resposta à **Indicação nº 1503/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 623/2008 ao Dep. Barbosa Neto encaminha cópia do Ofício nº 39, de 16/01/08, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta à **Indicação nº 1509/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 624/2008 ao Dep. Carlos Souza encaminha cópia do Ofício nº 788, de 24/01/08,

do Ministério da Defesa em resposta à **Indicação nº 694/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 625/2008 ao Dep. Fernando Coelho Filho encaminha cópia do Ofício nº 104, de 30/01/08, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 1051/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 626/2008 ao Dep. Rômulo Gouveia encaminha cópia do Ofício nº 107, de 29/01/08, do Ministério de Minas e Energia em resposta à **Indicação nº 1068/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 627/2008 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 904, de 30/01/08, do Ministério das Cidades em resposta às **Indicações nºs 1107 a 1129/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 628/2008 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Ofício nº 61, de 14/01/08, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 1162/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 629/2008 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Ofício nº 62, de 14/01/08, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 1171/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 630/2008 ao Dep. Pedro Fernandes encaminha cópia do Ofício nº 432, de 23/01/08, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 1395/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 631/2008 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 586, de 31/12/2007, do Ministério da Previdência Social em resposta à **Indicação nº 698/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 632/2008 ao Dep. Roberto Rocha encaminha cópia do Ofício nº 11, de 4/01/08, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 1023/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 633/2008 ao Dep. Bilac Pinto encaminha cópia do Ofício nº 21, de 10/01/08, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 1314/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 634/2008 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 12, de 4/01/08, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 1345/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 635/2008 ao Dep. Maurício Rands encaminha cópia do Ofício nº 22, de 10/01/08, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 907/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 636/2008 à Dep. Juvenil Alves encaminha cópia do Ofício nº 56, de 14/01/08, do Ministério de Minas e Energia em resposta à **Indicação nº 973/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 638/2008 à Dep. Praciano encaminha cópia do Ofício nº 7, de 18/01/08, do Mi-

nistério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta à **Indicação nº 1055/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 639/2008 ao Dep. Homero Pereira encaminha cópia do Ofício nº 208, de 9/01/08, do Ministério da Defesa em resposta à **Indicação nº 1103/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 640/2008 ao Dep. Uldurico Pinto encaminha cópia do Ofício nº 762, de 14/01/08, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta à **Indicação nº 1151/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 641/2008 ao Dep. Pedro Fernandes encaminha cópia do Ofício nº 40, de 16/01/08, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 1166/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 642/2008 ao Dep. Ilderlei Cordeiro encaminha cópia do Ofício nº 767, de 27/12/2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta à **Indicação nº 1222/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 643/2008 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Ofício nº 82, de 31/01/08, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 1000/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 644/2008 ao Dep. Uldurico Pinto encaminha cópia do Ofício nº 789, de 24/01/08, do Ministério da Defesa em resposta à **Indicação nº 1174/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 645/2008 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 905, de 29/01/08, do Ministério das Cidades em resposta às **Indicações nºs 1199 a 1217/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 646/2008 ao Dep. Gladson Cameli encaminha cópia do Ofício nº 83, de 24/01/08, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 1313/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 647/2008 ao Dep. Adão Pretto encaminha cópia do Ofício nº 62, de 22/01/08, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 1349/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 648/2008 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 902, de 29/01/08, do Ministério das Cidades em resposta às **Indicações nºs 1405 a 1420/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 649/2008 ao Dep. Uldurico Pinto encaminha cópia do Ofício nº 82, de 24/01/08, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 1431/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 650/2008 ao Dep. João Dado encaminha cópia do Ofício nº 64, de 22/01/08, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 1440/2007**

Data de Encaminhamento: 29/03/2008

Ofício 1ª Sec/IND/I nº 673, de 28/3/2008. ao Dep. Sandro Matos encaminha cópia do Ofício nº 1.113 ,

de 9 de outubro de 2007, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 1054/2007**

Resenha da Correspondência Recebida Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/3/2009 a 31/3/2009

Data de Recebimento: 03/03/2009

Aviso nº 134-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 7, de 5/1/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3314/2008** de autoria do Dep.Vinicius Carvalho.

Ofício nº 109/MCT, de 3/3/09, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3423/2008** de autoria da Dep.Rebecca Garcia.

Data de Recebimento: 06/03/2009

Aviso nº 130-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 111, 10/2/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 5/2007** de autoria do Dep.Dr. Pinotti.

Aviso nº 131-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 11, 13/1/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Indicação nº 675/2007** de autoria do Dep.Valtenir Pereira.

Aviso nº 131-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 10, 13/1/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Indicação nº 1323/2007** de autoria do Dep.Homero Pereira.

Aviso nº 131-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 7, 9/1/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Indicação nº 1463/2007** de autoria do Dep.Luiz Carlos Haully.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 81, 3/2/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 1884/2008** de autoria do Dep.Walter Brito Neto.

Aviso nº 133-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 130, de 13/2/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Indicação nº 2210/2008** de autoria do Dep. Carlos Brandão.

Aviso nº 131-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 19, 19/1/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Indicação nº 2239/2008** de autoria do Dep.Gastão Vieira.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 14, de 4/2/09, do Ministério das Comunicações em res-

posta a **Indicação nº 2315/2008** de autoria do Dep. Eliene Lima.

Aviso nº 134-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 31, de 7/1/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Indicação nº 2356/2008** de autoria do Dep.Davi Alcolumbre.

Aviso nº 130-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 37, 11/2/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Indicação nº 2420/2008** de autoria da Dep.Rebecca Garcia.

Aviso nº 131-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 17, 29/1/09, do Ministério do Desenvolvimento Agrário em resposta a **Indicação nº 2466/2008** de autoria do Dep. Edson Duarte.

Aviso nº 134-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 5, de 9/1/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Indicação nº 3053/2008** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 136, de 4/2/09, do Ministério da Cultura em resposta a **Indicação nº 3055/2008** de autoria do Dep.Eliene Lima.

Aviso nº 135-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 764, de 30/1/09, do Ministério das Cidades em resposta às **Indicações nº 3073 a 3080/2008** de autoria do Dep. Marcelo Serafim.

Aviso nº 135-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 13398, de 4/12/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Indicação nº 3081/2008** de autoria do Dep. Marcelo Serafim.

Aviso nº 135-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 13398, de 4/12/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Indicação nº 3082/2008** de autoria do Dep. Marcelo Serafim.

Aviso nº 131-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 20, 29/1/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Indicação nº 3092/2008** de autoria do Dep.Walter Brito Neto.

Aviso nº 131-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 8, 15/1/09, do Ministério do Esporte em resposta a **Indicação nº 3107/2008** de autoria do Dep.Gilmar Machado.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 31,

de 12/1/09, do Ministério da Fazenda em resposta às **Indicações nº 3108 a 3123/2008** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 135-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 765, de 30/1/09, do Ministério das Cidades em resposta às **Indicações nº 3140 a 3189/2008** de autoria do Dep. Barbosa Neto.

Aviso nº 133-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 71, de 18/2/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Indicação nº 3218/2008** de autoria do Dep.Juvenil.

Aviso nº 131-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 21, 13/1/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Indicação nº 3246/2008** de autoria do Dep.Magela.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 50, de 19/1/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3250/2008** de autoria do Dep. Eliene Lima.

Aviso nº 133-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 274, de 20/2/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Indicação nº 3255/2008** de autoria do Dep.Eliene Lima.

Aviso nº 136-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 51, de 19/1/09, do Ministério da Educação em resposta às **Indicações nº 3263 a 3270/2008** de autoria do Dep. Davi Alcolumbre.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 25, de 3/2/09, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta a **Indicação nº 3274/2008** de autoria do Dep.João Dado.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 52, de 20/1/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3278/2008** de autoria da Dep.Flaviano Melo.

Aviso nº 134-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 6, de 5/1/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3285/2008** de autoria do Dep.Dr. Talmir.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 54, de 20/1/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3287/2008** de autoria do Dep.Walter Brito Neto.

Aviso nº 130-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 103,

11/2/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3291/2008** de autoria do Dep.Dr. Ubiali.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 1104, de 3/2/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Indicação nº 3298/2008** de autoria do Dep.Carlos Souza.

Aviso nº 134-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 5, de 5/1/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3300/2008** de autoria do Dep.Carlos Souza.

Aviso nº 134-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 828, de 30/8/2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Indicação nº 3301/2008** de autoria do Dep.Carlos Souza.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 830, de 30/12/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Indicação nº 3303/2008** de autoria do Dep.Carlos Souza.

Aviso nº 132-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 50, 20/1/2009, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3311/2008** de autoria da Dep.Sandra Rosado.

Aviso nº 136-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 53, de 20/1/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3312/2008** de autoria do Dep.Paulo Teixeira.

Aviso nº 134-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 10, de 5/1/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3328/2008** de autoria da Comissão de Educação e Cultura.

Aviso nº 136-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 82, de 3/2/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3335/2008** de autoria do Dep.Ricardo Quirino.

Aviso nº 130-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 149, 9/2/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Indicação nº 3338/2008** de autoria do Dep.Dr. Talmir.

Aviso nº 136-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 83, de 3/2/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3353/2008** de autoria do Dep.Eliene Lima.

Aviso nº 136-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 84,

de 3/2/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3355/2008** de autoria do Dep.Eliene Lima.

Aviso nº 136-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 10, de 28/1/09, do Banco Central do Brasil em resposta a **Indicação nº 3356/2008** de autoria da Dep. Humberto Souto.

Aviso nº 136-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 10, de 28/1/09, do Banco Central do Brasil em resposta a **Indicação nº 3356/2008** de autoria do Dep. Humberto Souto.

Aviso nº 136-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 85, de 3/2/2009, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3363/2008** de autoria do Dep.Osmar Serraglio.

Aviso nº 133-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 44, de 13/2/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Indicação nº 3364/2008** de autoria do Dep.Laercio Oliveira.

Aviso nº 136-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 18, de 29/1/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Indicação nº 3366/2008** de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Aviso nº 133-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 172, de 19/2/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3368/2008** de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Aviso nº 130-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 94, 10/2/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3375/2008** de autoria do Dep.Francisco Praciano.

Aviso nº 135-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício Pleito 333074657, de 27/1/09, do Ministério da Prvidência Social em resposta a **Indicação nº 3379/2008** de autoria da Dep.Perpétua Almeida.

Aviso nº 130-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 16, 12/2/09, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta a **Indicação nº 3384/2008** de autoria do Dep. Roberto Britto.

Aviso nº 130-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 16, 12/2/09, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta a **Indicação nº 3385/2008** de autoria do Dep. Roberto Britto.

Aviso nº 135-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 15, de 23/1/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Indicação nº 3410/2008** de autoria do Dep.Davi Alcolumbre.

Aviso nº 135-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 51, de 20/1/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3415/2008** de autoria da Dep.Sandra Rosado.

Aviso nº 135-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 87, de 16/1/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Indicação nº 3417/2008** de autoria do Dep. Carlos Bezerra.

Aviso nº 130-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 70, 4/2/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Indicação nº 3418/2008** de autoria do Dep.Homero Pereira.

Aviso nº 133-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 33, de 9/2/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Indicação nº 3456/2008** de autoria da Dep.Jusmari Oliveira.

Aviso nº 130-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 1106, 3/2/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Indicação nº 3457/2008** de autoria da Dep.Jusmari Oliveira.

Aviso nº 133-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 131, de 13/2/09, do Ministério da Transportes em resposta a **Indicação nº 3458/2008** de autoria da Dep. Jusmari Oliveira.

Aviso nº 133-C.Civil, de 4/3/2009, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 128, de 16/2/09, do Ministério da Fazenda em res-

posta a **Indicação nº 3482/2008** de autoria do Dep. Ratinho Junior.

Ofício nº 30/SG-PR, de 6/3/09, da Secretaria-Geral da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3698/2009** de autoria do Dep.Paulo Renato Souza.

Data de Recebimento: 12/03/2009

Ofício nº 2700-GM/Aspar-MD, de 11/3/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3102/2008** de autoria da Dep.Perpétua Almeida.

Data de Recebimento: 13/03/2009

Ofício nº 060/2009-MEC, de 13/3/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 2673/2008** de autoria do Dep.Lincoln Portela.

Aviso nº 194/GM, de 13/3/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3454/2008** de autoria do Dep.Waldir Neves.

Aviso nº 195/GM, de 13/3/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3495/2008** de autoria da Dep.Flaviano Melo.

Aviso nº 195/GM, de 13/3/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3495/2008** de autoria do Dep.Flaviano Melo.

Aviso nº 193/GM, de 13/3/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3500/2008** de autoria do Dep.Miguel Martini.

Data de Recebimento: 17/03/2009

Aviso nº 360-MJ, de 17/3/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3681/2009** de autoria do Dep.Capitão Assunção.

Data de Recebimento: 18/03/2009

Aviso nº 38/2009/MC, de 18/3/09, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3438/2008** de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Ofício nº 70/GM-MDIC, de 18/3/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta a **Requerimento de Informação nº 3682/2009** de autoria do Dep.Beto Faro.

Data de Recebimento: 20/03/2009

Aviso nº 210/GM, de 20/3/09, do Ministério da Saúde em resposta aos **Requerimentos de Informação nº 3556 a 3616/2008** de autoria do Dep.Marcelo Serafim.

Data de Recebimento: 25/03/2009

Ofício nº 67/2009-MEC, de 25/3/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3259/2008** de autoria do Dep.Joaquim Beltrão.

Ofício nº 66/2009-MEC, de 25/3/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3545/2008** de autoria do Dep.Silas Câmara.

Ofício nº 392-MJ, de 25/3/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3679/2009** de autoria do Dep.Márcio França.

Ofício nº 391-MJ, de 25/3/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3716/2009** de autoria do Dep.Marcelo Itagiba.

Data de Recebimento: 26/03/2009

Aviso nº 410-MJ, de 26/3/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3686/2009** de autoria do Dep.Luciano Pizzatto.

Ofício nº 99/2009 GM/ASPAR/MDS, de 26/3/09, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta a **Requerimento de Informação nº 3693/2009** de autoria da Dep.Rebecca Garcia.

Data de Recebimento: 27/03/2009

Ofício nº 180/MCT/GABMI, de 26/3/09, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3378/2008** de autoria da Dep.Rebecca Garcia.

Aviso nº 67/MF, de 26/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3697/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Data de Recebimento: 30/03/2009

Ofício nº 186/MCT, de 30/3/09, do Ministério da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende em resposta a **Requerimento de Informação nº 3462/2008** de autoria do Dep.Adão Pretto.

Aviso nº 411-MJ, de 30/3/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3709/2009** de autoria do Dep.Arnaldo Faria de Sá.

Data de Recebimento: 31/03/2009

Aviso nº 74/MF, de 31/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3678/2009** de autoria do Dep.Ivan Valente.

Aviso nº 75/MF, de 31/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3694/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite.

Aviso nº 76/MF, de 31/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3696/2009** de autoria da Dep.Uldurico Pinto.

Aviso nº 177-C. Civil, de 30/3/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3717/2009** de autoria do Dep.Bruno Araújo.

Aviso nº 73/MF, de 31/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3743/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim.

Resenha da Correspondência Expedida Externa Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/4/2009 a 30/4/2009

Data da Remessa: 08/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 436/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3742/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim que solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro dos Transportes acerca da estrutura e das obras do sistema portuário nos municípios do interior do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 437/2009, ao Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi cópia do **Requerimento de Informação nº 3746/2009** de autoria do Dep.Edson Duarte que solicita ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Roberto Lupi, informações sobre lavras de amianto encerradas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 438/2009, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Miguel Jorge cópia do **Requerimento de Informação nº 3761/2009** de autoria do Dep.Antônio Andrade que solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que forneça a esta Casa a relação das empresas importadoras de produtos lácteos, juntamente com a quantidade em quilogramas e em dólares importadas por cada uma delas, de quinze produtos enumerados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 439/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3762/2009** de autoria do Dep.Ricardo Tripoli que solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente acerca da concessão da Licença de Instalação para Angra III.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 440/2009, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim cópia do **Requerimento de Informação nº 3763/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Mendes Thame que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores a respeito da criação de novas Embaixadas brasileiras e causas para esta iniciativa.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 441/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3764/2009** de autoria do Dep.Nelson Bornier que solicita ao Senhor Ministro dos Transportes informações relativas ao processo de concessão de linhas de ônibus interestaduais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 442/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3765/2009** de autoria do Dep.Nelson Bornier que solicita ao Senhor Ministro dos Transportes, informações relativas a reajustes de tarifas das linhas de ônibus interestaduais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 443/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3766/2009** de autoria do Dep.Luciano

Pizzatto que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente para que seja informado sobre a situação atual das Unidades de Conservação Federais bem como a Legislação de Conservação de Espécies Ameaçadas no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 444/2009, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes cópia do **Requerimento de Informação nº 3767/2009** de autoria do Dep. Luciano Pizzatto que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento para que seja informado sobre a área atual oficialmente ocupada em atividades Agro-Silvo-Pastoris no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 445/2009, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel cópia do **Requerimento de Informação nº 3768/2009** de autoria do Dep. Luciano Pizzatto que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário que seja informado sobre a situação dos atuais assentamentos existentes no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 446/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3769/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Sr. Nelson Jobim, sobre envolvimento de oficiais do Exército em desvio de armas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 447/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3770/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Sr. Nelson Jobim, sobre críticas feitas pela cúpula do Exército sobre a Estratégia Nacional de Defesa.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 448/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3771/2009** de autoria do Dep. João Dado que solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa da renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 1.338, de 2007.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 449/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3772/2009** de autoria do Dep. João Dado que solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa da renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 634, de 2007.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 450/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3773/2009** de autoria do Dep. João Dado que solicita ao Sr. Ministro de Estado da Saúde a estimativa da renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 842, de 2007.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 451/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimen-**

to de Informação nº 3774/2009 de autoria do Dep. Lobbe Neto que solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre o número de exames oftalmológicos e auditivos realizados anualmente em crianças e adolescentes, por meio de programas já existentes do Governo Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 452/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3775/2009** de autoria do Dep. Lobbe Neto que solicita informações ao Sr. Ministro da Educação sobre o número de exames oftalmológicos e auditivos realizados anualmente em crianças e adolescentes, por meio de programas do Governo Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 453/2009, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes cópia do **Requerimento de Informação nº 3776/2009** de autoria do Dep. Eduardo Valverde que solicita informações ao Sr. Ministro da Agricultura a respeito, dos últimos dois anos, de repasses de recursos públicos, obrigatórios ou discricionários, onerosos ou não onerosos à Confederação Nacional de Agricultura e entidades ligadas a agricultura comercial e empresarial, bem como informações sobre a concessão de créditos agrícolas ou outros incentivos financeiros ou creditícios às empresas rurais ou pessoas físicas proprietárias de glebas rurais onde o Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal e Ministério do Trabalho detectaram trabalho escravo nos último cinco anos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 454/2009, ao Ministro do Turismo, Luiz Eduardo Barretto Filho cópia do **Requerimento de Informação nº 3777/2009** de autoria do Dep. Mendonça Prado que solicita informações ao Ministro do Turismo, Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho, sobre execução de emenda orçamentária.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 455/2009, ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima cópia do **Requerimento de Informação nº 3778/2009** de autoria do Dep. Mendonça Prado que solicita informações ao Ministro da Integração Nacional sobre dotações orçamentárias destinadas à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 456/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3779/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Educação informações sobre o repasse de recursos da merenda escolar aos municípios do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 457/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3780/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da

Educação informações sobre a expansão do ensino noturno nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 458/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3781/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite que solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre a situação atual do endividamento do município do Rio de Janeiro / RJ.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 459/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3782/2009** de autoria do Dep.Mendonça Prado que solicita informações ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre vigente avaliação de processo de incorporação do Banco do Estado de Sergipe (BA-NESE), pelo Banco do Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 460/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3783/2009** de autoria do Dep.Roberto Santiago que solicita informações ao Ministério da Defesa sobre o Projeto F-X2 do Comando da Aeronáutica - Força Aérea Brasileira para a compra de caças multiemprego.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 461/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3784/2009** de autoria do Dep.Roberto Santiago que solicita informações ao Ministério da Defesa sobre o Projeto do Comando da Aeronáutica - Força Aérea Brasileira para a construção de avião de transporte militar com tecnologia brasileira.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 462/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3785/2009** de autoria do Dep.Ciro Pedrosa que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre a base de cálculo aplicada pela Receita Federal do Brasil sobre o faturamento das empresas prestadoras de serviços para efeito do IRPJ e Contribuição Social.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 463/2009, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim cópia do **Requerimento de Informação nº 3786/2009** de autoria do Dep.Beto Faro que solicita ao Senhor Ministro das Relações Exteriores informações sobre os Protocolos firmados entre os governos do Brasil e dos EUA relativos à cooperação no setor do etanol. Mais precisamente, solicita-se sejam enviadas cópias dos referidos documentos, na íntegra

Ofício 1ªSec/RI/E nº 464/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3787/2009** de autoria do Dep.Duarte Nogueira que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades relativo ao repasse a entidades privadas de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 465/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3788/2009** de autoria do Dep.Alexandre Santos que solicita ao Senhor Ministro dos Transportes informações pertinentes ao processo licitatório e contrato de concessão com a concessionária Ponte S/A, que explora o pedágio da ponte Rio-Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 466/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3789/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Pannunzio que solicita ao Ministro da Defesa informações sobre a concessão de transporte aéreo no âmbito do GTE, em 2008 e 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 467/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 468/2009, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge cópia do **Requerimento de Informação nº 3790/2009** de autoria do Dep.Marcelo Itagiba que solicita informações que especifica aos Srs. Ministros de Estado da Defesa e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 469/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3791/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro das Cidades informações sobre estudo elaborado por este Ministério sobre as companhias privadas de saneamento.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 470/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3792/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Educação informações sobre a situação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 471/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3793/2009** de autoria do Dep.Waldir Neves que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Dr. Tarso Genro, acerca de oito toneladas de alimentos, destinados a cesta básica das populações indígenas de Mato Grosso do Sul, que tiveram o prazo de validade vencido, antes de serem entregues, pela FUNAI de Dourados/ MS, aos índios das etnias Guarani, Caiuá e Terena.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 472/2009, ao Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Tarso Vannuchi cópia do **Requerimento de Informação nº 3794/2009** de autoria do Dep.Fernando Gabeira que solicita ao Sr. Ministro Paulo Vannuchi da Secretaria Especial dos Direitos

Humanos informações acerca de denúncia recebida sobre violação de direitos humanos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 473/2009, ao Ministro da Cultura, Juca Ferreira cópia do **Requerimento de Informação nº 3795/2009** de autoria do Dep.Fernando Gabeira que solicita informação ao Senhor Ministro da Cultura sobre as normas de proteção do patrimônio histórico incidentes no Distrito de Trancoso, Município de Porto Seguro, e a atuação do IPHAN, órgão vinculado.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 474/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3796/2009** de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Minorias que solicita Informações ao Ministro da Justiça, Tarso Fernando Genro, a respeito do Processo Administrativo Disciplinar-PAD nº 08.650.002.288/2006-16.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 475/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3797/2009** de autoria da Dep.Andreia Zito que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça sobre as ações desenvolvidas pela Comissão de Anistia daquela Pasta.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 476/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3798/2009** de autoria do Dep.Nelson Bornier que solicita ao Senhor Ministro dos Transportes informações relativamente a reajustes de tarifas de pedágio na rodovia Presidente Dutra, que liga o Estado do Rio de Janeiro ao Estado de São Paulo, administrados pela concessionária Nova Dutra S/A.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 477/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3799/2009** de autoria do Dep.Fernando Chucre que solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre as alterações na rentabilidade das cadernetas de poupança anunciadas pelo Presidente da República.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 478/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3800/2009** de autoria do Dep.Fernando Chucre que solicita informações ao Sr. Ministro das Cidades sobre os recursos transferidos a entidades privadas sem fins lucrativos, oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 479/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3801/2009** de autoria do Dep.Fernando Chucre que solicita informações ao Sr. Ministro das Cidades sobre o programa de regularização fundiária.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 479/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Reque-**

ramento de Informação nº 3801/2009 de autoria do Dep.Fernando Chucre que solicita informações ao Sr. Ministro das Cidades sobre o programa de regularização fundiária.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 480/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3802/2009** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional que solicita ao Senhor Ministro da Defesa, Senhor Nelson Azevedo Jobim, informações sobre as providências que vêm sendo tomadas pela INFRAERO E ANAC, acerca da ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, para torná-lo um HUB-centro de distribuição de vôos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 481/2009, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende cópia do **Requerimento de Informação nº 3803/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Biscaia que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia cópia de documentos referentes à FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 482/2009, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3804/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Biscaia que solicita ao Exmº Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão cópia de documentos referentes ao Departamento de Coordenação e Controle de Empresas Estatais - DEST.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 483/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3805/2009** de autoria do Dep.Hugo Leal que solicita ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, no âmbito da competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, informações sobre o Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 484/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3806/2009** de autoria do Dep.Júlio Delgado que solicita informações ao Ministro da Defesa sobre a proposta de construção de um submarino nuclear para o país.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 485/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3807/2009** de autoria do Dep.Gladson Cameli que solicita informações ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, acerca do número de casos de dengue ocorridos no Vale do Juruá, no Estado do Acre, e as medidas que estão sendo tomadas para prevenção e combate à doença.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 486/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Reque-**

mento de Informação nº 3808/2009 de autoria do Dep. Raul Jungmann que solicita informações ao Ministro das Cidades sobre as obras do Metrô do Recife, no Estado de Pernambuco, nos termos que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 487/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3809/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann que solicita informações ao Ministro dos Transportes sobre as obras de implantação da Ferrovia Transnordestina, nos termos que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 488/2009, ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima cópia do **Requerimento de Informação nº 3810/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann que solicita informações ao Ministro da Integração Nacional sobre as obras de implantação do Canal do Sertão no Estado de Pernambuco, nos termos que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 489/2009, ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima cópia do **Requerimento de Informação nº 3811/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann que solicita informações ao Ministro da Integração Nacional sobre as obras de Transposição do Rio São Francisco, nos termos que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 490/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3812/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann que solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o projeto de implantação da Refinaria Abreu e Lima no Estado de Pernambuco, nos termos que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 491/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3813/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann que solicita informações ao Ministro da Saúde sobre as obras de implantação da fábrica de hemoderivados de Pernambuco, nos termos que especifica.

Data da Remessa: 27/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 551/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3712/2009** de autoria do Dep. Waldir Neves que sugere ao Ministro da Justiça a adoção de providências no sentido de acompanhar as irregularidades referentes às prestações de contas ligadas ao MST (Movimento dos Sem Terra) identificadas pelo TCU - Tribunal de Contas da União.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 553/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3730/2009** de autoria do Dep. Carlos Bezerra que sugere ao Poder Executivo a adoção de providência e a conseqüente realização de ato administrativo referente à licença ambiental de

instalação da ferrovia Ferronorte - Alto Araguaia / Rondonópolis - junto ao IBAMA

Ofício 1ªSec/RI/E nº 554/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3731/2009** de autoria do Dep. Carlos Bezerra que sugere ao Ministro do Meio Ambiente a adoção de providência e a conseqüente realização de ato administrativo referente à licença ambiental de instalação da ferrovia Ferronorte - trecho Alto Araguaia/Rondonópolis - junto ao IBAMA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 555/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3732/2009** de autoria do Dep. Waldir Neves que sugere ao Ministério das Comunicações a adoção de providências relativas à ampliação da fiscalização da ANATEL junto as Empresas de Telefonía.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 556/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3733/2009** de autoria do Dep. João Dado que sugere ao Senhor Ministro da Fazenda a adoção de providências visando a nomeação dos candidatos aprovados no último concurso público realizado para o provimento de cargos de Procurador da Fazenda Nacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 557/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3734/2009** de autoria do Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Senhor Ministro do Meio Ambiente a adoção de medidas urgentes visando à reestruturação do escritório regional do IBAMA em Parintins (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 558/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3735/2009** de autoria do Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Senhor Ministro da Previdência Social a adoção de medidas urgentes para implantar uma Agência da Previdência Social no município de Boa Vista do Ramos, no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 559/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3736/2009** de autoria do Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Senhor Ministro da Justiça a adoção de medidas urgentes visando a melhoria das estruturas das bases da Polícia Federal situadas em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 560/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3738/2009** de autoria do Dep. Gorete Pereira que sugere ao Ministério da Saúde a criação do piso nacional de salários para os

profissionais da área de saúde no âmbito da Administração Pública e do Sistema Único de Saúde.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 561/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3739/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que sugere ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário a criação de uma Unidade Avançada do INCRA no município de Presidente Prudente.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 562/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3740/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que sugere ao Ministério da Cultura o patrocínio do Encontro Nacional de Folias de Reis.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 563/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3741/2009** de autoria do Dep.Gonzaga Patriota que sugere a Casa Civil da Presidência da República a adoção de atos de gestão que possibilitem a realização de concurso público federais tao somente no âmbito regional, estadual ou municipal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 564/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3742/2009** de autoria do Dep.Dr. Ubiali que sugere ao Senhor Ministro de Minas e Energia alteração da Resolução nº 456, de 29 de novembro de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL objetivando possibilitar a cobrança, na fatura de consumo de energia elétrica, de tributos e outros serviços prestados ao consumidor.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 565/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3743/2009** de autoria do Dep.Hugo Leal que sugere ao Exmo. Senhor Ministro das Cidades providências para a adoção de um novo modelo institucional para o DENATRAN, que lhe assegure recursos, estrutura e autonomia administrativa e financeira para implementação e acompanhamento da política nacional de trânsito.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 566/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3744/2009** de autoria do Dep.Maurício Rands que sugere ao Ministério da Saúde adoção de medidas urgentes de proteção e segurança do trabalho aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 567/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3745/2009** de autoria do Dep.Silvio Lopes que sugere ao Ministério da Integração Nacional a recriação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 568/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3746/2009** de autoria do Dep.Maurício Rands que sugere ao Ministério da Saúde a adoção de Piso Salarial Nacional para os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 569/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3747/2009** de autoria do Dep.Maurício Rands que sugere ao Ministro do Trabalho e Emprego a adoção de medidas de proteção e segurança do trabalho aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias

Ofício 1ªSec/RI/E nº 570/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3748 e 3749/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, providências para a instalação de uma Agência ou Posto Avançado do Banco do Brasil no Bairro das Malvinas em Campina Grande, estado da Paraíba.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 571/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3750 a 3762/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim que sugere ao Ministério da Previdência Social instalação de uma agência Previdenciária Social, no município de Autazes, no estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 572/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3760/2009** de autoria do Dep.Dagoberto que sugere à Sra. Ministra da Casa Civil para que seja incluído os municípios de Três Lagoas e Corumbá - no Estado de Mato Grosso do Sul - no programa "Minha Casa, Minha Vida".

Ofício 1ªSec/RI/E nº 573/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3763/2009** de autoria do Dep.Geraldo Pudim que sugere ao Ministério da Justiça o envio da Força Nacional de Segurança para atuar no Estado do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 574/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3764/2009** de autoria do Dep.Beto Albuquerque que sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o envio de projeto de lei visando incluir no art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a hipótese de o servidor público deixar de comparecer ao serviço, sem qualquer prejuízo, em caso de coleta de sangue para inclusão em cadastro nacional de doadores de medula óssea.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 575/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3765/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro de Minas e Energia a adoção de medidas urgentes visando à fiscalização e apuração de supostas práticas de cartelização pelos postos de combustíveis da cidade de Manaus (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 576/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3766/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Justiça a adoção de medidas urgentes visando à fiscalização e apuração de supostas práticas de cartelização pelos postos de combustíveis da cidade de Manaus (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 577/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3767/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Justiça a adoção de medidas urgentes para a implantação de novas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 578/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3768/2009** de autoria do Dep. Geraldo Resende que sugere a Excelentíssima Ministra Chefe da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff, sejam tomadas providências imediatas para inclusão no programa Minha Casa, Minha Vida, dos municípios com população inferiores a 50 mil habitantes.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 579/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3769 a 3805/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, a necessidade de liberar recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH para atender aos cidadãos de baixa renda do município de Comodoro/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 580/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3779/2009** de autoria do Dep. Dr. Talmir que sugere ao Senhor Ministro da Fazenda para que sejam adotadas providências no sentido de incluir, no Conselho Deliberativo do SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, a CNTur - Confederação Nacional do Turismo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 581/2009, ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Milton de Moura França cópia da **Indicação nº 3780/2009** de autoria do Dep. Paulo Bornhausen que sugere ao Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal Superior do

Trabalho, que seja criada e instalada uma Vara do Trabalho no município de Rio Negrinho no Estado de Santa Catarina.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 582/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3781/2009** de autoria do Dep. Cleber Verde que sugere à Presidência da República, a apresentação de Projeto de Lei junto ao Congresso Nacional, de Projeto de Lei Complementar de sua competência exclusiva, nos termos do art. 61 § 1º alínea c, que cria a aposentadoria especial para servidores públicos deficientes, que trabalham expostos aos fatores de risco, nos termos da minuta inclusa

Ofício 1ªSec/RI/E nº 583/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3782/2009** de autoria do Dep. Cleber Verde que sugere à Presidência da República, apresentação junto ao Congresso Nacional, de Projeto de Lei de sua competência exclusiva, nos termos do art. 61 § 1º inciso II alínea d, que amplia a competência de fiscalização do Ministério Público às Organizações Não-Governamentais (ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) e demais Associações sem fins lucrativos, com personalidade de Pessoas Jurídicas de Direito Privado.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 584/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3783/2009** de autoria do Dep. Cleber Verde que sugere à Presidência da República, a apresentação de Projeto de Lei junto ao Congresso Nacional, de Projeto de Lei Complementar de sua competência exclusiva, nos termos do art. 61 § 1º alínea c, que cria a aposentadoria especial para servidores públicos que trabalham expostos aos fatores de risco.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 585/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3784/2009** de autoria do Dep. Carlos Bezerra que sugere ao Ministro da Saúde reforço na fiscalização por parte da Anvisa dos produtos contendo polimetilmetacrilato utilizados em procedimentos de bioplastia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 586/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3785/2009** de autoria do Dep. Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, a convocação dos excedentes do concurso da Polícia Federal realizado em 2004.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 587/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3786/2009** de autoria do Dep. Lupércio Ramos que sugere ao Ministro

da Defesa que a INFRAERO implemente ações que objetivem a modernização e ampliação do Aeroporto Internacional de Manaus e sua transformação em HUB da Região Norte.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 588/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3787/2009** de autoria do Dep. Lupércio Ramos que sugere ao Ministério da Fazenda a ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, coordenado pelo Banco do Brasil S/A., com vistas ao fortalecimento do setor de duas rodas do Pólo Industrial de Manaus - PIM.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 589/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3788/2009** de autoria do Dep. Fernando Nascimento que sugere ao Ministro do Trabalho e Emprego acompanhamento minucioso da demissão realizada pela EMBRAER.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 590/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3789/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Rollemberg que sugere ao Ministro de Minas e Energia a criação de uma empresa pública para representar a União em acordos de unitização de campos de petróleo e gás natural e em contratos de partilha de produção.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 591/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3790/2009** de autoria do Dep. Paulo Roberto que sugere ao Ministério da Justiça, estabelecer novo prazo de validade para as certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 592/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3791/2009** de autoria do Dep. Armando Abílio que sugere a adoção de providências no âmbito do Ministério da Integração Nacional para a migração de servidores temporários contratados para exercerem atividades no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA 00/001/IICA - Integração para o PCT BRA/08/002/IRRIGAÇÃO por ser correlato, sucedâneo e apresentar continuidade ao PCT anterior.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 593/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3792/2009** de autoria do Dep. Antônio Carlos Biffi que sugere ao Ministro do Desenvolvimento Agrário a criação do TERRITÓRIO RURAL DE FRONTEIRA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 594/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma

Rousseff cópia da **Indicação nº 3800/2009** de autoria do Dep. Felipe Bornier que sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o envio de projeto de lei visando possibilitar a incorporação de valores relativos ao exercício de cargos e funções de confiança à remuneração dos servidores públicos federais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 595/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3801/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Rollemberg que sugere à Casa Civil a criação de uma empresa pública para representar a União em acordos de unitização de campos de petróleo e gás natural e em contratos de partilha de produção.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 596/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3806/2009** de autoria do Dep. Marcelo Serafim que sugere ao Ministro dos Transportes que sejam tomadas providências imediatas para a recuperação da estrada BR-230, no estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 597/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3807/2009** de autoria do Dep. Marcelo Serafim que sugere ao Ministro de Minas e Energia que sejam tomadas providências imediatas para a construção de uma linha de transmissão de energia Porto Velho/Humaitá.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 598/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3808/2009** de autoria do Dep. Jurandy Loureiro que sugere ao Poder Executivo a opção por projetos de construção de residências no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida ecologicamente sustentáveis.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 599/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3809/2009** de autoria do Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro do Desenvolvimento Agrário a adoção de medidas urgentes para a recuperação da estrada principal do Projeto de Assentamento Paquequer, situado em Nova Olinda do Norte (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 600/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3810/2009** de autoria do Dep. Barbosa Neto que sugere ao Ministério da Educação fazer gestões para que as universidades particulares mantenham suas bibliotecas abertas durante o período de férias.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 601/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3811/2009** de autoria do Dep. Jurandy Loureiro que sugere ao Ministério da

Educação a criação do Programa “Doadores do Futuro” nas escolas públicas e privadas do Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 602/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3812/2009** de autoria do Dep. Pedro Fernandes que sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério dos Transportes que aloque recursos para a duplicação do trecho rodoviário da BR-316 entre a cidade de Caxias-MA e Teresina-PI.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 603/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3813/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Fazenda a adoção de medidas visando à implantação de uma Superintendência Regional da Receita Federal, sediada na cidade de Manaus (AM), com a abrangência dos estados da Amazônia Legal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 604/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3814/2009** de autoria do Dep. Vital do Rêgo Filho que sugere ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a criação de uma Zona de Processamento de Exportação nos Municípios de Campina Grande e Cabedelo, estado da Paraíba.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 605/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3815/2009** de autoria do Dep. Carlos Bezerra que sugere ao Ministro da Saúde a adoção em âmbito nacional do check-list proposto pela Organização Mundial da Saúde para cirurgias mais seguras.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 606/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3816/2009** de autoria do Dep. Filipe Pereira que sugere ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) seja criada Escola Técnica Federal no Município de Seropédica/RJ.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 607/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3817/2009** de autoria do Dep. Francisco Praciano que sugere ao Sr. Ministro da Educação providências para a ampliação e fortalecimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste”.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 608/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3818/2009** de autoria do Dep. Dr. Talmir que sugere ao Senhor Ministro do Meio Ambiente o cadastramento de entidades filantrópicas para o recebimento de peixes apreendidos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 609/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3819/2009** de autoria do Dep. Dr. Talmir que sugere ao Ministério do Meio Ambiente desenvolvimento de ações voltadas para a reciclagem de óleo vegetal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 610/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3820/2009** de autoria do Dep. Dr. Talmir que sugere ao Ministério da Saúde a criação de Farmácias Magistrais Públicas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 611/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3821/2009** de autoria da Dep. Alice Portugal que sugere ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 612/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3822/2009** de autoria do Dep. Carlos Abicalil que sugere ao Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, no âmbito da Caixa Econômica Federal, a instalação Casa Lotérica em municípios do Estado de Mato Grosso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 613/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3823/2009** de autoria do Dep. Carlos Abicalil que sugere ao Ministro de Estado da Fazenda, no âmbito da Caixa Econômica Federal, a instalação de Agências da Caixa Econômica Federal, em municípios do Estado de Mato Grosso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 614/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3824/2009** de autoria do Dep. Carlos Brandão que sugere ao Ministro do Meio Ambiente o desenvolvimento de programa de apoio aos Municípios para o manejo ambientalmente adequado de resíduos sólidos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 615/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3825/2009** de autoria do Dep. Lupércio Ramos que sugere ao Ministro de Estado da Integração Nacional a implantação de Plano de Prevenção a Desastres no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, devido ao alto nível previsto para a cheia do Rio Negro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 616/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3826/2009** de autoria do Dep. Dimas Ramalho que sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde a criação do Sistema Nacional de Acidentes de Consumo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 617/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3827/2009** de autoria da Dep. Betinho Rosado que sugere ao Ministro da Fazenda o aumento da disponibilidade de recursos colocados à disposição do setor produtivo privado no Nordeste.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 617/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3827/2009** de autoria do Dep. Betinho Rosado que sugere ao Ministro da Fazenda o aumento da disponibilidade de recursos colocados à disposição do setor produtivo privado no Nordeste.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 618/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3828/2009** de autoria do Dep. Tadeu Filippelli que sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão o reajuste no auxílio-alimentação pago aos servidores da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 619/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3829/2009** de autoria do Dep. Bernardo Ariston que sugere a Casa Civil da Presidência da República a inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento a duplicação das Rodovias Federais que menciona.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 620/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3830/2009** de autoria do Dep. João Dado que sugere ao Ministério da Educação que seja criada a Universidade Federal do Vale do Araguaia, com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 621/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3831/2009** de autoria do Dep. João Dado que sugere ao Ministério da Educação a criação da Universidade Federal do Sul do Pará, com sede no Município de Marabá, por desmembramento da Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal de Barreiras Reitor Edgard Santos, com sede no Município de Barreiras, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 622/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3832/2009** de autoria do Dep. João Dado que sugere ao Ministério da Educação a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Oeste do Pará - CEFET, com sede no Município de Santarém, Estado do Pará.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 623/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3833/2009** de autoria do Dep.

João Dado que sugere ao Ministério da Educação a criação da Escola Técnica Federal de Dragagem, na cidade de Santos, no Estado de São Paulo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 624/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3834/2009** de autoria do Dep. João Dado que sugere ao Ministério da Educação a criação da Escola Técnica Federal do Petróleo de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 625/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3835/2009** de autoria do Dep. João Dado que sugere ao Ministério da Educação a criação da Universidade Federal do Norte do Rio Grande Do Sul - UNINORTE.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 626/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3836/2009** de autoria do Dep. João Dado que sugere ao Ministério da Educação a criação da Universidade Federal Rural da Mata Norte, no Estado de Pernambuco.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 627/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3837/2009** de autoria do Dep. João Dado que sugere ao Ministério da Educação a criação da Universidade Federal da Região de Feira de Santana.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 628/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3838/2009** de autoria do Dep. Ratinho Junior que sugere ao Ministro da Previdência Social a instalação de unidade de atendimento do INSS no município de Palmeira, no Estado do Paraná.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 628/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3839/2009** de autoria do Dep. Ratinho Junior que sugere ao Ministro da Previdência Social a instalação de unidade de atendimento do INSS no município de Reserva, no Estado do Paraná.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 629/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3840/2009** de autoria do Dep. Ratinho Junior que sugere ao Ministro da Previdência Social a instalação de Agência da Previdência Social (APS) no município de Imbituva, no Estado do Paraná.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 630/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3841/2009** de autoria do Dep. Pedro Chaves que sugere ao Ministério dos Transportes a federalização da rodovia GO-118,

no Estado de Goiás, passando a incluir o traçado da rodovia BR-010.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 631/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3842/2009** de autoria do Dep.Duarte Nogueira que sugere ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a adoção da providência que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 632/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3843/2009** de autoria da Dep.Alice Portugal que sugere ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad a extensão de unidade de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET para atender a região das cidades baianas de Brejões, Jaguaquara, Itruruçu, Maracás e outras.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 633/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3845/2009** de autoria do Dep.Carlos Bezerra que sugere ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a criação da Agência Federal de Defesa Agropecuária.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 634/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3846/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional, que aquele Ministério tome, com urgência, as providências para reconhecimento da Situação de Emergência decorrente das chuvas no sertão paraibano,especialmente na cidade de Patos - PB.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 634/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3850/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional que aquele Ministério tome, com urgência, as providências para reconhecimento da Situação de Emergência decorrente das chuvas especialmente na cidade de Piripiritub-PB, no agreste paraibano.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 635/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3847/2009** de autoria do Dep.Gladson Cameli que sugere ao Ministro da Justiça a destinação de recursos do Programa Nacional de Segurança e Cidadania (Pronasci) para a aquisição, via Estado, de viaturas de polícia para os municípios do Vale do Juruá

Ofício 1ªSec/RI/E nº 636/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3848/2009** de autoria da Dep.Flaviano Melo que sugere ao Ministro da Saúde a disponibilização gratuita pela rede pública

dos medicamentos indicados para o tratamento de câncer de mama.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 636/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3848/2009** de autoria do Dep.Flaviano Melo que sugere ao Ministro da Saúde a disponibilização gratuita pela rede pública dos medicamentos indicados para o tratamento de câncer de mama.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 637/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3849/2009** de autoria da Dep.Angela Amin que sugere ao Ministério da Defesa a necessidade de revisão da Portaria nº 689/GC5, de 22 de junho de 2005.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 638/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3851/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes providências junto aos órgãos competentes, a respeito do escoamento das águas da BR 104, no trecho do km 109, na altura do Município de Lagoa de Roça - PB.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 639/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3852/2009** de autoria do Dep.Inocêncio Oliveira que sugere à Presidência da República a criação da Universidade Federal Rural da Mata Norte, no Estado de Pernambuco

Ofício 1ªSec/RI/E nº 640/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3853/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que sugere ao Ministério do Esporte (ME) a construção de autódromo no Município de Presidente Prudente - SP.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 641/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3854/2009** de autoria do Dep. Inocêncio Oliveira que sugere ao Exmo. Sr. Presidente da República a criação da Universidade Federal Rural da Mata Sul, no Estado de Pernambuco.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 642/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3855/2009** de autoria do Dep. Inocêncio Oliveira que sugere ao Exmo. Sr. Presidente da República a criação da Fundação Universidade Federal do Agreste, no Estado de Pernambuco

Data da Remessa: 30/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 656/2009, ao Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República cópia do **Requerimento de Informação nº 3814/2009** de autoria do Dep.Paulo Renato Souza que solicita informações ao Senhor Ministro de Esta-

do Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 657/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3815/2009** de autoria do Dep. Nelson Bornier que solicita ao Senhor Ministro dos Transportes, informações pertinentes ao contrato de concessão da rodovia Presidente Dutra, que liga o Estado do Rio de Janeiro ao Estado de São Paulo, administrado pela concessionária Nova Dutra S/A.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 658/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3816/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Defesa informações sobre o repasse de recursos para a reforma e reconstrução dos aeroportos do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 659/2009, ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias cópia do **Requerimento de Informação nº 3817/2009** de autoria do Dep. Vital do Rêgo Filho que solicita ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informações sobre oportunidades de emprego e renda destinadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 660/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3818/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira - FAB, no período que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 661/2009, à Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Nilcéa Freire cópia do **Requerimento de Informação nº 3819/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira que solicita informações à Sra. Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres sobre despesas relativas a sua participação no Encontro Nacional da Mensagem ao PT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 662/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3820/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre despesas relativas a sua participação no Encontro Nacional da Mensagem ao PT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 663/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3821/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira que solicita informações à Sra. Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre despesas relativas a sua participação no Encontro Nacional da Mensagem ao PT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 664/2009, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel cópia do **Requerimento de Informação nº 3822/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira que solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre despesas relativas a sua participação no Encontro Nacional da Mensagem ao PT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 665/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3823/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira que solicita informações ao Sr. Ministro do Meio Ambiente sobre despesas relativas a sua participação no Encontro Nacional da Mensagem ao PT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 666/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3824/2009** de autoria do Dep. Sarney Filho que solicita Informação ao Senhor Ministro de Minas e Energia sobre declaração dada pelo representante da ANP em audiência pública.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 667/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3825/2009** de autoria do Dep. Sarney Filho que solicita Informação ao Senhor Ministro do Meio Ambiente, sobre os termos que compõem o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC que postergou o cumprimento da etapa P-6 do PROCONVE, assinado, dentre outros, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 668/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3826/2009** de autoria do Dep. Sarney Filho que solicita Informação ao Senhor Ministro do Meio Ambiente, sobre os providências adotadas por aquele Ministério e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no que tange à implementação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial - PACUERA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 669/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3827/2009** de autoria do Dep. Léo Vivas que solicita informações à Sra. Ministra da Casa Civil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 670/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3828/2009** de autoria do Dep. Rogério Lisboa que solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça sobre a atuação da Força Nacional de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 671/2009, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende cópia do **Requerimento de Informação nº 3829/2009** de autoria do Dep. Dr. Rosinha que solicita informações

ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre financiamento de pesquisas de biotecnologia nos últimos 3 anos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 672/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3830/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Maia que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia acerca da construção do dique seco no Porto de Rio Grande.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 673/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3831/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Maia que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes acerca da construção do dique seco no Porto de Rio Grande.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 674/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3832/2009** de autoria da Dep. Iriny Lopes que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, sobre o volume de recursos arrecadados através do TRT-ES, a título de Imposto de Renda, em razão de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho nos últimos 05 (cinco) anos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 675/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Requerimento de Informação nº 3833/2009** de autoria da Dep. Iriny Lopes que solicita informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. José Pimentel, sobre o volume de recursos arrecadados através do TRT/ES, a título de contribuições previdenciárias, em razão de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho nos últimos 05 (cinco) anos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 676/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3834/2009** de autoria do Dep. Vanderlei Macris e outros que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça acerca das consequências das operações deflagradas pela Polícia Federal entre os anos de 2003 e 2009, bem como dados relativos a sua operacionalização.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 677/2009, ao Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi cópia do **Requerimento de Informação nº 3835/2009** de autoria do Dep. Fernando Coruja que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho, Sr. Carlos Lupi acerca do saldo em caixa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em 2008 e previsão para 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 678/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3836/2009** de autoria do Dep. Fernando Coruja que solicita informações da Sra. Ministra Chefe da Casa

Civil, Dilma Rousseff, acerca do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida.”

Ofício 1ªSec/RI/E nº 679/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3837/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde, no âmbito da FUNASA, informações sobre o repasse de recursos para a saúde indígena ao município de Tefé, estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 680/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3838/2009** de autoria do Dep. Zé Vieira que solicita informações ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Defesa acerca de tarifas praticadas no serviço de transporte aéreo regular de passageiros.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 681/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3856/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Senhor Ministro das Comunicações a adoção de medidas urgentes para expandir o serviço de telefonia móvel a todos os municípios do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 682/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3857/2009** de autoria da Dep. Perpétua Almeida que sugere ao Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, exerça fiscalização na ponte Wilson Pinheiro, na fronteira do Acre com a Bolívia, na cidade de Brasília/AC.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 683/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3858 a 3869/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, a necessidade de liberar recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH para atender aos cidadãos de baixa renda do município de Barra do Garças/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 684/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3873/2009** de autoria do Dep. Felipe Maia que sugere ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia a realização de estudos de viabilidade para a implantação, no Município de João Câmara, de um city-gate para o aproveitamento do gás natural transportado pelo gasoduto que liga os Municípios de Guimarães e Natal, no mesmo Estado.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 685/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3874/2009** de autoria do Dep. Reginaldo Lopes que sugere ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República o desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Mi-

nas Gerais em Montes Claros - MG, para a criação da Universidade Federal do Norte de Minas Gerais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 686/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3876/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Defesa o estudo de viabilidade para alterar a Lei nº 2.180, de 1954, que dispõe sobre Tribunal Marítimo, com o objetivo da criação de um Tribunal Marítimo, com circunscrições para toda a Amazônia Legal, com sede em Manaus.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 687/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3877/2009** de autoria do Dep. Geraldo Resende e outros que sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, a criação da Escola Técnica de Dourados, vinculada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bem como o encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional, instituindo a respectiva Escola, definindo a natureza jurídica, criando os cargos necessários à sua efetiva implantação e a previsão de recursos na Lei Orçamentária da União, visando a sua instalação e funcionamento.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 688/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3878/2009** de autoria do Dep. Fernando Coelho Filho que sugere a Ministra da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, medidas necessárias para garantir melhores condições de competitividade à fruticultura em nosso país.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 689/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3879/2009** de autoria do Dep. Fernando Coelho Filho que sugere ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel João Jorge Filho, medidas necessárias para garantir melhores condições de competitividade à fruticultura em nosso país.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 690/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3880/2009** de autoria do Dep. Fernando Coelho Filho que sugere ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, medidas necessárias para garantir melhores condições de competitividade à fruticultura em nosso país.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 691/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3881/2009** de autoria do Dep. Fernando Coelho Filho que sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, medidas necessárias para garantir melhores condições de competitividade à fruticultura em nosso país.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 692/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3882/2009** de autoria do Dep. Fernando Coelho Filho que sugere ao Ministro de Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, medidas necessárias para garantir melhores condições de competitividade à fruticultura em nosso país.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 693/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3883/2009** de autoria do Dep. Fernando Coelho Filho que sugere ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, medidas necessárias para garantir melhores condições de competitividade à fruticultura em nosso país.

Resenha da Correspondência Expedida Interna Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/4/2009 a 30/4/2009

Data de Encaminhamento: 02/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 430/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 180/MCT/GAB-MI, de 26/3/09, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3378/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 431/2009 ao Dep. Luciano Pizzatto encaminha cópia do Aviso nº 410-MJ, de 26/3/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3686/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 432/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 99/2009 GM/ASPAR/MDS, de 26/3/09, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3693/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 433/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 67/MF, de 26/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3697/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 434/2009 ao Dep. Arnaldo Faria de Sá encaminha cópia do Aviso nº 411-MJ, de 30/3/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3709/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 435/2009 ao Dep. Bruno Araújo encaminha cópia do Aviso nº 177-C. Civil, de 30/3/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3717/2009**

Data de Encaminhamento: 06/04/2009

Resposta não entregue. CPI encerrada. à Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema

carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais. encaminha cópia do Aviso nº 190-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 202, de 2/3/09, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 3365/2008**

Resposta não entregue. Deputado licenciou-se. ao Dep. Rodovalho encaminha cópia do Ofício nº 86, de 23/1/09, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta à **Indicação nº 3400/2008**

Resposta não entregue. Deputada renunciou ao mandato. à Dep. Jusmari Oliveira encaminha cópia do Ofício nº 303, de 16/3/09, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 3454/2008**

Data de Encaminhamento: 08/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 492/2009 à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática encaminha cópia do Aviso nº 50/2009/MC, de 2/4/09, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3676/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 493/2009 Encaminhamento de aviso de resposta CONFIDENCIAL ao autor conforme Ofício 1ªSec/RI/I nº 494/2009 ao Dep. Ivan Valente encaminha cópia do Aviso nº 74/MF, de 31/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3678/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 495/2009 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Aviso nº 42/2009/GM-MME, de 3/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3687/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 496/2009 ao Dep. Rodrigo Maia encaminha cópia do Aviso nº 41/2009/GM-MME, de 3/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3688/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 497/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 40/2009/GM-MME, de 3/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3689/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 499/2009 ao Dep. Uldurico Pinto encaminha cópia do Aviso nº 76/MF, de 31/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3696/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 500/2009 ao Dep. Fernando Chucre encaminha cópia do Ofício nº 2476/2009/GABIN/MCIDADES, de 31/3/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3699/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 501/2009 ao Dep. Daniel Almeida encaminha cópia do Ofício nº 3780-GM/AsparMD, de 2/4/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3700/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 502/2009 ao Dep. Gerson Peres encaminha cópia do Aviso nº 49/2009/MC, de 2/4/09, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3707/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 504/2009 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Aviso nº 73/MF, de 31/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3743/2009**

Data de Encaminhamento: 13/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 503/2009 ao Dep. Jair Bolsonaro encaminha cópia do Ofício nº 3779-GM/AsparMD, de 2/4/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3736/2009**

Data de Encaminhamento: 14/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 498/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Aviso nº 75/MF, de 31/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3694/2009**

Data de Encaminhamento: 15/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 511/2009 ao Dep. Osmar Júnior encaminha cópia do Ofício nº 334031901, de 13/3/09, do Ministério da Previdência Social em resposta à **Indicação nº 436/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 512/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 334007060, de 13/3/09, do Ministério da Previdência Social em resposta à **Indicação nº 3056/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 517/2009 ao Dep. Jurandy Loureiro encaminha cópia do Aviso nº 190-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 27, de 19/2/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta à **Indicação nº 3069/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 518/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 139, de 3/3/09, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3211/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 513/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 157, de 13/3/09, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3272/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 522/2009 ao Dep. Dr. Ubiali encaminha cópia do Ofício nº 182, de 25/3/09, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3292/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 514/2009 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Ofício nº 156, de 13/3/09, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3360/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 519/2009 ao Dep. Vital do Rêgo Filho encaminha cópia do Aviso nº 190-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 28, de 19/2/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta à **Indicação nº 3373/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 523/2009 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Ofício nº 51, de 13/1/09, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta à **Indicação nº 3377/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 520/2009 ao Dep. Osmar Júnior encaminha cópia do Aviso nº 190-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 201, de 2/3/09, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 3427/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 515/2009 ao Dep. Fernando Coruja encaminha cópia do Ofício nº 75, de 13/3/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta à **Indicação nº 3431/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 524/2009 ao Dep. Fernando Coruja encaminha cópia do Ofício nº 68, de 23/3/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta à **Indicação nº 3431/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 525/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 138, de 3/3/09, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3444/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 526/2009 ao Dep. Ilderlei Cordeiro encaminha cópia do Ofício nº 209, de 23/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 3453/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 527/2009 ao Dep. Ernandes Amorim encaminha cópia do Ofício nº 13, de 19/3/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta à **Indicação nº 3461/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 528/2009 ao Dep. Waldir Neves encaminha cópia do Ofício nº 140, de 3/3/09, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3462/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 516/2009 ao Dep. Hugo Leal encaminha cópia do Ofício nº 1819, de 10/3/09, do Ministério das Cidades em resposta à **Indicação nº 3465/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 529/2009 ao Dep. Dr. Talmir encaminha cópia do Aviso nº 191-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 376, de 19/3/09, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 3621/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 505/2009 ao Dep. Silas Câmara encaminha cópia do Ofício nº 4001-GM/AsparMD, de 8/4/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3706/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 506/2009 ao Dep. Bruno Araújo encaminha cópia do Aviso nº 196-C. Civil, de 8/4/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3726/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 507/2009 ao Dep. Chico Alencar encaminha cópia do Ofício nº 128/2009/MP, de 8/4/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3730/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 508/2009 ao Dep. Nelson Bornier encaminha cópia do Aviso nº 47 GM/MT, de 13/4/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3738/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 509/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Aviso nº 426-MJ, de 13/4/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3748/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 510/2009 ao Dep. Ivan Valente encaminha cópia do Ofício nº 86/GM-MDIC, de 13/4/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3755/2009**

Data de Encaminhamento: 16/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 521/2009 ao Dep. Jaime Martins encaminha cópia do Ofício nº 247, de 6/3/09, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 3463/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 532/2009 ao Dep. Duarte Nogueira encaminha cópia do Ofício nº 193/2009/SRI/PR, de 6/4/09, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3720/2009**

Data de Encaminhamento: 17/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 534/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 95/2009-MEC, de 14/4/09, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3487/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 535/2009 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Ofício nº 88/GM-MDIC, de 14/4/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3747/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 536/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Ofício nº 16/G/SG/SGEB/AFEPA/PARL CASC, de 14/4/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3750/2009**

Data de Encaminhamento: 24/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 538/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 96/2009-MEC, de 20/4/09, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3449/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 539/2009 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Aviso nº 58 GM/MT, de 16/4/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3680/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 540/2009 ao Dep. Silas Câmara encaminha cópia do Aviso nº 55/2009/GM-MME, de 13/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3701/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 541/2009 ao Dep. Silas Câmara encaminha cópia do Aviso nº 56/2009/GM-MME, de 13/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3702/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 540/2009 ao Dep. Silas Câmara encaminha cópia do Aviso nº 55/2009/GM-MME, de 13/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3703/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 542/2009 ao Dep. José Carlos Araújo encaminha cópia do Ofício nº 2759/2009/GABIN/MCIDADES, de 13/4/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3713/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 542/2009 ao Dep. Júlio Delgado encaminha cópia do Ofício nº 2759/2009/GABIN/MCIDADES, de 13/4/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3713/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 543/2009 Encaminhamento de resposta ao autor conforme Ofício 1ªSec/RI/I nº 544/2009 ao Dep. Índio da Costa encaminha cópia do Aviso nº 233-C. Civil, de 20/4/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3718/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 547/2009 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Ofício nº 142/2009/MP, de 17/4/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3749/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 548/2009 ao Dep. Nelson Bornier encaminha cópia do Aviso nº 57 GM/MT, de 16/4/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3764/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 550/2009 ao Dep. Alexandre Santos encaminha cópia do Aviso nº 59 GM/MT, de 16/4/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3788/2009**

Data de Encaminhamento: 27/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 545/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Aviso nº 20/2009/GM/Mtur, de 17/4/09, do Ministério do Turismo em resposta aos **Requerimentos de Informação nº 3722 a 3724/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 546/2009 ao Dep. Duarte Nogueira encaminha cópia do Ofício nº 2758/2009/GABIN/MCIDADES, de 13/4/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3725/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 549/2009 ao Dep. Nelson Bornier encaminha cópia do Aviso nº 56 GM/MT, de 16/4/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3765/2009**

Data de Encaminhamento: 30/04/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 643/2009 ao Dep. Silas Câmara encaminha cópia do Ofício nº 4384-GM/Aspar-MD, de 17/4/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3704/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 644/2009 ao Dep. Silas Câmara encaminha cópia do Ofício nº 4377-GM/Aspar-MD, de 17/4/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3705/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 645/2009 ao Dep. Waldir Neves encaminha cópia do Aviso nº 57/2009/GM-MME, de 13/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3719/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 647/2009 ao Dep. Ronaldo Caiado encaminha cópia do Ofício nº 93/GM-MDIC, de 20/4/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3734/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 648/2009 ao Dep. Ronaldo Caiado encaminha cópia do Aviso nº 62/2009/GM-MME, de 23/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3735/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 650/2009 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Aviso nº 59/2009/GM-MME, de 23/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3744/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 651/2009 ao Dep. Efraim Filho encaminha cópia do Ofício nº 45/GM/MinC, de 22/4/09, do Ministério da Cultura em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3752/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 652/2009 ao Dep. Fernando Coruja encaminha cópia do Ofício nº 699 GM/MTE, de 23/4/09, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3757/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 655/2009 à Dep. Andreia Zito encaminha cópia do Aviso nº 514-MJ, de 27/4/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3797/2009**

Resenha da Correspondência Recebida Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/4/2009 a 30/4/2009

Data de Recebimento: 01/04/2009

Ofício nº 2476/2009/GABIN/MCIDADES, de 31/3/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3699/2009** de autoria do Dep. Fernando Chucre.

Data de Recebimento: 02/04/2009

Aviso nº 49/2009/MC, de 2/4/09, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3707/2009** de autoria do Dep. Gerson Peres.

Aviso nº 50/2009/MC, de 2/4/09, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3676/2008** de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Ofício nº 3779-GM/Aspar-MD, de 2/4/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3736/2009** de autoria do Dep.Jair Bolsonaro.

Ofício nº 3780-GM/Aspar-MD, de 2/4/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3700/2009** de autoria do Dep.Daniel Almeida.

Data de Recebimento: 06/04/2009

Aviso nº 189-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 334031901, de 13/3/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Indicação nº 436/2007** de autoria do Dep.Osmar Júnior.

Aviso nº 189-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 334007060, de 13/3/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Indicação nº 3056/2008** de autoria do Dep.Eliene Lima.

Aviso nº 189-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 157, de 13/3/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3272/2008** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 189-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 156, de 13/3/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3360/2008** de autoria da Dep.Perpétua Almeida.

Aviso nº 189-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 75, de 13/3/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta a **Indicação nº 3431/2008** de autoria do Dep.Fernando Coruja.

Aviso nº 189-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 303, de 16/3/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Indicação nº 3454/2008** de autoria da Dep.Jusmari Oliveira.

Aviso nº 189-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 1819, de 10/3/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Indicação nº 3465/2008** de autoria do Dep.Hugo Leal.

Aviso nº 190-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 27, de 19/2/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Indicação nº 3069/2008** de autoria do Dep.Jurandy Loureiro.

Aviso nº 190-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 139, de 3/3/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3211/2008** de autoria do Dep.Eliene Lima.

Aviso nº 190-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 202, de 2/3/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Indicação nº 3365/2008** de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais..

Aviso nº 190-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 28, de 19/2/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Indicação nº 3373/2008** de autoria do Dep.Vital do Rêgo Filho.

Aviso nº 190-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 201, de 2/3/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Indicação nº 3427/2008** de autoria do Dep.Osmar Júnior.

Aviso nº 190-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 247, de 6/3/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Indicação nº 3463/2008** de autoria do Dep.Jaime Martins.

Aviso nº 191-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 182, de 25/3/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3292/2008** de autoria do Dep.Dr. Ubiali.

Aviso nº 191-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 51, de 13/1/09, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta a **Indicação nº 3377/2008** de autoria da Dep.Perpétua Almeida.

Aviso nº 191-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 86, de 23/1/09, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta a **Indicação nº 3400/2008** de autoria do Dep.Rodvalho.

Aviso nº 191-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 68, de 23/3/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Indicação nº 3431/2008** de autoria do Dep.Fernando Coruja.

Aviso nº 191-C.Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 138,

de 3/3/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3444/2008** de autoria do Dep. Eliene Lima.

Aviso nº 191-C. Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 209, de 23/3/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Indicação nº 3453/2008** de autoria do Dep. Ilderlei Cordeiro.

Aviso nº 191-C. Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 13, de 19/3/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta a **Indicação nº 3461/2008** de autoria da Dep. Ernandes Amorim.

Aviso nº 191-C. Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 140, de 3/3/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3462/2008** de autoria do Dep. Waldir Neves.

Aviso nº 191-C. Civil, de 2/4/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Aviso nº 376, de 19/3/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Indicação nº 3621/2009** de autoria do Dep. Dr. Talmir.

Aviso nº 40/2009/GM-MME, de 3/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3689/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 41/2009/GM-MME, de 3/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3688/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Maia.

Aviso nº 42/2009/GM-MME, de 3/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3687/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte.

Data de Recebimento: 08/04/2009

Ofício nº 4001-GM/Aspar-MD, de 8/4/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3706/2009** de autoria do Dep. Silas Câmara.

Aviso nº 196-C. Civil, de 8/4/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3726/2009** de autoria do Dep. Bruno Araújo.

Ofício nº 128/2009/MP, de 8/4/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Requerimento de Informação nº 3730/2009** de autoria do Dep. Chico Alencar.

Data de Recebimento: 13/04/2009

Aviso nº 47 GM/MT, de 13/4/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3738/2009** de autoria do Dep. Nelson Bornier.

Aviso nº 426-MJ, de 13/4/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3748/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann.

Ofício nº 86/GM-MDIC, de 13/4/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta a **Requerimento de Informação nº 3755/2009** de autoria do Dep. Ivan Valente.

Data de Recebimento: 14/04/2009

Ofício nº 95/2009-MEC, de 14/4/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3487/2008** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin.

Ofício nº 193/2009/SRI/PR, de 6/4/09, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3720/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira.

Ofício nº 88/GM-MDIC, de 14/4/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta a **Requerimento de Informação nº 3747/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte.

Ofício nº 16/G/SG/SGB/AFEP/PA/RL CASC, de 14/4/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta a **Requerimento de Informação nº 3750/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann.

Data de Recebimento: 15/04/2009

Ofício nº 45/SG-PR, de 15/4/09, da Secretaria-Geral da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3718/2009** de autoria do Dep. Índio da Costa.

Data de Recebimento: 16/04/2009

Ofício nº 2759/2009/GABIN/MCIDADES, de 13/4/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3713/2009** de autoria do Dep. Júlio Delgado.

Ofício nº 2758/2009/GABIN/MCIDADES, de 13/4/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3725/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira.

Data de Recebimento: 17/04/2009

Aviso nº 20/2009/GM/Mtur, de 17/4/09, do Ministério do Turismo em resposta a **Requerimento de Informação nº 3722/2009** de autoria do Dep. Otávio Leite.

Aviso nº 20/2009/GM/Mtur, de 17/4/09, do Ministério do Turismo em resposta a **Requerimento de Informação nº 3723/2009** de autoria do Dep. Otávio Leite.

Aviso nº 20/2009/GM/Mtur, de 17/4/09, do Ministério do Turismo em resposta a **Requerimento de Informação nº 3724/2009** de autoria do Dep. Otávio Leite.

Aviso nº 55/2009/GM-MME, de 13/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3701/2009** de autoria do Dep. Silas Câmara.

Aviso nº 55/2009/GM-MME, de 13/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3703/2009** de autoria do Dep.Silas Câmara.

Aviso nº 56 GM/MT, de 16/4/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3765/2009** de autoria do Dep.Nelson Bornier.

Aviso nº 56/2009/GM-MME, de 13/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3702/2009** de autoria do Dep.Silas Câmara.

Aviso nº 57 GM/MT, de 16/4/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3764/2009** de autoria do Dep.Nelson Bornier.

Aviso nº 58 GM/MT, de 16/4/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3680/2009** de autoria do Dep.Edson Duarte.

Aviso nº 59 GM/MT, de 16/4/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3788/2009** de autoria do Dep.Alexandre Santos.

Ofício nº 142/2009/MP, de 17/4/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Requerimento de Informação nº 3749/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Mendes Thame.

Data de Recebimento: 20/04/2009

Ofício nº 96/2009-MEC, de 20/4/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3449/2008** de autoria da Dep.Rebeca Garcia.

Aviso nº 233-C. Civil, de 20/4/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3718/2009** de autoria do Dep.Indio da Costa.

Data de Recebimento: 22/04/2009

Aviso nº 57/2009/GM-MME, de 13/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3719/2009** de autoria do Dep.Waldir Neves.

Aviso nº 90/MF, de 16/4/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3732/2009** de autoria do Dep.Ronaldo Caiado.

Ofício nº 93/GM-MDIC, de 20/4/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta a **Requerimento de Informação nº 3734/2009** de autoria do Dep.Ronaldo Caiado.

Data de Recebimento: 23/04/2009

Ofício nº 4384-GM/Aspar-MD, de 17/4/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3704/2009** de autoria do Dep.Silas Câmara.

Ofício nº 4377-GM/Aspar-MD, de 17/4/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento**

de Informação nº 3705/2009 de autoria do Dep.Silas Câmara.

Aviso nº 60/2009/GM-MME, de 23/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3741/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim.

Aviso nº 59/2009/GM-MME, de 23/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3744/2009** de autoria do Dep.Edson Duarte.

Ofício nº 45/GM/MinC, de 22/4/09, do Ministério da Cultura em resposta a **Requerimento de Informação nº 3752/2009** de autoria do Dep.Ronaldo Caiado.

Ofício nº 45/GM/MinC, de 22/4/09, do Ministério da Cultura em resposta a **Requerimento de Informação nº 3752/2009** de autoria do Dep.Efraim Filho.

Ofício nº 699 GM/MTE, de 23/4/09, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta a **Requerimento de Informação nº 3757/2009** de autoria do Dep.Fernando Coruja.

Data de Recebimento: 24/04/2009

Ofício nº 192, de 22/4/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3760/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim.

Data de Recebimento: 27/04/2009

Aviso nº 62/2009/GM-MME, de 23/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3735/2009** de autoria do Dep.Ronaldo Caiado.

Aviso nº 514-MJ, de 27/4/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3797/2009** de autoria da Dep.Andreia Zito.

Data de Recebimento: 28/04/2009

Ofício nº 96/GM-MDIC, de 28/4/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta a **Requerimento de Informação nº 3790/2009** de autoria do Dep.Marcelo Itagiba.

Data de Recebimento: 29/04/2009

Ofício nº 269/MCT, de 29/4/09, do Ministério de Ciência e Tecnologia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3751/2009** de autoria do Dep.Luiz Carlos Haully.

Data de Recebimento: 30/04/2009

Aviso nº 070/GM-MAPA, de 24/4/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Requerimento de Informação nº 3749/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Mendes Thame.

Ofício nº 99/GM-MDIC, de 29/4/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta a **Requerimento de Informação nº 3761/2009** de autoria do Dep.Antônio Andrade.

Ofício nº 20/G/S/AFEPA/DRN/CGEUC/PARL, de 30/4/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta a **Requerimento de Informação nº 3786/2009** de autoria do Dep. Beto Faro.

Resenha da Correspondência Expedida Externa Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/5/2009 a 31/5/2009

Data da Remessa: 06/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 698/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3872/2009** de autoria da Dep. Perpétua Almeida que sugere ao Ministério da Fazenda, que recomende à Secretaria da Receita Federal do Brasil o reconhecimento do município acreano de Santa Rosa do Purus como posto alfandegário definitivo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 699/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3875/2009** de autoria da Dep. Fátima Pelaes que sugere ao Ministro das Relações Exteriores a implantação de um Escritório Regional do Itamaraty na cidade de Macapá, no Estado do Amapá.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 700/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3884/2009** de autoria da Comissão de Educação e Cultura que sugere ao Senhor Ministro da Educação a implantação de uma Extensão do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí, Unidade de Piri-piri, no município de Pedro II, Estado do Piauí.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 701/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3885/2009** de autoria do Dep. Barbosa Neto que sugere ao Ministério da Educação (MEC) destaque para o Consumismo e o Controle de Finanças no rol dos temas transversais das diretrizes curriculares para a Educação Básica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 702/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3886/2009** de autoria do Dep. Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes providências junto aos órgãos competentes, a respeito dos danos causados as rodovias federais atingidas pelas fortes chuvas no Estado da Paraíba.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 703/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3887/2009** de autoria da Comissão de Educação e Cultura que sugere ao Ministério da Educação que seja criada a Universidade Federal da Baixada Maranhense (UFBMA), no estado do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 704/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3888/2009** de autoria da Dep. Carlos Bezerra que sugere ao Ministério da Defesa a preservação do Museu mantido pela Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 705/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3889/2009** de autoria do Dep. Valdir Colatto que sugere a Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República que o Governo Brasileiro se manifeste contrariamente à inclusão da substância denominada sulfluramida em qualquer dos anexos da Convenção de Estocolmo, na próxima reunião da Conferência das Partes, a realizar-se em Genebra, Suíça, em maio de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 706/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3890/2009** de autoria do Dep. Valdir Colatto que sugere ao Senhor Ministro do Meio Ambiente que o Governo Brasileiro se manifeste contrariamente à inclusão da substância denominada sulfluramida em qualquer dos anexos da Convenção de Estocolmo, na próxima reunião da Conferência das Partes, a realizar-se em Genebra, Suíça, em maio de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 707/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3891/2009** de autoria da Dep. Valdir Colatto que sugere ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que o Governo Brasileiro se manifeste contrariamente à inclusão da substância denominada sulfluramida em qualquer dos anexos da Convenção de Estocolmo, na próxima reunião da Conferência das Partes, a realizar-se em Genebra, Suíça, em maio de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 708/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3892/2009** de autoria da Dep. Valdir Colatto que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, que o Governo Brasileiro se manifeste contrariamente à inclusão da substância denominada sulfluramida em qualquer dos anexos da Convenção de Estocolmo, na próxima reunião da Conferência das Partes, a realizar-se em Genebra, Suíça, em maio de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 709/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3893/2009** de autoria do Dep. Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional, que aquele Ministério tome, com urgência, as providências para

reconhecimento da Situação de Emergência decorrente das chuvas especialmente na cidade de São João do Rio do Peixe, no sertão paraibano.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 710/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3894/2009** de autoria do Dep. Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional, que aquele Ministério tome, com urgência, as providências para reconhecimento da Situação de Emergência decorrente das chuvas especialmente na cidade de Uiraúna, no sertão paraibano.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 711/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3895/2009** de autoria do Dep. Vinicius Carvalho que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda a alteração de dispositivo da Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 712/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3896, 3898 a 3924/2009** de autoria do Dep. Capitão Assunção que sugere ao Ministro da Previdência Social a instalação de uma Agência da Previdência Social, no Município de Boa Esperança/ES.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 713/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3897/2009** de autoria do Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior estudo técnico para a viabilidade da implantação de Escritório de Representação do Departamento Regional Norte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na cidade de Manaus (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 714/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3925/2009** de autoria do Dep. João Dado que sugere ao Ministério do Trabalho e Emprego o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei dispondo sobre o enquadramento dos Agentes de Higiene e Segurança do Trabalho como Auditores Fiscais do Trabalho.

Data da Remessa: 13/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 730/2009, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes cópia do **Requerimento de Informação nº 3839/2009** de autoria do Dep. Fernando Nascimento que solicita informações ao Sr. Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Sr. Reinhold Stephanes em relação a convênios.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 731/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Reque-**

rimento de Informação nº 3840/2009 de autoria do Dep. Fernando Nascimento que solicita informações ao Sr. Ministro da Previdência Social, em relação ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 732/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Requerimento de Informação nº 3841/2009** de autoria do Dep. Mendonça Prado que solicita informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, sobre a desativação do Conselho de Previdência Social de Sergipe.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 733/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3842/2009** de autoria do Dep. Marcos Medrado que solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça a respeito dos fatos ocorridos na região de São Francisco do Paraguaçu - Cachoeira/BA, objeto de denúncia formulada pelo Jornal A Tarde, edição de 23 de março de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 734/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3843/2009** de autoria do Dep. Marcio Junqueira que solicita ao Senhor Ministro da Saúde informações relativas a processo licitatório referente ao pregão nº 00075/2008, do Hospital dos Servidores do Estado, localizado no Estado do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 735/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3844/2009** de autoria do Dep. Valdir Colatto que solicita informações ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, a respeito dos fatos ocorridos na região de São Francisco do Paraguaçu - Cachoeira/BA, objeto de denúncia formulada pelo Jornal A Tarde, edição de 23 de março de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 736/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3845/2009** de autoria do Dep. Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro das Cidades informações pertinentes sobre a previsão de investimentos federais no Metrô do Rio de Janeiro-RJ no ano de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 737/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3846/2009** de autoria do Dep. Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações pertinentes aos investimentos no Bairro da Rocinha, no Município do Rio de Janeiro, através do Programa de Aceleração do Crescimento.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 738/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3847/2009** de autoria do Dep. Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações pertinentes ao projeto de implantação de um

teleférico no Complexo do Alemão através do Programa de Aceleração do Crescimento.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 739/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3848/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações pertinentes aos investimentos no Complexo de Manguinhos, no Município do Rio de Janeiro, através do Programa de Aceleração do Crescimento.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 740/2009, ao Ministro do Esporte, Orlando Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3849/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite que solicita ao Senhor Ministro do Esporte informações pertinentes sobre as despesas a serem executadas com a candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 741/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3850/2009** de autoria do Dep.Rogerio Lisboa que solicita informações ao Senhor Alfredo do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, acerca da instalação de radares fixos na Rodovia Presidente Dutra.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 742/2009, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3851/2009** de autoria do Dep.Carlos Santana que solicita informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a respeito de direitos dos trabalhadores ferroviários aposentados.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 743/2009, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim cópia do **Requerimento de Informação nº 3852/2009** de autoria do Dep.Dimas Ramalho que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, sobre a situação dos brasileiros Alaor do Carmo de Oliveira Junior e Reynaldo Eid Júnior condenados à prisão perpétua nos Estados Unidos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 744/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3853/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Educação informações sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 745/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3854/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde, informações sobre o repasse de verbas para realização de cirurgias de retina ao Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 746/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3856/2009** de autoria da

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional que solicita informações ao Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, sobre os pontos de flexibilização a ser propostos ao Fundo de Marinha Mercante para a viabilização de financiamentos de embarcações de pequeno e médio porte e sobre o Grupo de Trabalho criado pelo Ministério para discutir a Questão Fluvial na Amazônia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 747/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3857/2009** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional que solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre o andamento da flexibilização das normas de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para a Amazônia e os investimentos da INFRAERO na Região Norte - Perspectivas para os próximos anos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 748/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro. Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 749/2009, ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima cópia do **Requerimento de Informação nº 3858/2009** de autoria da Comissão de Turismo e Desporto que solicita ao Ministro da Justiça e ao Ministro da Integração Nacional informações sobre a situação dos afogamentos em todo o Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 750/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3859/2009** de autoria do Dep.Valdir Colatto que solicita informações ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a respeito dos valores cobrados em passagens aéreas próximas da data de embarque.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 751/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3860/2009** de autoria do Dep. Valdir Colatto que solicita informações ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a respeito dos recursos aplicados em estados e municípios nas áreas de custeio e investimento pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 752/2009, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3861/2009** de autoria da Dep.Rita Camata que solicita ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre o cumprimento das Leis nº 8.186, de 23 de maio de 1991 e nº 10.478, de 28 de junho de 2002.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 753/2009, ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima cópia do **Requerimento de Informação nº 3862/2009** de autoria do Dep.Fernando Ferro que solicita ao Ministro da Integração Nacional pedido de informação sobre o

projeto do Perímetro Irrigado do Moxotó- Pimox, constituído como parte da ação do DNOCS, no Semi-Árido de Pernambuco.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 754/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3863/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde, no âmbito da FUNASA, informações sobre o quadro de saúde indígena do Vale do Javari (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 755/2009, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa cópia do **Requerimento de Informação nº 3864/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro das Comunicações informações sobre os Avisos de Habilitação para Rádios Comunitárias no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 756/2009, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva. Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 757/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3865/2009** de autoria do Dep. Ivan Valente que solicita informações aos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Minas e Energia, relativas ao pagamento, pela Agência Nacional do Petróleo, de acordo judicial sobre subsídios pela produção de álcool.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 758/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3866/2009** de autoria do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades a respeito das aplicações dos recursos destinados ao setor da habitação.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 759/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3867/2009** de autoria do Dep. André de Paula que solicita a Senhora Ministra Chefe da Casa Civil informações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento, no que concerne à construção da Refinaria do Nordeste - Abreu e Lima, localizada no Complexo Industrial Portuário de Suape, Estado de Pernambuco.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 760/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3868/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita ao Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informações sobre atividades com amianto.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 761/2009, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende cópia do **Requerimento de Informação nº 3869/2009** de autoria do Dep. Antonio Carlos Biscaia que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

cópia de documentos referentes à FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 762/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3870/2009** de autoria do Dep. Jair Bolsonaro que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia sobre arrendamento de área e outras atividades relacionadas com a empresa Petróleo Brasileiro S. A - PETROBRAS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 763/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Requerimento de Informação nº 3871/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, informações sobre as Prefeituras do Estado do Amazonas, que apresentam irregularidades junto ao INSS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 764/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Requerimento de Informação nº 3872/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social informações sobre o recolhimento de INSS por parte das instituições privadas de ensino superior no Estado do Amazonas entre os anos de 2003 e 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 765/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3873/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde, no âmbito do DENASUS, informações sobre a aplicação de recursos da saúde indígena no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 766/2009, à Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Nilcéa Freire cópia do **Requerimento de Informação nº 3874/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita à Senhora Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, informações sobre a aplicação de projetos de combate à prostituição de menores para a região Amazônica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 767/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3875/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Maia que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia acerca de verbas de patrocínio de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A no Maracanã, e nos estádios em que ocorrem os jogos do Campeonato Estadual do Rio de Janeiro.

Data da Remessa: 15/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 794/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 795/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel. Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 796/2009, ao Ministro do Trabalho

e Emprego, Carlos Lupi cópia do **Requerimento de Informação nº 3855/2009** de autoria do Dep. Marcelo Itagiba que solicita aos Srs. Ministros de Estado da Saúde, da Previdência Social, e do Trabalho e Emprego, as informações que especifica.

Data da Remessa: 20/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 797/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3876/2009** de autoria do Dep. Gustavo Fruet que solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia sobre o pagamento de royalties para o Estado do Paraná.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 798/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Requerimento de Informação nº 3877/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Rocha Loures que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social informações relativas ao impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação do PLP nº 311, de 2002, que Dispõe sobre a revisão, reposição de valores e manutenção dos seguros da Previdência Social e dá outras providências.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 799/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3878/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Educação informações sobre o repasse de recursos do Fundeb aos municípios do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 800/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3879/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde, por intermédio da ANVISA, informações sobre a apreensão das 170 toneladas de medicamentos falsificados, contrabandeados, sem registros ou com prazo de validade vencido.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 801/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3880/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde, informações sobre o repasse de verbas para as organizações da sociedade civil que trabalham com pacientes portadores do HIV/AIDS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 802/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3882/2009** de autoria da Dep. Perpétua Almeida que solicita informações ao Ministério das Minas e Energia sobre o Parque de Geração da Eletronorte no Estado do Acre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 803/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3883/2009** de autoria do Dep. Leandro Sampaio que solicita informações ao Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nasce-

to, acerca do contrato de concessão e exploração pela empresa CON CER na rodovia BR-040.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 804/2009, ao Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi cópia do **Requerimento de Informação nº 3884/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Roberto Lupi, informações sobre pesquisas referentes ao amianto.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 805/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3885/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita ao Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informações sobre participação em pesquisa sobre amianto.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 806/2009, ao Ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage cópia do **Requerimento de Informação nº 3886/2009** de autoria do Dep. Carlos Sampaio que solicita informações do Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União quanto às despesas do Poder Executivo Federal com o uso dos cartões corporativos no ano de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 807/2009, ao Ministro de Meio Ambiente, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3887/2009** de autoria do Dep. Carlos Sampaio que solicita informações do Sr. Ministro de Minas e Energia para esclarecimentos quanto ao pagamento de royalties a municípios em decorrência da exploração de petróleo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 808/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3888/2009** de autoria do Dep. Carlos Sampaio que solicita informações do Sr. Ministro da Justiça para esclarecimentos quanto a conduta da Polícia Federal na investigação denominada "Operação Royalties".

Ofício 1ªSec/RI/E nº 809/2009, ao Ministro Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles cópia do **Requerimento de Informação nº 3889/2009** de autoria do Dep. Leonardo Quintão que solicita informações ao Sr. Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil acerca dos valores em aberto das operações realizadas com derivativos de crédito, individualizadas por instituição, registradas nos balanços destas últimas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 810/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3890/2009** de autoria do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto que solicita informações ao Sr. Ministro das Minas e Energia e ao Sr. Presidente da Petrobras sobre o patrocínio às festas juninas de 2008 e a previsão de patrocínios nos Municípios do Estado da Bahia para o ano de 2009, por parte da empresa estatal petrolífera.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 811/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3891/2009** de autoria do Dep. Marcelo Serafim que solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro da fazenda no âmbito do Conselho Monetário Nacional, acerca da linha de crédito aos Estados brasileiros.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 812/2009, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3892/2009** de autoria do Dep. José Carlos Machado que solicita informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a respeito da administração da Secretaria de Patrimônio da União sobre imóveis situados em terrenos de marinha e seus acrescidos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 813/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3893/2009** de autoria do Dep. José Carlos Machado que solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia sobre a destinação orçamentária e a aplicação financeira de recursos pela PETROBRÁS através de patrocínios, convênios, contratos e termos de parcerias ao Estado de Sergipe, Municípios e entidades do Terceiro Setor, no período de 01.01.2007 até a presente data, que, de qualquer forma, estejam relacionados ao Estado de Sergipe.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 814/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3895/2009** de autoria do Dep. Dr. Paulo César que solicita informações ao Sr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde, sobre os repasses de recursos federais feitos aos Municípios da Região dos Lagos e Baixada Litorânea, fiscalizações previstas e convênios celebrados.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 815/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3896/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde, no âmbito da ANVISA, informações acerca da aplicabilidade da Portaria nº 316 / 1977.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 816/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3897/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro do Meio Ambiente, no âmbito do IBAMA informações sobre a apreensão de um laboratório de biologia pirata no hotel Rio Negro Lodge, no município de Barcelos, estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 817/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3898/2009** de autoria do Dep. João Dado que solicita informação ao Ministério dos Transportes acerca do gozo do benefício de gratui-

dade no serviço de transporte interestadual concedido aos idosos pela Lei nº 10.741, de 2003.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 818/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3899/2009** de autoria do Dep. Raul Henry que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre a execução das ações e os recursos do PRONASCI.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 819/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3900/2009** de autoria do Dep. Mendonça Prado que solicita informações ao Ministro da Justiça sobre convênios realizados com a cidade de Aracaju/SE.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 820/2009, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3901/2009** de autoria da Dep. Rose de Freitas que solicita informações ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre as providências que o Departamento de Administração Pessoal de Órgãos Extintos do Ministério do Planejamento em relação ao reconhecimento dos direitos dos trabalhadores ferroviários aposentados.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 821/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3902/2009** de autoria do Dep. Marcelo Serafim que solicita informações ao Senhor Ministro da Educação acerca do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 822/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3903/2009** de autoria do Dep. Dr. Talmir que solicita informações ao Ministro dos Transportes referentes à atual malha ferroviária correspondente à antiga Estrada de Ferro Alta Sorocabana.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 823/2009, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende cópia do **Requerimento de Informação nº 3904/2009** de autoria do Dep. Luiz Carlos Hauly que solicita ao Ministério da Ciência e Tecnologia informações sobre a aplicação da Lei nº 8.248, de 1991.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 824/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3905/2009** de autoria do Dep. Capitão Assunção que solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde a respeito das providências a serem tomadas para prevenir o avanço da gripe suína no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 825/2009, ao Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi cópia do **Requerimento de Informação nº 3906/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) informações acerca das

ações de combate ao sub-registro de nascimentos no Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 826/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3907/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Justiça informações acerca do número de cartórios no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 827/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3908/2009** de autoria do Dep. Hugo Leal que solicita informações ao Ministério das Cidades.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 828/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3909/2009** de autoria do Dep. Hugo Leal que solicita informações ao Ministério da Justiça.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 829/2009, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa cópia do **Requerimento de Informação nº 3910/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita informações ao Exmo. Sr. Hélio Costa, Ministro das Comunicações, sobre destruição de equipamentos de telecomunicações em São Paulo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 830/2009, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes cópia do **Requerimento de Informação nº 3911/2009** de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural que solicita ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre o sistema de habilitação de estabelecimentos exportadores de produtos de origem animal para a Comunidade Econômica Européia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 831/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3912/2009** de autoria do Dep. Maurício Quintella Lessa que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, sobre tarifas de energia elétrica em Alagoas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 832/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3913/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito da Receita Federal, informações sobre a descoberta de um laboratório de biologia pirata no hotel Rio Negro Lodge, no município de Barcelos, estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 833/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3914/2009** de autoria do Dep. Luiz Carlos Hauly que solicita ao Ministério da Fazenda informações sobre a aplicação da Lei nº 8.248, de 1991.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 834/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3915/2009** de autoria da Dep. Jô Moraes que solicita informações ao Sr. Ministro das Minas e Energia a respeito da área de inundação da represa para aproveitamento de energia hidroelétrica no Rio Araguaia, denominado Usina de Santa Isabel, e seu impacto sobre território onde se encontram provavelmente enterrados os corpos de 58 militantes da Guerrilha do Araguaia, ainda não localizados.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 835/2009, ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima cópia do **Requerimento de Informação nº 3916/2009** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional que solicita informações ao Ministro da Integração Nacional a respeito das medidas que estão sendo tomadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil com relação às enchentes na Amazônia e outras regiões do país.

Data da Remessa: 21/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 854/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3844/2009** de autoria do Dep. Márcio Reinaldo Moreira que sugere à Casa Civil da Presidência da República o Projeto de Lei relativo à Remuneração da Função de Pregoeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 855/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicação nº 3926/2009** de autoria da Dep. Rose de Freitas que sugere ao Ministro do Meio ambiente a realização de estudo técnico e consulta pública a fim de criar o Monumento Natural da Pedra do Penedo, no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo

Ofício 1ªSec/RI/E nº 855/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3978/2009** de autoria do Dep. Lupércio Ramos que sugere ao Ministro da Defesa a construção de quartéis do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas nas cidades de Tabatinga e Humaitá.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 856/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3927/2009** de autoria da Dep. Janete Capiberibe que sugere ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a implantação de Superintendência da CONAB no Município de Macapá, Estado do Amapá

Ofício 1ªSec/RI/E nº 857/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3928 a 3972/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, a necessidade de liberar recursos do Programa de

Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH para atender aos cidadãos de baixa renda do município de Juscimeira/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 858/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3938/2009** de autoria do Dep.Chico D'Angelo que sugere ao Ministério da Educação a criação de uma Unidade do Colégio Pedro II no Município de Paty do Alferes, no Estado do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 859/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3939/2009** de autoria do Dep.Flaviano Melo que sugere ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, o reforço do efetivo da Polícia Federal em Brasília, no Acre, a fim de garantir a fiscalização e segurança na fronteira com a Bolívia, em especial na Ponte Wilson Pinheiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 860/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3940/2009** de autoria do Dep.Flaviano Melo que sugere ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, enviar um veículo tipo utilitário médio, preferencialmente traçado, para atender as demandas do Conselho Tutelar do município de Plácido de Castro, no Acre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 861/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3941/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que sugere ao Ministro de Estado da Justiça a criação de uma Delegacia da Polícia Federal em Ibiúna - SP.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 862/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3942/2009** de autoria do Dep.Carlos Bezerra que sugere ao Ministro da Previdência Social a suspensão do pagamento da dívida dos Municípios com o INSS, em caráter temporário e emergencial.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 863/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3943/2009** de autoria do Dep.Fátima Pelaes que sugere ao Ministro da Previdência Social a implantação de um posto avançado do Instituto Nacional do Seguro Social no município de Mazagão, no Estado do Amapá.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 864/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3944/2009** de autoria do Dep.Júlio Delgado que sugere ao Ministério da Integração Nacional a criação de programas destinados a subvencionar e auxiliar a reconstrução do patrimônio dos cidadãos atingidos por catástrofes naturais, como

as enchentes ocorridas em Santa Catarina no final do ano de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 865/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3945/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim que sugere ao Ministro de Minas e Energia que sejam tomadas providências acerca da construção de linha de Transmissão de Energia entre Porto Velho, Estado de Roraima, e Humaitá, Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 866/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3948 a 3950/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim que sugere ao Ministro da Saúde que sejam tomadas medidas preventivas, com a devida urgência, acerca da epidemia de gripe suína, no município de Benjamin Constant-AM, região da tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 867/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3951/2009** de autoria do Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Previdência Social a adoção de medidas urgentes para implantar uma Agência da Previdência Social no município de Manaquiri, no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 867/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3953/2009** de autoria do Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Senhor Ministro da Previdência Social a adoção de medidas urgentes para implantar uma Agência da Previdência Social no município de Boa Vista do Ramos, no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 868/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3952/2009** de autoria do Dep.Ana Arraes que sugere ao Senhor Ministro de Minas e Energia a correção dos procedimentos adotados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, nos processos de revisão e de reajustes das tarifas de energia elétrica, de acordo com as conclusões constantes dos acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 2.542/2008; nº 2.210/2008; nº 2.544/2008; nº 2.211/2008 e nº 556/2005.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 869/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3954/2009** de autoria do Dep. Carlos Bezerra que sugere ao Ministro da Fazenda extensão da política tributária estabelecida pelo Decreto nº 6.687, de 2008, para os veículos de carga.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 870/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3955/2009** de autoria do Dep.

Elismar Prado que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa a realização dos esforços necessários para agilizar o processo de doação de terreno pertencente ao Exército Brasileiro para a construção de moradias populares no Município de Uberlândia, previstas no programa habitacional do governo federal Minha Casa, Minha Vida.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 871/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3946/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim que sugere ao Ministro da Integração Nacional, que sejam enviados recursos financeiros, alimentos e colchões para o município de Canutama-AM, devido ao período de cheias dos rios.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 871/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3956/2009** de autoria da Dep.Paulo Roberto que sugere ao Ministério da Justiça que implante no sistema prisional brasileiro, em todos os Estados da Federação, pelo menos uma cadeia específica para receber gestantes e seus lactantes até um ano.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 875/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3958/2009** de autoria do Dep.Waldemir Moka que sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão o envio de projeto de lei visando modificações no art. 186, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais), que trata das hipóteses de aposentadoria por invalidez permanente.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 876/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3959/2009** de autoria do Dep.João Bittar que sugere ao Ministério dos Transportes providências com vistas à duplicação da BR-050, nos trechos compreendidos entre as cidades de Uberlândia/MG, passando por Araguari/MG, até a divisa com o Estado de Goiás.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 877/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3960/2009** de autoria do Dep. Armando Abílio que sugere ao Ministério da Integração Nacional a alocação de recursos para complementar obras em prédios que abrigarão unidade agroindustrial de extração e envasamento de água de coco no Perímetro Irrigado de São Gonçalo, na Paraíba.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 878/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3961/2009** de autoria da Dep.Vanessa Graziotin que sugere ao Senhor Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos a adoção de medidas urgentes para fiscalização e

apuração de superlotação de celas e/ou presídios no interior do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 879/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3962/2009** de autoria do Dep.Paulo Henrique Lustosa que sugere a S. Exa. o Senhor Ministro das Comunicações (MINICOM) e Senhor Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a formulação de uma Política Nacional de Banda Larga com seu respectivo Plano de Metas de Universalização.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 880/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3973/2009** de autoria da Dep.Flaviano Melo que sugere ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a reativação do Centro Cirúrgico do Hospital Geral Manoel Monte, do município de Plácido de Castro, no Estado do Acre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 880/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3973/2009** de autoria do Dep.Flaviano Melo que sugere ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a reativação do Centro Cirúrgico do Hospital Geral Manoel Monte, do município de Plácido de Castro, no Estado do Acre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 881/2009, ao Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Milton de Moura França cópia da **Indicação nº 3974/2009** de autoria da Dep.Nilmar Ruiz que sugere ao Tribunal Superior do Trabalho a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 25ª Região, com sede e jurisdição no Estado do Tocantins.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 882/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3975/2009** de autoria do Dep.Lupércio Ramos que sugere que o Ministério do Meio Ambiente, mediante convênio, capacite e treine técnicos do Estado do Amazonas para a manipulação de produtos e materiais perigosos e mapeamento de risco químico e, ainda, amplie o número de municípios beneficiados pelo Programa Corredores Ecológicos no controle e prevenção de incêndios florestais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 883/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3976/2009** de autoria do Dep.Lupércio Ramos que sugere ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, que seja firmado convênio entre a Agência Nacional de Águas - ANA, e a Defesa Civil do Estado do Amazonas, com o objetivo de implantar sistemas de alerta contra enchentes nas bacias dos rios Amazonas, Negro e Solimões.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 884/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma

Rousseff cópia da **Indicação nº 3977/2009** de autoria do Dep.Lupércio Ramos que sugere ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia que a Petrobrás firme convênio com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Estado do Amazonas - CEDEC-AM.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 886/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3979/2009** de autoria do Dep.Lupércio Ramos que sugere ao Ministro da Integração Nacional a formalização de convênios com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Estado do Amazonas - CEDEC/AM.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 887/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3980/2009** de autoria do Dep.Lupércio Ramos que sugere ao Ministro da Educação a realização de levantamento por parte do MEC e do Conselho Nacional de Educação com o objetivo de aferir o processo de inclusão dos princípios da defesa civil nos temas transversais relacionados ao eixo da cidadania, nos currículos escolares do ensino fundamental e médio.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 888/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3981/2009** de autoria do Dep.Lupércio Ramos que sugere ao Ministro de Estado das Cidades a formalização de convênio entre o Ministério das Cidades e a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Estado do Amazonas, com o objetivo de se executar programas de saneamento e habitação para moradores de áreas vulneráveis a desastres naturais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 889/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3982/2009** de autoria do Dep.Lupércio Ramos que sugere ao Ministro do Meio Ambiente a adoção do Bolsa Floresta para as Reservas Extrativistas Federais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 890/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3983/2009** de autoria do Dep.Lupércio Ramos que sugere ao Ministro do Desenvolvimento Agrário adoção de providências no âmbito do Ministério para extensão dos benefícios do Seguro Safra aos agricultores familiares da Região Norte que, em virtude dos desastres naturais (enchentes e estiagens), sofrem perdas agrícolas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 891/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3984 a 3991/2009** de autoria do Dep.Capitão Assunção que sugere ao Ministro da Previdência Social, a instalação de uma Agência da Previdência Social no Município de Apiacá/ES.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 892/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3992/2009** de autoria do Dep.Carlos Alberto Canuto que sugere ao Senhor Ministro das Comunicações medidas urgentes visando a expansão do programa de inclusão digital no estado de Alagoas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 893/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3993/2009** de autoria do Dep.Edigar Mão Branca que sugere ao Ministro de Estado da Saúde a adoção de esforços necessários do Ministério para a urgente execução de medidas para solucionar a grave situação que se encontra a Saúde no município de Itapetinga na Bahia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 894/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3994/2009** de autoria do Dep.Felipe Maia que sugere ao Ministério da Saúde a implantação de uma unidade de tratamento de câncer no Município de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 895/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3999/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, providências junto aos órgãos competentes, a respeito dos danos causados a BR-434, no trecho entre Uiraúna e Poço Dantas, atingidas pelas fortes chuvas no Estado da Paraíba.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 896/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4000/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, providências junto aos órgãos competentes, a recuperação da Rodovia BR-104 no trecho que liga a Cidade de Cuité, no Estado da Paraíba até a divisa do Estado do Rio Grande do Norte.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 897/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 3947, 3995 a 4005/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim que sugere ao Ministro da Integração Nacional, que sejam enviados recursos financeiros, alimentos e colchões para o município de Nova Olinda do Norte, devido ao período de cheias dos rios.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 898/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 4006 a 4054/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim que sugere ao Ministro da Integração Nacional que sejam enviados recursos

financeiros, alimentos e colchões para o município de Tabatinga, devido ao período de cheias dos rios.

Ofícios 1ªSec/RI/E nº 872, 873 e 874/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3957/2009** de autoria do Dep. Lupércio Ramos que sugere a Ministra da Casa Civil da Presidência da República, a criação de força-tarefa com a participação dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e da Saúde, para a implementação de ações emergenciais de assistência às vítimas das enchentes no país.

Data da Remessa: 25/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 908/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3870/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que sugere ao Ministro do Meio Ambiente, no âmbito de suas competências, proceder a reavaliação dos agrotóxicos formulados à base do ingrediente ativo ácido 2,4-Diclorofenoxiacético (2,4-D).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 909/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 3871/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que sugere ao Ministro da Saúde para, no âmbito de suas competências, proceder a reavaliação dos agrotóxicos formulados à base do ingrediente ativo ácido 2,4-Diclorofenoxiacético (2,4-D).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 910/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4055/2009** de autoria do Dep. Sandro Mabel que sugere ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a inclusão no Programa Bolsa-Família de exemplar de dicionário da língua portuguesa contendo as alterações ortográficas recentemente colocadas em vigor.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 911/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4056/2009** de autoria do Dep. Carlos Bezerra que sugere ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia a extinção dos leilões de compra de biodiesel realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 912/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4057/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Rocha Loures que sugere ao Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, a ampliação do projeto de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, englobando o Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná, no Município de Palmas, ou sua federalização.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 913/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4058/2009** de autoria

do Dep. Afonso Hamm que sugere ao Ministro da Integração Nacional a extensão do atendimento da ampliação às populações vítimas das enchentes do Norte e Nordeste do país, também à população atingida pela estiagem do estado do Rio Grande do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 914/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4059/2009** de autoria do Dep. Afonso Hamm que sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a extensão do atendimento da ampliação às populações vítimas das enchentes do Norte e Nordeste do país, também à população atingida pela estiagem do estado do Rio Grande do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 915/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4060/2009** de autoria do Dep. Afonso Hamm que sugere a Excelentíssima Senhora Ministra Chefe da Casa Civil a extensão do atendimento da ampliação às populações vítimas das enchentes do Norte e Nordeste do país, também à população atingida pela estiagem do estado do Rio Grande do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 916/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4061/2009** de autoria do Dep. Fernando Coelho Filho que sugere ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, no âmbito da Infraero a ampliação da sala de desembarque e do sistema de distribuição de bagagem (Esteira) do Aeroporto Regional de Petrolina - PE.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 917/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 4062 a 4073/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, a necessidade de liberar recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH para atender aos cidadãos de baixa renda de vários municípios de MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 918/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4063/2009** de autoria do Dep. Felipe Maia que sugere ao Ministro da Educação a instituição da disciplina Direito e Cidadania, com ênfase na Constituição Federal, no currículo do ensino fundamental.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 919/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4074/2009** de autoria do Dep. Domingos Dutra que sugere ao Ministro das Minas e Energia que sejam tomadas providências para efetivar a implementação do Programa Luz Para

Todos no Assentamento Vale do Barbosa, no Estado do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 920/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4075/2009** de autoria do Dep. Júlio Delgado que sugere ao Ministério dos Transportes alteração na regulamentação do serviço de transporte rodoviário interestadual de passageiros.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 921/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4076/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Rollemberg que sugere ao Ministro da Fazenda a nomeação e posse da totalidade dos aprovados remanescentes no último concurso público realizado para o provimento de cargos de Procurador da Fazenda Nacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 922/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4077/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Rollemberg que sugere a Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República a nomeação e posse da totalidade dos aprovados remanescentes no último concurso público realizado para o provimento de cargos de Procurador da Fazenda Nacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 923/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4079/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Rollemberg que sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, a nomeação e posse da totalidade dos aprovados remanescentes no último concurso público realizado para o provimento de cargos de Procurador da Fazenda Nacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 924/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4081/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro do Meio Ambiente a adoção de medidas urgentes visando a fiscalização e apuração de denúncias de venda irregular de insetos amazônicos através da rede mundial de computadores - Internet.

Data da Remessa: 28/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 934/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3917/2009** de autoria do Dep. Lobbe Neto que solicita ao Ministro da Justiça, TARSO GENRO, informações sobre anistiados.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 935/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3918/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde, no âmbito da FUNASA, informações sobre a Casa do Índio (CASAI) de Manaus (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 936/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3919/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Educação informações sobre o repasse de recursos de transporte escolar para a cidade de Manaus (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 937/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3920/2009** de autoria da Dep. Paulo Roberto que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre o encerramento das atividades da Usina Termoeletrica AES Sul, em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 938/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3921/2009** de autoria do Dep. Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro da Defesa sobre os gastos com a manutenção das tropas brasileiras no Haiti até abril de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 939/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3922/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro do Meio Ambiente informações sobre venda de insetos da região amazônica em sites estrangeiros.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 940/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3923/2009** de autoria do Dep. Luciano Pizzatto que solicita ao Ministro de Estado dos Transportes, através do DNIT do Paraná, relação de todos contratos na Rodovia Transbrasiliana.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 941/2009, ao Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3924/2009** de autoria do Dep. Luciano Pizzatto que solicita ao Ministro de Estado dos Transportes, através do DNIT do Paraná, qual a forma utilizada para retirada de árvores nas rodovias federais daquele Estado.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 942/2009, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa cópia do **Requerimento de Informação nº 3925/2009** de autoria do Dep. José Carlos Vieira que solicita ao Senhor Ministro das Comunicações informações sobre os motivos da notificação intempestiva da Brasil Telecom, após a sua aquisição pela Oi-Telecom S.A. encerrando contratos de prestação de serviço às entidades filantrópicas que recebem contribuições através da conta telefônica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 943/2009, ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima cópia do **Requerimento de Informação nº 3927/2009** de autoria do Dep. Luiz Alberto que solicita ao Ministro da Integração Nacional as informações sobre todos os inves-

timentos feitos pelo Ministério detalhados por Estado e Municípios em 2008 e 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 944/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3928/2009** de autoria da Dep.Rebecca Garcia que solicito à Ministra da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Dilma Rousseff, informações sobre a criação das Reservas Extrativistas Renascer e Baixo Rio Branco-Jauaperi.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 945/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Requerimento de Informação nº 3929/2009** de autoria do Dep.Arnaldo Faria de Sá que solicita informações ao Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social sobre a Orientação Interna 172/INSS/DIRBEN.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 946/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3930/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde, informações sobre o repasse de recursos para aplicação na rede de saúde mental no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 947/2009, ao Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi cópia do **Requerimento de Informação nº 3931/2009** de autoria da Dep.Manuela D'ávila que solicita informações ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego a respeito da Norma Regulamentadora - NR 10.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 948/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3932/2009** de autoria do Dep.Arnaldo Jardim que solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre a mudança no regime de tributação no recolhimento de tributos feito pela Petrobras durante o ano de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 949/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3933/2009** de autoria do Dep.Arnaldo Jardim que solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre a mudança no regime de tributação no recolhimento de tributos feito pela Petrobras durante o ano de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 950/2009, ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias cópia do **Requerimento de Informação nº 3934/2009** de autoria da Dep.Perpétua Almeida que solicita do Ministério de Desenvolvimento Social informações sobre programas sociais no Estado do Acre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 951/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3935/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Maia que solicita informações ao Sr. Edison Lobão,

Ministro de Estado de Minas e Energia sobre contrato firmado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) e a empresa G e P Projetos e Sistemas Ltda.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 952/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3936/2009** de autoria do Dep.Fernando Chiarelli que solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a localização das áreas do território nacional em que é feita a exploração mineral do subsolo brasileiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 953/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3938/2009** de autoria do Dep.Chico Lopes que solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes sobre a adoção de medidas que deem condições para tráfego de veículos na BR - 222, no Estado do Ceará.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 954/2009, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel cópia do **Requerimento de Informação nº 3939/2009** de autoria do Dep.Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre o cultivo de fumo no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 955/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3940/2009** de autoria do Dep.Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre a tributação na exportação do fumo no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 956/2009, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes cópia do **Requerimento de Informação nº 3941/2009** de autoria do Dep.Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o cultivo de fumo no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 957/2009, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim cópia do **Requerimento de Informação nº 3942/2009** de autoria do Dep.Raul Jungmann que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim sobre a posição brasileira com relação as bombas cluster ou de dispersão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 958/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3943/2009** de autoria do Dep.Carlos Santana que solicita informações ao Sr. Ministro dos Transportes, a respeito de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) autorizado pela ANTAQ com a Mercosul Line.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 959/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3944/2009** de autoria do Dep.Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao

Ministro das Cidades sobre os valores dispendidos no cumprimento da Lei nº 11.124, de 2005.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 960/2009, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa cópia do **Requerimento de Informação nº 3945/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações sobre concessões de televisão e rádio a sindicatos e centrais sindicais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 961/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3946/2009** de autoria do Dep. Arnaldo Jardim que solicita ao Ministro do Meio Ambiente, Senhor Carlos Minc, informações acerca das alterações nas formas de compensação ambiental exigidas das novas usinas termelétricas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 962/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3947/2009** de autoria do Dep. Otavio Leite que solicita à Senhora Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff informações pertinentes à expedição do Decreto Presidencial de Promulgação que internaliza o inteiro teor da “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo” aprovados no Congresso Nacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 963/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3948/2009** de autoria do Dep. Eduardo da Fonte que solicita ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre o incidente com a aeronave A330 da TAM - prefixo PPMVG - ocorrido em julho de 2008 no Aeroporto Internacional John F. Kennedy (JFK), em Nova York.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 964/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3949/2009** de autoria do Dep. Eduardo da Fonte que solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre a nova linha de transmissão que servirá para distribuir a energia gerada por projetos eólicos no litoral do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 965/2009, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim cópia do **Requerimento de Informação nº 3950/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita informações ao Exmo. Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, sobre navio transportando explosivos e carga de material radiativo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 966/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3951/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita informações ao Exmo. Sr. Nelson

Jobim, Ministro da Defesa, sobre navio transportando explosivos e carga de material radiativo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 967/2009, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende cópia do **Requerimento de Informação nº 3952/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita informações ao Exmo. Sr. Sérgio Resende, Ministro da Ciência e Tecnologia, sobre navio transportando explosivos e carga de material radiativo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 968/2009, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge cópia do **Requerimento de Informação nº 3953/2009** de autoria do Dep. Sarney Filho que solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre contratos celebrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no âmbito do Fundo Amazônia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 969/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3954/2009** de autoria do Dep. Sarney Filho que solicita informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia sobre investimentos da Petrobrás para produção de combustível diesel S-50 e S-10.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 970/2009, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes cópia do **Requerimento de Informação nº 3955/2009** de autoria do Dep. Sarney Filho que solicita informações ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 971/2009, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes cópia do **Requerimento de Informação nº 3956/2009** de autoria do Dep. Sarney Filho que solicita informações ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre eventuais convênios ou parcerias firmadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

Resenha da Correspondência Expedida Interna Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/5/2009 a 31/5/2009

Data de Encaminhamento: 04/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 646/2009 ao Dep. Ronaldo Caiado encaminha cópia do Aviso nº 90/MF, de 16/4/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3732/2009**

Data de Encaminhamento: 05/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 649/2009 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Aviso nº 60/2009/GM-MME, de 23/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3741/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 695/2009 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Aviso nº 070/GM-MAPA, de 24/4/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3749/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 694/2009 ao Dep. Luiz Carlos Hauly encaminha cópia do Ofício nº 269/MCT, de 29/4/09, do Ministério de Ciência e Tecnologia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3751/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 653/2009 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Ofício nº 192, de 22/4/09, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3760/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 696/2009 ao Dep. Antônio Andrade encaminha cópia do Ofício nº 99/GM-MDIC, de 29/4/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3761/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 697/2009 ao Dep. Beto Faro encaminha cópia do Ofício nº 20/G/S/AFEPA/DRN/CGEUC/PARL, de 30/4/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3786/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 654/2009 ao Dep. Marcelo Itagiba encaminha cópia do Ofício nº 96/GM-MDIC, de 28/4/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3790/2009**

Data de Encaminhamento: 07/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 715/2009 ao Dep. Dr. Rosinha encaminha cópia do Aviso nº 58/2009/MC, de 6/5/09, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2648/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 716/2009 ao Dep. Dr. Talmir encaminha cópia do Ofício nº 3103/2009/GABIN/MCIDADES de 23/4/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3677/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 717/2009 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Aviso nº 57/2009/MC, de 6/5/09, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3715/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 718/2009 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Ofício nº 108/2009/MEC, de 4/5/09, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3739/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 719/2009 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Aviso nº 59/2009/MC, de 6/5/09, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3740/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 720/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Ofício nº 3104/2009/GABIN/MCIDADES, de 23/4/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3758/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 721/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Ofício nº 3105/2009/GABIN/MCIDADES, de 23/4/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3759/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 722/2009 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Ofício nº 21/G/SG/AFEPA/PARL, de 6/5/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3763/2009**

Data de Encaminhamento: 08/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 723/2009 ao Dep. Acélio Casagrande encaminha cópia do Aviso nº 67/GM/MT, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3708/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 728/2009 ao Dep. Ronaldo Caiado encaminha cópia do Ofício nº 3106/2009/GABIN/MCIDADES, de 23/4/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3733/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 724/2009 ao Dep. Ciro Pedrosa encaminha cópia do Aviso nº 109/MF, de 5/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3785/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 729/2009 ao Dep. Fernando Gabeira encaminha cópia do Ofício nº 54/GM/MinC, de 7/5/09, do Ministério da Cultura em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3795/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 725/2009 ao Dep. Nelson Bornier encaminha cópia do Aviso nº 68/GM/MT, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3798/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 726/2009 ao Dep. Nelson Bornier encaminha cópia do Aviso nº 66/GM/MT, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3815/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 727/2009 ao Dep. Rodrigo Maia encaminha cópia do Aviso nº 65/GM/MT, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3831/2009**

Data de Encaminhamento: 13/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 768/2009 ao Dep. Ratinho Junior encaminha cópia do Aviso nº 947/GM, de 8/5/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2996/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 769/2009 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Aviso nº 72/2009/GM-MME, de 3/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3687/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 770/2009 ao Dep. Flaviano Melo encaminha cópia do Aviso nº 949/GM, de 8/5/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3711/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 771/2009 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Aviso nº 68/2009/GM-MME, de 30/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3744/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 772/2009 ao Dep. João Dado encaminha cópia do Aviso nº 117/MF, de 7/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3771/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 773/2009 ao Dep. João Dado encaminha cópia do Aviso nº 115/MF, de 7/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3772/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 774/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Aviso nº 114/MF, de 7/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3781/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 775/2009 ao Dep. Mendonça Prado encaminha cópia do Aviso nº 113/MF, de 7/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3782/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 776/2009 ao Dep. Waldir Neves encaminha cópia do Aviso nº 597-MJ, de 7/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3793/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 777/2009 à Comissão de Direitos Humanos e Minorias encaminha cópia do Aviso nº 598-MJ, de 7/5/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3796/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 778/2009 ao Dep. Fernando Chucre encaminha cópia do Aviso nº 116/MF, de 7/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3799/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 779/2009 ao Dep. Antonio Carlos Biscaia encaminha cópia do Ofício nº 164/2009/MP, de 8/5/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3804/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 780/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Aviso nº 71/2009/GM-MME, de 8/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3812/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 781/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Aviso nº 948/GM, de 8/5/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3813/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 782/2009 ao Dep. Duarte Nogueira encaminha cópia do Aviso nº 601, de 11/5/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3820/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 783/2009 à Dep. Iriny Lopes encaminha cópia do Aviso nº 119/MF, de 8/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3832/2009**

Data de Encaminhamento: 14/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 784/2009 ao Dep. Luciano Pizzatto encaminha cópia do Ofício nº 309/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2277/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 785/2009 ao Dep. Arnaldo Jardim encaminha cópia do Ofício nº 310/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3357/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 786/2009 ao Dep. Vital do Rêgo Filho encaminha cópia do Ofício nº 312/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3367/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 787/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 311/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3377/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 788/2009 ao Dep. Luciano Pizzatto encaminha cópia do Ofício nº 314/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3695/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 788/2009 ao Dep. Luciano Pizzatto encaminha cópia do Ofício nº 314/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3695/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 789/2009 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Ofício nº 313/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3749/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 790/2009 ao Dep. Mendonça Prado encaminha cópia do Ofício nº 142/09-GAB, de 12/5/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3778/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 791/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Ofício nº 143/09-GAB, de 12/5/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3810/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 792/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Ofício nº 144/09-GAB, de 12/5/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3811/2009**

Data de Encaminhamento: 19/05/2009

Resposta não entregue. Deputada renunciou ao mandato. à Dep. Jusmari Oliveira encaminha cópia do Ofício nº 337, de 13/04/09, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 3455/2008**

Data de Encaminhamento: 20/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 836/2009 à Comissão de Finanças e Tributação encaminha cópia do Ofício nº 5448-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3675/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 837/2009 ao Dep. Nelson Bornier encaminha cópia do Ofício nº 93, de 13/5/09, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3684/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 838/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Ofício nº 5437-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3769/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 839/2009 ao Dep. Eduardo Valverde encaminha cópia do Aviso nº 77/GM/MAPA, de 13/5/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3776/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 840/2009 ao Dep. Mendonça Prado encaminha cópia do Aviso nº 23/2009/GM/MTur, de 14/5/09, do Ministério do Turismo em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3777/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 841/2009 Encaminhamento de aviso de resposta CONFIDENCIAL ao autor conforme Ofício 1ªSec/RI/I nº 842/2009 ao Dep. Roberto Santiago encaminha cópia do Ofício nº 5762-GM/Aspar-MD, de 15/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3784/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 843/2009 ao Dep. Duarte Nogueira encaminha cópia do Ofício nº 3444/2009/GABIN/MCIDADES, de 8/5/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3787/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 844/2009 ao Dep. Antonio Carlos Pannunzio encaminha cópia do Ofício nº 5455-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3789/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 845/2009 ao Dep. Marcelo Itagiba encaminha cópia do Ofício nº 5435-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3790/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 846/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 3445/2009/GABIN/MCIDADES, de 8/5/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3791/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 847/2009 ao Dep. Fernando Chucre encaminha cópia do Ofício nº 3448/2009/GABIN/MCIDADES, de 8/5/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3800/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 848/2009 ao Dep. Fernando Chucre encaminha cópia do Ofício nº 3447/2009/GABIN/MCIDADES, de 8/5/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3801/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 849/2009 à Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional encaminha cópia do Ofício nº 5447-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3802/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 850/2009 ao Dep. Júlio Delgado encaminha cópia do Ofício nº 5442-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3806/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 851/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Ofício nº 3446/2009/GABIN/MCIDADES, de 8/5/09, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3808/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 852/2009 ao Dep. Léo Vivas encaminha cópia do Aviso nº 292-C. Civil, de 15/5/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3827/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 853/2009 à Dep. Iriny Lopes encaminha cópia do Ofício nº 94, de 13/5/09, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3833/2009**

Data de Encaminhamento: 21/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 899/2009 ao Dep. Fernando Nascimento encaminha cópia do Ofício nº 96, de 15/5/09, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3840/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 900/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 95, de 15/5/09, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3871/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 901/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 97, de 15/5/09, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3872/2009**

Data de Encaminhamento: 25/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 902/2009 à Dep. Manuela D'Ávila encaminha cópia do Ofício nº 116/2009-MEC, de 20/5/09, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3405/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 903/2009 à Dep. Manuela D'Ávila encaminha cópia do Ofício nº 896/SPM/PR, de 12/5/09, da Secretaria Especial de Políticas para

as Mulheres em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3714/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 904/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Ofício nº 5930-GM/Aspar-MD, de 19/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3770/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 905/2009 ao Dep. Lobbe Neto encaminha cópia do Ofício nº 119/2009-MEC, de 20/5/09, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3775/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 906/2009 à Dep. Vanessa Graziotin encaminha cópia do Ofício nº 118/2009-MEC, de 20/5/09, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3779/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 907/2009 ao Dep. Rogerio Lisboa encaminha cópia do Aviso nº 733-MJ, de 20/5/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3828/2009**

Data de Encaminhamento: 28/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 925/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 64/2009/GM/ME, de 22/5/09, do Ministério do Esporte em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3260/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 926/2009 ao Dep. Silas Câmara encaminha cópia do Aviso nº 80/2009/GM-MME, de 19/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3702/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 927/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Ofício nº 6316-GM/Aspar-MD, de 25/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3769/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 928/2009 Encaminhamento de aviso de resposta CONFIDENCIAL ao autor conforme Ofício 1ªSec/RI/I nº 929/2009 ao Dep. Roberto Santiago encaminha cópia do Ofício nº 6315-GM/Aspar-MD, de 25/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3783/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 930/2009 ao Dep. Vital do Rêgo Filho encaminha cópia do Ofício nº 170/2009/GAB/MDS, de 21/5/09, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3817/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 931/2009 à Dep. Valdir Colatto encaminha cópia do Ofício nº 6283-GM/Aspar-MD, de 25/5/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3859/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 932/2009 ao Dep. Leandro Sampaio encaminha cópia do Aviso nº 73 GM/MT, de 26/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3883/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 933/2009 ao Dep. João Dado encaminha cópia do Aviso nº 72 GM/MT, de 26/5/09,

do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3898/2009**

Data de Encaminhamento: 29/05/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 972/2009 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Ofício nº 079, 27 de maio de 2009, do Ministério das Comunicações em resposta aos **Requerimentos de Informação nº 3301 a 3304/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 974/2009 ao Dep. Paulo Renato Souza encaminha cópia do Ofício nº 036/2009, de 25/05/2009, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3814/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 975/2009 ao Dep. Duarte Nogueira encaminha cópia do Aviso nº 311-C. Civil, de 27/5/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3821/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 976/2009 à Dep. Vanessa Graziotin encaminha cópia do Ofício nº 080, 27 de maio de 2009, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3864/2009**

Resenha da Correspondência Recebida Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/5/2009 a 31/5/2009

Data de Recebimento: 05/05/2009

Ofício nº 3103/2009/GABIN/MCIDADES de 23/4/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3677/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir.

Ofício nº 3104/2009/GABIN/MCIDADES, de 23/4/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3758/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite.

Ofício nº 3105/2009/GABIN/MCIDADES, de 23/4/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3759/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite.

Data de Recebimento: 06/05/2009

Aviso nº 109/MF, de 5/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3785/2009** de autoria do Dep.Ciro Pedrosa.

Aviso nº 57/2009/MC, de 6/5/09, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3715/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Mendes Thame.

Aviso nº 58/2009/MC, de 6/5/09, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 2648/2008** de autoria do Dep.Dr. Rosinha.

Aviso nº 59/2009/MC, de 6/5/09, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3740/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim.

Aviso nº 65/GM/MT, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3831/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Maia.

Aviso nº 66/GM/MT, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3815/2009** de autoria do Dep.Nelson Bornier.

Aviso nº 67/GM/MT, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3708/2009** de autoria do Dep.Acélio Casagrande.

Aviso nº 68/GM/MT, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3798/2009** de autoria do Dep.Nelson Bornier.

Ofício nº 108/2009/MEC, de 4/5/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3739/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim.

Ofício nº 21/G/SG/AFEPA/PARL, de 6/5/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta a **Requerimento de Informação nº 3763/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Mendes Thame.

Data de Recebimento: 07/05/2009

Ofício nº 3106/2009/GABIN/MCIDADES, de 23/4/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3733/2009** de autoria do Dep.Ronaldo Caiado.

Ofício nº 54/GM/MinC, de 7/5/09, do Ministério da Cultura em resposta a **Requerimento de Informação nº 3795/2009** de autoria do Dep.Fernando Gabeira.

Data de Recebimento: 08/05/2009

Aviso nº 947/GM, de 8/5/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 2996/2008** de autoria do Dep.Ratinho Junior.

Aviso nº 949/GM, de 8/5/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3711/2009** de autoria do Dep.Flaviano Melo.

Aviso nº 68/2009/GM-MME, de 30/4/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3744/2009** de autoria do Dep.Edson Duarte.

Aviso nº 117/MF, de 7/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3771/2009** de autoria do Dep.João Dado.

Aviso nº 115/MF, de 7/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3772/2009** de autoria do Dep.João Dado.

Aviso nº 114/MF, de 7/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3781/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite.

Aviso nº 113/MF, de 7/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3782/2009** de autoria do Dep.Mendonça Prado.

Aviso nº 116/MF, de 7/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3799/2009** de autoria do Dep.Fernando Chucre.

Ofício nº 164/2009/MP, de 8/5/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Requerimento de Informação nº 3804/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Biscaia.

Aviso nº 948/GM, de 8/5/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3813/2009** de autoria do Dep.Raul Jungmann.

Data de Recebimento: 11/05/2009

Aviso nº 72/2009/GM-MME, de 3/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3687/2009** de autoria do Dep.Edson Duarte.

Aviso nº 597-MJ, de 7/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3793/2009** de autoria do Dep.Waldir Neves.

Aviso nº 598-MJ, de 7/5/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3796/2009** de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Aviso nº 71/2009/GM-MME, de 8/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3812/2009** de autoria do Dep.Raul Jungmann.

Aviso nº 601, de 11/5/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3820/2009** de autoria do Dep.Duarte Nogueira.

Aviso nº 119/MF, de 8/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3832/2009** de autoria da Dep.Iriny Lopes.

Data de Recebimento: 12/05/2009

Ofício nº 309/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 2277/2007** de autoria do Dep.Luciano Pizzatto.

Ofício nº 310/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3357/2008** de autoria do Dep.Arnaldo Jardim.

Ofício nº 312/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3367/2008** de autoria do Dep.Vital do Rêgo Filho.

Ofício nº 311/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3377/2008** de autoria da Dep.Rebecca Garcia.

Ofício nº 314/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3695/2009** de autoria do Dep.Luciano Pizzatto.

Ofício nº 313/2009/GM/MMA, de 12/5/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3749/2009** de autoria do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame.

Data de Recebimento: 13/05/2009

Ofício nº 5448-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3675/2008** de autoria da Comissão de Finanças e Tributação.

Ofício nº 93, de 13/5/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3684/2009** de autoria do Dep. Nelson Bornier.

Ofício nº 5437-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3769/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann.

Aviso nº 77/GM/MAPA, de 13/5/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Requerimento de Informação nº 3776/2009** de autoria do Dep. Eduardo Valverde.

Ofício nº 142/09-GAB, de 12/5/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta a **Requerimento de Informação nº 3778/2009** de autoria do Dep. Mendonça Prado.

Ofício nº 3444/2009/GABIN/MCIDADES, de 8/5/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3787/2009** de autoria do Dep. Duarte Nogueira.

Ofício nº 5455-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3789/2009** de autoria do Dep. Antonio Carlos Pannunzio.

Ofício nº 5435-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3790/2009** de autoria do Dep. Marcelo Itagiba.

Ofício nº 3445/2009/GABIN/MCIDADES, de 8/5/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3791/2009** de autoria do Dep. Vanessa Grazziotin.

Ofício nº 3448/2009/GABIN/MCIDADES, de 8/5/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3800/2009** de autoria do Dep. Fernando Chucre.

Ofício nº 3447/2009/GABIN/MCIDADES, de 8/5/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3801/2009** de autoria do Dep. Fernando Chucre.

Ofício nº 5447-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3802/2009** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

Ofício nº 5442-GM/Aspar-MD, de 12/5/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3806/2009** de autoria do Dep. Júlio Delgado.

Ofício nº 3446/2009/GABIN/MCIDADES, de 8/5/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3808/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann.

Ofício nº 143/09-GAB, de 12/5/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta a **Requerimento de Informação nº 3810/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann.

Ofício nº 144/09-GAB, de 12/5/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta a **Requerimento de Informação nº 3811/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann.

Ofício nº 94, de 13/5/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3833/2009** de autoria da Dep. Iriny Lopes.

Data de Recebimento: 14/05/2009

Aviso nº 23/2009/GM/MTur, de 14/5/09, do Ministério do Turismo em resposta a **Requerimento de Informação nº 3777/2009** de autoria do Dep. Mendonça Prado.

Data de Recebimento: 15/05/2009

Ofício nº 5762-GM/Aspar-MD, de 15/5/09, do Ministério da Defesa em resposta CONFIDENCIAL a **Requerimento de Informação nº 3784/2009** de autoria do Dep. Roberto Santiago.

Data de Recebimento: 18/05/2009

Aviso nº 292-C. Civil, de 15/5/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3827/2009** de autoria do Dep. Léo Vivas.

Data de Recebimento: 19/05/2009

Aviso nº 294-C. Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 43, de 13/04/09, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em resposta a **Indicação nº 651/2007** de autoria do Dep. Lira Maia.

Aviso nº 294-C. Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 42, de 13/04/09, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em resposta a **Indicação nº 1578/2007** de autoria do Dep. Flávio Bezerra.

Aviso nº 294-C. Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 41, de 13/04/09, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em resposta a **Indicação nº 2168/2008** de autoria do Dep. Flávio Bezerra.

Aviso nº 295-C. Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 336, de 13/04/09, do Ministério da Educação e Cultura

em resposta a **Indicação nº 3100/2008** de autoria da Comissão de Educação e Cultura.

Aviso nº 294-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 40, de 13/04/09, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em resposta a **Indicação nº 3215/2008** de autoria da Dep.Rebecca Garcia.

Aviso nº 295-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 338, de 13/04/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3222/2008** de autoria da Comissão de Educação e Cultura.

Aviso nº 295-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 264, de 28/04/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3239/2008** de autoria do Dep. Eliene Lima.

Aviso nº 295-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Av. nº 40, de 26/03/09, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta a **Indicação nº 3387/2008** de autoria do Dep.Roberto Britto.

Aviso nº 296-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 265, de 28/04/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3429/2008** de autoria do Dep.Carlos Alberto Leréia.

Aviso nº 294-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 44, de 13/04/09, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em resposta a **Indicação nº 3446/2008** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 294-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 337, de 13/04/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3455/2008** de autoria da Dep. Jusmari Oliveira.

Aviso nº 296-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 283, de 24/04/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Indicação nº 3483/2008** de autoria do Dep. Ratinho Junior.

Aviso nº 296-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício Pleito nº 333966967, de 04/05/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Indicação nº 3487/2008** de autoria do Dep.Francisco Praciano.

Aviso nº 295-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 3.430, de 26/03/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Indicação nº 3488/2008** de autoria do Dep. Sarney Filho.

Aviso nº 297-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 129, de 15/04/09, do Ministério do Desenvolvimento em resposta a **Indicação nº 3491/2008** de autoria do Dep.Homero Pereira.

Aviso nº 298-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 333, de 13/04/09, do Ministério da Educação em resposta às **Indicações nº 3494 a 3535 e 3577 a 3617/2008** de autoria do Dep.Hermes Parcianello.

Aviso nº 294-C.Civil, de 13/04/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 334, de 13/04/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3537/2008** de autoria da Comissão de Educação e Cultura.

Aviso nº 297-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 335, de 13/04/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3538/2008** de autoria da Comissão de Educação e Cultura.

Aviso nº 297-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 2.845, de 15/04/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Indicação nº 3539/2008** de autoria do Dep.Fernando Coelho Filho.

Aviso nº 297-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 170, de 17/04/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Indicação nº 3540/2008** de autoria do Dep.Dagoberto.

Aviso nº 295-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 273, de 26/03/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Indicação nº 3639/2009** de autoria da Dep.Fátima Bezerra.

Aviso nº 297-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 279, de 16/04/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Indicação nº 3647/2009** de autoria do Dep. Joaquim Beltrão.

Aviso nº 296-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 250, de 23/04/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Indicação nº 3651/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima.

Aviso nº 295-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 87, de 13/04/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Indicação nº 3663/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir.

Aviso nº 296-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 95, de 23/04/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento

e Gestão em resposta a **Indicação nº 3685/2009** de autoria da Dep. Perpétua Almeida.

Aviso nº 296-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Av. nº 51, de 29/04/09, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta às **Indicações nº 3686 a 3688/2009** de autoria do Dep. Roberto Britto.

Aviso nº 295-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 332, de 09/04/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Indicação nº 3697/2009** de autoria do Dep. Rômulo Gouveia.

Aviso nº 297-C.Civil, de 17/04/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 863, de 17/04/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Indicação nº 3698/2009** de autoria do Dep. Vital do Rêgo Filho.

Aviso nº 296-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Av. nº 513, de 27/04/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Indicação nº 3703/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin.

Ofício nº 96, de 15/5/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3840/2009** de autoria do Dep. Fernando Nascimento.

Ofício nº 95, de 15/5/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3871/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin.

Ofício nº 97, de 15/5/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3872/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin.

Data de Recebimento: 20/05/2009

Ofício nº 896/SPM/PR, de 12/5/09, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em resposta a **Requerimento de Informação nº 3714/2009** de autoria da Dep. Manuela D'Ávila.

Ofício nº 119/2009-MEC, de 20/5/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3775/2009** de autoria do Dep. Lobbe Neto.

Ofício nº 118/2009-MEC, de 20/5/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3779/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 733-MJ, de 20/5/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3828/2009** de autoria do Dep. Rogerio Lisboa.

Data de Recebimento: 22/05/2009

Ofício nº 64/2009/GM/ME, de 22/5/09, do Ministério do Esporte em resposta a **Requerimento de**

Informação nº 3260/2008 de autoria da Dep. Rebeca Garcia.

Ofício nº 170/2009/GAB/MDS, de 21/5/09, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta a **Requerimento de Informação nº 3817/2009** de autoria do Dep. Vital do Rêgo Filho.

Data de Recebimento: 25/05/2009

Ofício nº 116/2009-MEC, de 20/5/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3405/2008** de autoria da Dep. Manuela D'Ávila.

Aviso nº 80/2009/GM-MME, de 19/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3702/2009** de autoria do Dep. Silas Câmara.

Ofício nº 5930-GM/Aspar-MD, de 19/5/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3770/2009** de autoria do Dep. Raul Jungmann.

Data de Recebimento: 26/05/2009

Aviso nº 309-C.Civil, de 25/5/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 302, de 6/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Indicação nº 3426/2008** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 309-C.Civil, de 25/5/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 3260, de 30/4/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Indicação nº 3492/2008** de autoria do Dep. Ratinho Junior.

Aviso nº 309-C.Civil, de 25/5/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 434, de 7/5/09, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 3536/2008** de autoria do Dep. Hermes Parciannello.

Aviso nº 309-C.Civil, de 25/5/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 303, de 6/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Indicação nº 3662/2009** de autoria do Dep. Dr. Talmir.

Aviso nº 309-C.Civil, de 25/5/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 3259, de 30/4/09, do Ministério das Cidades em resposta às **Indicações nº 3670 a 3677/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima.

Aviso nº 309-C.Civil, de 25/5/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 692, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Indicação nº 3692/2009** de autoria do Dep. Odair Cunha.

Aviso nº 309-C.Civil, de 25/5/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Ofício nº 693, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Indicação nº 3693/2009** de autoria do Dep. Odair Cunha.

Ofício nº 6316-GM/Aspar-MD, de 25/5/09, do Ministério da Defesa em resposta complementar a **Requerimento de Informação nº 3769/2009** de autoria do Dep.Raul Jungmann.

Ofício nº 6315-GM/Aspar-MD, de 25/5/09, do Ministério da Defesa em resposta CONFIDENCIAL a **Requerimento de Informação nº 3783/2009** de autoria do Dep.Roberto Santiago.

Ofício nº 6283-GM/Aspar-MD, de 25/5/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3859/2009** de autoria da Dep.Valdir Colatto.

Aviso nº 73 GM/MT, de 26/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3883/2009** de autoria do Dep.Leandro Sampaio.

Aviso nº 72 GM/MT, de 26/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3898/2009** de autoria do Dep.João Dado.

Data de Recebimento: 27/05/2009

Ofício nº 079, 27 de maio de 2009, do Ministério das Comunicações em resposta aos **Requerimentos de Informação nº 3301 a 3304/2008** de autoria do Dep.Marcelo Serafim.

Ofício nº 078, de 27 de maio de 2009, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3683/2009** de autoria do Dep. Roberto Britto.

Ofício nº 036/2009, de 25/05/2009, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3814/2009** de autoria do Dep.Paulo Renato Souza.

Ofício nº 080, 27 de maio de 2009, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3864/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Data de Recebimento: 28/05/2009

Ofício nº 69/2009/GM/ME, de 28/5/09, do Ministério do Esporte em resposta a **Requerimento de Informação nº 3728/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Mendes Thame.

Aviso nº 311-C. Civil, de 27/5/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3821/2009** de autoria do Dep.Duarte Nogueira.

Ofício nº 215/09-GAB, de 27/5/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta a **Requerimento de Informação nº 3858/2009** de autoria da Comissão de Turismo e Desporto.

Data de Recebimento: 29/05/2009

Ofício nº 70/2009/GM/ME, de 29/5/09, do Ministério do Esporte em resposta a **Requerimento de Informação nº 3754/2009** de autoria do Dep.Efraim Filho.

Ofício nº 70/2009/GM/ME, de 29/5/09, do Ministério do Esporte em resposta a **Requerimento de Informação nº 3754/2009** de autoria do Dep.Ronaldo Caiado.

Ofício nº 10/2009/MDA, de 29/5/09, do Ministério do Desenvolvimento Agrário em resposta a **Requerimento de Informação nº 3822/2009** de autoria do Dep.Duarte Nogueira.

Aviso nº 320 C. Civil, de 28/5/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3836/2009** de autoria do Dep.Fernando Coruja.

Resenha da Correspondência Expedida Externa Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/6/2009 a 30/6/2009

Data da Remessa: 03/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1025/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4078/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Rollemberg que sugere ao Presidente do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União a nomeação e posse da totalidade dos aprovados remanescentes no último concurso público realizado para o provimento de cargos de Procurador da Fazenda Nacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1026/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4082/2009** de autoria da Dep.Paulo Roberto que sugere ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a inclusão dos Municípios atingidos pela seca, no Estado do Rio Grande do Sul, no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1027/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4083/2009** de autoria do Dep.Celso Maldaner que sugere ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a inclusão dos Municípios atingidos pela seca, no Estado de Santa Catarina, no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1028/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4084/2009** de autoria do Dep.Celso Maldaner que sugere a adoção de medidas de atendimento às populações vítimas das enchentes do Norte e Nordeste do país, e também às populações vítimas da estiagem no estado de Santa Catarina.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1029/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4085/2009** de autoria do Dep.Celso Maldaner que sugere ao Ministro da Integração Nacional a adoção de medidas de atendi-

mento às populações vítimas das enchentes do Norte e Nordeste do país, e também às populações vítimas da estiagem no estado de Santa Catarina.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1030/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4086/2009** de autoria do Dep.Celso Maldaner que sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a adoção de medias de atendimento às populações vítimas das enchentes do Norte e Nordeste do país, e também às populações vítimas da estiagem no estado de Santa Catarina.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1031/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4087/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Justiça a adoção de medidas urgentes visando a intensificação da fiscalização pela Polícia Federal na região fronteira do Alto Solimões (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1032/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4088/2009** de autoria do Dep.Homero Pereira que sugere ao Ministério dos Transportes a liberação de recursos para a construção de trevo rodoviário no entroncamento entre a BR-070 e a MT-060, no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1033/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4089/2009** de autoria do Dep.Homero Pereira que sugere ao Ministério dos Transportes a execução de obras de reparo na pavimentação da BR-070, no trecho que liga Cuiabá a Cáceres e Corixa (divisa do Brasil com a Bolívia), no Estado do Mato Grosso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1034/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4090/2009** de autoria do Dep.Elismar Prado que sugere ao Ministro da Educação a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET- no município de Águas Formosas, no Estado de Minas Gerais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1035/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4091/2009** de autoria do Dep.Filipe Pereira que sugere ao Ministério da Saúde que seja incluída na cesta básica de medicamentos do Ministério a vacina contra meningite pneumocócica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1036/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4092/2009** de autoria do Dep.Carlos Bezerra que sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, a adoção de providências para reestruturar e desburocratizar o

Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional com vistas a torná-lo mais eficiente.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1037/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4093/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Ministério da Saúde a implantação de centrais de captação de órgãos para transplante.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1038/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4094/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, a inclusão do município de Sapé, no Estado da Paraíba, no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1063/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4095/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação a inclusão do município de Guarabira, no Estado da Paraíba, no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1039/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4096/2009** de autoria do Dep.Manoel Junior que sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a adoção de providências visando assegurar prazo para a prorrogação de convênios nos anos posteriores aos de eleição para Prefeito Municipal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1040/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4097/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Ministério da Integração Nacional que promova a revitalização do Perímetro Irrigado da Cidade de Sumé, no Estado da Paraíba.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1041/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4098/2009** de autoria da Dep.Janete Capiberibe que sugere à Casa Civil da Presidência da República, que seja incluído o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, em todos os Municípios do Estado Amapá.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1042/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4099/2009** de autoria do Dep.Ilderlei Cordeiro que sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a implantação em Cruzeiro do Sul, no Acre, de uma Unidade de Vigilância Agropecuária Internacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1043/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4100/2009** de autoria da Dep.Tonha Magalhães que sugere ao Ministro de Estado dos Transportes, a obtenção de recursos para que se promova a recuperação da BR-235 que liga o município de Remanso na Bahia à Juazeiro, Remanso - Campo Alegre de Lourdes, Remanso - Pilão Arcado, Remanso - Dirceu Arco Verde no Estado do PI.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1044/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4101/2009** de autoria da Dep.Tonha Magalhães que sugere ao Ministro de Estado da Defesa, a obtenção de recursos para a AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO do Município de Bom Jesus da Lapa - Bahia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1045/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4102/2009** de autoria do Dep.João Bittar que sugere ao Ministério das Cidades que seja incluído no Programa Saneamento Para Todos o município de Uberlândia-MG.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1046/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4103/2009** de autoria do Dep.João Bittar que sugere ao Ministro das Comunicações a emissão de Selo Comemorativo ao Centenário do Nascimento de Chico Xavier.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1047/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4104/2009** de autoria do Dep.João Bittar que sugere ao Ministério da Educação a distribuição de dicionário com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, para toda a rede pública de ensino do País.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1048/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4105/2009** de autoria do Dep.João Bittar que sugere ao Ministério das Cidades que seja incluída no Programa Saneamento Para Todos, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1049/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4106/2009** de autoria do Dep.Gonzaga Patriota e outros que sugere ao Ministro da Educação e ao Reitor da UNIVASF, o adiamento da adoção da obrigatoriedade do ENEM no processo de vestibular 2009, da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1050/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4107/2009** de autoria

do Dep.Armando Abílio que sugere ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Integração Nacional, um estudo, pela Defesa Civil, no sentido de viabilizar recursos que se destinem à situação de calamidade pública que afeta o município de Patos/PB.

Ofícios 1ªSec/RI/E nºs 1051, 1052 e 1053/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4108/2009** de autoria da Dep.Paulo Roberto que sugere aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Agricultura, da Fazenda e da Justiça, medidas urgentes em auxílio e defesa do setor da vitivinicultura, no Estado do Rio Grande do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1054/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4109/2009** de autoria do Dep.Osmar Júnior que sugere ao Senhor Ministro da Fazenda a transformação do Posto Avançado do Banco do Brasil, no município de Inhuma- PI, para Agência do Banco do Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1055/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4110/2009** de autoria do Dep.Ratinho Junior que sugere ao Ministerio das Comunicações a abertura de Agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no município de Quatro Barras, no estado do Paraná.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1056/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4111/2009** de autoria do Dep.Ratinho Junior que sugere ao Ministério da Saúde a produção e distribuição de protetor solar pelo Sistema Único de Saúde.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1057/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4112/2009** de autoria do Dep.Juliano Amin que sugere ao Ministério da Pesca a liberação do seguro defeso para as Colônias de Pescadores dos municípios atingidos pelas enchentes no Estado do Maranhão. Sugere a liberação do seguro defeso para as Colônias de Pescadores dos municípios atingidos pelas enchentes no Estado do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1058/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4113/2009** de autoria do Dep.Major Fábio que sugere ao Ministro da Fazenda que o Estado da Paraíba, também, seja incluído com os benefícios da Resolução nº 3.724 do Banco Central que cria linha de crédito especial para agricultores de estados atingidos por seca e enchentes e concede prazo adicional para pagamento de prestações de operações de custeio e investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional da Agricultura Familiar

(PRONAF) em regiões atingidas por enchentes ou por seca.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1059/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4114/2009** de autoria do Dep.Marcos Montes que sugere ao Ministro das Minas e Energia alteração da Resolução nº 456, de 29 de novembro de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL objetivando determinar que, antes da suspensão do serviço por atraso no pagamento da fatura de fornecimento de energia elétrica, o consumidor inadimplente seja notificado pelo concessionário por três vezes, com antecedência de trinta dias, quinze dias e vinte e quatro horas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1060/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4115/2009** de autoria do Dep.Eliene Lima que sugere, ao Ministro de Estado das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, a necessidade de liberar recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH para atender aos cidadãos de baixa renda do município de Nova Mutum/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1060/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 4116 a 4124/2009** de autoria do Dep.Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, a necessidade de liberar recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH para atender aos cidadãos de baixa renda do município de Nova Monte Verde/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1061/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4125/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que sugere ao Ministério dos Transportes a implantação de um trem de alta velocidade ligando as cidades de São Paulo, Presidente Prudente, Campo Grande e Cuiabá

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1062/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4126/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que sugere ao Ministério da Saúde que se aumente a ênfase no ensino de métodos contraceptivos naturais nas ações de planejamento familiar do Sistema Único de Saúde.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1064/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4127/2009** de autoria do Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Saúde providências urgentes em relação à criação de uma Central de Transplante de órgãos de doadores não vivos, no estado do Amazonas

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1065/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4128/2009** de autoria do Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Saúde providências urgentes em relação à liberação do alvará de funcionamento ao HUGV para recebimento do convênio do SUS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1055/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4129/2009** de autoria do Dep.Ratinho Junior que sugere ao Ministro das Comunicações a abertura de Agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no município de Fazenda Rio Grande, no estado do Paraná.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1066/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 4130 a 4160/2009** de autoria do Dep.João Bittar que sugere a Ministra da Casa Civil para que seja incluído no Programa Minha Casa, Minha Vida, o município de Ibiá - no Estado de Minas Gerais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1067/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4167/2009** de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Minorias que sugere a Ministra da Casa Civil da Presidência da República a criação da "Comissão do Direito à Memória e à Verdade" nos Moldes preconizados pelas Nações Unidas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1068/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4168/2009** de autoria do Dep.Flávio Bezerra que sugere ao Ministério de Saúde que seja fiscalizado, autuado por intermédio da ANVISA os importadores de peixes do sudeste asiático, em especial os provenientes do Vietnã.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1069/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4169/2009** de autoria do Dep.Flávio Bezerra que sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério do Trabalho, que conceda carteira de licença de pesca da lagosta aos pescadores já inscritos no SINE-IDT, que receberam o seguro-defeso em anos anteriores e que comprovadamente exercem a atividade.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1070/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4170/2009** de autoria do Dep.Fernando Gabeira e outros que sugere ao Governo rever sua posição sobre as eleições para a nova direção da UNESCO, retirando seu apoio ao Ministro da Cultura egípcio, Farouk Hosny.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1024/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3805/2009** de autoria do Dep.Hugo Leal que solicita ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, no âmbito da competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, informações sobre o Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Data da Remessa: 04/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1071/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 4161 a 4166/2009** de autoria do Dep.João Bittar que sugere a Ministra da Casa Civil para que seja incluído no Programa Minha Casa, Minha Vida, o município de Cascalho Rico - no estado de Minas Gerais.

Data da Remessa: 10/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1110/2009, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes cópia do **Requerimento de Informação nº 3957/2009** de autoria do Dep.Edson Duarte que solicita informações ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanies, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre a presença de benzeno em refrigerantes.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1111/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3958/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita informações ao Exmo. Sr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde, sobre a presença de benzeno em refrigerantes.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1112/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3959/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde, informações sobre a viabilidade de utilização do teste da fibronectina fetal pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1113/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3960/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Justiça informações acerca da Base Garatéia, no município de Santo Antônio do Içá (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1114/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3962/2009** de autoria do Dep.Beto Faro que solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre dívidas em operações de crédito rural no âmbito de programas para agricultores familiares com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1115/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de**

Informação nº 3963/2009 de autoria do Dep.Washington Luiz que solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre a situação atual do endividamento do município de São Luiz/MA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1116/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 3964/2009** de autoria do Dep.Brizola Neto que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, em consulta ao Diretor da Polícia Federal sobre as operações “Navalha” e “Boi Barrica” e “Lunus”.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1117/2009, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel cópia do **Requerimento de Informação nº 3965/2009** de autoria do Dep.Luis Carlos Heinze que solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre dados referentes aos conflitos da reforma agrária.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1118/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3966/2009** de autoria do Dep.Capitão Assunção que solicita ao Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, informações sobre as obras da Rodovia BR-342, que liga os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1119/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3967/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Maia que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Cidades sobre a execução orçamentária das obras do Programa de Aceleração do Crescimento nas comunidades carentes da cidade do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1120/2009, ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima cópia do **Requerimento de Informação nº 3968/2009** de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural que solicita informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional sobre o programa de renegociação de dívidas implementado pela Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1121/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3969/2009** de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o programa de renegociação de dívidas implementado pela Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1122/2009, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes cópia do **Requerimento de Informação nº 3970/2009** de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural que solicita informações ao Ministro de Estado da Agri-

cultura, Pecuária e Abastecimento sobre o programa de renegociação de dívidas implementado pela Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1123/2009, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel cópia do **Requerimento de Informação nº 3971/2009** de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural que solicita informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o programa de renegociação de dívidas implementado pela Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1124/2009, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento cópia do **Requerimento de Informação nº 3972/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir que solicita ao Ministro dos Transportes informações sobre a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha oeste, pela concessionária América Latina Logística - ALL.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1125/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3973/2009** de autoria do Dep.Lobbe Neto que solicita informações ao Sr. Ministro da Educação sobre distribuição de livros didáticos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1126/2009, ao Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi cópia do **Requerimento de Informação nº 3974/2009** de autoria do Dep. Pepe Vargas que solicita ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego informações relativas às contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, detidas por idosos ou pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada-BPC, tendo em vista o teor do Projeto de Lei nº 1.866, de 2007, que permite que o portador de deficiência e o idoso, que recebe o benefício assistencial de prestação continuada, saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Data da Remessa: 16/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1089/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4171/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Maia e outros que sugere ao Governo brasileiro a edição de Medida Provisória e de providências administrativas para enfrentar o estado de calamidade nas Regiões Norte e Nordeste, em razão das chuvas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1090/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4172/2009** de autoria do Dep.Carlos Bezerra que sugere ao Ministro da Educação a criação de um campus da Universidade

Federal de Mato Grosso - UFMT no Município de Tangará da Serra.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1091/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4173/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro de Minas e Energia providências no sentido de suspender a cobrança de energia elétrica dos municípios amazonenses de Anamá, Barreirinha, Canutama e Pauini atingidos pelas enchentes.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1092/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4174/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Integração Nacional providências urgentes em relação à ajuda aos municípios da Amazônia que se encontram em estado de emergência devido aos estragos causados pelas chuvas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1093/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4175/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Saúde providências no sentido de veicular campanha nacional de informação sobre a conscientização das mulheres sobre a importância de o exame de mamografia e a existência de mamógrafos nos Sistema Único de Saúde - SUS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1094/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4176/2009** de autoria do Dep.Major Fábio que sugere ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que dentro do Programa "Territórios da Cidadania" seja incluído também, o Cariri Oriental Paraibano, composto pelos municípios de: Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1095/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4177/2009** de autoria da Dep.Perpétua Almeida que sugere ao Ministério da Saúde que seja instalada estrutura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no aeroporto de Cruzeiro do Sul, Acre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1096/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4178/2009** de autoria da Dep.Perpétua Almeida que sugere ao Ministério da Defesa que o aeroporto de Cruzeiro do Sul seja caracterizado como aeroporto internacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1097/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma

Rousseff cópia da **Indicação nº 4179/2009** de autoria da Dep. Perpétua Almeida que sugere ao Ministério da Agricultura que seja instalado estrutura do Ministério no aeroporto da cidade de Cruzeiro do Sul - Acre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1098/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4180/2009** de autoria da Dep. Perpétua Almeida que sugere ao Ministério da Fazenda que seja instalada estrutura da Receita Federal no aeroporto da cidade de Cruzeiro do Sul - Acre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1099/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4183/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão adoção de medidas urgentes para o aumento no número de vagas de concurso público para o cargo de Agente da Carreira de Policial Rodoviário Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1100/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4184/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Justiça a adoção de medidas urgentes para a criação de uma Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1101/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4185/2009** de autoria da Dep. Paulo Roberto que sugere à Ministra-Chefe da Casa Civil a política de divulgação, através de propaganda na mídia e nos meios de comunicação de massa, de dois programas sobre nutrição e segurança alimentar desenvolvidos no Ministério da Saúde, para o público alvo feminino e seus descendentes.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1102/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4186/2009** de autoria do Dep. Carlos Bezerra que sugere ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a adoção da providência que especifica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1103/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4187/2009** de autoria do Dep. Antônio Roberto que sugere ao Ministro da Fazenda redução a zero da alíquota do IPI incidente sobre veículos movidos a álcool.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1104/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4188/2009** de autoria do Dep. Rômulo Gouveia que sugere ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a inclusão do Cariri Oriental do Estado da Paraíba, no Programa Territórios da Cidadania.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1105/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4189/2009** de autoria do Dep. Gladson Cameli que sugere ao Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, a implantação de um posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no município de Cruzeiro do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1106/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4190/2009** de autoria do Dep. Carlos Abicalil que sugere ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, promover a federalização e conclusão da rodovia transpantaneira, ligando os municípios de Poconé/MT à Corumbá/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1107/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 4191 a 4225/2009** de autoria do Dep. João Bittar que sugere ao Ministério do Esporte a implantação do Programa Segundo Tempo, no município de Araporã - no Estado de Minas Gerais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1108/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicação nº 4226 a 4254/2009** de autoria do Dep. Capitão Assunção que sugere ao Ministro da Cultura a criação de uma biblioteca em "braille" no Município de Pancas/ES.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1109/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4255/2009** de autoria do Dep. João Dado que sugere ao Ministro da Fazenda mudança do tratamento tributário do IPI incidente sobre os móveis de fabricação nacional.

Data da Remessa: 18/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1159/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4257/2009** de autoria do Dep. Carlos Bezerra que sugere a Ministra-Chefe da Casa Civil providências para combater o caramujo africano.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1160/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4258/2009** de autoria do Dep. Ricardo Quirino que sugere ao Ministro da Previdência Social a instalação de Agência da Previdência Social na Região Administrativa de Brazlândia, Distrito Federal

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1161/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4259/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro de Estado da Educação a instituição obrigatória na LDB

da disciplina AMAZÔNIA, nos currículos do ensino fundamental e médio.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1162/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4260/2009** de autoria do Dep.Vital do Rêgo Filho que sugere ao Ministro da Defesa a instalação de um Batalhão Ferroviário no Estado da Paraíba, no sentido de implantar o “Ramal da Transnordestina”, para interligar o Porto de Cabedelo/PB aos Portos de Pacém/CE, Itaqui/MA e Suape/PE.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1163/2009, ao Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça cópia da **Indicação nº 4261/2009** de autoria do Dep.Uldurico Pinto que sugere ao Superior Tribunal de Justiça encaminhe projeto de lei ao Congresso Nacional visando à criação de vara federal no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1164/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4262/2009** de autoria da Dep.Domingos Dutra que Sugere ao Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, o prolongamento do seguro defeso dos pescadores residentes nos estados atingidos pelas enchentes em 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1165/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4263/2009** de autoria da Dep.Domingos Dutra que sugere ao Ministro do Desenvolvimento Agrário a anistia de dívidas oriundas de operações de Crédito Fundiário contratadas nos estados atingidos pelas enchentes em 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1166/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4264/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Rollemberg que sugere ao Poder Executivo, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, a retirada do Congresso Nacional do Acordo celebrado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América nos Lançamentos a Partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, celebrado em Brasília, em 18 de abril de 2000, e encaminhado ao Congresso Nacional através da Mensagem nº 296, de 2001.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1167/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4265/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Rollemberg que sugere ao Poder Executivo, através do Ministério da Defesa, a retirada do Congresso Nacional do Acordo celebrado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacio-

nadas à Participação dos Estados Unidos da América nos Lançamentos a Partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, celebrado em Brasília, em 18 de abril de 2000, e encaminhado ao Congresso Nacional através da Mensagem nº 296, de 2001.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1168/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4266/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Rollemberg que sugere ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, a retirada do Congresso Nacional do Acordo celebrado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América nos Lançamentos a Partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, celebrado em Brasília, em 18 de abril de 2000, e encaminhado ao Congresso Nacional através da Mensagem nº 296, de 2001.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1169/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4267/2009** de autoria do Dep.Marcos Montes que sugere ao Ministro da Fazenda a alteração da legislação tributária federal no sentido de reduzir as alíquotas do IPI incidentes sobre a saída de produtos que utilizem materiais recicláveis como matéria-prima.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1170/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4268/2009** de autoria do Dep.Rômulo Gouveia que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional a ampliação da região do Semi-Árido Nordeste, com a inclusão da microrregião de Guarabira, Estado da Paraíba.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1171/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4269/2009** de autoria do Dep.Luiz Carlos Busato que sugere ao Ministro das Cidades o uso de vidros laminados nas partes envidraçadas dos veículos automotores.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1172/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 4270 a 4275, 4277 e 4278/2009** de autoria do Dep.Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, a necessidade de liberar recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH para atender aos cidadãos de baixa renda do município de Nova Olímpia/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1173/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4276/2009** de autoria do Dep.Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado das Cidades que se explicita a possibilidade de se

admitir como beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) servidores públicos que estejam incluídos em cadastros de proteção ao crédito.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1170/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4279/2009** de autoria do Dep. Rômulo Gouveia que sugere ao Ministério da Integração Nacional que promova a inclusão da microrregião de Guarabira, estado da Paraíba no Semi-Árido Nordeste.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1174/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4280/2009** de autoria do Dep. Carlos Brandão que sugere ao Ministro da Integração Nacional o envio de equipe técnica para efetuar serviços de manutenção e de recuperação das Barragens Flores e Pericumã, no Estado do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1175/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4281/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Fazenda providências urgentes em relação à reabertura das Agências do Banco Popular do Brasil na cidade de Manaus (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1176/2009, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4282/2009** de autoria do Dep. Paulo Rubem Santiago que sugere ao Ministro dos Transportes a expansão do metrô do Recife.

Data da Remessa: 19/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1177/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3894/2009** de autoria do Dep. Marcelo Itagiba que solicita aos Exmos. Srs. Ministros da Defesa, das Minas e Energia, das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia, informações sobre a existência de pesquisa ou de tratativas para acordo internacional com o Irã, na área nuclear.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1178/2009, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim cópia do **Requerimento de Informação nº 3975/2009** de autoria do Dep. Paes Landim que solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa referentes a contratos com empresas de segurança, celebrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1179/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3976/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito da Secretaria da Receita Federal, informações sobre o recolhimento de INSS por parte das instituições privadas de ensino superior no Estado do Amazonas entre os anos de 2003 e 2008.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1180/2009, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3977/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro das Cidades informações acerca do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1181/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3978/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito da Secretaria da Receita Federal, informações sobre as Prefeituras do Estado do Amazonas que apresentam irregularidades junto ao INSS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1182/2009, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3979/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Educação informações acerca do cancelamento de bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1183/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3980/2009** de autoria do Dep. Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1184/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3981/2009** de autoria da Dep. Perpétua Almeida que solicita informações ao Ministério das Minas e Energia sobre o Programa Luz para Todos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1185/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3982/2009** de autoria do Dep. Marcelo Itagiba que solicita ao Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, informações sobre a existência de tratativas para acordo internacional com o Irã, na área nuclear.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1186/2009, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim cópia do **Requerimento de Informação nº 3983/2009** de autoria do Dep. Marcelo Itagiba que solicita ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, informações sobre a existência de tratativas para acordo internacional com o Irã, na área nuclear.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1187/2009, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende cópia do **Requerimento de Informação nº 3984/2009** de autoria do Dep. Marcelo Itagiba que solicita ao Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, informações sobre a existência de tratativas para acordo internacional com o Irã, na área nuclear.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1188/2009, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mi-

guel Jorge cópia do **Requerimento de Informação nº 3985/2009** de autoria do Dep. Marcelo Itagiba que solicita ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações sobre os empréstimos realizadas pelo BNDES nos últimos três anos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1189/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3986/2009** de autoria do Dep. Marcelo Serafim que solicita informações do Senhor Ministro José Gomes Temporão acerca da situação dos pacientes renais crônicos do estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1190/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3987/2009** de autoria do Dep. João Bittar que solicita informações ao Ministro da Fazenda, no âmbito do Banco do Brasil, sobre mudanças de procedimentos na política do cadastro de crédito: Restrição Impeditiva Parcial e Restrição Impeditiva Total.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1191/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3988/2009** de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde, a fim de que se manifeste acerca dos fatos narrados na Proposta de Fiscalização e Controle de nº 68, de 2009.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1192/2009, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3989/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre o concurso público para provimento de vagas para Agente da Carreira de Policial Rodoviário Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1193/2009, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc cópia do **Requerimento de Informação nº 3990/2009** de autoria do Dep. Ricardo Tripoli que solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente acerca do acidente com urânio na usina nuclear de Angra II.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1194/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 3991/2009** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia informações sobre atraso na construção de usinas termelétricas nos municípios abrangidos pelo gasoduto Uruçu/Manaus (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1195/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3993/2009** de autoria do Dep. Zonta que solicita ao Ministro da Saúde informações referentes a enfermidades transmissíveis no país.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1196/2009, ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão cópia do **Requerimento de Informação nº 3994/2009** de autoria do Dep. Dr. Ubiali que solicita ao Ministro da Saúde informações referentes ao investimento público na atenção à saúde mental.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1197/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Requerimento de Informação nº 3995/2009** de autoria do Dep. Arnaldo Faria de Sá que solicita informações ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social - MPAS sobre o Parecer nº 010/2003/SPC/DJUR de 14.11.2003, nossos Ofícios nº 169/2004-P, de 22.09.2004 e 094/2005 de 23.09.2005 e Ofício nº 1716/SPC/GAB de 03.11.2005.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1198/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3996/2009** de autoria do Dep. Chico Alencar que solicita à Ministra de Estado da Casa Civil informações sobre a reestruturação da área nuclear, no âmbito da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/MCT), e a criação de uma agência para a área nuclear.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1199/2009, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3997/2009** de autoria do Dep. Mendonça Prado que solicita informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o não reconhecimento dos direitos dos trabalhadores ferroviários.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1200/2009, ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel cópia do **Requerimento de Informação nº 3998/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, José Barros Pimentel, informações sobre as Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs) relacionadas ao amianto.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1201/2009, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa cópia do **Requerimento de Informação nº 3999/2009** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita ao Sr. Ministro das Comunicações, Hélio Costa, informações sobre fechamento de emissoras não autorizadas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1202/2009, ao Ministro do Esporte, Orlando Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 4001/2009** de autoria do Dep. Paulo Teixeira que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Esporte, Excelentíssimo Senhor Orlando Silva de Jesus Silva, acerca das informações publicadas no jornal O GLOBO, de 1º de junho, que menciona as exigências feitas pela FIFA para que o Brasil sedie a Copa do Mundo de 2014.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1203/2009, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro cópia do **Requerimento de Informação nº 4002/2009** de autoria do Dep.Marcelo Itagiba que solicita ao Sr. Ministro de Estado da Justiça informações a respeito da pesquisa realizada sobre a violência em todos os Estados da Federação tendo como base os anos de 2005 a 2008, divulgada por sua Pasta.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1204/2009, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende cópia do **Requerimento de Informação nº 4003/2009** de autoria do Dep.Eleuses Paiva que solicita informações ao Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia referentes à falta de fornecimento de geradores de molibdênio-99/tecnécio-99m.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1205/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 4004/2009** de autoria da Dep.Uldurico Pinto que solicita informações ao Ministério das Minas e Energia sobre a empresa Petrobrás - Petróleo Brasileiro S/A, suas subsidiárias e seus sócios.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1205/2009, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cópia do **Requerimento de Informação nº 4004/2009** de autoria da Dep.Uldurico Pinto que solicita informações ao Ministério das Minas e Energia sobre a empresa Petrobrás - Petróleo Brasileiro S/A, suas subsidiárias e seus sócios.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1206/2009, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 4005/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito do Banco do Brasil, informações sobre o fechamento das Agências do Banco Popular do Brasil na cidade de Manaus (AM).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1207/2009, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 4006/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite que solicita à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações pertinentes sobre os gastos com as festividades de lançamento das 56 unidades habitacionais no Complexo do Alemão/Manguinho, dia 29 de maio de 2009.

Data da Remessa: 25/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1228/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4283/2009** de autoria do Dep.Narcio Rodrigues que sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados a candidatura de Márcio Barbosa à direção geral da UNESCO.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1229/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República,

Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4284/2009** de autoria da Comissão de Educação e Cultura que sugere ao Ministério da Educação a criação da Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1230/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4285/2009** de autoria da Comissão de Educação e Cultura que sugere ao Ministro de Estado da Educação a criação da Universidade Aberta Federal de Franca, no Estado de São Paulo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1231/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4286/2009** de autoria da Comissão de Educação e Cultura que sugere ao Ministro de Estado da Educação inclusão do ensino do Código Nacional de Trânsito na grade curricular das escolas públicas e privadas de educação básica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1232/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4287/2009** de autoria da Comissão de Educação e Cultura que sugere ao Ministro de Estado da Educação a criação da Universidade Federal da Região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1233/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4288/2009** de autoria da Dep.Carlos Bezerra que sugere ao Ministro da Saúde a realização de estudo epidemiológico sobre o impacto da eletrificação de zonas rurais na saúde humana.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1234/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4289/2009** de autoria do Dep.Ricardo Quirino que sugere ao Exmº Sr. Ministro do Trabalho a inclusão da doença de Huntington entre as doenças isentas de carência para concessão de benefício previdenciário.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1235/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4290/2009** de autoria do Dep.Ricardo Quirino que sugere ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social a inclusão da doença de Huntington entre as doenças isentas de carência para concessão de benefício previdenciário.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1236/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4291/2009** de autoria do Dep.Ricardo Quirino que sugere ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde a inclusão da doença de

Huntington entre as doenças isentas de carência para concessão de benefício previdenciário

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1237/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 4292 a 4300/2009** de autoria do Dep. Eliene Lima que sugere ao Ministro de Estado das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, a necessidade de liberar recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH para atender aos cidadãos de baixa renda do município de Nova Santa Helena/MT.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1238/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4301/2009** de autoria do Dep. João Bittar que sugere ao Ministério do Esporte a implantação do Programa Segundo Tempo, no município de Ibiá, no Estado de Minas Gerais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1239/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4312/2009** de autoria do Dep. Felipe Maia que sugere ao Ministério da Educação a inclusão de Informática como disciplina obrigatória nos currículos das escolas da Educação Básica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1240/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4313/2009** de autoria do Dep. Felipe Maia que sugere ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a implantação de CEASA no Município de Currais Novos - RN.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1241/2009, de 25/06/09, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 4314/2009** de autoria do Dep. Rodrigo Rocha Loures que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, a destinação de um campus universitário federal, no Município de Pinhão, no Paraná.

Resenha da Correspondência Expedida Interna Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/6/2009 a 30/6/2009

Data de Encaminhamento: 01/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1000/2009 ao Dep. Fernando Coelho Filho encaminha cópia do Ofício nº 2.845, de 15/04/09, do Ministério das Cidades em resposta à **Indicação nº 3539/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1001/2009 ao Dep. Dagoberto encaminha cópia do Ofício nº 170, de 17/04/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta à **Indicação nº 3540/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1002/2009 ao Dep. Joaquim Beltrão encaminha cópia do Ofício nº 279, de 16/04/09, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 3647/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1003/2009 ao Dep. Vital do Rêgo Filho encaminha cópia do Ofício nº 863, de 17/04/09, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 3698/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1004/2009 ao Dep. Hermes Parcianello encaminha cópia do Ofício nº 333, de 13/04/09, do Ministério do Ministério da Educação em resposta às **Indicações nº 3494 a 3617/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1005/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 302, de 6/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 3426/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1006/2009 ao Dep. Ratinho Junior encaminha cópia do Ofício nº 3260, de 30/4/09, do Ministério das Cidades em resposta à **Indicação nº 3492/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1007/2009 ao Dep. Hermes Parcianello encaminha cópia do Ofício nº 434, de 7/5/09, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 3536/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1008/2009 ao Dep. Dr. Talmir encaminha cópia do Ofício nº 303, de 6/5/09, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 3662/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1010/2009 ao Dep. Odair Cunha encaminha cópia do Ofício nº 692, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 3692/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1011/2009 ao Dep. Odair Cunha encaminha cópia do Ofício nº 693, de 6/5/09, do Ministério dos Transportes em resposta à **Indicação nº 3693/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 973/2009 ao Dep. Roberto Britto encaminha cópia do Ofício nº 078, de 27 de maio de 2009, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3683/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 977/2009 ao Dep. Lira Maia encaminha cópia do Ofício nº 43, de 13/04/09, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em resposta à **Indicação nº 651/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 978/2009 ao Dep. Flávio Bezerra encaminha cópia do Ofício nº 42, de 13/04/09, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em resposta à **Indicação nº 1578/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 979/2009 ao Dep. Flávio Bezerra encaminha cópia do Ofício nº 41, de 13/04/09, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em resposta à **Indicação nº 2168/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 980/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 40, de 13/04/09, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da

Presidência da República em resposta à **Indicação nº 3215/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 981/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 44, de 13/04/09, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em resposta à **Indicação nº 3446/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 982/2009 à Comissão de Educação e Cultura encaminha cópia do Ofício nº 334, de 13/04/09, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 3537/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 983/2009 à Comissão de Educação e Cultura encaminha cópia do Ofício nº 336, de 13/04/09, do Ministério da Educação e Cultura em resposta à **Indicação nº 3100/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 984/2009 à Comissão de Educação e Cultura encaminha cópia do Ofício nº 338, de 13/04/09, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 3222/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 985/2009 ao Dep. Roberto Britto encaminha cópia do Aviso nº 295-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Av. nº 40, de 26/03/09, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta à **Indicação nº 3387/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 986/2009 ao Dep. Sarney Filho encaminha cópia do Ofício nº 3.430, de 26/03/09, do Ministério da Defesa em resposta à **Indicação nº 3488/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 987/2009 à Dep. Fátima Bezerra encaminha cópia do Ofício nº 273, de 26/03/09, do Ministério da Previdência Social em resposta à **Indicação nº 3639/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 988/2009 ao Dep. Dr. Talmir encaminha cópia do Ofício nº 87, de 13/04/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta à **Indicação nº 3663/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 989/2009 ao Dep. Rômulo Gouveia encaminha cópia do Ofício nº 332, de 09/04/09, do Ministério da Previdência Social em resposta à **Indicação nº 3697/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 991/2009 ao Dep. Carlos Alberto Leréia encaminha cópia do Ofício nº 265, de 28/04/09, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3429/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 992/2009 ao Dep. Ratinho Junior encaminha cópia do Ofício nº 283, de 24/04/09, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 3483/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 993/2009 ao Dep. Francisco Praciano encaminha cópia do Ofício Pleito nº 333966967, de 04/05/09, do Ministério da Previdência Social em resposta à **Indicação nº 3487/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 995/2009 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Ofício nº 95, de 23/04/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta à **Indicação nº 3685/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 996/2009 ao Dep. Roberto Britto encaminha cópia do Aviso nº 296-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Av. nº 51, de 29/04/09, do Ministério da Ciência e Tecnologia em resposta às **Indicações nº 3686 a 3688/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 997/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 296-C.Civil, de 18/05/09, da Casa Civil da Presidência da República, que remete Av. nº 513, de 27/04/09, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 3703/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 998/2009 ao Dep. Homero Pereira encaminha cópia do Ofício nº 129, de 15/04/09, do Ministério do Desenvolvimento em resposta à **Indicação nº 3491/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 999/2009 à Comissão de Educação e Cultura encaminha cópia do Ofício nº 335, de 13/04/09, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 3538/2008**

Data de Encaminhamento: 02/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 990/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 264, de 28/04/09, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3239/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 994/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 250, de 23/04/09, do Ministério da Saúde em resposta à **Indicação nº 3651/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1009/2009 ao Dep. Eliene Lima encaminha cópia do Ofício nº 3259, de 30/4/09, do Ministério das Cidades em resposta às **Indicações nº 3670 a 3677/2009**

Data de Encaminhamento: 03/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1012/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 989, de 1/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3404/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1013/2009 ao Dep. Filipe Pereira encaminha cópia do Aviso nº 994, de 1/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3710/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1014/2009 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Ofício nº 69/2009/GM/ME, de 28/5/09, do Ministério do Esporte em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3728/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1015/2009 ao Dep. Ronaldo Caiado encaminha cópia do Ofício nº 70/2009/GM/ME,

de 29/5/09, do Ministério do Esporte em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3754/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1016/2009 ao Dep. Duarte Nogueira encaminha cópia do Ofício nº 10/2009/MDA, de 29/5/09, do Ministério do Desenvolvimento Agrário em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3822/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1017/2009 ao Dep. Sarney Filho encaminha cópia do Aviso nº 89/2009/GM-MME, de 29/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3824/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1018/2009 ao Dep. Rodrigo Maia encaminha cópia do Aviso nº 90/2009/GM-MME, de 29/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3830/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1019/2009 ao Dep. Fernando Coruja encaminha cópia do Aviso nº 320 C. Civil, de 28/5/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3836/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1020/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 991, de 1/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3837/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1021/2009 ao Dep. Dimas Ramalho encaminha cópia do Ofício nº 30 G/SG/AFE-PA/DAC/PARL CASC, de 29/5/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3852/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1022/2009 à Comissão de Turismo e Desporto encaminha cópia do Ofício nº 215/09-GAB, de 27/5/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3858/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1023/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 990, de 1/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3863/2009**

Data de Encaminhamento: 09/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1076/2009 ao Dep. Luciano Pizzatto encaminha cópia do Aviso nº 96/GM-MAPA, de 4/6/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3767/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1077/2009 ao Dep. João Dado encaminha cópia do Aviso nº 1037/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3773/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1078/2009 ao Dep. Gladson Cameli encaminha cópia do Aviso nº 1039/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3807/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1079/2009 ao Dep. Fernando Coruja encaminha cópia do Ofício nº 1065/2009/GM/MTE, de 3/6/09, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3835/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1082/2009 ao Dep. Valdir Colatto encaminha cópia do Aviso nº 1036/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3860/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1083/2009 ao Dep. Ivan Valente encaminha cópia do Ofício nº 195/2009/MP, de 4/6/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3865/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1084/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 1032/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3873/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1085/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 1031/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3880/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1086/2009 ao Dep. Capitão Assunção encaminha cópia do Aviso nº 1034/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3905/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1088/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 1033/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3930/2009**

Data de Encaminhamento: 10/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1073/2009 ao Dep. Dr. Rosinha encaminha cópia do Aviso nº 1038/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 930/2007**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1080/2009 ao Dep. Marcello Itagiba encaminha cópia do Aviso nº 1035/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3855/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1081/2009 à Comissão de Turismo e Desporto encaminha cópia do Aviso nº 1006-MJ, de 3/6/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3858/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1087/2009 à Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional encaminha cópia do Ofício nº 227/09-GAB, de 4/6/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3916/2009**

Data de Encaminhamento: 17/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1127/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Ofício nº 402/2009/GM/MMA, de 12/6/09, do Ministério do Meio Ambiente

em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3107/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1128/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 403/2009/GM/MMA, de 12/6/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3381/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1129/2009 ao Dep. Fernando Chucre encaminha cópia do Ofício nº 135/2009-MEC, de 10/6/09, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3712/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1129/2009 ao Dep. Fernando Chucre encaminha cópia do Ofício nº 135/2009-MEC, de 10/6/09, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3712/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1130/2009 ao Dep. Dr. Talmir encaminha cópia do Ofício nº 401/2009/GM/MMA, de 12/6/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3737/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1131/2009 ao Dep. Ricardo Tripoli encaminha cópia do Ofício nº 404/2009/GM/MMA, de 12/6/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3762/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1132/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Aviso nº 94/2009/GM-MME, de 8/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3812/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1133/2009 ao Dep. Duarte Nogueira encaminha cópia do Ofício nº 7088-GM/Aspar-MD, de 9/6/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3818/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1134/2009 ao Dep. Duarte Nogueira encaminha cópia do Ofício s/nº de 3/6/09, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3819/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1135/2009 ao Dep. Gustavo Fruet encaminha cópia do Aviso nº 1135, de 3/6/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3834/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1136/2009 ao Dep. Zé Vieira encaminha cópia do Ofício nº 7087-GM/Aspar-MD, de 9/6/09, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3838/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1137/2009 ao Dep. Fernando Nascimento encaminha cópia do Aviso nº 98/GM-MAPA, de 8/6/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3839/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1138/2009 ao Dep. Mendonça Prado encaminha cópia do Ofício nº 106, de 9/6/09, do

Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3841/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1139/2009 à Dep. Marcos Medrado encaminha cópia do Aviso nº 1055-MJ, de 10/6/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3842/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1140/2009 ao Dep. Valdir Colatto encaminha cópia do Aviso nº 1055-MJ, de 10/6/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3844/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1141/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Aviso nº 157/MF, de 9/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3846/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1142/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Aviso nº 158/MF, de 9/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3847/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1143/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Aviso nº 156/MF, de 9/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3848/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1144/2009 Encaminhamento de resposta ao autor conforme Ofício 1ªSec/RI/I nº 1145/2009 ao Dep. Marcelo Itagiba encaminha cópia do Aviso nº 1035/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3855/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1146/2009 ao Dep. Ivan Valente encaminha cópia do Aviso nº 106/2009/GM-MME, de 15/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3865/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1147/2009 ao Dep. André de Paula encaminha cópia do Aviso nº 359 - C. Civil, de 9/6/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3867/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1148/2009 ao Dep. Jair Bolsonaro encaminha cópia do Aviso nº 107/2009/GM-MME, de 15/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3870/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1150/2009 ao Dep. Rodrigo Rocha Loures encaminha cópia do Ofício nº 105, de 8/6/09, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3877/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1152/2009 ao Dep. Raul Henry encaminha cópia do Aviso nº 1054-MJ, de 9/6/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3899/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1153/2009 ao Dep. Dr. Talmir encaminha cópia do Aviso nº 77/GM/MT, de 8/6/09, do

Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3903/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1154/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 1053-MJ, de 17/6/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3907/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1155/2009 ao Dep. Hugo Leal encaminha cópia do Aviso nº 1052-MJ, de 9/6/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3909/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1156/2009 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 164/MF, de 12/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3913/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1157/2009 ao Dep. Luiz Carlos Hauly encaminha cópia do Aviso nº 165/MF, de 12/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3914/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1158/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Aviso nº 360 - C. Civil, de 9/6/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3947/2009**

Data de Encaminhamento: 18/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1075/2009 ao Dep. Home-ro Pereira encaminha cópia do Aviso nº 1030/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3505/2008**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1075/2009 ao Dep. Home-ro Pereira encaminha cópia do Aviso nº 1030/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3727/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1149/2009 ao Dep. Rodrigo Maia encaminha cópia do Aviso nº 105/2009/GM-MME, de 15/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3875/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1151/2009 ao Dep. Marcelo Serafim encaminha cópia do Aviso nº 166/MF, de 12/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3891/2009**

Data de Encaminhamento: 23/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1208/2009 ao Dep. Sarney Filho encaminha cópia do Aviso nº 108, de 16/06/2009, do Ministério das Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3824/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1209/2009 ao Dep. Rodrigo Maia encaminha cópia do Aviso nº 109, de 16/06/2009, do Ministério das Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3830/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1210/2009 ao Dep. Otavio Leite encaminha cópia do Ofício nº 4592/2009/GABIN/MCIDADES, de 12/06/2009, do Ministério das Cida-

des em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3845/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1211/2009 ao Dep. Carlos Sampaio encaminha cópia do Aviso nº 1085-MJ, de 17/06/2009, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3888/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1212/2009 à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural encaminha cópia do Aviso nº 104, de 16/06/2009, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3911/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1213/2009 ao Dep. Sarney Filho encaminha cópia do Ofício nº 134/GM-MDIC, de 16/6/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3953/2009**

Data de Encaminhamento: 25/06/2009

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1214/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Aviso nº 085/GM/MT, de 18/06/2009, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3809/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1215/2009 à Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional encaminha cópia do Aviso nº 083/GM/MT, de 18/06/2009, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3856/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1216/2009 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Ofício nº 4593/2009/GABIN/MCIDADES, de 12/06/2009, do Ministério das Cidades em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3866/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1217/2009 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Ofício nº 1181/GM?MTE, de 18/06/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3884/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1218/2009 ao Dep. Leonardo Quintão encaminha cópia do Aviso nº 53/2009/BCB-Pre-si, de 16/6/09, do Banco Central do Brasil em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3889/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1219/2009 ao Dep. José Carlos Machado encaminha cópia do Ofício nº 212/2009/MP, de 19/6/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3892/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1220/2009 ao Dep. Mendonça Prado encaminha cópia do Aviso nº 1172-MJ, de 19/6/09, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3900/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1221/2009 ao Dep. Hugo Leal encaminha cópia do Ofício nº 4799/2009/GABIN/MCIDADES, de 18/6/09, do Ministério das Cidades

em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3908/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1222/2009 à Dep. Rebecca Garcia encaminha cópia do Aviso nº 383- C.Civil, de 19/06/2009, da Casa Civil da Presidência da República em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3928/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1223/2009 ao Dep. Arnaldo Faria de Sá encaminha cópia do Ofício nº 123, de 23/6/09, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3929/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1224/2009 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Ofício nº 34 G/SG/SGAP I/SGEC/AFEPA/PARL PARD ONU, de 22/6/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3942/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1225/2009 ao Dep. Carlos Santana encaminha cópia do Aviso nº 084/GM/MT, de 18/06/2009, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3943/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1226/2009 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Ofício nº 33/G/SG/SGAP I/SGEAT/AFEPA/PARL WMAM AIEA, de 18/6/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3950/2009**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1227/2009 ao Dep. Dr. Talmir encaminha cópia do Aviso nº 086/GM/MT, de 18/06/2009, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3972/2009**

Resenha da Correspondência Recebida Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/6/2009 a 30/6/2009

Data de Recebimento: 01/06/2009

Ofício nº 30 G/SG/AFEPA/DAC/PARL CASC, de 29/5/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta a **Requerimento de Informação nº 3852/2009** de autoria do Dep.Dimas Ramalho.

Data de Recebimento: 02/06/2009

Aviso nº 989, de 1/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3404/2008** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 990, de 1/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3863/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 991, de 1/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3837/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 994, de 1/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3710/2009** de autoria do Dep.Filipe Pereira.

Aviso nº 89/2009/GM-MME, de 29/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requeri-**

mento de Informação nº 3824/2009 de autoria do Dep.Sarney Filho.

Aviso nº 90/2009/GM-MME, de 29/5/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3830/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Maia.

Data de Recebimento: 03/06/2009

Ofício nº 1065/2009/GM/MTE, de 3/6/09, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta a **Requerimento de Informação nº 3835/2009** de autoria do Dep.Fernando Coruja.

Aviso nº 1006-MJ, de 3/6/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3858/2009** de autoria da Comissão de Turismo e Desporto.

Data de Recebimento: 04/06/2009

Aviso nº 96/GM-MAPA, de 4/6/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Requerimento de Informação nº 3767/2009** de autoria do Dep.Luciano Pizzatto.

Ofício nº 104/GM, de 4/6/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3855/2009** de autoria do Dep.Marcelo Itagiba.

Ofício nº 195/2009/MP, de 4/6/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Requerimento de Informação nº 3865/2009** de autoria do Dep.Ivan Valente.

Data de Recebimento: 05/06/2009

Ofício nº 227/09-GAB, de 4/6/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta a **Requerimento de Informação nº 3916/2009** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

Data de Recebimento: 08/06/2009

Aviso nº 1030/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3363/2008** de autoria do Dep.Eduardo Moura.

Aviso nº 1030/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3505/2008** de autoria do Dep.Homero Pereira.

Aviso nº 1030/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3727/2009** de autoria do Dep.Homero Pereira.

Aviso nº 1031/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3880/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 1032/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3873/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 1033/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3930/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 1034/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3905/2009** de autoria do Dep.Capitão Assunção.

Aviso nº 1035/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3855/2009** de autoria do Dep.Marcelo Itagiba.

Aviso nº 1036/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3860/2009** de autoria do Dep.Valdir Colatto.

Aviso nº 1037/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3773/2009** de autoria do Dep.João Dado.

Aviso nº 1038/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 930/2007** de autoria do Dep.Dr. Rosinha.

Aviso nº 1039/GM, de 5/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3807/2009** de autoria do Dep.Gladson Cameli.

Aviso nº 1135, de 3/6/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3834/2009** de autoria do Dep.Gustavo Fruet.

Aviso nº 1135, de 3/6/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3834/2009** de autoria do Dep.Vanderlei Macris.

Aviso nº 77/GM/MT, de 8/6/09, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3903/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir.

Aviso nº 94/2009/GM-MME, de 8/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3812/2009** de autoria do Dep.Raul Jungmann.

Aviso nº 98/GM-MAPA, de 8/6/09, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Requerimento de Informação nº 3839/2009** de autoria do Dep.Fernando Nascimento.

Ofício nº 105, de 8/6/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3877/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Rocha Loures.

Ofício s/nº de 3/6/09, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3819/2009** de autoria do Dep.Duarte Nogueira.

Data de Recebimento: 09/06/2009

Ofício nº 106, de 9/6/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3841/2009** de autoria do Dep.Mendonça Prado.

Aviso nº 359 - C. Civil, de 9/6/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3867/2009** de autoria do Dep.André de Paula.

Aviso nº 1054-MJ, de 9/6/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3899/2009** de autoria do Dep.Raul Henry.

Aviso nº 1053-MJ, de 17/6/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3907/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 1052-MJ, de 9/6/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3909/2009** de autoria do Dep.Hugo Leal.

Aviso nº 360 - C. Civil, de 9/6/09, da Casa Civil da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3947/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite.

Data de Recebimento: 10/06/2009

Ofício nº 135/2009-MEC, de 10/6/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3712/2009** de autoria do Dep.Fernando Chucre.

Ofício nº 7088-GM/Aspar-MD, de 9/6/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3818/2009** de autoria do Dep.Duarte Nogueira.

Ofício nº 7087-GM/Aspar-MD, de 9/6/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3838/2009** de autoria do Dep.Zé Vieira.

Aviso nº 1055-MJ, de 10/6/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3842/2009** de autoria da Dep.Marcos Medrado.

Aviso nº 1055-MJ, de 10/6/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3844/2009** de autoria do Dep.Valdir Colatto.

Aviso nº 157/MF, de 9/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3846/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite.

Aviso nº 158/MF, de 9/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3847/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite.

Aviso nº 156/MF, de 9/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3848/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite.

Data de Recebimento: 12/06/2009

Ofício nº 402/2009/GM/MMA, de 12/6/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3107/2008** de autoria da Dep.Rebecca Garcia.

Ofício nº 403/2009/GM/MMA, de 12/6/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3381/2008** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Ofício nº 404/2009/GM/MMA, de 12/6/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3762/2009** de autoria do Dep.Ricardo Tripoli.

Data de Recebimento: 15/06/2009

Ofício nº 401/2009/GM/MMA, de 12/6/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3737/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir.

Aviso nº 106/2009/GM-MME, de 15/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3865/2009** de autoria do Dep.Ivan Valente.

Aviso nº 107/2009/GM-MME, de 15/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3870/2009** de autoria do Dep.Jair Bolsonaro.

Aviso nº 105/2009/GM-MME, de 15/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3875/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Maia.

Aviso nº 166/MF, de 12/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3891/2009** de autoria do Dep.Marcelo Serafim.

Aviso nº 164/MF, de 12/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3913/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 165/MF, de 12/6/09, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3914/2009** de autoria do Dep.Luiz Carlos Hauly.

Data de Recebimento: 16/06/2009

Aviso nº 108, de 16/06/2009, do Ministério das Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3824/2009** de autoria do Dep.Sarney Filho.

Aviso nº 109, de 16/06/2009, do Ministério das Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3830/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Maia.

Aviso nº 104, de 16/06/2009, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Requerimento de Informação nº 3911/2009** de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data de Recebimento: 17/06/2009

Ofício nº 4592/2009/GABIN/MCIDADES, de 12/06/2009, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3845/2009** de autoria do Dep.Otavio Leite.

Ofício nº 4593/2009/GABIN/MCIDADES, de 12/06/2009, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3866/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Mendes Thame.

Aviso nº 1085-MJ, de 17/06/2009, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3888/2009** de autoria do Dep.Carlos Sampaio.

Ofício nº 134/GM-MDIC, de 16/6/09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em

resposta a **Requerimento de Informação nº 3953/2009** de autoria do Dep.Sarney Filho.

Data de Recebimento: 18/06/2009

Aviso nº 085/GM/MT, de 18/06/2009, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3809/2009** de autoria do Dep.Raul Jungmann.

Aviso nº 083/GM/MT, de 18/06/2009, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3856/2009** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

Ofício nº 1181/GM?MTE, de 18/06/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta a **Requerimento de Informação nº 3884/2009** de autoria do Dep.Edson Duarte.

Aviso nº 53/2009/BCB-Presi, de 16/6/09, do Banco Central do Brasil em resposta a **Requerimento de Informação nº 3889/2009** de autoria do Dep.Leonardo Quintão.

Aviso nº 084/GM/MT, de 18/06/2009, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3943/2009** de autoria do Dep.Carlos Santana.

Aviso nº 086/GM/MT, de 18/06/2009, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3972/2009** de autoria do Dep.Dr. Talmir.

Data de Recebimento: 19/06/2009

Ofício nº 212/2009/MP, de 19/6/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Requerimento de Informação nº 3892/2009** de autoria do Dep.José Carlos Machado.

Ofício nº 4799/2009/GABIN/MCIDADES, de 18/6/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3908/2009** de autoria do Dep.Hugo Leal.

Aviso nº 383- C.Civil, de 19/06/2009, da Casa Civil da Presidência da República em resposta a **Requerimento de Informação nº 3928/2009** de autoria da Dep.Rebecca Garcia.

Ofício nº 33/G/SG/SGAP I/SGEAT/AFEPA/PARL WMAM AIEA, de 18/6/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta a **Requerimento de Informação nº 3950/2009** de autoria do Dep.Edson Duarte.

Data de Recebimento: 22/06/2009

Ofício nº 34 G/SG/SGAP I/SGEC/AFEPA/PARL PARD ONU, de 22/6/09, do Ministério das Relações Exteriores em resposta a **Requerimento de Informação nº 3942/2009** de autoria do Dep.Raul Jungmann.

Data de Recebimento: 23/06/2009

Aviso nº 1172-MJ, de 19/6/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3900/2009** de autoria do Dep.Mendonça Prado.

Ofício nº 123, de 23/6/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3929/2009** de autoria do Dep.Arnaldo Faria de Sá.

Data de Recebimento: 24/06/2009

Aviso nº 1072/GM, de 17/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3485/2008** de autoria da Dep.Rebecca Garcia.

Ofício nº 415/2009/GM/MMA, de 19/6/09, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 3823/2009** de autoria do Dep.Duarte Nogueira.

Ofício nº 220/2009/MP, de 24/6/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Requerimento de Informação nº 3851/2009** de autoria do Dep.Carlos Santana.

Aviso nº 1073/GM, de 17/6/09, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3854/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Ofício nº 218/2009/MP, de 24/6/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Requerimento de Informação nº 3861/2009** de autoria da Dep.Rita Camata.

Ofício nº 219/2009/MP, de 24/6/09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Requerimento de Informação nº 3901/2009** de autoria da Dep.Rose de Freitas.

Data de Recebimento: 25/06/2009

Aviso nº 119/2009/GM-MME, de 19/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3890/2009** de autoria do Dep.Antonio Carlos Magalhães Neto.

Aviso nº 120/2009/GM-MME, de 19/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3893/2009** de autoria do Dep.José Carlos Machado.

Aviso nº 121/2009/GM-MME, de 19/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3912/2009** de autoria do Dep.Maurício Quintella Lessa.

Aviso nº 122/2009/GM-MME, de 19/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3887/2009** de autoria do Dep.Carlos Sampaio.

Aviso nº 123/2009/GM-MME, de 19/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3882/2009** de autoria da Dep.Perpétua Almeida.

Aviso nº 124/2009/GM-MME, de 19/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3876/2009** de autoria do Dep.Gustavo Fruet.

Data de Recebimento: 26/06/2009

Ofício nº 7727-GM/Aspar-MD, de 23/6/09, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3857/2009** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

Ofício nº 239/09-GAB, de 26/06/2009, do Ministério da Integração Nacional em resposta a **Requerimento de Informação nº 3862/2009** de autoria do Dep.Fernando Ferro.

Ofício nº 145/2009-MEC, de 25/6/09, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3878/2009** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 125/2009/GM-MME, de 19/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3915/2009** de autoria da Dep.Jô Moraes.

Aviso nº 182/MF, de 25/06/2009, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3933/2009** de autoria do Dep.Arnaldo Jardim.

Aviso nº 178/MF, de 25/06/2009, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3940/2009** de autoria do Dep.Luiz Carlos Hauly.

Ofício nº 1229 GM/MTE, de 25/6/09, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta a **Requerimento de Informação nº 3974/2009** de autoria do Dep.Pepe Vargas.

Data de Recebimento: 29/06/2009

Aviso nº 148/2009/GM-MME, de 30/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3870/2009** de autoria do Dep.Jair Bolsonaro.

Ofício nº 20025, de 29/06/2009, da Controladoria-Geral da União em resposta a **Requerimento de Informação nº 3886/2009** de autoria do Dep.Carlos Sampaio.

Aviso nº 131/2009/GM-MME, de 29/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3920/2009** de autoria da Dep.Paulo Roberto.

Ofício nº 254/09-GAB, de 29/6/09, do Ministério da Integração Nacional em resposta a **Requerimento de Informação nº 3927/2009** de autoria do Dep.Luiz Alberto.

Ofício nº 135, de 29/6/09, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3929/2009** de autoria do Dep.Arnaldo Faria de Sá.

Aviso nº 130/2009/GM-MME, de 29/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3935/2009** de autoria do Dep.Rodrigo Maia.

Aviso nº 129/2009/GM-MME, de 29/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3936/2009** de autoria do Dep.Fernando Chiarelli.

Ofício nº 5097/2009/GABIN/MCIDADES, de 25/6/09, do Ministério das Cidades em resposta a **Requerimento de Informação nº 3944/2009** de autoria do Dep.Luiz Carlos Haully.

Data de Recebimento: 30/06/2009

Aviso nº 1219-MJ, de 26/6/09, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3917/2009** de autoria do Dep.Lobbe Neto.

Ofício nº 1246/2009/GM/MTE, de 30/6/09, do Ministério do Trabalho e Emprego em resposta a **Re-**

querimento de Informação nº 3931/2009 de autoria da Dep.Manuela D'ávila.

Aviso nº 149/2009/GM-MME, de 29/6/09, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3932/2009** de autoria do Dep.Arnaldo Jardim.

Ofício nº 227/2009/GM/MDS, de 29/6/09, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta a **Requerimento de Informação nº 3934/2009** de autoria da Dep.Perpétua Almeida.

<p>MESA DIRETORA</p> <p>Presidente:</p> <p>MARCO MAIA - PT - RS</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>ROSE DE FREITAS - PMDB - ES</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>EDUARDO DA FONTE - PP - PE</p> <p>1º Secretário:</p> <p>EDUARDO GOMES - PSDB - TO</p> <p>2º Secretário:</p> <p>JORGE TADEU MUDALEN - DEM - SP</p> <p>3º Secretário:</p> <p>INOCÊNCIO OLIVEIRA - PR - PE</p> <p>4º Secretário:</p> <p>JÚLIO DELGADO - PSB - MG</p> <p>1º Suplente de Secretário:</p> <p>GERALDO RESENDE - PMDB - MS</p> <p>2º Suplente de Secretário:</p> <p>MANATO - PDT - ES</p> <p>3º Suplente de Secretário:</p> <p>CARLOS EDUARDO CADOCA - PSC - PE</p> <p>4º Suplente de Secretário:</p> <p>SÉRGIO MORAES - PTB - RS</p> <p>LÍDERES E VICE-LÍDERES</p> <p>PT</p> <p>Líder: PAULO TEIXEIRA</p>	<p>Vice-Líderes: Arlindo Chinaglia, José Guimarães e Henrique Fontana.</p> <p>PMDB</p> <p>Líder: HENRIQUE EDUARDO ALVES</p> <p>Vice-Líderes: Mendes Ribeiro Filho (1º Vice).</p> <p>Bloco PSB, PTB, PCdoB</p> <p>Líder:</p> <p>Bloco PP, PSC, PMN</p> <p>Líder:</p> <p>Bloco PR, PRB, PTdoB, PRTB, PRP, PHS, PTC, PSL</p> <p>Líder: LINCOLN PORTELA</p> <p>Vice-Líderes: George Hilton (1º Vice), José Rocha, Anthony Garotinho, Dr. Paulo César, João Carlos Bacelar, Laercio Oliveira, Ronaldo Fonseca, Gorete Pereira, Homero Pereira e Izalci.</p> <p>PSDB</p> <p>Líder: DUARTE NOGUEIRA</p> <p>Vice-Líderes: .</p> <p>DEM</p> <p>Líder: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO</p> <p>Vice-Líderes: Pauderney Avelino (1º Vice), Abelardo Lupion, Claudio Cajado, Eduardo Sciarra, Efraim Filho, Marcos Montes, Mendonça Filho, Nice Lobão, Onofre Santo Agostini, Onyx Lorenzoni e Ronaldo Caiado.</p> <p>PDT</p> <p>Líder: GIOVANNI QUEIROZ</p> <p>Vice-Líderes: .</p> <p>Bloco PV, PPS</p>
--	---

Líder: SARNEY FILHO

Vice-Líderes:

Rubens Bueno (1º Vice), Fábio Ramalho, Guilherme Mussi, Paulo Wagner, Arnaldo Jardim e Arnaldo Jordy.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PSOL

Repr.:

Liderança do Governo

Líder: CÂNDIDO VACCAREZZA

Vice-Líderes:

.

Liderança da Minoria

Líder: PAULO ABI-ACKEL

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO	
	José Priante - PMDB
	Josué Bengtson - PTB
Roraima	Lira Maia - DEM
Berinho Bantim - PSDB	Lúcio Vale - PR
Chico das Verduras - PRP	Luiz Otavio - PMDB
Edio Lopes - PMDB	Miriquinho Batista - PT
Jhonatan de Jesus - PRB	Wandenkolk Gonçalves - PSDB
Luciano Castro - PR	Wladimir Costa - PMDB
Paulo Cesar Quartiero - DEM	Zé Geraldo - PT
Raul Lima - PP	Zequinha Marinho - PSC
Teresa Surita - PMDB	
	Amazonas
Amapá	Átila Lins - PMDB
Dalva Figueiredo - PT	Carlos Souza - PP
Davi Alcolumbre - DEM	Francisco Praciano - PT
Evandro Milhomen - PCdoB	Henrique Oliveira - PR
Fátima Pelaes - PMDB	Pauderney Avelino - DEM
Luiz Carlos - PSDB	Rebecca Garcia - PP
Professora Marcivania - PT	Sabino Castelo Branco - PTB
Sebastião Bala Rocha - PDT	Silas Câmara - PSC
Vinicius Gurgel - PRTB	
	Rondônia
Pará	Carlos Magno - PP
Andre Dias - PSDB	Lindomar Garçon - PV
Arnaldo Jordy - PPS	Marinha Raupp - PMDB
Beto Faro - PT	Mauro Nazif - PSB
Cláudio Puty - PT	Moreira Mendes - PPS
Dudimar Paxiuba - PSDB	Natan Donadon - PMDB
Elcione Barbalho - PMDB	Nilton Capixaba - PTB
Giovanni Queiroz - PDT	Padre Ton - PT

Acre	Luciano Moreira - PMDB
Antônia Lúcia - PSC	Nice Lobão - DEM
Flaviano Melo - PMDB	Pedro Fernandes - PTB
Gladson Cameli - PP	Pinto Itamaraty - PSDB
Henrique Afonso - PV	Professor Setimo - PMDB
Marcio Bittar - PSDB	Ribamar Alves - PSB
Perpétua Almeida - PCdoB	Sarney Filho - PV
Siba Machado - PT	Waldir Maranhão - PP
Taumaturgo Lima - PT	Zé Vieira - PR
Tocantins	Ceará
Agnolin - PDT	André Figueiredo - PDT
César Halum - PPS	Aníbal Gomes - PMDB
Eduardo Gomes - PSDB	Antonio Balhmann - PSB
Irajá Abreu - DEM	Ariosto Holanda - PSB
Júnior Coimbra - PMDB	Arnon Bezerra - PTB
Laurez Moreira - PSB	Artur Bruno - PT
Lázaro Botelho - PP	Chico Lopes - PCdoB
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM	Danilo Forte - PMDB
Maranhão	Domingos Neto - PSB
Alberto Filho - PMDB	Edson Silva - PSB
Carlos Brandão - PSDB	Eudes Xavier - PT
Cleber Verde - PRB	Genecias Noronha - PMDB
Davi Alves Silva Júnior - PR	Gorete Pereira - PR
Domingos Dutra - PT	João Ananias - PCdoB
Edivaldo Holanda Junior - PTC	José Airton - PT
Gastão Vieira - PMDB	José Guimarães - PT
Hélio Santos - PSDB	José Linhares - PP
Lourival Mendes - PTdoB	Manoel Salviano - PSDB

Mauro Benevides - PMDB	Efraim Filho - DEM
Raimundão - PMDB	Hugo Motta - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB	Luiz Couto - PT
Vicente Arruda - PR	Manoel Junior - PMDB
Piauí	Nilda Gondim - PMDB
Assis Carvalho - PT	Romero Rodrigues - PSDB
Hugo Napoleão - DEM	Ruy Carneiro - PSDB
Iracema Portella - PP	Wellington Roberto - PR
Jesus Rodrigues - PT	Wilson Filho - PMDB
Júlio Cesar - DEM	Pernambuco
Marcelo Castro - PMDB	Ana Arraes - PSB
Marllos Sampaio - PMDB	Anderson Ferreira - PR
Nazareno Fonteles - PT	Augusto Coutinho - DEM
Osmar Júnior - PCdoB	Bruno Araújo - PSDB
Paes Landim - PTB	Carlos Eduardo Cadoca - PSC
Rio Grande do Norte	Danilo Cabral - PSB
Fábio Faria - PMN	Eduardo da Fonte - PP
Fátima Bezerra - PT	Fernando Coelho Filho - PSB
Felipe Maia - DEM	Fernando Ferro - PT
Henrique Eduardo Alves - PMDB	Gonzaga Patriota - PSB
João Maia - PR	Inocência Oliveira - PR
Paulo Wagner - PV	João Paulo Lima - PT
Rogério Marinho - PSDB	Jorge Corte Real - PTB
Sandra Rosado - PSB	José Augusto Maia - PTB
Paraíba	José Chaves - PTB
Aguinaldo Ribeiro - PP	Luciana Santos - PCdoB
Benjamin Maranhão - PMDB	Maurício Rands - PT
Damião Feliciano - PDT	Mendonça Filho - DEM

Pastor Eurico - PSB	Alice Portugal - PCdoB
Pedro Eugênio - PT	Amauri Teixeira - PT
Raul Henry - PMDB	Antonio Brito - PTB
Roberto Teixeira - PP	Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM
Sergio Guerra - PSDB	Antonio Imbassahy - PSDB
Silvio Costa - PTB	Arthur Oliveira Maia - PMDB
Wolney Queiroz - PDT	Claudio Cajado - DEM
Alagoas	Daniel Almeida - PCdoB
Arthur Lira - PP	Edson Pimenta - PCdoB
Celia Rocha - PTB	Emiliano José - PT
Givaldo Carimbão - PSB	Erivelton Santana - PSC
João Lyra - PTB	Fábio Souto - DEM
Joaquim Beltrão - PMDB	Felix Júnior - PDT
Maurício Quintella Lessa - PR	Fernando Torres - DEM
Renan Filho - PMDB	Geraldo Simões - PT
Rosinha da Adefal - PTdoB	Jânio Natal - PRP
Rui Palmeira - PSDB	João Carlos Bacelar - PR
Sergipe	João Leão - PP
Almeida Lima - PMDB	José Carlos Araújo - PDT
Andre Moura - PSC	José Nunes - DEM
Heleno Silva - PRB	José Rocha - PR
Laercio Oliveira - PR	Josias Gomes - PT
Márcio Macêdo - PT	Jutahy Junior - PSDB
Mendonça Prado - DEM	Lucio Vieira Lima - PMDB
Rogério Carvalho - PT	Luiz Alberto - PT
Valadares Filho - PSB	Luiz Argôlo - PP
Bahia	Márcio Marinho - PRB
Acelino Popó - PRB	Marcos Medrado - PDT

Maurício Trindade - PR	George Hilton - PRB
Nelson Pellegrino - PT	Geraldo Thadeu - PPS
Oziel Oliveira - PDT	Gilmar Machado - PT
Paulo Magalhães - DEM	Jaime Martins - PR
Roberto Britto - PP	Jairo Ataíde - DEM
Rui Costa - PT	Jô Moraes - PCdoB
Sérgio Barradas Carneiro - PT	João Bittar - DEM
Sérgio Brito - PSC	João Magalhães - PMDB
Valmir Assunção - PT	Jose Humberto - PHS
Waldenor Pereira - PT	Júlio Delgado - PSB
Minas Gerais	Lael Varella - DEM
Ademir Camilo - PDT	Leonardo Monteiro - PT
Aelton Freitas - PR	Leonardo Quintão - PMDB
Antônio Andrade - PMDB	Lincoln Portela - PR
Antônio Roberto - PV	Luis Tibe - PTdoB
Aracely de Paula - PR	Luiz Fernando Faria - PP
Bernardo Santana de Vasconcellos - PR	Márcio Reinaldo Moreira - PP
Bonifácio de Andrada - PSDB	Marcos Montes - DEM
Carlaile Pedrosa - PSDB	Marcus Pestana - PSDB
Diego Andrade - PR	Mário de Oliveira - PSC
Dimas Fabiano - PP	Mauro Lopes - PMDB
Domingos Sávio - PSDB	Miguel Corrêa - PT
Dr. Grilo - PSL	Newton Cardoso - PMDB
Eduardo Azeredo - PSDB	Odair Cunha - PT
Eduardo Barbosa - PSDB	Padre Joao - PT
Eros Biondini - PTB	Paulo Abi-ackel - PSDB
Fábio Ramalho - PV	Paulo Piau - PMDB
Gabriel Guimarães - PT	Reginaldo Lopes - PT

Renzo Braz - PP	Benedita da Silva - PT
Rodrigo de Castro - PSDB	Chico Alencar - PSOL
Saraiva Felipe - PMDB	Chico Dangelo - PT
Toninho Pinheiro - PP	Cristiano - PTdoB
Vitor Penido - DEM	Dr. Adilson Soares - PR
Walter Tosta - PMN	Dr. Aluizio - PV
Weliton Prado - PT	Dr. Carlos Alberto - PMN
Zé Silva - PDT	Dr. Paulo César - PR
Espírito Santo	Edson Ezequiel - PMDB
Audifax - PSB	Edson Santos - PT
Camilo Cola - PMDB	Eduardo Cunha - PMDB
Cesar Colnago - PSDB	Eliane Rolim - PT
Dr. Jorge Silva - PDT	Felipe Bornier - PHS
Lauriete - PSC	Filipe Pereira - PSC
Lelo Coimbra - PMDB	Francisco Floriano - PR
Manato - PDT	Glauber Braga - PSB
Paulo Foletto - PSB	Hugo Leal - PSC
Rose de Freitas - PMDB	Jair Bolsonaro - PP
Sueli Vidigal - PDT	Jandira Feghali - PCdoB
Rio de Janeiro	Jean Wyllys - PSOL
Adrian - PMDB	Julio Lopes - PP
Alessandro Molon - PT	Leonardo Picciani - PMDB
Alexandre Santos - PMDB	Liliam Sá - PR
Alfredo Sirkis - PV	Marcelo Matos - PDT
Andreia Zito - PSDB	Miro Teixeira - PDT
Anthony Garotinho - PR	Neilton Mulim - PR
Arolde de Oliveira - DEM	Nelson Bornier - PMDB
Aureo - PRTB	Otavio Leite - PSDB

Rodrigo Bethlem - PMDB	Dr. Ubiali - PSB
Rodrigo Maia - DEM	Duarte Nogueira - PSDB
Romário - PSB	Edinho Araújo - PMDB
Sergio Zveiter - PDT	Eleuses Paiva - DEM
Simão Sessim - PP	Eli Correa Filho - DEM
Stepan Nercessian - PPS	Gabriel Chalita - PSB
Vitor Paulo - PRB	Guilherme Campos - DEM
Walney Rocha - PTB	Guilherme Mussi - PV
Washington Reis - PMDB	Ivan Valente - PSOL
Zoinho - PR	Janete Rocha Pietá - PT
São Paulo	Jefferson Campos - PSB
Abelardo Camarinha - PSB	Jilmar Tatto - PT
Aldo Rebelo - PCdoB	João Dado - PDT
Alexandre Leite - DEM	João Paulo Cunha - PT
Aline Corrêa - PP	Jonas Donizette - PSB
Antonio Bulhões - PRB	Jorge Tadeu Mudalen - DEM
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB	José de Filippi Júnior - PT
Arlindo Chinaglia - PT	José Mentor - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB	Junji Abe - DEM
Arnaldo Jardim - PPS	Keiko Ota - PSB
Beto Mansur - PP	Luiz Fernando Machado - PSDB
Bruna Furlan - PSDB	Luiza Erundina - PSB
Cândido Vaccarezza - PT	Mara Gabrilli - PSDB
Carlos Sampaio - PSDB	Marcelo Aguiar - PSC
Carlos Zarattini - PT	Milton Monti - PR
Delegado Protógenes - PCdoB	Missionário José Olímpio - PP
Devanir Ribeiro - PT	Nelson Marquezelli - PTB
Dimas Ramalho - PPS	Newton Lima - PT

Otoniel Lima - PRB	Roberto Dornier - PP
Pastor Marco Feliciano - PSC	Ságuas Moraes - PT
Paulo Freire - PR	Valtenir Pereira - PSB
Paulo Maluf - PP	Wellington Fagundes - PR
Paulo Pereira da Silva - PDT	Distrito Federal
Paulo Teixeira - PT	Augusto Carvalho - PPS
Penna - PV	Erika Kokay - PT
Ricardo Berzoini - PT	Izalci - PR
Ricardo Izar - PV	Jaqueline Roriz - PMN
Ricardo Tripoli - PSDB	Policarpo - PT
Roberto de Lucena - PV	Reguffe - PDT
Roberto Freire - PPS	Ronaldo Fonseca - PR
Roberto Santiago - PV	Goiás
Rodrigo Garcia - DEM	Armando Vergílio - PMN
Salvador Zimbaldi - PDT	Carlos Alberto Leréia - PSDB
Tiririca - PR	Flávia Moraes - PDT
Valdemar Costa Neto - PR	Heuler Cruvinel - DEM
Vanderlei Macris - PSDB	Íris de Araújo - PMDB
Vaz de Lima - PSDB	João Campos - PSDB
Vicente Candido - PT	Jorge Pinheiro - PRB
Vicentinho - PT	Jovair Arantes - PTB
Walter Feldman - PSDB	Leandro Vilela - PMDB
William Dib - PSDB	Pedro Chaves - PMDB
Mato Grosso	Roberto Balestra - PP
Carlos Bezerra - PMDB	Ronaldo Caiado - DEM
Homero Pereira - PR	Rubens Ottoni - PT
Júlio Campos - DEM	Sandes Júnior - PP
Neri Geller - PP	Sandro Mabel - PR

Thiago Peixoto - PMDB	Leopoldo Meyer - PSB
Valdivino de Oliveira - PSDB	Luiz Nishimori - PSDB
Mato Grosso do Sul	Moacir Micheletto - PMDB
Antônio Carlos Biffi - PT	Nelson Meurer - PP
Fabio Trad - PMDB	Nelson Padovani - PSC
Geraldo Resende - PMDB	Osmar Serraglio - PMDB
Giroto - PR	Ratinho Junior - PSC
Mandetta - DEM	Reinhold Stephanes - PMDB
Marçal Filho - PMDB	Rosane Ferreira - PV
Reinaldo Azambuja - PSDB	Rubens Bueno - PPS
Vander Loubet - PT	Sandro Alex - PPS
Paraná	Setim - DEM
Abelardo Lupion - DEM	Takayama - PSC
Alex Canziani - PTB	Zeca Dirceu - PT
Alfredo Kaefer - PSDB	Santa Catarina
Andre Vargas - PT	Celso Maldaner - PMDB
André Zacharow - PMDB	Décio Lima - PT
Angelo Vanhoni - PT	Edinho Bez - PMDB
Assis do Couto - PT	Esperidião Amin - PP
Cida Borghetti - PP	João Rodrigues - DEM
Dilceu Sperafico - PP	Jorge Boeira - PT
Dr. Rosinha - PT	Jorginho Mello - PSDB
Edmar Arruda - PSC	Luci Choinacki - PT
Eduardo Sciarra - DEM	Marco Tebaldi - PSDB
Fernando Francischini - PSDB	Mauro Mariani - PMDB
Giacobo - PR	Onofre Santo Agostini - DEM
Hermes Parcianello - PMDB	Paulo Bornhausen - DEM
João Arruda - PMDB	Pedro Uczai - PT

Rogério Peninha Mendonça - PMDB	Paulo Pimenta - PT
Ronaldo Benedet - PMDB	Pepe Vargas - PT
Zonta - PP	Renato Molling - PP
Rio Grande do Sul	Ronaldo Zulke - PT
Afonso Hamm - PP	Sérgio Moraes - PTB
Alceu Moreira - PMDB	Vieira da Cunha - PDT
Alexandre Roso - PSB	Vilson Covatti - PP
Assis Melo - PCdoB	
Danrlei de Deus Hinterholz - PTB	
Darcísio Perondi - PMDB	
Elvino Bohn Gass - PT	
Enio Bacci - PDT	
Fernando Marroni - PT	
Giovani Cherini - PDT	
Henrique Fontana - PT	
Jeronimo Goergen - PP	
José Otávio Germano - PP	
Jose Stédile - PSB	
Luis Carlos Heinze - PP	
Luiz Noé - PSB	
Manuela D'ávila - PCdoB	
Marco Maia - PT	
Marcon - PT	
Maurício Dziedricki - PTB	
Mendes Ribeiro Filho - PMDB	
Nelson Marchezan Junior - PSDB	
Onyx Lorenzoni - DEM	
Osmar Terra - PMDB	

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares**Suplentes**

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha

Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 32

Telefones: 3216-6403/6404/6406

FAX: 3216-6415

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares**Suplentes**

Secretário(a): Iara Araújo Alencar Aires

Local: Anexo II - Sala T- 59

Telefones: 3216-6432

FAX: 3216-6440

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares**Suplentes**

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira

Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49

Telefones: 3216-6452 A 6458

FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares**Suplentes**

Secretário(a): Rejane Salete Marques

Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 21

Telefones: 3216-6494

FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares**Suplentes**

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152

Telefones: 3216-6920 A 6922

FAX: 3216-6925

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes

Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33

Telefones: 3216-6601 A 6609

FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Geovana Cristine Sampaio Rodrigues

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188

Telefones: 3216-6551/ 6554

FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Márcio Marques de Araújo

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185

Telefones: 3216-6571

FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Anamélia Ribeiro C. de Araújo

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170

Telefones: 3216-6625/6626/6627/6628

FAX: 3216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Marcelle R C Cavalcanti

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136

Telefones: 3216-6654/6655/6652

FAX: 3216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		Titulares	Suplentes
Presidente:		Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida	
1º Vice-Presidente:		Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142	
2º Vice-Presidente:		Telefones: 3216-6521 A 6526	
3º Vice-Presidente:		FAX: 3216-6535	
Titulares	Suplentes		
Secretário(a): Marcos Figueira de Almeida			
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161			
Telefones: 3216-6671 A 6675			
FAX: 3216-6676			
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA			
Presidente:			
1º Vice-Presidente:			
2º Vice-Presidente:			
3º Vice-Presidente:			
Titulares	Suplentes		
Secretário(a): Sônia Hypolito			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122			
Telefones: 3216-6692 / 6693			
FAX: 3216-6700			
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL			
Presidente:			
1º Vice-Presidente:			
2º Vice-Presidente:			
3º Vice-Presidente:			
Titulares	Suplentes		
Secretário(a): Ana Cristina Oliveira			
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125			
Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737			
FAX: 3216-6745			

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	
Presidente:	
1º Vice-Presidente:	
2º Vice-Presidente:	
3º Vice-Presidente:	
Titulares	Suplentes
Secretário(a): Marcos Figueira de Almeida	
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161	
Telefones: 3216-6671 A 6675	
FAX: 3216-6676	
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Presidente:	
1º Vice-Presidente:	
2º Vice-Presidente:	
3º Vice-Presidente:	

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO
CRIME ORGANIZADO**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Ricardo Menezes Perpétuo

Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C

Telefones: 3216-6761 / 6762

FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Lin Israel Costa dos Santos

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145

Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786

FAX: 3216-6790

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Ruy Omar Prudêncio da Silva

Local: Anexo II, Sala T 50

Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807

FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Mirna de Castela C. Pessoa

Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo

Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833

FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Admar Pires dos Santos

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175

Telefones: 3216-6853 A 6856

FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3-A, DE 2007, DO SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS, QUE "ALTERA O INCISO XII DO ART. 93 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (PERMITE FÉRIAS COLETIVAS NOS JUÍZOS E TRIBUNAIS DE SEGUNDO GRAU).

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Luiz Cláudio Alves dos Santos

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6287

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007, DO SR. VITAL DO REGO FILHO, QUE "ACRESCENTA O ART.73-A À COSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO O CONSELHO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6235

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30-A, DE

2007, DA SRA. ANGELA PORTELA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XVIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AMPLIANDO PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS A LICENÇA À GESTANTE".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6216/3216-6232

FAX: (61) 3216-66225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31-A, DE 2007, DO SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, UNIFICA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, DENTRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Eveline Alminta

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: 3216.6211

FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59-A, DE 2007, DO SR. MÁRCIO FRANÇA, QUE "ACRESCENTA

DISPOSITIVOS AO ART. 144, CRIANDO A POLÍCIA PORTUÁRIA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Luiz Cláudio Alves dos Santos

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6287

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89-A, DE 2007, DO SR. JOÃO DADO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XI DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO", ESTABELECE O MESMO TETO REMUNERATÓRIO PARA QUALQUER QUE SEJA A ESFERA DE GOVERNO.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Aparecida de Moura

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3126-6207

FAX: (61) 3126-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 98-A, DE 2007, DO SENHOR OTÁVIO LEITE, QUE "ACRESCENTA A ALÍNEA (E) AO INCISO VI DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", INSTITUINDO IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE OS FONOGRAMAS E VIDEOFONOGRAMAS MUSICAIS PRODUZIDOS NO BRASIL, CONTENDO OBRAS MUSICAIS OU LÍTERO-MUSICAIS DE AUTORES BRASILEIROS, E/OU OBRAS EM GERAL INTERPRETADAS POR ARTISTAS

BRASILEIROS, BEM COMO OS SUPORTES MATERIAIS OU ARQUIVOS DIGITAIS QUE OS CONTENHAM.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Angélica Fialho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: 3216-6218 / 3216-6232

FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 2007, DO SR. PAULO RENATO SOUZA, QUE "CRIA O TRIBUNAL SUPERIOR DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Heloísa Maria Diniz

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6201

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130-A, DE 2007, DO SR. MARCELO ITAGIBA, QUE "REVOGA O INCISO X DO ART. 29; O INCISO III DO ART. 96; AS ALÍNEAS 'B' E 'C' DO INCISO I DO ART. 102; A ALÍNEA 'A' DO INCISO I DO ART. 105; E A ALÍNEA "A" DO INCISO I DO ART. 108, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REVOGA DISPOSITIVOS QUE GARANTEM A PRERROGATIVA DE FORO OU "FORO PRIVILEGIADO").

Presidente:

1º Vice-Presidente:	3º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:	Titulares Suplentes
3º Vice-Presidente:	Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Titulares Suplentes	Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques	Telefones: (61) 3216-6232
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A	FAX: (61) 3216-6225
Telefones: 3216.6214	COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 231-A, DE 1995, DO SR. INÁCIO ARRUDA, QUE "ALTERA OS INCISOS XIII E XVI DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REDUZINDO A JORNADA MÁXIMA DE TRABALHO PARA 40 HORAS SEMANAIS E AUMENTANDO PARA 75% A REMUNERAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO).
FAX: 3216.6225	Presidente:
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 153-A, DE 2003, DO SR. MAURÍCIO RANDS, QUE "ALTERA O ART. 132 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REGULAMENTANDO A CARREIRA DE PROCURADOR MUNICIPAL).	1º Vice-Presidente:
Presidente:	2º Vice-Presidente:
1º Vice-Presidente:	3º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:	Titulares Suplentes
3º Vice-Presidente:	Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão
Titulares Suplentes	Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Secretário(a): Aparecida de Moura	Telefones: (61) 3216-6216
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sal 170-A	FAX: (61) 3216-6225
Telefones: (61) 3216-66207	COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 270-A, DE 2008, DA SRA. ANDREIA ZITO, QUE "ACRESCENTA O PARÁGRAFO 9º AO ARTIGO 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988". (GARANTE AO SERVIDOR QUE APOSENTAR-SE POR INVALIDEZ PERMANENTE O DIREITO DOS PROVENTOS INTEGRAIS COM PARIDADE).
FAX: (61) 3216-66225	Presidente:
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 210-A DE 2007, DO SR. REGIS DE OLIVEIRA, QUE "ALTERA OS ARTIGOS 95 E 128 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA RESTABELECER O ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO COMO COMPONENTE DA REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO".	1º Vice-Presidente:
Presidente:	2º Vice-Presidente:
1º Vice-Presidente:	3º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:	

Titulares Suplentes		Titulares Suplentes	
Secretário(a): Maria Terezinha Donati		Secretário(a): Valdivino Telentino Filho	
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A		Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A	
Telefones: (61) 3216-6215		Telefones: (61) 3216-6206	
FAX: (61) 3216-6225		FAX: (61) 3216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 285-A, DE 2008, DO SR. PAULO TEIXEIRA, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA DISPOR SOBRE A VINCULAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS AOS RESPECTIVOS FUNDOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL"		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 308-A, DE 2004, DO SR. NEUTON LIMA, QUE "ALTERA OS ARTS. 21, 32 E 144, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO AS POLÍCIAS PENITENCIÁRIAS FEDERAL E ESTADUAIS".	
Presidente:		Presidente:	
1º Vice-Presidente:		1º Vice-Presidente:	
2º Vice-Presidente:		2º Vice-Presidente:	
3º Vice-Presidente:		3º Vice-Presidente:	
Titulares Suplentes		Titulares Suplentes	
Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques		Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho	
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
Telefones: (61) 3216-6214		Telefones: 3216-6203 / 3216-6232	
FAX: (61) 3216-6225		FAX: 3216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 300-A, DE 2008, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 9º, DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL". ESTABELECE QUE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DOS ESTADOS NÃO PODERÁ SER INFERIOR À DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, APLICANDO-SE TAMBÉM AOS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E AOS INATIVOS.		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 324-A, DE 2001, DO SR. INALDO LEITÃO, QUE "INSERE O § 3º NO ART. 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", APLICANDO, ANUALMENTE, NUNCA MENOS DE 6% DA RECEITA DE IMPOSTOS EM FAVOR DA PRODUÇÃO, PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E O CONHECIMENTO DE BENS E VALORES CULTURAIS.	
Presidente:		Presidente:	
1º Vice-Presidente:		1º Vice-Presidente:	
2º Vice-Presidente:		2º Vice-Presidente:	
3º Vice-Presidente:		3º Vice-Presidente:	
Titulares Suplentes		Titulares Suplentes	
		Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho	

<p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6203</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 347-A, DE 2009, DA SRA. RITA CAMATA, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO III DO ART. 208 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (GARANTE ACESSO À EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA SEM IMPOSIÇÃO DE LIMITE DE FAIXA ETÁRIA E NÍVEL DE INSTRUÇÃO, PREFERENCIALMENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO)</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <table> <tr> <th>Titulares</th><th>Suplentes</th></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> </table> <p>Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (63) 3216-6203</p> <p>FAX: (63) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 366-A, DE 2005, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 98 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO ART. 30 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS", ESTABELECE O CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE JUIZ DE PAZ, MANTENDO OS ATUAIS ATÉ A VACÂNCIA DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES.</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <table> <tr> <th>Titulares</th><th>Suplentes</th></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> </table> <p>Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p>	Titulares	Suplentes			Titulares	Suplentes			<p>Telefones: (61) 3216-6214</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 416 -A, DE 2005, DO SR. PAULO PIMENTA, QUE "ACRESCENTA O ART. 216-A À CONSTITUIÇÃO PARA INSTITUIR O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA".</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <table> <tr> <th>Titulares</th><th>Suplentes</th></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> </table> <p>Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6240</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 471-A, DE 2005, DO SR. JOÃO CAMPOS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 236 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECE A EFETIVAÇÃO PARA OS ATUAIS RESPONSÁVEIS E SUBSTITUTOS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS, INVESTIDOS NA FORMA DA LEI.</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <table> <tr> <th>Titulares</th><th>Suplentes</th></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> </table> <p>Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: 3216-6207/6232</p> <p>FAX: 3216-6225</p>	Titulares	Suplentes			Titulares	Suplentes		
Titulares	Suplentes																
Titulares	Suplentes																
Titulares	Suplentes																
Titulares	Suplentes																

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-A, DE 2005, DA SRA. MARIA HELENA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998". (INCLUI OS EMPREGADOS DO EXTINTO BANCO DE RORAIMA, CUJO VÍNCULO FUNCIONAL TENHA SIDO RECONHECIDO, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. ALTERA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Eveline Almintá

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6211/3216-6232

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 511-A, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISCIPLINAR A EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS", ESTABELECE QUE A MEDIDA PROVISÓRIA SÓ TERÁ FORÇA DE LEI DEPOIS DE APROVADA A SUA ADMISSIBILIDADE PELO CONGRESSO NACIONAL, SENDO O INÍCIO DA APRECIÇÃO ALTERNADO ENTRE A CÂMARA E O SENADO.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: 3216-6207

FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 510-A, DE 2010, DO SENADO FEDERAL - ROMERO JUCÁ, QUE "ALTERA O ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998, PARA DISPOR SOBRE O QUADRO DE SERVIDORES CIVIS E MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS DO AMAPÁ E DE RORAIMA, POSSIBILITANDO QUE NELE SEJAM INCLUÍDOS OS ADMITIDOS REGULARMENTE ATÉ A DATA DE INSTALAÇÃO DOS ESTADOS

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 216-6209

FAX: (61) 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 549-A, DE 2006, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "ACRESCENTA PRECEITO ÀS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS, DISPONDO SOBRE O REGIME CONSTITUCIONAL PECULIAR DAS CARREIRAS POLICIAIS QUE INDICA".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: 3216-6206/6232

FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 555-A, DE 2006, DO SR. CARLOS MOTA, QUE "REVOGA O ART. 4º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 2003", ACABANDO COM A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS (CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS).

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6207

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 556-A, DE 2002, DA SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 54 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", CONCEDENDO AOS SERINGUEIROS (SOLDADOS DA BORRACHA) OS MESMOS DIREITOS CONCEDIDOS AOS EX-COMBATENTES: APOSENTADORIA ESPECIAL, PENSÃO ESPECIAL, DENTRE OUTROS.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6209

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 590-A, DE 2006, DA SRA. LUIZA ERUNDINA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL". (GARANTE A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DE CADA SEXO NA COMPOSIÇÃO DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO E DE CADA COMISSÃO, ASSEGURANDO, AO MENOS, UMA VAGA PARA CADA SEXO).

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6241

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1 DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 2007 E ESTABELECE DIRETRIZES PARA A SUA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE 2008 A 2023".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A s/ 170

Telefones: 3216.6206

FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 219, DE 2003, DO SR. REGINALDO

<p>LOPES, QUE "REGULAMENTA O INCISO XXXIII DO ART. 5º , DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPONDO SOBRE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DETIDAS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA" (FIXA O PRAZO MÁXIMO DE 15 'QUINZE' DIAS ÚTEIS PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES)</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <table> <tr> <th>Titulares</th><th>Suplentes</th></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> </table> <p>Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6201</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 630, DE 2003, DO SENHOR ROBERTO GOUVEIA, QUE "ALTERA O ART. 1º DA LEI N.º 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990, CONSTITUI FUNDO ESPECIAL PARA FINANCIAR PESQUISAS E FOMENTAR A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TÉRMICA A PARTIR DA ENERGIA SOLAR E DA ENERGIA EÓLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA).</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <table> <tr> <th>Titulares</th><th>Suplentes</th></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> </table> <p>Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A</p> <p>Telefones: 3216.6201</p> <p>FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 694, DE 1995, QUE "INSTITUI AS</p>	Titulares	Suplentes			Titulares	Suplentes			<p>DIRETRIZES NACIONAIS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <table> <tr> <th>Titulares</th><th>Suplentes</th></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> </table> <p>Secretário(a): Angélica Fialho</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6218 / 6232</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.481, DE 2007, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E A LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000, PARA DISPOR SOBRE O ACESSO A REDES DIGITAIS DE INFORMAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO". (FUST)</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <table> <tr> <th>Titulares</th><th>Suplentes</th></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> </table> <p>Secretário(a): Fernando Maia Leão</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A</p> <p>Telefones: 3216.6205</p> <p>FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1876, DE 1999, DO SR. SÉRGIO CARVALHO, QUE "DISPÕE SOBRE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (REVOGA A LEI N. 4.771, DE 1965 - CÓDIGO FLORESTAL; ALTERA A LEI Nº 9.605, DE 1998)</p> <p>Presidente:</p>	Titulares	Suplentes			Titulares	Suplentes		
Titulares	Suplentes																
Titulares	Suplentes																
Titulares	Suplentes																
Titulares	Suplentes																

<p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p>	<p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p>
<p>Titulares</p> <p>Suplentes</p>	<p>Titulares</p> <p>Suplentes</p>
<p>Secretário(a): Eveline Alminta</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6211</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000, DO SENHOR BISPO WANDERVAL, QUE "INCLUI § 2º NO ART. 41, DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, NUMERANDO-SE COMO PARÁGRAFO 1º O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO", ESTABELECENDO QUE PARA O REGISTRO DE LOTEAMENTO SUBURBANO DE PEQUENO VALOR IMPLANTADO IRREGULARMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E REGULARIZADO POR LEI MUNICIPAL, NÃO HÁ NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OUTRO ÓRGÃO.</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p>	<p>Secretário(a): Luiz Cláudio</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-66287</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6716, DE 2009, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA A LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986 (CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA), PARA AMPLIAR A POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL EXTERNO NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO" - PL 841/95 APENSADO A ESTE.</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p>
<p>Titulares</p> <p>Suplentes</p>	<p>Titulares</p> <p>Suplentes</p>
<p>Secretário(a): Leila Machado Campos</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A</p> <p>Telefones: 3216.6212</p> <p>FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.361, DE 2004, DO SR. VIEIRA REIS, QUE "MODIFICA A LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ESTABELECENDO LIMITES AO FUNCIONAMENTO DE CASAS DE JOGOS DE COMPUTADORES" (CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL: LAN HOUSES, TELECENTROS, CYBERCAFÉS, PONTOS DE CULTURA E SIMILARES).</p>	<p>Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade</p> <p>Local: Anexo II Pavimento Suprior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6207</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.927, DE 2003, DO SR. FERNANDO DE FABINHO, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001, PARA ISENTAR AS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL E TRANSPORTE COLETIVO URBANO ALTERNATIVO DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE"</p> <p>Presidente:</p>

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): Angélica Fialho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: 3216.6218

FAX: 3216.6225



Edição de hoje: 420 páginas

OS: 2011/11202